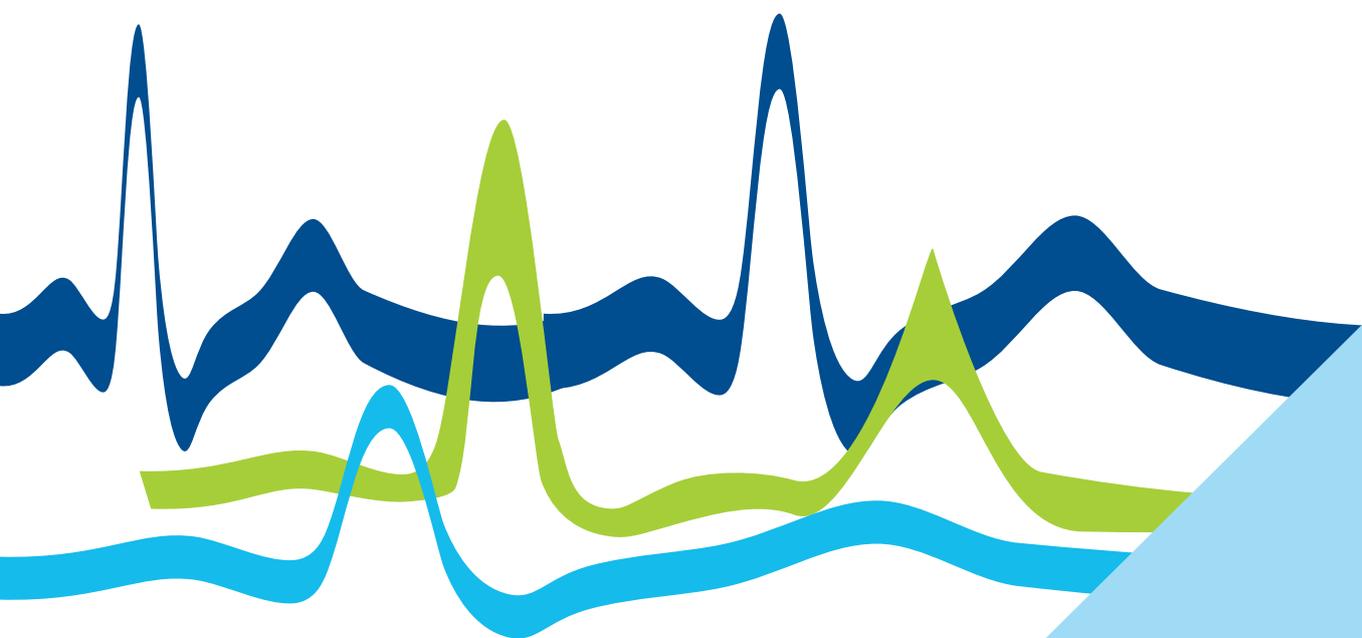


RELATÓRIO DE ATIVIDADES



2011



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DO EMPREGO



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

1.

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa em 2011, pautou-se por um grau de incerteza particularmente elevado, refletindo alguns fatores de origem externa, nomeadamente, os desenvolvimentos económicos e financeiros adversos a nível internacional, em particular associados à crise da dívida soberana na área do euro.

A evolução da economia portuguesa, em 2011, foi decisivamente marcada pela interrupção do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Este programa fornece uma estratégia de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa e de aumento do seu potencial de crescimento.

O processo de ajustamento do PAEF, traduziu-se, em 2011, numa queda de 1,6% do PIB, o que reflete uma contração de todas as componentes da procura interna (-5,7%), parcialmente compensada por um crescimento robusto das exportações de bens e serviços (+7,4%). A redução da procura interna traduziu-se, em particular, na queda mais acentuada do consumo privado (-3,9%), num contexto de forte deterioração do rendimento disponível das famílias, e do investimento (-11,4%), devido às condições mais restritivas de acesso ao crédito. O ajustamento dos balanços do sector público e dos agentes privados traduziu-se numa redução do desequilíbrio externo, refletida na melhoria expressiva do saldo da balança corrente e de capital em 2011, cuja continuação se prolonga para os próximos anos. As importações diminuíram 5,5%, refletindo uma redução do conteúdo importado, bem como o aumento de alguns produtos e serviços, com destaque para os combustíveis, na sequência dos acréscimos registados no preço do petróleo.

Em média, em 2011, a população empregada no País foi estimada, pelo INE, em 4837,0 mil indivíduos. A taxa de emprego (15 e mais anos) foi de 53,5%. Quanto à população desempregada a estimativa foi de 706,1 mil indivíduos, calculando-se uma taxa de desemprego, média anual de 2011, de 12,7%. O número de desempregados inscritos aumentou 11,7% em 2011, ascendendo, no final do ano, a 576 383 pessoas inscritas nos Centros de Emprego do Continente.

2.

EXECUÇÃO DA ACTIVIDADE

O IEFP, I.P. procurou cumprir em 2011 a sua missão de Serviço Público de Emprego num contexto económico adverso, com o agravamento do desemprego, desenvolvendo atividades que contribuíssem para atenuar as situações sociais resultantes e que proporcionassem a concretização de (re)ingressos na vida ativa.

A atividade do IEFP, I.P. em 2011 registou um decréscimo relativamente a 2010 de aproximadamente 17.400 abrangidos (-3,3%), com especial incidência pelas intervenções na área do emprego (-19 737 abrangidos; -10,9%), influenciada pelas dificuldades de ajustamento do mercado de emprego e colocações efetuadas e de uma forma mais particular pelos abrangidos em Programas de Emprego (-13 387; -11,7%), resultado em parte de alterações na vigência de algumas medidas e de condicionantes orçamentais e funcionais.

A própria atividade económica e situação empresarial, com processos de reestruturação caracterizados pela diminuição de postos de trabalho, criam situações pouco propícias à adesão a medidas como os Estágios Profissionais, importante para a facilitação da entrada na vida ativa de recém qualificados.

O número de beneficiários de intervenções no domínio da formação profissional em 2011 manteve o nível do ano anterior, embora tenha havido uma diminuição da atividade realizada pelos Centros de Formação Profissional de Gestão Direta (-17 472 abrangidos; -8,8%) compensada pelo acréscimo de intervenções realizadas em cooperação com entidades externas.

No domínio da reabilitação profissional o IEFP, I.P. desenvolveu em 2011 um acréscimo de intervenções relativamente ao ano anterior nas atividades prosseguidas pelos próprios meios e enquanto Organismo Intermédio, com responsabilidades de gestão.

3.

MERCADO DE EMPREGO

O ano 2011 registou um fluxo de inscrição de 674 954 desempregados, valor superior em 5,0% relativamente ao ano anterior, o equivalente a mais 32 088 inscrições, não tendo, no entanto, ultrapassado o número verificado em 2009.

O desemprego registado aumentou no ano de 2011 cerca de 11,7%, a que correspondeu um acréscimo de 63 294 de desempregados registados entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2010.

A subida do desemprego no espaço de um ano afetou mais os homens (+15,6%) do que as mulheres (+8,3%).

Por grupo etário, o segmento jovem foi o que mais se ressentiu com o incremento do desemprego anual (+14,8%), correspondendo a um crescimento de 11,3% no caso dos adultos.

Comparando o tempo de inscrição em termos homólogos, assistiu-se a um maior aumento do número de desempregados que estavam inscritos há menos de um ano (+19,2%), como resultado do crescente fluxo de inscrições de pessoas desempregadas, enquanto os que se encontravam em situação de longa duração cresceram 1,2%.

Na estrutura do desemprego com base nas habilitações escolares, realce para o agravamento em todos os níveis, à exceção do 1º Ciclo do Ensino Básico, onde diminuiu 1,1%. De salientar que o agravamento do desemprego foi mais acentuado no Ensino Superior (+27,4%).

A nível regional, e comparativamente a dezembro de 2010, o desemprego subiu em todas as regiões do País, destacando-se os acréscimos percentuais mais elevados ocorridos nas duas Regiões Autónomas (+54,4% nos Açores e +21,5% na Madeira).

Ao longo do ano 2011, receberam-se, nos Centros de Emprego do Continente, 99 488 ofertas de emprego, o que representou relativamente a 2010 uma redução de 20,3%, ou seja, menos 25 363 ofertas recebidas.

Relativamente a 2010 todas as regiões do Continente tiveram um decréscimo significativo do volume de ofertas recebidas, como consequência da retração da atividade económica e do impacto desta na variável emprego.

No decurso do ano de 2011, os Centros de Emprego do Continente efetuaram um total de 60 135 colocações no mercado de trabalho, das quais 55 566 foram realizadas a trabalhadores desempregados, o que corresponde a 92,4% do total das colocações. Esta atividade apresenta uma variação de -11,0% em relação ao ano homólogo, o equivalente a menos 6 864 desempregados colocados.

Importa salientar que em 2011 os Centros de emprego concretizaram um melhor ajustamento entre as ofertas de emprego e as colocações realizadas, expresso numa melhor taxa de ajustamento; a diminuição das colocações efetuadas foi proporcionalmente menor que a diminuição verificada nas ofertas de emprego, naturalmente influenciadas pela dimensão da atividade económica.

4.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira global durante o ano de 2011 ascendeu a 637,9 milhões de euros, traduzindo-se num decréscimo de 20,9% face ao ano de 2010 (787,7 milhões de euros).

O montante financeiro associado às medidas de emprego, formação profissional e reabilitação profissional ascendeu, no período a 457,6 milhões de euros.

A execução financeira de 2011 foi influenciada e condicionada por um conjunto de fatores, de que se destaca a diminuição da comparticipação pública em algumas medidas de emprego, diminuição de valores associados à execução de ações de formação profissional, nas rubricas de formadores e formandos, nível de concretização de algumas medidas influenciado negativamente pela adesão de empresas e entidades, e por condicionantes de natureza orçamental e funcional.

A redução remuneratória e as normas de contenção redução obrigatória de encargos implicaram também numa redução das despesas associadas às atividades de suporte e influenciaram o nível global de execução financeira.

5.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Ao nível da organização interna, o ano de 2011 caracterizou-se pela consolidação de profundas alterações funcionais, sendo de destacar o alargamento da estrutura de Serviços Partilhados a toda a rede de Centros de Emprego, não tendo sido concretizada a adesão dos Centros de formação, a implementação do novo modelo de funcionamento dos Centros de Emprego, a continuidade da operacionalização do novo modelo de intervenção dos



Centros de Formação Profissional e o aprofundamento da interação entre Centros de Emprego e Centros de Formação.

O Sistema de Gestão de Candidaturas (SGC) das medidas de emprego numa solução desmaterializada e gestão descentralizada, e o sistema de informação associado, condicionaram a execução financeira das medidas envolvidas.

6.

CONCLUSÃO

O ano de 2011 caracterizou-se pela profunda influência externa na atividade do IEFP I.P., retração da atividade económica e ambiente empresarial, o que condicionou o nível de atividade de algumas das medidas e intervenções.

A execução financeira do IEFP, I.P., ao nível da atividade operacional e de suporte, foi, igualmente, muito influenciada por imperativos externos, conforme já referido, e por aspetos internos, de natureza funcional.

O final do ano de 2011 foi caracterizado por um profundo envolvimento organizacional das áreas do emprego e formação profissional no desenvolvimento de novas soluções, medidas, atividade e intervenções, na preparação de processos de reestruturação e modernização dos serviços.

ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

A

ENQUADRAMENTO

	1
1. Enquadramento Macroeconómico	3
2. Orientações Genéricas	7
2.1. Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF	7
2.2. Orçamento de Estado	8
2.3. Sistema Nacional de Qualificações	11
3. Orientações Estratégicas	13

B

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E DE EMPREGO

	17
1. Debilidades estruturais do mercado de trabalho	19
2. Situação do mercado de emprego	21
3. Forças de Trabalho – Portugal no contexto da União Europeia	31
4. Movimento registado nos Centros de Emprego	35

C

PARTICIPAÇÃO DO IEFP NA POLÍTICA GLOBAL DE EMPREGO

	85
1. Síntese da execução das medidas do IEFP, I.P. no período 2009-2011	87
2. Síntese da actividade física e financeira em 2011	95
3. Indicadores de gestão dos Centros de Formação Profissional	99
4. Plano Nacional de Emprego	104

D

INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO IEFP, I.P.

	113
1. Intervenções estruturais nos domínios do emprego e da formação profissional	123
2. Integração económica e social dos grupos sociais desfavorecidos	183
3. Intervenções para a organização e gestão do mercado de emprego e da formação profissional	213
4. Relações com o exterior e articulação com outras entidades	265
5. Gestão e organização interna	291
6. Auditoria, contencioso e apoio jurídico	333

E

OUTROS DADOS DE GESTÃO

	339
1. Evolução do pessoal ao serviço do IEFP, I.P.	341
2. Legislação referente ao IEFP, I.P. publicada em 2011	345

F

AUTO-AVALIAÇÃO QUAR

	357
Anexo 1 ao Ponto F – QUAR – Unidades Homogéneas	
Anexo 2 ao Ponto F – BALANÇO SOCIAL	

A



ENQUADRAMENTO

1.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Ao longo de 2011 assistimos a um progressivo e significativo abrandamento da atividade económica a nível global, que se deve em parte, a fatores temporários, nomeadamente o impacto económico negativo do desastre natural no Japão e o efeito desfasado do forte aumento dos preços das matérias-primas.

A economia mundial, em particular as economias avançadas, tem sido afetada pela elevada turbulência dos mercados financeiros internacionais, relacionada com o agravamento da crise da dívida soberana na área do euro. Neste período, e após os pedidos de assistência financeira externa da Grécia, Irlanda e Portugal, as preocupações dos participantes nos mercados, relativamente à situação das finanças públicas e à sua repercussão nos sistemas bancários, generalizaram-se ao longo do verão a outros países da área do euro. Os receios das consequências económicas de uma crise da dívida nestes países provocaram fortes quedas nos mercados bolsistas e um aumento generalizado da aversão ao risco, que se repercutiu em maiores custos de financiamento nos mercados de dívida dos países mais afetados e em dificuldades de liquidez nos mercados monetários. Para a deterioração do sentimento económico global, em 2011, contribuiu, também, a divulgação de dados económicos desfavoráveis para os EUA e para a área do euro, referentes ao segundo trimestre do ano.

Esta evolução conduziu a uma forte revisão em baixa das perspetivas para o crescimento económico mundial em 2011, apesar da manutenção de previsões relativamente favoráveis para as economias de mercado emergentes. Num clima de elevada incerteza, acentuaram-se os riscos descendentes para a atividade económica, o que pode ser particularmente problemático numa altura em que a margem de atuação da política económica nas economias avançadas é relativamente reduzida, quer em termos de política orçamental quer em termos de política monetária.

O abrandamento do crescimento económico em 2011 foi mais marcado nas economias avançadas. De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicadas em setembro, a economia global deverá crescer 4% em 2011, o que compara com 5,1% no ano anterior. Estas previsões foram feitas em baixa, na sequência da intensificação da crise da dívida soberana e dos dados observados para o segundo e terceiro trimestres na área do euro e nos EUA, que se revelaram mais fracos do que o esperado.

As economias de mercado emergentes continuaram a apresentar um crescimento económico mais forte do que as economias avançadas, reforçando as dinâmicas divergentes da economia global. O possível sobreaquecimento de algumas economias de mercado emergentes poderá influenciar os preços das matérias-primas. Estes efeitos poderão advir não só dos preços das matérias-primas, mas também por via do efeito riqueza resultante do aumento acentuado dos preços dos ativos, em particular nas economias onde a procura interna se encontra mais dinâmica. É provável que o abrandamento da atividade nas economias avançadas se reflita negativamente sobre as exportações das economias de mercado emergentes, o que resultaria em efeitos negativos sobre a procura global.

Os desenvolvimentos mais recentes na economia internacional apontam para uma tendência de desaceleração da economia global, mais profunda que o previsto, em particular nas economias avançadas.

No caso da área do euro, a crise da dívida soberana intensificou-se e propagou-se a algumas das maiores economias e repercutiu-se na subida dos custos de financiamento nos mercados de dívida dos países com maiores fragilidades estruturais, tal como percecionadas pelos investidores internacionais. Estes desenvolvimentos globais foram transmitidos diretamente à economia portuguesa. Efetivamente, as condições monetárias e financeiras deterioraram-se no decurso de 2011 e a procura externa dirigida à economia portuguesa foi significativamente revista em baixa.

Assim, a economia portuguesa deverá contrair acentuadamente em 2011, com uma forte quebra da procura interna, assim como o abrandamento das exportações ao longo do ano, traduzindo-se num ajustamento significativo dos desequilíbrios da economia portuguesa, resultante de um aumento da taxa de poupança interna e de uma significativa contração do investimento. Os bancos desempenham um papel crucial no processo de ajustamento da economia portuguesa, sobressaindo a necessidade destes privilegiarem estratégias de desalavancagem que minimizem o impacto sobre os novos fluxos de crédito ao sector privado.

No quadro da crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa intensificou em 2011 o inadiável processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituem uma vulnerabilidade da economia portuguesa, que contribuiu para a perda de acesso do setor público a financiamento de mercado em condições regulares, o que levou o Estado Português a solicitar assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

As medidas do Programa de Assistência Económica e Financeira (ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural) visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas tem um inevitável efeito contracionista no curto prazo. Assim, em 2011, assiste-se a uma contração sem precedentes da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DO INVERNO DE 2010 DO EUROSISTEMA		
TAXAS DE VARIAÇÃO EM PERCENTAGEM		
	BE Inverno 2011 (p)	BE Outono 2011 (p)
PIB	-1,6	-1,9
Consumo privado	-3,6	-3,8
Consumo público	-3,2	-3,3
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	-11,2	-11,4
Procura interna	-5,2	-5,2
Exportações	7,3	6,7
Importações	-4,3	-4,1
Balança corrente + balança de capital (%PIB)	-6,8	-6,9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	3,6	3,5

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico - Inverno 2011

(p) - projetado



Segundo o Banco de Portugal e, tendo em conta a informação disponível sobre a evolução recente da economia portuguesa, esta aponta para uma contração de 1,6% da atividade económica em 2011, que comporta uma desaceleração pronunciada na parte final do ano. Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB nos três primeiros trimestres de 2011 registou uma queda acumulada em termos homólogos de 1,1%. Esta evolução traduz uma queda generalizada das componentes da procura interna, que contrasta com um crescimento significativo das exportações.

A redução do consumo privado em 2011 (queda de 3,6%) é determinada por uma quebra da mesma ordem de grandeza do rendimento disponível real das famílias, num quadro caracterizado por condições de financiamento restritivas, que dificultaram o alisamento do consumo e deverão implicar alguma reestruturação dos balanços das famílias. A situação no mercado de trabalho deverá ampliar a incerteza quanto à evolução do rendimento e da riqueza futura das famílias, constituindo um travão adicional para a evolução do consumo privado.

A redução do número de efetivos na Administração Pública, a suspensão diferenciada e progressiva dos subsídios de férias e de Natal para os funcionários públicos, a não atualização das tabelas de remunerações, a par da manutenção do corte dos salários aplicado em 2011, reduziu substancialmente o consumo público (-3,2%), após anos consecutivos de aumento expressivo.

A evolução decrescente da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), -11,2% em 2011, traduz uma contração tanto do investimento público como do investimento privado (residencial e empresarial). A evolução do rendimento disponível real será marcada, quer pelas medidas de consolidação orçamental, quer pela redução do emprego e contenção salarial ao longo do período. A componente de consumo de bens duradouros deverá reduzir-se muito mais intensamente nesta fase de retração da atividade económica, apresentando uma marcada evolução pró-cíclica que será mais pronunciada devido à maior restritividade no acesso ao crédito ao consumo. Por seu turno, o consumo de bens não duradouros deverá, também, registar uma contração sem precedentes, num quadro de restrições orçamentais das famílias e de redução do rendimento permanente. A evolução da FBCF empresarial será condicionada pelas perspectivas de forte contração da procura interna, num quadro de abrandamento e crescente incerteza quanto à evolução da procura externa, bem como pelo atual contexto de manutenção da restritividade das condições de financiamento e pela necessidade de redução do nível de endividamento das empresas.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido em 2011, a redução da procura interna (-5,2%) necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa teve uma magnitude sem precedente. Esta redução traduziu-se numa queda da procura agregada, induzindo uma significativa diminuição das importações de bens e serviços, em particular devido ao elevado conteúdo importado das componentes da procura que registaram quedas mais expressivas. A quebra continuada da procura interna, tanto pública como privada, implicam um decréscimo do seu peso no crescimento do PIB, traduzindo uma das facetas do processo de ajustamento dos desequilíbrios da economia portuguesa.



As exportações de bens e serviços, em 2011, devem manter-se como a única componente da procura agregada com uma variação positiva ao longo do ano, de 7,3%, seguindo de perto o crescimento da procura externa. Ao nível das componentes, é expectável um padrão de crescimento relativamente similar para as exportações de mercadorias e para os serviços. Consta-se, também, que o padrão de comportamento das exportações de bens e serviços tem seguido uma trajetória de evolução similar à média da área do euro.

Por sua vez, as importações de bens e serviços deverão apresentar uma quebra estimada em 4,3% para 2011. Esta evolução das importações é largamente determinada pela contração da procura interna, em particular das componentes com maior conteúdo importado.

As necessidades de financiamento da economia, medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital, em percentagem do PIB, deverão reduzir-se para 6,8% em 2011. O impacto do processo de desalavancagem do sector bancário, implicando a concessão de créditos restritivos, sobre as condições de financiamento da economia, dependerá naturalmente das estratégias a adotar pelo sector bancário num quadro de reforço do capital. Neste sentido, os bancos têm privilegiado a alienação de ativos não-estratégicos e a captação de fontes de financiamento estáveis, como depósitos de clientes, o que mitigará o impacto sobre o financiamento da economia.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá crescer 3,6%, em 2011. Esta evolução é fortemente condicionada por medidas de política orçamental, em particular pela reclassificação de alguns bens e serviços sujeitos às taxas de IVA reduzidas para a taxa normal e pelo aumento de preços administrados e de alguns impostos específicos sobre o consumo. Esta projeção inclui um aumento muito moderado dos preços de importação de bens não energéticos, uma virtual estabilização dos preços das matérias-primas e uma forte moderação salarial, num contexto em que o desemprego se deverá manter em níveis historicamente elevados.

2.

ORIENTAÇÕES GENÉRICAS

O ano de 2011 ficou marcado pela necessidade de Portugal recorrer ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) (abril de 2011), e pela alteração de Governo Constitucional (junho de 2011). Estas situações levaram a necessidade de reorientação das prioridades. Assim, destacam-se de seguida os instrumentos de suporte a esta nova orientação:

2.1.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ECONÓMICA E FINANCEIRA (PAEF)

Ao longo do ano de 2011 Portugal esteve sob pressão crescente dos mercados financeiros, refletindo maiores preocupações sobre a sustentabilidade das suas finanças públicas. Face a esta perturbação grave da atividade económica e financeira, Portugal pediu oficialmente assistência financeira à União Europeia, aos Estados-Membros da zona do euro e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 7 de abril de 2011. Esta assistência destina-se a apoiar um programa de políticas para restaurar a confiança e permitir o regresso da economia a um crescimento sustentável, preservando a estabilidade financeira em Portugal, na zona euro e na UE. O acordo de empréstimo foi aprovado pelo Conselho Europeu e assinado em 17 de maio de 2011. O conselho de administração do FMI aprovou o acordo no âmbito do seu instrumento de financiamento alargado, em 20 de maio de 2011.

O programa de ajustamento económico e financeiro visa o restabelecimento da confiança nos sectores público e bancário, bem como apoiar o crescimento e o emprego. Prevê medidas abrangentes em três áreas.

Em primeiro lugar, reformas estruturais profundas para aumentar o potencial de crescimento, criação de emprego e melhoria da competitividade (inclusivamente através da desvalorização fiscal). Em particular, o programa contém reformas do mercado de trabalho, do sistema judicial, dos sectores das indústrias em rede, habitação e serviços, com vista a reforçar o potencial de crescimento da economia, melhorar a competitividade e facilitar o ajustamento económico.

Em segundo lugar, uma estratégia de consolidação orçamental credível e equilibrada, apoiada por medidas orçamentais estruturais e um maior controlo orçamental das parcerias público-privadas (PPP) e das empresas estatais (EE), visando colocar o rácio dívida pública bruta/PIB numa trajetória claramente descendente, a médio prazo. As autoridades comprometeram-se a reduzir o défice para 3% do PIB em 2013.

Em terceiro lugar, esforços para salvaguardar o sector financeiro contra a falta de apoios, através de mecanismos de mercado apoiados por instrumentos de assistência.

2.2.

ORÇAMENTO DE ESTADO

Para 2011, o Governo propôs um conjunto de medidas de consolidação, bem como o aprofundamento das reformas estruturais em curso, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e aumentar a competitividade, devolvendo a confiança aos mercados e promovendo a estabilidade financeira.

As opções de política para 2011, foram definidas num contexto de incerteza relativamente à recuperação económica mundial e à situação nos mercados financeiros, não tendo sido prevista qualquer necessidade de intervenção de um programa de assistência económica e financeira. Neste contexto, à semelhança de 2010, o OE para 2011 assentou claramente na contenção da despesa. Neste esforço, destacam-se as medidas de redução das despesas com pessoal, a redução de despesas com o Serviço Nacional de Saúde, a racionalização e reorganização da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e a redução de despesas no âmbito do PIDDAC. Pelo facto das medidas de consolidação orçamental do OE atuarem, fundamentalmente, pelo lado da redução da despesa, estas tiveram um efeito negativo sobre a procura interna, essencialmente pela via do consumo público.

No âmbito das Políticas Sectoriais para 2011, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), posteriormente Ministério da Economia e do Emprego (MEE), assumiu em 2011, um papel extremamente relevante no processo de consolidação orçamental no quadro das administrações públicas.

De entre as principais linhas de intervenção definidas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e posteriormente para o Ministério da Economia e do Emprego (MEE), destacam-se aquelas nas quais a atividade do IEFP, I.P. assumiu maior destaque, tendo refletido esta orientação na definição dos objetivos estratégicos para 2011:

► **Combate ao Desemprego e Promoção da Criação de Emprego**

O combate ao desemprego, uma mais rápida ativação dos desempregados e o apoio à criação de emprego constituem-se como os elementos centrais da intervenção do Governo, para o próximo ano, no domínio das políticas ativas de emprego. Neste sentido, em 2011, eleva-se a meta relativa ao número de pessoas a abranger pelas medidas de emprego, formação e reabilitação profissional desenvolvidas no âmbito do IEFP, I.P. para cerca de 570 mil pessoas. No domínio específico das medidas de emprego, prevê-se a integração de cerca de 215 mil pessoas em medidas de ativação, com destaque para os jovens e os desempregados de longa duração. No domínio da formação profissional, prevê-se o reforço das medidas que se têm revelado muito significativas na inversão do padrão de baixas qualificações da população ativa portuguesa, nomeadamente, as medidas de educação e formação de adultos, a formação modular ou o Programa Novas Oportunidades. No domínio específico do reforço das qualificações da população desempregada, irá ser implementada uma medida de encaminhamento dos desempregados com habilitações inferiores ao 12.º ano de escolaridade para os Centros Novas Oportunidades, enquanto medida integrante do seu Plano Pessoal de Emprego. Em termos globais,



estabelece-se enquanto meta abranger um total de 340 mil pessoas, ao longo de 2011, em medidas de formação profissional, no quadro da intervenção do IEFP, I.P..

No âmbito específico da transição dos jovens para o mercado de trabalho, dar-se-á continuidade aos estágios profissionais, através dos quais se prevê facilitar a transição de 45 mil pessoas para o mercado de trabalho, no âmbito das suas diferentes modalidades. Manter-se-á, igualmente, o apoio à contratação de jovens, assim como os apoios à contratação, com destaque para os que apresentem maiores dificuldades de integração.

A promoção da criação de emprego será, ainda, prosseguida na vertente de criação do próprio emprego. Esta intervenção far-se-á através da instituição de um programa inovador na área do microcrédito, que tem por objetivo fomentar o potencial empreendedor dos desempregados e de outros públicos desfavorecidos, garantindo-lhes o apoio técnico necessário à dinamização de pequenos negócios e alavancando, financeiramente, iniciativas que apenas necessitam de um pequeno montante de investimento, mas que têm um elevado potencial de criação de emprego e de dinamização das economias locais e regionais.

Ainda no âmbito do apoio ao empreendedorismo manter-se-ão as linhas de crédito, que visam apoiar projetos de criação de empresas de pequena dimensão e que originem a criação de emprego, designadamente, as linhas de crédito MICROINVEST e INVEST+.

A aposta na integração económica e social dos grupos desfavorecidos continuará, também, a ser prosseguida, nomeadamente, por via do reforço do acesso e da integração destes públicos no mercado de trabalho, através dos Contratos Emprego-Inserção e dos Contratos Emprego-Inserção+.

Atendendo, ainda, a que as dificuldades de inserção no mercado de trabalho têm vindo a aumentar, em 2011, as medidas destinadas a reforçar a qualificação profissional dos desempregados mais desprotegidos – os desempregados não subsidiados – irão constituir uma prioridade ao nível da intervenção. Nesse sentido, no quadro dos apoios à formação profissional dirigida a desempregados, o IEFP, I.P. dará prioridade aos encaminhamentos para ações de formação dirigidas a desempregados, quer no âmbito dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), quer em ações de Formação Modular. Através desta intervenção, prevê-se abranger um total de 30 mil desempregados não subsidiados em cursos EFA e 30 mil em ações de Formação Modular.

Ainda no âmbito do combate ao desemprego e reforço das condições de empregabilidade da população desempregada mais desprotegida, e tendo presente a particular fragilidade dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2011 irá ser reforçada a intervenção junto deste público.

Nas medidas de formação profissional prevê-se integrar 30 mil beneficiários de RSI e nas medidas de emprego 15 mil.

Atendendo a que a inserção socioprofissional dos titulares e beneficiários do RSI se encontra fortemente condicionada pelos baixos níveis de qualificação desta população, irá ser criado um programa de formação em competências básicas dirigido aos beneficiários desta prestação. Esta medida visa criar estratégias formativas que possibilitem a esses adultos a aquisição das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e tecnologias de informação e comunicação, necessárias à entrada em percursos de qualificação que conduzam à obtenção de mais competências e à sua certificação, bem como à promoção da sua autonomia, autoaprendizagem e trabalho cooperativo. A aquisição destas competências permitirá favorecer o acesso ou o prosseguimento da formação em



percursos qualificantes e, por essa via, contribuir para a integração social desta população, aumentando, assim, os seus níveis de empregabilidade. Prevê-se a integração de 4,8 mil beneficiários neste programa

▶ **Uma Política Integrada para a Deficiência**

Em 2011, dar-se-á início à implementação da Estratégia Nacional para a Deficiência – ENDEF (2010-2013), que reunirá um conjunto de medidas de âmbito interministerial, no respeito pelos princípios subjacentes à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com destaque para cinco eixos estruturantes: (i) deficiência e multidiscriminação; (ii) justiça e exercício de direitos; (iii) autonomia e qualidade de vida; (iv) acessibilidades e design para todos; (v) modernização administrativa e sistemas de informação.

Para além destas linhas de intervenção, o MTSS definiu ainda, para 2011, os seguintes objetivos prioritários:

- ▶ Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacional
- ▶ Investimento em Equipamentos Sociais
- ▶ Uma Política Sistémica para as Crianças e Jovens em Risco
- ▶ Combater a Pobreza e a Exclusão Social
- ▶ Promoção da Adaptabilidade dos Trabalhadores e Empresas no Mercado de Trabalho e da Igualdade de Oportunidades

2.3.

SISTEMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

A evolução que, nas últimas décadas, se registou no domínio da educação e formação não se revelou suficiente para alterar a realidade com que se confronta o mercado de trabalho marcada pelas baixas qualificações dos ativos, pelo que se tornou imperioso encontrar soluções inovadoras no plano dos objetivos, nos modos de organização e nos meios utilizados para a sua concretização. O Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) adota os princípios e os objetivos estratégicos consagrados no acordo celebrado com a generalidade dos parceiros sociais e reestrutura a formação profissional inserida no sistema educativo e a formação profissional inserida no mercado de trabalho, integrando-as com objetivos e instrumentos comuns e sob um enquadramento institucional renovado.

Este novo ciclo no âmbito das qualificações em Portugal vem convergir com os desenvolvimentos do Quadro Europeu das Qualificações, bem como do Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação (ECVET), enquanto instrumentos fundamentais para a transparência das qualificações e a mobilidade dos cidadãos. Reforça-se assim a importância dos resultados da aprendizagem, em detrimento dos processos, e da emergência de sistemas de educação e formação cada vez mais flexíveis e articuláveis com dispositivos de reconhecimento, validação e certificação de competências.

O SNQ, da responsabilidade da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.), tutelada pelo Ministério da Economia e do Emprego e pelo Ministério da Educação e Ciência, assume, assim, objetivos já afirmados anteriormente na Iniciativa Novas Oportunidades e no Acordo para a Reforma da Formação Profissional, desde logo, o de promover a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população.

Esta elevação da formação de base da população ativa deve significar uma progressão escolar e profissional e gerar competências necessárias ao seu desenvolvimento, bem como à modernização das empresas e da economia. Estes objetivos aplicam-se quer aos jovens quer aos adultos, de forma a promover, por razões de justiça social, novas oportunidades de qualificação.

É nesta perspetiva de desenvolvimento das qualificações, em particular dos adultos com larga experiência profissional e detentores de competências adquiridas em contextos formais, não formais e informais, que se fundamentou a generalização do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), com a integração de um Centro Novas Oportunidades, em cada Centro de Formação Profissional.

Neste paradigma de atuação os Centros de Formação Profissional respondem às necessidades de qualificação manifestadas pelos seguintes segmentos de público, no quadro das diferentes modalidades de formação:

- **Jovens** – Cursos de Aprendizagem; Cursos de Educação e Formação para Jovens e Cursos de Especialização Tecnológica.

De entre as modalidades de dupla certificação dirigidas aos jovens destacam-se os Cursos de Aprendizagem, modalidade cujo desenvolvimento compete ao IEFP, I.P., e que se distingue das demais ofertas para jovens pela



organização que apresenta – alternância de contextos de aprendizagem e articulação entre as diferentes componentes de formação (sendo que a formação prática em contexto real de trabalho representa cerca de 40% da duração total).

- **Adultos** – Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA); Processos de RVCC e Formação Modular Certificada.

A oferta de qualificação dirigida aos adultos, com prioridade para os ativos desempregados, sustenta-se na expansão da oferta de cursos EFA e na consolidação da rede de Centros Novas Oportunidades, integrados em todos os Centros de Formação Profissional. O sistema de RVCC (nas suas dimensões escolar e profissional) foi, em 2011, encarado como a via privilegiada para envolver adultos em percursos qualificantes, uma vez que permite reconhecer, validar e certificar as competências adquiridas pela experiência, conduzindo a uma certificação total ou, quando o resultado se traduz numa certificação parcial, a itinerários formativos ajustados à situação de cada adulto.

- **Pessoas com deficiências e incapacidades**

No exercício das suas competências em matéria de reabilitação profissional, o IEFP, I.P. tem assegurado o apoio técnico e financeiro a um significativo número de entidades (cerca de 130), maioritariamente privadas (APPACDM, APPC, CERCÍ e outras associações), que desenvolvem respostas de formação profissional para pessoas com deficiências e incapacidades. O financiamento do Programa de Qualificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades é assegurado através do POPH e do orçamento do IEFP, I.P..

Desde 2008, com o objetivo de, progressivamente, aproximar e integrar no SNQ a atividade formativa dirigida a pessoas com deficiências e incapacidades, foi incentivada a utilização dos referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), ainda que com as adaptações necessárias.

3.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

No decorrer do ano de 2011, não foram redefinidos objetivos estratégicos, por se considerar que estes já visavam os desígnios definidos. Assim, as orientações estratégicas do IEFP, I.P., em articulação estreita com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e com a Iniciativa Novas Oportunidades visam enquadrar a atuação futura do Serviço Público de Emprego (SPE), com particular destaque para a dinamização das medidas de combate ao desemprego e à promoção do emprego, bem como ao desenvolvimento da qualificação dos portugueses.

Pretendeu-se um Serviço Público de Emprego potenciado pela atualização das medidas que integram as políticas ativas de emprego, com destaque para aquelas visam a empregabilidade e a manutenção dos postos de trabalho dos ativos empregados. Particular atenção, via integração em medidas ativas, será dada aos desempregados não subsidiados, designadamente pela via da sua integração em ações de formação profissional.

Promover a melhoria do atendimento dos públicos, com vista à aproximação dos Serviços aos utentes, de forma a melhorar as capacidades das pessoas, reforçando, por essa via, as suas perspetivas de inserção. Para tal o melhor ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, intervindo, sempre que necessário, na adequação das qualificações das pessoas às necessidades do tecido empresarial e no reforço de informação entre os que procuram e os que oferecem trabalho.

Considerou-se fundamental reforçar a articulação com as empresas, através da disponibilização de adequada informação sobre os públicos com necessidades de inserção profissional, bem como do conjunto de medidas disponíveis para a sua concretização.

Assim, cabe ao IEFP, I.P., enquanto Organismo central na execução das políticas públicas de emprego e formação profissional, um papel determinante junto dos ativos empregados e desempregados, com destaque para os que apresentam baixas qualificações, visando a sua empregabilidade.

Enquanto Serviço Público de Emprego, IEFP, I.P. assume um papel primordial na ativação das medidas de emprego, no atendimento personalizado e precoce dos desempregados e no controlo das condições de atribuição do Subsídio de Desemprego dos portugueses que efetivamente dele necessitam.

A elaboração de Planos Pessoais de Emprego individualizados destinados à inserção dos desempregados, coloca novos desafios à eficácia dos Centros de Emprego através de estratégias adequadas de intervenção de públicos específicos, sejam eles jovens licenciados, desqualificados, imigrantes, desfavorecidos ou portadores de deficiência.



Ao IEFP, I.P., compete, igualmente, participar no objetivo crucial colocado à sociedade portuguesa de melhorar a sua qualificação, de forma a contribuir para a recuperação do atraso que distancia Portugal dos países mais desenvolvidos, em particular dos pertencentes à União Europeia. Para este objetivo, atribui-se um papel relevante à sua participação na dinâmica atribuída aos Centros de Formação Profissional, integrados na rede de Centros de Novas Oportunidades (CNOs), nomeadamente no seu contributo para a concretização das metas previstas. Transformar os CNOs dos Centros de Formação Profissional em importantes instrumentos de qualificação, quer na relação direta com a rede de Centros de Emprego, quer na resposta direta aos adultos que procuram a melhoria das suas qualificações, assume objetivo central na estratégia do IEFP, I.P. para o período 2008-2010. Para a sua prossecução encontram-se previstas novas formas de articulação entre os Centros de Emprego e os Centros de Formação, com especial destaque, dentro destes, para o papel reservado aos Centros Novas Oportunidades.

No âmbito do reforço das qualificações, o IEFP, I.P. procedeu ao encaminhamento dos desempregados que estejam inscritos, para a rede de Centros Novas Oportunidades, de forma a melhorar a sua empregabilidade.

Em simultâneo com a estratégia de intervenção prevista para as denominadas áreas de negócio, pretende-se introduzir medidas profundas de racionalização, modernização e simplificação administrativa, enquadradas no processo mais global de Modernização da Administração Pública. Promover uma melhor eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, em linha com a boa utilização dos dinheiros públicos, o alargamento do número de abrangidos pelas suas medidas e a melhoria contínua da qualidade por todos os trabalhadores, no quadro das suas atribuições e competências.

Pretende-se o reforço da eficácia dos serviços, com a consolidação do modelo de funcionamento dos centros de emprego e do modelo de intervenção dos centros de formação profissional.

A concretização da estratégia será promovida, sob as orientações estratégicas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em estreita articulação com os Organismos que o integram e o Ministério da Educação, designadamente na execução das políticas de formação, em áreas formativas que integram o Sistema Nacional de Qualificações.

Para o seu pleno desenvolvimento serão utilizados, de forma eficiente, os recursos financeiros nacionais e comunitários, com destaque, entre os últimos, os oriundos do POPH/QREN.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos que enquadram as orientações enumeradas assentam em quatro vetores fundamentais:

- ▶ **Promover a modernização e reforço do Serviço Público de Emprego**, potenciando o seu papel proactivo na intermediação entre a procura e a oferta.

O modelo a desenvolver deverá considerar metodologias inovadoras de atuação técnica, a reengenharia dos processos e a simplificação dos circuitos associados, uma organização versátil, a afetação estratégica de recursos, uma estrutura tecnológica integradora de sistemas e redes de informação e comunicação, enquanto elementos facilitadores da interação com os clientes.

Nesta perspetiva, pressupõe-se uma evolução na cultura organizacional, orientando-a para a dignificação da função atendimento e para a satisfação das expectativas e das necessidades do cliente.

- ▶ **Prosseguir a qualificação dos Portugueses**

A continuação da aposta na Iniciativa Novas Oportunidades, de forma a aproximar a formação dos adultos e jovens das oportunidades e necessidades do mercado de trabalho, assegurando a dupla certificação, assume, para o IEFP, I.P., uma elevada prioridade, para a concretização da sua certificação. A intervenção do IEFP, I.P. far-se-á pela via da oferta formativa a disponibilizar pela sua rede de Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada, bem como pelo encaminhamento dos desempregados para a rede de Centros Novas Oportunidades.

Para a prossecução deste objetivo, assumirá papel central a rede de centros de formação profissional, em particular no quadro dos centros novas oportunidades.

- ▶ **Inserir no mercado de trabalho os grupos mais desfavorecidos**

A formação e a inserção profissional de públicos desfavorecidos, em geral, e de pessoas com deficiências e incapacidades, em particular, assume elevada relevância, nas políticas ativas de emprego e de formação profissional.

A criação das condições para o reforço da inserção profissional destes beneficiários será desenvolvida pela introdução de componentes de formação básica para os níveis de escolarização mais baixos, de forma a reforçar a capacitação para o acesso às formações integradas no catálogo nacional de qualificações. Para todos os que demonstrem qualificações de base suficientes, serão integrados nas ofertas formativas existentes.

A intervenção junto das pessoas com deficiências e incapacidades assume particular relevância nas atribuições do IEFP, com relevo para a formação profissional e para a integração no mercado de trabalho destes públicos. No âmbito da intervenção dos grupos mais desfavorecidos, a inserção no mercado de trabalho dos beneficiários do rendimento social de inserção, assume, igualmente, elevada pertinência nas atividades a desenvolver, contribuindo para reforçar as condições de inserção deste grupo.



Estes objetivos estratégicos serão parte integrante do **Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR** do IEFP, I.P., concretizados através de um diversificado conjunto de objetivos operacionais, desagregados em objetivos de eficácia, de eficiência e de qualidade enquadrados na avaliação de desempenho dos respetivos serviços.

Os referidos objetivos encontram-se suportados em indicadores de desempenho, de forma a aferir os resultados alcançados no quadro dos meios disponíveis, de forma a permitir a avaliação das atividades desenvolvidas.

O IEFP, I.P. desenvolveu o QUAR de 2011 enquanto elemento potenciador do reforço da sua eficácia, da eficiência e qualidade.

OBJECTIVO 1

MAIS E MELHOR EMPREGO

- ▶ Promover a qualidade do emprego e combater o desemprego

OBJECTIVO 2

ATENDIMENTO DE QUALIDADE

- ▶ Melhorar a qualidade de atendimento nos Centros de Emprego

OBJECTIVO 3

QUALIFICAR OS PORTUGUESES

- ▶ Promover a qualificação dos ativos no quadro de reforma do Sistema Nacional de Formação Profissional

OBJECTIVO 4

MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Pretende-se desenvolver um conjunto de atividades no sentido da modernização do IEFP, I.P., que passa pela consolidação e aprofundamento dos novos modelos organizacionais das unidades orgânicas locais, no sentido da maior focalização na interação direta com utentes e entidades, e pela introdução de mecanismos de simplificação e racionalização dos processos.

B



**EVOLUÇÃO DO
MERCADO DE
TRABALHO E DE
EMPREGO**

1.

DEBILIDADES ESTRUTURAIS DO MERCADO DE TRABALHO

O “*Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 – 2013*” assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. No entanto, as debilidades estruturais do mercado de trabalho, dificultam a prossecução deste desígnio pela relevância que assumem no funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. Destacam-se, assim, como principais fraquezas do mercado de trabalho as seguintes:

- O nível de potencial humano continua a apresentar, em Portugal, diferenciais significativos relativamente à União Europeia, resultante do baixo grau das qualificações (escolares e profissionais) da população portuguesa, não obstante os progressos dos últimos 30 anos. Em Portugal, a percentagem de jovens que abandonaram prematuramente a escola ascendia, em 2010 (últimos dados anuais disponíveis), a 28,7%, contra os 14,1% da UE27, e a percentagem de jovens diplomados com o ensino secundário ou superior (58,7%) é ainda baixa comparativamente com a UE27 (79,0%).
- A participação em processos de formação profissional é, também, inferior em Portugal (5,8% em 2010) face à UE27 (9,1%). Esta situação revela-se agravada, sabendo-se que são os trabalhadores menos qualificados e os mais idosos que mais dificuldades demonstram no acesso à formação profissional.
- A existência de desajustamentos entre a procura e a oferta dos licenciados que têm engrossado o desemprego dos diplomados com o ensino superior, nomeadamente os licenciados em áreas estratégicas como a matemática, ciência e tecnologia são insuficientes e os das áreas das ciências humanas, que têm uma reduzida procura da estrutura produtiva, são excessivos. Por outro lado, continua escassa a oferta em formações intermédias e tecnológicas, que é muito procurada pelas empresas.
- A caracterização do tecido produtivo e empresarial tem significativa expressão em ativos pouco qualificados e assenta em atividades de baixo valor acrescentado, com fraca incorporação de conhecimento e inovação nos produtos e processos. É dominado por pequenas e muito pequenas empresas, com insuficiente receptividade à inovação, traduzindo reduzida adaptabilidade às mudanças e condicionantes externas e com níveis de sustentabilidade inferiores ao desejável. A composição sectorial mostra também o predomínio de atividades tradicionais, intensivas em mão-de-obra e com baixo grau de aplicação de tecnologias de informação.
- A economia nacional tem vindo a evoluir no sentido da terciarização, com os Serviços a criar emprego, mas a níveis inferiores aos da União Europeia. O sector agrícola tem estabilizado o peso na estrutura global do emprego. Numa situação de economia desfavorável, o volume de trabalhadores independentes tende a aumentar, com a particularidade de ser uma solução que surge de uma necessidade concreta de resolver um problema de emprego, em sectores de serviços de baixo valor acrescentado e com baixas taxas de sobrevivência e não tanto de projetos inovadores que valorizem as oportunidades de negócio em áreas



tecnológicas. Em Portugal, o trabalho por conta própria ou independente continua significativo e é um dos mais elevados no seio da União Europeia, mas começa a dar sinais de algum recuo.

- São conhecidas as assimetrias regionais, expressas pelos binómios litoral/interior e urbano/rural, traduzidas na estrutura do emprego/desemprego.
- O trabalho a tempo parcial ocupa uma fatia pouco significativa na estrutura do emprego em Portugal, comparativamente aos padrões médios europeus, em que uma percentagem considerável de trabalhadores exerce a sua atividade neste regime de trabalho, principalmente as mulheres.

Tendo em consideração este conjunto de debilidades de natureza estrutural, não é difícil identificar os estrangulamentos que o mercado de trabalho português apresenta.

Sem prejuízo das medidas de política ativa, com carácter inclusivo, que têm vindo a ser adotadas para minorar as dificuldades de integração no mercado, os dados estatísticos sobre o desemprego evidenciam como grupos com dificuldades acrescidas de (re)inserção no mercado de trabalho, os desempregados de longa duração, os detentores de baixos níveis de qualificação, os jovens não qualificados e saídos precocemente do sistema educativo, as mulheres e os ativos com mais de 45 anos de idade.

A situação dos jovens é particularmente preocupante, porque se tem vindo a assistir a um continuado aumento da taxa de desemprego juvenil, que mais que duplica face à do desemprego global, e tanto atinge os menos como os mais qualificados. É igualmente junto deste segmento etário que as alternâncias entre emprego e desemprego são frequentes e a instabilidade no trabalho tende a ser maior.

A componente de longa duração (estrutural) do desemprego tem vindo a acompanhar a evolução crescente do desemprego e tem contribuído para a deterioração do seu perfil qualitativo e, quanto mais se prolonga no tempo, mais difícil se torna o retorno ao trabalho. Este fenómeno é particularmente representativo junto dos adultos com 45 e mais anos de idade, das mulheres e dos menos escolarizados e qualificados.

O Norte tem sido particularmente atingido com um agravamento do desemprego, a sofrer os efeitos da especialização do tecido produtivo e do baixo nível de qualificação da mão-de-obra, por um lado, e dos processos de reestruturações sectoriais e deslocalização de empresas, por outro.

2.

SITUAÇÃO DO MERCADO DE EMPREGO (1)

2.1.

POPULAÇÃO E ATIVIDADE

Os dados do Inquérito ao Emprego do INE relativos ao ano de 2011, estimam uma população ativa de 5 292,3 mil indivíduos no Continente (valor médio anual). Neste número contam-se 2 803,8 mil homens e 2 488,5 mil mulheres, 416,9 mil jovens e 4 875,5 mil adultos, dos quais 275,5 mil tinham 65 e mais anos de idade. Quanto à habilitação escolar desta população, 61,3% do total possuía, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico, enquanto os habilitados com um nível superior tinham uma representatividade de 18,3%.

Quadro 1 - POPULAÇÃO ATIVA POR GÉNERO, GRUPO ETÁRIO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO

Continente	2011	
	mil.	%
População Ativa	5 292,3	100,0
Homens	2 803,8	53,0
Mulheres	2 488,5	47,0
15-24 anos	416,9	7,9
25-44 anos	2 721,6	51,4
45-64 anos	1 878,4	35,5
65 e+ anos	275,5	5,2
Até ao básico - 3º ciclo	3 245,6	61,3
Secundário e pós-secundário	1 079,9	20,4
Superior	966,9	18,3

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

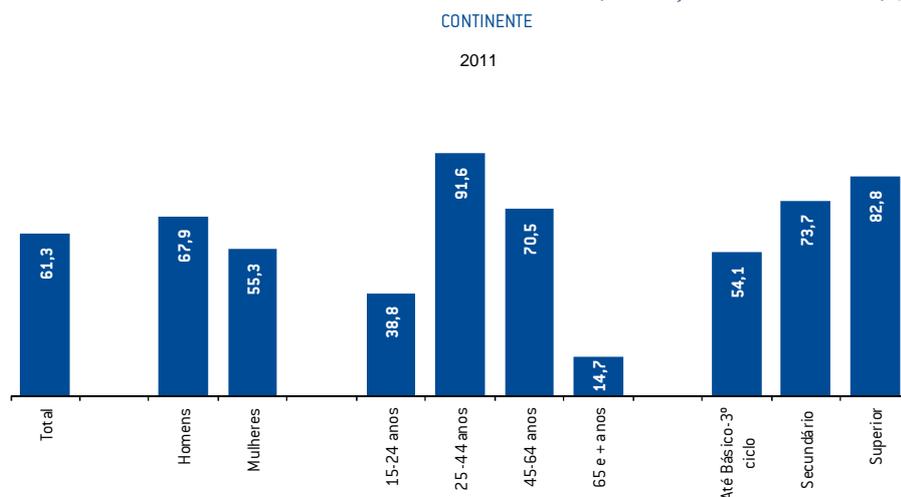
A taxa de atividade da população em idade ativa (15 e mais anos de idade) calculou-se em 61,3% no ano em análise. A taxa de atividade dos homens foi de 67,9%, excedendo a das mulheres (55,3%) em 12,6 pontos percentuais (p.p). A taxa de atividade dos jovens de 15-24 atingiu 38,8%, mantendo um valor significativamente

[1] O Instituto Nacional de Estatística, iniciou, em 2011, uma nova série do Inquérito ao Emprego, como consequência das alterações metodológicas, provocadas pela mudança do modo de recolha da informação e o recurso a um novo questionário. Com esta quebra de série, não são viáveis as comparações lineares com as estimativas provenientes da anterior série de dados. Deste modo, a análise do mercado de emprego que se apresenta não poderá ser feita de forma evolutiva, como habitualmente, mas apenas em termos estruturais. Para esta análise foram utilizados os valores médios anuais do ano 2011.

mais baixo do que o observado nos adultos de 25-44 anos e de 45-64 anos (91,6% e 70,5%, respetivamente). Nos indivíduos de 65 anos e mais, a taxa de atividade reduzia-se para 14,7%.

Por habilitação escolar, a taxa de atividade é mais elevada à medida que o nível de instrução aumenta, pelo que, os habilitados com cursos superiores conseguiram uma taxa de atividade de 82,8%, contra 73,7% para os detentores de um nível secundário e pós-secundário, e 54,1% para os que possuíam um nível escolar igual ou inferior ao 3º ciclo do ensino básico.

Grafico 1 - TAXA DE ATIVIDADE POR GÉNERO E GRUPO ETÁRIO (POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS) (%)



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

2.2.

POPULAÇÃO EMPREGADA

A população empregada, no Continente, estimada pelo INE em 4 618,0 mil indivíduos no ano de 2011, era constituída maioritariamente por homens (2 456,3 mil; 53,2%), adultos entre os 25 e 44 anos de idade (2 382,3 mil; 51,6%), e detentores, como nível de ensino completo, da escolaridade obrigatória ou inferior (2 805,4 mil; 60,7%).

Quadro 2 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR GÉNERO, GRUPO ETÁRIO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO

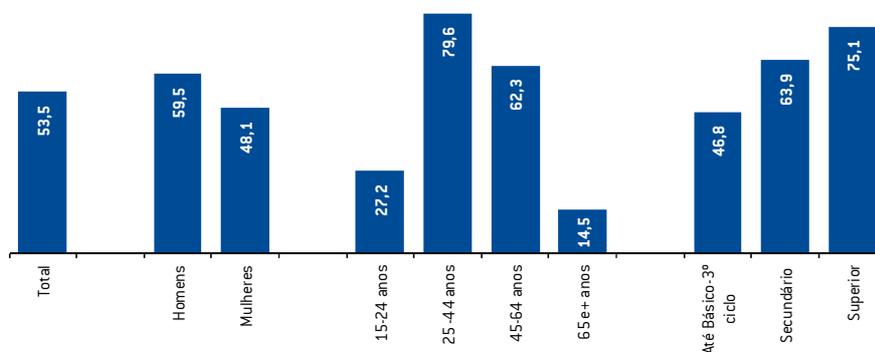
Continente	2011	
	mil.	%
População Empregada	4 618,0	100,0
Homens	2 456,3	53,2
Mulheres	2 161,7	46,8
15-24 anos	292,5	6,3
25-44 anos	2 382,3	51,6
45-64 anos	1 670,7	36,2
65 e + anos	272,6	5,9
Até ao básico - 3º ciclo	2 805,4	60,7
Secundário e pós-secundário	935,3	20,3
Superior	877,3	19,0

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A taxa de emprego, dada pela relação entre a população empregada e a população em idade ativa (15 e mais anos de idade), foi calculada em 53,5% para o ano 2011. Mantém-se a discrepância entre as taxas de emprego específicas de cada género: a taxa de emprego dos homens (59,5%) excedeu a das mulheres (48,1%) em 11,4 p.p.. O grupo etário de maior potencial ativo, 25-44 anos, mantém a mais elevada taxa de emprego, com 79,6%, seguindo-se o grupo de 45-64 anos, com 62,3%. A taxa de emprego dos jovens de 15-24 anos era de 27,2%, enquanto a dos indivíduos de idade mais avançada (65 e mais anos) se situava nos 14,5%. A população com um nível superior de habilitação escolar mantinha a taxa de emprego mais elevada (75,1%), diminuindo para os detentores do secundário ou pós-secundário (63,9%) e para os que, no máximo, possuíam o 3º ciclo do ensino básico (46,8%).

Grafico 2 - TAXA DE EMPREGO POR GÉNERO E GRUPO ETÁRIO (POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS) (%)
CONTINENTE

2011



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A análise do volume de emprego por atividade económica mostra 453,2 mil indivíduos (9,8% do total) no sector da “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca”, 1 283,5 mil (27,8%) no sector da “Indústria, Construção Energia e Água” e 2 881,3 mil (62,4%) no sector dos “Serviços”.

Quadro 3 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA (CAE Rev.3)

Continente

	2011	
	mil.	%
Total	4 618,0	100,0
A. Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	453,2	9,8
B a F. Indústria, Construção, Energia e Água	1 283,5	27,8
C. Indústria transformadora	799,4	17,3
F. Construção	417,9	9,0
G a U. Serviços	2 881,3	62,4
G. Comércio por grosso e a retalho	677,8	14,7
H. Transportes e armazenagem	165,1	3,6
I. Alojamento, restauração e similares	273,0	5,9
J. Atividades de informação e de comunicação	80,2	1,7
K. Atividades financeiras e de seguros	102,6	2,2
L. Atividades imobiliárias	25,1	0,5
M. Atividades de consultoria, científicas, técnicas e sim.	171,0	3,7
N. Atividades administrativas e dos serviços de apoio	133,9	2,9
O. Administração Pública, Defesa e Segur. Social Obrig.	288,3	6,2
P. Educação	346,3	7,5
Q. Atividades de saúde humana e apoio social	349,3	7,6
R. Ativid. artísticas de espetáculos, desportivas e recrea.	49,0	1,1
S a U. Outros serviços	219,8	4,8

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A “Indústria transformadora”, o “Comércio por grosso e a retalho” e a “Construção” destacam-se como atividades económicas de maior volume de emprego, respetivamente, 17,3%, 14,7% e 9,0% do total da população empregada no ano 2011.

A análise do emprego por profissões permite-nos observar o predomínio dos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, com um peso relativo de 16,1% no total do emprego do Continente, assim como, o grupo “Trabalhadores dos serviços de proteção, segurança e vendedores” também com 16,1%. Na segunda posição, com 14,3%, encontravam-se os “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”. Salienta-se a importância dos “Trabalhadores não qualificados” que, com 11,5% do emprego global, ocupavam a terceira posição. Ainda, com um significativo peso relativo (9,5%), os “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta”, detinham o quarto lugar no conjunto dos grupos profissionais.

Quadro 4 - ESTRUTURA DO EMPREGO POR PROFISSÕES, SEGUNDO O GÉNERO - 2011

Continente			
Profissão [CPP-10]	HM	H	M
Total	100,0	100,0	100,0
1. Representantes poder legisl. e órgãos exec., dirigentes, diretores e gestores executivos	6,3	8,0	4,5
2. Especialistas das ativ. intelectuais e científicas	14,3	11,5	17,5
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	8,7	9,9	7,4
4. Pessoal administrativo	8,3	5,5	11,6
5. Trabalh. serv. pessoais prote. segur. e vendedores	16,1	11,2	21,6
6. Agricultores e trab. qualific. da agricul. pesca e floresta	9,5	10,5	8,2
7. Trab. qualificados da indústria, construção e artífices	16,1	25,4	5,5
8. Operadores de instal. e máquinas e trab. montagem	8,5	11,3	5,4
9. Trabalhadores não qualificados	11,5	5,6	18,2
0. Forças armadas	0,7	1,1	0,1

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Continuam a verificar-se diferenças significativas na estrutura do emprego por profissões segundo o género. As mulheres trabalham, maioritariamente, em profissões características do sector “terciário” como “Trabalhadores dos serviços pessoais, proteção, segurança e vendedores”, grupo que, com 21,6% do emprego feminino, ocupava a primeira posição. Nos homens, prevalecem as profissões do sector “secundário”, como “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, grupo que detinha o primeiro lugar, com 25,4% do emprego masculino.

Quanto à situação na profissão dos 4 618,0 mil trabalhadores com emprego, 3 633,3 mil (78,7% do total), eram trabalhadores por conta de outrem, 956,5 mil trabalhavam por conta própria, dos quais 716,7 mil como isolados e 239,8 mil como empregadores. Os restantes 28,2 mil eram trabalhadores familiares não remunerados e outros.

Quadro 5 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Continente	2011	
	mil.	%
População Empregada	4 618,0	100,0
Conta de outrem	3 633,3	78,7
Conta própria como isolado	716,7	15,5
Conta própria como empregador	239,8	5,2
Trabalhador familiar não remunerado e outros	28,2	0,6

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Atendendo ao tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem, 2 821,7 mil possuíam um contrato permanente, 678,5 mil trabalhavam com contrato com termo, enquanto os restantes, 133,1 mil, tinham um trabalho sazonal, pontual ou ocasional ou trabalhavam em regime de prestação de serviços. O emprego não permanente (com termo, sazonal, pontual ou ocasional e, ainda, a prestação de serviços), abrangia, assim, um total de 811,6 mil trabalhadores, representando 22,4% do emprego por conta de outrem.

Quadro 6 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR CONTA DE OUTREM, POR TIPO DE CONTRATO

Continente	2011	
	mil.	%
Total	3 633,3	100,0
Contrato sem termo	2 821,7	77,7
Contrato com termo	678,5	18,7
Outro (prest. serv., trabalhador sazonal, pontual, ocasional)	133,1	3,7

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

2.3.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA

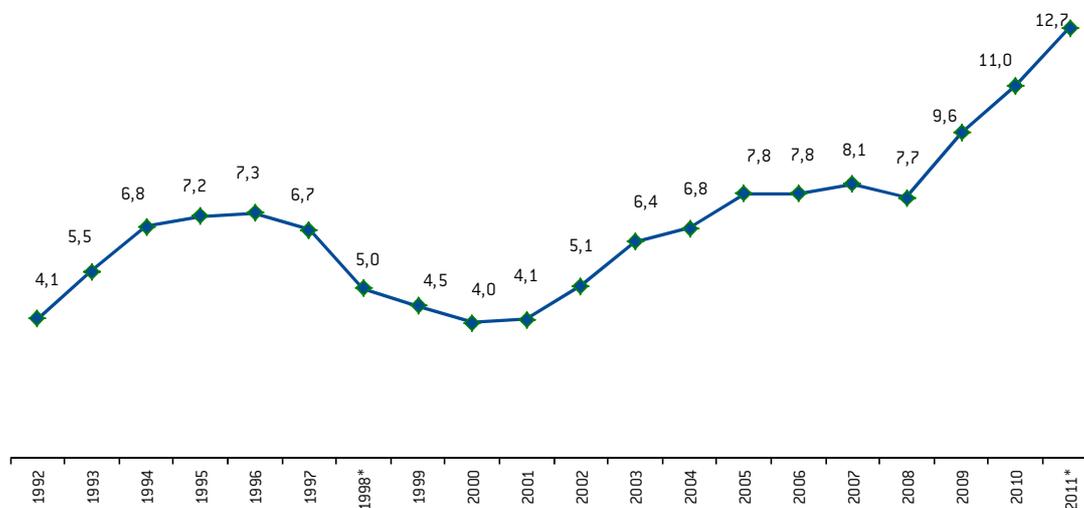
A população desempregada, segundo o Inquérito ao Emprego do INE no ano 2011, foi estimada em 674,3 mil indivíduos no Continente. Neste número 51,5% eram homens, 50,3% eram adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos e, 65,3% possuíam, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico.

Continente	2011	
	mil.	%
População Desempregada	674,3	100,0
Homens	347,5	51,5
Mulheres	326,8	48,5
15-24 anos	124,4	18,4
25-44 anos	339,3	50,3
45 e + anos	210,6	31,2
Até ao básico - 3º ciclo	440,2	65,3
Secundário e pós-secundário	144,5	21,4
Superior	89,6	13,3

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

No ano 2011, a taxa de desemprego do Continente atingiu 12,7% (média anual), valor consideravelmente elevado, embora não se deva fazer uma comparação linear com períodos anteriores em consequência da quebra de série.

Gráfico 3 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO (%)
CONTINENTE



* Quebra de série

A taxa de desemprego dos homens atingiu 12,4% e a das mulheres um valor mais elevado, com 13,1%. A taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) foi de 29,8%, valor que mais que duplica a taxa de desemprego global. Quanto às taxas de desemprego dos grupos etários de 25-44 anos e de 45 anos e mais, situaram-se em, respetivamente, 12,5% e 9,8%.

A taxa de desemprego aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui: os indivíduos com escolaridade de nível superior mostravam a taxa de desemprego mais baixa (9,3%), seguindo-se os habilitados com o secundário ou pós-secundário (13,4%) e os que tinham, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico que, com 13,6%, apresentavam o valor mais elevado.

Quadro 8 - TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO, GRUPO ETÁRIO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO

Continente	
	2011
Total	12,7
Homens	12,4
Mulheres	13,1
15-24 anos	29,8
25-44 anos	12,5
45 e + anos	9,8
Até ao básico - 3º ciclo	13,6
Secundário e pós-secundário	13,4
Superior	9,3

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Do total de desempregados, 605,4 mil (89,8%) procuravam um novo emprego enquanto os restantes 69 mil (10,2%) procuravam o primeiro emprego. Quanto às atividades de origem do desemprego, dos que procuravam um novo emprego, 57,3% eram provenientes de atividades do sector dos “Serviços”, 36,1% da “Indústria, construção, energia e água” e 2,2% da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”.

Quadro 9 - POP. DESEMPREGADA PRIMEIRO OU NOVO EMPREGO, POR ÚLTIMA ATIVIDADE (CAE Ver. 3)

Continente	2011	
	mil.	%
Total	674,3	100,0
Primeiro Emprego	69,0	10,2
Novo Emprego	605,4	89,8
Agricultura, prod. animal, caça, floresta e pesca	13,1	2,2
Indústria, construção, energia e água	218,5	36,1
Serviços	346,9	57,3

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Nota: A soma do número de desempregados à procura de novo emprego, por sector de atividade anterior, não corresponde ao total de indivíduos à procura de novo emprego porque a experiência anterior de trabalho é caracterizada, apenas, para aqueles que deixaram o último emprego há oito ou menos anos

Tendo em conta o tempo de permanência no desemprego, verifica-se que do total de desempregados, 318,0 mil (47,2%) procuravam emprego há menos de um ano, enquanto 356,3 mil (52,8%) eram desempregados de longa duração (com um ano ou mais de procura de emprego). No desemprego de longa duração, destaca-se o número dos que tinham um tempo de desemprego superior a dois anos, 211,7 mil. Este grupo de desempregados de muito longa duração, representava mais de metade (59,4%) do desemprego de longa duração e 31,4% do total de desempregados.

Quadro 10 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DE DESEMPREGO

Continente	2011	
	mil.	%
Total	674,3	100,0
≤ 6 meses	235,8	35,0
< 12 meses	318,0	47,2
≥ 12 meses	356,3	52,8
≥ 25 meses	211,7	31,4

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

2.4.

INDICADORES COMPLEMENTARES DO MERCADO DE TRABALHO

O Inquérito ao Emprego do INE permite obter outros indicadores que podem ser usados para uma mais completa caracterização do mercado de trabalho. Estes indicadores possibilitam conhecer o número de indivíduos que, não sendo classificados como desempregados segundo o conceito de desemprego utilizado (conceito da OIT), se encontram numa situação de inatividade por não cumprirem todos os critérios exigidos para serem considerados desempregados como é o caso dos inativos disponíveis² e ainda dos inativos desencorajados³. Para lá desta população, é igualmente possível destacar do emprego o conjunto de indivíduos que têm uma duração habitual de trabalho inferior à duração normal e que declararam pretender trabalhar mais horas, encontrando-se, assim, numa situação de subemprego visível⁴.

Contínente	2011	
	mil.	%
Total	1 060,2	100,0
Desempregados	674,3	63,6
Inativos Disponíveis (1)	158,2	14,9
Inativos Desencorajados (2)	62,3	5,9
Subemprego Visível (3)	165,4	15,6

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Para além dos 674,3 mil indivíduos classificados como desempregados no ano 2011, contavam-se, ainda, 158,2 mil inativos disponíveis, 62,3 mil inativos desencorajados e 165,4 mil indivíduos cuja duração do trabalho era inferior à duração normal do posto de trabalho e pretendiam trabalhar mais horas. Salienta-se que a maioria dos inativos disponíveis (60,6%) e inativos desencorajados (62,1%) eram mulheres. Também no subemprego visível as mulheres representavam a maioria (59,7%).

² Indivíduos com idade mínima de 15 anos que no período de referência não têm trabalho, pretendem trabalhar, estão disponíveis, mas não fizeram diligências ao longo de um período especificado para encontrar trabalho.

³ Indivíduos com idade mínima de 15 anos que no período de referência não têm trabalho, pretendem trabalhar, estão ou não disponíveis, mas não fizeram diligências ao longo de um período especificado para encontrar trabalho, apresentando os seguintes motivos para o desencorajamento: não ter idade apropriada, não ter instrução suficiente, não saber como procurar, não valer a pena procurar, não haver empregos disponíveis.

⁴ Empregados com duração habitual do trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho, que declaram pretender trabalhar mais horas.

3.

FORÇAS DE TRABALHO – PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

O Inquérito às Forças de Trabalho⁵ do EUROSTAT, referente ao ano 2010 (última informação disponível), incidiu sobre uma população de cerca de 416 milhões de indivíduos com 15 anos e mais de idade, residentes nos 27 Estados membros (EU 27), onde se contavam perto de 9 milhões de residentes no espaço português.

Quadro 12 - INQUERITO ÀS FORÇAS DE TRABALHO - PRINCIPAIS RESULTADOS

	EU 27		Portugal	
	2009	2010	2009	2010
População total de 15 anos e mais (1000)	415 151	416 471	9 023	9 021
Taxa de atividade da população de 15 anos e mais (%)	57,6	57,5	61,9	61,9
População empregada de 15 anos e mais (1000)	217 813	216 449	5 054	4 978
Taxa de emprego (%)				
Total (15-64 anos)	64,6	64,2	66,3	65,6
Homens (15-64 anos)	70,7	70,1	71,1	70,1
Mulheres (15-64 anos)	58,6	58,2	61,6	61,1
Jovens (15-24 anos)	35,1	34,1	31,3	28,5
Adultos (55-64 anos)	46,0	46,3	49,7	49,2
A tempo parcial (%)	18,8	19,2	11,6	11,6
Agricultura (%)	4,8	4,8	9,0	8,8
Indústria (%)	29,1	28,6	27,9	28,0
Serviços (%)	66,1	66,6	63,1	63,2
Emprego assalariado de 15 anos e mais (1000)	181 687	179 970	3 856	3 845
Em % do emprego total	83,4	83,1	76,3	77,2
Contratos a prazo (%)	13,6	14,0	22,0	23,0
População desempregada de 15 -74 anos (1000)	21 267	22 892	529	603
Desemprego de um ano e mais (%)	33,2	39,9	44,2	52,3
Procura de emprego através do serviço público de emprego (%)	58,8	57,8	64,9	66,7
Educação e formação (%)				
Participação na educação e na formação (25-64 anos)	9,3	9,1	6,5	5,8 (p)
Nível de habilitação secundário ou superior (25-64 anos)	72,0	72,7	29,9	31,9
Nível de habilitação secundário ou superior (20-24 anos)	78,6	79,0	55,5	58,7
Jovens que abandonaram prematuramente a escola (18-24 anos)	14,4	14,1	31,2	28,7

Fonte: EUROSTAT – Inquérito às Forças de Trabalho – Anos 2009 e 2010

(p) - dado provisório

⁵ O EUROSTAT (Serviço de Estatística da União Europeia) realiza, nos 27 Estados membros, um inquérito às forças de trabalho utilizando métodos e definições que permitem uma informação harmonizada, de maneira a possibilitar a obtenção de dados comparáveis entre os diferentes Estados.

Na comparação de Portugal relativamente à UE27, destacam-se os seguintes aspetos:

- A taxa de atividade em Portugal (61,9%) era superior à UE27 (57,5%) em 4,4 p.p..
- Portugal, com uma taxa de emprego de 65,6% no grupo etário 15-64 anos, mantém-se acima do valor médio da UE27 (64,2%), apesar da quebra de 0,7 p.p. que se fez sentir relativamente ao ano anterior, descida mais acentuada do que a verificada na EU 27 (0,4 p.p.).
- A análise da taxa de emprego segundo o género, mostra que continuam a persistir diferenças assinaláveis entre homens e mulheres na maioria dos países da União, situação que se verifica também em Portugal, onde as mulheres portuguesas apresentam uma diferença em relação aos homens de menos 9,0 p.p..
- A taxa de emprego dos trabalhadores de idades mais avançadas (55-64 anos) foi de 46,3% no conjunto dos países da EU 27, mantendo-se em alta relativamente a anos anteriores. Portugal, com 49,2%, mostrava um valor superior à média da União, apresentando, no entanto, uma quebra de 0,5 p.p. face ao ano anterior.
- Em Portugal, o emprego a tempo parcial tinha uma representatividade de 11,6%, situando-se muito aquém da média da União (19,2%).
- O sector dos “Serviços” empregava 66,6% dos trabalhadores da EU 27, apresentando a mais elevada proporção de emprego. Portugal, com 63,2%, mostrava um peso relativo de emprego neste sector inferior ao da média da União. Por seu lado, o sector “Agrícola”, expressava 4,8% do emprego da União, sendo Portugal o quarto País com o maior peso do emprego neste setor (8,8%).
- O trabalho assalariado representava 83,1% do emprego global na EU 27 contra 77,2% verificado em Portugal, que mantinha uma das mais elevadas percentagens trabalhadores não assalariados (22,8%) da EU 27.
- As situações de emprego precário, como os contratos a prazo, afetavam 14,0% dos trabalhadores assalariados de toda a União. Em Portugal esta percentagem atingia 23,0%, o terceiro valor mais elevado da EU 27.
- O nível de habilitação escolar da população da EU 27 (apurado para o grupo etário 25-64 anos) mostrava que 72,7% dos indivíduos possuíam um nível de habilitação equivalente ao secundário ou superior. Para Portugal foi calculada uma proporção significativamente mais reduzida, apenas 31,9% dos indivíduos de 25-64 anos eram habilitados com o ensino secundário ou superior. O nosso país continua a registar um dos valores mais baixos de toda a União.
- À data de referência do inquérito, 9,1% da população de 25-64 anos de idade participava em programas de educação ou formação em toda a EU 27. Em Portugal, esta percentagem situa-se nos 5,8%, percentagem inferior à da média da União.
- Do total de jovens pertencentes ao grupo etário 18-24 anos, 14,1% tinham abandonado prematuramente a escola⁶. Em Portugal, esta situação era detetada em 28,7% dos jovens com aquelas idades, a segunda percentagem mais elevada da EU 27.
- O desemprego de longa duração representava, em Portugal, 52,3% do total de população desempregada, valor superior ao da EU 27 (39,9%) em 12,4 p.p..

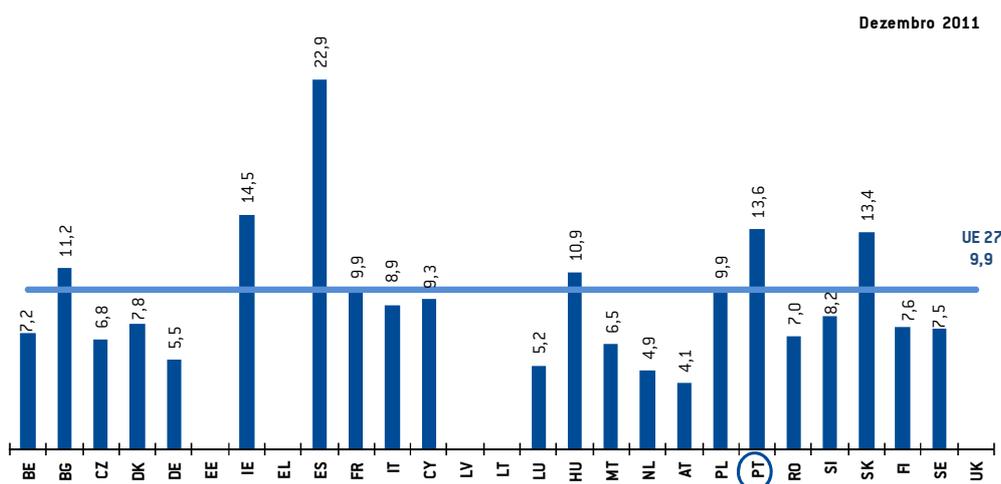
⁶ O EUROSTAT considera como jovens que abandonam prematuramente a escola, a população com idades de 18 a 24 anos que possui um nível de habilitação inferior ao secundário e que não prossegue no ensino nem na formação.

- O serviço público de emprego, em toda a União, foi utilizado por 57,8% dos desempregados que pretendiam um emprego. Em Portugal, a representatividade da procura de emprego através dos Centros de Emprego situou-se em 66,7%, valor superior ao da média da União.

Na informação mensal do desemprego, publicada pelo EUROSTAT e relativa a dezembro de 2011, é apresentada uma taxa de desemprego, corrigida de variações sazonais, de 9,9% (para o grupo etário 15-74 anos) no conjunto dos vinte e sete países da União Europeia. Este valor é superior em 0,4 p.p. ao verificado no mesmo mês do ano anterior.

Dos vinte e dois Estados membros, com dados disponíveis no mês de Dezembro de 2011, seis apresentavam taxas de desemprego mais elevadas do que a média da União. Portugal, com uma taxa de desemprego de 13,6%, pertencia a este conjunto de países. A taxa de desemprego mais baixa registou-se na Áustria (4,1%) enquanto a mais elevada era observada em Espanha (22,9%).

Gráfico 4 - TAXA DE DESEMPREGO NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA (População 15-74 anos) (%)



Fonte: EUROSTAT - Euro Indicateurs-communicé de presse
 Dados não disponíveis para EE, EL, LV, LT e UK

Comparativamente ao mês homólogo de 2010, o aumento da taxa de desemprego na UE 27 (+0,4 p.p.) foi resultado do aumento do desemprego em dez Estados membros. Em Portugal, a taxa de desemprego aumentou de 12,4% em dezembro de 2010 para 13,6% em dezembro de 2011 (+1,2 p.p.).

Em dezembro de 2011, a taxa de desemprego dos homens da UE 27 atingia 9,8% e a das mulheres 9,9%. Estes valores mostram, relativamente ao mês homólogo de 2010, um aumento de 0,3 p.p. tanto nos homens como nas mulheres. Em Portugal, os homens e as mulheres apresentavam taxas de desemprego de, respetivamente, 13,3% e 13,9%, indicando aumentos de 1,2 p.p. para ambos os géneros.

A taxa de desemprego dos jovens da UE 27, com menos de 25 anos, era de 22,1% em dezembro de 2011, apresentando um aumento de 1,1 p.p. comparativamente ao mês homólogo de 2010. A taxa de desemprego dos

jovens portugueses atingiu 30,8%, valor consideravelmente mais elevado do que na EU 27, mostrando, um aumento de 3,9 p.p., tendo como referência o mesmo período.

Quadro 13 - TAXA DE DESEMPREGO NA UNIÃO EUROPEIA E PORTUGAL (População 15-74 anos) (%)

	EU 27		Portugal	
	Dez-10	Dez-11	Dez-10	Dez-11
Taxa de Desemprego	9,5	9,9	12,4	13,6
Homens	9,5	9,8	12,1	13,3
Mulheres	9,6	9,9	12,7	13,9
Menos de 25 anos	21,0	22,1	26,9	30,8

Fonte: EUROSTAT – Euro-Indicateurs- communiqué de presse

4.

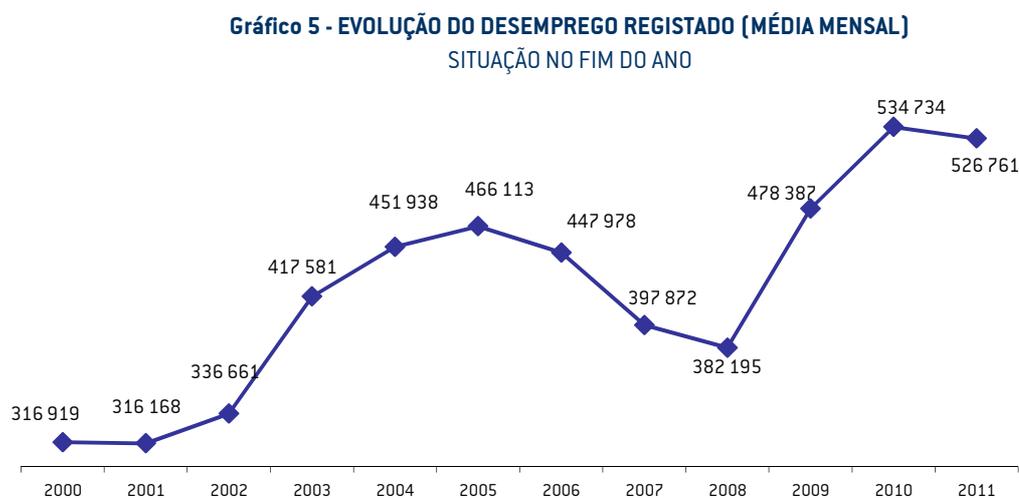
MOVIMENTO REGISTADO NOS CENTROS DE EMPREGO

4.1.

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

4.1.1. DESEMPREGO REGISTADO

O número de desempregados registados nos Centros de Emprego do Continente, no final de dezembro de 2011, ascendia a 526 761 indivíduos. Comparando com o ano de 2010, os desempregados inscritos aumentaram 10,9% em resultado de um acréscimo anual de 56 495 registos. O valor médio mensal de desempregados inscritos registou, em 2011, o segundo valor mais alto observado nos últimos anos.



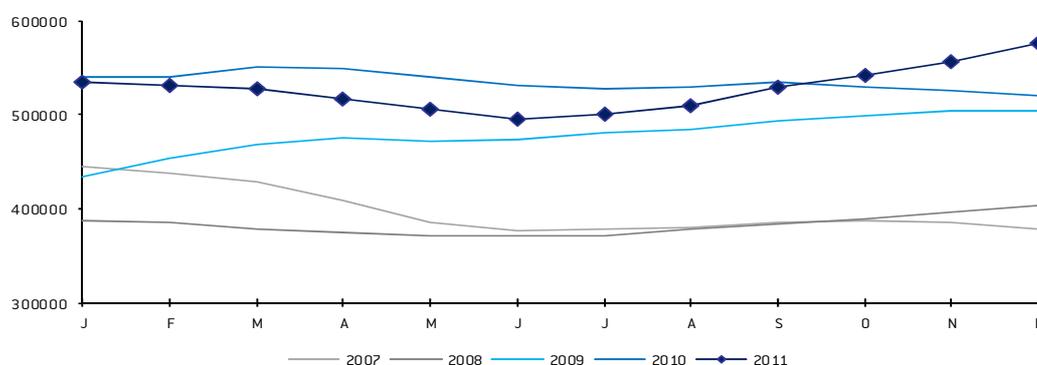
Fonte: IEFP, I.P., GEA

A evolução mensal do desemprego registado em 2011 [gráfico 6], confirma um comportamento diferenciado no primeiro e segundo semestres. Naquele, assiste-se a uma tendência de diminuição mensal do desemprego, registando o mês de junho a quebra percentual mais robusta [-2,3%]; no segundo semestre a tendência inverte-se e os aumentos mensais de desempregados repetem-se, com o mês de setembro a sofrer o maior acréscimo percentual [+4,0%], logo seguido de dezembro com +3,7% de desempregados do que os registados no mês de novembro.

A evolução mensal do desemprego registado, no Continente, caracteriza-se por períodos de maior ou menor procura dos Centros de Emprego, por parte dos desempregados, de acordo com a sazonalidade de algumas atividades estruturais da economia do país. Nos últimos cinco anos, assistimos a épocas de maior emprego e outras de maior desemprego, coincidindo as primeiras com os meses do estio (junho, julho e agosto), onde, de uma maneira geral, as atividades marcadamente sazonais ocupam um maior número de pessoas. Esta situação é verificável de uma maneira mais flagrante na região do Algarve, onde as atividades ligadas ao turismo criam muitos postos de trabalho nos meses de verão, com o desemprego a diminuir substancialmente neste período. Também as atividades agrícolas no Alentejo, inflacionam, no estio, o emprego sazonal.

Gráfico 6 - EVOLUÇÃO MENSAL DO DESEMPREGO REGISTADO

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO



Fonte: IEFP, IP, GEA

As regiões Norte e Lisboa VT concentraram cerca de 75,8% do total de registos de desempregados do Continente, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos. Todas as regiões do Continente registaram aumentos anuais do desemprego em 2011, a exemplo do que já se tinha verificado um ano antes (com exceção da região Centro que, em 2010, registou uma diminuição anual de 0,5% no seu volume de desemprego), mas com acréscimos mais robustos. A região de Lisboa VT apresentou o crescimento percentual mais significativo, com +13,4% (+21 533 desempregados do que no final de dezembro de 2010). Também as regiões do Alentejo, Algarve e Centro com, respetivamente, +13,0%, +11,9% e +11,2%, registaram acréscimos percentuais do desemprego de valor superior ao do Continente. Esta evolução garantiu o crescimento do peso relativo destas regiões na estrutura do desemprego registado.

Quadro 14 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTADO POR REGIÃO

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

	2009		2010		2011		Var.%	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
CONTINENTE	504 775	100,0	519 888	100,0	576 383	100,0	+3,0	+10,9
NORTE	228 494	46,1	234 169	45,0	254 514	44,2	+2,5	+8,7
CENTRO	74 346	13,8	73 949	14,2	82 231	14,3	-0,5	+11,2
LISBOA V. TEJO	154 627	31,6	160 618	30,9	182 151	31,6	+3,9	+13,4
ALENTEJO	21 706	5,0	22 854	4,4	25 829	4,5	+5,3	+13,0
ALGARVE	25 602	3,4	28 298	5,4	31 658	5,5	+10,5	+11,9

Fonte: IEFP, IP, GEA

EVOLUÇÃO MENSAL DO DESEMPREGO REGISTRADO POR REGIÃO - FIM DO ANO

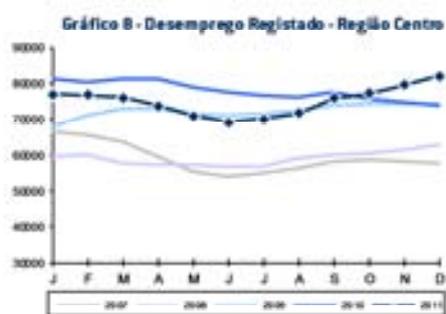
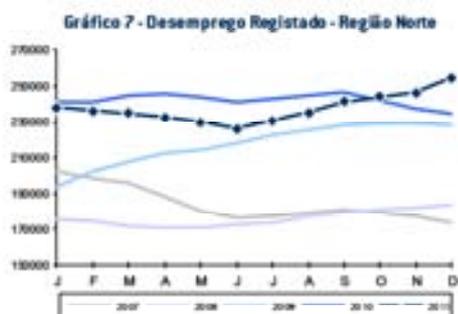
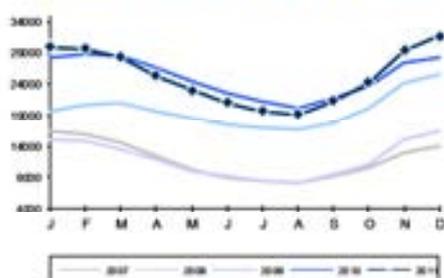


Gráfico 11 - Desemprego Registrado - Região Algarve



Fonte: IEFP/IP, GEA

No Continente, as mulheres continuavam a representar a maioria dos desempregados em 2011, apesar da sua proporção se ter reduzido, de 54,1% em 2010, para 52,5% em 2011. Os homens constituíam 47,5% do total de desempregados. Esta diferença de proporção entre géneros, apesar de constante ao longo do tempo, tem vindo a diminuir ligeiramente, penalizando o desemprego masculino que, neste último ano, registou um aumento anual de 14,8%, superior em 7,3 p.p. ao verificado para as mulheres.

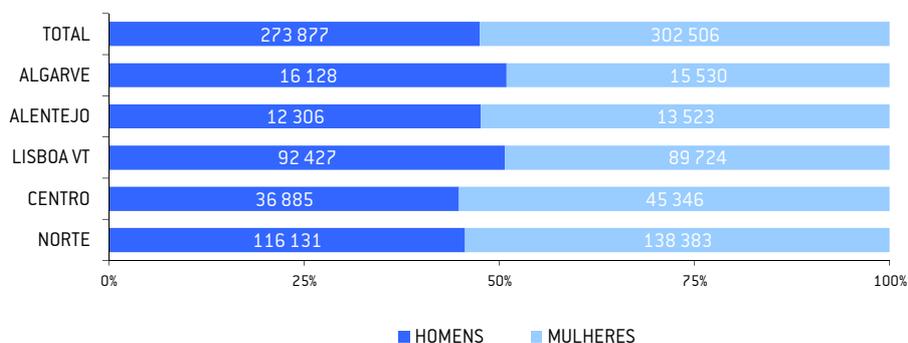
Quadro 15 - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

CONTINENTE	2009	%	2010	%	2011	%	Var. % 2010/2009	Var. % 2011/2010
DESEMPREGO REGISTRADO	504 775	100,0	519 888	100,0	576 383	100,0	+3,0	+10,9
Género								
Homens	236 791	46,9	238 611	45,9	273 877	47,5	+0,8	+14,8
Mulheres	267 984	53,1	281 277	54,1	302 506	52,5	+5,0	+7,5
Grupo Etário								
< 25 anos	64 116	12,7	60 122	11,6	68 225	11,8	-6,2	+13,5
25-34 anos	119 441	23,7	118 217	22,7	131 213	22,8	-1,0	+11,0
35-54 anos	229 054	45,4	243 272	46,8	271 798	47,2	+6,2	+11,7
55 e + anos	92 164	18,3	98 277	18,9	105 147	18,2	+6,6	+7,0
Jovens	64 116	12,7	60 122	11,6	68 225	11,8	-6,2	+13,5
Adultos	440 659	87,3	459 766	88,4	508 158	88,2	+4,3	+10,5
Habilitações								
Nenhum nível de instrução	27 408	5,4	29 109	5,6	29 717	5,2	+6,2	+2,1
Básico – 1º ciclo	142 665	28,3	139 941	26,9	136 815	23,7	-1,9	-2,2
Básico – 2º ciclo	96 529	19,1	91 968	17,7	97 861	17,0	-4,7	+6,4
Básico – 3º ciclo	99 976	19,8	106 324	20,5	123 902	21,5	+6,3	+16,5
Secundário	94 442	18,7	104 024	20,0	126 546	22,0	+10,1	+21,7
Superior	43 755	8,7	48 522	9,3	61 542	10,7	+10,9	+26,8
Situação Face à Procura de Emprego								
1º Emprego	37 556	7,4	39 205	7,5	43 084	7,5	+4,4	+9,9
Novo Emprego	467 219	92,6	480 683	92,5	533 299	92,5	+2,9	+10,9
Duração da Procura de Emprego								
< 1 ano	329 358	65,2	301 984	58,1	358 499	62,2	-8,3	+18,7
>= 1 ano	175 417	34,8	217 904	41,9	217 884	37,8	+24,2	-0,0

Fonte: IEFP.PT, GEA

A menor diferença de peso relativo entre géneros (apenas 1,4 p.p.), foi registada na região de Lisboa VT. Esta diferença foi mais acentuada no Centro e Norte com, respetivamente, 10,2 p.p. e 8,8 p.p.

Gráfico 12 - ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GÉNERO, SEGUNDO A REGIÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011

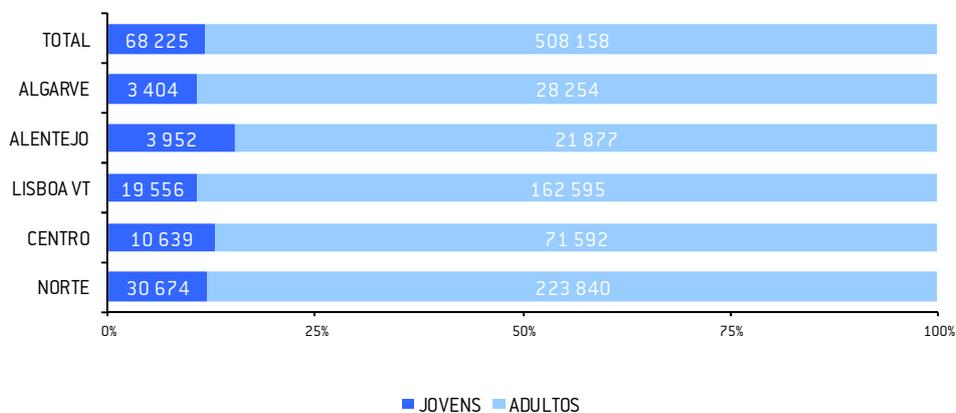


Fonte: IEFP, IP, GEA

Em 2011, a maioria dos desempregados registados (271 798), que representava 47,2% do total do Continente, tinha entre 35 e 54 anos de idade. Todos os escalões etários aumentaram o seu volume de desemprego (ao contrário do ano anterior em que se registaram reduções de desempregados nos dois primeiros escalões), com destaque para os desempregados com menos de 25 anos (+13,5%).

Em todas as regiões do Continente, o escalão etário 35-54 anos era o mais representativo, e os desempregados que tinham idades inferiores a 25 anos, formavam o grupo de idades com menor expressão em todas as regiões, com exceção do Alentejo, onde os jovens ocupavam o segundo lugar. Neste grupo etário, Lisboa VT registava a percentagem mais baixa (10,7% do total de desempregados neste escalão), e o Alentejo a mais elevada (15,3%).

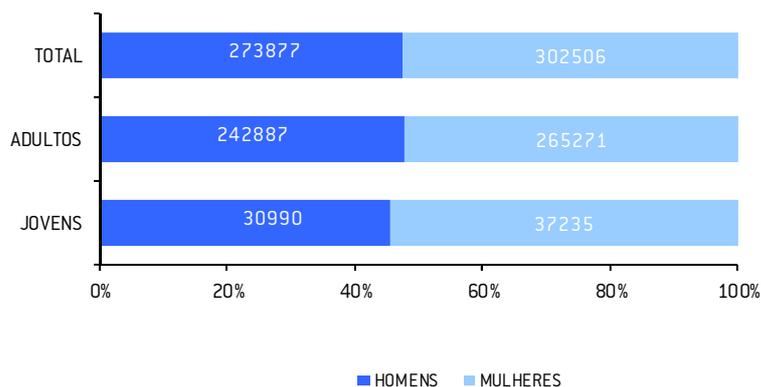
Gráfico 13 - ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GRUPO ETÁRIO, SEGUNDO A REGIÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

A percentagem de mulheres no desemprego jovem era mais elevada do que no desemprego de adultos. O peso relativo do número de mulheres desempregadas, representa 54,6% dos desempregados jovens, descendo para 52,2% nos desempregados adultos.

**Gráfico 14 - ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GRUPO ETÁRIO
SEGUNDO O GÉNERO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011**



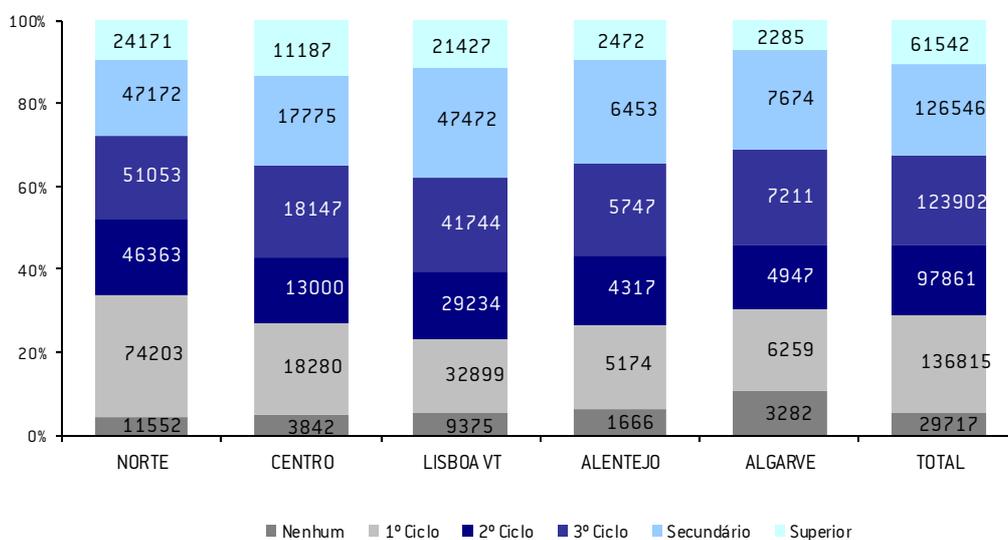
Fonte: IEFP, IP, GEA

O 1º ciclo do ensino básico continua a recolher a maior percentagem (em termos de habilitações escolares), dos desempregados inscritos (23,7%), seguindo-se, por ordem decrescente, o secundário com 22,0%, o 3º ciclo do ensino básico com 21,5%, o 2º ciclo do ensino básico com 17,0% e, o ensino superior com 10,7%. Os desempregados que não possuíam qualquer nível de habilitação, representavam 5,2% do total e correspondiam a 29 717 inscrições de desempregados.

A evolução anual, relativamente ao homólogo de 2010, regista decréscimos de desempregados no 1º ciclo do ensino básico (-2,2%) e aumentos nos restantes níveis escolares, nomeadamente, +2,1% nos desempregados sem nenhuma habilitação, +6,4% no 2º ciclo do ensino básico, +16,5% no 3º ciclo do ensino básico, +21,7% no secundário e +26,8% no superior.

O nível escolar Secundário era maioritário no conjunto dos desempregados de Lisboa VT (26,1%), Alentejo (25,0) e Algarve (24,2%) e, nesta última região, a proporção dos que não têm nenhuma habilitação era de 10,4%, a percentagem mais alta deste escalão escolar. O Centro, seguido da região de Lisboa VT, assinalaram o maior peso relativo de desempregados habilitados com o ensino superior com, respetivamente, 13,6% e 11,8% do desemprego de cada uma daquelas regiões. Os desempregados com o 1º ciclo do ensino básico, maioritários no Continente, foram também os mais representativos no Norte e Centro.

Gráfico 15 - ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR NÍVEL DE HABILITAÇÃO, SEGUNDO A REGIÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011

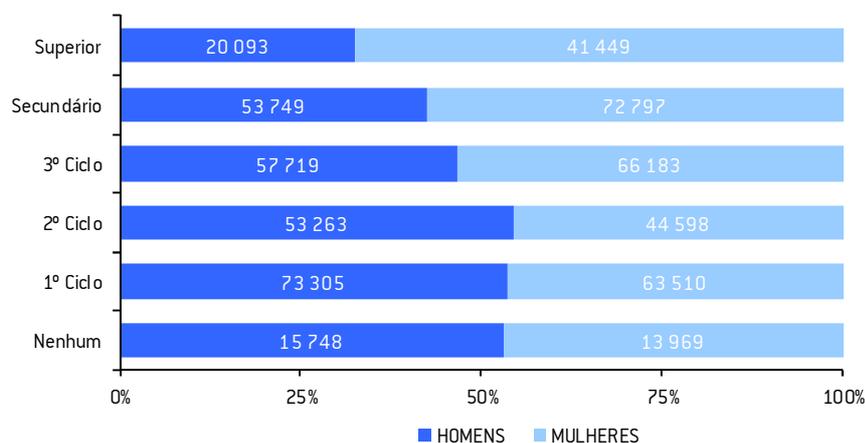


Fonte: IEFP, IP, GEA

As mulheres são menos numerosas do que os homens no 1º e 2º ciclos do ensino básico e no nível de desempregados sem nenhuma habilitação. No 3º ciclo do ensino básico, no Secundário e no Superior, o desemprego masculino apresenta valores inferiores ao feminino, assumindo relativamente ao total de cada patamar habilitacional, percentagens abaixo dos 47%. Os homens desempregados estavam, maioritariamente, habilitados com o 1º ciclo do ensino básico (26,8% do total masculino) e a maioria das mulheres possuía o ensino secundário (24,1%). A maior diferença de peso entre géneros, registou-se nos desempregados com o ensino superior, onde as mulheres (67,4% do total do nível habilitacional) eram significativamente mais numerosas que os homens (32,6%).

Gráfico 16 - ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR NÍVEL DE HABILITAÇÃO, SEGUNDO O GÉNERO

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

A representatividade dos grupos etários mais jovens aumenta à medida que o nível habilitacional sobe, em oposição aos grupos de idades mais avançadas que aumentam o seu peso relativo à medida que o nível habilitacional diminui.

Assim, os desempregados que não tinham qualquer habilitação e os habilitados com o 2º ciclo do ensino básico, registavam valores percentuais superiores a 50% no grupo etário 35-54 anos (respetivamente 53,5% e 59,4%). A maior parte dos desempregados com um nível habilitacional superior tinha entre 25 e 34 anos, representando 47,8% do total. O 1º ciclo do ensino básico era a habilitação mais comum entre os desempregados com 55 e mais anos.

Gráfico 17 - ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTADO POR GRUPO ETÁRIO, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



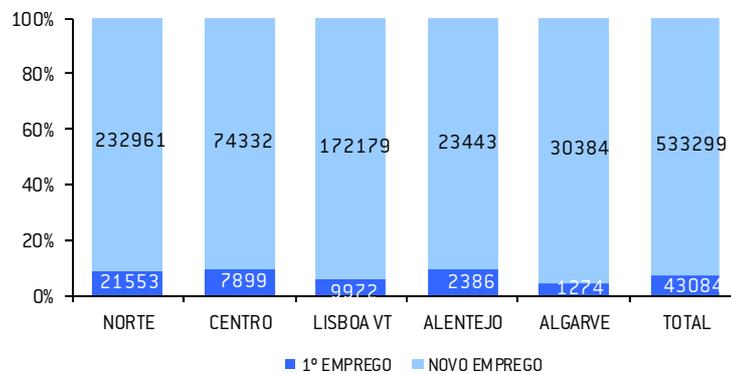
Fonte: IEF, IP, GEA

Os desempregados registados que procuravam um novo emprego, somavam 533 299 inscrições nos Centros de Emprego do Continente e representavam 92,5% do total de 576 383 desempregados. Os restantes 43 084 eram desempregados que procuravam o primeiro emprego, representando 7,5% do total.

Relativamente a 2010 e em termos de evolução, o aumento anual do desemprego verificou-se, quer na procura de novo emprego, quer na do primeiro emprego. No primeiro caso o acréscimo foi de +10,9%, o que corresponde a mais 52 616 indivíduos do que no ano anterior. Na procura de primeiro emprego o acréscimo foi de + 9,9%, o equivalente a mais 3 879 primeiras inscrições do que no final de 2010.

A procura de novo emprego foi muito elevada em todas as regiões, sendo o Algarve a apresentar a maior proporção, com 96% e o Centro a menor, com 90,4%.

Gráfico 18-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO (1º E NOVO EMPREGO), SEGUNDO A REGIÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011

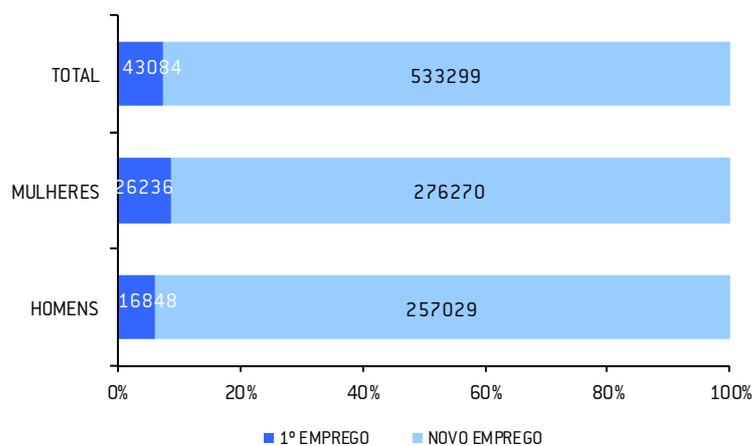


Fonte: IEFP, IP, GEA

Todas as regiões do Continente registaram aumentos anuais na procura de novo emprego, e os mais acentuados verificaram-se no Alentejo (+13,4%) e em Lisboa VT (+13,3%). Na procura de primeiro emprego, a tendência em termos de evolução repete-se, e todas as regiões cresceram no seu valor anual, com destaque para as regiões de Lisboa VT (+15,2%) e Algarve (+13,5%).

Uma situação de primeiro emprego era procurada por 8,7% das mulheres desempregadas. No caso dos homens esta percentagem descia para 6,2%.

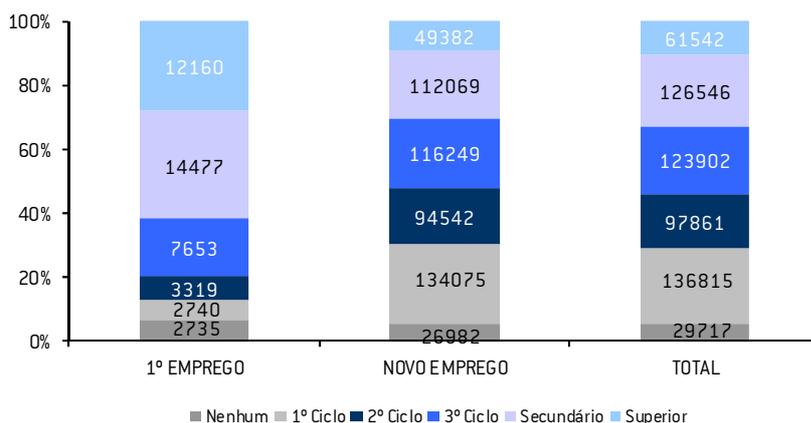
Gráfico 19-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GÉNERO, SEGUNDO A SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO -2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

Os níveis habilitacionais dos desempregados à procura de primeiro emprego eram maioritariamente (61,8%) do ensino secundário ou superior. Por seu lado, 47,9% dos que procuravam um novo emprego, ou não tinham qualquer habilitação (5,1%), ou não possuíam mais do que o 2º ciclo do ensino básico.

Gráfico 20-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

Nos Centros de Emprego do Continente, 358 499 desempregados (62,2%) estavam inscritos há menos de um ano, e os restantes 217 884 (37,8%) há um ano ou mais, o que os torna desempregados de longa duração. Neste último grupo destaca-se 114 981 indivíduos que procuram emprego há dois ou mais anos, ou seja, desempregados de muito longa duração. Este conjunto de desempregados representava 19,9% do desemprego global e 52,8% do desemprego de longa duração.

Em 2011, o tempo médio de permanência em ficheiro dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do IEFP foi de 13,6 meses. Este valor, retoma a tendência verificada nos últimos anos, em que esta variável tem vindo a diminuir, com exceção do ano 2010.

O número de desempregados de longa duração em 2011, apresentou uma estagnação relativamente a 2010, devido ao decréscimo do desemprego com a duração de 12 a < 24 meses (-13,4%) e o acréscimo de 16,1% do desemprego de muito longa duração.

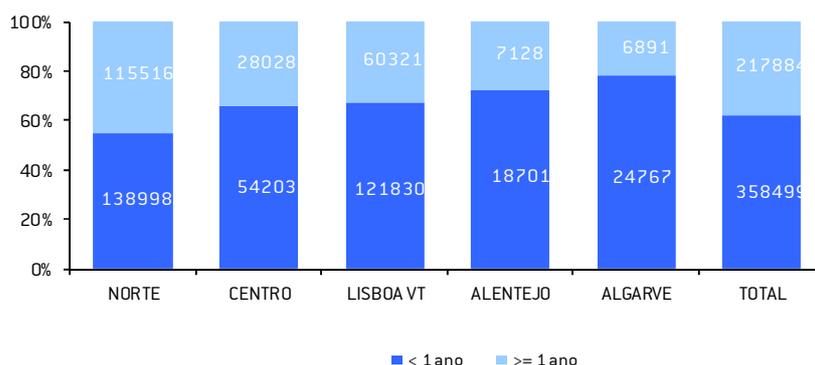
Quadro 16 - DESEMPREGO REGISTRADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

CONTINENTE	2009	%	2010	%	2011	%	Var. %	
							2010/2009	2011/2010
DESEMPREGO REGISTRADO	504 775	100,0	519 888	100,0	576 383	100,0	+3,0	+10,9
< 6 meses	217 753	43,1	200 878	38,6	262 538	45,5	-7,7	+30,7
6 a < 12 meses	111 605	22,1	101 106	19,4	95 961	16,6	-9,4	-5,1
12 a < 24 meses	91 685	18,2	118 864	22,9	102 903	17,9	+29,6	-13,4
>= 24 meses	83 732	16,6	99 040	19,1	114 981	19,9	+18,3	+16,1
< 1 ano	329 358	65,2	301 984	58,1	358 499	62,2	-8	+18,7
>= 1 ano	175 417	34,8	217 904	41,9	217 884	37,8	+24,2	-0,0
Tempo médio de inscrição (meses)	13,0		14		13,6			

Fonte: IEFP, IP, GEA

Em qualquer das cinco regiões do Continente, os desempregados inscritos há menos de um ano são sempre em número superior aos de longa duração, com destaque para o Algarve, onde representavam 78,2% do total. O desemprego de longa duração teve no Norte o seu maior peso relativo, ocupando 45,4% do desemprego desta região. O Algarve registou o valor percentual mais baixo dos desempregados inscritos há um ano ou mais (21,8%), consequência de uma maior entrada e saída do ficheiro de desempregados motivada pela forte sazonalidade das atividades económicas que caracterizam esta região.

Gráfico 21-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO,
SEGUNDO A REGIÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011

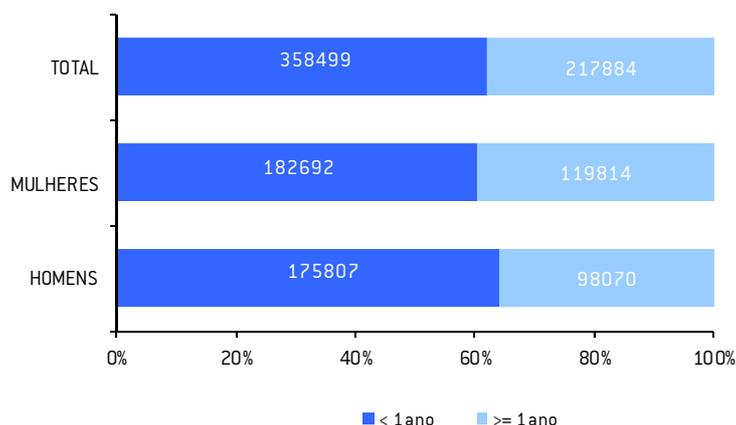


Fonte: IEFP, IP, GEA

O tempo de permanência em ficheiro dos desempregados segundo o género mostra que, quer nos desempregados inscritos há menos de um ano, quer nos inscritos há mais de um ano, o género feminino é sempre maioritário e representava, respetivamente, 51,0% e 55,0% dos desempregados naquelas condições. O desemprego de curta duração era predominante quer nos homens quer nas mulheres com, respetivamente, 64,2% e 60,4% do desemprego global de cada um destes grupos. No final de 2011, a maioria das inscrições tinham sido feitas há menos de 6 meses: 47,3% no caso dos homens, e 44,0% nas mulheres. Salienta-se o facto de, nas

mulheres, o desemprego de muito longa duração (21,1%), ter uma representatividade consideravelmente superior à verificada nos homens (18,7%).

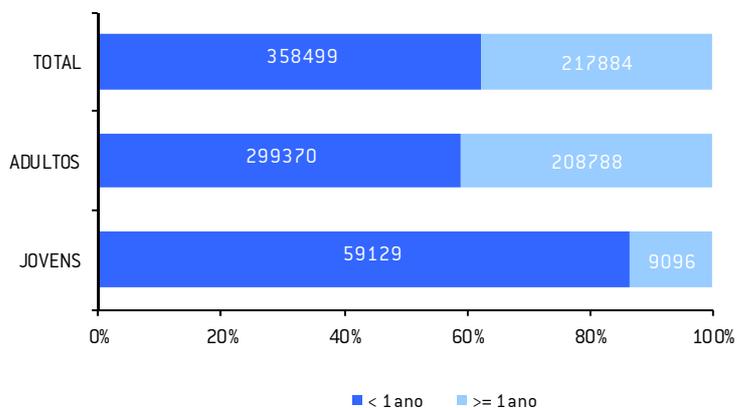
**Gráfico 22-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GÉNERO,
SEGUNDO TEMPO DE INSCRIÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011**



Fonte: IEFP, IP, GEA

No desemprego de curta duração, os jovens (-25 anos) representavam 16,5% e os adultos 83,5% do total. Nos desempregados inscritos há mais de 12 meses a diferença acentua-se ainda mais: os primeiros representavam 4,2% e os segundos 95,8%. Assim, parece existir maior dificuldade de integração dos adultos no mercado de trabalho, dado que permanecem mais tempo do que os jovens sem encontrar emprego.

**Gráfico 23-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GRUPO ETÁRIO,
SEGUNDO TEMPO DE INSCRIÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011**



Fonte: IEFP, IP, GEA

A análise do desemprego registado por tempo de inscrição, segundo o nível de habilitação, mostra que quando o nível de escolaridade é maior, o tempo de permanência em ficheiro dos desempregados diminui. Os que não têm qualquer nível de habilitação escolar, ou que têm o 1º ciclo do ensino básico, apresentavam um tempo de permanência em ficheiro superior aos detentores de um nível secundário ou superior. Assim, os dados de 2011 mostram que 39,5% dos desempregados sem qualquer nível de habilitação, ou com o 1º ciclo do ensino básico, estavam desempregados há um ano ou mais. Os desempregados com níveis de escolaridade secundário ou superior estavam, maioritariamente, há menos de um ano nessa situação.

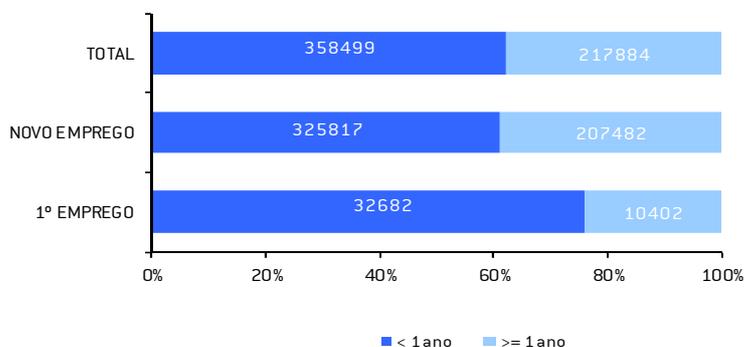
Gráfico 24-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

Os desempregados registados permanecem menos tempo em ficheiro quando estão inscritos para um primeiro emprego, do que quando se inscrevem para um novo emprego. Dos desempregados que procuravam um primeiro emprego, 24,1%, procuravam emprego há um ano ou mais. Esta percentagem subia para 38,9% nos desempregados que procuravam um novo emprego.

Gráfico 25-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTADO POR TEMPO DE INSCRIÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

As profissões mais comuns dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Continente, no fim de dezembro de 2011 eram, por ordem decrescente de representatividade, o “Pessoal dos serviços de proteção e segurança” (72 158), os “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” (68 203), os “Empregados de escritório” (59 976), os “Operários e trabalhadores similares da indústria extrativa e da construção civil” (52 110) e os “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústrias transformadoras” (50 252). Estes cinco grupos de profissões expressavam, no seu conjunto, mais de metade (52,5%) do total de desempregados inscritos.

Quadro 17 - DESEMPREGO REGISTRADO POR PROFISSÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

CONTINENTE	2009		2010		2011		Var.%	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
1.1 - Quadros superiores da administração pública	131	0,0	146	0,0	76	0,0	+11,5	-47,9
1.2 - Diretores de empresa	5 861	1,1	5 947	1,2	6 861	1,1	+1,5	+15,4
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	1 292	0,2	1 348	0,3	1 582	0,3	+4,3	+17,4
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engenh.	6 648	1,3	7 005	1,3	8 507	1,3	+5,4	+21,4
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	3 262	0,7	3 601	0,6	4 085	0,7	+10,4	+13,4
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	2 442	0,7	3 608	0,5	7 945	0,7	+47,7	+120,2
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	15 778	3,3	16 237	3,1	18 114	3,1	+2,9	+11,6
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engenh.	16 223	3,1	17 308	3,2	20 851	3,3	+6,7	+20,5
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	2 710	0,6	3 096	0,5	3 732	0,6	+14,2	+20,5
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	2 586	0,7	3 830	0,5	5 368	0,7	+48,1	+40,2
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	23 004	4,5	23 222	4,6	26 359	4,5	+0,9	+13,5
4.1 - Empregados de escritório	52 669	11,0	54 192	10,4	59 976	10,4	+2,9	+10,7
4.2 - Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e simil.	10 853	2,1	11 240	2,2	12 303	2,2	+3,6	+9,5
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	58 069	11,8	64 536	11,5	72 158	12,4	+11,1	+11,8
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	35 426	7,4	37 294	7,0	41 363	7,2	+5,3	+10,9
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	12 950	2,6	13 521	2,6	13 533	2,6	+4,4	+0,1
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	156	0,0	183	0,0	208	0,0	+17,3	+13,7
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	41 868	6,2	44 118	8,3	52 110	8,5	+5,4	+18,1
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	21 735	3,7	20 361	4,3	23 806	3,9	-6,3	+16,9
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	3 835	0,8	3 614	0,8	3 640	0,7	-5,8	+0,7
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	34 464	6,6	32 014	6,8	31 590	6,2	-7,1	-1,3
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	2 666	0,5	2 571	0,5	2 670	0,5	-3,6	+3,9
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	19 416	4,4	17 423	3,8	16 922	3,4	-10,3	-2,9
8.3 - Conductor de veículos e oper. equip. pesados móveis	20 690	4,1	20 252	4,1	22 947	3,9	-2,1	+13,3
9.1 - Trab. não qualif. dos serviços e comércio	61 423	12,9	65 285	12,2	68 203	12,6	+6,3	+4,5
9.2 - Trab. não qualif. da agricultura e pescas	1 086	0,2	1 289	0,2	1 222	0,2	+18,7	-5,2
9.3 - Trab. não qualif. minas, c. civil, ind. transf.	47 532	9,4	46 646	9,4	50 252	9,0	-1,9	+7,7
9.9 - Outros	0	0,0	1	0,0	0	0,0	+0,0	-100,0
TOTAL	504 775	100,0	519 888	100,0	576 383	100,0	+3,0	+10,9

Fonte: IEF, IP, GEA

Comparando com o ano de 2010 e em termos de evolução, o acréscimo percentual mais elevado de desempregados, em 2011, verificou-se no grupo profissional “Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares” (+120,2%). São ainda de destacar, com aumentos de desemprego relevantes, os “Profissionais de nível intermédio do ensino” (+40,2%), os “Especialistas ciências físicas, matemática e engenharia” (+21,4%) e os “Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde” (+20,5%).

Com menos desemprego do que em 2010, assumem relevância os “Quadros superiores da administração pública” (-47,9%), os “Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas” (-5,2%) e os “Operadores máquinas e trabalhadores de montagem” (-2,9%).

**Gráfico 26 - EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR PROFISSÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO
VARIÇÃO HOMÓLOGA 2011/2010**



Fonte: IEFP, IP, GEA

O quadro seguinte identifica algumas assimetrias existentes na distribuição dos desempregados por grupos de profissões nas diferentes regiões do Continente, de que destacamos o grupo profissional “Pessoal dos serviços de proteção e segurança”, que, à semelhança do verificado para o Continente (12,5%), predominava como grupo com o maior número de desempregados inscritos, na região Centro (13,5%), Alentejo (13,9%) e Algarve (20,2%). Na região Norte, o primeiro lugar foi ocupado pelo grupo profissional “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” (12,4%), enquanto em Lisboa VT, na primeira posição estavam os “Empregados de escritório” (13,0%). No Alentejo, o grupo profissional “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” (13,9%), era maioritário entre os desempregados desta região, conjuntamente com o “Pessoal dos serviços de proteção e segurança”.

Quadro 18-ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR PROFISSÃO, SEGUNDO A REGIÃO

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

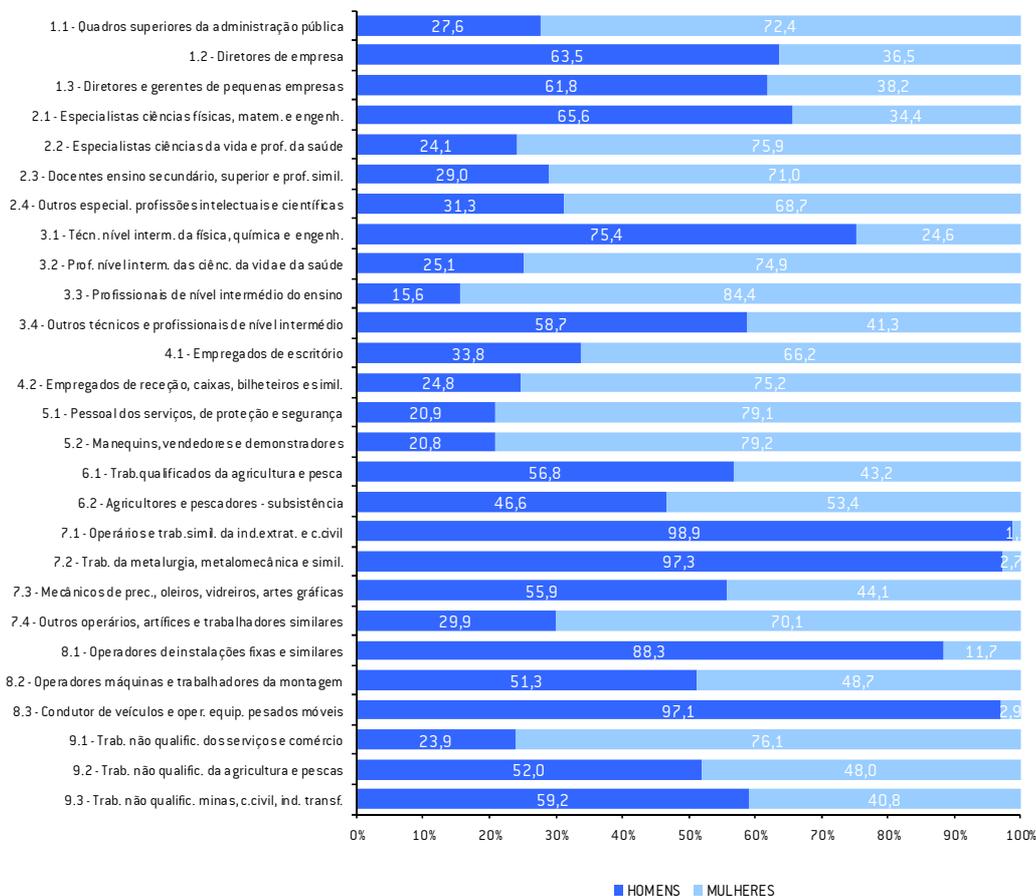
CONTINENTE	2011					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa VT	Alentejo	Algarve	
1.1 - Quadros superiores da administração pública	22	19	32	3	0	76
1.2 - Diretores de empresa	2 234	611	3 624	137	255	6 861
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	659	152	626	33	112	1 582
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engenh.	3 236	1 594	3 138	261	278	8 507
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	1 887	900	920	245	133	4 085
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	3 523	1 847	1 895	333	347	7 945
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	6 819	3 151	6 829	815	500	18 114
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engenh.	8 350	2 873	7 624	1 057	947	20 851
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	1 581	760	1 058	208	125	3 732
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	2 425	1 007	1 509	261	166	5 368
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	10 923	3 261	10 108	755	1 312	26 359
4.1 - Empregados de escritório	24 908	7 074	23 667	1 961	2 366	59 976
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e simil.	4 792	1 346	4 655	529	981	12 303
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	28 718	11 118	22 339	3 603	6 380	72 158
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	17 148	5 575	14 166	1 622	2 852	41 363
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	4 065	2 216	3 252	3 014	986	13 533
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	163	28	10	2	5	208
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	23 160	5 763	17 238	2 123	3 826	52 110
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	9 818	3 191	8 690	1 240	867	23 806
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	1 777	602	1 114	90	57	3 640
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	23 341	3 351	3 878	504	516	31 590
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	1 021	610	810	147	82	2 670
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	10 886	2 052	3 215	596	173	16 922
8.3 - Conductor de veículos e oper. equip. pesados móveis	9 281	3 293	7 632	1 249	1 492	22 947
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	31 633	9 051	18 555	3 589	5 375	68 203
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	454	405	156	150	57	1 222
9.3 - Trab. não qualific. minas, c. civil, ind. transf.	21 690	10 381	15 411	1 302	1 468	50 252
TOTAL	254 514	82 231	182 151	25 829	31 658	576 383

Fonte: IEFP. PT, GEA

Na estrutura do desemprego registado por profissão, as mulheres são maioritárias em profissões características do sector dos serviços, salientando-se o grupo “Profissionais de nível intermédio do ensino”, onde 84,4% dos desempregados são mulheres, bem como os “Manequins, vendedores e demonstradores” e o “Pessoal dos serviços, de proteção e segurança” com, respetivamente, 79,2% e 79,1% de mulheres.

No segmento masculino predominam as profissões do sector secundário, destacando-se os “Operários e trabalhadores similares das indústrias extrativas e construção civil” e os “Trabalhadores da metalurgia, metalomecânica e similares”, grupos profissionais onde os homens representavam, respetivamente, 98,9% e 97,3% do total do desemprego do grupo. No sector dos serviços, os “Condutores de veículos e equipamentos móveis” foi o grupo profissional mais expressivo do desemprego masculino, com um peso relativo de 97,1%.

Gráfico 27-ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR PROFISSÃO SEGUNDO O GÊNERO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011

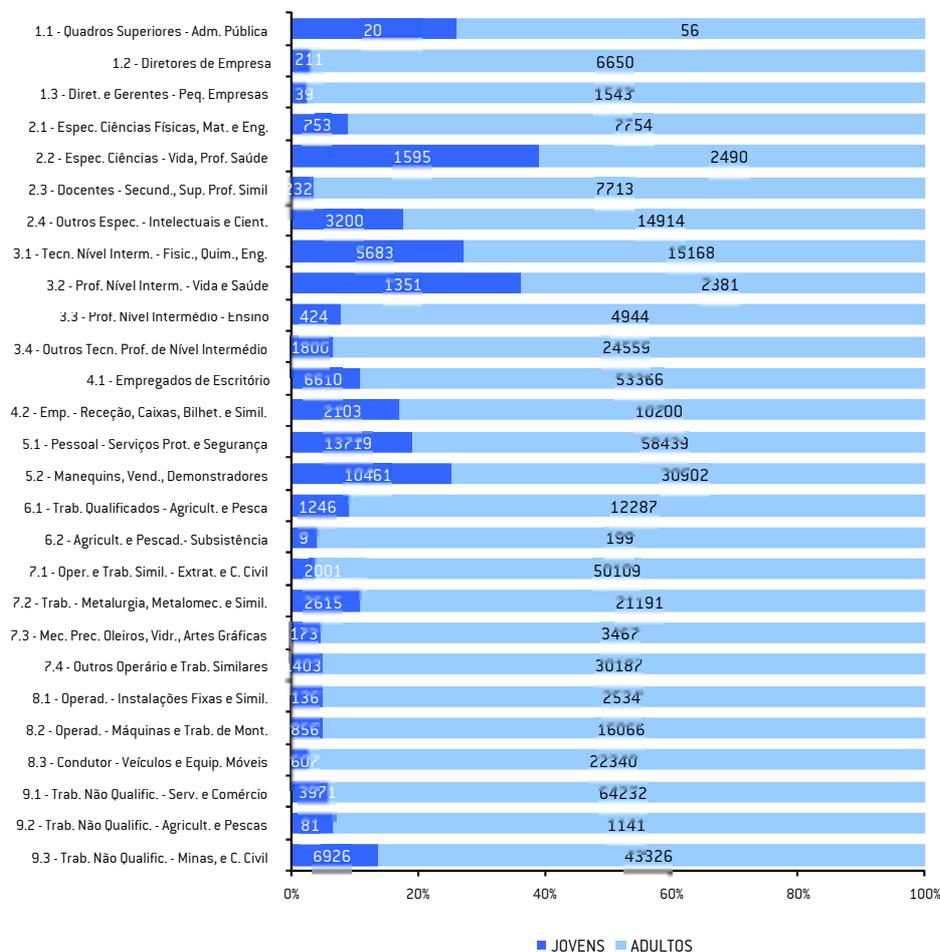


Fonte: IEFP, IP, GEA

Como já se referiu, os desempregados jovens (menos de 25 anos) representavam, apenas, 11,8% do total de desempregados inscritos. Apesar da relativamente baixa representatividade dos jovens na generalidade das profissões, estes concentram-se, predominantemente, nos grupos profissionais do sector dos serviços onde o nível de habilitação escolar requerido é mais elevado, como é o caso dos “Especialistas de ciências da vida e profissionais da saúde”, onde atingiam 39,0% do desemprego dentro do grupo profissional, dos “Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde” onde representavam 36,2%, e dos “Técnicos de nível intermédio da física, química e engenharia”, com 27,3%.

Os adultos desempregados têm uma maior representatividade na grande maioria das profissões características do sector da indústria e da agricultura, onde atingem pesos relativos superiores a 90,0%. Os “Diretores e gerentes de pequenas empresas” (97,5%), e os “Condutores de veículos e equipamentos móveis” (97,4%), são também grupos profissionais significativos no desemprego adulto.

Gráfico 28-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR PROFISSÃO, SEGUNDO GRUPO ETÁRIO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

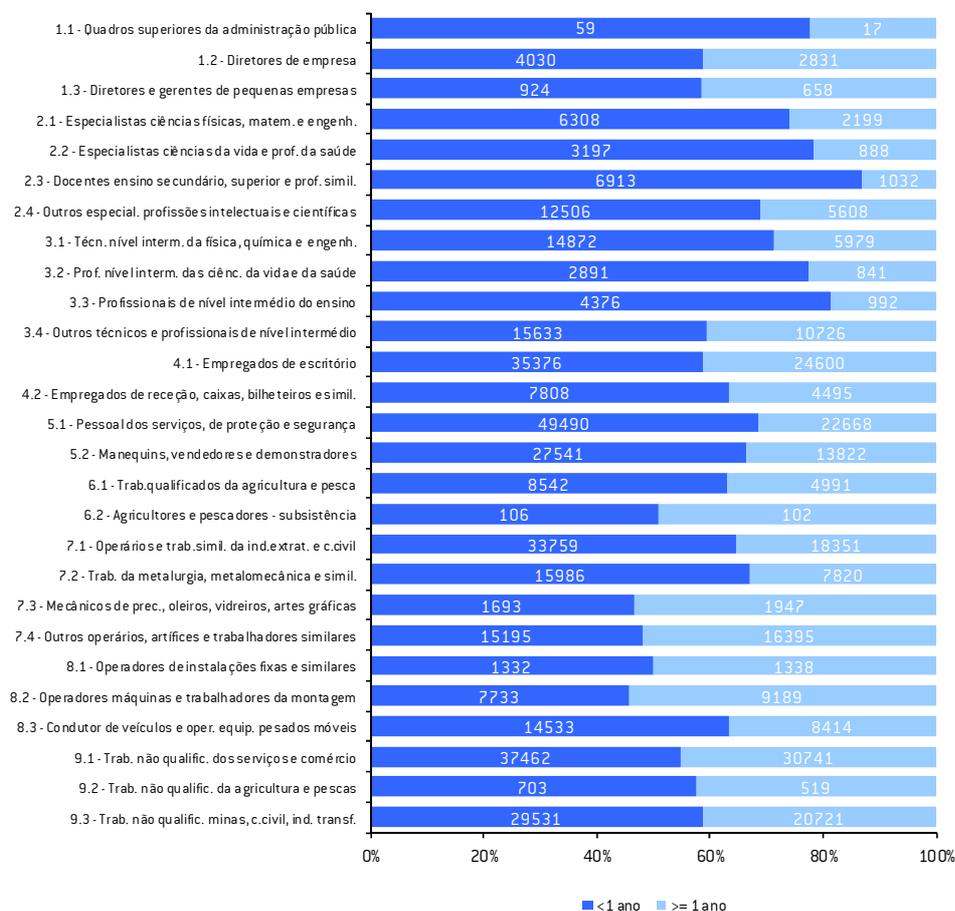


Fonte: IEFP, IP, GEA

O tempo de permanência em ficheiro dos desempregados inscritos, segundo os grupos de profissão dos mesmos, mostra que, nas profissões características do sector industrial, mais de metade dos desempregados estão na situação de desempregados de longa duração. Dos grupos profissionais onde a duração de desemprego é mais elevada, destacam-se os "Mecânicos de precisão, oleiros, vidreiros, artes gráficas", os "Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem", os "Operadores de instalações fixas e similares" e os "Outros operários, artífices e trabalhadores similares".

O desemprego de curta duração verifica-se, de uma maneira geral, em profissões características dos serviços, onde o nível de habilitação escolar é mais elevada, como é o caso dos "Especialistas de ciências da vida e profissionais da saúde", dos "Profissionais de nível intermédio do ensino", dos "Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares", dos "Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde" e dos "Especialistas das ciências físicas e matemáticas e engenharias". Nestes grupos profissionais mais de 70% dos inscritos têm um desemprego de curta duração.

Gráfico 29-ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO POR PROFISSÃO SEGUNDO O TEMPO DE INSCRIÇÃO
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO - 2011



Fonte: IEFP, IP, GEA

A análise da atividade económica de origem do desemprego, permite referir que dos 533 299 desempregados que aguardavam por um novo emprego, 61,5% eram oriundos de atividades do sector dos serviços, 34,8% provinham do sector da “indústria” e 3,3% do sector “agrícola”.

Quadro 19 - DESEMPREGO REGISTRADO (NOVO EMPREGO) POR ACTIVIDADE ECONÓMICA (CAE)

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

CONTINENTE	2011						Var.%	
	2009	%	2010	%	2011	%	2010/2009	2011/2010
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	17 425	3,7	17 867	3,7	17 467	3,3	+2,5	-2,2
Indústria, Energia e Água e Construção	178 380	38,2	174 465	36,3	185 609	34,8	-2,2	+6,4
Indústrias extrativas	1 435	0,3	1 970	0,4	2 137	0,4	+37,3	+8,5
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	11 803	2,5	11 987	2,5	13 174	2,5	+1,6	+9,9
Fabricação de têxteis	13 987	3,0	12 174	2,5	11 219	2,1	-13,0	-7,8
Indústria do vestuário	26 809	5,7	25 618	5,3	23 907	4,5	-4,4	-6,7
Indústria do couro e dos produtos do couro	6 855	1,5	6 341	1,3	5 328	1,0	-7,5	-16,0
Indústria da madeira e da cortiça	6 461	1,4	5 855	1,2	5 656	1,1	-9,4	-3,4
Indústrias do papel, impressão e reprodução	3 512	0,8	3 447	0,7	3 601	0,7	-1,9	+4,5
Fab. prod. petrolíf., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	5 064	1,1	4 867	1,0	4 897	0,9	-3,9	+0,6
Fab. de outros produtos minerais não metálicos	6 112	1,3	5 621	1,2	5 852	1,1	-8,0	+4,1
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	8 923	1,9	8 396	1,7	9 342	1,8	-5,9	+11,3
Fab. equip. informático, elétrico, máquinas e equipamentos. n. e.	8 049	1,7	6 499	1,4	6 407	1,2	-19,3	-1,4
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	5 932	1,3	5 927	1,2	5 281	1,0	-0,1	-10,9
Fab. mobiliário, repar. instal. maq. equip. e outras ind. transform.	8 409	1,8	8 621	1,8	9 985	1,9	+2,5	+15,8
Elétric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	1 431	0,3	1 624	0,3	1 961	0,4	+13,5	+20,8
Construção	63 598	13,6	65 518	13,6	76 862	14,4	+3,0	+17,3
Serviços	268 753	57,5	286 563	59,6	327 795	61,5	+6,6	+14,4
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motociclos	8 336	1,8	8 129	1,7	9 474	1,8	-2,5	+16,5
Comércio por grosso e a retalho	57 500	12,3	61 057	12,7	68 412	12,8	+6,2	+12,0
Transportes e armazenagem	10 471	2,2	9 921	2,1	11 093	2,1	-5,3	+11,8
Alojamento, restauração e similares	42 912	9,2	44 456	9,2	47 174	8,8	+3,6	+6,1
Atividades de informação e de comunicação	6 101	1,3	6 240	1,3	6 984	1,3	+2,3	+11,9
Atividades financeiras e de seguros	2 806	0,6	2 958	0,6	3 494	0,7	+5,4	+18,1
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	62 838	13,4	71 186	14,8	88 987	16,7	+13,3	+25,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7 893	1,7	9 205	1,9	11 272	2,1	+16,6	+22,5
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	31 274	6,7	37 624	7,8	46 192	8,7	+20,3	+22,8
Outras actividades de serviços	38 622	8,3	35 787	7,4	34 713	6,5	-7,3	-3,0
Sem classificação	2 661	0,6	1 788	0,4	2 428	0,5	-32,8	+35,8
Total	467 219	100,0	480 683	100,0	533 299	100,0	+2,9	+10,9

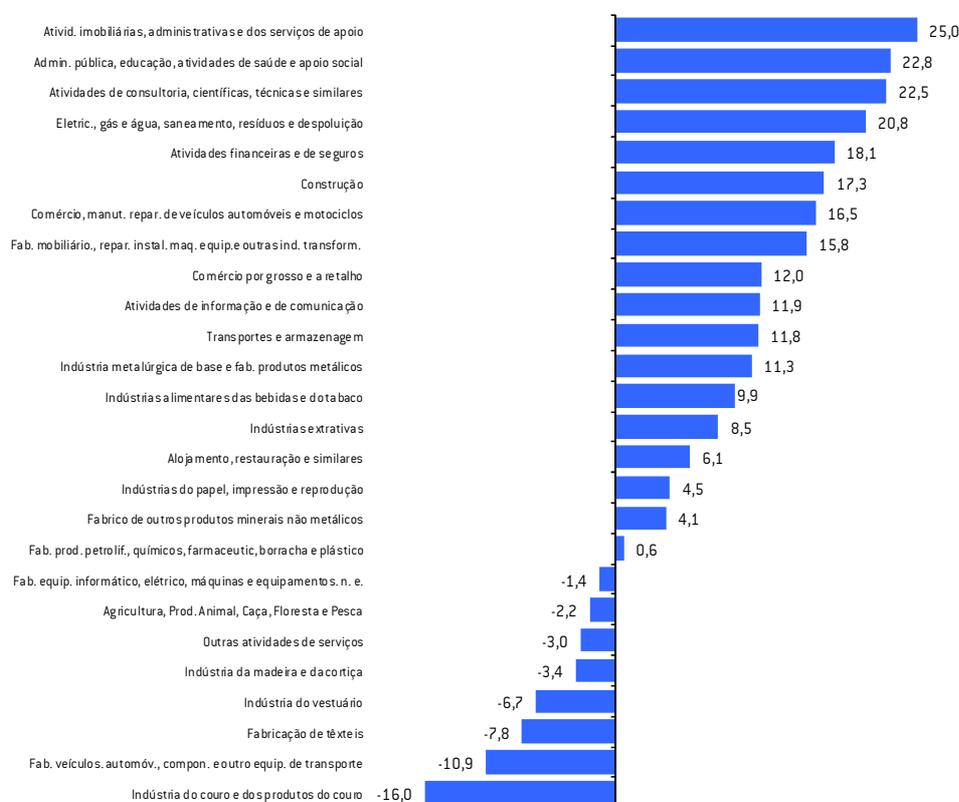
Fonte:IEFP . PT, GEA

As “Atividades imobiliárias administrativas e dos serviços de apoio” (16,7%), foi a atividade económica que gerou o maior número de pedidos de emprego de desempregados. A “Construção” (14,4%), o “Comércio por grosso e a retalho” (12,8%), o “Alojamento, restauração e similares” (8,8%), a “Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social” (8,7%) e as “Outras atividades dos serviços” (6,5%), são as outras atividades geradoras de maior número de pedidos de desempregados.

Relativamente ao ano de 2010, o aumento do desemprego fez-se sentir nos diferentes ramos dos três sectores de atividade económica, destacando-se, com os mais acentuados aumentos percentuais, as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” (+25,0%), a “Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social” (+22,8%), as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (+22,5%), e a “Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição” (+20,8%).

Das atividades económicas que sofreram decréscimos de desempregados, em termos anuais, destacamos a “Indústria do couro e dos produtos do couro” (-16,0%), a “Fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte” (-10,9%), a “Fabricação de têxteis” (-7,8%), a “Indústria do vestuário” (-6,7%), a “Indústria da madeira e da cortiça” (-3,4%) e as “Outras atividades dos serviços” (-3,0%).

Gráfico 30-EVOLUÇÃO DO NOVO EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÓMICA
SITUAÇÃO NO FIM DO ANO
VARIAÇÃO 2011/2010



Fonte: IEFP. IP, GEA

A análise do quadro seguinte permite-nos confirmar que, numa perspetiva regional, as atividades económicas preponderantes de cada região a nível de emprego, são também, as que ocasionam maior número de desempregados. Para além da “Construção” e do “Comércio por grosso e a retalho”, atividades que detêm forte representatividade de desempregados em todas as regiões do Continente, evidenciam-se: no Norte, as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” (12,7%), a “Indústria do vestuário” (8,9%) e a “Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social” (7,9%); no Centro, a “Administração pública, educação, atividades da saúde e apoio social” com uma representatividade de 12,4%; em Lisboa VT, as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” com 26,2%; no Alentejo, a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” com 17,9%; e, no Algarve, o “Alojamento, restauração e similares” com 29,7%.

Quadro 20-ESTRUTURA DO NOVO EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÓMICA, SEGUNDO A REGIÃO

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

CONTINENTE	2011				
	Norte	Centro	Lisboa VT	Alentejo	Algarve
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	6 087	3 295	3 244	4 198	643
Indústria, Energia e Água e Construção	102 168	27 424	43 091	5 542	7 384
Indústrias extrativas	939	315	719	78	86
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	4 778	2 795	4 304	799	498
Fabricação de têxteis	9 512	1 289	360	37	21
Indústria do vestuário	20 639	2 318	817	90	43
Indústria do couro e dos produtos do couro	4 718	347	246	13	4
Indústria da madeira e da cortiça	3 518	967	919	131	121
Indústrias do papel, impressão e reprodução	1 620	508	1 393	43	37
Fab. prod. petrolíf., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	1 953	961	1 823	117	43
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	1 663	2 111	1 776	122	180
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	4 431	2 104	2 402	248	157
Fab. equip. informático, elétrico, máquinas e equipamentos. n. e.	3 445	1 029	1 517	331	85
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	2 495	1 389	1 005	353	39
Fab. mobiliário., repar. instal. maq. equip.e outras ind. transform.	6 693	1 210	1 901	80	101
Eletric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	803	339	604	73	142
Construção	34 961	9 742	23 305	3 027	5 827
Serviços	123 442	43 266	125 225	13 561	22 301
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motociclos	4 198	1 397	3 213	299	367
Comércio por grosso e a retalho	28 162	9 703	23 772	2 441	4 334
Transportes e armazenagem	3 851	1 634	4 494	325	789
Alojamento, restauração e similares	16 130	6 605	12 996	2 414	9 029
Atividades de informação e de comunicação	1 966	717	3 936	189	176
Atividades financeiras e de seguros	1 252	440	1 582	107	113
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	29 574	8 636	45 153	2 780	2 844
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 061	1 345	5 093	332	441
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	18 310	9 216	13 607	3 455	1 604
Outras atividades de serviços	15 938	3 573	11 379	1 219	2 604
Sem classificação	1 264	347	619	142	56
Total	232 961	74 332	172 179	23 443	30 384

Fonte:IEFP. PT, GEA

A análise do setor de atividade de origem dos desempregados que procuram um novo emprego segundo o género, permite-nos afirmar que as mulheres recolhiam a maioria dos desempregados provenientes do sector da agricultura (52,9%), e do sector dos serviços (60,4%), enquanto os homens tinham uma maior importância no sector da indústria (63,7%).

Por ramo de atividade económica, a “Construção” está na origem do maior volume de desemprego masculino e apresenta-se, ainda, como atividade onde os homens têm uma maior representatividade (90,2%). O peso relativo dos homens é também elevado na “Eletricidade, gás e água, saneamento, resíduos e despoluição” (78,4%), e nos “Transportes e armazenagem” (77,1%). As mulheres mantêm uma representatividade muito elevada no desemprego proveniente da “Indústria do vestuário” (89,2%), na “Administração pública, educação, atividades da saúde e apoio social” (75,3%), nas “Outros atividades de serviços” (73,6%) e na “Indústria do couro e dos produtos do couro” (72,3%).

Quadro 21-ESTRUTURA DO NOVO EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÓMICA, SEGUNDO O GÉNERO

SITUAÇÃO NO FIM DO ANO

CONTINENTE	Homens		Mulheres		Total	
		%		%		%
Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura e Pesca	8 223	47,1	9 244	52,9	17 467	100,0
Indústria, Energia e Água e Construção	118 169	63,7	67 440	36,3	185 609	100,0
Indústrias extrativas	1 469	68,7	668	31,3	2 137	100,0
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	5 324	40,4	7 850	59,6	13 174	100,0
Fabricação de têxteis	4 775	42,6	6 444	57,4	11 219	100,0
Indústria do vestuário	2 576	10,8	21 331	89,2	23 907	100,0
Indústria do couro e dos produtos do couro	1 474	27,7	3 854	72,3	5 328	100,0
Indústria da madeira e da cortiça	3 395	60,0	2 261	40,0	5 656	100,0
Indústrias do papel, impressão e reprodução	2 132	59,2	1 469	40,8	3 601	100,0
Fab. prod. petrolíf., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	2 824	57,7	2 073	42,3	4 897	100,0
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	3 516	60,1	2 336	39,9	5 852	100,0
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	7 098	76,0	2 244	24,0	9 342	100,0
Fab. equip. informático, elétrico, máquinas e equipamentos. n. e.	3 638	56,8	2 769	43,2	6 407	100,0
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	2 587	49,0	2 694	51,0	5 281	100,0
Fab. mobiliário, repar. instal. maq. equip.e outras ind. transform.	6 489	65,0	3 496	35,0	9 985	100,0
Elétric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	1 538	78,4	423	21,6	1 961	100,0
Construção	69 334	90,2	7 528	9,8	76 862	100,0
Serviços	129 656	39,6	198 139	60,4	327 795	100,0
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motociclos	7 213	76,1	2 261	23,9	9 474	100,0
Comércio por grosso e a retalho	26 024	38,0	42 388	62,0	68 412	100,0
Transportes e armazenagem	8 548	77,1	2 545	22,9	11 093	100,0
Alojamento, restauração e similares	13 522	28,7	33 652	71,3	47 174	100,0
Atividades de informação e de comunicação	3 850	55,1	3 134	44,9	6 984	100,0
Atividades financeiras e de seguros	1 568	44,9	1 926	55,1	3 494	100,0
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	43 817	49,2	45 170	50,8	88 987	100,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 564	40,5	6 708	59,5	11 272	100,0
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	11 390	24,7	34 802	75,3	46 192	100,0
Outras atividades de serviços	9 160	26,4	25 553	73,6	34 713	100,0
Sem classificação	981	40,4	1 447	59,6	2 428	100,0
Total	257 029	48,2	276 270	51,8	533 299	100,0

Fonte:IEFP . PT, GEA

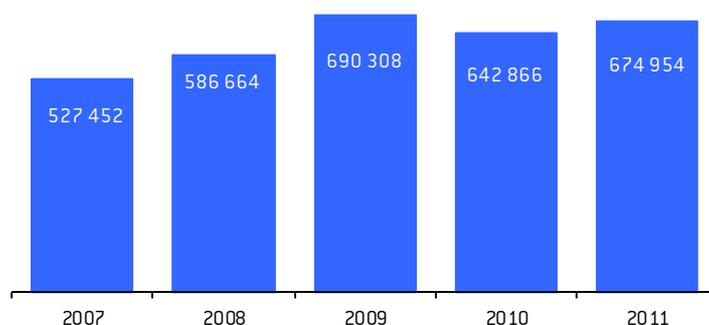
4.2.

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

4.2.1. DESEMPREGADOS INSCRITOS

Ao longo do ano 2011, inscreveram-se nos Centros de Emprego do Continente, 674 954 desempregados. Este valor é superior em 5,0% ao verificado no ano anterior, o equivalente a mais 32 088 inscrições. O fluxo de desempregados mostrou-se, assim, em crescimento face a 2010, não tendo, no entanto, ultrapassado o número verificado em 2009 que continua com a marca do mais elevado de sempre.

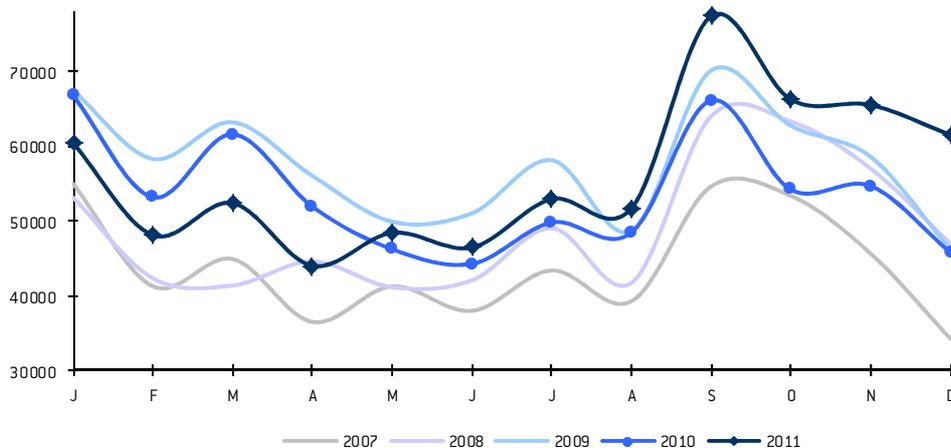
Gráfico 31 - DESEMPREGADOS INSCRITOS AO LONGO DOS ANOS - CONTINENTE



Fonte: IEFP, IP.,GEA

A análise da evolução mensal do desemprego, ao longo de 2011, mostra que, até ao mês de agosto, o fluxo mensal de desempregados se manteve abaixo dos verificados nos meses homólogos de 2009 e, em alguns meses, nos homólogos de 2010. No mês de setembro e meses seguintes de 2011, o volume de inscrições foi elevado, assistindo-se a acréscimos significativos, face a igual período de anos anteriores. A comparação com 2010 permite quantificar para o mês de setembro um aumento percentual de 17,0%, para outubro 22,2%, para novembro 19,8% e para dezembro 34,4%. Conclui-se, assim, que nestes últimos quatro meses de 2011, o aumento da procura de emprego por parte de desempregados teve mais 49 845 inscrições do que em igual período de 2010.

Gráfico 32-DESEMPREGADOS INSCRITOS AO LONGO DOS MESES - CONTINENTE



Fonte: IEFP, IP.,GEA

A Região Norte, com 240 311, continua a registar o mais elevado volume de inscrições, seguida de Lisboa VT, com 236 476. No seu conjunto, estas duas regiões, detinham 70,6% do total de pedidos de desempregados que, ao longo de 2011, deram entrada nos Centros de Emprego do Continente. Em comparação com o ano de 2010, com exceção do Alentejo, todas as regiões do Continente apresentam mais inscrições de desempregados. Os mais acentuados acréscimos percentuais verificaram-se no Algarve [+7,9%] e em Lisboa VT [+7,6%].

Quadro 22-DESEMPREGADOS INSCRITOS POR REGIÃO

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

	2009		2010		2011		Var. %	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
CONTINENTE	690 308	100,0	642 866	100,0	674 954	100,0	-6,9	+5,0
Norte	257 027	37,2	231 839	36,1	240 311	35,6	-9,8	+3,7
Centro	112 655	16,3	105 240	16,4	108 708	16,1	-6,6	+3,3
Lisboa V. Tejo	231 040	33,5	219 740	34,2	236 476	35,0	-4,9	+7,6
Alentejo	44 131	6,4	42 472	6,6	42 432	6,3	-3,8	-0,1
Algarve	45 455	6,6	43 575	6,8	47 027	7,0	-4,1	+7,9

Fonte: IEFP, IP.,GEA

Quanto aos motivos que estiveram na origem das inscrições de desempregados, o “fim de trabalho não permanente” continua como o mais indicado, sendo referido por 272 818 desempregados, ou seja, 40,4% do total. A situação de “despedido”, com 18,6%, surge em segunda posição, seguida dos “ex-inativos” com 14,6%.

Comparativamente ao ano 2010, verificou-se o aumento de inscrições, principalmente nas situações de “despedimento por mútuo acordo” [+36,7%], “despedido” [+18,3%] e “fim de trabalho não permanente” [+7,6%]. Por sua vez, as inscrições resultantes dos motivos “ex-inativos” e “despediu-se” tiveram uma quebra de, respetivamente, -9,1% e -12,0%.

Quadro 23-DESEMPREGADOS INSCRITOS POR MOTIVO DE INSCRIÇÃO
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2009		2010		2011		Var. %	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
Ex-inactivos	97 262	14,1	108 399	16,9	98 540	14,6	+11,5	-9,1
Despediu-se	41 330	6,0	35 827	5,6	31 517	4,7	-13,3	-12,0
Despedido	126 924	18,4	106 426	16,6	125 868	18,6	-16,1	+18,3
Despedimento por mútuo acordo	20 118	2,9	15 446	2,4	21 111	3,1	-23,2	+36,7
Fim de trabalho não permanente	275 583	39,9	253 664	39,5	272 818	40,4	-8,0	+7,6
Ex-trabalhador por conta própria	9 959	1,4	8 368	1,3	8 663	1,3	-16,0	+3,5
Outros	119 132	17,3	114 736	17,8	116 437	17,3	-3,7	+1,5
TOTAL	690 308	100,0	642 866	100,0	674 954	100,0	-6,9	+5,0

Fonte: IEFP, IP.,GEA

Na ótica das profissões, assinalam-se as que tiveram maior volume de desempregados inscritos em 2011: pessoal dos serviços, de proteção e segurança” com 100 656 (14,9% do total), “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” com 67 756 (10,0%), “Operários e trabalhadores similares da indústria extrativa e construção civil” com 61 049 (9,0%), “Empregados de escritório” com 60 643 (9,0%) e “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústria transformadora” com 57 898 (8,6%).

Quadro 24-DESEMPREGADOS INSCRITOS POR PROFISSÃO
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

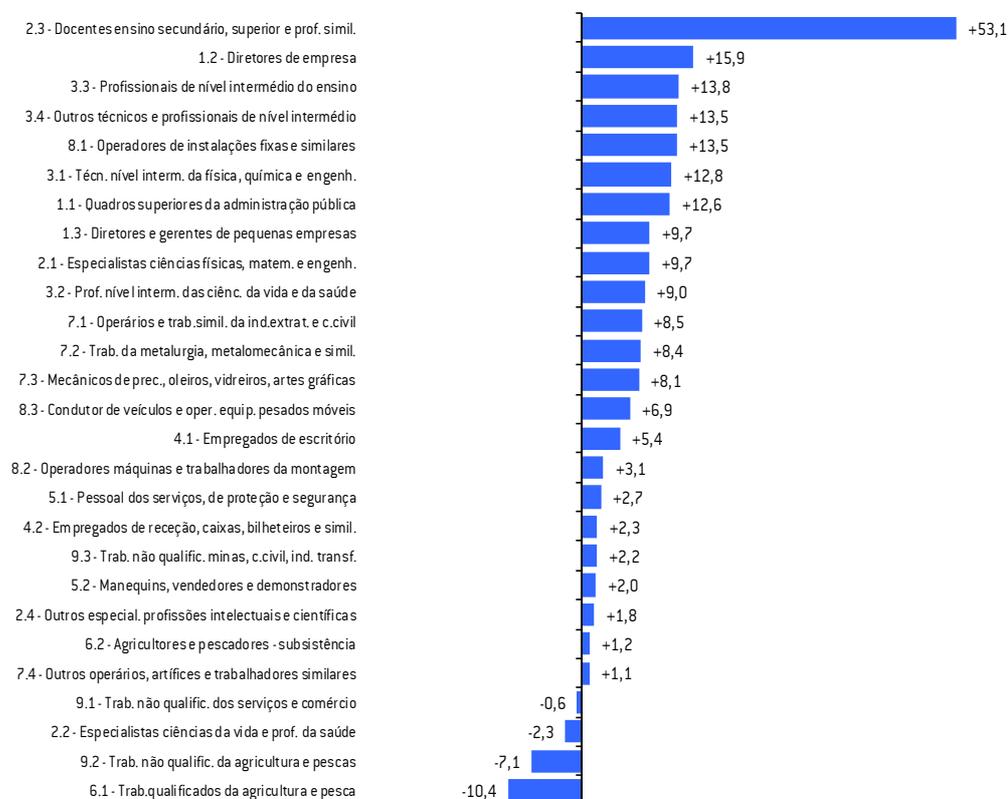
CONTINENTE	2009		2010		2011		Var. %	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
1.1 - Quadros superiores da administração pública	174	0,0	167	0,0	188	0,0	-4,0	+12,6
1.2 - Diretores de empresa	5 855	0,8	5 358	0,8	6 208	0,9	-8,5	+15,9
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	1 434	0,2	1 349	0,2	1 480	0,2	-5,9	+9,7
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engenh.	11 105	1,6	10 043	1,6	11 015	1,6	-9,6	+9,7
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	6 054	0,9	6 078	0,9	5 938	0,9	+0,4	-2,3
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	10 019	1,5	11 788	1,8	18 045	2,7	+17,7	+53,1
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	23 920	3,5	22 533	3,5	22 940	3,4	-5,8	+1,8
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engenh.	23 660	3,4	23 235	3,6	26 206	3,9	-1,8	+12,8
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	4 393	0,6	4 714	0,7	5 136	0,8	+7,3	+9,0
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	8 343	1,2	9 287	1,4	10 567	1,6	+11,3	+13,8
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	24 838	3,6	22 408	3,5	25 441	3,8	-9,8	+13,5
4.1 - Empregados de escritório	63 176	9,2	57 518	8,9	60 643	9,0	-9,0	+5,4
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e simil.	14 777	2,1	14 344	2,2	14 670	2,2	-2,9	+2,3
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	95 103	13,8	97 995	15,2	100 656	14,9	+3,0	+2,7
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	53 973	7,8	54 049	8,4	55 147	8,2	+0,1	+2,0
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	21 688	3,1	21 094	3,3	18 892	2,8	-2,7	-10,4
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	161	0,0	168	0,0	170	0,0	+4,3	+1,2
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	63 290	9,2	56 248	8,7	61 049	9,0	-11,1	+8,5
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	33 466	4,8	29 668	4,6	32 164	4,8	-11,3	+8,4
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	3 407	0,5	2 565	0,4	2 773	0,4	-24,7	+8,1
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	34 788	5,0	26 860	4,2	27 168	4,0	-22,8	+1,1
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	2 483	0,4	1 952	0,3	2 216	0,3	-21,4	+13,5
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	16 608	2,4	12 728	2,0	13 125	1,9	-23,4	+3,1
8.3 - Conductor de veículos e oper. equip. pesados móveis	27 464	4,0	24 452	3,8	26 131	3,9	-11,0	+6,9
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	72 369	10,5	68 199	10,6	67 756	10,0	-5,8	-0,6
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	1 344	0,2	1 434	0,2	1 332	0,2	+6,7	-7,1
9.3 - Trab. não qualific. minas, c. civil, ind. transf.	66 416	9,6	56 631	8,8	57 898	8,6	-14,7	+2,2
Outros	0	0,0	1	0,0	0,0	0,0	-	-
TOTAL	690 308	100,0	642 866	100,0	674 954	100,0	-6,9	+5,0

Fonte: IEFP, IP.,GEA

Relativamente a 2010, o mais acentuado acréscimo de pedidos de emprego fez-se sentir nos “Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares”, com +53,1%, o equivalente a +6 257 inscrições do que no ano anterior. Ainda com significativos aumentos percentuais no número de inscrições, salientam-se os “Diretores de Empresas” (+15,9%), os “Profissionais de nível intermédio do ensino” (+13,8%), os “Outros técnicos e profissionais de nível intermédio” (+13,5%) e os “Operadores de instalações fixas e similares” (+13,5%).

Com um volume de inscrições inferiores às de 2010 contam-se os “Trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” (-10,4%), os “Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas” (-7,2%), os “Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde” (-2,3%) e os “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” (-0,6%).

Gráfico 33-DESEMPREGADOS INSCRITOS POR PROFISSÃO - CONTINENTE
 VARIAÇÃO (%) 2011/2010 (ORDEM DECRESCENTE)
 MOVIMENTO AO LONGO DO ANO



Fonte: IEFP, IP, GEA

Quanto à atividade económica de origem do desemprego, dos 606 960 indivíduos que, no decurso de 2011, se inscreveram nos Centros de Emprego à procura de um novo emprego, 67,4% provinha do sector dos “Serviços”, 28,5% da “Indústria, energia, água e construção” e, apenas, 4,1% da “Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca”.

No sector secundário, continua a distinguir-se o ramo da “Construção”, como origem do maior volume de pedidos de emprego, 84 015, o equivalente a 13,8% do total. No sector dos “Serviços” evidenciam-se as “Atividades imobiliárias, informática investigação e serviços prestados a empresas”, responsáveis por 126 312 inscrições de desempregados, 20,8% do total. A segunda, terceira e quartas posições, com 12,5%, 10,7% e 10,6% da proveniência dos pedidos de emprego pertenciam, respetivamente, ao “Comércio por grosso e a retalho”, ao “Alojamento, restauração e similares” e à “Administração pública, educação, atividades da saúde e apoio social”.

Quadro 25-DESEMPREGADOS QUE PROCURAM NOVO EMPREGO, POR ATIVIDADE ECONÓMICA DE ORIGEM DO DESEMPREGO

Movimento ao longo do ano

CONTINENTE	2009		2010		2011		Var.%	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	29 426	4,8	28 370	5,0	24 606	4,1	-3,6	-13,3
Indústria, Energia e Água e Construção	202 012	32,8	167 673	29,3	172 782	28,5	-17,0	+3,0
Indústrias extrativas	1 590	0,3	2 676	0,5	2 342	0,4	+68,3	-12,5
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	14 006	2,3	13 667	2,4	14 536	2,4	-2,4	+6,4
Fabricação de têxteis	9 195	1,5	5 545	1,0	5 589	0,9	-39,7	+0,8
Indústria do vestuário	23 901	3,9	19 325	3,4	17 229	2,8	-19,1	-10,8
Indústria do couro e dos produtos do couro	6 034	1,0	4 521	0,8	4 211	0,7	-25,1	-6,9
Indústria da madeira e da cortiça	6 243	1,0	3 686	0,6	3 432	0,6	-41,0	-6,9
Indústrias do papel, impressão e reprodução	2 591	0,4	2 382	0,4	2 409	0,4	-8,1	+1,1
Fab. prod. petrolif., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	5 239	0,9	4 125	0,7	3 995	0,7	-21,3	-3,2
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	5 999	1,0	4 414	0,8	5 019	0,8	-26,4	+13,7
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	10 960	1,8	9 035	1,6	9 539	1,6	-17,6	+5,6
Fab. equip. informático, elétrico, máquinas e equipamentos. n. e.	7 821	1,3	5 057	0,9	5 240	0,9	-35,3	+3,6
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	6 283	1,0	6 283	1,1	4 491	0,7	+0,0	-28,5
Fab. mobiliário, repar. instal. maq. equip.e outras ind. transform.	7 987	1,3	7 523	1,3	8 565	1,4	-5,8	+13,9
Elétric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	1 698	0,3	1 974	0,3	2 170	0,4	+16,3	+9,9
Construção	92 465	15,0	77 460	13,6	84 015	13,8	-16,2	+8,5
Serviços	382 179	62,1	375 289	65,7	409 258	67,4	-1,8	+9,1
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motociclos	8 195	1,3	7 364	1,3	8 598	1,4	-10,1	+16,8
Comércio por grosso e a retalho	70 427	11,4	71 200	12,5	75 786	12,5	+1,1	+6,4
Transportes e armazenagem	12 721	2,1	11 370	2,0	12 256	2,0	-10,6	+7,8
Alojamento, restauração e similares	68 556	11,1	65 859	11,5	64 842	10,7	-3,9	-1,5
Atividades de informação e de comunicação	7 594	1,2	7 460	1,3	7 679	1,3	-1,8	+2,9
Atividades financeiras e de seguros	3 354	0,5	3 603	0,6	3 773	0,6	+7,4	+4,7
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	100 939	16,4	108 226	18,9	126 312	20,8	+7,2	+16,7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8 632	1,4	10 006	1,8	11 411	1,9	+15,9	+14,0
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	45 534	7,4	54 154	9,5	64 146	10,6	+18,9	+18,5
Outras atividades de serviços	56 227	9,1	36 047	6,3	34 455	5,7	-35,9	-4,4
Sem classificação	1 878	0,3	298	0,1	314	0,1	-84,1	+5,4
TOTAL	615 495	100,0	571 630	100,0	606 960	100,0	-7,1	+6,2

Fonte: IEFP, IP.,GEA

A evolução face ao ano anterior mostra que o aumento das inscrições de desempregados teve como origem vários ramos de atividade económica, principalmente do sector dos “Serviços”, salientando-se os acréscimos percentuais mais expressivos na “Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social” (+18,5%), no “Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos” (+16,8%) e nas “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” (+16,7%).

Com um fluxo de desempregados inferior ao verificado em 2010, assinalam-se, particularmente, atividades do sector secundário, como a “fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte” (-28,5%), as “indústrias extrativas” (-12,5%), a “Indústria do vestuário” (-10,8%), a “Indústria da madeira e da cortiça” (-6,9%) e a “indústria do couro e dos produtos do couro” (-6,9%). No sector da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” diminuiu, também, o número de inscrições face a 2010 (-13,3%).

Gráfico 34-DESEMPREGADOS INSCRITOS POR ATIVIDADE ECONÓMICA DE ORIGEM DO DESEMPREGO - CONTINENTE
VARIAÇÃO (%) 2011/2010 (ORDEM DECRESCENTE)
 MOVIMENTO AO LONGO DO ANO



Fonte: IEFP, IP.,GEA

Dos 708 978 pedidos de emprego registados ao longo do ano 2011 nos Centros de Emprego do Continente, a grande maioria, 674 954 (95,2%) pertenciam, como se referiu, a trabalhadores desempregados. Os restantes 34 024 (4,8%) eram provenientes de trabalhadores empregados que pretendiam mudar de emprego.

Na procura de emprego por parte de trabalhadores desempregados, 89,9% das inscrições diziam respeito a situações de procura de um novo emprego. A procura de primeiro emprego representava 10,1% do total de desempregados inscritos.

Relativamente a 2010, aumentou o número total de pedidos de emprego (+4,4%) e, como se analisou, os pedidos de emprego provenientes de trabalhadores desempregados (+5,0%). Quanto à procura de emprego por parte de trabalhadores empregados, diminuiu (-5,6%). O aumento das inscrições de desempregados ficou a dever-se, exclusivamente, à procura de novo emprego (+6,2%), uma vez que os inscritos para o primeiro emprego apresentavam uma quebra relativamente ao ano anterior (-4,6%).

Quadro 26- PEDIDOS DE EMPREGO POR CATEGORIA

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

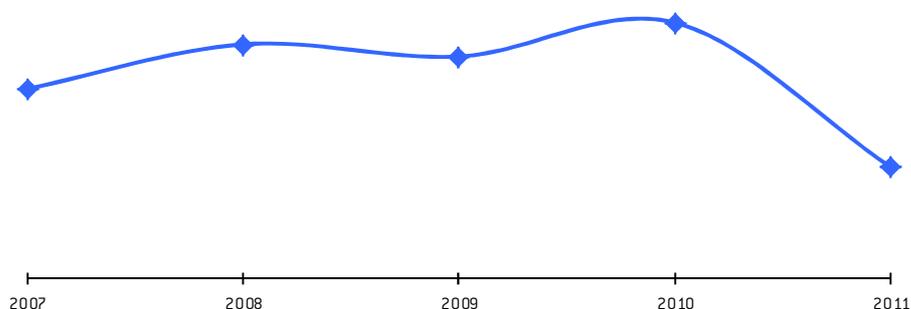
CONTINENTE	2009		2010		2011		Var. %	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
Pedidos de emprego	730 937	100,0	678 926	100,0	708 978	100,0	-7,1	+4,4
Desempregados	690 308	94,4	642 866	94,7	674 954	95,2	-6,9	+5,0
Procura de 1º emprego	74 813	10,8	71 236	11,1	67 994	10,1	-4,8	-4,6
Procura de novo emprego	615 495	89,2	571 630	88,9	606 960	89,9	-7,1	+6,2
Empregados	40 629	5,6	36 060	5,3	34 024	4,8	-11,2	-5,6

Fonte: IEFP, IP.,GEA

4.2.2. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS

Ao longo do ano 2011, receberam-se, nos Centros de Emprego do Continente, 99 488 ofertas de emprego, número consideravelmente baixo, quando comparado com os observados ao longo dos últimos cinco anos. Comparativamente a 2010, a redução foi de 20,3%, ou seja, menos 25º363 ofertas recebidas.

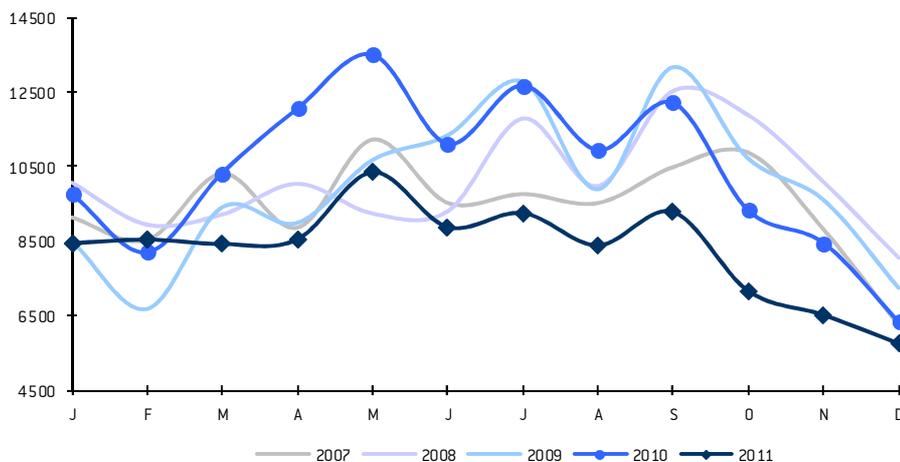
Gráfico 35-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS AO LONGO DOS ANOS - CONTINENTE



Fonte: IEFP, IP.,GEA

Analisando o fluxo mensal de ofertas de emprego ao longo de 2011, constata-se um volume relativamente estável, embora baixo, nos quatro primeiros meses do ano. O mês de maio continua a mostrar o maior pico de ofertas recebidas, ao contrário de dezembro que, invariavelmente, mostra o menor. A quebra mensal de ofertas acentuou-se nos últimos meses de 2011, tendo-se verificado um decréscimo sucessivo, atingindo-se valores significativamente mais baixos do que os ocorridos em meses homólogos de anos anteriores.

Gráfico 36-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS AO LONGO DOS MESES - CONTINENTE



Fonte: IEFP, IP.,GEA

Circunscrevendo a análise às cinco regiões do Continente, conclui-se que o Norte e Centro se distinguem das restantes por deterem a maior fatia das ofertas. Com efeito, em 2011, o Norte recebeu 39 209 e o Centro 25 508, o que corresponde a cerca de 65,0% face ao total de ofertas do Continente.

Em termos evolutivos, e relativamente ao ano 2010, todas as regiões do Continente tiveram um decréscimo significativo do volume de ofertas recebidas. Sobressai o decréscimo percentual verificado na região de Lisboa VT com -27,1%, seguindo-se o Centro com -21,7%.

Quadro 27-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS POR REGIÃO

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

	2009		2010		2011		Var.%	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
CONTINENTE	118 935	100,0	124 851	100,0	99 488	100,0	-1,8	-20,3
Norte	44 532	37,4	47 962	38,4	39 209	39,4	+7,7	-18,2
Centro	28 989	24,4	32 582	26,1	25 508	25,6	-0,7	-21,7
Lisboa V. Tejo	28 436	23,9	27 733	22,2	20 228	20,3	-10,0	-27,1
Alentejo	8 571	7,2	9 174	7,3	8 460	8,5	+2,6	-7,8
Algarve	8 407	7,1	7 400	5,9	6 083	6,1	-20,5	-17,8

Fonte: IEFP, IP.,GEA

No que se refere às profissões que, durante o ano 2011, constituíram o principal alvo das ofertas de emprego dirigidas aos Centros de Emprego do Continente, evidenciam-se os seguintes grupos profissionais: “Pessoal dos serviços de proteção e segurança” (18,5%), “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústria transformadora” (12,3%), “Outros operários, artífices e trabalhadores similares” (10,2%) e “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” (9,1%). Estes quatro grupos de profissões, representavam, no seu conjunto, 50,1% do total de ofertas de emprego recebidas em 2011.

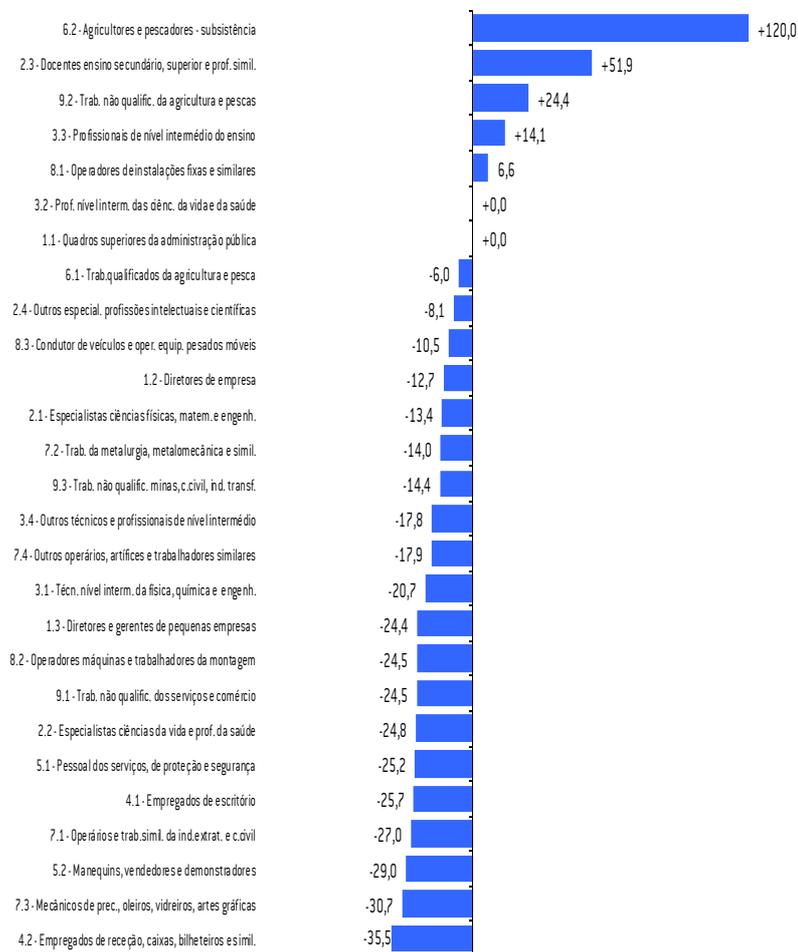
Quadro 28-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS POR PROFISSÃO
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2009		2010		2011		Var. %	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
1.1 - Quadros superiores da administração pública	8	0,0	4	0,0	4	0,0	-50,0	+0,0
1.2 - Diretores de empresa	238	0,2	236	0,2	206	0,2	-0,8	-12,7
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	130	0,1	119	0,1	90	0,1	-8,5	-24,4
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engenh.	1 003	0,8	969	0,8	839	0,8	-3,4	-13,4
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	331	0,3	439	0,4	330	0,3	+32,6	-24,8
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	531	0,4	559	0,4	849	0,9	+5,3	+51,9
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	1 198	1,0	1 030	0,8	947	1,0	-14,0	-8,1
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engenh.	2 760	2,3	3 085	2,5	2 447	2,5	+11,8	-20,7
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	440	0,4	440	0,4	440	0,4	+0,0	+0,0
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	532	0,4	419	0,3	478	0,5	-21,2	+14,1
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	4 850	4,1	4 833	3,9	3 973	4,0	-0,4	-17,8
4.1 - Empregados de escritório	6 755	5,7	7 261	5,8	5 392	5,4	+7,5	-25,7
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e simil.	3 122	2,6	3 338	2,7	2 154	2,2	+6,9	-35,5
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	24 532	20,6	24 531	19,6	18 358	18,5	-0,0	-25,2
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	10 320	8,7	7 908	6,3	5 614	5,6	-23,4	-29,0
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	4 788	4,0	5 496	4,4	5 166	5,2	+14,8	-6,0
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	38	0,0	15	0,0	33	0,0	0,0	120,0
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	7 224	6,1	8 826	7,1	6 440	6,5	+22,2	-27,0
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	5 848	4,9	7 326	5,9	6 299	6,3	+25,3	-14,0
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	353	0,3	489	0,4	339	0,3	+38,5	-30,7
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	10 037	8,4	12 357	9,9	10 148	10,2	+23,1	-17,9
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	473	0,4	486	0,4	518	0,5	+2,7	+6,6
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	3 901	3,3	4 171	3,3	3 151	3,2	+6,9	-24,5
8.3 - Condutor de veículos e oper. equip. pesados móveis	3 069	2,6	3 640	2,9	3 258	3,3	+18,6	-10,5
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	12 504	10,5	12 001	9,6	9 065	9,1	-4,0	-24,5
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	610	0,5	554	0,4	689	0,7	-9,2	+24,4
9.3 - Trab. não qualific. minas, c. civil, ind. transf.	13 340	11,2	14 319	11,5	12 261	12,3	+7,3	-14,4
TOTAL	118 935	100,0	124 851	100,0	99 488	100,0	+5,0	-20,3

Fonte: IEFP, IP, GEA

Observando a evolução do volume de ofertas recebidas, comparativamente ao ano anterior, verificaram-se decréscimos na grande maioria dos grupos profissionais, destacando-se as quebras percentuais mais significativas nos “Empregados de receção, caixas, bilheteiros e similares”, com -35,5%, nos “Mecânicos de precisão, oleiros, vidreiros, artes gráficas” com -30,7%, nos “Manequins, vendedores e demonstradores”, com -29,0% e nos “Operários e trabalhadores similares da indústria extrativa e construção civil”, com -27,0%. A evolução foi positiva para um grupo reduzido de profissões, destacando-se os aumentos percentuais nos “Agricultores e pescadores de subsistência”, com +120% (grupo de diminuta representatividade na carteira de ofertas), nos “Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares” com +51,9%, nos “Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas”, com +24,4%, nos “Profissionais de nível intermédio do ensino”, com +14,1% e nos “Operadores de instalações fixas e similares”, com +6,6%.

Gráfico 37-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS, POR PROFISSÃO - CONTINENTE
VARIAÇÃO (%) 2011/2010 (ORDEM DECRESCENTE)
 MOVIMENTO AO LONGO DO ANO



Fonte: IEFP, IP, GEA

A estrutura das ofertas de emprego por profissão apresenta diferenciações em termos regionais, sendo fortemente condicionada pelas atividades económicas dominantes em cada uma das regiões. Assim, enquanto na região Norte o maior volume de ofertas recebidas, 19,3% do total, se destinavam a um grupo de profissões característico do sector secundário - “Outros operários, artífices e trabalhadores similares”, no Alentejo, 33,8% das ofertas eram para “Trabalhadores qualificados da agricultura e pesca”. No Algarve, o maior volume de ofertas pertencia ao “Pessoal dos serviços, de proteção e segurança”, seguido dos “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio”. No seu conjunto, estes dois grupos de profissões detinham 56,2% do total de ofertas recebidas nesta região. Também na região de Lisboa VT, as profissões do sector terciário conseguiam o maior volume de ofertas, surgindo em primeiro lugar o “Pessoal dos serviços, de proteção e segurança”, com 23,8%. Na região Centro, é igualmente o “Pessoal dos serviços, de proteção e segurança” que atinge o primeiro lugar com 18,1%, seguido dos “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil, indústria transformadora”, com 17,7%.

Quadro 29 - ESTRUTURA DAS OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS POR PROFISSÃO, SEGUNDO A REGIÃO

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2011											
	TOTAL	%	Norte	%	Centro	%	Lisboa V.T.	%	Alentejo	%	Algarve	%
1.1 - Quadros superiores da administração pública	4	0,0	1	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0
1.2 - Diretores de empresa	206	0,2	68	0,2	63	0,2	55	0,3	8	0,1	12	0,2
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	90	0,1	33	0,1	20	0,1	24	0,1	5	0,1	8	0,1
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engenh.	839	0,8	320	0,8	217	0,9	244	1,2	41	0,5	17	0,3
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	330	0,3	130	0,3	128	0,5	47	0,2	16	0,2	9	0,1
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	849	0,9	506	1,3	253	1,0	64	0,3	13	0,2	13	0,2
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	947	1,0	384	1,0	223	0,9	281	1,4	36	0,4	23	0,4
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engenh.	2 447	2,5	924	2,4	639	2,5	627	3,1	142	1,7	115	1,9
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	440	0,4	71	0,2	277	1,1	66	0,3	21	0,2	5	0,1
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	478	0,5	204	0,5	131	0,5	101	0,5	11	0,1	31	0,5
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	3 973	4,0	1 976	5,0	729	2,9	844	4,2	271	3,2	153	2,5
4.1 - Empregados de escritório	5 392	5,4	2 143	5,5	1 077	4,2	1 761	8,7	216	2,6	195	3,2
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e simil.	2 154	2,2	695	1,8	450	1,8	642	3,2	106	1,3	261	4,3
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	18 358	18,5	5 610	14,3	4 605	18,1	4 817	23,8	1 168	13,8	2 158	35,5
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	5 614	5,6	1 804	4,6	1 201	4,7	1 545	7,6	352	4,2	712	11,7
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	5 166	5,2	311	0,8	746	2,9	974	4,8	2 860	33,8	275	4,5
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	33	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,0	24	0,3	6	0,1
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	6 440	6,5	2 962	7,6	1 762	6,9	966	4,8	508	6,0	242	4,0
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	6 299	6,3	2 687	6,9	2 164	8,5	1 011	5,0	274	3,2	163	2,7
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	339	0,3	96	0,2	127	0,5	66	0,3	48	0,6	2	0,0
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	10 148	10,2	7 556	19,3	1 436	5,6	806	4,0	284	3,4	66	1,1
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	518	0,5	145	0,4	172	0,7	66	0,3	123	1,5	12	0,2
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	3 151	3,2	1 530	3,9	1 222	4,8	283	1,4	99	1,2	17	0,3
8.3 - Condutor de veículos e oper. equip. pesados móveis	3 258	3,3	1 105	2,8	1 128	4,4	684	3,4	210	2,5	131	2,2
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	9 065	9,1	3 043	7,8	1 877	7,4	2 036	10,1	847	10,0	1 262	20,7
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	689	0,7	93	0,2	333	1,3	151	0,7	83	1,0	29	0,5
9.3 - Trab. não qualific. minas, c. civil, ind. transf.	12 261	12,3	4 810	12,3	4 526	17,7	2 065	10,2	694	8,2	166	2,7
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	99 488	100,0	39 209	100,0	25 508	100,0	20 228	100,0	8 460	100,0	6 083	100,0

Fonte: IEFP, IP.,GEA

Relativamente à atividade económica de origem das ofertas de emprego, que ao longo do ano 2011 foram comunicadas aos Centros de Emprego do Continente, constatamos que a maioria, 65,3% do total, eram provenientes do sector dos “Serviços”, 29,8% eram oriundas da “Indústria, energia, água e construção” e, apenas 4,9% pertenciam à “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”.

No sector dos “Serviços”, as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio”, o “Alojamento, restauração e similares” e o “Comércio por grosso e a retalho” continuam como atividades responsáveis pelo maior volume de ofertas com, respetivamente, 21 526, 12 987 e 11 681 postos de trabalho, representando 71,1% das ofertas deste sector e 46,4% do total de ofertas recebidas ao longo do ano. A “Construção” foi o ramo de atividade que gerou o maior volume de ofertas no sector secundário, 8,6% do total, o equivalente a 8 592 postos de trabalho.

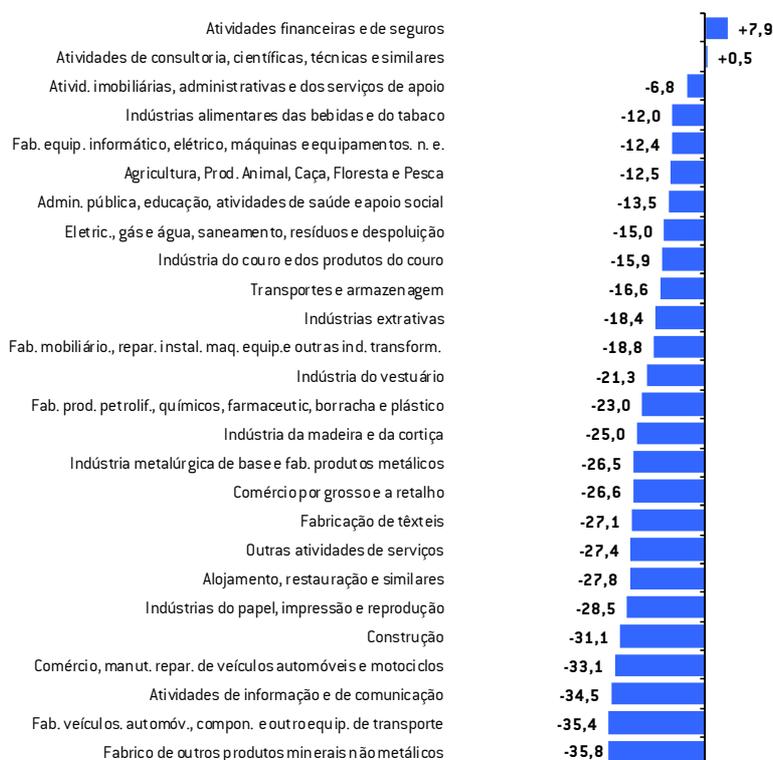
Quadro 30-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS POR ATIVIDADE ECONÓMICA
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2009		2010		2011		Var.%	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	4 603	3,9	5 516	4,4	4 826	4,9	+19,8	-12,5
Indústria, Energia e Água e Construção	32 301	27,2	39 062	31,3	29 646	29,8	+20,9	-24,1
Indústrias extrativas	803	0,7	223	0,2	182	0,2	-72,2	-18,4
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	4 174	3,5	3 837	3,1	3 375	3,4	-8,1	-12,0
Fabricação de têxteis	1 207	1,0	1 682	1,3	1 227	1,2	+39,4	-27,1
Indústria do vestuário	3 780	3,2	5 844	4,7	4 601	4,6	+54,6	-21,3
Indústria do couro e dos produtos do couro	1 950	1,6	3 283	2,6	2 760	2,8	+68,4	-15,9
Indústria da madeira e da cortiça	849	0,7	1 193	1,0	895	0,9	+40,5	-25,0
Indústrias do papel, impressão e reprodução	511	0,4	418	0,3	299	0,3	-18,2	-28,5
Fab. prod. petrolíf., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	1 062	0,9	1 115	0,9	859	0,9	+5,0	-23,0
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	893	0,8	965	0,8	620	0,6	+8,1	-35,8
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	2 634	2,2	3 701	3,0	2 721	2,7	+40,5	-26,5
Fab. equip. informático, elétrico, máquinas e equipamentos. n. e.	959	0,8	1 230	1,0	1 077	1,1	+28,3	-12,4
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	771	0,6	641	0,5	414	0,4	-16,9	-35,4
Fab. mobiliário., repar. instal. maq. equip.e outras ind. transform.	1 155	1,0	1 844	1,5	1 497	1,5	+59,7	-18,8
Eletric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	677	0,6	620	0,5	527	0,5	-8,4	-15,0
Construção	10 876	9,1	12 466	10,0	8 592	8,6	+14,6	-31,1
Serviços	80 836	68,0	80 036	64,1	64 958	65,3	-1,0	-18,8
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motociclos	2 445	2,1	2 504	2,0	1 676	1,7	+2,4	-33,1
Comércio por grosso e a retalho	17 114	14,4	15 911	12,7	11 681	11,7	-7,0	-26,6
Transportes e armazenagem	1 903	1,6	2 047	1,6	1 708	1,7	+7,6	-16,6
Alojamento, restauração e similares	17 557	14,8	17 990	14,4	12 987	13,1	+2,5	-27,8
Atividades de informação e de comunicação	1 111	0,9	1 163	0,9	762	0,8	+4,7	-34,5
Atividades financeiras e de seguros	291	0,2	229	0,2	247	0,2	-21,3	+7,9
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	23 372	19,7	23 089	18,5	21 526	21,6	-1,2	-6,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 560	2,2	2 781	2,2	2 795	2,8	+8,6	+0,5
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	7 667	6,4	8 455	6,8	7 315	7,4	+10,3	-13,5
Outras atividades de serviços	6 816	5,7	5 867	4,7	4 261	4,3	-13,9	-27,4
Sem classificação	1 195	1,0	237	0,2	58	0,1	-80,2	-75,5
TOTAL	118 935	100,0	124 851	100,0	99 488	100,0	+5,0	-20,3

Fonte: IEFP, IP.,GEA

Em termos de evolução anual, a diminuição do volume de ofertas relativamente ao ano anterior, foi visível na maior parte das atividades económicas, destacando-se os decréscimos percentuais mais elevados no “Fabrico de outros produtos minerais não metálicos” (-35,8%), na “Fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte” (-35,4%), nas “Atividades de informação e comunicação” (-34,5%), no “Comércio, manutenção, reparação de veículos automóveis e motociclos” (-33,1%) e na “Construção” (-31,1%). As maiores quebras em valores absolutos, verificaram-se no “Alojamento, restauração e similares” [-5 003 postos de trabalho], no “Comércio por grosso e a retalho” [-4 230] e na “Construção” [-3 874]. Com variação positiva no volume de ofertas de emprego contam-se, somente, as “Atividades financeiras e de seguros” e as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, atividades que, no seu conjunto, disponibilizaram apenas +32 postos de trabalho do que no ano de 2010.

Gráfico 38-OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS, POR ATIVIDADE ECONÓMICA DE ORIGEM DO DESEMPREGO - CONTINENTE
VARIAÇÃO [%] 2011/2010 (ORDEM DECRESCENTE)
 MOVIMENTO AO LONGO DO ANO



Fonte: IEFP, IP, GEA

Em todas as regiões do Continente, as ofertas de emprego provenientes do sector dos “Serviços” ocuparam, em termos globais, um peso relativo importante no volume de ofertas recebidas, o que indicia o crescente dinamismo que as atividades deste sector continuam a ter em todo o espaço regional. Apesar da superioridade do sector dos “Serviços” na comunicação de ofertas de emprego, a atividade económica predominante na região determinou, em grande medida, a origem de uma significativa parte das ofertas de emprego, que ao longo do ano se receberam nos Centros de Emprego dessas regiões.

Na região Norte, apesar de 59,6% das ofertas de emprego serem provenientes do sector dos “Serviços” (com as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” a ocupar a primeira posição com 25,3% do total), o sector da “Indústria, energia, água e construção” assumia, nesta região, a sua maior importância relativa com 39,5% do total de ofertas da região, cabendo à “Indústria do vestuário” o maior contributo para este sector, e o segundo lugar na região, com 9,8% do total de ofertas recebidas. A terceira posição foi ocupada pelo “Comércio por grosso e a retalho”, com 9,5% das ofertas da região.

Quadro 31-ESTRUTURA DAS OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS POR ACTIVIDADE ECONÓMICA, SEGUNDO A REGIÃO
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2011											
	TOTAL	%	Norte	%	Centro	%	Lisboa V.T.	%	Alentejo	%	Algarve	%
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	4 826	4,9	332	0,8	843	3,3	856	4,2	2 561	30,3	234	3,8
Indústria, Energia e Água e Construção	29 646	29,8	15 479	39,5	8 089	31,7	3 885	19,2	1 512	17,9	681	11,2
Indústrias extractivas	182	0,2	65	0,2	66	0,3	20	0,1	16	0,2	15	0,2
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	3 375	3,4	859	2,2	1 058	4,1	792	3,9	561	6,6	105	1,7
Fabricação de têxteis	1 227	1,2	1 006	2,6	169	0,7	15	0,1	37	0,4	0	0,0
Indústria do vestuário	4 601	4,6	3 862	9,8	647	2,5	84	0,4	2	0,0	6	0,1
Indústria do couro e dos produtos do couro	2 760	2,8	2 649	6,8	41	0,2	70	0,3	0	0,0	0	0,0
Indústria da madeira e da cortiça	895	0,9	457	1,2	295	1,2	75	0,4	52	0,6	16	0,3
Indústrias do papel, impressão e reprodução	299	0,3	147	0,4	57	0,2	91	0,4	3	0,0	1	0,0
Fab. prod. petrolif., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	859	0,9	320	0,8	413	1,6	107	0,5	18	0,2	1	0,0
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	620	0,6	127	0,3	321	1,3	139	0,7	18	0,2	15	0,2
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	2 721	2,7	942	2,4	1 217	4,8	397	2,0	143	1,7	22	0,4
Fab. equip. informático, eléctrico, máquinas e equipamentos. n. e.	1 077	1,1	482	1,2	378	1,5	187	0,9	27	0,3	3	0,0
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	414	0,4	243	0,6	92	0,4	52	0,3	24	0,3	3	0,0
Fab. mobiliário, repar. instal. maq. equip.e outras ind. transform.	1 497	1,5	513	1,3	463	1,8	405	2,0	102	1,2	14	0,2
Electric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	527	0,5	210	0,5	144	0,6	97	0,5	32	0,4	44	0,7
Construção	8 592	8,6	3 597	9,2	2 728	10,7	1 354	6,7	477	5,6	436	7,2
Serviços	64 958	65,3	23 367	59,6	16 554	64,9	15 482	76,5	4 387	51,9	5 168	85,0
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motocicletas	1 676	1,7	621	1,6	462	1,8	463	2,3	78	0,9	52	0,9
Comércio por grosso e a retalho	11 681	11,7	3 727	9,5	2 495	9,8	3 874	19,2	730	8,6	855	14,1
Transportes e armazenagem	1 708	1,7	598	1,5	540	2,1	473	2,3	46	0,5	51	0,8
Alojamento, restauração e similares	12 987	13,1	3 593	9,2	2 819	11,1	2 922	14,4	955	11,3	2 698	44,4
Actividades de informação e de comunicação	762	0,8	268	0,7	168	0,7	272	1,3	18	0,2	36	0,6
Actividades financeiras e de seguros	247	0,2	74	0,2	77	0,3	80	0,4	14	0,2	2	0,0
Activid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	21 526	21,6	9 901	25,3	5 654	22,2	3 322	16,4	1 788	21,1	861	14,2
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 795	2,8	907	2,3	662	2,6	911	4,5	196	2,3	119	2,0
Admin. pública, educação, actividades de saúde e apoio social	7 315	7,4	2 332	5,9	2 567	10,1	1 889	9,3	351	4,1	176	2,9
Outras actividades de serviços	4 261	4,3	1 346	3,4	1 110	4,4	1 276	6,3	211	2,5	318	5,2
Sem classificação	58	0,1	31	0,1	22	0,1	5	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	99 488	100,0	39 209	100,0	25 508	100,0	20 228	100,0	8 460	100,0	6 083	100,0

Fonte: IEFP, IP.,GEA

No Centro, as ofertas de emprego provenientes do sector dos “Serviços” continuam a deter a primeira posição, representando 64,9% do total. As “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” e o “Alojamento, restauração e similares” com, respetivamente, 22,2% e 11,1% do total de ofertas, ocupavam os dois primeiros lugares. O ramo da “Construção”, com uma representatividade também importante nesta região, ficou na terceira posição, com 10,7% do total de ofertas.

Em Lisboa VT e no Algarve, o sector terciário manteve o mais acentuado peso relativo, respetivamente, 76,5% e 85,0% do total de ofertas comunicadas em cada uma das regiões. No entanto, enquanto em Lisboa VT o “Comércio por grosso e a retalho” foi responsável pelo maior volume de ofertas, com 19,2% do total, no Algarve o primeiro lugar foi ocupado pelo “Alojamento, restauração e similares”, a quem pertenciam 44,4% do total de ofertas de emprego desta região.

No Alentejo, a maioria das ofertas (51,9%) também foram provenientes das várias atividades do sector dos “Serviços”, com as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” a ocuparem uma representatividade de 21,1% do total. A segunda posição, com um peso relativo de 30,3 % do total, pertenceu ao sector da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” que detém no Alentejo a sua maior representatividade regional.

4.2.3. CONVOCATÓRIAS E APRESENTAÇÕES PARA OFERTA

Os Centros de Emprego do Continente procederam, ao longo do ano de 2011, ao envio de 1 211 397 convocatórias, o que, comparativamente ao ano anterior, se traduz numa variação anual decrescente de -6,7%.

As Delegações Regionais do Norte e Lisboa VT foram responsáveis por cerca de 66,3% do volume de convocatórias expedidas. Por outro lado, todas as regiões apresentaram um decréscimo do volume de convocatórias, com exceção da Delegação do Algarve, onde se registou um aumento de +18,6%.

Quadro 32-CONVOCATÓRIAS POR REGIÃO							Var. %
	2009	%	2010	%	2011	%	2011/2010
Continente	1 313 730	100,0	1 298 634	100,0	1 211 397	100,0	-6,7
Norte	516 372	39,3	503 372	38,8	449 871	37,1	-10,6
Centro	219 873	16,7	234 809	18,1	210 228	17,4	-10,5
Lisboa VT	396 113	30,2	368 962	28,4	353 817	29,2	-4,1
Alentejo	89 920	6,8	91 573	7,1	78 960	6,5	-13,8
Algarve	91 452	7,0	99 918	7,7	118 521	9,8	+18,6

Fonte: IEFP, I.P., GEA

Os dados constantes do quadro 33 retratam as convocatórias classificadas segundo a sua diferente tipologia. Da sua leitura, resulta que, a nível do Continente, as convocatórias para oferta de trabalho (23,0%), aparecem com um peso relativo maioritário, seguindo-se as do tipo geral utente (22,2%), as do sistema de informação e gestão da oferta educativa (20,3%) e as para intervenções técnicas (11,2%). No conjunto representavam 77,0% do universo de convocatórias emitidas em 2011.

Na ótica regional, as convocatórias para oferta de trabalho destacaram-se no Centro e em Lisboa VT, com 27,8% e 25,4%, respetivamente. Já no que respeita ao Norte (27,4%) e Algarve (28,2%), as convocatórias do tipo geral utente posicionaram-se em primeiro lugar, atingindo a proporção mais elevada nesta última região. No Alentejo, as intervenções técnicas (23,7%) apresentam-se maioritárias na região. É de salientar o facto de, nesta última Delegação Regional, as convocatórias do tipo geral utente serem pouco expressivas (6,0%) comparativamente à sua proporção nas restantes regiões do território continental.

Quadro 33-TIPO DE CONVOCATÓRIAS SEGUNDO A REGIÃO

Tipo de Convocatórias	2011											
	Continente	%	Norte	%	Centro	%	Lisboa VT	%	Alentejo	%	Algarve	%
TOTAL	1 211 397	100,0	449 871	100,0	210 228	100,0	353 817	100,0	78 960	100,0	118 521	100,0
Geral Utente	269 135	22,2	123 297	27,4	41 799	19,9	65 868	18,6	4 707	6,0	33 464	28,2
Intervenção Técnica	135 459	11,2	30 811	6,8	33 537	16,0	44 063	12,5	18 679	23,7	8 369	7,1
Oferta	279 017	23,0	80 435	17,9	58 410	27,8	89 730	25,4	17 836	22,6	32 606	27,5
Sessão colectiva	132 279	10,9	58 312	13,0	15 693	7,5	32 497	9,2	13 754	17,4	12 023	10,1
Sist. Inform e gestão da oferta educativa	246 274	20,3	108 393	24,1	34 346	16,3	75 107	21,2	11 770	14,9	16 658	14,1
Convocatória Medidas	112 651	9,3	34 905	7,8	23 836	11,3	31 045	8,8	10 935	13,8	11 930	10,1
Outoas*	36 582	3,0	13 718	3,0	2 607	1,2	15 507	4,4	1 279	1,6	3 471	2,9

Fonte: IEFP, I.P., GEA

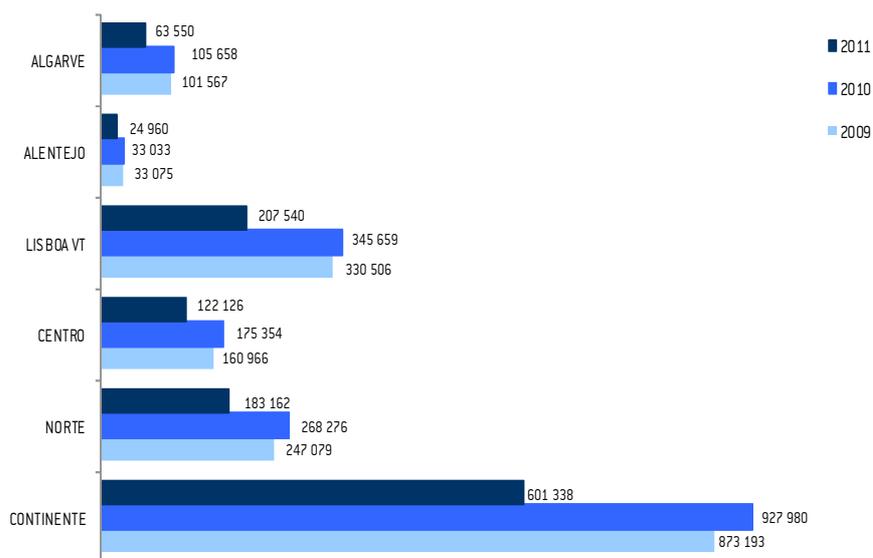
* Inclui os seguintes tipos de convocatórias: geral – recusa de E.E. – factos declarados pelo candidato, bolsa de formação, formação profissional sub, insersocial, programa ocupacional, conclusão do ensino secundário, rendimento social de inserção.

As apresentações para oferta, outro procedimento administrativo objeto da presente análise, ascenderam em 2011, a 601 338, o que corresponde a uma quebra de 326 642 (-35,2%) face a 2010.

Em termos de representatividade, e relativamente ao ano em análise, conclui-se que as regiões com maior volume deste tipo de apresentações foram Lisboa VT (34,5%) e o Norte (30,5%). O Alentejo (4,2%), por seu lado, destaca-se com um peso mais baixo.

Contrariando a tendência observada nos 3 últimos anos, onde se observou um crescimento gradual das apresentações para oferta, o ano de 2011 caracteriza-se pela quebra deste ato administrativo, a qual foi sentida em todas as Delegações.

Gráfico 39 - EVOLUÇÃO DAS APRESENTAÇÕES PARA OFERTA SEGUNDO A REGIÃO - 2011



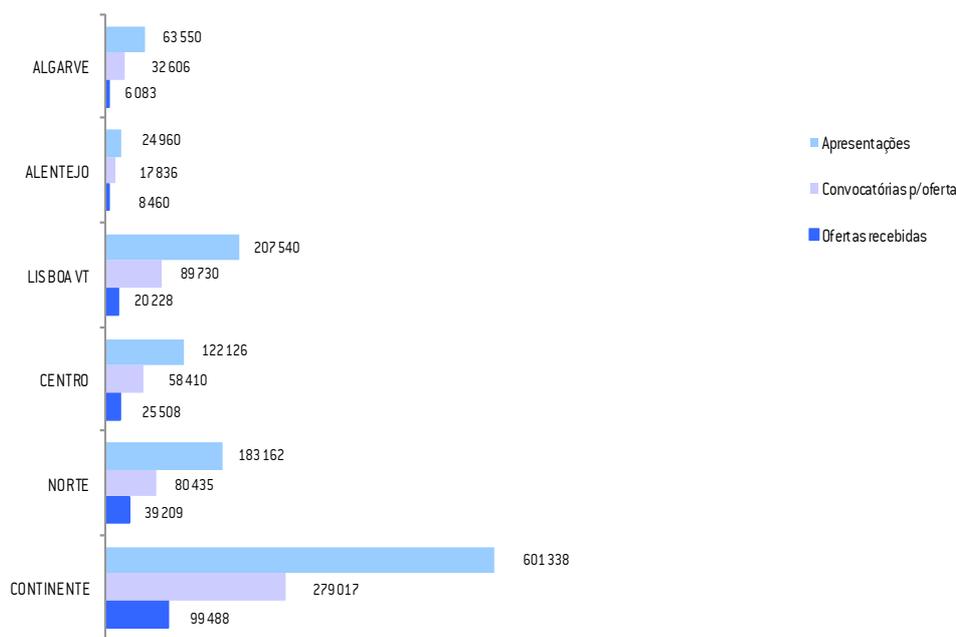
Fonte: IEFP, I.P., GEA

Analisa-se de seguida a relação entre o fluxo de ofertas recebidas, as convocatórias para oferta emitidas e as apresentações para oferta executadas, para o ano em estudo (gráfico 40).

A relação entre as convocatórias para oferta/ofertas recebidas, mostra que, em termos médios e para o Continente, por cada oferta de trabalho recebida, são emitidas cerca de 2,8 convocatórias para oferta. As regiões do Algarve, Lisboa VT e Centro registaram, neste indicador, o maior número de convocatórias emitidas por cada oferta de trabalho, respetivamente, 5,4, 4,4 e 2,3 convocatórias. No Norte e Alentejo, foram emitidas 2,1 convocatórias para cada oferta de trabalho.

De referir que nem todas as apresentações para oferta são precedidas de uma convocatória, já que é possível efetuar a apresentação direta à oferta de emprego. No entanto, a satisfação ou não de uma oferta de emprego, tem sempre associada uma ou mais apresentações. Assim, verificou-se, em 2011, uma média de 6 apresentações por oferta de emprego recebida, sendo o valor mais elevado nas Delegações Regionais do Algarve (10,4) e de Lisboa VT (10,3), destacando-se a primeira por ser a região com a mais elevada taxa de satisfação da oferta (66%).

Gráfico 40-OFERTAS RECEBIDAS, CONVOCATÓRIAS E APRESENTAÇÕES PARA OFERTA - 2011



Fonte: IEFP, I.P., GEA

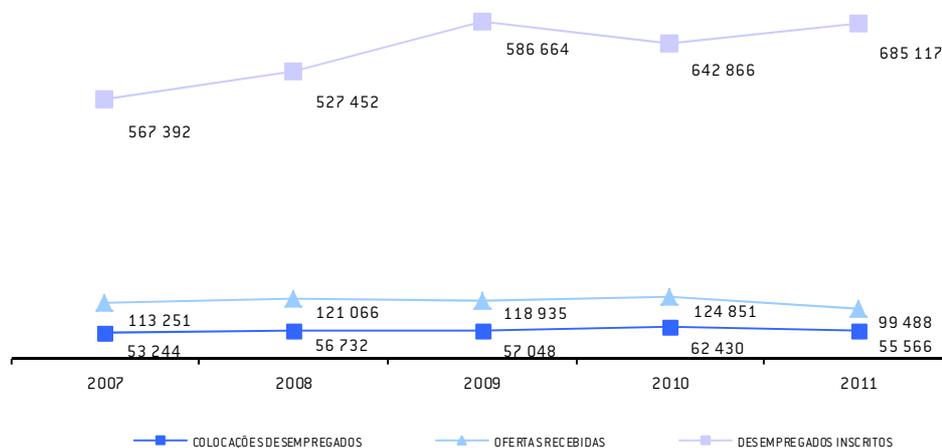
4.3.

AJUSTAMENTO ENTRE A PROCURA E A OFERTA DE EMPREGO

No decurso do ano de 2011, os Centros de Emprego do Continente efetuaram um total de 60 135 colocações no mercado de trabalho, das quais 55 566 foram realizadas a trabalhadores desempregados, o que corresponde a 92,4% do total das colocações. Esta atividade apresenta uma variação de -11,0% em relação ao ano homólogo, o equivalente a menos 6 864 desempregados colocados.

A análise da evolução dos desempregados inscritos, das ofertas recebidas e das colocações efetuadas (variáveis intrínsecas do ajustamento entre a procura e a oferta do emprego), permite observar na generalidade dos últimos anos (exceto em 2010, que obteve um ajustamento positivo) que, a par do aumento de desempregados inscritos, se assiste à quebra do volume de ofertas de emprego recebidas e, conseqüentemente, das colocações efetuadas. Traduz-se assim, na comparação homóloga de 2011/2010, a menos 11,0% de colocações, a um decréscimo de 20,3% de ofertas comunicadas pelas entidades empregadoras e a um aumento de 6,6% do número de desempregados inscritos ao longo do ano.

Gráfico 41-DESEMPREGADOS INSCRITOS, OFERTAS RECEBIDAS E COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS EFECTUADAS AO LONGO DOS ANOS CONTINENTE



Fonte: IEFP, I.P., GEA

Mantendo a mesma distribuição a nível regional dos demais anos, o Norte continua a evidenciar-se com maior número de desempregados colocados (33,8%), seguindo-se o Centro (31,6%) e, um pouco mais distante, Lisboa VT (19,3%). Conclui-se, deste modo, que perto de 84,7% das colocações realizadas se concentram nestas três regiões do Continente. Porém, há a assinalar que em 2011 o peso percentual se alterou com um maior incremento de colocações no Alentejo e Algarve em detrimento das regiões Norte e Lisboa VT.

Em termos evolutivos, na comparação entre 2010 e 2011, houve uma diminuição desta variável na maioria das regiões, sendo que o decréscimo mais elevado ocorreu em Lisboa e VT e no Norte, com -16,1% e -13,7%, respetivamente. A região do Alentejo destaca-se por ser a única região a apresentar aumento nas colocações (+7,0%).

Quadro 34-COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS POR REGIÃO							
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO							
	2009	%	2010	%	2011	%	Var.% 2011/2010
CONTINENTE	57 048	100,0	62 430	100,0	55 566	100,0	-11,0
NORTE	20 069	35,2	21 774	34,9	18 799	33,8	-13,7
CENTRO	17 107	30,0	19 613	31,4	17 578	31,6	-10,4
LISBOA VT	12 110	21,2	12 769	20,5	10 710	19,3	-16,1
ALENTEJO	3 840	6,7	4 297	6,9	4 599	8,3	+7,0
ALGARVE	3 922	6,9	3 977	6,4	3 880	7,0	-2,4

Fonte: IEFP, I.P., GEA

Quanto à caracterização dos desempregados colocados, com base no quadro que se segue, verifica-se que em 2011 abrange maioritariamente mulheres (56,0%), adultos entre os 35 e 54 anos (44,0%), candidatos que procuram um novo emprego (91,4%), detentores de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico (37,4%) e com tempo de inscrição inferior a 1 ano (84,7%).

Quadro 35-ESTRUTURA DAS COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS		
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO		
CONTINENTE	2011	
	Colocações de Desempregados	%
Género		
Homens	24 448	44,0
Mulheres	31 118	56,0
Idade		
<25 anos	10 958	19,7
25-34 anos	17 622	31,7
35-54 anos	24 429	44,0
55 anos e +	2 557	4,6
Situação face à Procura de Emprego		
1º Emprego	4 774	8,6
Novo Emprego	50 792	91,4
Habilitações		
Nenhum nível de instrução	1 241	2,2
Básico – 1º ciclo	8 488	15,3
Básico – 2º ciclo	11 067	19,9
Básico – 3º ciclo	16 248	29,2
Secundário	14 847	26,7
Superior	3 675	6,6
Tempo de Inscrição		
< 1 ano	47 062	84,7
>= 1 ano	8 504	15,3
TOTAL	55 566	100,0

Fonte: IEFP, I.P., GEA

Por grupo profissional, 44,3% dos indivíduos foram colocados nos seguintes grupos de profissões: “Pessoal dos serviços, de proteção e segurança” (19,1%), “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústria transformadora” (15,2%), “Outros operários, artífices e trabalhadores similares” (10,0%). Este conjunto de grupos de profissões mantém-se como o mais representativo das colocações ao longo destes últimos anos.

Quadro 36-ESTRUTURA DAS COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS POR PROFISSÃO
MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	Var. %							
	2009	%	2010	%	2011	%	2010/2009	2011/2010
1.1 - Quadros superiores da administração pública	-	-	1	0	3	0	-	200,0
1.2 - Diretores de empresa	51	0,1	51	0	60	0,1	0,0	17,6
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	44	0,1	27	0,0	24	0,0	-38,6	-11,1
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engen.	236	0,4	270	0,4	278	0,5	14,4	3,0
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	134	0,2	235	0,4	181	0,3	75,4	-23,0
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	188	0,3	287	0,5	451	0,8	52,7	57,1
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	408	0,7	441	0,7	430	0,8	8,1	-2,5
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engen.	797	1,3	1 099	1,8	923	1,7	37,9	-16,0
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	259	0,4	305	0,5	241	0,4	17,8	-21,0
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	326	0,5	246	0,4	283	0,5	-24,5	15,0
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	1 268	2,0	1 118	1,8	1 274	2,3	-11,8	14,0
4.1 - Empregados de escritório	3 478	5,6	3 800	6,1	2 881	5,2	9,3	-24,2
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e simil.	1 535	2,5	1 659	2,7	1 261	2,3	8,1	-24,0
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	11 955	19,1	12 569	20,1	10 639	19,1	5,1	-15,4
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	5 654	9,1	4 597	7,4	3 789	6,8	-18,7	-17,6
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	2 407	3,9	2 581	4,1	3 098	5,6	7,2	20,0
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	-	-	8	0,0	22	0,0	-	175,0
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	2 938	4,7	3 913	6,3	3 144	5,7	33,2	-19,7
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	2 323	3,7	2 944	4,7	2 835	5,1	26,7	-3,7
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	144	0,2	281	0,5	217	0,4	95,1	-22,8
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	4 828	7,7	6 378	10,2	5 563	10,0	32,1	-12,8
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	197	0,3	249	0,4	211	0,4	26,4	-15,3
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	2 263	3,6	2 498	4,0	2 046	3,7	10,4	-18,1
8.3 - Condutor de veículos e oper. equip. pesados móveis	1 437	2,3	1 674	2,7	1 730	3,1	16,5	3,3
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	5 807	9,3	6 272	10,0	4 996	9,0	8,0	-20,3
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	174	0,3	278	0,4	534	1,0	59,8	92,1
9.3 - Trab. não qualific. minas, c. civil, ind. transf.	8 197	13,1	8 648	13,9	8 452	15,2	5,5	-2,3
9.9 - Outras	-	-	1	0,0	-	-	-	-
TOTAL	57 048	91,4	62 430	100,0	55 566	100,0	9,4	-11,0

Fonte: IEFP, I.P., GEA

A evolução de 2010 para 2011 demonstra um cenário diferente ao observado na análise anterior, ou seja, as variações homólogas de 2010/2009 pautaram-se por aumentos no número de desempregados colocados na maioria dos grupos profissionais, enquanto as variações deste ano reportam decréscimos bastante acentuados na maior parte das profissões, como nos “Empregados de escritório” (-24,2%) e “Empregados de receção, caixas, bilheteiros e similares” (-24,0%).

É também relevante verificar, através da observação dos dados estatísticos do último triénio, que tem vindo a subir o número de desempregados colocados nos grupos profissionais ligados às atividades agrícolas e piscatórias: “Trabalhadores qualificados da Agricultura e Pescas” e “Trabalhadores não qualificados da Agricultura e Pescas”.

Gráfico 42-COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS POR PROFISSÕES
VARIAÇÃO (%) 2011/2010 (ORDEM DECRESCENTE)
 MOVIMENTO AO LONGO DO ANO



Fonte: IEFP, IP., GEA

A atividade económica dos desempregados colocados ao longo de 2011, concentrou-se no sector dos “Serviços”, apresentando um peso de 65,6% face ao total, sendo que os principais subsectores empregadores foram as “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” (21,0%), o “Alojamento, restauração e similares” (13,2%), o “Comércio por grosso e a retalho” (12,5%) e a “Administração pública, educação, atividades de saúde e apoio social” (9,1%). A “Indústria” representou, no ano em análise, 29,1% das colocações efetuadas, com destaque para a “Construção” (7,8%), seguida da “Indústria do vestuário” (5,1%). Em relação ao “sector primário” verifica-se um aumento do seu peso, visto que em 2010 representava 4,2% e agora abrange 5,3% das colocações realizadas em 2011.

Quadro 37-ESTRUTURA DAS COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS POR ATIVIDADE ECONÓMICA

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2009		2010		2011		Var. %	
		%		%		%	2010/2009	2011/2010
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	2 335	4,1	2 629	4,2	2 928	5,3	12,6	+11,4
Indústria, Energia e Água e Construção	15 694	27,5	19 443	31,1	16 165	29,1	23,9	-16,9
Indústrias extrativas	75	0,1	133	0,2	117	0,2	77,3	-12,0
Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco	2 359	4,1	2 246	3,6	2 240	4,0	-4,8	-0,3
Fabricação de têxteis	637	1,1	905	1,4	681	1,2	42,1	-24,8
Indústria do vestuário	2 175	3,8	3 385	5,4	2 823	5,1	55,6	-16,6
Indústria do couro e dos produtos do couro	1 023	1,8	1 389	2,2	1 143	2,1	35,8	-17,7
Indústria da madeira e da cortiça	430	0,8	603	1,0	416	0,7	40,2	-31,0
Indústrias do papel, impressão e reprodução	227	0,4	199	0,3	136	0,2	-12,3	-31,7
Fab. prod. petrolif., químicos, farmacêutic, borracha e plástico	495	0,9	610	1,0	548	1,0	23,2	-10,2
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	441	0,8	513	0,8	377	0,7	16,3	-26,5
Indústria metalúrgica de base e fab. produtos metálicos	1 324	2,3	1 857	3,0	1 433	2,6	40,3	-22,8
Fab. equip. informático, elétrico, máquinas e equipamentos. n. e.	531	0,9	621	1,0	621	1,1	16,9	+0,0
Fab. veículos. automóv., compon. e outro equip. de transporte	482	0,8	449	0,7	214	0,4	-6,8	-52,3
Fab. mobiliário., repar. instal. maq. equip. e outras ind. transform.	599	1,0	736	1,2	771	1,4	22,9	+4,8
Eletric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	338	0,6	331	0,5	324	0,6	-2,1	-2,1
Construção	4 558	8,0	5 466	8,8	4 321	7,8	19,9	-20,9
Serviços	38 302	67,1	40 153	64,3	36 431	65,6	4,8	-9,3
Comércio, manut. repar. de veículos automóveis e motocicletas	867	1,5	1 029	1,6	842	1,5	18,7	-18,2
Comércio por grosso e a retalho	8 888	15,6	8 462	13,6	6 934	12,5	-4,8	-18,1
Transportes e armazenagem	884	1,5	1 051	1,7	910	1,6	18,9	-13,4
Alojamento, restauração e similares	8 499	14,9	8 939	14,3	7 347	13,2	5,2	-17,8
Atividades de informação e de comunicação	374	0,7	328	0,5	346	0,6	-12,3	+5,5
Atividades financeiras e de seguros	118	0,2	94	0,2	119	0,2	-20,3	+26,6
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	10 506	18,4	11 105	17,8	11 673	21,0	5,7	+5,1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	909	1,6	1 052	1,7	1 149	2,1	15,7	+9,2
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	4 655	8,2	5 675	9,1	5 066	9,1	21,9	-10,7
Outras atividades de serviços	2 602	4,6	2 418	3,9	2 045	3,7	-7,1	-15,4
Sem classificação	717	1,3	205	0,3	42	0,1	-71,4	-79,5
TOTAL	57 048	100,0	62 430	100,0	55 566	100,0	9,4	-11,0

Fonte: IEFP, I.P., GEA

Em termos anuais, o contributo de cada atividade económica para a colocação dos desempregados mantém-se semelhante ao longo dos últimos 3 anos. A única diferença a realçar é o aumento do número de desempregados colocados nas “Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio” (reflexo dos acréscimos assinalados nas variações homólogas).

A passagem de 2010 para 2011 denuncia um panorama menos favorável, com menos atividades económicas a refletir acréscimos no número de colocações, ao contrário do apresentado na variação homóloga de 2010/2009. Com registo de aumentos incluem-se então as “Atividades financeiras e de seguros” (+26,6%), a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas” (+11,4%), e as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (+9,2%). No oposto, a quebra mais acentuada verifica-se na atividade económica da “Fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte” com -52,3%.

Gráfico 43-COLOCAÇÕES DE DESEMPREGADOS POR ATIVIDADE ECONÓMICA
VARIAÇÃO (%) 2011/2010 (ORDEM DECRESCENTE)
 MOVIMENTO AO LONGO DO ANO



Fonte: IEFP, IP.,GEA

O quadro seguinte permite comparar o comportamento das variáveis responsáveis pelo ajustamento do mercado de trabalho, no ano de 2011, no que respeita à vertente profissional. Deste modo, de entre as profissões existentes, podemos concluir que continua a ser, em comparação com 2010, o “Pessoal dos serviços, de proteção e segurança” o único grupo que assume, em simultâneo, maior peso no desemprego (14,9%), nas ofertas de emprego recebidas (18,5%) e nas colocações da população desempregada (19,1%). Também é notório um equilíbrio nestas variáveis nos grupos profissionais dos “Trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio” e dos “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústrias transformadoras”.

Isto reflete, obviamente, um maior dinamismo do mercado, nas dimensões da procura, oferta e colocações, em torno destes grupos profissionais, ou seja, se por um lado, são as profissões pretendidas por grande parte dos desempregados, por outro lado, são as mais comunicadas aos Centros de Emprego pelas empresas, facilitando assim o processo de ajustamento no mercado de trabalho.

Outro grupo profissional a salientar diz respeito aos “Outros operários, artífices e trabalhadores similares”, que apresenta um baixo peso de inscritos no desemprego, mas que contrasta com uma percentagem bastante significativa na obtenção de ofertas de emprego e de colocações efetuadas. Numa situação inversa à anteriormente referida encontram-se os “Empregados de escritório” que evidenciam um maior número de

desempregados (surgem em 4º lugar), mas que têm uma representatividade mais baixa nas ofertas recolhidas e nas colocações realizadas.

Quadro 38-ESTRUTURA DO MOVIMENTO AO LONGO DO ANO POR PROFISSÃO

CONTINENTE	2011		
	Desempregados inscritos	Ofertas recebidas	Colocações desempregados
1.1 - Quadros superiores da administração pública	0,0	0,0	0,0
1.2 - Diretores de empresa	0,9	0,2	0,1
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	0,2	0,1	0,0
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engenh.	1,6	0,8	0,5
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	0,9	0,3	0,3
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	2,6	0,9	0,8
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	3,4	1,0	0,8
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engenh.	3,9	2,5	1,7
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	0,8	0,4	0,4
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	1,6	0,5	0,5
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	3,8	4,0	2,3
4.1 - Empregados de escritório	9,0	5,4	5,2
4.2 - Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e simil.	2,2	2,2	2,3
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	14,9	18,5	19,1
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	8,1	5,6	6,8
6.1 - Trab. qualificados da agricultura e pesca	2,8	5,2	5,6
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	0,0	0,0	0,0
7.1 - Operários e trab. simil. da ind. extrat. e c. civil	9,1	6,5	5,7
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	4,7	6,3	5,1
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	0,4	0,3	0,4
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	4,0	10,2	10,0
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	0,3	0,5	0,4
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	1,9	3,2	3,7
8.3 - Condutor de veículos e oper. equip. pesados móveis	3,9	3,3	3,1
9.1 - Trab. não qualif. dos serviços e comércio	10,1	9,1	9,0
9.2 - Trab. não qualif. da agricultura e pescas	0,2	0,7	1,0
9.3 - Trab. não qualif. minas, c. civil, ind. transf.	8,6	12,3	15,2
9.9 - Outras	0,0	0,0	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IEFP, I.P., GEA

Focando a análise na taxa anual de satisfação da oferta⁷, no Continente esta atinge, em 2011, 53,5%, o que significa que, para cerca de 100 postos de trabalho disponíveis, cerca de 54 foram preenchidos com candidatos a emprego registados nos Centros de Emprego.

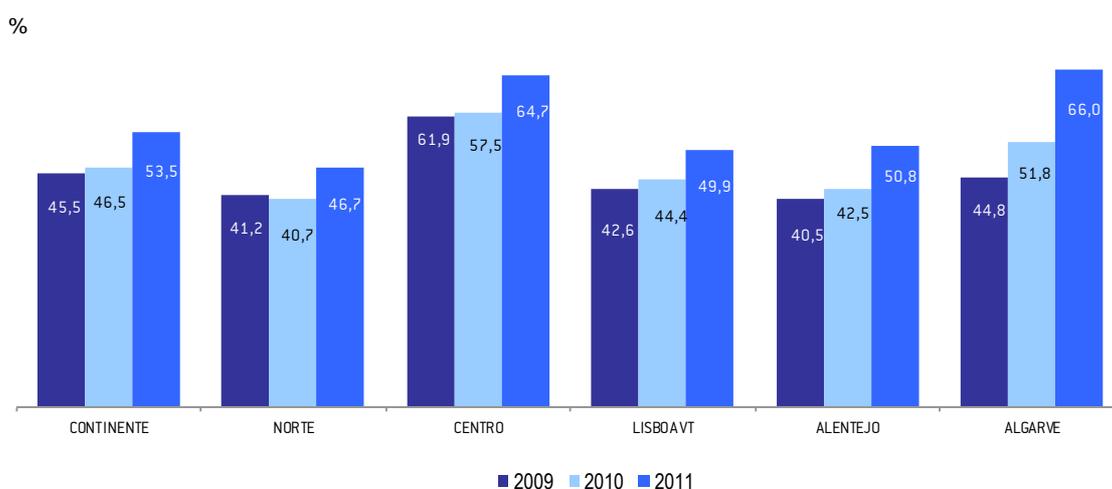
Na continuidade dos anos anteriores, o Centro e o Algarve distinguem-se das restantes regiões por apresentarem uma capacidade de resposta mais elevada no que concerne ao aproveitamento das ofertas, superando os níveis

⁷ Taxa Anual de Satisfação da Oferta (%) = Total de ofertas satisfeitas ao longo do ano/ (Ofertas no fim do ano anterior+Ofertas recebidas ao longo do ano)*100

alcançados para o Continente, com 64,7% e 66,0%, respetivamente. Com resultados menos favoráveis, temos o Norte (46,7%) e Lisboa e Vale do Tejo (49,9%).

Na comparação do triénio verifica-se uma melhoria deste indicador, com um incremento de 7 pp de 2010 (46,5%) para 2011 (53,5%). A nível regional, todas as regiões acompanharam a tendência crescente, com a região do Algarve a obter a mais elevada taxa de satisfação da oferta (66,0%), fruto do acréscimo de mais de 14, 2 pp em relação à taxa do ano anterior.

Gráfico 44-EVOLUÇÃO DA TAXA DE SATISFAÇÃO DA OFERTA POR REGIÃO (%)



Fonte: IEFP, I.P., GEA

Segundo as profissões, as ofertas satisfeitas em 2011 alcançaram uma proporção mais significativa, nos seguintes grupos: “Pessoal dos serviços de proteção e segurança” (18,9%), “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil, indústria transformadora” (15,3%), “Outros operários, artífices e trabalhadores similares” (9,8%) e “Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio” (9,0%).

Em comparação com o ano anterior, o ano de 2011 evidencia um nível de satisfação da oferta superior a 50% em mais de metade dos grupos profissionais. Como destaque da maior eficácia da satisfação das ofertas nos “Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas” (74,1%) e nos “Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil, indústria transformadora” (69,3%), grupos profissionais em que as qualificações solicitadas nas ofertas são de menor exigência.

Com menor taxa de satisfação das ofertas de emprego (inferior a 30%), destacam-se os grupos profissionais “Diretores e gerentes de pequenas empresas”, “Diretores de Empresa” e “Outros técnicos e profissionais de nível intermédio.

Quadro 39-ESTRUTURA DAS OFERTAS SATISFEITAS E DA TAXA DE SATISFAÇÃO DA OFERTA, POR PROFISSÃO

MOVIMENTO AO LONGO DO ANO

CONTINENTE	2011		
	Ofertas Satisfeitas	%	Taxa de Satisfação da Oferta (%)
1.1 - Quadros superiores da administração pública	3	0,0	60,0
1.2 - Diretores de empresa	69	0,1	27,1
1.3 - Diretores e gerentes de pequenas empresas	26	0,0	22,2
2.1 - Especialistas ciências físicas, matem. e engh.	309	0,5	30,9
2.2 - Especialistas ciências da vida e prof. da saúde	194	0,3	48,6
2.3 - Docentes ensino secundário, superior e prof. simil.	500	0,8	50,6
2.4 - Outros especial. profissões intelectuais e científicas	489	0,8	44,1
3.1 - Técn. nível interm. da física, química e engh.	1 063	1,8	35,1
3.2 - Prof. nível interm. das ciênc. da vida e da saúde	255	0,4	52,7
3.3 - Profissionais de nível intermédio do ensino	305	0,5	60,5
3.4 - Outros técnicos e profissionais de nível intermédio	1 396	2,3	29,1
4.1 - Empregados de escritório	3 150	5,2	52,3
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e simil.	1 370	2,3	52,7
5.1 - Pessoal dos serviços, de proteção e segurança	11 373	18,9	55,9
5.2 - Manequins, vendedores e demonstradores	4 148	6,9	66,5
6.1 - Trab.qualificados da agricultura e pesca	3 258	5,4	54,9
6.2 - Agricultores e pescadores - subsistência	22	0,0	66,7
7.1 - Operários e trab.simil. da ind.extrat. e c.civil	3 343	5,6	45,3
7.2 - Trab. da metalurgia, metalomecânica e simil.	3 233	5,4	43,9
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	227	0,4	59,6
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	5 896	9,8	50,7
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	225	0,4	39,8
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	2 245	3,7	63,5
8.3 - Condutor de veículos e oper. equip. pesados móveis	1 864	3,1	50,7
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	5 418	9,0	54,0
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	555	0,9	74,1
9.3 - Trab. não qualific. minas, c.civil, ind. transf.	9 199	15,3	69,3
9.9 - Outras	0	0,0	-
TOTAL	60 135	100,0	53,5

Fonte: IIEFP, I.P., GEA

C



**PARTICIPAÇÃO DO
IEFP, I.P. NA POLÍTICA
GLOBAL DE EMPREGO**

1.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DO IEFP, I.P.

NO PERÍODO DE 2009-2011

ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 2009-2011						
MEDIDAS	2009		2010		2011	
	Abrang.	Pagamentos	Abrang.	Pagamentos	Abrang.	Pagamentos
EMPREGO	172 957	244 548 233,45	181 115	213 069 099,70	161 378	152 861 527,82
Programas de Emprego	112 029	240 549 168,01	114 630	208 746 309,16	101 243	149 195 617,71
Colocação (*)	60 928	0,00	66 485	0,00	60 135	0,00
Outras Medidas (**)	0	3 999 065,44	0	4 322 790,54	0	3 665 910,11
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	344 155	279 387 264,06	339 824	300 359 179,24	341 347	274 686 055,75
IEFP, I.P. (CE + CGD)	196 508	175 933 398,31	199 007	194 476 469,98	181 535	162 310 361,57
Centros de Gestão Participada	120 796	88 836 426,89	114 544	94 669 290,23	110 481	98 605 813,64
Ações em Cooperação com Outras Entidades	26 851	14 617 438,86	26 273	11 213 419,03	49 331	13 769 880,54
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	17 103	78 780 225,05	11 718	77 256 837,64	12 529	30 088 532,87
IEFP (CE + CGD)	8 872	27 140 018,71	3 961	19 977 770,56	3 123	13 152 930,74
Centros de Gestão Participada - Reabilitação	2 558	7 253 991,75	2 401	7 253 857,70	2 769	8 508 580,00
Organismo Intermédio	5 673	44 386 214,59	5 356	50 025 209,38	6 637	8 427 022,13
TOTAL	534 215	602 715 722,56	532 657	590 685 116,58	515 254	457 636 116,44
Informação e Orientação Profissional	113 900	97 836,00	101 942	111 252,40	128 609	47 342,70

(*) Inclui as colocações de desempregados e empregados, tendo as colocações de desempregados atingido o número de 55566 no ano de 2011

(**) Inclui as medidas Regime de Prestações de Desemprego, Prestações Técnicas - Metodologia PNE e Rede Eures

Em 2011 foram abrangidas pelas medidas de política ativa de emprego e formação profissional do IEFP, I.P. 515 254 pessoas, a que corresponde uma execução financeira direta de cerca de 457,6 milhões de euros.

O número de pessoas abrangidas pelas diversas intervenções apresenta um decréscimo no último triénio, traduzindo-se em menos 18 961 abrangidos em 2011, face a 2009, o que corresponde a -3,5%. Esta quebra da execução física foi acompanhada por uma redução substancialmente superior da execução financeira das medidas, cuja quebra se situou nos 24,1% (menos 145,1 milhões de euros).

ACTIVIDADE ESPECÍFICA DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 2009-2011						
IEFP + CGP	2009	2010	VAR.% (2009/2010)	2011	VAR.% (2009/2011)	VAR.% (2010/2011)
Atividade Operacional	602 715 722,56	590 685 116,58	- 2,0	457 636 116,44	- 24,1	- 22,5
Custos de Estrutura	185 291 149,84	181 634 567,92	- 2,0	158 607 597,85	- 14,4	- 12,7
Modernização do SPE	634 015,29	984 300,82	55,2	111 382,31	- 82,4	- 88,7
Infraestruturas Físicas	14 816 512,81	13 529 583,73	- 8,7	21 273 516,19	43,6	57,2
Outras*	3 045 826,25	844 816,72	- 72,3	308 527,38	- 89,9	- 63,5
TOTAL	806 503 226,75	787 678 385,77	- 2,3	637 937 140,17	- 20,9	- 19,0

* Inclui a restituição de Fundos Comunitários

No que diz respeito à execução financeira global do IEFP, I.P., verificou-se uma contração no triénio em cerca de 21% que se traduziu em menos 168,6 milhões de euros.

Este valor desagrega-se numa redução ao nível da atividade operacional de 24,1%, com a redução mais significativa nos Programas de Emprego (-37,5%; -91,7 milhões de euros) e nos Programas de Reabilitação Profissional (-61,8%; -48,7 milhões de euros).

Regista-se também uma redução de custos ao nível dos Custos de Estrutura (-14,4%; -26,7 milhões de euros), para a qual contribuiu a redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2011 aplicada a todas as aquisições de serviços.

O decréscimo de execução no âmbito da rubrica destinada à Modernização do Serviço Público de Emprego prende-se com o facto de nos anos anteriores terem ocorrido grandes investimentos neste âmbito pelo que, em 2011, face ao período de transição pelo qual a organização passou, se deu mera continuidade aos projectos anteriormente iniciados.

A única medida que sofreu um acréscimo relativamente a 2009 foram as Infraestruturas Físicas (+43,6%; +6,5 milhões de euros). O aumento registado prende-se essencialmente com intervenções ao nível das instalações e equipamentos afetos aos Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional de Gestão Direta. Ao nível dos Centros de Emprego deve-se à criação, em 2011 de uma nova estrutura de Centro de Emprego em Sines, e o início do Centro de Emprego de Portimão. No que diz respeito aos Centros de Formação a variação registada deve-se à construção do novo pavilhão na área de eletricidade do Centro de Formação do Porto, e à construção no Centro de Formação de Évora de novo edifício para acolher a área de aeronáutica e outras.

EMPREGO

No que diz respeito à área de atividade do Emprego, regista-se uma evolução negativa no número de abrangidos no triénio, quer nos Programas de Emprego (-9,6%), quer nas atividades de Colocação, mas menos acentuada nestas últimas (-1,3%). Relativamente aos montantes financeiros dos Programas de Emprego regista-se, face a 2009, uma quebra de 38%, para a qual contribuiu a redução dos valores de comparticipação pública na execução dos vários programas e condicionantes de natureza orçamental e funcional.

No sentido de melhorar a sua eficácia e eficiência, o IEFP, I.P. tem vindo a desenvolver um processo de racionalização e simplificação das medidas ativas de emprego, privilegiando as mais significativas em detrimento de um largo conjunto de medidas de menor peso. O efeito destes esforços pode ser observado, no último triénio, pela análise à constituição e evolução do conjunto dos Programas de Emprego.

PROGRAMAS DE EMPREGO	2009		2010		2011	
	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento
PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E EMPREGO	32 916	104 538 776,15	36 802	105 502 087,78	31 209	79 448 682,48
Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador	1 202	1 266 027,88	1 417	1 442 877,02	1 050	607 897,98
Estágios Profissionais - Port. 268/1997	8 432	19 942 365,53	196	1 178 729,51	0	104 675,17
Estágios Profissionais na Administração Pública	0	0,00	161	790 356,93	162	971 025,76
Estágios Profissionais - INOV-ART	229	3 700 000,00	389	4 000 000,00	370	1 550 000,00
Estágios Profissionais - Port. 129/2009	12 892	39 452 285,22	16 172	60 886 699,97	11 196	34 186 463,53
Estágios Profissionais - PECSRL	11	33 463,23	0	0,00	0	0,00
Estágios Profissionais - INOV-JOVEM	8 421	36 250 626,76	5 252	18 422 541,20	101	2 370 088,67
Estágios Profissionais - INOV-SOCIAL	0	0,00	1 050	4 285 330,73	1 467	4 801 442,22
Estágios Profissionais - INOV Mundus	0	0,00	93	450 000,00	92	0,00
Estágios Profissionais - INOV EXPORT	0	0,00	186	355 121,52	186	489 204,97
Estágios Qualificação-Emprego	1 729	3 894 007,53	3 605	8 295 759,03	2 173	4 860 068,36
Estágios Profissionais de níveis III e IV	0	0,00	8 281	5 394 671,87	6 114	11 699 511,67
Estágios Profissionais - Port. 92/2011	0	0,00	0	0,00	8 298	17 808 304,15
CRIAÇÃO DE EMPREGO E EMPRESAS	11 296	80 886 898,94	14 260	64 895 448,09	9 467	32 697 646,35
(1)(*) Programa de Estímulo à Oferta de Emprego - Investimento	3 095	27 650 209,20	1 741	21 349 118,88	344	5 884 585,93
(1) ILE - Criação de Postos de Trabalho	4 053	28 245 842,07	2 261	16 972 091,70	420	3 486 757,39
(1)(*) ILE - Majorações	0	1 913 288,83	0	1 231 741,29	0	298 322,23
CPE - Criação de Postos de Trabalho	1 625	2 296 571,84	129	510 896,85	7	37 854,40
(*) CPE - Majorações	16	20 124,82	3	3 018,39	0	1 006,13
Apoios à Contratação	741	3 707 319,48	39	261 593,28	4	0,00
(*) Apoios à Contratação - Majorações	21	0,00	0	0,00	0	0,00
(**) Prémio de Igualdade de Oportunidades - Majorações	0	342 923,52	0	273 418,64	0	125 524,91
Apoio à Conversão de Contratos	181	326 865,76	9	16 765,92	0	0,00
Apoios à criação do Próprio Emprego - PAECE	0	0,00	2 588	5 216 659,32	2 819	3 477 690,26
Prémio de Colocação	29	40 213,12	18	26 410,86	15	22 637,88
Apoios à Contratação para Jovens	3 791	6 795 600,00	4 926	10 534 518,08	2 610	5 241 122,50
Apoios à Cont. para Adultos e Públicos Esp.	592	845 450,00	2 655	8 259 026,00	1 051	2 899 875,00
Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego	0	8 512 500,00	1 413	2 226,15	2 320	10 981 717,12
Promoção do Artesanato - Artesãos	272	65 793,41	212	61 289,14	207	107 350,72
PRODESCOOP - Cooperativas - Criação de Postos de Trabalho	12	124 196,89	10	176 673,59	14	133 201,88
MERCADO SOCIAL DE EMPREGO	66 597	46 377 983,20	62 059	28 712 897,88	58 254	28 266 582,38
(*) Empresas de Inserção - Investimento	55	321 299,42	46	355 519,50	34	140 186,93
Empresas de Inserção - Profissionalização	3 358	10 126 114,74	3 304	9 175 920,01	3 084	9 402 228,06
(*) Empresas de Inserção - Formação	962	1 222 163,69	890	1 183 578,70	628	1 173 614,10
Empresas de Inserção - Prémio Integração	56	464 970,99	61	408 220,48	49	311 616,24
(2) Programas Ocupacionais - Carenciados	2 731	7 167 872,22	66	161 402,08	1	541,99
Programas Ocupacionais - Subsidiados	27 043	15 433 749,24	2 102	381 253,84	17	0,00
Contrato Emprego Inserção	27 623	1 240 335,79	47 149	1 984 037,31	45 703	1 947 141,07
Contrato Emprego Inserção +	5 762	10 257 822,22	9 377	15 062 965,96	9 400	15 291 253,99
(**) Programa de Apoio à Iniciativa Privada (PAIPS)	0	61 388,96	0	0,00	0	0,00
Despacho Conjunto MAI/MTSS - Prevenção de Fogos Florestais	24	82 265,93	0	0,00	0	0,00
OUTRAS MEDIDAS DE PROMOÇÃO DO EMPREGO	1 220	3 692 687,04	1 509	5 045 375,31	2 313	5 598 462,79
<i>FUNDO DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO - FEG</i>	<i>108</i>	<i>103 585,96</i>	<i>289</i>	<i>1 434 114,11</i>	<i>1 070</i>	<i>1 779 376,22</i>
Apoios à Auto-Colocação - FEG	0	0,00	87	120 316,14	310	402 870,42
Apoios a Novos Empreendedores - FEG	0	0,00	0	1 836,48	0	0,00
Apoios à Inserção	38	16 802,55	0	2 117,83	435	3 444,49
Apoio ao Empreendedorismo	22	44 010,19	25	612 370,99	29	593 956,82
Planos de Integração	44	40 632,37	78	205 387,47	94	207 213,38
Prática em Contexto de Trabalho	0	0,00	1	3 594,72	14	65 481,94
Apoios à Contratação	0	0,00	18	74 201,94	59	216 317,52
Bolsa de Formação	4	2 140,85	80	414 288,54	129	290 091,65

PROGRAMAS DE EMPREGO	2009		2010		2011	
	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento
<i>PLANOS REGIONAIS DE EMPREGO, REDES E PACTOS</i>	0	107 859,20	0	0,00	0	0,00
Prog. de Promoção de Emprego p/ Distrito Porto - PROPEP	0	107 859,20	0	0,00	0	0,00
<i>PROGRAMA VIDA - EMPREGO</i>	1 112	3 481 241,88	1 220	3 611 261,20	1 243	3 819 086,57
Despesas com Pessoal	0	61 910,09	0	0,00	0	0,00
Funcionamento - Agências Regionais	0	341,17	0	0,00	0	0,00
Mediação para a Formação e o Emprego	13	101 701,45	0	0,00	0	0,00
Estágios de Integração Sócio-Profissional	586	1 486 579,15	711	1 832 609,06	676	1 849 421,30
Prémio de Integração Sócio-Profissional	39	160 838,76	8	75 459,04	77	125 766,00
Apoios ao Emprego	473	1 662 325,30	501	1 703 193,10	489	1 837 546,72
Apoios ao Auto-Emprego	1	7 545,96	0	0,00	1	6 352,55
ESTRUTURAS E OUTROS APOIOS PARA PROMOÇÃO DO EMPREGO	-	5 052 822,68	-	4 590 500,10	-	3 184 243,71
(**) Promoção do Artesanato - Feiras	0	288 179,00	0	300 435,98	0	274 001,21
(**) Prog. para a Promoção dos Ofícios e das Micro-empresas Artesanais - PPAI	0	0,00	0	112 050,13	0	113 195,08
(**) PRODESCOOP - Cooperativas - Investimento	0	204 305,92	0	224 374,03	0	224 219,98
<i>PROM. DE EST. E SERV. DE AP. À INSERÇÃO PROFISSIONAL</i>	-	<i>4 560 337,76</i>	-	<i>3 953 639,96</i>	-	<i>2 572 827,44</i>
(**) Unidades de Inserção na Vida Activa (UNIVAS)	258	880 495,00	5	18 355,79	0	0,00
(**) Clubes de Emprego	14	9 665,77	0	0,00	0	0,00
(**) GIP - Gabinetes de Inserção Profissional	401	3 670 176,99	408	3 935 284,17	403	2 572 827,44
TOTAL	112 029	240 549 168,01	114 630	208 746 309,16	101 243	149 195 617,71

(*) Número de pessoas envolvidas em componentes de medidas (ex.: maior razão em ILE) cuja meta já está contemplada na medida principal.

(**) A execução física destas medidas não é contabilizada em número de abrangidos ou pessoas apoiadas, pelo que não pode ser adicionada à execução das restantes medidas.

(1) A partir de 2007, a actividade física e financeira realizada em ILE, no âmbito dos Serviços de Apoio à Família, é registada nas correspondentes rubricas ao abrigo do PEOE.

(2) Inclui os abrangidos em actividades desenvolvidas no âmbito do Despacho Conjunto nº 256/2004 MADRP/MSST

No quadro seguinte destaca-se o elevado peso relativo de dois tipos de medidas, Estágios Profissionais e Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos, que se assumem como respostas de sucesso face às debilidades estruturais do mercado de trabalho. Estes dois conjuntos de medidas representaram 84,2% dos abrangidos e 64,4% dos pagamentos efetuados em 2011.

PROGRAMAS DE EMPREGO	2009		2010		2011		PESO FACE AO TOTAL - 2011	
	Abrangidos	Pagamento	Abrangidos	Pagamento	Abrangidos	Pagamento	Abrang. [%]	Pagam. [%]
PRINCIPAIS MEDIDAS	105 699	215 508 286,26	108 090	184 755 000,21	94 511	128 089 324,15	93,4	85,9
Estágios Profissionais	31 714	103 272 748,27	35 385	104 059 210,76	30 159	78 840 784,50	29,8	52,8
Criação do Próprio Emprego (PEOE e PAECPE)	6 419	61 899 942,59	5 017	44 310 360,03	3 250	12 886 887,98	3,2	8,6
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego		8 512 500,00	1 413	2 226,15	2 320	10 981 717,12	2,3	7,4
Apoios à Contratação	4 383	7 641 050,00	7 581	18 793 544,08	3 661	8 140 997,50	3,6	5,5
Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos (ex-MSE)	63 183	34 182 045,40	58 694	17 589 659,19	55 121	17 238 937,05	54,4	11,6
OUTROS PROGRAMAS DE EMPREGO	6 330	25 040 881,75	6 540	23 991 308,95	6 732	21 106 293,56	6,6	14,1
TOTAL	112 029	240 549 168,01	114 630	208 746 309,16	101 243	149 195 617,71	100,0	100,0

▶ Estágios Profissionais

Este programa perfila-se, cada vez mais, como uma resposta adequada para inserção de jovens qualificados no mercado de trabalho, tendo por base a sua boa aceitação quer por parte do público-alvo, uma vez que proporciona aos jovens recém-licenciados a possibilidade de integração em mercado de trabalho, quer por parte das entidades patronais. Os valores apresentados incluem as diversas medidas análogas aos estágios profissionais promovidas no âmbito de programas específicos vocacionados para áreas estratégicas de intervenção, nomeadamente as diversas modalidades de Estágios Profissionais e do Programa INOV. No período em análise, não obstante o reforço do seu peso relativo, quer em termos de abrangidos, quer em termos financeiros, registou-se uma redução de -4,9% no número de estagiários abrangidos e de -21,7% nos pagamentos. Um dos principais fatores que contribuiu para esta redução foi a implementação, no ano de 2011 da nova medida de Estágios com o objetivo de abranger todas as restantes medidas com características semelhantes. A implantação de uma nova medida acarreta sempre um período mais ou menos longo de adaptação por parte das entidades promotoras. Outro fator decisivo prende-se com a redução na comparticipação pública, aspeto que, em conjugação com os aspetos económicos conjunturais, retraíram o número de candidaturas apresentadas.

▶ Programas de Criação do Próprio Emprego (PEOE e PAECPE)

As medidas de Criação do próprio Emprego, que incluem o Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE) e o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), apresentaram, no período em análise, uma quebra de 49,4% nos abrangidos e de 79,9% nos pagamentos efetuados. Este facto era espectável uma vez que no ano de 2011 já não ocorreram candidaturas nestas medidas, constituindo-se a Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego, como a resposta adequada no mesmo âmbito.

▶ Apoios à Contratação

Estas medidas, executadas em articulação com o ISS, I.P., que complementam as isenções concedidas pela Segurança Social com um apoio financeiro, sofreram também uma contração no número de abrangidos em cerca de 16,5%, mas um acréscimo nos pagamentos de 6,5%. As medidas em análise foram alvo de candidatura nos anos de 2009 e 2010, pelo que em 2011 se executaram os processos entretanto aprovados pelo ISS, I.P..

▶ Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos

Face ao agravamento, nos últimos anos, do desemprego de longa duração e ao contexto de acrescidas dificuldades de [re]inserção no mercado de trabalho, o Serviço Público de Emprego empenhou-se em proporcionar aos desempregados uma ocupação socialmente útil, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades, prevenindo, assim, o seu isolamento social e a tendência para a desmotivação e marginalização. Desta forma se compreende o elevado peso do emprego apoiado no

total dos Programas de Emprego que, em 2011, correspondeu a 54,4% dos abrangidos. Ao nível da execução, verificou-se uma diminuição no triénio do número dos abrangidos nestas medidas em -12,8%, acompanhado por uma redução nos pagamentos efetuados [-49,6%]. Estes valores traduzem uma redução no número de candidaturas apresentadas à qual não foi alheia a redução dos valores da participação pública no total dos custos das candidaturas.

As restantes medidas, embora menos significativas no conjunto dos programas de Emprego, permitem respostas múltiplas aos problemas de emprego e/ou estão vocacionadas para realidades particularmente sensíveis e específicas, entre as quais:

- ▶ Potenciar a reinserção social e profissional de toxicodependentes - Programa Vida-Emprego;
- ▶ (Re)inserção de grupos desfavorecidos - Empresas de Inserção;
- ▶ Facilitar a formação contínua e a maternidade e paternidade, nomeadamente em situações de ausência do posto de trabalho - Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador;
- ▶ Assegurar o património artesanal e cultural - Promoção do Artesanato.

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2009		2010		2011	
	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento
Sistema de Aprendizagem - Gestão Directa	11 307	23 956 853,09	11 368	22 891 808,48	9 818	18 441 640,55
Sistema de Aprendizagem - Entidades Externas	6 828	19 906 535,45	9 919	29 862 911,33	11 218	40 806 991,34
Sistema de Aprendizagem - Saldos	0	553 812,15	0	1 021 266,07	0	1 288 958,34
Cursos de Educação e Formação de Jovens	7 214	9 741 954,19	6 749	9 854 815,83	5 508	9 203 447,14
Cursos de Especialização Tecnológica	46	38 461,09	118	163 434,50	118	162 168,52
Reconhecimento e Validação de Competências	24 988	11 143 040,89	26 118	12 208 592,36	26 161	11 216 625,16
Portugal Acolhe	2 236	417 320,64	1 674	308 181,32	1 820	280 325,07
Formação Modular	95 961	11 716 355,11	99 393	16 095 370,68	87 709	12 093 595,05
Programa Qualificação-Emprego	9 474	12 449 176,00	6 695	10 938 290,61	770	1 583 975,46
Formação Profissional para Desempregados	14	3 999,94	0	0,00	0	0,00
Cursos de Educação e Formação de Adultos	33 869	85 398 850,24	33 309	90 936 023,31	32 106	64 213 769,34
Formação de Formadores	4 406	441 614,85	3 624	164 508,82	1 485	90 628,03
Formação Especial	14	54 432,06	13	5 522,89	0	0,00
Formação para a Inclusão	151	110 992,61	27	25 743,78	4 822	2 928 237,57
IEFP, I.P. (Centros de Emprego + Centros de Form. Prof. de Gestão Directa)	196 508	175 933 398,31	199 007	194 476 469,98	181 535	162 310 361,57
Centros de Gestão Participada	120 796	88 836 426,89	114 544	94 669 290,23	110 481	98 605 813,64
Acções em Cooperação com Outras Entidades	26 851	14 617 438,86	26 273	11 213 419,03	49 331	13 769 880,54
TOTAL	344 155	279 387 264,06	339 824	300 359 179,24	341 347	274 686 055,75

(*) Inclui as diversas medidas de formação e a execução no âmbito do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

A formação profissional, num contexto de contração da atividade, evidencia a quebra menos significativa, registando apenas uma diminuição de 0,8% nos abrangidos e de 1,7% nos pagamentos. A redução no valor dos pagamentos está diretamente relacionada com o decréscimo dos valores pagos a formadores decorrentes da aplicação da redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento de Estado de 2011.

Os Cursos de Aprendizagem na vertente desenvolvida por Entidades Externas apresentam uma das mais elevadas taxas de crescimento no período, cerca de 64,3% face a 2009 (mais 4 390 formandos), em resultado da aposta crescente neste tipo de formação, uma vez que as entidades externas apresentam uma maior possibilidade de empregar os formandos à saída da formação. Também a Formação para a Inclusão registou um crescimento face a 2009, com mais 4 671 formandos, bem como o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), com mais 1 173 formandos. Contudo, foram as Ações em Cooperação com outras Entidades, designadamente através de Acordos de Cooperação celebrados com o IEFP, I.P., que registaram o maior acréscimo em termos de execução física (com mais 22 480 abrangidos), a par de uma contração nos pagamentos efetuados em cerca de 0,85 milhões de euros (- 5,8%).

DUPLA CERTIFICAÇÃO	Abrangidos								
	2009	IEFP 2010	2011	2009	CGP 2010	2011	2009	IEFP + CGP 2010	2011
DUPLA CERTIFICAÇÃO	180 213	186 974	172 638	106 607	103 473	104 186	286 820	290 447	276 824
Sistema de Aprendizagem	18 135	21 287	21 036	3 060	2 842	2 701	21 195	24 129	23 737
Cursos de Educação e Formação de Jovens	7 214	6 749	5 508	2 244	1 675	1 496	9 458	8 424	7 004
Cursos de Especialização Tecnológica	46	118	118	201	639	1 187	247	757	1 305
Cursos de Educação e Formação de Adultos	33 869	33 309	32 106	7 022	7 740	7 101	40 891	41 049	39 207
Formação Modular	95 961	99 393	87 709	81 486	79 346	81 427	177 447	178 739	169 136
Reconhecimento e Validação de Competências	24 988	26 118	26 161	12 594	11 231	10 274	37 582	37 349	36 435
TOTAL DA FORMAÇÃO	196 508	199 007	181 535	120 796	114 544	110 481	317 304	313 551	292 016
Peso Dupla Certificação no Total da Formação	91,7%	94,0%	95,1%	88,3%	90,3%	94,3%	90,4%	92,6%	94,8%

(*) Para este efeito não se considera a atividade prevista no âmbito das *Ações em Cooperação com Outras Entidades*

Note-se que o peso da formação desenvolvida no âmbito da dupla certificação, representa a quase totalidade da formação promovida pelas estruturas internas do IEFP, I.P., que corresponde a 95,1% da totalidade da formação desenvolvida em 2011, face aos 91,7% de 2009. Neste âmbito, e pela sua dimensão, destacam-se a Formação Modular (48,3% dos abrangidos), os Cursos de Educação e Formação de Adultos (17,7%) e os RVCC (14,4%).

Em relação aos Centros de Gestão Participada, importa destacar que a dupla certificação corresponde a 94,3% da atividade em 2011, contra 88,3% em 2009, bem como a concentração de esforços na Formação Modular que representa 73,7% do total de abrangidos.

A Formação Modular, que no total da formação realizada no IEFP, I.P. e nos CGP representa cerca de 58% dos abrangidos (o que confirma a aposta neste tipo de formação), visa possibilitar uma oferta formativa diversificada, com o objetivo de corresponder a necessidades de qualificação total ou parcial de ativos empregados ou desempregados, eventualmente identificados em sede de processo de RVCC.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As medidas de Reabilitação Profissional apresentam um decréscimo em termos de atividade física de 26,7% e, sobretudo, em termos de montantes financeiros, com menos 61,8%. O decréscimo em termos financeiros resulta do facto do IEFP, I.P. ter deixado de efetuar os pagamentos das candidaturas rececionadas a partir de 1 de janeiro no âmbito do Organismo Intermédio, pagamentos assegurados diretamente pelo POPH.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	2009		2010		2011	
	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento	Abrang.	Pagamento
Aval. e Orientação Prof. de Pessoas com Deficiência	638	55 233,88	92	86 809,54	122	73 679,52
Pré-Profissionalização	149	23 016,40		0,00		0,00
Form. para Pessoas com Deficiência - Ações em Cooperação	5 551	18 947 290,82	1 952	13 476 582,08	1 550	8 865 271,15
Readaptação ao Trabalho	51	0,00		0,00		0,00
Incentivos ao Emp. de Pess. com Deficiência	546	3 371 824,65	66	1 040 597,44	3	69 994,66
Apoio a Atividades Independentes	4	43 271,65	1	22 120,76		0,00
Emprego Protegido - Cent. de Emp. Protegido	242	1 217 391,94	236	1 205 506,34	251	993 122,42
Emprego Protegido - Enclaves	169	639 689,42	159	631 959,12	145	297 253,12
Prémio de Mérito		8 699,53		114 037,14		2 531,48
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós - Colocação	1 016	282 948,79	1 070	578 776,15	637	676 150,95
OED Lisboa		139 180,17		136 959,05		152 663,34
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio	506	2 385 471,46	385	2 603 422,94	1	14 738,67
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidades		0,00		0,00	116	246 998,23
Contrato emprego - Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidades		0,00		0,00	298	793 441,34
Centros e Unidades de Reabilitação Profissional		26 000,00		81 000,00		967 085,86
IEFP (CE's + CGD)	8 872	27 140 018,71	3 961	19 977 770,56	3 123	13 152 930,74
Centros de Gestão Participada - Reabilitação	2 558	7 253 991,75	2 401	7 253 857,70	2 769	8 508 580,00
Organismo Intermédio (*)	5 673	44 386 214,59	5 356	50 025 209,38	6 637	8 427 022,13
TOTAL	17 103	78 780 225,05	11 718	77 256 837,64	12 529	30 088 532,87

(*) Envolve registo contabilístico de pagamentos dos anos 2007 e 2008, de forma a regularizar os pagamentos, sob a forma de adiantamentos efetuados às entidades.

Destacam-se as quebras registadas nas ações de Formação Profissional para Pessoas com Deficiência e nos Apoios à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação, medidas que passaram a ser desenvolvidas, no âmbito de contrato de delegação de competências pelo POPH ao Organismo Intermédio. Assim, a quebra do número de abrangidos em ações de formação para pessoas com deficiência em 2011, é parcialmente compensada pelo acréscimo de abrangidos em ações de formação apoiadas no quadro do Organismo Intermédio.

A redução do número de abrangidos, decorre, nomeadamente:

- ▶ das acrescidas dificuldades de inserção no mercado de trabalho deste público em climas económicos desfavoráveis;
- ▶ da criação e desenvolvimento de mecanismos e metodologias que facilitam o acesso das pessoas com deficiência aos cursos de formação e medidas de emprego destinados à população em geral;
- ▶ das novas medidas de Reabilitação Profissional desenvolvidas pelo IEFP, I.P., que numa fase inicial demoram ainda a registar a execução habitual para este tipo de medidas.

2.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA EM 2011

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	IEFP, I.P. + CGP							
	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA				euros
	META a)	ARANG. b)	GRAU EXEC. b) / a)	DOTAÇÃO a)	CABIMENTO b)	PAGAMENTO c)	GRAU EXEC. b) / a)	GRAU EXEC. c) / a)
PROG. 1 - INTERV. ESTRUT. NOS DOMÍNIOS DO EMPREGO E DA FORM. PROF.	364 280	378 271	103,8	567 938 472,00	457 438 143,76	386 294 939,50	80,5	68,0
PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREGO	233 761	206 437	88,3	382 884 856,00	304 473 649,21	238 740 178,45	79,5	62,4
PROM. A FORM. QUALIFICANTE E A TRANSIÇÃO P/A VIDA ACTIVA	26 613	26 662	100,2	86 564 608,00	76 316 591,34	69 903 205,89	88,2	80,8
Sistema de Aprendizagem - Gestão Direta	10 434	9 818	94,1	22 929 792,00	20 714 172,59	18 441 640,55	90,3	80,4
Sistema de Aprendizagem - Entidades Externas	9 885	11 218	113,5	50 138 576,00	43 770 294,95	40 806 991,34	87,3	81,4
Sistema de Aprendizagem - Saldos	0	0		1 638 599,00	1 288 959,44	1 288 958,34	78,7	78,7
Cursos de Educação e Formação de Jovens - 1º Emprego	6 173	5 508	89,2	11 648 615,00	10 377 526,21	9 203 447,14	89,1	79,0
Cursos de Especialização Tecnológica	121	118	97,5	209 026,00	165 638,15	162 168,52	79,2	77,6
FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE	121 442	117 510	96,8	33 842 038,00	28 165 175,96	25 782 418,72	83,2	76,2
Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador	761	1 050	138,0	914 866,00	706 415,51	607 897,98	77,2	66,4
Reconhecimento e Validação de Competências Portugal Acolhe	32 224	26 161	81,2	13 509 328,00	12 591 647,33	11 216 625,16	93,2	83,0
Formação Modular	1 598	1 820	113,9	434 912,00	307 783,81	280 325,07	70,8	64,5
Programa Qualificação-Emprego	86 179	87 709	101,8	16 132 932,00	12 948 982,61	12 093 595,05	80,3	75,0
QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROF. PARA DESEMPREGADOS	76 500	60 419	79,0	248 432 806,00	189 261 681,04	135 393 817,98	76,2	54,5
Cursos de Educação e Formação de Adultos	40 590	32 106	79,1	95 414 130,00	74 654 378,88	64 213 769,34	78,2	67,3
Estágios Profissionais - Port. 268/1997	0	0		243 567,00	115 939,45	104 675,17	47,6	43,0
Estágios Profissionais na Administração Pública	195	162	83,1	1 699 506,00	980 170,70	971 025,76	57,7	57,1
Estágios Profissionais - INOV-ART	450	370	82,2	1 811 297,00	1 550 000,00	1 550 000,00	85,6	85,6
Estágios Profissionais - Port. 129/2009	11 182	11 196	100,1	59 401 464,00	52 976 552,71	34 186 463,53	89,2	57,6
Estágios Profissionais - Qualificação Emprego	2 277	2 173	95,4	9 777 502,00	7 547 291,24	4 860 068,36	77,2	49,7
Estágios Profissionais de níveis III e IV	6 159	6 114	99,3	26 129 979,00	21 127 543,47	11 699 511,67	80,9	44,8
Estágios Profissionais - Port. 92/2011	15 647	8 298	53,0	53 955 361,00	30 309 804,59	17 808 304,15	56,2	33,0
PROGRAMA INOV-JOVEM	9 206	1 846	20,1	14 045 404,00	10 730 200,87	7 660 735,86	76,4	54,5
Estágios Profissionais - INOV-JOVEM	6 605	101	1,5	4 493 676,00	2 824 261,12	2 370 088,67	62,8	52,7
Estágios Profissionais - INOV-SOCIAL	2 031	1 467	72,2	8 148 758,00	7 335 804,90	4 801 442,22	90,0	58,9
Estágios Profissionais - INOV Mundus	70	92	131,4	500 000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Estágios Profissionais - INOV EXPORT	500	186	37,2	902 970,00	570 134,85	489 204,97	63,1	54,2
APOIO À CRIAÇÃO DE EMP. NO ÂMBITO DO DESENV. LOCAL E DA ECON. SOCI	13 889	10 537	75,9	71 587 418,00	40 399 925,29	35 088 438,84	56,4	49,0
APOIO AO INVEST. EM INIC. LOCAIS CRIADORAS DE EMPREGO				10 192 915,00	8 728 272,68	5 884 585,93	85,6	57,7
(1)(*) Programa de Estímulo à Oferta de Emprego - Investimento	548	344	62,8	10 192 915,00	8 728 272,68	5 884 585,93	85,6	57,7
PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO	2 458	3 250	132,2	9 983 120,00	8 737 557,64	7 427 155,32	87,5	74,4
(1)(*) ILE - Criação de Postos de Trabalho	611	420	68,7	5 091 015,00	4 398 670,44	3 486 757,39	86,4	68,5
(1)(*) ILE - Majorações	281	97	34,5	504 153,00	409 295,94	298 322,23	81,2	59,2
CPE - Criação de Postos de Trabalho	4	7	175,0	38 329,00	38 325,36	37 854,40	100,0	98,8
(*) CPE - Majorações	0	0		1 007,00	1 006,13	1 006,13	99,9	99,9
Apoios à Contratação	0	4		0,00	0,00	0,00		
f)(**) Prémio de Igualdade de Oportunidades - Majorações	28	9	32,1	192 104,00	153 909,84	125 524,91	80,1	65,3
Apoio à Conversão de Contratos	0	0		0,00	0,00	0,00		
Apoios à criação do Próprio Emprego - PAECE	1 843	2 819	153,0	4 156 512,00	3 736 349,93	3 477 690,26	89,9	83,7
APOIO À INT. NO MERCADO DE TRABALHO	9 638	5 996	62,2	46 722 040,00	19 745 038,59	19 145 352,50	42,3	41,0
Prémio de Colocação	22	15	68,2	27 802,00	22 637,88	22 637,88	81,4	81,4
Apoios à Contratação para Jovens	4 000	2 610	65,3	14 070 055,00	5 839 997,50	5 241 122,50	41,5	37,3
Apoios à Contratação para Adultos e Públicos Específicos	1 200	1 051	87,6	12 101 146,00	2 899 875,00	2 899 875,00	24,0	24,0
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego	4 416	2 320	52,5	20 523 037,00	10 982 528,21	10 981 717,12	53,5	53,5
APOIOS À PROMOÇÃO DO ARTESANATO	501	207	41,3	993 317,00	515 829,53	494 547,01	51,9	49,8
Promoção do Artesanato - Artesãos	501	207	41,3	156 908,00	111 337,06	107 350,72	71,0	68,4
Promoção do Artesanato - Feiras	71	53	74,6	593 529,00	281 871,54	274 001,21	47,5	46,2
Prog. para a Promoção dos Oficinas e das Micro-emp. Artesanais - PPI	0	0		242 880,00	122 620,93	113 195,08	50,5	46,6
APOIO AO DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO	57	14	24,6	566 274,00	391 882,54	357 421,86	69,2	63,1
d)(**) PRODESCOOP - Cooperativas - Investimento	24	7	29,2	320 588,00	238 307,32	224 219,98	74,3	69,9
PRODESCOOP - Cooperativas - Criação de Postos de Trabalho	57	14	24,6	245 686,00	153 575,22	133 201,88	62,5	54,2
FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO - FEG	1 235	1 070	86,6	3 129 752,00	2 281 344,31	1 779 376,22	72,9	56,9
Apoios à Autocolocação	254	310	122,0	586 092,00	422 154,56	402 870,42	72,0	68,7
Apoios a Novos Empreendedores	0	0		0,00	0,00	0,00		
Apoio à Inserção	157	435	277,1	13 000,00	3 444,49	3 444,49	26,5	26,5
Apoio ao Empreendedorismo	227	29	12,8	1 009 430,00	870 306,40	593 956,82	86,2	58,8
Planos de Integração	213	94	44,1	447 958,00	317 937,15	207 213,38	71,0	46,3
Prática em Contexto de Trabalho	36	14	38,9	81 303,00	75 331,66	65 481,94	92,7	80,5
Apoios à Contratação	166	59	35,5	475 474,00	291 777,12	216 317,52	61,4	45,5
Bolsa de Formação	182	129	70,9	516 495,00	300 392,93	290 091,65	58,2	56,2
FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO	706	1 485	210,3	366 339,00	188 875,08	90 628,03	51,6	24,7
FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO	706	1 485	210,3	366 339,00	188 875,08	90 628,03	51,6	24,7
Formação de Formadores	673	1 485	220,7	364 339,00	188 875,08	90 628,03	51,8	24,9
Formação de Animadores de GP	33	0	0,0	2 000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
AÇÕES EM COOPERAÇÃO	115 924	159 812	137,9	113 099 859,00	112 375 694,18	112 375 694,18	99,4	99,4
Centros de Gestão Participada	95 924	110 481	115,2	98 699 859,00	98 605 813,64	98 605 813,64	99,9	99,9
Ações em Cooperação com Outras Entidades	20 000	49 331	246,7	14 400 000,00	13 769 880,54	13 769 880,54	95,6	95,6

IEFP, I.P. + CGP

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA			euros	
	META a)	ARANG. b)	GRAU EXEC. b) / a)	DOTAÇÃO a)	CABIMENTO b)	PAGAMENTO c)	GRAU EXEC. b) / a)	GRAU EXEC. c) / a)
PROG. 2 - INTEGRAÇÃO ECON. E SOCIAL DOS GRUPOS SOCIAIS DESFAV.	80 457	70 211	87,3	101 901 100,00	72 937 508,99	56 675 417,26	71,6	55,6
PROMOVER O EMP. E A EMPREGABILIDADE DOS GRUPOS PART. DESFAVOR	80 457	70 211	87,3	101 901 100,00	72 937 508,99	56 675 417,26	71,6	55,6
ACÇÕES DE DESENV. PESSOAL E PROF. PESSOAS C/DEFICIÊNCIA	2 771	1 672	60,3	11 956 963,00	9 615 695,76	8 938 950,67	80,4	74,8
Aval. e Orientação Prof. de Pessoas com Deficiência	906	122	13,5	2 141 065,00	135 554,55	73 679,52	6,3	3,4
Form. para Pessoas com Deficiência - Ações em Cooperação	1 865	1 550	83,1	9 815 898,00	9 480 141,21	8 865 271,15	96,6	90,3
APOIOS AO EMPREGO E À CONTRATAÇÃO PESSOAS C/DEFICIÊNCIA	3 272	1 451	44,3	8 963 127,00	3 836 707,03	3 246 894,21	42,8	36,2
Incentivos ao Emp. de Pers. com Deficiência	85	3	3,5	335 951,00	73 999,31	69 994,66	22,0	20,8
Apoio a Atividades Independentes	0	0		0,00	0,00	0,00		
Emprego Protegido - Cent. de Emp. Protegido	298	251	84,2	1 067 694,00	1 046 394,25	993 122,42	98,0	93,0
Emprego Protegido - Enclaves	98	145	148,0	335 923,00	311 734,57	297 253,12	92,8	88,5
Prémio de Mérito	0	0		97 186,00	29 619,54	2 531,48	30,5	2,6
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós - Colocação	1 426	637	44,7	1 074 673,00	1 031 836,94	676 150,95	96,0	62,9
OED Lisboa	0	0		152 664,00	152 663,36	152 663,34	100,0	100,0
Atribuição de Produtos de Apoio	704	1	0,1	934 474,00	14 738,67	14 738,67	1,6	1,6
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidades	278	116	41,7	1 344 663,00	303 204,42	246 998,23	22,5	18,4
Contrato emprego - Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapaci	383	298	77,8	1 656 390,00	872 515,97	793 441,34	52,7	47,9
Avaliação da Incapacidade Decorrente de Acidente de Trabalho	0	0		973 545,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Apoios a Manutenção e Reintegração de Pessoas com Incapacidades	0	0		989 964,00	0,00	0,00	0,0	0,0
ACÇÕES DE FORM. PROF. DE GRUPOS DESFAVORECIDOS	5 094	4 822	94,7	4 465 499,00	3 312 791,86	2 928 237,57	74,2	65,6
Formação Especial	0	0		0,00	0,00	0,00		
Formação para a Inclusão	5 094	4 822	94,7	4 465 499,00	3 312 791,86	2 928 237,57	74,2	65,6
PROGRAMA VIDA - EMPREGO	1 257	1 243	98,9	4 739 986,00	4 340 737,50	3 819 086,57	91,6	80,6
Estágios de Integração Socioprofissional	650	676	104,0	2 298 089,00	2 092 739,79	1 849 421,30	91,1	80,5
Prémio de Integração Socioprofissional	73	77	105,5	158 482,00	130 796,64	125 766,00	82,5	79,4
Apoios ao Emprego	533	489	91,7	2 275 815,00	2 109 655,11	1 837 546,72	92,7	80,7
Apoios ao Autoemprego	1	1	100,0	7 600,00	7 545,96	6 352,55	99,3	83,6
DESENV. A REDE DE EQUIP. E SERV. DE PROMOÇÃO E DESENV. SOCIAL				2 554 181,00	2 412 669,49	967 085,86	94,5	37,9
Centros e Unidades de Reabilitação Profissional	0	0		2 554 181,00	2 412 669,49	967 085,86	94,5	37,9
DINAMIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO MERCADO SOCIAL DE EMPREGO	64 730	58 254	90,0	60 712 764,00	40 910 327,35	28 266 582,38	67,4	46,6
(*) Empresas de Inserção - Investimento	98	34	34,7	466 411,00	261 910,33	140 186,93	56,2	30,1
(*) Empresas de Inserção - Profissionalização	2 635	3 084	117,0	10 243 644,00	9 986 955,40	9 402 228,06	97,5	91,8
(*) Empresas de Inserção - Formação	855	628	73,5	1 416 151,00	1 273 007,00	1 173 614,10	89,9	82,9
(*) Empresas de Inserção - Prémio Integração	77	49	63,6	405 788,00	321 681,52	311 616,24	79,3	76,8
(2) Programas Ocupacionais - Carenciados	1	1	100,0	2 059,00	1 805,94	541,99	87,7	26,3
Programas Ocupacionais - Subsidiados	0	17		100 000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Contrato Emprego Inserção	50 000	45 703	91,4	10 032 009,00	4 055 095,88	1 947 141,07	40,4	19,4
Contrato Emprego Inserção +	12 017	9 400	78,2	38 046 702,00	25 009 871,28	15 291 253,99	65,7	40,2
Centros de Gestão Participada - Reabilitação	3 333	2 769	83,1	8 508 580,00	8 508 580,00	8 508 580,00	100,0	100,0
PROG. 3 - INTERV. PARA A ORG. E GESTÃO DO MERC. EMP. E DA FORM. PROF.	90 000	60 135	66,8	17 488 161,00	8 722 133,34	6 518 886,17	49,9	37,3
DESENV. E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS E SERV. DE APOIO AO EMP. E	0	0		11 092 539,00	8 323 576,28	6 353 617,55	75,0	57,3
PROM. DE EST. E SERV. DE AP. À INSERÇÃO PROFISSIONAL				5 311 239,00	4 380 462,51	2 572 827,44	82,5	48,4
b)(**) Unidades de Inserção na Vida Ativa (UNIVAS)	0	0		0,00	0,00	0,00		
b)(**) GIP - Gabinetes de Inserção Profissional	434	403	92,9	5 311 239,00	4 380 462,51	2 572 827,44	82,5	48,4
a)(**) Informação e Orientação Profissional	0	128 609		270 000,00	51 893,70	47 342,70	19,2	17,5
Certificação Profissional	0	0		208 843,00	133 599,62	99 677,61	64,0	47,7
Estudos e Investigação	0	0		25 000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Processos e Métodos Didáticos	0	0		50 000,00	14 406,01	13 433,79	28,8	26,9
Observatório do Emprego e Formação	0	0		253 100,00	11 477,62	8 312,21	4,5	3,3
Regime Prest. - Desemp. - DL nº220 de 03/11/2006	0	0		4 974 357,00	3 731 736,82	3 612 023,80	75,0	72,6
COLOCAÇÃO	90 000	60 135	66,8	163 600,00	54 197,20	43 723,12	33,1	26,7
Prod. de Instrumentos Téc. de Sup. à Atividade de Colocação	90 000	60 135	66,8	0,00	0,00	0,00		
COLOCAÇÃO EXTERNA				163 600,00	54 197,20	43 723,12	33,1	26,7
Rede Eures	0	0		163 600,00	54 197,20	43 723,12	33,1	26,7
PRESTAÇÕES TÉCNICAS - METODOLOGIA PNE	0	0		56 459,00	20 363,56	10 163,19	36,1	18,0
INSERJOVEM	0	0		21 963,00	6 627,34	2 223,29	30,2	10,1
REAGE	0	0		34 496,00	13 736,22	7 939,90	39,8	23,0
MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO				6 175 563,00	323 996,30	111 382,31	5,2	1,8
Modern. do SPE: Proj. LSE (Livre Serv. P/ Emprego)	0	0		6 175 563,00	323 996,30	111 382,31	5,2	1,8

IEFP, I.P. + CGP

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA				
	META a)	ARANG. b)	GRAU EXEC. b) / a)	DOTAÇÃO a)	CABIMENTO b)	PAGAMENTO c)	GRAU EXEC. b) / a)	GRAU EXEC. c) / a)
PROG. 4 - RELAÇÕES C/EXTERIOR E ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES				20 745 261,00	13 676 084,59	13 016 450,62	65,9	62,7
ACÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES				14 249 554,00	11 286 801,30	10 926 986,49	79,2	76,7
Diálogo Social	0	0		600 000,00	506 019,20	506 019,20	84,3	84,3
Participação em Programas Comunitários	0	0		55 032,00	25 184,02	22 008,43	45,8	40,0
OUTRAS ACÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES				4 871 841,00	3 739 625,00	3 675 784,62	76,8	75,4
Concursos Diversos	0	0		1 460 341,00	661 672,36	613 708,60	45,3	42,0
Cooperação IEFP, I.P. / Secretariado Nacional de Reabilitação	0	0		120 000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Outras Ações	0	0		936 000,00	782 930,00	782 930,00	83,6	83,6
Cooperação IEFP / Cooperativa António Sérgio	0	0		2 355 500,00	2 295 022,64	2 279 146,02	97,4	96,8
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL				8 722 681,00	7 015 973,08	6 723 174,24	80,4	77,1
Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	0	0		930 100,00	894 773,75	632 866,28	96,2	68,0
Serviços Sociais do MSST	0	0		570 563,00	570 563,00	570 562,56	100,0	100,0
Agência Nacional Sócrates e Leonardo da Vinci	0	0		607 300,00	607 300,00	607 300,00	100,0	100,0
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE)	0	0		1 244 422,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Outros Serviços	0	0		1 183 171,00	756 211,33	725 320,40	63,9	61,3
Alto Comissariado p/Imigração e Minorias Étnicas	0	0		4 187 125,00	4 187 125,00	4 187 125,00	100,0	100,0
RELAÇÕES PÚBLICAS				4 161 712,00	1 161 707,12	887 865,04	27,9	21,3
Informação para o Exterior	0	0		2 535 698,00	693 395,62	435 538,58	27,3	17,2
Relação Direta com os Utentes	0	0		1 626 014,00	468 311,50	452 326,46	28,8	27,8
RELAÇÕES INTERNACIONAIS				2 333 995,00	1 227 576,17	1 201 599,09	52,6	51,5
Organizações Internacionais	0	0		385 000,00	283 736,00	283 646,00	73,7	73,7
COOPERAÇÃO BILATERAL C/ PALOPS	0	0		1 763 625,00	943 762,97	917 875,89	53,5	52,0
Cooperação Bilateral com Outros Países e Outras Atividades	0	0		185 370,00	77,20	77,20	0,0	0,0
PROG. 5 - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA				234 231 064,00	177 221 321,54	164 416 751,09	75,7	70,2
INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS				43 955 695,00	27 806 569,35	21 273 516,19	63,3	48,4
Centros de Emprego	0	0		12 582 747,00	6 628 592,37	3 946 894,18	52,7	31,4
Centros de Formação Profissional de Gestão Direta	0	0		20 195 228,00	12 175 347,23	9 134 399,69	60,3	45,2
Centros de Formação Profissional de Gestão Participada	0	0		7 250 707,00	6 778 644,90	6 592 583,11	93,5	90,9
Centro de Reabilitação Profissional de Gestão Direta	0	0		307 600,00	130 249,23	35 040,92	42,3	11,4
Centro de Reabilitação Profissional de Gestão Participada	0	0		401 000,00	401 000,00	401 000,00	100,0	100,0
Serviços de Coordenação Central e Regional	0	0		3 128 080,00	1 644 101,48	1 123 155,22	52,6	35,9
Outras Infraestruturas Físicas	0	0		90 333,00	48 634,14	40 443,07	53,8	44,8
Funcionamento, Organização e Gestão Internas				14 892 340,00	8 299 988,86	7 086 315,56	55,7	47,6
Funcionamento, Organização e Gestão Internas	0	0		14 879 022,00	8 291 769,69	7 078 104,45	55,7	47,6
FUNCIONAMENTO - POEFDS E POR				13 318,00	8 219,17	8 211,11	61,7	61,7
Funcionamento - POR	0	0		0,00	0,00	0,00		
Funcionamento - POPH	0	0		13 318,00	8 219,17	8 211,11	61,7	61,7
RECURSOS HUMANOS				122 778 380,00	101 752 316,66	100 778 732,72	82,9	82,1
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS				122 141 983,00	101 444 711,54	100 547 939,36	83,1	82,3
Centros de Emprego	0	0		53 019 748,00	42 705 023,16	42 011 143,25	80,5	79,2
Centros de Formação Profissional	0	0		35 511 145,00	29 898 805,76	29 750 611,49	84,2	83,8
Centros de Reabilitação Profissional	0	0		1 039 273,00	827 484,02	819 221,27	79,6	78,8
Serviços de Coordenação Central e Regional	0	0		30 259 363,00	26 282 412,13	26 235 979,88	86,9	86,7
POR	0	0		80 392,00	80 387,86	80 387,86	100,0	100,0
Pessoal Deslocado em Diversos Serviços	0	0		2 232 062,00	1 650 598,61	1 650 595,61	73,9	73,9
DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS				140 900,00	81 489,97	57 196,70	57,8	40,6
Formação Interna - Ações	0	0		140 900,00	81 489,97	57 196,70	57,8	40,6
Ação Social	0	0		495 497,00	226 115,15	173 596,66	45,6	35,0

IEFP, I.P. + CGP								
DESIGNAÇÃO DA DESPESA	EXECUÇÃO FÍSICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA			euros	
	META a)	ARANG. b)	GRAU EXEC. b) / a)	DOTAÇÃO a)	CABIMENTO b)	PAGAMENTO c)	GRAU EXEC. b) / a)	GRAU EXEC. c) / a)
INFORMATIZAÇÃO				10 272 670,00	5 657 368,48	4 282 286,67	55,1	41,7
Hardware	0	0		3 203 670,00	839 352,79	523 980,76	26,2	16,4
Software	0	0		5 205 000,00	3 489 462,35	2 555 505,37	67,0	49,1
Comunicação	0	0		1 800 000,00	1 300 457,10	1 179 435,06	72,2	65,5
Outros	0	0		64 000,00	28 096,24	23 365,48	43,9	36,5
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO				483 746,00	127 195,27	106 729,82	26,3	22,1
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO				483 746,00	127 195,27	106 729,82	26,3	22,1
Informação Científica e Técnica	0	0		62 400,00	16 518,67	13 780,19	26,5	22,1
Atividade Editorial	0	0		386 346,00	99 754,20	82 027,23	25,8	21,2
Informação Interna	0	0		35 000,00	10 922,40	10 922,40	31,2	31,2
GESTÃO DE CENTROS				41 848 233,00	33 577 882,92	30 889 170,13	80,2	73,8
Centros de Emprego	0	0		12 131 950,00	9 813 559,08	9 044 820,83	80,9	74,6
Centros de Formação Profissional	0	0		28 912 152,00	23 136 660,18	21 238 716,45	80,0	73,5
Centros de Reabilitação Profissional	0	0		804 131,00	627 663,66	605 632,85	78,1	75,3
PROG. 6 - OUTROS				107 127 010,00	71 340 682,10	71 340 682,10	66,6	66,6
Restituições de Apoios Comunitários	0	0		1 355 000,00	308 527,38	308 527,38	22,8	22,8
Cativações	0	0		17 739 854,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Constituição de Reserva	0	0		17 000 000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
ORGANISMO INTERMÉDIO	4 383	6 637	151,4	20 000 000,00	8 427 022,13	8 427 022,13	42,1	42,1
TOTAL				1 069 431 068,00	809 762 896,45	706 690 148,87	75,7	66,1

[*] Número de pessoas envolvidas em componentes de medidas (ex: majorações em ILE) cuja meta já está contemplada na medida principal.

[**] A execução física destas medidas não é contabilizada em número de abrangidos ou pessoas apoiadas, pelo que não pode ser adicionada à execução das restantes medidas.

[1] Inclui a actividade realizada no âmbito das Iniciativas Locais de Emprego - Serviços de Apoio à Família

[2] Inclui os abrangidos em actividades desenvolvidas no âmbito do Despacho Conjunto nº 256/2004 MADRP/MSST

Metas e Execução Física Agregadas por:

Pessoas:	539 120	515 254
a) Informação e Orientação Profissional:		128 609
b) Estruturas:	434	403
c) Feiras:	71	53
d) Cooperativas (Investimento):	24	7
e) Apoios Técnicos - Estudos e Consultoria - PEPS	0	0
f) Prémios de Igualdade de Oportunidades	28	9
g) Programa de Apoio à Iniciativa Privada (PAIPS)	0	0

3.

INDICADORES DE GESTÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

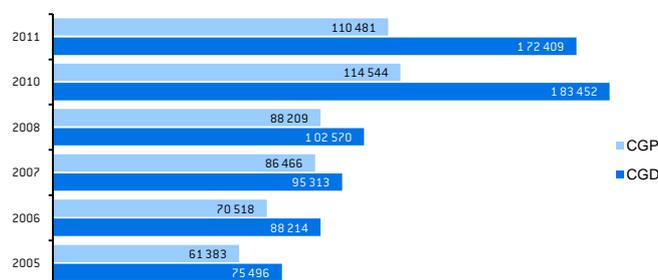
3.1.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS CENTROS DE GESTÃO DIRETA E PARTICIPADA

SÍNTESE DA EXECUÇÃO FÍSICA												
Anos	Centros de Gestão Directa (*)				Centros de Gestão Participada				TOTAL			
	Formandos	Evol. (%)	Volume de Formação	Evol. (%)	Formandos	Evol. (%)	Volume de Formação	Evol. (%)	Formandos	Evol. (%)	Volume de Formação	Evol. (%)
2006	88 214	16,8	43 429 045	- 1,1	70 518	14,9	10 765 136	- 1,3	158 732	16,0	54 194 181	- 1,1
2007	95 313	8,0	41 965 918	- 3,4	86 466	22,6	10 205 833	- 5,2	181 779	14,5	52 171 751	- 3,7
2008	102 570	7,6	38 333 642	- 8,7	88 209	2,0	9 973 797	- 2,3	190 779	5,0	48 307 439	- 7,4
2009	178 597	74,1	45 694 015	19,2	120 796	36,9	11 889 064	19,2	299 393	56,9	57 583 079	19,2
2010	183 452	2,7	48 255 742	5,6	114 544	- 5,2	12 105 092	1,8	297 996	- 0,5	60 360 834	4,8
2011	172 409	- 6,0	43 287 970	- 10,3	110 481	- 3,5	10 502 863	- 13,2	282 890	- 5,1	53 790 833	- 10,9

(*) Inclui a correspondente actividade de Formação Profissional desenvolvida pelos Centros Mistos

Nota: Para efeitos desta análise consideram-se as *Outras Actividades* desenvolvidas pelos Centros de Gestão Directa



A análise da atividade formativa desenvolvida pelas estruturas do IEFP, I.P. num período mais alargado, permite a identificação duma tendência de crescimento muito significativa, quer no âmbito das estruturas de gestão direta, quer no que diz respeito aos Centros de Gestão Participada.

Assim, os valores registados para os Centros de Gestão Directa permitem a conclusão da duplicação do número de formandos entre 2006 e 2011, aumento este que não foi acompanhado pelo mesmo crescimento no âmbito dos volumes de formação, que se mantêm quase inalterados. A manutenção dos valores resulta da introdução da Formação Modular, de mais curta duração destinada a assegurar a cada formando formação nas competências de que carecem.

No âmbito dos Centros de Gestão Participada verifica-se também um crescimento acentuado do número de formandos e manutenção dos volumes de formação no período em análise.

3.2.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO FÍSICA DOS CENTROS DE GESTÃO DIRETA (CGD) E PARTICIPADA (CGP) EM 2011

MEDIDA	CGD (*)		CGP		TOTAL	
	N.º DE FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º DE FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	N.º DE FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO
Aprendizagem	20 161	16 196 039	2 701	1 964 075	22 862	18 160 114
Form. Qualificante com vista à Integração Mercado Trabalho			63	21 668	63	21 668
Cursos de Educação e Formação de Jovens - 1º Emprego	5 289	2 886 908	1 496	640 748	6 785	3 527 656
Cursos de Especialização Tecnológica	118	83 722	1 187	589 085	1 305	672 807
CNO - Certificados emitidos (1)	25 776	-	10 274		36 050	
Portugal Acolhe	1 462	106 786	491	12 828	1 953	119 614
Formação Modular	84 252	4 747 232	81 427	3 501 724	165 679	8 248 956
Cursos de Educação e Formação de Adultos - Desempregados	30 535	18 286 271	7 101	3 518 838	37 636	21 805 109
Formação de Formadores	168	4 602	376	33 570	544	38 172
Formação para a Inclusão	4 648	976 410	45	1 288	4 693	977 698
Outras Actividades			5 320	219 039	5 320	219 039
TOTAL	172 409	43 287 970	110 481	10 502 863	282 890	53 790 833

(*) Inclui a correspondente actividade de Formação Profissional desenvolvida pelos Centros Mistos

Nota: Para efeitos desta análise consideram-se as *Outras Actividades* desenvolvidas pelos Centros de Gestão Directa

A análise da desagregação da actividade formativa por medida de formação permite de imediato constatar que os Centros de Gestão Directa e de Gestão Participada estão orientados para dois tipos de públicos diferentes.

Assim, enquanto no primeiro caso se encontram públicos jovens para além dos adultos, nas medidas de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Jovens paralelamente com ativos empregados e desempregados casos da Formação Modular e os Cursos de Educação e Formação de Adultos, no caso dos Centros de Gestão Participada é priorizada a intervenção dos adultos, ativos empregados, no setor específico de abrangência de cada CGP.

3.3.

EXECUÇÃO FÍSICA POR ÁREAS PROFISSIONAIS

EXECUÇÃO FÍSICA POR ÁREAS PROFISSIONAIS							
ÁREAS PROFISSIONAIS	NÚMERO DE FORMANDOS			ÁREAS PROFISSIONAIS	NÚMERO DE FORMANDOS		
	TOTAL	CGD ⁽¹⁾	CGP		TOTAL	CGD ⁽¹⁾	CGP
AGRICULT, SILVICULT E PESCAS - NC	85	0	85	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	10	10	
ALFABETIZAÇÃO	30	0	30	INFORMÁTICA - NC	63	0	63
ARTES - NC	14	0	14	INFORMÁTICA NA ÓTICA DO UTILIZADOR	1 021	0	1 021
ARTESANATO	2 414	1 680	734	JORNALISMO E REPORTAGEM	936	0	936
AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MÉDIA	2 032	1 106	926	LÍNGUA E LITERATURA MATERNA	205	0	205
BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	344	257	87	LÍNGUAS E LITERATURAS ESTRANGEIRAS	1 175	0	1 175
CIÊNCIAS DENTÁRIAS	197	197		MARKETING E PUBLICIDADE	2 239	950	1 289
CIÊNCIAS INFORMÁTICAS	31 737	23 341	8 396	MATEMÁTICA	9	0	9
CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO - PT	22	0	22	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA - NC	19	0	19
COMÉRCIO	14 172	9795	4377	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA - PT	23	0	23
CONSTRUÇÃO CIVIL E ENGENHARIA CIVIL	10 983	2 705	8 278	MATERIAIS	3 371	1 057	2 314
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS A MOTOR	7 209	2 946	4 263	METALURGIA E METALOMECÂNICA	14 076	5 222	8 854
CONTABILIDADE E FISCALIDADE	3 918	2 759	1 159	PESCAS	95	0	95
CUIDADOS DE BELEZA	8 295	8 238	57	PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL	1 357	1 262	95
DESENVOLVIMENTO PESSOAL	6 569	5 988	581	PROGRAMAS DE BASE	18 956	13 530	5 426
DESIGN	179	0	179	PROTECÇÃO AO AMBIENTE - NC	13	0	13
DESPORTO	494	457	37	PROTECÇÃO AO AMBIENTE - PT	364	207	157
DIREITO	18	0	18	PROTECÇÃO DE PESSOAS E BENS	746	358	388
ELECTRICIDADE E ENERGIA	9 882	7 812	2 070	SAÚDE - NC	1 300	807	493
ELECTRÓNICA E AUTOMAÇÃO	3 784	2 363	1 421	SECRETARIADO E TRABALHO ADMINISTRATIV	9 417	5 355	4 062
ENFERMAGEM	65	0	65	SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO	5 667	1 758	3 909
ENQUADRAMENTO NA ORGANIZAÇÃO/EMPRESA	9 337	1 371	7 966	SEGURANÇA MILITAR	32	0	32
ESTATÍSTICA	8	0	8	SERVIÇOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	12 811	11 672	1 139
FINANÇAS, BANCA E SEGUROS	952	923	29	SERVIÇOS DE SAÚDE	17	0	17
FLORICULTURA E JARDINAGEM	3 074	2 798	276	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	2 612	79	2 533
FORM DE PROF E FORMAD DE ÁREAS TECNOLÓGICAS	109	0	109	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	440	440	
FORM PROF/FORM CIÊNC EDUC - NC	284	0	284	SERVIÇOS PESSOAIS - NC	10	0	10
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FORMADORES	409	168	241	SERVIÇOS PESSOAIS - PT	18	0	18
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	3 858	2 947	911	SILVICULTURA E CAÇA	520	512	8
HISTÓRIA E AROUEOLOGIA	255	168	87	TECNOLOGIA DOS PROCESSOS QUÍMICOS	540	508	32
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	13 587	10 094	3 493	TECNOLOGIAS DIAGNÓSTICO E TERAPEUTICA	60	60	
INDÚSTRIAS ALIMENTARES	5 889	1 016	4 873	TRABALHO SOCIAL E ORIENTAÇÃO	10 233	9 661	572
INDÚSTRIAS DO TÊXTIL, VESTUÁRIO, CALÇADO E COURO	13 133	1 559	11 574	TURISMO E LAZER	3 578	2 497	1 081
				DESCONHECIDO OU NÃO ESPECIFICADO	1 569	0	1 569
TOTAL	246 840	146 633	100 207				

NC - Não classificado noutra área

PT - Programas Transversais

⁽¹⁾ Inclui a correspondente atividade de Formação Profissional desenvolvida pelos Centros Mistos

A análise da desagregação da atividade formativa por medida de formação permite de imediato constatar que os Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada estão orientados para dois tipos de públicos diferentes.

Assim, enquanto no primeiro caso se encontram públicos jovens para além dos adultos, nas medidas de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Jovens paralelamente com ativos empregados e desempregados casos da Formação Modular e os Cursos de Educação e Formação de Adultos, no caso dos Centros de Gestão Participada é priorizada a intervenção dos adultos, ativos empregados, no setor específico de abrangência de cada CGP.

3.4.

EXECUÇÃO FINANCEIRA POR CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRETA								
CENTROS	FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	CUSTOS (€)	CUSTO POR HORA /FORMANDO (€)	NÚMERO DE TÉCNICOS	NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	VOLUME POR TÉCNICO	VOLUME POR TOTAL DE RH
Braga	8 570	2 959 306	13 162 612,47	4,45	18	35	164 406	84 552
Bragança	4 075	1 127 322	4 993 849,75	4,43	8	20	140 915	56 366
Chaves	3 553	968 630	3 948 440,22	4,08	3	15	322 877	64 575
Porto	9 754	2 143 707	12 880 163,38	6,01	17	30	126 100	71 457
Porto Setor Terciário	13 640	3 938 251	17 286 728,08	4,39	14	23	281 304	171 228
Rio Meão	7 431	2 109 735	8 885 249,65	4,21	7	21	301 391	100 464
Viana do Castelo	6 581	2 358 318	9 074 540,14	3,85	5	21	471 664	112 301
Vila Real	5 268	1 731 849	7 987 922,34	4,61	11	28	157 441	61 852
D.R. NORTE	58 872	17 337 118	78 219 506,03	4,51	83	193	208 881	89 830
C. Misto Arganil*	3 359	679 082	2 865 701	4,22	3	19	233 434	36 652
C. Misto Guarda*	2 570	627 761	2 878 855	4,59	10	18	66 080	35 322
C. Misto Seia*	2 510	570 399	2 791 285	4,89	5	13	124 318	44 562
Águeda	4 084	865 123	3 627 094	4,19	7	20	123 589	43 256
Aveiro	3 810	823 540	4 023 772	4,89	20	30	41 177	27 451
Castelo Branco	3 840	877 956	4 327 499	4,93	15	30	58 530	29 265
Coimbra	5 567	1 163 663	6 351 638	5,46	18	45	64 648	25 859
Leiria	4 042	975 742	4 262 872	4,37	13	23	75 057	42 424
Viseu	3 697	1 058 208	4 650 376	4,39	12	23	88 184	46 009
D.R. CENTRO	33 479	7 641 474	35 779 093,12	4,68	102	220	74 918	34 718
Alverca	8 271	1 815 722	6 662 713	3,67	14	32	129 694	56 741
Amadora	7 225	1 819 019	7 961 652	4,38	15	47	121 268	38 703
Lisboa - Sector Terciário	7 703	2 670 842	12 875 165	4,82	22	33	121 402	80 935
Santarém	4 262	1 059 104	4 440 449	4,19	13	27	81 470	39 226
Seixal	8 056	2 521 722	10 921 994	4,33	22	51	114 624	49 446
Setúbal	6 920	1 611 090	6 596 687	4,09	11	33	146 463	48 821
Sintra	8 023	1 288 387	4 903 463	3,81	9	31	143 154	41 561
Tomar	7 217	1 332 298	5 239 563	3,93	13	28	102 484	47 582
D.R. LISBOA E VALE DO TEJO	57 677	14 118 184	59 601 685,24	4,22	119	282	118 640	50 064
Aljustrel	3 101	523 550	2 489 971,83	4,76	3	16	174 517	32 722
Beja	3 130	591 841	3 116 132,39	5,27	14	24	42 274	24 660
Évora	3 631	662 481	4 085 949,25	6,17	14	39	47 320	16 987
C. Misto Ponte de Sôr*	736	246 551	942 588,51	3,82	6	15	41 092	16 437
Portalegre	2 772	554 349	2 980 430,28	5,38	12	24	46 196	23 098
Santiago Cacém	3 594	482 786	3 027 162,98	6,27	9	31	53 643	15 574
D.R. ALENTEJO	16 964	3 061 558	16 642 235,24	5,44	58	149	52 785	20 547
Faro	5 417	1 129 636	4 512 314,83	3,99	16	38	70 602	29 727
C. Misto Portimão*	1 503	332 944	1 468 745,11	4,41	6	11	55 491	30 268
D.R. ALGARVE	6 920	1 462 580	5 981 059,94	4,09	22	49	66 481	29 849
TOTAL	173 912	43 620 914	196 223 579,57	4,50	384	893	113 597	48 842

(*) Inclui a correspondente atividade de Formação Profissional desenvolvida pelos Centros Mistos
Para Efeitos desta análise consideram-se as Outras Atividades desenvolvidas pelos Centros de Gestão Direta

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA

CENTROS	FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	CUSTOS (€)	CUSTO POR HORA/ FORMANDO (€)	NÚMERO DE TÉCNICOS	NÚMERO		
						TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	VOLUME POR TÉCNICO	VOLUME POR TOTAL DE RH
CEARTE	3 723	291 834	1 715 733	5,88	9	37	32 426	7 887
CECOA	5 231	403 397	2 454 030	6,08	22	46	18 336	8 770
CEFOSAP	9 981	362 348	3 457 979	9,54	30	47	12 078	7 710
CENCAL	3 383	202 377	1 874 683	9,26	31	45	6 528	4 497
CENFIC	2 628	619 494	5 177 186	8,36	29	85	21 362	7 288
CENFIM	11 728	2 170 667	13 006 009	5,99	74	154	29 333	14 095
CENJOR	1 127	40 495	813 886	20,10	5	17	8 099	2 382
CEPRA	4 486	353 858	3 259 210	9,21	37	63	9 564	5 617
CEQUAL	552	22 901	45 959	2,01	13	20	1 762	1 145
CFPIC	4 844	778 717	4 008 824	5,15	59	100	13 199	7 787
CFPIMM	1 992	195 534	1 529 972	7,82	24	30	8 147	6 518
CFPSA	7 774	504 675	4 698 308	9,31	56	98	9 012	5 150
CICCOPN	7 413	774 621	4 968 740	6,41	49	104	15 809	7 448
CILAN	1 707	156 232	820 775	5,25	16	25	9 765	6 249
CINÁGUA	277	13 389	77 552	5,79	4	7	3 347	1 913
CINCORK	1 837	168 781	1 245 911	7,38	14	17	12 056	9 928
CINDOR	3 362	192 902	1 288 136	6,68	16	26	12 056	7 419
CINEL	3 267	515 795	4 673 787	9,06	20	71	25 790	7 265
CINFU	2 473	106 263	1 177 552	11,08	11	25	9 660	4 251
CITEFORMA	4 877	330 591	2 346 644	7,10	15	30	22 039	11 020
CITEX	4 889	469 718	2 390 091	5,09	60	84	7 829	5 592
CIVEC	3 828	235 108	1 533 088	6,52	29	54	8 107	4 354
CP JUSTIÇA	1 648	463 805	2 438 839	5,26	30	32	15 460	14 494
CRISFORM	594	14 688	0	0,00	0	0	0	0
FOR-MAR	3 765	408 485	4 364 920	10,69	28	144	14 589	2 837
NOVINTER	9 169	478 087	4 160 124	8,70	22	53	21 731	9 021
MODATEX	3 926	228 101	2 073 535	9,09	69	132	3 306	1 728
TOTAL	110 481	10 502 863	75 601 472,29	7,20	772	1 546	13 605	6 794

4.

PLANO NACIONAL DE EMPREGO

4.1.

METODOLOGIAS DE ABORDAGEM PRECOCE DO DESEMPREGO

Ao longo do ano de 2011, foram alvo de intervenção, no âmbito das iniciativas INSERJOVEM e REAGE, 132 614 jovens inscritos nos Centros de Emprego do Continente entre julho de 2010 e junho de 2011, e 503 645 adultos inscritos entre janeiro e dezembro de 2010.

O total de intervenções proporcionadas pelo IEFP, I.P. aos jovens, na forma de uma nova oportunidade, foi de 14 096, abrangendo 10,6% do público-alvo, sendo as Colocações (10 982; 77,9%) a resposta mais expressiva, seguida da Formação Profissional (2 679; 19,0%).

Nos adultos, o número de respostas totalizou 57 464, envolvendo 11,4% do público-alvo. A Colocação distinguiu-se como resposta mais utilizada (46 215; 80,4%), ficando a Formação Profissional em segundo lugar (5 673; 9,9%).

PÚBLICO ALVO E RESPOSTAS NO ÂMBITO DAS INICIATIVAS INSERJOVEM E REAGE												2011
INICIATIVAS	PÚBLICO ALVO	RESPOSTAS										Res/Púb A %
		Colocações	%	Programas Emprego	%	Formação Profissional	%	RVC	%	TOTAL	%	
INSERJOVEM	132 614	10 982	77,9	357	2,5	2 679	19,0	78	0,6	14 096	100,0	10,6
REAGE	503 645	46 215	80,4	2 978	5,2	5 673	9,9	2 598	4,5	57 464	100,0	11,4
INSERJOVEM + REAGE	636 259	57 197	79,9	3 335	4,7	8 352	11,7	2 676	3,7	71 560	100,0	11,2

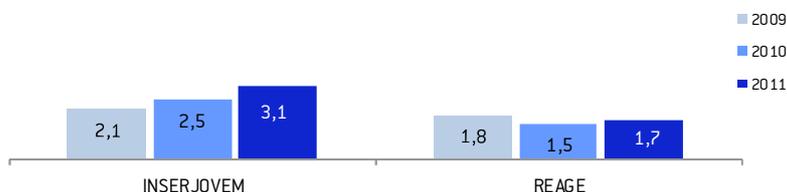
Fonte: IEFP, IP - GEA

Com o propósito de permitir a comparabilidade entre os diferentes Estados-Membros, a análise que se segue, tem como suporte os indicadores de acompanhamento (prevenção e ativação), adotados pelo Comité de Emprego da União Europeia.

Segundo os dados apurados para o ano de 2011 o indicador "Serviços Preventivos" atingiu 3,1% na iniciativa INSERJOVEM e 1,7% na iniciativa REAGE. Estes valores mostram, comparativamente aos do ano de 2010, um acréscimo de 0,6 pontos percentuais (p.p.) na iniciativa INSERJOVEM e um acréscimo de 0,2 p.p. na iniciativa REAGE, da proporção de desempregados jovens ou adultos que, decorridos 6/12 meses, permaneceram inscritos como desempregados e não beneficiaram de aconselhamento intensivo nem de assistência na procura de emprego.

SERVIÇOS PREVENTIVOS 1

(% DE DESEMPREGADOS SEM SERVIÇOS PREVENTIVOS)

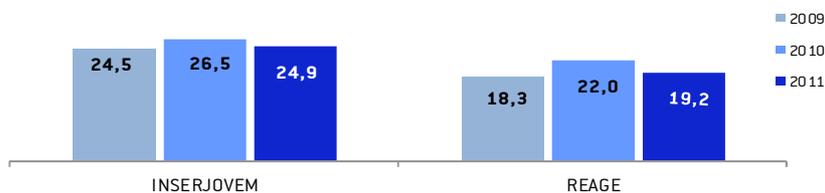


Fonte: IEFP, IP, GEA

O indicador "Nova Oportunidade (A)", que mede a proporção de desempregados que não foram alvo de uma intervenção sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade, foi de 24,9% para a iniciativa INSERJOVEM e de 19,2% para a iniciativa REAGE. Relativamente aos valores de 2010, estes dados revelam valores inferiores deste indicador na iniciativa INSERJOVEM (-1,6 p.p.) e na iniciativa REAGE (-2,8 p.p.).

NOVA OPORTUNIDADE (A) ²

(% DE DESEMPREGADOS SEM NOVA OPORTUNIDADE (A))



Fonte: IEFP, IP, GEA

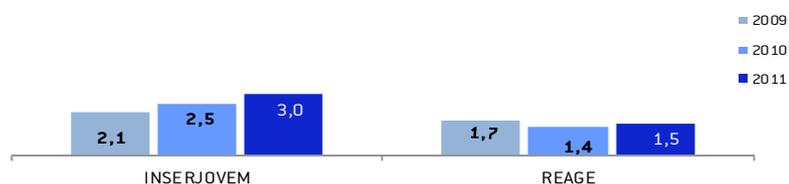
O indicador "Nova Oportunidade (B)", que regista a proporção de desempregados que não foram alvo de qualquer intervenção, após 6/12 meses de inscrição, apresentou valores de 3,0% na iniciativa INSERJOVEM e 1,5% na iniciativa REAGE. A evolução deste indicador, comparativamente aos valores observados no ano 2010, mostrou-se desfavorável não só no INSERJOVEM (+0,5 p.p.) como na iniciativa REAGE (+0,1 p.p.).

¹ **Serviços Preventivos** = percentagem de jovens/adultos que ficaram desempregados no mês X, continuam desempregados no mês X+6/12, e que não beneficiaram de aconselhamento intensivo e de assistência na procura de emprego.

² **Nova Oportunidade (a)** = percentagem de jovens/adultos que ficaram desempregados no mês X, continuam desempregados no mês X+6/12, e a quem não foi oferecido um novo início sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade, nomeadamente Programas de Emprego e processos de Reconhecimento e Validação de Competências.

NOVA OPORTUNIDADE (B) ³

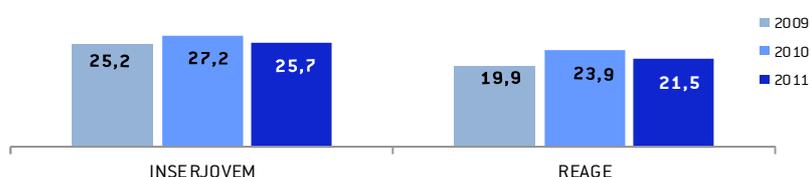
(% DE DESEMPREGADOS SEM NOVA OPORTUNIDADE (B))



Fonte: IEFP, IP, GEA

Os dados do ano em análise mostram, ainda, que a percentagem de desempregados que permaneciam inscritos ao fim de 6/12 meses ("Influxo em DLD"), diminuiu no INERJOVEM para 25,7% [27,2% no ano 2010], e no REAGE para 21,5% [23,9% no ano 2010].

INFLUXO EM DLD⁴



Fonte: IEFP, IP, GEA

Podemos concluir, segundo os dados apurados para o ano de 2011, que, em termos globais, a evolução anual dos indicadores "Serviços Preventivos" e "Nova Oportunidade (B)" não foi favorável na iniciativa INERJOVEM nem na iniciativa REAGE. Ao contrário, a "Nova Oportunidade (A)", e o "Influxo em DLD" apresentaram um desenvolvimento favorável nas duas iniciativas.

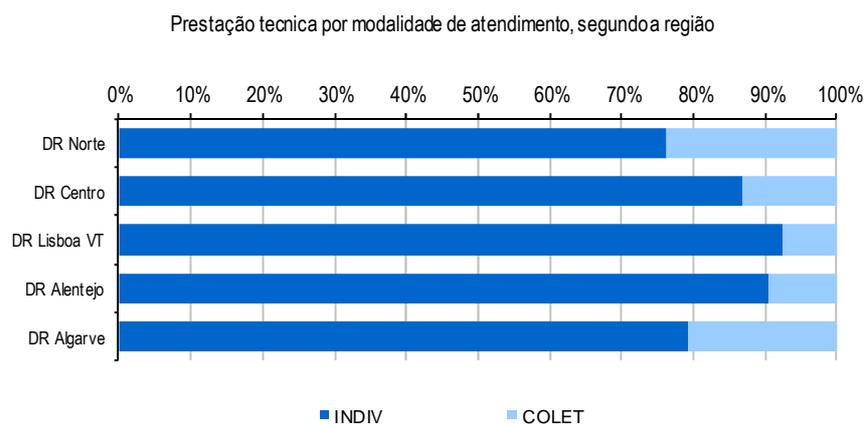
³**Nova Oportunidade (b)** = percentagem de jovens/adultos que ficaram desempregados no mês X, continuam desempregados no mês X+6/12, e a quem não foi oferecida uma Nova Oportunidade (a) ou um Serviço Preventivo.

⁴**Influxo em DLD** = percentagem de jovens/adultos que ficaram desempregados no mês X e continuam desempregados no mês X+6/12.

4.2.

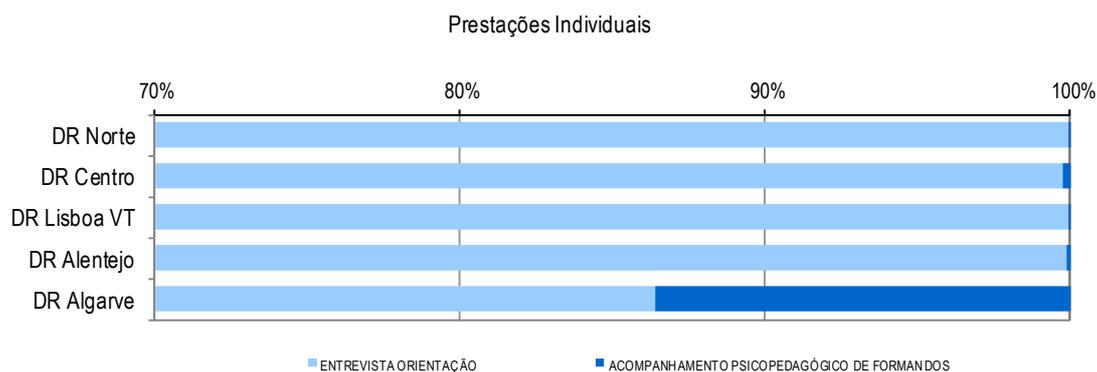
INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo do ano de 2011, os Centros de Emprego efetuaram 110 238 prestações técnicas de Informação e Orientação Profissional, 87,8% das quais em modo de atendimento individual. Isto traduz-se num ratio médio, Individuais/Coletivas, no Continente, de 7,2. Este ratio varia face às Delegações Regionais, tendo-se observado o valor mais alto (12,3) em Lisboa e Vale do Tejo enquanto na região Norte se assistiu a um ratio de 3,2.



Fonte: IEFP, I.P., GEA

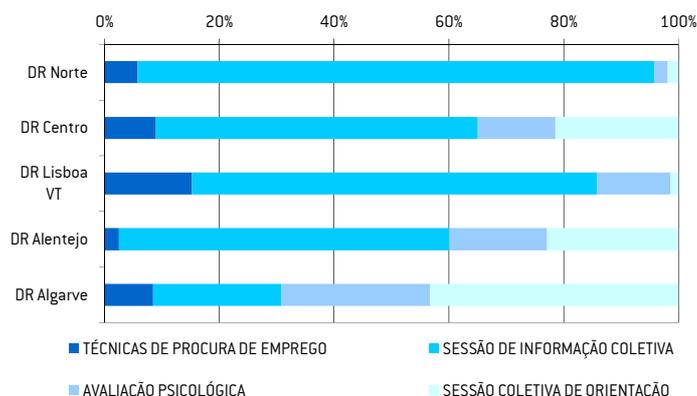
As Entrevistas de Orientação representam 99,1% do total das prestações individuais; os restantes 0,9% (Acompanhamento Psicopedagógico de Formandos) repartem-se de modo desigual por todas as Delegações Regionais, destacando-se o Algarve com 89,7% num total de 903. A Avaliação Psicológica individual não regista qualquer movimento desde 2001.



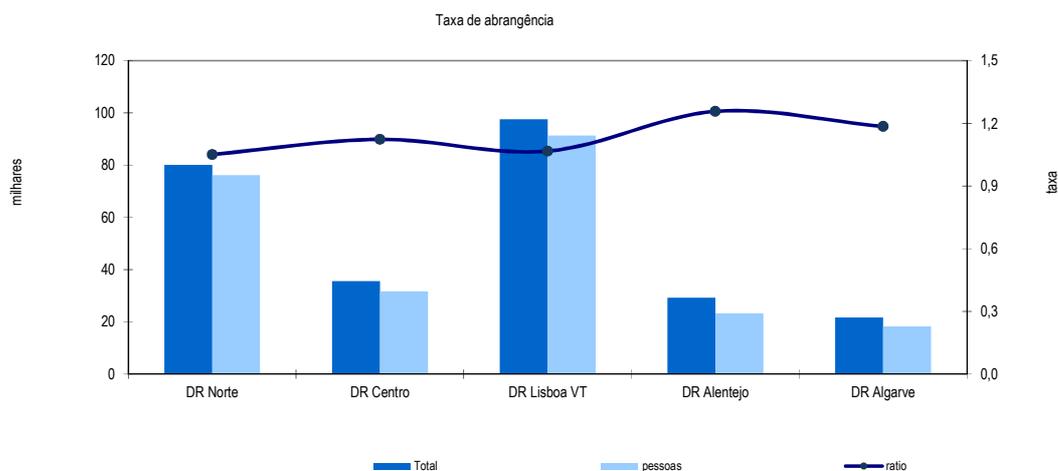
Fonte: IEFP, I.P., GEA

Nas prestações coletivas, destacam-se, em primeiro lugar, as Sessões de Informação Coletiva (65,2%), seguidas das Sessões Coletivas de Orientação (10,9%) e da Avaliação Psicológica (10,8%). As Técnicas de Procura de Emprego aparecem em quarto lugar com um peso de 8,6%. Todas as restantes não vão além dos 4,5%.

Prestações Coletivas



Para um total de 240 935 pessoas, registaram-se 264 318 intervenções de diferentes tipologias, o que dá uma taxa de abrangência média de 1,1% para o total do Continente. Esta taxa é semelhante em todas as regiões do Continente.



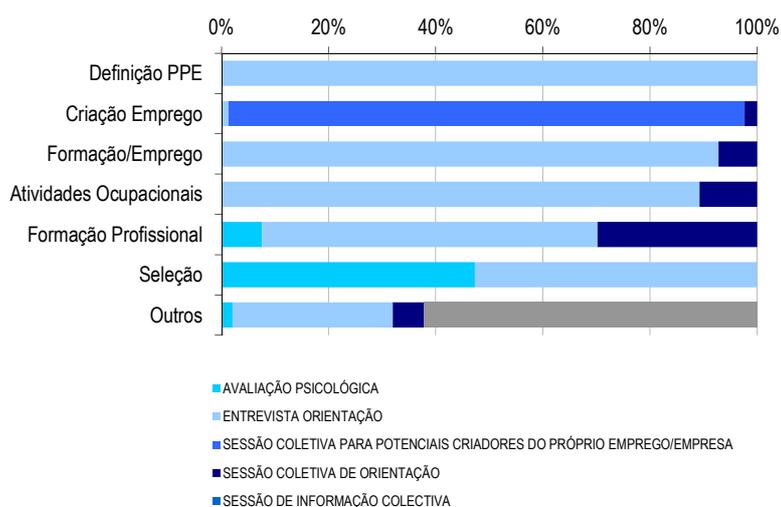
Apesar da enorme expressão de Objetivos Não Especificados, a Formação Profissional é o objetivo que mais utentes abrange (9,6%), seguido da Definição do Plano Pessoal de Emprego, com um peso de 6,4%.

É, no entanto, interessante observar o que acontece aquando do cruzamento do número de utentes abrangidos por prestações e respetivos objetivos, como está ilustrado no gráfico seguinte.

- ▶ Para a Definição do Plano Pessoal de Emprego, a totalidade (100%) dos utentes foi encaminhada através da Entrevista de Orientação;

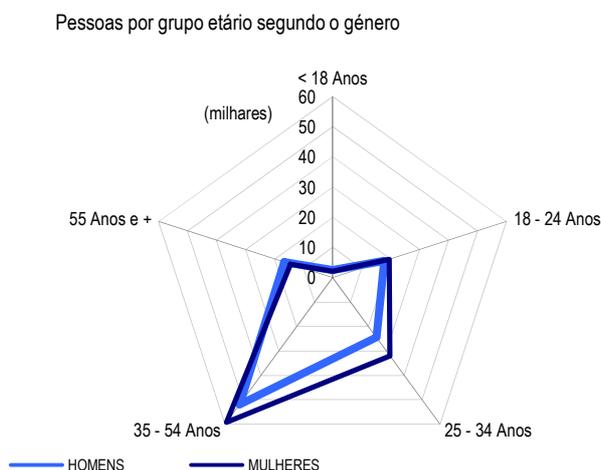
- ▶ Para a Criação de Emprego a grande maioria (96,3%) provém, como expectável, das Sessões Coletivas para Potenciais Criadores do Próprio Emprego/Empresa. A Entrevista de Orientação enviou 44 pessoas (1,4%). Respeitante a Sessões Coletivas de Orientação foram encaminhados 74 pessoas (2,3%) e uma pessoa foi encaminhada através da Avaliação Psicológica;
- ▶ As intervenções de Formação/Emprego são “alimentadas” pela Entrevista de Orientação (92,8%) mas também pela Sessão Coletiva de Orientação apesar do seu peso mínimo (7,2%);
- ▶ No que respeita as Atividades Ocupacionais, pela Sessão Coletiva de Orientação (10,7%) e pela Entrevista de Orientação (89,3%);
- ▶ Para a Formação Profissional, 62,6% provém da Entrevista de Orientação, 29,8% da Sessão Coletiva de Orientação e 7,6% da Avaliação Psicológica;
- ▶ A Avaliação Psicológica (47,3%) e a Entrevista de Orientação (52,7%) completam o número de abrangidos pela Seleção;
- ▶ Finalmente, os Outros Objetivos não Especificados ficaram a dever-se à Sessão de Informação Coletiva (62,2%), à Entrevista de Orientação (29,9%), à Sessão Coletiva de Orientação (5,8%) e à Avaliação Psicológica (2,1%).

Utentes abrangidos por objetivos das respetivas prestações técnicas

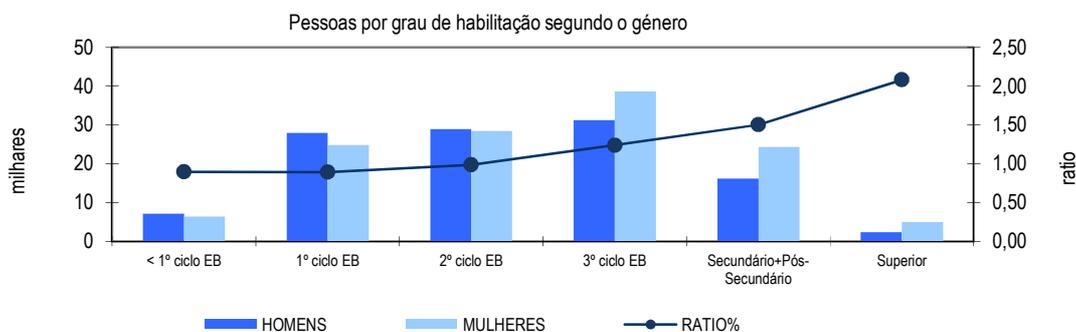


Na caracterização do Universo IOP quanto ao género continua a verificar-se o predomínio do género feminino (52,9%) face ao masculino (47,1%).

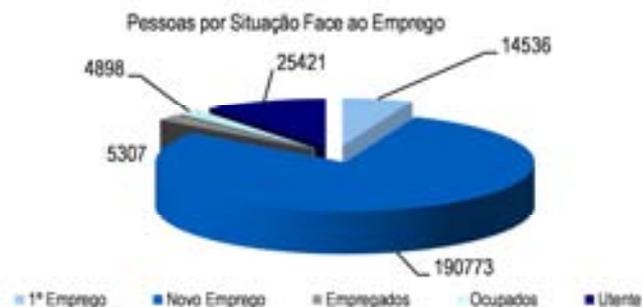
Do cruzamento desta variável com o grupo etário, ressalta que esse predomínio só não se verifica nos escalões extremos, ou seja <18 Anos e no de 55 Anos e + onde se regista um ligeiro predomínio do género masculino.



No que diz respeito às habilitações escolares, verifica-se que as mulheres, que procuram os Serviços de Informação e Orientação Profissional, possuem sempre habilitações mais elevadas. Com a construção do ratio Mulheres/Homens, verifica-se que o predomínio se acentua à medida que subimos na escala do grau de ensino.

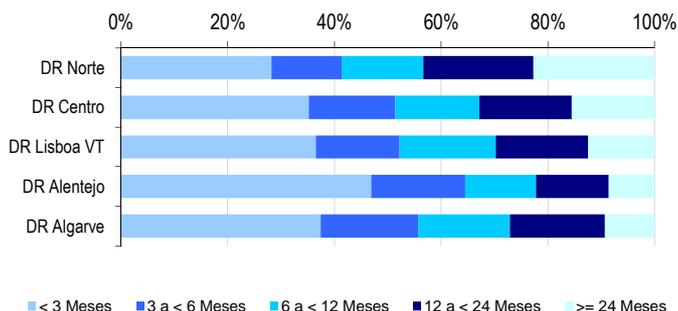


Do total desta população, 10,6% são utentes exclusivos da Informação e Orientação Profissional enquanto tal. A grande maioria (85,2%), contudo, é constituída por desempregados, quer à procura do primeiro emprego (6,3%), quer de um novo (79,2%). Os Ocupados representam 2,0% e existem 2,2% de pessoas empregadas que desejam mudar de emprego.



O tempo médio de inscrição para emprego de 34,7% dos utentes desempregados da Informação e Orientação Profissional é inferior aos 3 meses. Neste escalão os valores de quatro Delegações ultrapassaram aquele valor médio, ressaltando o Alentejo (46,9%). Nos restantes escalões as percentagens são todas inferiores a 20,0% como se pode observar no gráfico junto, registando-se um ligeiro agravamento no escalão > = 24 meses (15,6%) face ao ano anterior que registava 9,9%.

Utentes desempregados por tempo de inscrição, segundo a região



D



**INTERVENÇÕES
ESTRUTURAIS
DO IEFP, I.P.**

D.

INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS DO IEFP, I.P.

ÍNDICE

1.

INTERV. ESTRUTURAIS NOS DOMÍNIOS DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	123
1.1.	
PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREGO	126
1.1.1. PROMOVER A FORMAÇÃO QUALIFICANTE E A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA	126
1.1.1.1. Sistema de Aprendizagem – Gestão Direta	122
1.1.1.2. Sistema de Aprendizagem – Entidades Externas	126
1.1.1.3. Sistema de Aprendizagem – Saldos	126
1.1.1.4. Cursos de Educação Formação de Jovens	128
1.1.1.5. Cursos de Especialização Tecnológica	129
1.1.2. FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE	131
1.1.2.1. Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador	131
1.1.2.2. Centros Novas Oportunidades	132
1.1.2.2.1. Centros Novas Oportunidades Inclusivos	135
1.1.2.3. Programa Português para Todos (Ex-Portugal Acolhe)	135
1.1.2.4. Formação Modular	137
1.1.2.5. Programa Qualificação-Emprego	138
1.1.3. QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS	139
1.1.3.1. Cursos de Educação e Formação para Adultos	139
1.1.3.2. Estágios Profissionais – Port. 268/1997	141
1.1.3.3. Estágios Profissionais na Administração Pública	141
1.1.3.4. Estágios Profissionais – Port. 129/2009	142
1.1.3.5. Estágios Profissionais – Qualificação-Emprego	143
1.1.3.6. Estágios Profissionais - Formações Qualificantes	143
1.1.3.7. Estágios Profissionais – Port. 92/2011	144
1.1.4. PROGRAMA INOV	146
1.1.4.1. Estágios Profissionais – INOV-JOVEM	146
1.1.4.2. Estágios Profissionais INOV-ART	147
1.1.4.3. Estágios Profissionais – INOV-SOCIAL	148
1.1.4.4. Estágios Profissionais – INOV-EXPORT	149
1.1.4.5. Estágios Profissionais – INOV Mundus	151

1.2.

APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO NO ÂMBITO DO DESENV. LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL 151

1.2.1. APOIO AO INVESTIMENTO EM INICIATIVAS LOCAIS CRIADORAS DE EMPREGO 151

1.2.1.1. Programa de Estímulo à Oferta de Emprego – Investimento 151

1.2.2. PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO 142

1.2.2.1. Iniciativas Locais de Emprego – ILE 152

1.2.2.1.1. ILE - Criação de Postos de Trabalho 153

1.2.2.1.2. ILE – Majorações 153

1.2.2.2. Apoio à Criação do Próprio Emprego (PEOE) - Criação de Postos de Trabalho 154

1.2.2.3. Prémio de Igualdade de Oportunidades 154

1.2.3. PROG. DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO (PAECEP) 155

1.2.3.1. Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego 155

1.2.3.2. Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos 155

1.2.3.3. Apoio à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego 156

1.2.4. APOIO À INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO 157

1.2.4.1. Prémio de Colocação 157

1.2.4.2. Apoios à Contratação de Jovens e Públicos Específicos 157

1.2.5. APOIOS À PROMOÇÃO DO ARTESANATO 159

1.2.5.1. Programa para a Promoção dos Ofícios e das Micro Empresas Artesanais - PPART 159

1.2.5.2. Promoção do Artesanato – Feiras 160

1.2.5.3. Promoção do Artesanato – Artesãos 161

1.2.6. APOIO AO DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO 161

1.2.6.1. PRODESCOOP - Cooperativas - Investimentos 162

1.2.6.2. PRODESCOOP - Cooperativas - Criação de Postos de Trabalho 162

1.2.7. FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG) 163

1.2.7.1. Apoio à Inserção 163

1.2.7.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências 163

1.2.7.3. Formação Profissional 164

1.2.7.4. Bolsa de Formação Individual 164

1.2.7.5. Apoio à Autocolocação 164

1.2.7.6. Apoio à Contratação 164

1.2.7.7. Apoio ao empreendedorismo 157

1.2.7.8. Prática em Contexto de Trabalho 164

1.2.7.9. Plano de Integração 165

1.3.

FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO 167

1.3.1. FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO 167

1.3.1.1. Formação de Formadores 167

1.3.1.2. Formação de Animadores de Gabinetes de Inserção Profissional – GIP 171

1.4.

ACÇÕES EM COOPERAÇÃO	172
1.4.1. CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA	172
1.4.1.1. Centros de Gestão Participada	172
1.4.2. ACÇÕES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	177
1.4.2.1. Ações em Cooperação com Outras Entidades	177

2.

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS	183
--	------------

2.1.

PROMOVER O EMPREGO E A EMPREGABILIDADE DOS GRUPOS PARTICULARMENTE DESFAVORECIDOS	186
2.1.1. ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES	186
2.1.1.1. Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego	187
2.1.1.2. Formação para Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Ações em Cooperação	188
2.1.2. APOIOS AO EMPREGO E À CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES	190
2.1.2.1. Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas	190
2.1.2.2. Estágio de Inserção para Pessoas com Deficiências e Incapacidades	190
2.1.2.3. Contrato de Emprego-Inserção para Pessoas com Deficiências e Incapacidades	191
2.1.2.4. Centro de Emprego Protegido	1192
2.1.2.5. Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras/ Enclaves	193
2.1.2.6. Prémio de Mérito	194
2.1.2.7. Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação	194
2.1.2.8. OED Lisboa	192
2.1.2.9. Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio	196
2.1.2.10. Elaboração de pareceres no âmbito do regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais	197
2.1.2.11. Apoios à Manutenção e Reintegração de Pessoas com Incapacidade Decorrente de Acidente de Trabalho	198
2.1.3. ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GRUPOS DESFAVORECIDOS	199
2.1.3.1. Formação para a Inclusão	199
2.1.4. OUTROS PROJ. P. A INSERÇÃO SOCIAL E PROF. DE GRUPOS ESPECÍF. EM RISCO DE EXCLUSÃO	200
2.1.4.1. Inserção de Grupos Sociais e Culturais Minoritários	200
2.1.4.2. Apoio na Implementação do Rendimento Social de Inserção	200
2.1.5. PROGRAMA VIDA-EMPREGO	201
2.1.5.1. Estágios de Integração Socioprofissional	201
2.1.5.2. Prémio de Integração Socioprofissional	201
2.1.5.3. Apoios ao Emprego	201
2.1.5.4. Apoio ao Autoemprego	201

2.1.6.	DESENV. A REDE DE EQUIPAMENTOS E SERV. DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	203
2.1.6.1.	Centros e Unidades de Reabilitação Profissional	203
2.1.7.	ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DE GRUPOS DESFAVORECIDOS	204
2.1.7.1.	Empresas de Inserção	204
2.1.7.1.1.	Empresas de Inserção – Investimento	204
2.1.7.1.2.	Empresas de Inserção – Formação	204
2.1.7.1.3.	Empresas de Inserção – Profissionalização	205
2.1.7.1.4.	Empresas de Inserção – Prémio de Integração	205
2.1.7.2.	Programas Ocupacionais	206
2.1.7.2.1.	Programas Ocupacionais – Carenciados	206
2.1.7.2.2.	Programas Ocupacionais – Subsidiados	206
2.1.7.3.	Contrato Emprego Inserção	207
2.1.7.4.	Contrato Emprego Inserção +	208
2.2.	CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA – REABILITAÇÃO	209
2.2.1.	CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA – REABILITAÇÃO	209
2.2.1.1.	Centros de Gestão Participada – Reabilitação	209
2.3.	ORGANISMO INTERMÉDIO	210
2.3.1.	Organismo Intermédio	210
2.3.1.1.	Organismo Intermédio	210
3.	INTERV. PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO MERCADO DE EMPREGO E DA FORM. PROF.	213
3.1.	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO AO EMPREGO E FORMAÇÃO	216
3.1.1.	PROMOÇÃO DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO À INSERÇÃO PROFISSIONAL	216
3.1.1.1.	Gabinetes de Inserção Profissional – GIP	216
3.1.2.	GESTÃO DA REDE DE CENTROS DE RECURSOS EM CONHECIMENTO	218
3.1.2.1.	Promoção de uma Rede de Centros de Recursos em Conhecimento	218
3.1.3.	INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	218
3.1.3.1.	Informação e Orientação Profissional	219
3.1.4.	CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	221
3.1.4.1.	Certificação Profissional	222
3.1.5.	ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO	225
3.1.5.1.	Estudos e Investigação	225
3.1.6.	PROCESSOS E MÉTODOS DIDÁCTICOS	227

3.1.6.1.	Processos e Métodos Didáticos	227
3.1.7.	OBSERVATÓRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO	228
3.1.7.1.	Observatório do Emprego e Formação Profissional	228
3.2.	COLOCAÇÃO	229
3.2.1.	GESTÃO DA OFERTA E DA PROCURA DE EMPREGO	230
3.2.1.1.	Produção de Instrumentos Técnicos de Suporte à Atividade de Colocação	231
3.2.2.	COLOCAÇÃO EXTERNA	233
3.2.2.1.	Rede EURES	233
3.2.2.2.	Colocação em Países Terceiros	238
3.2.3.	EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	238
3.2.3.1.	Empresas de Trabalho Temporário	238
3.2.4.	RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES DE PAÍSES TERCEIROS	240
3.2.4.1.	Recrutamento de Trabalhadores de Países Terceiros	240
3.2.5.	REGIME DE PROTECÇÃO NO DESEMPREGO	241
3.2.5.1.	Regime de Protecção no Desemprego	241
3.3.	PRESTAÇÕES TÉCNICAS ENQUADRADAS NA “ESTRATÉGIA EUROPA 2020”	243
3.3.1.	PRESTAÇÕES TÉCNICAS	244
3.4.	MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	246
3.4.1.	MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	246
3.4.1.1.	Implementação do Modelo de Funcionamento dos Centros de Emprego	247
3.4.1.2.	Modelo de Intervenção dos Centros de Formação Profissional	248
3.4.1.3.	Projeto-tipo de Organização Espacial, Equipamentos e Imagem para os Centros de Emprego	249
3.4.1.4.	Estudo da Rede de Centros	249
3.4.1.5.	Sistema de <i>Matching</i> e Base de Dados de Competências	250
3.4.1.6.	Subsistema de Gestão de Entidades	251
3.4.1.7.	Unidades Móveis de Emprego	251
3.4.1.8.	Centro de Informação e Contacto (CIC)	252
3.4.1.9.	<i>Helpdesk</i> SIGAE	253
3.4.1.10.	Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE)	253
3.4.1.11.	NetEmprego	256
3.4.1.12.	Submissão Eletrónica de Candidaturas e Gestão de Medidas de Emprego	257
3.4.1.13.	Implementação de uma Nova Aplicação de Gestão da Formação	258
3.5.	MEDICINA DO TRABALHO / OCUPACIONAL	260
3.5.1.	MEDICINA DO TRABALHO / OCUPACIONAL	260
3.5.1.1.	Métodos e Técnicas	260
3.5.1.2.	Intervenções	260

3.6.		
SERVIÇO SOCIAL		261
3.6.1.	SERVIÇO SOCIAL	261
3.6.1.1.	Intervenções	261
3.7.		
INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA		262
3.7.1.	MERCADO DE EMPREGO	262
3.7.1.1.	Mercado de Emprego	262
3.7.2.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	263
3.7.2.1.	Formação Profissional	263
3.7.3.	INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	263
3.7.3.1.	Informação e Orientação Profissional	263
4.		
RELAÇÕES COM O EXTERIOR E ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES		265
4.1.		
ACÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES		268
4.1.1.	DIÁLOGO SOCIAL	268
4.1.1.1.	Diálogo Social	268
4.1.2.	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS	268
4.1.2.1.	Participação em Programas Comunitários	268
4.1.3.	OUTRAS ACÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES	269
4.1.3.1.	Concursos Diversos	269
4.1.3.2.	Outras Ações	273
4.2.		
RELAÇÕES PÚBLICAS		276
4.2.1.	Informação para o Exterior	276
4.2.1.1.	Informação para o Exterior	276
4.2.2.	RELAÇÃO DIRECTA COM OS UTENTES	279
4.2.2.1.	Relação Direta com os Utentes	279
4.3.		
RELAÇÕES INTERNACIONAIS		282
4.3.1.	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	282
4.3.1.1.	Organizações Internacionais	282
4.3.2.	COOPERAÇÃO BILATERAL COM OS PALOP	283
4.3.2.1.	Ações a Desenvolver pelo IEFP, I.P.	283
4.3.3.	COOPERAÇÃO BILATERAL COM OUTROS PAÍSES E OUTRAS ATIVIDADES	287
4.3.3.1.	Cooperação Bilateral com Outros Países e Outras Atividades	287

5.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA	291
5.1.	
QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - QUAR	294
5.1.1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - QUAR	294
5.1.1.1. Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR	294
5.2.	
INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS	295
5.2.1. CENTROS DE EMPREGO	295
5.2.1.1. Centros de Emprego	295
5.2.2. CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	297
5.2.2.1. Centros de Gestão Direta	297
5.2.2.2. Centros de Gestão Participada	300
5.2.3. CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	300
5.2.3.1. Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Direta	300
5.2.3.2. Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Participada	301
5.2.4. SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	301
5.2.4.1. Serviços de Coordenação Central e Regional	301
5.2.5. OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS	303
5.2.5.1. Polos de Formação	303
5.3.	
FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS	303
5.3.1. FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS	303
5.4.	
RECURSOS HUMANOS	313
5.4.1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	313
5.4.1.1. Gestão de Recursos humanos	313
5.4.2. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	315
5.4.2.1. Formação Interna – Ações	315
5.4.3. INTERVENÇÃO SOCIAL	317
5.4.3.1. Intervenção Social	317
5.5.	
INFORMATIZAÇÃO	321
5.5.1. HARDWARE	321
5.5.2. SOFTWARE	321
5.5.3. COMUNICAÇÃO	322
5.5.4. OUTROS	322

5.6.		
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO		323
5.6.1.	INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO	323
5.6.1.1.	Informação Científica e Técnica	323
5.6.1.2.	Atividade Editorial	324
5.6.1.3.	Informação Interna	327
5.7.		
GESTÃO DE CENTROS		329
5.7.1.	GESTÃO DE CENTROS	329
5.7.1.1.	Centros de Emprego	329
5.7.1.2.	Ninhos de Empresas	330
5.7.1.3.	Centros de Formação Profissional	330
5.7.1.4.	Centros de Reabilitação Profissional	331
6.		
AUDITORIA, CONTENCIOSO E APOIO JURÍDICO		333
6.1.		
AUDITORIA		335
6.2.		
CONTENCIOSO E APOIO JURÍDICO		337



D1

**INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS
NO DOMÍNIO DO EMPREGO E
DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

1.

INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NOS DOMÍNIOS DO EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- ▶ Incrementar a capacidade de intervenção do IEFP, I.P. no âmbito das suas competências específicas como organismo executor da política de emprego e formação profissional, em áreas consideradas estratégicas, nomeadamente na promoção da valorização de recursos humanos.

1.1. PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREGO

1.2. APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL

1.3. FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO

1.4. AÇÕES EM COOPERAÇÃO

1.1.

PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DO EMPREGO

► **Reforço da empregabilidade e da adaptabilidade dos trabalhadores portugueses**

As intervenções previstas visam responder aos grandes desafios que se colocam, hoje e a prazo, ao desenvolvimento das competências individuais e coletivas, em termos sociais e económicos. Desafios que decorrem da necessidade de modernizar a economia e o tecido empresarial, antecipando as competências do futuro, e do imperativo de responder a preocupações de equidade social. Neste quadro deverá ser dada atenção particular às entidades formadoras que incorporem nos seus referenciais de formação perfis profissionais de carácter estratégico.

1.1.1. PROMOVER A FORMAÇÃO QUALIFICANTE E A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA

Enquadrado na linha estratégica de atuação preventiva de resposta aos problemas de desemprego, este projeto tem por objetivo a formação inicial qualificante de jovens e adultos que não dispõem de qualificações adequadas à entrada no mercado de trabalho. Trata-se, assim, do reforço das condições de empregabilidade dos que se encontram à procura do primeiro emprego, proporcionando-lhes uma qualificação profissional, a que pode estar associada uma progressão escolar, potenciadora dos processos de transição para a vida ativa.

Desenvolve-se, através de um conjunto de ações integradas, em várias modalidades de formação, cuja estrutura curricular se organiza em componentes de formação, designadamente, sociocultural, científica e tecnológica e prática em contexto de trabalho, podendo conferir uma dupla certificação (escolar e profissional) ou apenas uma destas certificações.

1.1.1.1. Sistema de Aprendizagem – Gestão Direta

1.1.1.2. Sistema de Aprendizagem – Entidades Externas

1.1.1.3. Sistema de Aprendizagem – Saldos

Os Cursos de Aprendizagem, da responsabilidade do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., têm o seu enquadramento legal na Portaria n.º 1497/2008, de 19 de Dezembro, e configuram uma modalidade de dupla certificação, que visa qualificar jovens com idade inferior a 25 anos e com o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente. Esta formação desenvolve-se em alternância, conferindo à empresa um papel central na aquisição de competências transversais e técnicas por parte destes jovens, potenciadoras da sua integração na vida ativa.

Estes cursos, num quadro de complementaridade com outras ofertas de educação e formação, revestem uma importância estratégica no âmbito das políticas de educação-formação-trabalho, na medida em que contribuem para:

- aumentar as qualificações profissionais dos jovens, associadas à progressão dos respetivos níveis de escolaridade;

- ▶ qualificar profissionais que deem resposta às necessidades das empresas e, particularmente das PME, na perspetiva do aumento da sua competitividade.

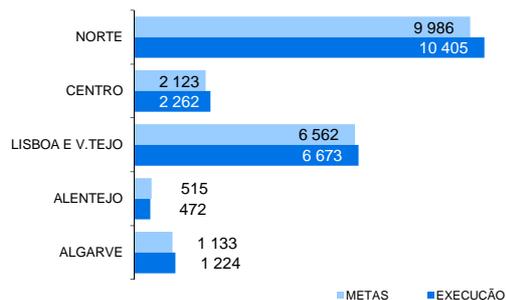
Os cursos organizam-se, na sua componente de formação tecnológica, com base nos referenciais de formação disponíveis no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e permitem a obtenção do nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), de acordo com a Portaria nº. 782/2009, de 23 de julho. Os Cursos de Aprendizagem caracterizam-se por serem desenvolvidos em alternância entre a Entidade Formadora – onde decorre a formação sociocultural, científica e tecnológica – e a Entidade de Apoio à Alternância – onde se realiza a formação prática em contexto de trabalho, procurando uma interação constante entre a formação teórica e a formação prática, incluindo esta última, obrigatoriamente, formação em situação de trabalho, distribuída de forma progressiva, ao longo do percurso formativo.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção de normativos e instrumentos de suporte ao desenvolvimento das ações de formação;
- ▶ Revisão do Regulamento Específico;
- ▶ Produção dos planos curriculares para novas saídas profissionais constantes do CNQ;
- ▶ Atualização dos planos curriculares constantes da oferta formativa desta modalidade de formação;
- ▶ Elaboração do modelo de certificado de qualificações e diploma a utilizar na certificação desta modalidade de formação;
- ▶ Realização de Protocolos de Colaboração com Entidades Formadoras Externas e renovação da vigência dos Protocolos celebrados em 2008, no âmbito dos Cursos de Aprendizagem;
- ▶ Concepção e promoção de novos modelos e metodologias de formação com vista a garantir o desenvolvimento das novas formas de organização da formação;
- ▶ Concepção, produção e identificação de recursos pedagógicos de apoio ao desenvolvimento desta modalidade de formação;
- ▶ Revisão da Circular Normativa n.º 27/2010, de 26 de novembro, referente à padronização de certificados e diplomas.

▶ Resultados Alcançados

SISTEMA DE APRENDIZAGEM										
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO			GRAU EXEC.	VOLUME FORMAÇÃO		EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)		
		Gestão Direta	Entidades Externas	TOTAL		Gestão Direta	Entidades Externas	Gestão Direta	Entidades Externas	Saldos
NORTE	9 986	3 060	7 345	10 405	104,2	2 367 604	5 943 323	6 398 828,02	28 092 884,76	0,00
CENTRO	2 123	1 442	820	2 262	106,5	1 157 917	750 820	2 960 513,56	3 088 908,38	356 568,62
LISBOA E V.TEJO	6 562	4 104	2 569	6 673	101,7	3 124 228	2 375 711	7 451 541,37	8 142 637,47	932 389,72
ALENTEJO	515	418	54	472	91,7	284 803	58 932	684 617,49	320 108,66	0,00
ALGARVE	1 133	794	430	1 224	108,0	420 859	259 537	946 140,11	1 162 452,07	0,00
TOTAL	20 319	9 818	11 218	21 036	103,5	7 355 411	9 388 323	18 441 640,55	40 806 991,34	1 288 958,34



1.1.1.4. Cursos de Educação Formação para Jovens

Os Cursos de Educação e Formação para Jovens – enquadrados pelo Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 1673/2004, de 7 de Setembro e pelo Despacho n.º 12568/2010, de 27 de Julho – dirigem-se a jovens com idade entre os 15 e os 23 anos inclusive, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram, antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como àqueles que, após conclusão dos 12 anos de escolaridade, pretendam adquirir uma qualificação profissional para ingresso no mercado de emprego.

Os Cursos de Educação e Formação para Jovens desenvolvem-se com base em referenciais de formação integrados em diferentes áreas de educação e formação e permitem a obtenção dos níveis de qualificação 1, 2 e 4 do QNQ.

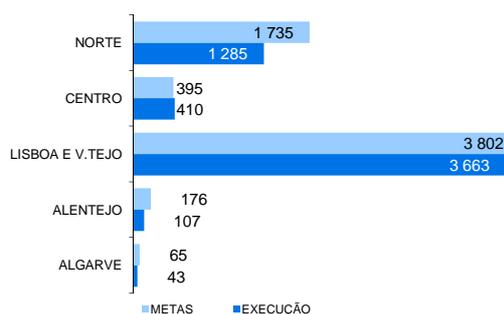
No âmbito desta modalidade de formação, poderão ser realizados, numa empresa, estágios complementares pós-formação, com uma duração não superior a 6 meses, dirigidos a formandos que tenham frequentado com aproveitamento um percurso formativo, tendo em vista potenciar a respetiva inserção no mercado de trabalho após a formação.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção de normativos e instrumentos de suporte ao desenvolvimento das ações de formação;
- ▶ Revisão/atualização dos referenciais de formação de suporte ao desenvolvimento desta modalidade de formação;
- ▶ Concepção e promoção de novos modelos e metodologias de formação que garantam o desenvolvimento das novas formas de organização da formação;
- ▶ Concepção, produção e identificação de recursos pedagógicos de apoio ao desenvolvimento desta medida de formação;
- ▶ Elaboração de proposta de revisão do diploma legal de enquadramento desta modalidade de formação;
- ▶ Revisão da Circular Normativa n.º 27/2010, de 26 de novembro, referente à padronização de certificados e diplomas.

Resultados Alcançados

CURSOS DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO DE JOVENS					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	1 735	1 285	74,1	720 119	2 485 547,29
CENTRO	395	410	103,8	256 945	827 688,71
LISBOA E V.TEJO	3 802	3 663	96,3	1 959 579	5 666 283,84
ALENTEJO	176	107	60,8	51 363	187 997,12
ALGARVE	65	43	66,2	11 340	35 930,18
TOTAL	6 173	5 508	89,2	2 999 346	9 203 447,14



Justificação de Desvios

- ▶ Face à existência desta medida nas escolas o IEFP, I.P. entendeu tratar apenas o público não abrangido por aquelas. Tratando-se de uma medida destinada a público com o 12.º ano de escolaridade e até aos 25 anos (nível 7), a inexistência de bolsa de formação foi uma limitação importante para conseguir o n.º de candidatos suficientes.

1.1.1.5. Cursos de Especialização Tecnológica

Os Cursos de Especialização Tecnológica (CET), desenvolvidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, são cursos pós-secundários, não superiores, que visam conferir uma qualificação de nível 5 do QNQ.

A criação e entrada em funcionamento de um CET, nas entidades acreditadas pelo Ministério da Economia e do Emprego é da competência do ministro da tutela, sob proposta do IEFP, I.P., enquanto serviço competente para a instrução e apreciação das propostas apresentadas, ouvida a Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária. As propostas de CET podem ser apresentadas por entidades públicas ou privadas acreditadas, que promovam formação de nível 4. Podem candidatar-se à frequência de um CET:

- ▶ Os titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente;
- ▶ Aqueles, que tendo obtido aprovação em todas as disciplinas dos 10.º e 11.º anos e tendo estado inscritos no 12.º ano de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente, não o tenham concluído;
- ▶ Os titulares de uma qualificação de nível 4 do QNQ;
- ▶ Os titulares de um diploma de especialização tecnológica ou de um grau ou diploma de ensino superior que pretendam a sua requalificação profissional;

- ▶ Os indivíduos com idade igual ou superior a 23 anos, aos quais, com base na experiência, sejam reconhecidas capacidades e competências que os qualifiquem para o ingresso no CET.

Os cursos privilegiam uma estrutura curricular acentuadamente profissionalizante e estruturam-se com base nas componentes de formação geral, científica, tecnológica e em contexto de trabalho e desenvolvem-se com base nos referenciais de formação constantes do CNQ.

O acompanhamento do funcionamento e da avaliação dos CET compete à Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária, criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Produção de normativos e instrumentos de suporte ao desenvolvimento das ações de formação;
- ▶ Instrução e apreciação de processos de criação de CET decorrentes de propostas apresentadas por entidades formadoras;
- ▶ Concepção e promoção de novos modelos e metodologias de formação que garantam o desenvolvimento das novas formas de organização da formação;
- ▶ Concepção, produção e identificação de recursos pedagógicos de apoio ao desenvolvimento desta medida de formação;
- ▶ Revisão da Circular Normativa n.º 27/2010, de 26 de novembro, referente à padronização de certificados e diplomas.

▶ **Resultados Alcançados**

Execução
118 Formandos
€ 162 168,52

▶ **Justificação de Desvios**

- ▶ Não se procedeu, conforme planeado, à revisão do Guia Organizativo a utilizar no desenvolvimento das ações de formação no âmbito desta modalidade, uma vez que ainda não foi publicada a nova legislação de enquadramento dos CET.

1.1.2. FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE

Enquadrada na linha estratégica de atuação preventiva, este conjunto de medidas tem como objetivos o reforço da empregabilidade dos ativos empregados, através da atualização, reforço e elevação das suas competências, numa perspetiva de formação ao longo da vida, em paralelo com o apoio à capacidade de adaptação das empresas, através do desenvolvimento da formação.

Pretende-se, assim, aprofundar as condições e os mecanismos potenciadores da participação e corresponsabilização crescente das empresas portuguesas, com particular incidência nas Pequenas e Médias Empresas (PME), na formação contínua dos seus trabalhadores, bem como, promover um maior envolvimento dos indivíduos na gestão preventiva da sua carreira, estimulando para o efeito o acesso a níveis progressivos de qualificação, de modo a facilitar a sua mobilidade profissional, numa lógica de realização pessoal e de qualidade de vida.

1.1.2.1. Bolsas de Formação da Iniciativa do Trabalhador

Este programa, regulado pelo Despacho Normativo 86/92, de 5 de Junho, destina-se a melhorar as condições de empregabilidade e de realização do trabalhador, através de ações de formação contínua e do direito individual à formação, com salvaguarda do normal funcionamento da empresa.

Tinha como beneficiários os trabalhadores empregados ou desempregados que pretendiam aumentar as suas qualificações, através da frequência de ações de formação profissional consideradas necessárias à manutenção do emprego e/ou à reinserção profissional, com duração não superior a 1 200 horas.

Os apoios financeiros concedidos abrangiam, nomeadamente uma bolsa de formação para desempregados ou os encargos salariais nos termos do regime jurídico da concessão de bolsas da iniciativa do trabalhador, despesas de deslocação, alojamento e alimentação, bem como os restantes custos de formação, englobando a inscrição no curso, as propinas (que não podiam exceder o montante de € 7.500,00) e o seguro de acidentes pessoais.

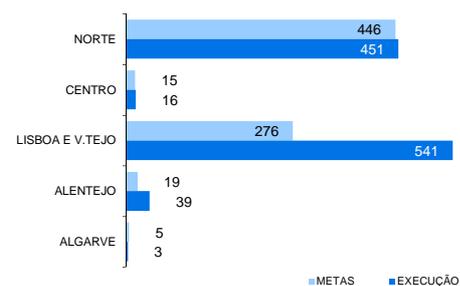
O Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de Julho, que institui o Sistema de Regulação do Acesso a Profissões (SRAP), revogou o Despacho Normativo nº 86/1992 de 05-06, que enquadrava a atribuição de apoios no âmbito das Bolsas de Iniciativa do Trabalhador.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na execução dos processos em curso.

▶ Resultados Alcançados

BOLSAS DE FORMAÇÃO DA INICIATIVA DO TRABALHADOR					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	446	451	101,1	678 275	217 459,32
CENTRO	15	16	106,7	3 795	10 434,89
LISBOA E V.TEJO	276	541	196,0	846 310	350 751,40
ALENTEJO	19	39	205,3	49 600	25 280,22
ALGARVE	5	3	60,0	3 675	3 972,15
TOTAL	761	1 050	138,0	1 581 655	607 897,98



► **Justificação de Desvios**

O crescimento do número de candidaturas rececionadas deve-se a uma reação ao aumento do desemprego, uma vez que se trata de uma medida que tem por objetivo o aumento das condições de empregabilidade dos ativos empregados e dos desempregados, medida bem aceite pelos candidatos sem outro recurso de financiamento para a frequência da formação.

1.1.2.2. Centros Novas Oportunidades

Os baixos níveis de qualificação escolar e profissional de uma parte significativa da população ativa portuguesa justificam a necessidade de implementar medidas que permitam alterar de forma substancial a atual situação.

Estas medidas visaram melhorar as condições de adaptação de trabalhadores e das empresas à dinâmica de transformação impulsionada pela globalização dos mercados e pela própria construção europeia, reforçada pela difusão das novas tecnologias, e elevar as qualificações dos trabalhadores de forma a permitir-lhes uma adaptação permanente aos novos contextos sócio laborais.

Os destinatários dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) são os ativos empregados ou desempregados, com idade igual ou superior a 18 anos (no caso dos processos de nível secundário a idade mínima é de 23 anos), que pretendam certificar as competências adquiridas ao longo da vida, em contextos diversificados. O resultado do desenvolvimento destes processos pode conduzir a dois tipos de certificação:

- Certificação total – correspondente ao ensino básico ou ao ensino secundário e ao nível de qualificação 2 ou 4;
- Certificação parcial – certifica as competências escolares e/ou profissionais validadas e identifica as que estão em falta para concluir a qualificação através de num processo de formação.

Ao IEFP, I.P. cabe, enquanto órgão executor das políticas de emprego e formação profissional, um papel fundamental na implementação de uma estratégia de recuperação de ativos empregados e desempregados com baixas qualificações. Importou, assim, potenciar a articulação entre os domínios da educação, formação, certificação profissional e emprego, através das atividades dos serviços públicos de emprego e de formação no acompanhamento individual e personalizado das respostas a disponibilizar aos diferentes públicos e a criação de condições de acesso generalizado à progressão educativa e profissional pela valorização da pessoa e das competências que foi adquirindo ao longo da vida nos diferentes contextos – formais, não formais e informais. O desenvolvimento dos processos de RVCC assenta numa metodologia, que tem por base os seguintes referenciais, disponíveis no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ):

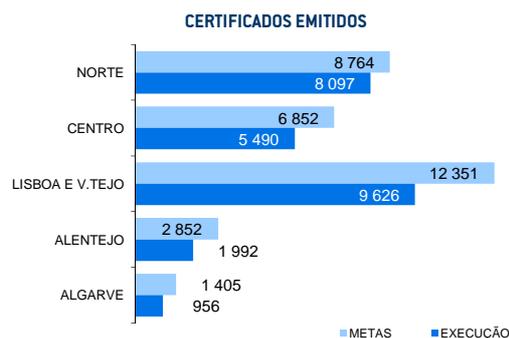
- Vertente escolar – 2 referenciais de competências, organizados em áreas de competências-chave, para a certificação escolar do nível básico e do nível secundário;
- Vertente profissional – Diversos *kits* (referenciais de RVCC) compostos por instrumentos de avaliação por saída profissional.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Promoção das ações inerentes à operacionalização do sistema RVCC, determinadas pelo IEFP, I.P.;
- ▶ Acompanhamento técnico-pedagógico aos Centros de Formação Profissional com o objetivo de identificar constrangimentos de organização e/ou de funcionamento e as respetivas soluções;
- ▶ Resposta às questões colocadas pelas Delegações Regionais, Centros de Formação Profissional e outras entidades, relacionadas com a organização e funcionamento dos Centros de Formação Profissional da rede do IEFP, I.P.;
- ▶ Participação nas ações de acompanhamento e monitorização, a nível nacional e regional, da iniciativa da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.);
- ▶ Monitorização dos resultados da atividade dos Centros de Formação Profissional através da consulta e recolha de dados do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO);
- ▶ Promoção de situações de aprendizagem consideradas necessárias para a manutenção de equipas operativas e competentes;
- ▶ Implementação das alterações decorrentes da publicação de um novo diploma legal, relativo à certificação de competências profissionais;
- ▶ Desenvolvimento de materiais pedagógicos de apoio aos técnicos a disponibilizar na Plataforma de *e-learning* do IEFP, I.P.;
- ▶ Monitorização e apoio ao desenvolvimento das Comunidades de Práticas de: Coordenadores, Técnicos de Diagnóstico, Profissionais RVCC, Formadores, Tutores e Avaliadores.

▶ Resultados Alcançados

CENTROS NOVAS OPORTUNIDADES													
DELEGAÇÕES REGIONAIS	INSCRITOS NO ANO			COM DIAGNÓSTICO/ ENCAMINHAMENTO			EM PROCESSO RVCC			CERTIFICADOS EMITIDOS			EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	
NORTE	17 700	20 116	113,6	16 038	15 575	97,1	9 425	9 156	97,1	8 764	8 097	92,4	2 310 288,42
CENTRO	13 000	13 295	102,3	11 786	11 405	96,8	7 321	6 457	88,2	6 852	5 490	80,1	2 714 012,85
LISBOA E V. TEJO	25 000	25 840	103,4	22 520	24 055	106,8	13 283	13 775	103,7	12 351	9 626	77,9	4 667 613,93
ALENTEJO	5 675	4 560	80,4	5 167	4 704	91,0	3 086	2 416	78,3	2 852	1 992	69,8	1 062 571,01
ALGARVE	3 050	3 691	121,0	2 760	2 996	108,6	1 566	1 526	97,4	1 405	956	68,0	462 138,95
TOTAL	64 425	67 502	104,8	58 271	58 735	100,8	34 681	33 330	96,1	32 224	26 161	81,2	11 216 625,16



Justificação de Desvios

A baixa execução relativamente à meta dos certificados emitidos deveu-se essencialmente aos seguintes constrangimentos:

- Metas demasiado elevadas face ao histórico, facto agravado pela reduzida dimensão das equipas, acentuada em 2011, com algumas rescisões de contratos de profissionais de RVC e de técnicos de diagnóstico;
- Reduzida procura por parte dos ativos empregados para processo de reconhecimento;
- Baixo fluxo de candidatos no primeiro trimestre, com perfil adequado para serem encaminhados para processo RVCC, o que resultou em encaminhamentos para ofertas formativas, verificando-se também uma maior vontade por parte do adulto em frequentar percursos formativos, de dupla certificação;
- Nos adultos desempregados com baixa escolaridade, tem sido evidente a falta de demonstração de competências certificáveis, impedindo o encaminhamento para processos de reconhecimento e por conseguinte a certificação por esta via;
- A diminuição de candidatos, possuidores de competências certificáveis ao nível do referencial das competências chave, verificada ao longo de todo o ano de 2011, não é alheia à situação face ao emprego do candidato. De fato, a baixa qualificação profissional e escolar apresentada pela maioria dos adultos desempregados, aliada à sua baixa motivação e autonomia, revelaram que o processo de reconhecimento, validação e certificação (total) não se adequa como resposta a dar a este perfil de candidatos;
- Na vertente escolar, verificou-se um elevado nº de desistências ocorridas durante os respetivos processos de reconhecimento;
- Na vertente profissional, a reduzida execução nalgumas UO's ficou a dever-se ao esgotamento de algumas saídas profissionais, por um lado, e por outro, verificou-se um *deficit* de inscrições em algumas saídas profissionais ativas (como por exemplo no Canalizador e Eletricista de Instalações);
- Por fim, são de destacar as dificuldades sentidas na implementação das certificações parciais.

1.1.2.2.1. Centros Novas Oportunidades Inclusivos

Tendo como objetivo, o alargamento dos processos de Reconhecimento, Validação, e Certificação de Competências, escolares e profissionais, às pessoas com deficiências e incapacidades, foram criados Centros Novas Oportunidades (CNO) Inclusivos, vocacionados especificamente para estes públicos que, em virtude do tipo e características das suas deficiências e incapacidades, não possam aceder a um qualquer Centro da rede nacional. Neste âmbito, a intervenção do IEFP, I.P. passou pela participação na comissão de acompanhamento, com competências de supervisão das disposições contidas no Despacho n.º 29 176/2007, de 21 de dezembro (diploma que determinou a criação de CNO vocacionados especificamente para pessoas que, em virtude do tipo e características das suas deficiências, não possam aceder à generalidade dos centros da rede), composta pelos organismos e serviços da Administração Pública, com especiais responsabilidades no domínio da qualificação e da reabilitação das pessoas com deficiências e incapacidades. Esta Comissão foi extinta com a publicação da Portaria n.º 73/2010, de 4 de fevereiro que criou a Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades e do Sistema Nacional de Qualificações, definindo também, a sua composição, competências e regras gerais de funcionamento. Desde então, a participação do IEFP, I.P., centra-se no acompanhamento dos níveis de execução dos CNO. No ano de 2011, foi feito um esforço no sentido de dar continuidade ao trabalho de criação das condições e instrumentos necessários para o reconhecimento das qualificações de adultos com deficiências à rede nacional de CNO, num quadro de sociedade inclusiva que convive com a diversidade e a rendibiliza.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Monitorização dos resultados, através da recolha e tratamento de dados, da atividade dos CNO vocacionados para o atendimento de pessoas com deficiências e incapacidades.

▶ **Resultados Alcançados**

- ▶ A atividade desenvolvida no âmbito dos oito CNO Inclusivos, durante o ano de 2011, permitiu abranger 1 192 adultos com deficiências e incapacidades, sendo que destes, foram certificados, total ou parcialmente, 141.

1.1.2.3. Programa Português para Todos (Ex-Portugal Acolhe)

O Programa Português para Todos (PPT) visa contribuir para o acolhimento e inserção socioprofissional de imigrantes legalizados e tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações de formação em língua portuguesa e português técnico.

Neste contexto, foi atribuída ao IEFP, I.P. a responsabilidade de promover, no âmbito da sua rede de Centros de Formação Profissional, esta medida de formação, com os seguintes objetivos:

- ▶ Assegurar às comunidades imigrantes condições para uma melhor integração no mercado de trabalho;
- ▶ Difundir e partilhar conhecimentos básicos que sustentem uma melhor integração social e profissional, com destaque para a língua portuguesa e para os direitos e deveres consagrados na Constituição e na legislação portuguesas;

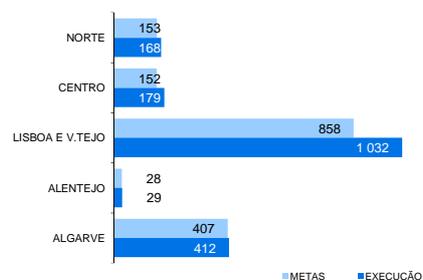
- ▶ Assegurar uma maior regulação do mercado de trabalho, promovendo o exercício dos direitos e deveres laborais;
- ▶ Potenciar um melhor ajustamento entre o perfil de competências dos imigrantes e as necessidades do mercado de trabalho.

As ações de formação a desenvolver em língua portuguesa, têm por base os níveis definidos no Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR). A publicação da Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, criou os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e definir as regras necessárias para o desenvolvimento e certificação dos mesmos. Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e prestação de apoio técnico necessário à execução do programa;
- ▶ Promoção da articulação interna e externa com outros serviços e entidades no âmbito da problemática da imigração, nomeadamente com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI);
- ▶ Monitorização da aplicação dos referenciais de formação, recursos didáticos e outros materiais de apoio ao desenvolvimento das unidades de formação, com base na estrutura curricular;
- ▶ Acompanhamento e avaliação da execução da formação desenvolvida no âmbito do Programa;
- ▶ Promoção das UFCD de Português Técnico;
- ▶ Monitorização da aplicação dos referenciais de formação, recursos didáticos e outros agentes envolvidos no processo de acolhimento e no processo formativo destes públicos.

▶ Resultados Alcançados

DELEGAÇÕES REGIONAIS	PORTUGAL ACOLHE				
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	153	168	109,8	14 450	50 099,54
CENTRO	152	179	117,8	14 905	36 456,02
LISBOA E V.TEJO	858	1 032	120,3	75 553	166 540,04
ALENTEJO	28	29	103,6	2 505	8 220,11
ALGARVE	407	412	101,2	14 693	19 009,36
TOTAL	1 598	1 820	113,9	122 106	280 325,07



▶ Justificação de Desvios

As metas previstas revelaram-se insuficientes para responder aos sucessivos contactos efetuados por emigrantes desempregados e ativos que se inscreveram nos Centros de Emprego e nos próprios Centros de Formação, com o objetivo de fazerem formação em Português com vista à melhoria da sua inserção socioprofissional, pelo que foram incluídos mais formandos nas ações do que os inicialmente previstos.

1.1.2.4. Formação Modular

A Formação Modular, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro, visa possibilitar uma oferta formativa diversificada com o objetivo de responder a necessidades de qualificação de ativos empregados ou desempregados, que careçam de aquisição ou aprofundamento de competências, numa perspetiva de inovação organizacional ou de adaptação a novos equipamentos, métodos ou contextos de trabalho, numa lógica de permanente elevação das competências profissionais e/ou escolares, que pode conduzir a uma progressão escolar e/ou profissional.

Os percursos formativos desenvolvidos no âmbito desta modalidade de formação são constituídos por unidades de formação de curta duração (UFCD), maioritariamente constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), e visam responder a necessidades de formação manifestadas pelos ativos e pelas entidades empregadoras bem como a Planos Pessoais de Qualificação decorrentes do desenvolvimento de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

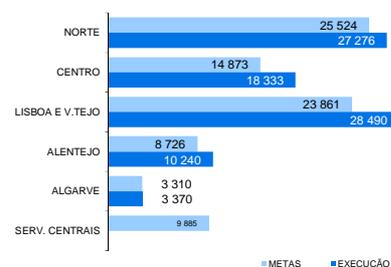
A Portaria n.º 230/2008, de 7 de março, alterada e republicada pela Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro, define o regime jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e das Formações Modulares.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção de normativos e instrumentos de suporte ao desenvolvimento das ações de formação;
- ▶ Revisão do Guia Organizativo;
- ▶ Concepção e promoção de novos modelos e metodologias de formação que garantam o desenvolvimento das novas formas de organização da formação;
- ▶ Concepção, produção e identificação de recursos pedagógicos de apoio ao desenvolvimento desta modalidade de formação;
- ▶ Revisão da Circular Normativa n.º 27/2010, de 26 de novembro, referente à padronização de certificados e diplomas.

▶ Resultados Alcançados

DELEGAÇÕES REGIONAIS	FORMAÇÃO MODULAR				
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	25 524	27 276	106,9	1 577 192	4 471 495,29
CENTRO	14 873	18 333	123,3	1 187 182	2 772 992,48
LISBOA E V.TEJO	23 861	28 490	119,4	1 464 870	3 420 466,88
ALENTEJO	8 726	10 240	117,4	455 457	997 684,05
ALGARVE	3 310	3 370	101,8	258 267	430 956,35
SERV. CENTRAIS	9 885	0	0,0	0	0,00
TOTAL	86 179	87 709	101,8	4 942 968	12 093 595,05



1.1.2.5. Programa Qualificação-Emprego

A diminuição da procura nos mercados nacionais e internacionais em 2009 e 2010, juntamente com o abrandamento da economia mundial, refletiu-se de forma negativa na economia nacional, fazendo-se sentir com maior incidência em sectores de atividade como o têxtil, construção civil, turismo, automóvel, entre outros, que registaram quebras acentuadas no registo das vendas.

Com a Portaria n.º 126/2009, de 30 de Janeiro, foi criado o Programa Qualificação-Emprego (PQE), um programa conjuntural que visava aproveitar os períodos de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho nas empresas, para melhorar a qualificação dos trabalhadores, assegurando os níveis de emprego e contribuindo, através da formação profissional, para a sua adaptação aos desafios da conjuntura internacional. Inicialmente criada para o setor automóvel, a revisão da Portaria n.º 126/2009, de 30 de janeiro, ocorrida em 30 de março com a publicação da Portaria n.º 331-D/2009, veio alargar o âmbito de aplicação do programa às empresas de qualquer setor de atividade, alvo de reduções momentâneas de procura, tendo em vista a inserção dos seus trabalhadores em ações de formação qualificantes, em caso de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho, no quadro das disposições aplicáveis do Código do Trabalho. Com base na experiência recolhida no primeiro ano, foi criado através das Portarias n.º 126/2010 de 1 de março e n.º 274/2010, de 18 de maio, um novo Programa Qualificação-Emprego dirigido a alguns setores da atividade económica, nomeadamente os do ramo automóvel, da cerâmica, da construção civil, do comércio, da madeira e mobiliário, da metalurgia e metalomecânica, do têxtil e vestuário e do turismo. De entre as medidas previstas no diploma mencionado, apenas a Medida 1 - Gestão dos Ciclos de Procura teve execução. Esta medida aplicava-se em situações de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão dos contratos de trabalho, no quadro das disposições previstas no Código do Trabalho, visando o reforço da qualificação dos trabalhadores da empresa destinatária, através da sua inserção em ações de formação que promovessem a melhoria dos seus níveis de qualificação. A conjuntura económica vivida em 2010, a necessidade de contenção da despesa pública que determinou a adoção de medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento que permitam a redução do défice e os indicadores internacionais e nacionais de retoma da atividade, levaram à publicação, em 21 de junho de 2010, da Portaria de extinção do Programa. Muitos dos projetos aprovados transitaram a sua execução para 2011.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de uma ação de verificação no local;
- ▶ Desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao enquadramento do PQE no POPH: criação de regulamentação específica e instrumentos de suporte;
- ▶ Apoio às empresas no desenvolvimento das suas candidaturas, mediante prestação de apoio técnico e esclarecimento de dúvidas;
- ▶ Análise e parecer às solicitações de pedidos de exceção à manutenção do nível de emprego;
- ▶ Preparação e organização das reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação tendo em conta a elaboração de documentos relativos aos processos de redução/suspensão dos trabalhadores, pareceres vários, mapas de acompanhamento e gestão da medida e respetivas atas;

- ▶ Disponibilização de informação regular sobre o ponto de situação do Programa;
- ▶ Desenvolvimento de todas as tarefas inerentes ao desenvolvimento / encerramento dos projetos, a saber: análise de pedidos de reembolso, de mapas de execução mensal e de pedidos de pagamento de saldo final;
- ▶ Elaboração, sob coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, do relatório de avaliação global do Programa.

▶ Resultados Alcançados

Execução
770 Abrangidos
€ 1583 975,46

1.1.3. QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DESEMPREGADOS

Enquadrada numa linha de atuação precoce de resposta aos problemas de emprego, estas medidas têm por finalidade minimizar o risco de desemprego de longa duração e o reforço da empregabilidade dos jovens e adultos desempregados. Estes objetivos recobrem uma estratégia de atuação que visa o reforço das competências/qualificações profissionais, bem como a integração em processos potenciadores da (re)inserção profissional. Por outro lado, sempre que se mostre adequado será estimulado o reforço da progressão escolar.

A estratégia a desenvolver, centrando-se em torno de medidas de políticas ativas que promovam a empregabilidade deste grupo-alvo e dando uma atenção particular às intervenções que estimulem a igualdade de oportunidades, visa, igualmente, atenuar os efeitos sociais gerados em torno das situações de desemprego.

1.1.3.1. Cursos de Educação e Formação para Adultos

Os Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA), enquadrados pela Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março, alterada e republicada pela Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro, assumem-se como uma modalidade de formação de dupla certificação, de acordo com o Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro – que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.

São destinatários desta formação os adultos com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e, prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou secundário.

Os cursos EFA constituem-se, assim, como o principal instrumento para a qualificação de adultos e visam a redução dos seus défices de qualificação bem como a melhoria das suas condições de empregabilidade.

Estes cursos inserem-se no quadro conceptual da educação e formação ao longo da vida e integram os seguintes princípios orientadores:

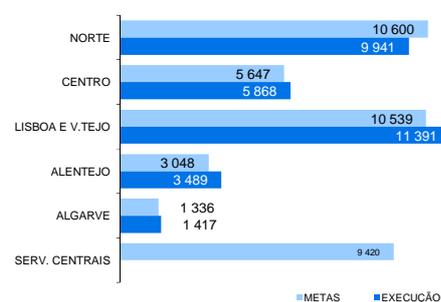
- ▶ Reconhecimento, validação e certificação de competências previamente adquiridas pelos adultos por via formal, não formal e informal que permite definir percursos flexíveis de formação;
- ▶ Integração de uma componente de formação de base e de uma componente de formação tecnológica, ou de apenas uma destas, que permite desenvolver percursos formativos adaptados às necessidades dos adultos e das empresas;
- ▶ Definição de percursos formativos a partir dos referenciais de formação que integram o CNQ, que se constitui como o instrumento de gestão estratégica das qualificações de nível não superior, consideradas essenciais para a competitividade e modernização das empresas e do tecido produtivo e para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo;
- ▶ Desenvolvimento de processos reflexivos e de aquisição de saberes e competências que facilitam e promovem as aprendizagens, designadamente através do Módulo Aprender com Autonomia e do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção de normativos e instrumentos de suporte ao desenvolvimento das ações de formação;
- ▶ Revisão do Guia Organizativo;
- ▶ Concepção e promoção de novos modelos e metodologias de formação que garantam o desenvolvimento das novas formas de organização da formação;
- ▶ Concepção, produção e identificação de recursos pedagógicos de apoio ao desenvolvimento desta modalidade de formação;
- ▶ Revisão da Circular Normativa n.º 27/2010, de 26 de novembro, referente à padronização de certificados e diplomas.

▶ Resultados Alcançados

DELEGAÇÕES REGIONAIS	CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS				
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	10 600	9 941	93,8	6 387 911	22 676 475,65
CENTRO	5 647	5 868	103,9	4 058 173	13 372 739,45
LISBOA E V.TEJO	10 539	11 391	108,1	5 706 378	19 183 905,88
ALENTEJO	3 048	3 489	114,5	2 012 273	6 505 293,54
ALGARVE	1 336	1 417	106,1	852 323	2 475 354,82
SERV. CENTRAIS	9 420	0	0,0	0	0,00
TOTAL	40 590	32 106	79,1	19 017 058	64 213 769,34



▶ Justificação de Desvios

- ▶ A diminuição dos apoios sociais pagos no âmbito desta medida condicionou a sua aceitação junto do público-alvo.

1.1.3.2. Estágios Profissionais – Portaria 268/1997

Criado pela Portaria n.º 268/97, de 18 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 1271/97, de 26 de Dezembro, 814/98, de 24 de Setembro, 286/2002, de 15 de Março e 282/2005, de 21 de Março, este programa visava proporcionar um estágio profissional, em contexto real de trabalho, promovendo uma maior articulação entre a saída do sistema educativo/formativo e o contacto com o mundo do trabalho e facilitando a sua inserção na vida ativa.

Este programa foi revogado, pelo que a execução de 2011 diz respeito a pagamentos relativos a candidaturas apresentadas em anos anteriores.

▶ Resultados Alcançados

Execução Financeira

€ 104 675,17

1.1.3.3. Estágios Profissionais na Administração Pública

O programa de estágios profissionais na Administração Pública para jovens licenciados visa proporcionar uma nova oportunidade para:

- ▶ Jovens à procura de primeiro emprego,
- ▶ Jovens licenciados em situação de desemprego, e
- ▶ Jovens que, embora se encontrem empregados, exerçam uma ocupação profissional não correspondente à sua área de formação e nível de qualificação.

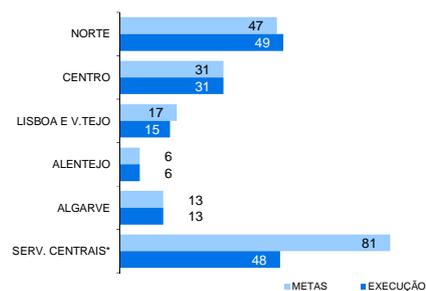
Esta medida resulta, assim, de uma aposta na promoção da empregabilidade, valorizando as qualificações e competências dos jovens licenciados, mediante o contacto com as regras, boas práticas e sentido de serviço público. O programa de estágios enquadra-se, ainda, no âmbito das políticas de juventude, promovendo a emancipação dos jovens, apoiando a sua saída da casa de família, o desenvolvimento de experiências formativas e profissionais, assim como o empreendedorismo e o emprego jovem.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Monitorização da execução dos estágios profissionais.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	47	49	104,3	287 966,06
CENTRO	31	31	100,0	187 409,78
LISBOA E V.TEJO	17	15	88,2	81 779,64
ALENTEJO	6	6	100,0	33 151,47
ALGARVE	13	13	100,0	82 260,96
SERV. CENTRAIS*	81	48	59,3	298 457,85
TOTAL	195	162	83,1	971 025,76



1.1.3.4. Estágios Profissionais – Portaria 129/2009

A Portaria n.º 129/2009, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 127/2010, de 1 de março e Portaria n.º 681/2010, de 12 de agosto, revogada pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, regulamentava o Programa de Estágios Profissionais que tinha por objetivos o apoiar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho, bem como apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva, e nomeadamente:

- ▶ Complementar e aperfeiçoar as competências dos desempregados, de forma a facilitar o seu recrutamento e integração;
- ▶ Aumentar o conhecimento de novas formações e competências por parte das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas.

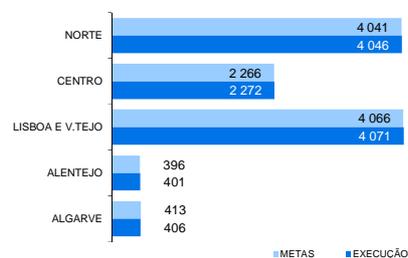
Este programa visava a inserção de jovens na vida ativa, complementando uma qualificação preexistente, através de uma formação prática a decorrer em contexto laboral, com a duração de 9 meses (desde 12 de Agosto de 2010).

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Atualização de conteúdos a disponibilizar na intranet e na internet;
- ▶ Acompanhamento e apoio ao processo de recepção de candidaturas, análise, decisão e gestão de processos;
- ▶ Prestar apoio técnico-jurídico à execução do programa;
- ▶ Prestar informação e apoio técnico a entidades e estagiários no âmbito da execução do Programa, nomeadamente através de telefone (*Contact Center*) e através de *e-mail* (2ª linha);
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos serviços regionais e locais na aplicação dos normativos legais e regulamentares.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - PORT. 129/2009					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	4 041	4 046	100,1	24 458	12 470 091,28
CENTRO	2 266	2 272	100,3	13 632	6 800 929,03
LISBOA E V.TEJO	4 066	4 071	100,1	25 109	12 298 581,53
ALENTEJO	396	401	101,3	2 523	1 378 378,28
ALGARVE	413	406	98,3	2 345	1 238 483,41
TOTAL	11 182	11 196	100,1	68 068	34 186 463,53



1.1.3.5. Estágios Profissionais – Qualificação-Emprego

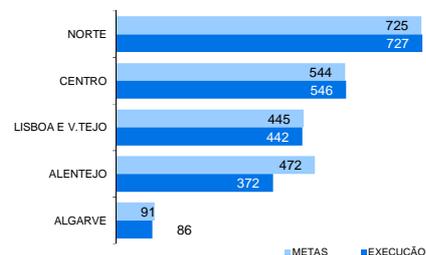
A Portaria n.º 131/2009, de 30 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 262/2009, de 12 de Março, n.º 128/2010, de 1 de Março e n.º 681/2010, de 12 de Agosto, revogada pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, instituiu o Programa de Estágios Qualificação-Emprego que visava possibilitar a desempregados com determinadas características, um estágio profissional em contexto real de trabalho, com duração de nove meses não prorrogáveis, que facilitasse e promovesse a sua inserção na vida ativa, bem como uma maior articulação entre a saída do sistema educativo/formativo e o mundo do trabalho.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Atualização constante de conteúdos a disponibilizar na intranet e na internet;
- ▶ Acompanhamento e apoio ao processo de recepção de candidaturas, análise, decisão e gestão de processos;
- ▶ Prestar apoio técnico-jurídico à execução do programa, nomeadamente através de telefone (*Contact Center*) e através de *e-mail* (2ª linha);
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos serviços regionais e locais na aplicação dos normativos legais e regulamentares.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - QUALIFICAÇÃO EMPREGO					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	725	727	100,3	4 839	1 465 409,47
CENTRO	544	546	100,4	3 874	1 360 328,70
LISBOA E V.TEJO	445	442	99,3	2 850	915 977,83
ALENTEJO	472	372	78,8	2 621	895 834,77
ALGARVE	91	86	94,5	654	222 517,59
TOTAL	2 277	2 173	95,4	14 838	4 860 068,36



1.1.3.6. Estágios Profissionais – Formações Qualificantes

A Portaria n.º 127/2009, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 681/2010, de 12 de agosto, revogada pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, instituiu o Programa de Estágios Profissionais – Formações Qualificantes que visa a inserção ou reconversão de jovens para a vida ativa, complementando uma qualificação preexistente, através de formação prática em contexto laboral

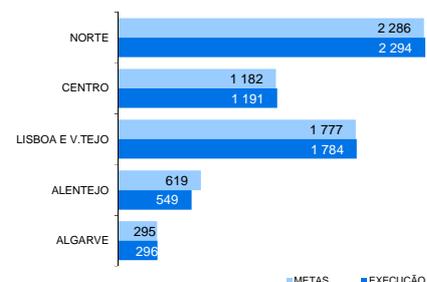
▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Atualização de conteúdos a disponibilizar na intranet e na internet;
- ▶ Acompanhamento e apoio ao processo de recepção de candidaturas, análise, decisão e gestão de processos;
- ▶ Prestar apoio técnico-jurídico à execução do programa;

- ▶ Prestar informação e apoio técnico a entidades e candidatos no âmbito da aplicação do Programa, nomeadamente através de telefone (*Contact Center*) e através de *e-mail* (2ª linha);
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos serviços regionais e locais na aplicação dos normativos legais e regulamentares.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - FORMAÇÕES QUALIFICANTES					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	2 286	2 294	100,3	15 148	4 142 391,92
CENTRO	1 182	1 191	100,8	8 124	2 578 502,56
LISBOA E V.TEJO	1 777	1 784	100,4	11 812	3 173 244,74
ALENTEJO	619	549	88,7	3 605	1 176 332,90
ALGARVE	295	296	100,3	1 892	629 039,55
TOTAL	6 159	6 114	99,3	40 581	11 699 511,67



1.1.3.7. Estágios Profissionais – Portaria 92/2011

A Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, regulamenta o Programa de Estágios Profissionais que possui os seguintes objetivos:

- Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade;
- Promover a integração profissional dos desempregados à procura de um novo emprego, que tenham melhorado recentemente o seu nível de qualificações;
- Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho;
- Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas;
- Apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.

Este programa visa, através do desenvolvimento de estágios com a duração de 9 meses, facilitar a inserção profissional dos destinatários e apoiar a reconversão da estrutura produtiva promovendo o acesso a novas formações e competências e a criação de emprego em novas áreas. Constituem-se como entidades promotoras, as entidades privadas, enquanto pessoas singulares ou coletivas, com ou sem fins lucrativos.

São destinatários deste programa:

- As pessoas com idade até aos 30 anos, inclusive, com uma qualificação de nível 4 ou superior (de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações – QNQ);
- Os desempregados à procura de novo emprego, sem registo de remunerações na Segurança Social nos últimos 12 meses anteriores à entrada da candidatura, com idade superior a 30 anos e que concluíram, há menos de 3 anos, uma qualificação de nível 2 ou superior (de acordo com o QNQ).

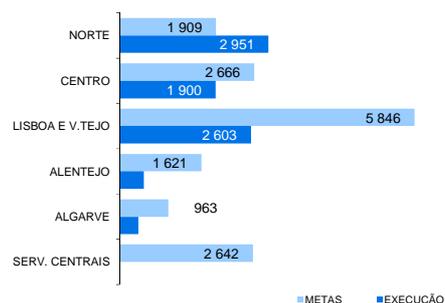
No caso de pessoas com deficiência e incapacidade, não se aplica o limite de idade acima referido.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Preparação de contributos para a elaboração do diploma;
- ▶ Elaboração das circulares normativas e de outros instrumentos internos de suporte à execução do programa e à sua correta aplicação;
- ▶ Desenvolvimento de formulários de candidatura e elaboração dos respetivos guias de preenchimento;
- ▶ Elaboração de guião para o Centro de Informação e Contacto;
- ▶ Preparação dos conteúdos a integrar o portal da medida;
- ▶ Receção de candidaturas, análise, decisão e gestão de processos e respetivo processo de apoio técnico;
- ▶ Prestar apoio técnico-jurídico à execução do programa;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos serviços, entidades e candidatos na aplicação dos normativos legais e regulamentares.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - PORT. 92/2011					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	1 909	2 951	154,6	11 386	6 108 881,71
CENTRO	2 666	1 900	71,3	7 066	4 112 792,22
LISBOA E V.TEJO	5 846	2 603	44,5	9 883	5 671 498,22
ALENTEJO	1 621	475	29,3	1 662	1 051 090,62
ALGARVE	963	369	38,3	1 403	864 041,38
SERV. CENTRAIS	2 642	0	0,0	0	0,00
TOTAL	15 647	8 298	53,0	31 400	17 808 304,15



▶ Justificação de Desvios

- ▶ Não obstante o esforço na divulgação da medida este não se refletiu na entrada de um número suficiente de candidaturas para fazer face à meta anual. Também a atual conjuntura económico-social e a dimensão do tecido empresarial regional, foram fatores condicionantes da execução da medida. Salientam-se ainda os seguintes aspetos:
 - A nova Portaria que regulamenta o Programa Estágios Profissionais veio restringir o tipo de entidades promotoras da medida, impossibilitando a candidatura de entidades públicas, incluindo autarquias locais;
 - Por outro lado, os destinatários com mais de 30 anos passaram a não poder ter registos de remuneração na Segurança Social nos últimos 12 meses, o que também excluiu muitos candidatos que anteriormente eram elegíveis;

- O aumento dos encargos financeiros por parte das entidades promotoras, com a obrigatoriedade de descontos para a Segurança Social, condicionou também o número de candidaturas;
- Por fim, os procedimentos de candidatura (mais burocráticos, na opinião das entidades), assim como a morosidade de deferimento das mesmas (SGC), levou à desistência de alguns estágios. A ter, ainda, em conta o facto de alguns estágios terem transitaram de ano, e a existência de um período em que as candidaturas estiveram encerradas.

1.1.4. PROGRAMA INOV

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2008 de 7 de Abril, criou as medidas INOV na sequência da experiência adquirida e do diagnóstico de necessidades insuficientemente satisfeitas através dos programas já existentes: INOV-JOVEM e INOV-CONTACTO. Neste contexto, a Portaria n.º 1103/2008, de 2 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 110-A/2011, de 16 de Março, veio estabelecer o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros de cada uma das medidas INOV (INOV-ART; INOV Vasco da Gama; INOV Mundus; INOV-JOVEM; INOV Contacto). A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2009, de 26 de Novembro criou a medida INOV-SOCIAL destinada a promover a realização de estágios profissionais através da inserção de jovens quadros qualificados em instituições da economia social, tendo em vista apoiar a modernização e a gestão dessas instituições e promover, constituindo um alargamento, ao sector da economia social, do Programa INOV. A medida INOV-SOCIAL foi revogada pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de Fevereiro que regulamenta o atual Programa de Estágios Profissionais. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2009, de 15 de Dezembro, estabeleceu um conjunto de medidas que visam concretizar a estratégia de internacionalização da economia e de aumento das exportações para a recuperação económica do país, designadamente através do reforço do Programa INOV com a criação da Medida INOV-Export, destinada a apoiar a inserção de jovens quadros profissionais especializados em comércio internacional em PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras, nomeadamente através de estágios profissionais.

1.1.4.1. Estágios Profissionais – INOV-JOVEM

O Programa INOV-JOVEM – Jovens Quadros para a Inovação nas PME, criado no âmbito do Plano Tecnológico através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2005, de 29 de Abril, e regulamentado pela Portaria n.º 1103/2008, de 2 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 110-A/2011, de 16 de março, visa apoiar a inserção, em pequenas e médias empresas, de jovens com idade até aos 35 anos com qualificações de nível superior, em áreas críticas para a inovação e o desenvolvimento empresarial. Esta medida tem por objetivo apoiar a realização de estágios profissionais, nas entidades beneficiárias (PME), visando a inserção dos jovens destinatários, complementando a sua qualificação preexistente, através de uma formação prática em contexto de trabalho. Os destinatários são jovens com idade até 35 anos, habilitados com qualificação de nível superior em áreas de formação específicas, e que se encontrem à procura do primeiro emprego ou de novo emprego. Aos destinatários portadores de deficiência não se aplica o limite de idade.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Apoio técnico na aplicação do regulamento da medida;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos serviços regionais e locais, bem como às entidades e candidatos na aplicação dos normativos legais e regulamentares;
- ▶ Esclarecimento de dúvidas aos utentes, quer através de telefone (Centro de Contacto), quer através de *email* (NetEmprego e 2ª linha);
- ▶ Esclarecimento de dúvidas aos serviços regionais e locais, nomeadamente através da caixa de correio Emprego2009.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - INOV-JOVEM					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	25	25	100,0	118	979 795,49
CENTRO	8	7	87,5	9	499 903,45
LISBOA E V.TEJO	66	67	101,5	449	824 527,26
ALENTEJO	2	2	100,0	5	43 567,82
ALGARVE	4	0	0,0	0	22 294,65
SERV. CENTRAIS	6 500	0	0,0	0	0,00
TOTAL	6 605	101	1,5	581	2 370 088,67

▶ Justificação de Desvios

- ▶ A atividade registada em 2011 decorre de candidaturas entradas no ano anterior uma vez que, em 2011 não abriu o período de candidaturas.

1.1.4.2. Estágios Profissionais INOV-ART

Esta medida dirigida a jovens artistas e quadros ligados ao sector da arte dará a este público a oportunidade de realização de estágios em entidades internacionais de referência nos domínios das artes e da cultura, de forma a estimular a sua inserção e internacionalização. Os destinatários são jovens com qualificações específicas ou aptidões reconhecidas nas áreas das artes e cultura. A medida INOV-ART é da responsabilidade do Ministério da Cultura, cabendo ao IEFP, I.P. assegurar a inscrição das verbas em orçamento, proceder ao respetivo acompanhamento nos termos previstos no Acordo de Cooperação celebrado com a Direcção-Geral das Artes. Neste contexto, ao abrigo do art.º 6 do Regulamento da medida INOV-ART (anexo IV da Portaria n.º 1103/2008, de 2 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 110-A/2011, de 16 de março), foi celebrado, em 3 de novembro de 2008, um Protocolo de Cooperação entre o IEFP, I.P. e a Direcção-Geral das Artes (DGArtes), regulador dos apoios a conceder pelo IEFP, I.P.. Posteriormente, em 26 de agosto, foi celebrado novo protocolo de cooperação, através do qual foi aumentado número de estagiários a abranger e, conseqüentemente, a verba a eles associada. A este novo protocolo foi efetuada uma adenda em 10 de fevereiro de 2011, que fixava a vigência do mesmo até 31 de maio de 2012.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Acompanhamento da execução física e financeira do Protocolo de Cooperação entre o IEFP, I.P. e a Direcção-Geral das Artes (DGArtes), no âmbito da medida INOV-ART.

▶ **Resultados Alcançados**

Execução
370 Abrangidos
€ 1 550 000,00

1.1.4.3. Estágios Profissionais – INOV-SOCIAL

A medida INOV-SOCIAL, regulamentada pela Portaria n.º 154/2010, de 11 de março, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 285/2010, de 25 de maio e Portaria n.º 886/2010, de 10 de setembro, revogada pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, visava a inserção de jovens quadros qualificados em instituições da economia social, e instituições que promovessem a mediação Sociocultural e a inclusão e combatessem a pobreza e a exclusão social, nomeadamente, através da realização de estágios profissionais, tendo em vista apoiar a modernização das instituições e o emprego jovem, visando alcançar os seguintes objetivos específicos:

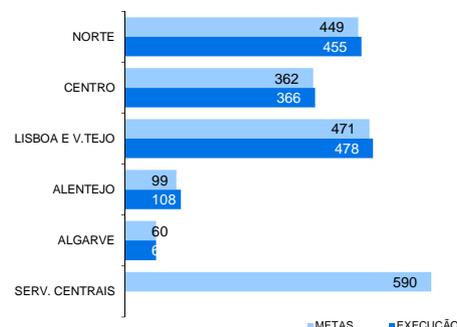
- ▶ Apoiar o processo de inovação, modernização e reforço da capacidade institucional das instituições da economia social, bem como apoiar a melhoria da qualidade da intervenção das entidades que operem no domínio da mediação Sociocultural, da promoção da inclusão e do combate à pobreza e à exclusão social;
- ▶ Possibilitar aos jovens com qualificação de nível superior o acesso a estágios profissionais em contexto real de trabalho que facilitem e promovam as suas competências socioprofissionais e a inserção na vida ativa;
- ▶ Potenciar a criação de novas áreas de emprego por parte das instituições da economia social, bem como por parte das organizações que promovam a mediação Sociocultural e a inclusão e combatam a pobreza e a exclusão social, e assim reforçar a articulação entre o mercado de emprego e o sistema de educação-formação.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Atualização de conteúdos a disponibilizar na intranet e na internet e página do INOV-SOCIAL;
- ▶ Acompanhamento e apoio ao processo de recepção de candidaturas, análise, decisão e gestão de processos;
- ▶ Prestar apoio técnico-jurídico à execução do programa;
- ▶ Prestar informação e apoio técnico a entidades e candidatos no âmbito da aplicação do Programa, nomeadamente através de telefone (*Contact Center*) e através de *email* (2ª linha);
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos serviços regionais e locais na aplicação dos normativos legais e regulamentares.

Resultados Alcançados

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - INOV-SOCIAL					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	449	455	101,3	4 234	1 450 689,19
CENTRO	362	366	101,1	2 720	1 323 553,62
LISBOA E V.TEJO	471	478	101,5	4 252	1 493 237,95
ALENTEJO	99	108	109,1	1 008	332 906,87
ALGARVE	60	60	100,0	485	201 054,59
SERV. CENTRAIS	590	0	0,0	0	0,00
TOTAL	2 031	1 467	72,2	12 700	4 801 442,22



1.1.4.4. Estágios Profissionais – INOV-Export

A medida INOV-Export, criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 115/2009, de 15 de novembro visa apoiar a inserção de jovens quadros profissionais especializados em comércio internacional, em PME nacionais exportadoras ou potencialmente exportadoras, nomeadamente através de estágios profissionais remunerados, com a duração de nove meses, dirigidos a jovens licenciados desempregados, à procura do primeiro ou de novo emprego, e do apoio à contratação de jovens licenciados e de desempregados qualificados.

Esta Medida é gerida e executada pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP, EPE) em articulação com o IEFP, IP, tendo sido celebrado em setembro de 2010 um Protocolo de Cooperação entre estas instituições.

Ações Desenvolvidas

- Acompanhamento da execução física e financeira do Protocolo de Cooperação entre o IEFP, I.P. e a AICEP, EPE, no âmbito da medida INOV-Export.

Resultados Alcançados

Execução
186 Abrangidos
€ 489 204,97

1.1.4.5. Estágios Profissionais – INOV Mundus

Esta medida, desenvolvida ao abrigo da Portaria n.º 1103/2008, de 2 de outubro, alterada pela Portaria n.º 110-A/2011, de 16 de março e gerida pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, I.P), destina-se a apoiar a realização de estágios internacionais profissionalizantes por jovens licenciados, com idades até aos 35 anos, a efetuar junto de entidades públicas ou privadas e de organizações nacionais ou internacionais, que desenvolvam a sua atividade na área da cooperação para o desenvolvimento.

Neste âmbito, foi celebrado, em 18 de dezembro de 2009, um Protocolo de Cooperação entre o IEFP, I.P. e o IPAD, IP para o desenvolvimento desta Medida.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Acompanhamento da execução física e financeira do Protocolo de Cooperação entre o IEFP, I.P. e o IPAD, IP, no âmbito da medida INOV Mundus.

▶ **Resultados Alcançados**

Execução
92 Abrangidos

1.2.

APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL

- ▶ **Visa, por um lado, potenciar as sinergias que a abordagem territorial dos problemas de emprego pode originar e, por outro lado, estimular o desenvolvimento do espírito empresarial**

1.2.1. APOIO AO INVESTIMENTO EM INICIATIVAS LOCAIS CRIADORAS DE EMPREGO

Os apoios ao investimento em projetos geradores de novos postos de trabalho e na sustentabilidade do emprego são um importante vector do desenvolvimento local, no plano económico e social. Os apoios ao investimento concedidos no âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego visaram apoiar projetos sustentáveis de criação, reconversão e desenvolvimento de micro e pequenas empresas (até 20 trabalhadores), numa perspetiva de garantia da sua consolidação e sucesso. Este programa, titulado pela Portaria n.º 196-A/2001, de 10 de março, com a redação dada pela Portaria n.º 255/2002 de 12 de março foi revogado, em todas as suas modalidades de apoio, pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, mantendo-se o apoio e acompanhamento de projetos nos primeiros anos de execução.

1.2.1.1. Programa de Estímulo à Oferta de Emprego – Investimento

O Programa de Estímulo à Oferta de Emprego contemplou apoios financeiros a projetos de pequena dimensão (cujo investimento total não excedesse 150.000,00 euros), no quadro da criação de novas empresas geradoras de postos de trabalho preenchidos por desempregados ou jovens à procura de 1º emprego.

Os incentivos financeiros ao investimento foram concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável, na modalidade de apoio a Iniciativas Locais de Emprego (ILE) e nos projetos equiparados a ILE, apresentados por beneficiários das prestações de desemprego. No caso de projetos ILE que, apesar de não preencherem parte dos requisitos de acesso, tenham sido considerados relevantes e enquadráveis no PEOE (“Apoios especiais a outras ILE”), o apoio ao investimento foi concedido sob a forma de subsídio reembolsável em 5 anos, incluindo 2 anos de carência.

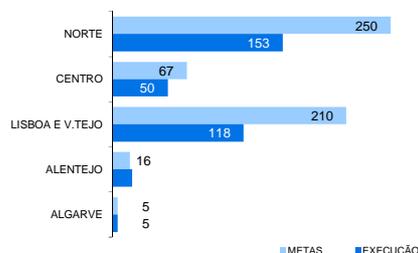
Com a criação do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego - PAECPE (Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro), o regime de candidatura às ILE passou a ser fechado, não tendo havido novos períodos de candidatura até à revogação desta modalidade de apoio do PEOE, em janeiro de 2011.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico com vista ao encerramento dos projetos em curso.

▶ Resultados Alcançados

PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO - INVESTIMENTO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	250	153	61,2	3 513 967,59
CENTRO	67	50	74,6	914 225,29
LISBOA E V.TEJO	210	118	56,2	1 135 724,18
ALENTEJO	16	18	112,5	214 059,40
ALGARVE	5	5	100,0	106 609,47
TOTAL	548	344	62,8	5 884 585,93



▶ Justificação de Desvios

- ▶ O fator determinante para o não cumprimento da meta foi a conjuntura económica desfavorável existente no país, que levou a que as iniciativas se defrontassem com bastantes dificuldades de implantação no mercado, situação que originou que algumas entidades, numa atitude cautelosa, retardassem a sua criação, ou a redução de pedidos de investimento, ou do número de postos de trabalho, e outras, ainda, desistissem da candidatura.

1.2.2. PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO

O Programa de Estímulo à Oferta de Emprego visou sistematizar o acesso a um conjunto de medidas de apoio à criação de emprego, ao empreendedorismo e desenvolvimento local e, ainda, de combate à precariedade do emprego. As modalidades de apoio consignadas no PEOE foram revogadas através da Portaria nº 985/2009, de 4 de Setembro, que criou o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, mantendo-se apenas as ILE's (Iniciativas Locais de Emprego) que passaram a ter períodos fechados de candidatura, como já referido. Salienta-se que todos os projetos apresentados e/ou aprovados no âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego, até à entrada em vigor da Portaria nº 985/2009, de 4 de Setembro, são regulados pela legislação que enquadra este programa.

1.2.2.1. Iniciativas Locais de Emprego – ILE

Com esta medida pretendeu-se apoiar a criação de novas entidades, independentemente da respetiva forma jurídica, em que pelo menos metade dos promotores fossem desempregados involuntários ou jovens à procura de 1º emprego, independentemente da respetiva forma jurídica, assegurando a criação líquida de postos de trabalho. Podiam, ainda, ser apoiados por projetos promovidos maioritariamente por desempregados voluntários e/ou empregados, desde que fossem considerados excepcionalmente relevantes para a prossecução dos objetivos de política de emprego e que demonstrassem particular dificuldade em aceder a formas alternativas de financiamento.

1.2.2.1.1. ILE – Criação de Postos de Trabalho

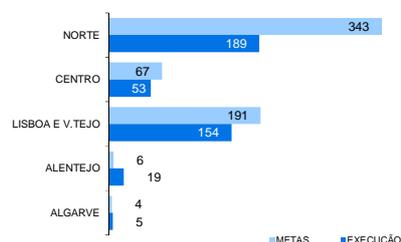
Esta modalidade do PEOE contemplou um apoio à criação de postos de trabalho no valor de 18 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) por posto de trabalho preenchido por jovem à procura do 1º emprego e/ou por desempregado involuntário adicionalmente ao apoio ao investimento referido no ponto 1.2.1.1.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico com vista ao encerramento dos projetos em curso.

▶ Resultados Alcançados

ILE'S - CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	343	189	55,1	2 090 946,19
CENTRO	67	53	79,1	490 274,79
LISBOA E V.TEJO	191	154	80,6	762 284,75
ALENTEJO	6	19	316,7	120 735,36
ALGARVE	4	5	125,0	22 516,30
TOTAL	611	420	68,7	3 486 757,39



▶ Justificação de Desvios

- ▶ Tratando-se de diversas componentes da mesma medida, aplicam-se as mesmas justificações de desvios elencadas no âmbito da componente de investimento.

1.2.2.1.2. ILE – Majorações

No âmbito das Iniciativas Locais de Emprego podiam ser atribuídas, cumulativamente, as seguintes majorações:

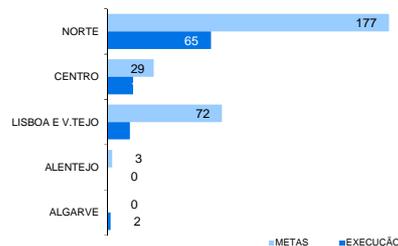
- ▶ Majoração de 20%, sobre o apoio concedido para a criação do posto de trabalho, no caso de este ser preenchido por desempregado de longa duração, ou com idade igual ou superior a 45 anos, por jovem à procura do primeiro emprego ou por beneficiário do rendimento social de inserção;
- ▶ Majoração de 25%, sobre o apoio concedido para a criação do posto de trabalho, no caso de este ser preenchido por pessoa com deficiência.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico com vista ao encerramento dos projetos em curso.

Resultados Alcançados

ILE'S - MAJORAÇÕES				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	177	65	36,7	181 737,59
CENTRO	29	16	55,2	45 275,41
LISBOA E V.TEJO	72	14	19,4	59 235,71
ALENTEJO	3	0	0,0	9 055,14
ALGARVE	0	2		3 018,38
TOTAL	281	97	34,5	298 322,23



Justificação de Desvios

- ▶ Tratando-se de diversas componentes da mesma medida, aplicam-se as mesmas justificações de desvios elencadas no âmbito da componente de investimento.

1.2.2.2. Apoio à Criação do Próprio Emprego (PEOE) – Criação de Postos de Trabalho

O apoio financeiro consiste no pagamento, pela Segurança Social, de uma só vez, do montante global das prestações de desemprego devidas. Quando o projeto de um beneficiário das prestações de desemprego não é equiparável a ILE, poderá obter um incentivo até ao valor máximo de 12 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS) para custear as respetivas despesas de concretização, como complemento ao recebimento antecipado das prestações de desemprego a que houver direito.

Execução
7 Postos de trabalho
€ 37 854,40

1.2.2.3. Prémio de Igualdade de Oportunidades

No âmbito do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego foram atribuídos Prémios de Igualdade de Oportunidades, sempre que tivesse lugar à criação mínima de cinco postos de trabalho, ou à conversão de cinco contratos, e os mesmos:

- ▶ Não fossem preenchidos, em mais de 60%, por pessoas do mesmo sexo. Neste caso o prémio de igualdade de oportunidades era de 10% do total do apoio, excluídas as majorações;
- ▶ Fossem preenchidos, em mais de 40%, por pessoas com deficiências e incapacidades. Neste caso o prémio de igualdade de oportunidades era de 10% do total do apoio concedido, excluídas as majorações.

Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na execução do programa.

Resultados Alcançados

Execução
9 Prémios
€ 125 524,91

1.2.3. PROGRAMA DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO (PAECPE)

A Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, criou o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, o qual compreende as seguintes medidas:

- ▶ Apoio à criação de empresas de pequena dimensão, com fins lucrativos, independentemente da respetiva forma jurídica, incluindo entidades que revistam a forma cooperativa, que originem a criação de emprego e contribuam para a dinamização das economias locais;
- ▶ Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego.

A Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, viria a ser aditada pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, que atualmente regulamenta este programa.

1.2.3.1. Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego

O apoio à criação de empresas traduz-se no acesso a crédito bancário ao investimento bonificado e garantido, no quadro do sistema de garantia mútua.

Existem duas tipologias de operações de crédito:

- ▶ MICROINVEST, para operações de crédito até € 20.000, para financiamento de projetos de investimento até € 20.000;
- ▶ INVEST +, para operações de crédito de montante superior a € 20.000 e até € 100.000, para financiamento de projetos de investimento superior a € 20.000 e até € 200.000, tendo o referido crédito como limites 95% do investimento total e € 50.000 euros por posto de trabalho criado, a tempo completo.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Articulação com a entidade gestora das linhas de crédito (Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua), na sequência dos protocolos celebrados, no âmbito do acompanhamento da execução das linhas, do esclarecimento de dúvidas às entidades bancárias, e do reporte de informação sobre a respetiva execução e do pagamento pelo IEFP, I.P. das bonificações de juros e das comissões de garantia;
- ▶ Apoio aos serviços no âmbito da execução das linhas de crédito;
- ▶ Informações e esclarecimentos aos utentes.

1.2.3.2. Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos

Quer os beneficiários do apoio à criação de empresas quer os beneficiários do apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego podem beneficiar de apoio técnico à criação e consolidação de projetos (ATCP), assegurado por uma rede de entidades privadas sem fins lucrativos credenciadas pelo IEFP, I.P. com as quais se celebraram protocolos de cooperação, o qual tem lugar nos dois primeiros anos de atividade da empresa e abrange, nomeadamente, as seguintes atividades:

- ▶ Acompanhamento do projeto aprovado;
- ▶ Consultoria em aspetos de maior fragilidade na gestão ou na operacionalidade da iniciativa, diagnosticada durante o acompanhamento.

A adesão ao ATCP não é obrigatória sendo os serviços inteiramente gratuitos para os promotores que optarem por estes apoios.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Informações e esclarecimentos aos utentes e entidades;
- ▶ Apoio aos serviços;
- ▶ Credenciação de 48 entidades prestadoras de apoio técnico à criação e consolidação de projetos;
- ▶ Articulação com as entidades prestadoras de apoio técnico credenciadas, no âmbito do acompanhamento da respetiva execução e do respetivo pagamento.

▶ **Resultados Alcançados** (Linha de Apoio e Apoio Técnico)

Execução
2 320 Postos de trabalho
€ 10 981 717,12

1.2.3.3. Apoio à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego

O apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, traduz-se no recebimento global antecipado das prestações de desemprego a que tiver direito, visando financiar o seu projeto de criação de empresa.

Os beneficiários de prestações de desemprego podem cumular o recebimento antecipado das prestações de desemprego com o crédito bonificado e garantido, no âmbito do Apoio à Criação de Empresas.

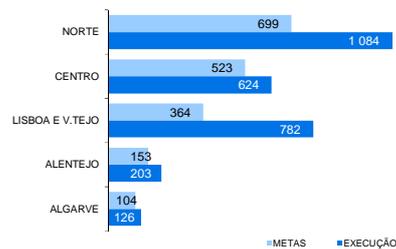
▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Apoio aos serviços;
- ▶ Informações e esclarecimentos aos utentes;
- ▶ Articulação com o Instituto da Segurança Social, no âmbito da execução do apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, incluindo a análise pelos Centros de Emprego dos projetos que não requerem a concessão de crédito no âmbito do Apoio à Criação de Empresas.

Resultados Alcançados

APOIOS À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO - PAECE

DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	699	1 084	155,1	1 527 517,64
CENTRO	523	624	119,3	721 757,33
LISBOA E V.TEJO	364	782	214,8	905 646,12
ALENTEJO	153	203	132,7	257 914,50
ALGARVE	104	126	121,2	64 854,67
TOTAL	1 843	2 819	153,0	3 477 690,26



Justificação de Desvios

- ▶ A conjuntura económica atual, marcada por uma retração e contenção ao nível da contratação de trabalhadores, tem originado falta de resposta do mercado de trabalho para os desempregados subsidiados. Assim, estes são de algum modo, impulsionados a investir no próprio emprego. Assiste-se ainda, por parte dos Centros de Emprego, a um reforço da divulgação destas medidas junto dos potenciais candidatos. Por outro lado, também a não abertura de candidaturas às ILE's, nas condições anteriormente apoiadas pelo IEFP, I.P., impulsionou o crescimento do número de candidaturas nesta medida;

1.2.4. APOIO À INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

1.2.4.1. Prémio de Colocação

O prémio de colocação é uma das medidas que visam a inserção ou reinserção dos desempregados no mercado de emprego e se constitui como incentivo à procura ativa de emprego.

Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na execução do programa.

Resultados Alcançados

Execução
15 Abrangidos
€ 22 637,88

1.2.4.2. Apoios à Contratação de Jovens e Públicos Específicos

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2010 criou um conjunto de medidas extraordinárias que visam assegurar a manutenção de postos de trabalho, incentivar a inserção de jovens no mercado de trabalho, criar emprego para aqueles que atualmente se encontrem desempregados e combater o desemprego, o que se torna especialmente necessário face ao contexto de crise internacional que ainda subsiste.

De entre este conjunto de medidas, foram constituídos apoios à contratação, consagrados pela Portaria n.º 125/2010, de 1 de Março, de forma a reforçar a eficácia dos instrumentos de estímulo à contratação de

jovens, desempregados de longa duração e outros públicos mais desfavorecidos no acesso ao emprego e reingresso no mercado de trabalho, traduzidos na isenção de contribuições da entidade empregadora para a Segurança Social por um período de 36 meses ou, em alternativa, na atribuição da mesma isenção por um período de 24 meses, acrescida de um apoio financeiro até € 2.500 (ou € 4.000 e um período de isenção de 36 meses, quando o trabalhador contratado se inscreva em públicos específicos com maiores dificuldades de inserção). As entidades comprometem-se, nomeadamente, a manter o contrato de trabalho criado por via do apoio durante o período de 36 meses. Os apoios concedidos no âmbito deste diploma foram concedidos no âmbito de contratos de trabalho sem termo celebrados até 31 de dezembro de 2010, pelo que parte da atividade prevista é transitada e tem este enquadramento.

Embora aprovados pelos serviços competentes da Segurança Social, o apoio direto à contratação é pago pelo IEFP, I.P., sendo estes procedimentos totalmente desenvolvidos nos serviços centrais. Em 2011 ainda decorreram muitas aprovações bem como a realização de pagamentos nesta área de atuação, uma vez que continuam a ser encaminhados pela Segurança Social projetos desta natureza.

Tendo em conta as novas “Diretrizes para o Emprego” da Comissão Europeia e considerando que as medidas excecionais de apoio à contratação se restringem aos contratos de trabalho que sejam celebrados até ao final de 2010, entende-se ser conveniente criar um novo sistema de “Apoios à Contratação”, com o objetivo de promover a integração profissional, bem como a manutenção do emprego, de jovens e trabalhadores mais velhos e com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, através do estímulo à criação de novos postos de trabalho, por parte de entidades privadas, com e sem fins lucrativos.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Articulação com os serviços da Segurança Social na implementação dos procedimentos inerentes à medida;
- ▶ Acompanhamento da execução dos apoios à contratação.

▶ **Resultados Alcançados**

Execução

Jovens

2.610 Abrangidos

€ 5.241.122,5

Públicos Específicos

1.051 Abrangidos

€ 2.899.875

1.2.5. APOIOS À PROMOÇÃO DO ARTESANATO

Estas medidas destinam-se a contribuir para a estruturação e regulação do sector do artesanato e para a valorização das profissões a ele associadas. Igualmente procuram contribuir para a promoção e o escoamento dos produtos artesanais e, em consequência, para a viabilização das unidades produtivas artesanais e consolidação dos empregos, através da prestação de apoios financeiros quer à realização de feiras e outros certames de artesanato, quer também aos artesãos que participem nesses eventos.

1.2.5.1. Programa para a Promoção dos Ofícios e das Micro Empresas Artesanais – PPART

O PPART – Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais é uma iniciativa abrangente e estruturante do sector das artes e ofícios, que foi aprovada pela RCM n.º 136/97, de 14 de Agosto, e que, no âmbito do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, foi integrada no IEFP, I.P. em 2007.

Tendo em conta a pluridisciplinaridade de matérias e de atribuições decorrentes dos 11 eixos de ação do PPART definidos no n.º 1 da citada RCM, e sendo o artesanato, igualmente, uma atividade pluridisciplinar e muito diversificada que é alvo de políticas sectoriais que importa integrar entre si, foi constituída no seio do IEFP, I.P. uma comissão consultiva que permite a participação dos diferentes ministérios, parceiros sociais e entidades relevantes no desenvolvimento daquele programa.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, previsto no Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril, e regulamentado pela Portaria n.º 1193/2003, de 13 de Outubro, dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2004 e implicando, designadamente:
 - Articulação com o movimento associativo do sector, nomeadamente no âmbito do protocolo com a Federação Portuguesa de Artes e Ofícios (FPAO), tendo em vista a promoção e divulgação do estatuto e a organização de circuitos de recolha das candidaturas, bem como sobre outros requisitos importantes para o processo de reconhecimento;
 - Análise das candidaturas à emissão de cartas de artesão e de unidade produtiva artesanal, sendo a decisão antecedida de parecer emitido pelo grupo de trabalho que integra representantes da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Instituto Português dos Museus e da Conservação, do Centro de Formação Profissional do Artesanato (CEARTE) e da Federação Portuguesa de Artes e Ofícios;
 - Emissão das cartas de artesão e de unidade produtiva artesanal após deferimento dos processos pelo Conselho Diretivo do IEFP, I.P.: em 2011 foram emitidas 155 cartas de artesão e 146 cartas de unidade produtiva artesanal;
 - Renovação das cartas que atingem o prazo de validade, mediante verificação da manutenção dos pressupostos que levaram ao seu deferimento inicial: em 2011 foram renovadas 273 cartas de artesão e 253 cartas de unidade produtiva artesanal;

- Atualização periódica do Registo Nacional do Artesanato, que integra as secções de Repertório de Atividades Artesanais, Artesãos e Unidades Produtivas Artesanais reconhecidos, garantindo a sua disponibilização *online* para consulta pública.
- ▶ Promoção do processo de qualificação e certificação de produtos artesanais tradicionais portugueses, traduzida no seguinte:
 - Assegurada a participação nas comissões de acompanhamento dos processos de certificação já em curso, a saber, “Lenços de Namorados do Minho”, “Olaria de Barcelos”, “Figurado de Barcelos”, e “Bordado de Guimarães” e “Bordado de Viana do Castelo”;
 - Efetuada a identificação de outras produções suscetíveis de virem a ser objeto de estudo, definição de cadernos de especificações e posterior certificação;
 - Elaborada a proposta legislativa para a criação de um sistema nacional de qualificação e certificação de produtos artesanais tradicionais.
- ▶ Realizado o evento Iberiona 2011 – VI Jornadas do Artesanato Ibérico, o qual teve lugar no Porto de 6 a 8 de outubro, com o apoio financeiro do ON 2 – Programa Operacional do Norte, em parceria com as organizações nacionais que integram o Conselho Científico do lado português – Federação Portuguesa de Artes e Ofícios, CRAT, CEARTE e CRAA, naquela que foi a primeira itinerância do evento desde a sua primeira edição em 2001 em Barcelona. Neste evento registou-se a presença de 187 participantes (dos quais 41 estrangeiros), mais do dobro da média das cinco edições anteriores realizadas em Barcelona.

▶ Resultados Alcançados

Execução Financeira
€ 113 195,08

1.2.5.2. Promoção do Artesanato – Feiras

Esta medida integra o apoio financeiro à realização de feiras de artesanato selecionadas, pelas diferentes Delegações Regionais, de acordo com a sua relevância para o sector e região. De destacar, igualmente, o apoio financeiro à realização da Feira Internacional de Artesanato (FIA) que decorre anualmente nas instalações da FIL em Lisboa, que envolve também o apoio financeiro para a participação individual de artesãos.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Análise e aprovação das propostas apresentadas pelas entidades organizadoras.

▶ Resultados Alcançados

Execução
53 Apoios
€ 274 001,21

1.2.5.3. Promoção do Artesanato – Artesãos

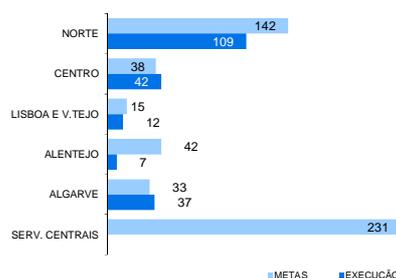
Contempla-se nesta medida a promoção e a valorização do artesanato através do apoio direto aos artesãos que participem em feiras e certames de artesanato, de âmbito nacional, regional e local.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Análise e aprovação dos pedidos apresentados pelos artesãos.

▶ Resultados Alcançados

PROMOÇÃO DO ARTESANATO - ARTESÃOS				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	142	109	76,8	36 223,46
CENTRO	38	42	110,5	24 060,41
LISBOA E V.TEJO	15	12	80,0	7 840,99
ALENTEJO	42	7	16,7	8 354,53
ALGARVE	33	37	112,1	6 255,90
SERV. CENTRAIS	231	0	0,0	24 615,43
TOTAL	501	207	41,3	107 350,72



▶ Justificação de Desvios

- ▶ Registaram-se poucas candidaturas a este apoio. Na atual conjuntura económica o sector do artesanato enfrenta grandes dificuldades (não se trata de bens de primeira necessidade) e, na opinião dos artesãos, o volume de vendas não justifica os custos com a participação nos eventos.

1.2.6. APOIO AO DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

Regulamentado através da Portaria n.º 1160/2000, de 7 de dezembro, este programa pretendia responder a necessidades específicas do sector cooperativo, reforçando e incentivando o cooperativismo, fomentando o desenvolvimento estratégico deste sector e o espírito do cooperativismo, criando condições favoráveis para criação de novas iniciativas de emprego cooperativo.

A Portaria n.º 1160/2000, de 7 de dezembro, foi revogada pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, que aprovou a criação do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECE - alínea c) do artigo 5.º). As competências da Comissão de Coordenação, que foi extinta pela revogação do PRODESCOOP, passaram a ser exercidas pelo IEFP, I.P., através dos Centros de Emprego, relativamente aos seguintes apoios concedidos por este instituto:

- Apoios à criação de postos de trabalho em novas cooperativas de 1.º grau;
- Apoios ao investimento em novas cooperativas de 1.º grau;
- Apoios a projetos de desenvolvimento de cooperação existentes de 1.º grau;

- Apoio à contratação de pessoal qualificado para cooperativas existentes de 1.º grau;
- Apoio a uniões, federações e confederações cooperativas.

1.2.6.1. PRODESCOOP - Cooperativas – Investimentos

Os apoios a conceder em matéria de investimento, destinam-se a:

- ▶ Proporcionar às cooperativas existentes condições que lhes permitam expandir o seu âmbito de atuação, permitindo simultaneamente que estas iniciem ou deem continuidade a processos de modernização, indispensáveis para reforçar o seu potencial concorrencial;
- ▶ Favorecer a criação de novas cooperativas, incentivando-se deste modo o reforço do âmbito de atuação material das cooperativas.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na execução do programa nomeadamente ao nível dos projetos existentes;
- ▶ Apoio aos Centros de Emprego nas competências anteriormente exercidas pela Comissão de Coordenação do PRODESCOOP.

▶ Resultados Alcançados

Execução
7 Apoios
€ 224 219,98

1.2.6.2. PRODESCOOP - Cooperativas - Criação de Postos de Trabalho

Este programa visa, por um lado, apoiar grupos específicos mais afetados pelo desemprego e com maiores dificuldades de inserção ou reinserção na vida ativa, através da contratação de jovens à procura do 1º emprego e de DLD, bem como de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e de pessoas portadoras de deficiência.

Por outro lado, apoia o estímulo à contratação de quadros qualificados e promove ainda a atribuição de um prémio no âmbito da igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na execução do programa nomeadamente ao nível dos projetos existentes.

▶ Resultados Alcançados

Execução
14 Apoios
€ 133 201,88

1.2.7. FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG)

A Comissão Europeia instituiu, através do Regulamento (CE) n.º 1927/2006, de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 546/2009, de 18 de Junho, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) com o objetivo de apoiar os trabalhadores que perderam o emprego em resultado de importantes mudanças na estrutura do comércio mundial causadas pela globalização, bem como, relativamente às candidaturas apresentadas até 31 de Dezembro de 2011, aqueles que foram despedidos diretamente em razão da crise económica e financeira mundial. Em sede de candidatura tem de ser demonstrada a relação entre este fenómeno de globalização e, pelo menos, 500 despedimentos numa ou mais empresas enquadradas num mesmo sector de atividade económica. O IEFP, I.P. foi designado Autoridade Nacional para a gestão técnica, administrativa e financeira das intervenções FEG, sendo igualmente responsável pela apresentação das candidaturas nacionais. Desde o início do FEG, Portugal já apresentou, à Comissão Europeia, 5 candidaturas. Uma candidatura, em 2007, para o Sector Automóvel, regiões Lisboa e Alentejo e outra, em 2009, para o Sector Têxtil, regiões Norte e Centro, encontrando-se ambas encerradas. No fim de 2009 apresenta a candidatura para os ex-trabalhadores da Empresa Qimonda Portugal, SA, que foi executada até final de 2011, encontrando-se em fase de prestação de contas à Comissão Europeia. Encontraram-se em execução durante 2011 as candidaturas para os ex-trabalhadores da Empresa Rohde – Sociedade Industrial de Calçado Luso-Alemã, Lda (apresentada à CE em 2010) e para ex-trabalhadores de 3 empresas do Sector de Fabricação de Componentes e Acessórios para Veículos Automóveis, regiões Norte e Centro - Leoni Wiring Systems Viana, Lda, Kromberg & Schubert Portugal, Lda e Delphi Automotive Systems – Portugal, SA / Estabelecimento da Guarda (apresentada à CE em 2011). As intervenções a desenvolver, podem ser convocadas, em conformidade com previsto nas candidaturas que forem aprovadas pela Comissão Europeia, consubstanciam-se num conjunto coordenado de medidas ativas de emprego e formação profissional.

1.2.7.1. Apoio à Inserção

As ações de apoio à inserção incluem a informação e orientação profissional dos potenciais beneficiários FEG a abranger, pretendendo-se adequadas às respetivas características, às condições das candidaturas e às características do mercado local de trabalho em que se inserem. As ações de informação deverão iniciar-se com a convocatória dos potenciais beneficiários FEG para informá-los, no decurso de uma sessão coletiva, sobre os objetivos do FEG, as ações disponíveis e a forma como irão ser desenvolvidas, mobilizando-os para participar nas mesmas. Deve ainda proceder-se à definição ou ajustamento do Plano Pessoal de Emprego, no sentido de neles integrar etapas no âmbito do FEG

1.2.7.2. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

No âmbito desta medida são desenvolvidos Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), nos termos da regulamentação nacional aplicável, em Centros de Novas Oportunidades (CNO), promovidos pelos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada (CGP), identificados pelo IEFP, I.P..

1.2.7.3. Formação Profissional

As intervenções de Formação Profissional, asseguradas pelos CGP, são prioritariamente desenvolvidas no quadro do Catálogo Nacional de Qualificações, em percursos completos ou em formação modular, de forma a permitir a progressão escolar e profissional dos seus beneficiários.

1.2.7.4. Bolsa de Formação Individual

Os beneficiários FEG podem candidatar-se a um subsídio para frequência de ações de formação, desenvolvida por entidades formadoras devidamente acreditadas ou estabelecimentos de ensino, designadamente de nível superior, que permitam a aquisição de conhecimentos e competências ou a qualificação profissional, de forma a potenciar a respetiva integração no mercado de trabalho. São, ainda, considerados elegíveis, neste âmbito, cursos de pós-graduação e cursos de especialização tecnológica. O subsídio destina-se ao pagamento dos custos com inscrição, mensalidades e demais custos associados à formação, financiados a 100%, e ao pagamento de uma bolsa mensal de formação, variável de acordo com o nível de qualificação do beneficiário FEG.

1.2.7.5. Apoio à Autocolocação

O beneficiário FEG que obtenha, pelos seus próprios meios, emprego por conta de outrem, a tempo inteiro, mediante a celebração de um contrato de trabalho, pode candidatar-se ao Apoio à Autocolocação, de montante variável de acordo com a duração do contrato. Não é considerada autocolocação a colocação num determinado posto de trabalho efetuada com intervenção de Centros de Emprego, ou qualquer outra entidade, pública ou privada, com atuação específica no domínio do emprego.

1.2.7.6. Apoio à Contratação

Com vista a estimular a criação de novos postos de trabalho, o IEFP, I.P. atribui um apoio financeiro às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho, a tempo inteiro, com um beneficiário FEG, dos quais resulte um aumento efetivo do número de trabalhadores vinculados à entidade empregadora, variável de acordo com a duração do contrato. Podem candidatar-se a este apoio, entidades empregadoras, independentemente da sua forma jurídica ou dimensão.

1.2.7.7. Apoios ao Empreendedorismo

Através desta medida, é criada uma linha de apoio específica que subsidia a criação de novos postos de trabalho, bem como o investimento inicial necessário ao arranque do projeto, visando apoiar os beneficiários FEG que têm uma ideia de negócio e pretendem criar o seu próprio emprego ou empresa, e que contempla as vertentes de Formação e Apoio Técnico ao Projeto e Apoio à Criação de Empresa.

1.2.7.8. Prática em Contexto de Trabalho

Através desta medida, é facultado um período de Prática em Contexto de Trabalho aos beneficiários FEG que, independentemente da idade, tenham, na sequência da frequência das medidas de qualificação suprarreferidas, ou de outras ações de formação certificada decorridas nos últimos três anos, adquirido um novo nível de qualificação ou, ainda, competências em área profissional distinta da última exercida, a fim de promover a sua

reinserção profissional. O período de Prática em Contexto de Trabalho deve ter a duração mínima de 3 meses e máxima de 9 meses, a decorrer em entidades privadas, singulares ou coletivas, com ou sem fins lucrativos, e autarquias locais, que se candidatem a esta medida, na qualidade de entidades promotoras.

1.2.7.9. Plano de Integração

No âmbito desta medida, pode ser apoiada a promoção de um Plano de Integração, para beneficiários FEG, que lhes permita, enquanto não surja uma alternativa de trabalho, o desenvolvimento de atividades socialmente úteis que, mantendo-os em contacto com o mundo do trabalho, previna a sua desmotivação. O Plano de Integração tem uma duração máxima de 12 meses, é desenvolvido a tempo completo, com duração semanal igual ou superior a 30 horas e as atividades a realizar devem estar ajustadas às capacidades dos beneficiários FEG, possibilitando, simultaneamente, a aquisição de novos conhecimentos inerentes ao seu desempenho. Podem candidatar-se ao desenvolvimento de Planos de Integração, para um ou mais beneficiários FEG, as entidades empregadoras sem fins lucrativos.

▶ Ações Desenvolvidas no âmbito do FEG

- ▶ Elaboração técnica do processo de candidatura, e apresentação à Comissão Europeia, em Junho de 2011, da candidatura para as 3 empresas do Sector de Fabricação de Componentes e Acessórios para Veículos Automóveis das regiões Norte e Centro referidas anteriormente;
- ▶ Dinamização das ações de divulgação da nova candidatura aos beneficiários e respetiva sinalização no SIGAE;
- ▶ Elaboração da nota de procedimentos e respetivos manuais de apoio à execução da candidatura do Sector de Fabricação de Componentes e Acessórios para Veículos Automóveis;
- ▶ Coordenação, acompanhamento e apoio à execução das intervenções FEG em curso, assegurando a respetiva gestão técnica e financeira dos apoios concedidos e a dinamização das ações previstas;
- ▶ Uniformização de procedimentos relativos à intervenção FEG, analisando a necessidade e introdução de melhorias nos regulamentos internos e manuais da intervenção FEG;
- ▶ Desenvolvimento das ações de emprego e formação previstas em sede das candidaturas em curso, respeitando as condições e metas estabelecidas e aprovadas pela Comissão Europeia;
- ▶ Acompanhamento e a avaliação financeira geral das intervenções FEG, assegurando a gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia e o IEFP, I.P.;
- ▶ Análise e contributos para a discussão e alteração do Regulamento Comunitário do FEG.

▶ Resultados Alcançados

FUNDO EUROPEU DE AJUSTAMENTO À GLOBALIZAÇÃO (FEG)				
MEDIDAS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
Apoios à Autocolocação	254	310	122,0	402 870,42
Apoio à Inserção	157	435	277,1	3 444,49
Apoio ao Empreendedorismo	227	29	12,8	593 956,82
Planos de Integração	213	94	44,1	207 213,38
Prática em contexto de trabalho	36	14	38,9	65 481,94
Apoios à Contratação	166	59	35,5	216 317,52
Bolsa de Formação	182	129	70,9	290 091,65
TOTAL	1235	1070	86,64	1 779 376,22

1.3.

FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO

- ▶ **Contribuir para o desenvolvimento das necessárias competências dos principais agentes executores das políticas de emprego e formação. Conceber a qualificação destes agentes enquanto instrumento essencial do aumento da capacidade de resposta nestes domínios e, particularmente, da adequação desta resposta a metodologias de intervenção centradas num acompanhamento personalizado dos utentes.**

1.3.1. FORMAÇÃO DE AGENTES DA POLÍTICA DE EMPREGO E FORMAÇÃO

Esta medida inclui um conjunto diversificado de ações de formação inicial e de formação contínua para aquisição e Atualização permanente de saberes que garantam a qualidade do desempenho dos agentes na sua esfera específica de intervenção.

Neste âmbito, atribui-se uma atenção particular às ações destinadas a qualificar a intervenção dos agentes dos Serviços Públicos de Emprego nas metodologias de acompanhamento personalizado a desempregados e outros grupos com particular dificuldade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Pretende-se ainda que estas estruturas possam vir a desenvolver intervenções técnicas em parceria com os Centros de Emprego.

1.3.1.1. Formação de Formadores

Esta intervenção destina-se a melhorar a qualidade da formação profissional, através do desenvolvimento das competências e do melhor desempenho de formadores e dos outros profissionais de formação que intervêm na formação profissional nas várias fases do processo formativo: concepção, planeamento, execução, acompanhamento e avaliação. Destina-se, ainda, a intervir nas fases a montante da formação, nomeadamente na definição de novos perfis profissionais exigidos pela mudança social e organizacional e especificamente pela reforma da formação profissional.

No âmbito desta intervenção, continuaram, em 2011, a ser integradas as medidas relativas à certificação de formadores, decorrentes das novas competências legalmente definidas para o Centro Nacional de Qualificação de Formadores (CNQF).

As questões relativas à inovação e às novas abordagens serão desenvolvidas a diferentes níveis, nomeadamente pelo desenvolvimento de atividades de investigação, da criação e desenvolvimento de parcerias com entidades nacionais e europeias, com vista à implementação de projetos cujos resultados possam apoiar a decisão.

▶ Ações Desenvolvidas

▶ Formação Pedagógica de Formadores:

- Realização de seminários pedagógicos sobre temas da atualidade e relevantes, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ);
- Promoção e organização de cinco seminários/*workshops* pedagógicos, os quais envolveram 735 participantes;
- Realização de uma ação de Formação Pedagógica Contínua, com base nos referenciais existentes, para 14 formadores de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de âmbito nacional;
- Realização de projetos de formação/ ação em áreas consideradas mais pertinentes e relevantes em termos estratégicos, em 2011 foram realizadas 4 ações, envolvendo 67 participantes;
- Realização, a título excecional, de ações de Formação Pedagógica Inicial para formadores de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de âmbito nacional. Foram desenvolvidas 7 ações em resposta a solicitações, devidamente fundamentadas, de entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, que prosseguem objetivos de caráter social ou de prestação de serviços aos cidadãos, dirigidas aos profissionais e aos voluntários dessas mesmas entidades com necessidade de adquirir ou desenvolver as suas competências pedagógicas.

▶ Formação Técnica de Formadores:

- Encontros Sectoriais, visando a Atualização técnica geral dos formadores;
- Realização de um encontro técnico subordinado ao tema “Pedagogia Diferenciada”;
- Realização de 2 ações de formação técnica específica mais aprofundada, nomeadamente em parceria com outras entidades visando a atualização técnica específica dos formadores.

▶ Formação a Distância:

- Realização de ações de Formação Contínua de Formadores, com base nos referenciais já existentes, ou a conceber, nesta modalidade formativa. Em 2011 foram realizadas 3 ações de formação a distância, preconizando a metodologia de *e-learning* e o formato específico *b-learning* (*blended-learning*), abrangendo 150 participantes;
- Utilização progressiva da Plataforma *Moodle* como suporte às ações desenvolvidas.

▶ Certificação de Formadores:

- Coordenação e acompanhamento dos processos de certificação da aptidão pedagógica dos formadores e de outros profissionais de formação;
- Produção de recomendações e orientações técnicas que visem a simplificação, clarificação e uniformização daqueles procedimentos;

- Participação na definição/redefinição do perfil de formador e de outros profissionais de formação;
- Participação no processo de revisão da legislação de enquadramento da certificação;
- Desenvolvimento do regulamento com os procedimentos a aplicar à certificação de formadores de acordo com o previsto no artigo 12.º da Portaria n.º 214/2011, de 30 maio;
- Implementação do Sistema de Informação NetCertificação - portal NetForce:
 - Desenvolvimento das especificações do portal NetForce com vista à desmaterialização de todo o processo de homologação de cursos de formação inicial de formação de formadores e de atribuição de Certificados de Competências Pedagógicas;
 - Migração de toda a informação das aplicações netbolsa e SGCER para o portal NetForce;
 - Formação dos técnicos das Delegações Regionais na utilização do portal NetForce.

► Tecnologias de Informação e Comunicação

- Realização de ações de formação subordinada a recentes desenvolvimentos na área das TIC com vista à sua apreensão pelos formadores, professores e outros profissionais da área da Educação e Formação.

► Investigação, Inovação e Novas Abordagens:

- Desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito do POAT, tendo como objetivo introduzir fatores de melhoria e eficácia nas práticas de certificação e qualificação dos formadores, bem como disponibilizar recursos que permitam a disseminação e partilha de informação estratégica no domínio da educação/formação. Identificação dos projetos:
 - Dinamização de Comunidades de Aprendizagem;
 - Sistema integrado *on-line* de Gestão e Avaliação da Formação Profissional;
 - Utilidade e eficácia pedagógico-didática das plataformas tecnológicas de formação a distância;
 - Revisão dos perfis do formador;
 - RvccFor - Reconhecer, Validar e Certificar Competências de Formadores
Desenvolvimento de uma metodologia de RVCC aplicada ao perfil do Formador - Competências Pedagógicas;
 - Adaptação e publicação de recursos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu na Plataforma de *e-learning* do IEFP, I.P. (*Moodle*);
 - Dinamização da TNet Portugal (Rede de Formação de Formadores);

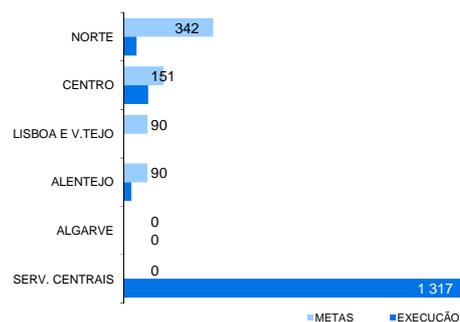
- NetForce - Portal de Formação e Certificação.
- Acompanhamento dos estudos em curso de modo a contribuir para a definição de novos perfis de profissionais de formação e novas metodologias, de uma estratégia nacional de formação de formadores e de novos referenciais de formação;
- Realização de ações de validação de referenciais de formação.

▶ Parcerias e Projetos:

- Prossecução das atividades em desenvolvimento com instituições europeias (Comissão Europeia; CEDEFOP);
- Estabelecimento de novas parcerias (nacionais ou transnacionais) no âmbito de projetos inovadores ou que integrem temáticas prioritárias para o CNQF;
- Desenvolvimento e implementação de metodologias de formação inovadoras, nomeadamente de formação/ação.

▶ **Resultados Alcançados**

FORMAÇÃO DE FORMADORES					
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	VOLUME DE FORMAÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	342	48	14,0	1 203	1 596,30
CENTRO	151	92	60,9	2 642	3 479,58
LISBOA E V.TEJO	90	0	0,0	0	0,00
ALENTEJO	90	28	31,1	757	1 740,93
SERV. CENTRAIS	0	1 317		0	83 811,22
TOTAL	673	1 485	220,7	4 602	90 628,03



▶ **Justificação de Desvios**

- ▶ Com a publicação, em setembro de 2010, da Portaria 944/2010, deixou de haver necessidade de os Formadores renovarem os seus CAP tendo diminuído a procura de formação contínua de formadores. Por outro lado, o aumento do desemprego registado ao longo de 2011 levou a que os Centros aplicassem todos os esforços na resposta à formação de desempregados tendo sido dada a orientação para não desenvolverem a formação de formadores.

1.3.1.2. Formação de Animadores de Gabinetes de Inserção Profissional – GIP

Os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) são estruturas de apoio ao emprego que o IEFP, I.P. dinamiza no sentido de diversificar as possibilidades de acesso à informação de jovens e de adultos desempregados, sobre as respostas existentes em matéria de formação profissional, emprego e estágios profissionais.

Os animadores destas estruturas representam assim um papel fundamental no atendimento e correto encaminhamento dos utentes, tendo o IEFP, I.P. vindo a assegurar que estes animadores passam por ações de formação que lhes permitem a aquisição das competências técnicas associadas ao papel que vão desempenhar.

Verifica-se, por outro lado, que não basta a frequência de uma ação inicial, na medida em que o lançamento de novas medidas e programas pressupõe uma Atualização de competências só possível por meio de ações de formação contínua.

Justificação de Desvios

A formação de animadores de GIP não se concretizou por o processo de aprovação de candidaturas realizadas em 2011 ter sido suspenso.

1.4.

AÇÕES EM COOPERAÇÃO

- ▶ **Acompanhamento e controlo da atividade formativa ministrada quer nos Centros de Gestão Participada do IEFP, I.P. quer em entidades que desenvolvam ações de formação profissional.**

1.4.1. CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA

Os Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, criados nos termos do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio, têm uma vocação marcadamente sectorial ou profissional, associada aos segundos outorgantes dos protocolos que originaram a sua constituição, e complementam a ação da rede de Centros de Formação Profissional de Gestão Direta.

Em 2011 foi concretizado um trabalho de ajustamento da rede de centros, na extinção de três Centros (CEQUAL, CINÁGUA e CRISFORM) e na fusão de outros 3 (CILAN, CITEX e CIVEC que deram origem ao MODATEX). Atualmente esta rede é composta por 21 Centros (com exceção dos Centros de Gestão Participada cujo âmbito de atuação é a Reabilitação Profissional).

A atividade dos Centros de Gestão Participada reflete o levantamento das necessidades de formação dos sectores, domínios ou áreas profissionais onde intervêm, procurando, assim, responder da melhor forma às necessidades de formação reveladas, principalmente no que respeita à formação contínua de ativos empregados.

1.4.1.1. Centros de Gestão Participada

A atividade formativa dos Centros de Gestão Participada (CGP) contabilizou 110 481 abrangidos, dos quais 100 207 integrados em diversas medidas de formação profissional, correspondendo a um volume de formação de 10 502 863 horas, bem com à certificação de 10 274 pessoas, no âmbito do RVCC.

A formação qualificante a desenvolver no âmbito da Rede de Centros de Formação Profissional proporcionou, privilegiadamente, uma dupla certificação - escolar e profissional - de modo a que, conjugada com outras valências disponíveis, designadamente os Centros Novas Oportunidades (CNO), contribuisse para a elevação dos níveis de qualificação da população.

A formação em 2011 destinou-se quer a candidatos a abranger pela qualificação Inicial, sobretudo a formação que confere dupla certificação, quer, predominantemente, a candidatos que integram a Formação Modular, tendo em consideração a natureza sectorial ou profissional destes Centros e a sua relação de proximidade com as empresas e trabalhadores, devido à presença das associações empresariais ou sindicais representativas dos mesmos. A forte relação dos Centros com as empresas e os trabalhadores favorece a transição para a vida ativa dos candidatos a 1.º emprego, permitindo a aquisição e certificação das competências necessárias ao ingresso no mercado de trabalho, promovendo tanto a integração das pessoas desempregadas no mundo do trabalho, como a valorização das competências profissionais dos ativos empregados, considerada a importância

estratégica de que se reveste a promoção da formação contínua de ativos. Pretende-se, desta forma, dar um contributo efetivo para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas, num contexto de acelerada mutação tecnológica e organizacional.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Formação no âmbito das modalidades que promovem a dupla certificação ou a especialização, designadamente, Cursos de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação para Jovens, cursos de Educação e Formação para Adultos, Formação Modular Certificada e Formação para a Inclusão;
- ▶ Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
- ▶ Formação de Formadores e Outros Profissionais, pela Formação Pedagógica de Formadores.
- ▶ **Iniciativa Formação para Empresários** – Compete ao IEFP, IP, através da rede de CGP, realizar ações de formação que não estão abrangidas pela elegibilidade do POPH. Neste âmbito, foram abrangidos 300 formandos;
- ▶ **Acordos de Entendimento** – não tendo sido possível a atribuição de reforços orçamentais, neste âmbito, face à conjuntura económica e ao quadro de medidas de contenção orçamental adotadas para controlo da despesa pública, não foram efetuados quaisquer aditamentos aos Acordos. Neste sentido, apenas, foi executada a avaliação da execução de 2010;
- ▶ **Visitas de Acompanhamento** - As 5 visitas de acompanhamento a realizar aos CGP tiveram por objetivos:
 - Assegurar o cumprimento dos procedimentos e legislação em vigor em matéria de organização de processos técnico-pedagógicos e financeiros, relativos às ações de formação profissional e ao Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
 - Atuar preventivamente aquando da realização de missões de auditoria por parte das entidades competentes para o efeito;
 - Detetar, implementar e disseminar boas práticas.

▶ **Resultados Alcançados**

- ▶ No âmbito dos processos de reconhecimento validação e certificação de competências escolares e/ou profissionais, totalizam-se 10 274 certificados, distribuídos da seguinte forma:
 - RVCC Escolar: 9 819 certificados;
 - RVCC Profissional: 455 certificados.
- ▶ Na atividade formativa, foram abrangidos 100 207 formandos, e realizado um volume de formação correspondente a 10 502 863 horas, repartidas por 6 842 ações de formação profissional, de acordo com o quadro que a seguir se apresenta:

CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CENTRO	ACÇÕES	FORMANDOS	VOLUME	Nº. Horas Médio por Formando	CERTIFICADOS EM PROCESSO DE RVCC
CEARTE	195	3 417	291 834	85	306
CECOA	342	5 005	403 397	81	226
CEFOSAP	626	9 697	362 348	37	284
CENCAL	184	2 683	202 377	75	700
CENFIC	167	2 013	619 494	308	615
CENFIM	840	10 431	2 170 667	208	1 297
CENJOR	100	1 127	40 495	36	0
CEPRA (1)	325	3 877	353 858	91	609
CEQUAL	108	552	22 901	41	0
CFPIC	307	4 576	778 717	170	268
CFPIMM	104	1 582	195 534	124	410
CFPSA	441	7 229	504 675	70	545
CICCO PN	450	7 036	774 621	110	377
CILAN	43	1 262	156 232	124	445
CINÁGUA	19	277	13 389	48	0
CINCORK	108	1 371	168 781	123	466
CINDOR (1)	186	2 740	192 902	70	622
CINEL (1)	166	2 383	515 795	216	884
CINFU	188	2 352	106 263	45	121
CITEFORMA	302	4 473	330 591	74	404
CITEX	255	4 521	469 718	104	368
CIVEC	173	3 640	235 108	65	188
CP JUSTIÇA	114	1 373	463 805	338	275
CRISFORM	18	382	14 688	38	212
FOR-MAR	217	3 457	408 485	118	308
NOVINTER	458	8 825	478 087	54	344
MODATEX	406	3 926	228 101	58	0
TOTAL	6 842	100 207	10 502 863	105	10 274

(1) Não inclui a atividade desenvolvida no âmbito da Prestação de Serviços ao IEFP, I.P., por já estar contabilizada nos Centros de Gestão Direta do IEFP, I.P.

- ▶ Tendo por base os dados apresentados, e considerando que em 2010 os CGP abrangeram 103 313 formandos com 12 105 092 horas de formação, temos que assinalar um decréscimo geral da sua atividade, nomeadamente, de 3% no primeiro indicador e de 13% no segundo;
- ▶ Os Centros que integram um maior número de formandos em ações de formação são o CENFIM (10 431), o CEFOSAP (9 697), o NOVINTER (8 825), o CFPSA (7 229) e o CICCO PN (7 036);
- ▶ Sendo um dos objetivos dos CGP ministrar ações de formação contínua a ativos empregados, é compreensível que o número médio de horas de formação por formando seja de, aproximadamente, 105 horas. Este valor médio apurado não impede no entanto que se encontrem valores consideravelmente inferiores [CENJOR - 36 e CEFOSAP - 37] ou superiores [CP JUSTIÇA - 338; CENFIC - 308; CINEL - 216 ou CENFIM - 208];
- ▶ Relativamente ao reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida através de processos de RVCC, destacam-se, com maior número de certificados, o CENFIM (1 297), o CINEL (884) e o CENCAL (912).

- Igualmente importante é analisar a execução registada, tendo como referência as metas fixadas e o cumprimento ou não dos objetivos:

CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL			
	META	EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO (%)
Formandos em ações de formação profissional (1)	74 366	100 207	134,7
Indivíduos certificados em processos de RVCC	21 558	10 274	47,7
TOTAL	95 924	110 481	115,2

(1) Não inclui a atividade desenvolvida no âmbito da Prestação de Serviços ao IEFP, I.P., por já estar contabilizada nos Centros de Gestão Direta do IEFP, I.P.

CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - ATIVIDADE FORMATIVA POR MEDIDA						
MEDIDAS DE FORMAÇÃO	N.º DE FORMANDOS			VOLUME DE FORMAÇÃO		
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO (%)	METAS	EXECUÇÃO	GRAU DE EXECUÇÃO (%)
Aprendizagem	3 346	2 701	80,7	2 812 300	1 964 075	69,8
Form. Qualificante com Vista à Int.Merc.Trab.	0	63	-	0	21 668	-
Cursos de Educação e Formação de Jovens	709	1 496	211,0	630 760	640 748	101,6
Cursos de Especialização Tecnológica	1 090	1 187	108,9	811 362	589 085	72,6
Portugal Acolhe	0	491	-	0	12 828	-
Formação Modular	51 466	81 427	158,2	2 649 827	3 501 724	132,1
Cursos Educação Formação de Adultos	6 526	7 101	108,8	4 839 761	3 518 838	72,7
Formação de Formadores	291	376	129,2	26 409	33 570	127,1
Formação para a Inclusão	0	45	-	5 406	1 288	23,8
Outras Medidas	10 938	5 320	48,6	635 573	219 039	34,5
Prestação de Serviços dos CGP ao IEFP, I.P. (1)	0	71	-	0	15 288	-
Acordos de Entendimento	20 000	49 331	246,7	0	0	-
TOTAL	94 366	149 609	158,5	12 411 398	10 518 151	84,75%

(1) Esta atividade não é considerada nos totais dos Centros de Gestão Participada por estar contabilizada nos Centros de Gestão Direta do IEFP, I.P.

- Se se excluir a Prestação de Serviços dos CGP ao IEFP, I.P. e os Acordos de Entendimento, a execução em termos de nº de formandos atingiu 134,7% da meta e o volume de formação, ficou-se pelos 84,7% do programado;
- Relativamente aos formandos abrangidos, destacam-se os Cursos de Aprendizagem, cuja execução ficou aquém dos objetivos inicialmente fixados (com 80,7%) e, com execuções acima do previsto, os Cursos de Educação e Formação para Jovens (211,0%) e a Formação Modular (158,2%);
- Relativamente ao volume de formação, e não obstante os CGP terem executado menos 1.893.274 horas do que o previsto, verificaram-se execuções acima do previsto, como sejam as modalidades de Formação Modular (132,1%), Formação de Formadores (127,1%) e Cursos de Educação e Formação para Jovens (101,6%);
- No que concerne aos indivíduos certificados em processos de RVCC registou-se uma quebra significativa, face ao previsto, com um grau de execução apurado de 47,7%.

CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - ACTIVIDADE FORMATIVA POR CENTRO E MEDIDA

CENTROS	Aprendizagem	Formação Qualificante	EF Jovens	Especialização Tecnológica	Portugal Acolhe	Formação Modular	EF Adultos	Formação Formadores	Form. para a Inclusão	Outras medidas	Prest. Serviços ao IEFP	TOTAL
CEARTE												
Formandos	52		80			2 173	304			808		3 417
Vol. Formação	16 349		27 281			96 679	114 409			38 116		291 834
CECOA												
Formandos	68			34		4 512	266	109		16		5 005
Vol. Formação	62 554			26 643		169 209	135 286	9 665		40		403 397
CEFOSAP												
Formandos						9 413				284		9 697
Vol. Formação						359 270				3 078		362 348
CENCAL												
Formandos	18		27			2 563	75					2 683
Vol. Formação	5 013		7 597			135 798	53 969					202 377
CENFIC												
Formandos	80		15			772	447			699		2 013
Vol. Formação	55 541		14 232			95 247	433 994			20 480		619 494
CENFIM												
Formandos	1053		617	534		7 755	429	43				10 431
Vol. Formação	967 539		328 773	286 167		299 803	285 025	3 360				2 170 667
CENJOR												
Formandos						1 127						1 127
Vol. Formação						40 495						40 495
CEPRA												
Formandos	42		166	20		2 340	193	22		1074	48	3 925
Vol. Formação	40 383		35 700	1866		105 171	117 435	749		52 554	8 426	362 284
CEQUAL												
Formandos				50		158				344		552
Vol. Formação				11085		5 133				6 683		22 901
CFPIC												
Formandos	121			120		3 187	630			518		4 576
Vol. Formação	80 772			48 997		283 065	334 271			3162		778 717
CFPIMM												
Formandos	220	27	39			1255	41					1 582
Vol. Formação	124 546	4 832	3 637			48 856	13 663					195 534
CFPSA												
Formandos	49		8			6 407	739	26				7 229
Vol. Formação	19 202		2 626			142 973	337 372	2 502				504 675
CICCOPN												
Formandos	585	36	137			5 980	298					7 036
Vol. Formação	342 806	16 836	65 060			234 277	115 642					774 621
CILAN												
Formandos	62					924	276					1 262
Vol. Formação	12 756					61 396	82 080					156 232
CINÁGUA												
Formandos			10			267						277
Vol. Formação			4 439			8 950						13 389
CINCORK												
Formandos	53					1089	229					1 371
Vol. Formação	36 399					34 986	97 396					168 781
CINDOR												
Formandos	89					2 539	112				14	2 754
Vol. Formação	60 203					65 746	66 953				1376	194 278
CINEL												
Formandos	188			300		1 675	220				9	2 392
Vol. Formação	135 766			152 837		66 083	161 109				5 486	521 281
CINFU												
Formandos						2 301	51					2 352
Vol. Formação						60 776	45 487					106 263
CITEFORMA												
Formandos			162	16		3 903	283	36		73		4 473
Vol. Formação			72 142	13 407		111 631	129 577	3 323		511		330 591
CITEX												
Formandos			75	87		2 783	272			1304		4 521
Vol. Formação			15 013	413 15		223 328	128 458			61 604		469 748
CIVEC												
Formandos			32		44	3 172	392					3 640
Vol. Formação			18 578		2 116	102 134	112 280					235 108
CP Justiça												
Formandos						199	1 129		45			1 373
Vol. Formação						27 955	434 562		1 288			463 805
CRIFORM												
Formandos						382						382
Vol. Formação						14 688						14 688
FOR-MAR												
Formandos	12		35			3 306	104					3 457
Vol. Formação	3 108		11 673			317 661	76 043					408 485
NOVINTER												
Formandos			11		387	7 951	245	140		91		8 825
Vol. Formação			1922		8 723	292 977	158 691	13 971		1 803		478 087
MODATEX												
Formandos	9		62	26	60	3 294	366			109		3 926
Vol. Formação	2 138		32 075	6 768	1 989	97 437	85 136			2 558		228 101
TOTAL												
Formandos	2 701	63	1 496	1 187	491	81 427	7 101	376	45	5 320	71	100 278
Vol. Formação	1 964 075	21 668	640 748	589 085	12 828	3 501 724	3 518 838	33 570	1 288	219 039	15 288	10 518 151

1.4.2. AÇÕES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

1.4.2.1. Ações em Cooperação com Outras Entidades

Ao longo dos anos o IEFP, I.P. tem vindo a celebrar Acordos e Protocolos de Cooperação com entidades terceiras que envolvem e preveem compromissos financeiros renováveis.

A celebração deste Acordos tem como finalidade complementar a sua atividade em matéria de emprego, formação profissional, métodos e recursos didáticos. Os Acordos de Cooperação em vigor que têm expressão em termos orçamentais são os que constam do quadro seguinte.

AÇÕES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	
ENTIDADES	OBJETO DO ACORDO
Agência Metropolitana de Serviços – AMS	Apoio à formação profissional, à promoção do emprego e da (re)inserção profissional.
Associação de Formação para a Indústria – ATEC	Apoio à formação profissional
Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC	Apoio à criação de microempresas
Associação Nacional dos Jovens Empresários – ANJE	Academia dos Empreendedores
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR	Apoio a ações integradas nas estratégias de atuação da entidade
Casa Pia de Lisboa – CPL	Apoio à formação profissional
Centro de Arte e Comunicação Visual – AR.CO	Apoio à formação profissional
Centros de Serviços e Apoio a Empresas – CESAE	Apoio à formação profissional
Comunidade Hindu de Portugal – CHP	Apoio à formação profissional
Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social – CNIS	Apoio à estrutura técnica
Cruz Vermelha Portuguesa – CVP	Apoio à estrutura técnico-pedagógica da entidade
Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação – FDTI	Apoio à formação profissional
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – SCML	Apoio à formação profissional
União das Misericórdias Portuguesas – UMP	Apoio à estrutura técnica
OED – Operação para a Promoção de Emprego de Pessoas com Deficiência	Apoio à estrutura técnica

Existem, ainda, ações de cooperação técnica com entidades terceiras que não se inscrevem em acordos e protocolos de cooperação, designadamente encaminhamentos de candidatos para as ações de formação ministradas pelas entidades.

Agência Metropolitana de Serviços – AMS

Desenvolvimento de ações conjuntas entre o IEFP, I.P. e a Agência Metropolitana de Serviços nos domínios da formação profissional, da promoção do emprego, e da (re)inserção socioprofissional, como forma de combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social nos concelhos da Área Metropolitana do Porto.

▶ Execução

- ▶ Foram abrangidas 229 pessoas.

Associação de Formação para a Indústria – ATEC

Desenvolver ações de formação profissional e de educação técnica avançada com carácter inovador, tendo em vista a qualificação, aperfeiçoamento ou reciclagem de pessoal no sector da indústria, nomeadamente na indústria automóvel e eletrónica.

▶ Execução

- ▶ No ano de 2011 estiveram envolvidos em ações de formação 11.380 formandos.

Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC

Apoio à criação de microempresas, através da concessão de microcrédito, tendo em vista a promoção do autoemprego dos grupos socialmente mais desfavorecidos, tanto pela sua situação em relação ao mercado de trabalho, como em relação a outras formas de exclusão ou marginalidade económica e social.

▶ Execução

Ao longo do ano de 2010 foram aprovados 104 empréstimos.

Associação Nacional dos Jovens Empresários – ANJE

Apoio técnico-financeiro à realização de um conjunto de atividades integradas no programa nacional da Associação, denominado por “Academia dos Empreendedores”, a qual desenvolve várias iniciativas em prol do empreendedorismo, designadamente, ações de divulgação de instrumentos de apoio a jovens empreendedores e iniciativas de valorização pública das suas ideias de negócio.

▶ Execução

- ▶ No ano de 2011 foram abrangidos 6.000 jovens nas diversas atividades.

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR

Apoio técnico-financeiro à realização de um conjunto de ações integradas nas estratégias de atuação da ANIMAR diretamente relacionadas com o seu objeto social, designadamente, estimular a reflexão e a troca de experiências entre agentes, estudiosos/as e decisores/as do Desenvolvimento Local e da Economia Social, promovendo o diálogo entre estes e o Estado, na sua dimensão nacional ou desconcentrada.

▶ Execução

- ▶ Foram abrangidas 1.608 pessoas.

Casa Pia de Lisboa – CPL

Potenciação do ensino técnico profissional desenvolvido pela Casa Pia, consubstanciado na realização de cursos técnico-profissionais, cursos de educação e formação de jovens, cursos profissionais e cursos artísticos especializados, sempre com a dupla valência escolar e profissional.

▶ Execução

- ▶ No ano de 2011 a CPL realizou ações de formação abrangendo 2.258 formandos.

Centro de Arte e Comunicação Visual – AR.CO

Apoiar técnica e financeiramente a promoção, acompanhamento, avaliação e controlo de ações de formação profissional que venham a ser desenvolvidas em cooperação.

▶ Execução

- ▶ No âmbito deste acordo que funciona por ano letivo, em 2011, foram abrangidos 489 formandos.

Centros de Serviços e Apoio a Empresas - CESAE

Apoio técnico-financeiro à realização de ações de formação profissional na área de informática.

▶ Execução

- ▶ Em 2011 foram desenvolvidas ações de formação envolvendo 159 formandos.

Comunidade Hindu de Portugal – CHP

Apoio técnico-financeiro à realização de ações de formação profissional pelo Centro de Formação Profissional da Comunidade Hindu de Portugal, com vista à sua integração sociocultural.

▶ Execução

- ▶ Em 2011 foram desenvolvidas ações de formação para 42 formandos.

Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social – CNIS

O Acordo de Cooperação inicial foi assinado em 2001, tendo sido suspenso em 2007. Em 2010 na sequência da regularização das situações identificadas, foi revisto e reformulado, tendo o novo acordo por objeto o apoio à atividade desenvolvida através do funcionamento de uma estrutura técnico-administrativa que assegure a coordenação, informação e acompanhamento dos seus associados no âmbito das suas atividades que envolvam medidas ativas de emprego e inserção de públicos em especial desvantagem face ao mercado de trabalho.

▶ Execução

- ▶ Foram abrangidas 1.114 pessoas.

Cruz Vermelha Portuguesa – CVP

Apoiar técnica e financeiramente a promoção, acompanhamento, avaliação e controle de ações de formação que os dois Outorgantes venham a desenvolver em cooperação.

▶ Execução

- ▶ Foram abrangidas 5.733 pessoas.

Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação – FDTI

Apoio técnico-financeiro para a realização de ações de formação profissional na área das tecnologias de informação, dirigidas a jovens.

▶ Execução

- ▶ Durante o ano de 2011, foram abrangidos na formação profissional 9.178 formandos.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – SCML

Aproveitamento recíproco de potencialidades e a complementaridade de ações das duas entidades outorgantes nas vertentes de formação profissional, de inserção no mercado de trabalho e do desenvolvimento sócio local, nomeadamente na produção de produtos didáticos associados à realização de cursos de educação-formação a desenvolver pelo Centro de Formação Profissional da Aldeia de Santa Isabel da SCML e na realização de outras atividades conjuntas que venham a revelar-se de interesse mútuo.

▶ Execução

- ▶ Foram abrangidas 479 pessoas.

União das Misericórdias Portuguesas – UMP

Criação de uma estrutura nacional técnico-administrativa que visa a coordenação, promoção, acompanhamento, avaliação e controle das ações de formação profissional que se integram no Plano de Formação da UMP, no âmbito dos Programas e Medidas do QREN e nas medidas de candidatura direta ao IEFP, I.P., a qual será o garante da adequação entre as necessidades do mercado de emprego e a concepção e organização da formação. A UMP desenvolve a sua atividade junto das cerca de 400 Misericórdias, com as quais se mantém contacto regular, através do apoio em várias áreas de atuação destas instituições. No âmbito deste protocolo, assumem especial relevância:

- O programa de formação, anualmente implementado;
- Iniciativas de sensibilização e informação, desenvolvidas ao longo do ano, com a preocupação de mobilizar as comunidades locais para as respostas adequadas à resolução dos problemas de emprego assim como à realidade dos níveis de qualificação dos portugueses;
- Ações de qualificação dos recursos humanos das Misericórdias, numa perspetiva de manutenção do emprego.

▶ Execução

- ▶ Em 2011 foram desenvolvidas ações de formação para 10.173 formandos.

OED Lisboa – Operação de Emprego para pessoas com Deficiência

A Operação para a Promoção de Emprego de Pessoas com Deficiência(s) na Cidade de Lisboa, é um serviço de integração socioprofissional, criado por um protocolo de cooperação entre o IEFP, I.P., a Câmara Municipal de Lisboa e a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, atualmente Fundação Liga. A criação da Operação de Emprego para pessoas com Deficiência (OED) Lisboa prendeu-se com a necessidade da existência de um serviço específico que atuasse ao nível de todas as componentes que compõem a área da promoção do emprego de pessoas com deficiências e incapacidades, designadamente a informação/orientação profissional, análise ergonómica e adaptação de postos de trabalho, identificação das oportunidades de emprego e de postos de

trabalho passíveis de serem ocupados por pessoas com deficiências e incapacidades, apoio técnico às pessoas com deficiências e incapacidades na procura do próprio emprego, sensibilização das entidades empregadoras sobre a problemática da integração profissional, colocação e acompanhamento psicossocial e pós-colocação dos utilizadores do serviço.

▶ Execução

- ▶ Em 2011 foram abrangidas 385 pessoas.

Execução

49 331 Abrangidos

€ 13 769 880,54

A stylized logo consisting of four rounded rectangular shapes arranged in a cross-like pattern. The top and bottom shapes are dark blue, while the left and right shapes are light blue. The text 'D2' is centered in white on the light blue right-hand shape.

D2

**INTEGRAÇÃO ECONÓMICA
E SOCIAL DOS GRUPOS
SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

2.

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS

- ▶ **Visa a integração económica e social dos grupos sociais desfavorecidos, através do apoio ao desenvolvimento local e à família e ainda as intervenções relativas a segmentos específicos da população, com maiores dificuldades formativas e de resolução de problemas de emprego.**

A aposta numa sociedade mais justa e mais coesa, onde todos tenham o direito de usufruir da condição de cidadãos, tem vindo a determinar a prioridade que é atribuída pela maioria dos estados-membros no combate ao desemprego.

A adoção de estratégias comuns, capazes de conduzir a um funcionamento mais eficaz do mercado de trabalho que respondam, simultaneamente, a preocupações de natureza económica e social implica, no entanto, o reconhecimento de que as situações de desfavorecimento face ao mercado, com que determinadas pessoas e grupos se deparam, se enquadram em dinâmicas próprias, políticas e sociais, pelo que uma ação bem sucedida contra o desemprego implica que se tenha em consideração a interação complexa de múltiplos fatores.

Cada vez mais se reconhece que o problema da exclusão do mercado de trabalho é apenas uma variável do processo pelo qual as pessoas são excluídas da sociedade. A inter-conjugação de outros fatores, tais como as condições de habitação, níveis de educação e oportunidades, saúde e discriminação, cidadania e integração na comunidade local, determina, assim, o seu carácter multidimensional e dinâmico, o que exige uma mobilização de medidas económicas e sociais.

A implementação de medidas sectorizadas e de respostas direcionadas para problemas específicos tem apenas um efeito pontual e profundamente limitado, necessitando a intervenção neste domínio de se apoiar em ações integradas, centradas nos recursos e enraizadas nas comunidades locais, devidamente enquadradas em termos de políticas globais.

2.1.

PROMOVER O EMPREGO E A EMPREGABILIDADE DOS GRUPOS PARTICULARMENTE DESFAVORECIDOS

- ▶ **Desenvolver ações de prevenção dos fatores de marginalização social de grupos mais vulneráveis, ações de orientação e de formação e emprego/facilitação da integração no mercado de emprego. Potenciar as condições de integração social e económica das pessoas com deficiências e incapacidades, proporcionando respostas de qualificação e reforço de competência.**

- ▶ **Melhorar as condições de acessibilidade dos serviços.**

2.1.1. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES

As ações de desenvolvimento pessoal e profissional visam apoiar a pessoa com deficiências e incapacidades:

- ▶ No seu projeto de vida;
- ▶ Na transição da escola para o mundo do trabalho;
- ▶ Na formação e qualificação profissional;
- ▶ No que concerne especificamente à Formação Profissional, esta incide em profissões enquadráveis nos três sectores de atividades económicas e poderá ser feita através:
 - da utilização das estruturas regulares de formação profissional para o atendimento de pessoas com deficiências e incapacidades;
 - da utilização das estruturas específicas de formação profissional:
 - Ações Diretas;
 - Ações em Cooperação.

A informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego constituem competência dos Centros de Emprego relativamente às pessoas com deficiências e incapacidades neles inscritas, identificadas e desenvolvidas no âmbito dos respetivos planos pessoais de emprego (PPE).

Os Centros de Emprego podem solicitar que as ações de informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego sejam realizadas pelos Centros de Recursos, sempre que se justifique a necessidade de intervenção especializada no contexto do PPE definido para cada candidato.

2.1.1.1. Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego

A informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego visa apoiar as pessoas com deficiências e incapacidades, inscritas e encaminhadas pelos Centros de Emprego, na tomada de decisões vocacionais adequadas, facultando-lhes os meios, informação e apoios considerados indispensáveis à definição e desenvolvimento do seu PPE.

A adequada avaliação das capacidades, interesses e motivações das pessoas com deficiências e incapacidades e dos meios de compensação necessários à sua integração socioprofissional, bem como o conhecimento das características e ofertas do mercado de emprego local, constitui um aspeto de decisiva importância para a sua integração socioeconómica.

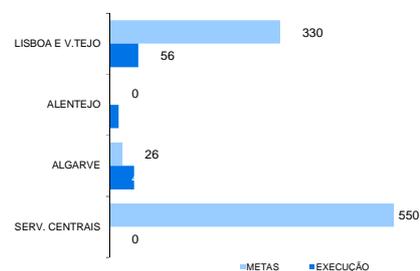
São destinatários das ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego, as pessoas com deficiências e incapacidades inscritas e encaminhadas pelos Centros de Emprego.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Abertura do processo de credenciação das entidades como Centros de Recursos, nos termos do Anexo III do Despacho normativo n.º 18/2010, publicado a 29 de Junho;
- ▶ Dinamização das ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego;
- ▶ Acompanhamento das ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego em todos os Centros de Recursos credenciados pelo IEFP, I.P.;
- ▶ Avaliação dos resultados destas ações em cada um dos Centros de Recursos;
- ▶ Apoio técnico e financeiro às ações de Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego desenvolvidas pelos Centros de Recursos.

▶ Resultados Alcançados

INFORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO E O EMPREGO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
CENTRO	0	0		2 268,99
LISBOA E V.TEJO	330	56	17,0	69 465,29
ALENTEJO	0	18		0,00
ALGARVE	26	48	184,6	1 945,24
SERV. CENTRAIS	550	0	0,0	0,00
TOTAL	906	122	13,5	73 679,52



▶ Justificação de Desvios

Esta medida é, para as regiões de convergência, apoiada através do Organismo Intermédio. Apenas as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve (regiões de não convergência) registam execução nesta medida.

2.1.1.2. Formação para Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Ações em Cooperação

Com esta atividade visa-se a promoção de ações em cooperação com as entidades privadas no sentido de desenvolver a formação profissional de jovens e adultos com deficiências e incapacidades, com vista a criar/melhorar as suas competências sociais e profissionais, conseguir uma qualificação que lhes permita alcançar/manter um emprego e progredir profissionalmente no mercado de trabalho.

Para a sua concretização foi publicado o Regulamento Específico da Tipologia de intervenção n.º 6.2 / 8.6.2 / 9.6.2 “Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades” dos Eixos 6/8/9 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) ficaram definidas, no âmbito desta modalidade de intervenção, as orientações relativas aos apoios a conceder para o período de elegibilidade do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). O IEFP, I.P., enquanto serviço público de emprego nacional e pela relevância estratégica que lhe é reconhecida em matéria de emprego e qualificação, em particular das pessoas com deficiências e incapacidades, foi designado como organismo intermédio para estas tipologias.

Decorrente da publicação, em 12 de outubro de 2009, do Decreto-Lei n.º 290/2009 foi publicado, em 29 de junho de 2010, o Despacho normativo n.º 18/2010, que veio regulamentar as medidas previstas no diploma inicial, publicando no seu Anexo I o Regulamento Específico da Medida de Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades. Esta Medida veio possibilitar o apoio a entidades que desenvolvem ações de qualificação dirigidas a pessoas com deficiências e incapacidades em áreas geográficas não cobertas pelo POPH.

Em 2011, as entidades de reabilitação deram continuidade ao processo de disponibilização de respostas formativas sustentadas em modelos formativos que, salvaguardando as diferenças e particularidades dos públicos-alvo, possam assegurar que a frequência da formação profissional seja, também, garantia de reconhecimento e inserção no mercado de emprego e que confirmem a possibilidade de acesso à dupla certificação.

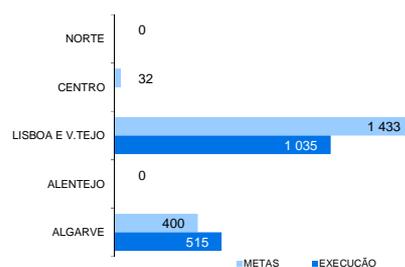
▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Apoio técnico aos serviços através da divulgação e publicação de orientações;
- ▶ Colaboração nos trabalhos e tarefas inerentes às funções atribuídas ao IEFP, I.P., enquanto Organismo Intermédio;
- ▶ Inclusão nas orientações emitidas para a elaboração do Plano de Atividades dos Centros de Formação Profissional, de uma referência expressa à necessidade de integração, nas suas ações de formação profissional, de pessoas com deficiências e incapacidades;
- ▶ Recolha, análise e emissão de parecer relativo aos referenciais de formação Tipologia C, utilizados pelas entidades de reabilitação profissional, com projetos em desenvolvimento no âmbito das Tipologias 6.2/8.6.2/9.6.2 - Qualificação Profissional das Pessoas com Deficiências e Incapacidades do POPH e Medida de Qualificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades;
- ▶ Publicação de Circular Normativa e do Guia de Apoio à Candidatura (contendo orientações já divulgadas e instrumentos de suporte - formulários);

- ▶ Finalização dos trabalhos conducentes à publicação no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) de 14 referenciais de formação adaptados às pessoas com deficiências e incapacidades;
- ▶ Apoio técnico às entidades de reabilitação profissional, na aplicação da metodologia de organização da formação, coordenando e monitorizando a aplicação das orientações para a qualificação destes públicos;
- ▶ Revisão do Guia Organizativo para a Formação Profissional e Certificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades, tendo por base a experiência adquirida decorrente da sua aplicação;
- ▶ Monitorização dos resultados da acessibilidade aos cursos e ações de formação destinados à população em geral, por parte de pessoas com deficiências e incapacidades em percursos formativos regulares.

▶ Resultados Alcançados

FORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - AÇÕES EM COOPERAÇÃO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	0	0		0,00
CENTRO	32	0	0,0	212 558,68
LISBOA E V.TEJO	1 433	1 035	72,2	7 396 754,70
ALENTEJO	0	0		29 931,85
ALGARVE	400	515	128,8	1 226 025,92
TOTAL	1 865	1 550	83,1	8 865 271,15



▶ Justificação de Desvios

Esta medida é, para as regiões de convergência, apoiada através do Organismo Intermédio. Apenas as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve (regiões de não convergência) registam execução nesta medida.

2.1.2. APOIOS AO EMPREGO E À CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES

O desemprego tem tendência para assumir índices mais preocupantes junto de determinados grupos especiais, sendo as pessoas com deficiências e incapacidades, por razões diversas, particularmente sujeitas a esta situação.

2.1.2.1. Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas

Os apoios para adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas visam promover a integração socioprofissional das pessoas com deficiências e incapacidades no mercado de trabalho e constituem um instrumento para compensar as entidades empregadoras dos encargos decorrentes da sua contratação.

Esta modalidade de apoio está prevista no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades, criado pelo Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, e regulamentado através do Despacho Normativo n.º 18/2010, publicado no Diário da República 2.ª Série, n.º 124, de 29 de Junho.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação e dinamização das modalidades de apoio;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na implementação da medida.

▶ Resultados Alcançados

Execução
3 Abrangidos
€ 69 994,66

▶ Justificação de Desvios

Trata-se de um apoio com uma regulamentação recente, o que penalizou a apresentação de candidaturas; Embora tenha sido feita a divulgação, não se verificou a aceitação prevista por parte das entidades, uma vez que a regulamentação de base restringiu as modalidades de apoio.

2.1.2.2. Estágio de Inserção para Pessoas com Deficiências e Incapacidades

Os Estágios de Inserção visam apoiar a integração ou reintegração no mercado de trabalho de pessoas com deficiências e incapacidades desempregadas ou à procura de primeiro emprego, através de formação prática em contexto laboral, que complemente e aperfeiçoe as suas competências, de forma a facilitar o seu recrutamento e integração e potenciar o desempenho profissional.

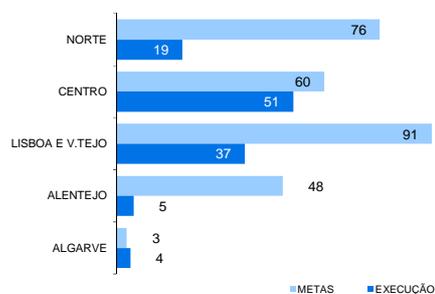
▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação da modalidade de apoio;
- ▶ Acompanhamento e prestação de apoio técnico aos serviços, entidades e candidatos;
- ▶ Acompanhar o programa e as estruturas em funcionamento;

- ▶ Revisão dos normativos desta modalidade de apoio, nomeadamente do Manual de Procedimentos, em virtude da publicação da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, que passou a aplicar-se a estes apoios.

▶ Resultados Alcançados

ESTÁGIO DE INSERÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADES				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	76	19	25,0	44 412,79
CENTRO	60	51	85,0	102 755,09
LISBOA E V.TEJO	91	37	40,7	80 143,26
ALENTEJO	48	5	10,4	10 980,06
ALGARVE	3	4	133,3	8 707,03
TOTAL	278	116	41,7	246 998,23



▶ Justificação de Desvios

As dificuldades das empresas no contexto atual, afetam em especial este grupo de cidadãos, existindo menos disponibilidade no mercado para a sua integração devido aos receios quanto à evolução da economia. Assim, durante o ano de 2011 surgiram muito poucas candidaturas e os esforços de divulgação não provocaram a adesão esperada. Refira-se ainda que houve situações em que não foi possível a integração do candidato em 2011, mas só em 2012.

2.1.2.3. Contrato de Emprego-Inserção para Pessoas com Deficiências e Incapacidades

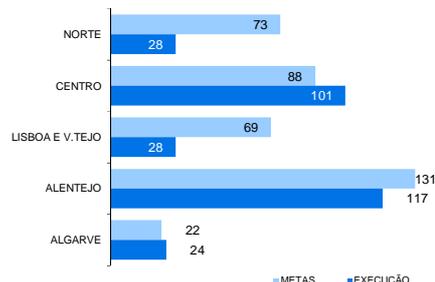
O Contrato Emprego-Inserção para pessoas com Deficiências e Incapacidades visa possibilitar o desenvolvimento de atividades socialmente úteis por parte da pessoa com deficiências e incapacidades, com vista a reforçar as suas competências relacionais e pessoais, valorizar a autoestima, bem como estimular hábitos de trabalho, enquanto não tiver oportunidade de trabalho por conta própria ou por conta de outrem ou ainda de formação profissional, de forma a promover e apoiar a sua transição para o mercado de trabalho.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação da modalidade de apoio;
- ▶ Acompanhamento e prestação de apoio aos serviços, entidades e candidatos;
- ▶ Revisão dos normativos desta modalidade de apoio, nomeadamente do Manual de Procedimentos, em virtude da alteração da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, pela da Portaria n.º 164/2011, de 18 de abril.

Resultados Alcançados

CONTRATO EMPREGO-INSCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADES				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	73	28	38,4	83 942,09
CENTRO	88	101	114,8	239 365,19
LISBOA E V.TEJO	69	28	40,6	66 661,58
ALENTEJO	131	117	89,3	344 159,37
ALGARVE	22	24	109,1	59 313,11
TOTAL	383	298	77,8	793 441,34



Justificação de Desvios

As dificuldades das empresas no contexto atual afetam em especial este grupo de cidadãos, existindo menos disponibilidade no mercado para a sua integração devido aos receios quanto à evolução da economia. Assim, durante o ano de 2011 surgiram muito poucas candidaturas e os esforços de divulgação não provocaram a adesão esperada.

2.1.2.4. Centro de Emprego Protegido

O Centro de Emprego Protegido é uma estrutura produtiva dos sectores primário, secundário ou terciário com personalidade jurídica própria ou estrutura de pessoa coletiva de direito público ou privado, dotado de autonomia administrativa e financeira. Estes centros organizam-se e funcionam em moldes empresariais comuns, com as adaptações exigidas quer pela natureza dos trabalhadores que ocupam, quer pela necessidade de apoios complementares e pelos fins que prosseguem.

O Centro de Emprego Protegido tem como objetivos:

- ▶ Proporcionar às pessoas com deficiências e incapacidades e capacidade de trabalho reduzida o exercício de uma atividade;
- ▶ Desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração em regime normal de trabalho.

Esta medida destina-se a pessoas com deficiências e incapacidades, inscritas nos Centros de Emprego, com capacidade de trabalho não inferior a 30% nem superior a 75% da capacidade normal de trabalho de um trabalhador nas mesmas funções profissionais.

Os Centros de Emprego Protegido poderão ser criados por iniciativa de pessoas coletivas de direito público que não façam parte da administração direta do Estado e por pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

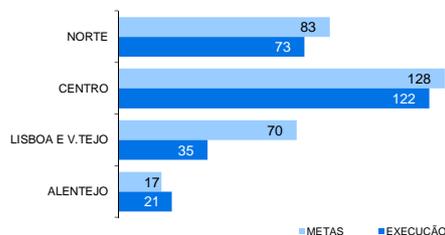
Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento do programa e das estruturas em funcionamento;
- ▶ Sistematização da informação;
- ▶ Renegociação com as entidades titulares dos Centros de Emprego Protegido os acordos de cooperação em vigor, adequando-os aos novos procedimentos e tramitações decorrentes do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro;

- ▶ Acompanhamento e prestação de apoio técnico em função das alterações decorrentes das novas normas regulamentares.

▶ Resultados Alcançados

EMPREGO PROTEGIDO - CENTRO DE EMPREGO PROTEGIDO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	83	73	88,0	272 930,08
CENTRO	128	122	95,3	404 317,43
LISBOA E V.TEJO	70	35	50,0	283 287,86
ALENTEJO	17	21	123,5	32 587,05
TOTAL	298	251	84,2	993 122,42



2.1.2.5. Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras/ Enclaves

O Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras (CEAEE) é a atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiências e incapacidades e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização produtiva ou de prestação de serviços das entidades empregadoras, sob condições especiais, designadamente sob a forma de enclaves.

- ▶ Enclaves: um grupo de pessoas com deficiências e incapacidades que exercem a sua atividade em conjunto, sob condições especiais, num meio normal de trabalho.
- ▶ O Contrato de emprego apoiado em entidades empregadoras é uma modalidade do emprego inovadora, visto que é também, uma resposta individual de criação de postos de trabalho, por isso mais facilitadora às expectativas dos promotores à criação de emprego das pessoas com deficiências e incapacidades. Esta modalidade vai possibilitar a criação de postos de trabalho individuais no âmbito das entidades empregadoras que venham a celebrar o contrato de emprego em regime de emprego protegido com pessoas com deficiências e incapacidades sem que sejam obrigados à criação de enclaves.

Os objetivos do CEAEE e o público-alvo são idênticos aos dos Centros de Emprego Protegido.

Os postos de trabalho em regime CEAEE podem ser criados por iniciativa de entidades empregadoras de direito público e privado que admitam pessoas com deficiências e incapacidades, inscritas nos Centros de Emprego, com capacidade de trabalho não inferior a 30% nem superior a 75% da capacidade normal de trabalho de um trabalhador nas mesmas funções profissionais.

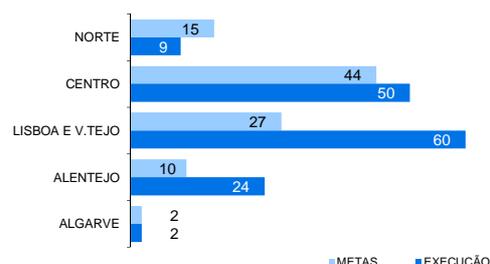
▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação e dinamização da presente modalidade de apoio;
- ▶ Acompanhamento dos enclaves em funcionamento;
- ▶ Sistematização da informação;
- ▶ Enquadramento dos enclaves criados pelas autarquias de acordo com a nova legislação;

- ▶ Renegociação com as entidades titulares dos enclaves os acordos de cooperação em vigor, adequando-os aos novos procedimentos e tramitações decorrentes do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro;
- ▶ Acompanhamento e prestação de apoio técnico em função das alterações decorrentes das novas normas regulamentares.

▶ Resultados Alcançados

EMPREGO PROTEGIDO - ENCLAVES				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	15	9	60,0	39 869,97
CENTRO	44	50	113,6	143 603,08
LISBOA E V.TEJO	27	60	222,2	104 759,36
ALENTEJO	10	24	240,0	299,44
ALGARVE	2	2	100,0	8 721,27
TOTAL	98	145	148,0	297 253,12



2.1.2.6. Prémio de Mérito

O Prémio de Mérito assume a forma de concurso através do qual se distinguem as entidades empregadoras singulares e coletivas que mais se tenham empenhado no campo da integração socioprofissional de pessoas com deficiência, nomeadamente pela celebração de contratos de trabalho, bem como o reconhecimento do empenhamento de pessoas com deficiência que tenham criado o seu próprio emprego.

Constitui uma forma eficaz de sensibilização da sociedade em geral e das entidades empregadoras singulares e coletivas em particular, para a integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e para as suas potencialidades de trabalho.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Preparação e divulgação do concurso relativo ao Prémio de Mérito 2010;
- ▶ Apoio técnico e logístico ao júri na apresentação e análise das candidaturas;
- ▶ Análise das 25 candidaturas de entidades empregadoras relativas ao prémio de 2009.

▶ Resultados Alcançados

Execução Financeira
€ 2 531,48

2.1.2.7. Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação

O apoio à colocação visa promover a inserção no mercado de trabalho das pessoas com deficiências e incapacidades, inscritas nos Centros de Emprego, através de um processo de mediação entre as mesmas e as entidades empregadoras, equacionando simultaneamente os aspetos relativos à acessibilidade, à adaptação do posto de trabalho, ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade, bem como sensibilizando as

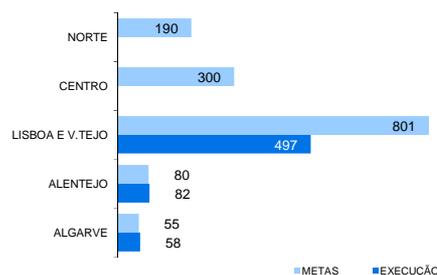
entidades empregadoras para as vantagens da contratação deste público, e apoiando o destinatário na procura ativa de emprego e na criação do próprio emprego. O acompanhamento pós-colocação visa a manutenção no emprego e a progressão na carreira das pessoas com deficiências e incapacidades, através do apoio técnico aos trabalhadores com deficiências e incapacidades e respetivas entidades empregadoras.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Credenciação das entidades como Centros de Recursos, nos termos do Anexo III do Despacho normativo n.º 18/2010, publicado a 29 de Junho;
- ▶ Implementação e dinamização das ações de apoio à colocação e de acompanhamento pós-colocação desenvolvidas pelos Centros de Recursos credenciados pelo IEFP, I.P.;
- ▶ Acompanhamento das ações de apoio à colocação e de acompanhamento pós-colocação em todos os Centros de Recursos credenciados pelo IEFP, I.P.;
- ▶ Avaliação dos resultados destas ações em cada um dos Centros de Recursos;
- ▶ Apoio técnico e financeiro às ações de apoio à colocação e de acompanhamento pós-colocação desenvolvidas pelos Centros de Recursos.

▶ Resultados Alcançados

APOIO À COLOCAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PÓS - COLOCAÇÃO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	190	0	0,0	0,00
CENTRO	300	0	0,0	166 008,27
LISBOA E V.TEJO	801	497	62,0	470 078,41
ALENTEJO	80	82	102,5	37 167,24
ALGARVE	55	58	105,5	2 897,03
TOTAL	1 426	637	44,7	676 150,95



▶ Justificação de Desvios

As variações encontradas na execução decorrem do regular funcionamento das instituições da reabilitação, que estão dependentes do nível de procura/necessidades das Pessoas com deficiências e Incapacidades.

2.1.2.8. OED Lisboa

A Operação para a Promoção de Emprego de Pessoas com Deficiência(s) na Cidade de Lisboa, é um serviço de integração socioprofissional, criado por um protocolo de cooperação entre o IEFP, I.P., a Câmara Municipal de Lisboa e a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.

A criação da OED Lisboa prendeu-se com a necessidade da existência de um serviço específico que atuasse ao nível de todas as componentes que compõem a área da promoção do emprego de pessoas com deficiência(s), designadamente a informação/orientação profissional, análise ergonómica e adaptação de postos de trabalho, identificação das oportunidades de emprego e de postos de trabalho passíveis de serem ocupados por pessoas com deficiência, apoio técnico às pessoas com deficiência(s) na procura do próprio emprego, sensibilização das

entidades empregadoras sobre a problemática da integração profissional, colocação e acompanhamento psicossocial e pós-colocação dos utentes do serviço.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Coordenação dos trabalhos do Grupo Coordenador da OED;
- ▶ Análise do Relatório de Atividades de 2010 e do Plano de Atividades e Orçamento de 2011 e para 2012;
- ▶ Acompanhamento das atividades da equipa técnica criada no âmbito do protocolo.

Execução Financeira

€ 152 663,34

2.1.2.9. Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio

Para as pessoas com deficiências e incapacidades, a possibilidade de disporem de produtos de apoio que lhes possibilitem compensar ou mesmo anular as suas limitações funcionais é muitas vezes condição indispensável para possibilitar ou facilitar o acesso ou a frequência de ações de formação profissional e, muitas vezes condição para permitir aceder, manter ou progredir no emprego. Esta medida financia a aquisição de produtos de apoio que se destinem a estes objetivos específicos.

O Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, criou o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) com o objetivo principal atribuir, de forma gratuita, a pessoas com deficiência ou com uma incapacidade temporária, produtos, equipamentos ou sistemas técnicos especialmente adaptados que previnam, compensem, atenuem ou neutralizem a sua limitação funcional.

Ao IEFP, I.P. compete o financiamento dos produtos de apoio indispensáveis ao acesso e frequência da formação profissional e ou para o acesso, manutenção ou progressão no emprego.

O Decreto-lei n.º 42/2011, de 23 de março, alterou o Decreto-lei n.º 93/2009, de 16 de abril, no sentido de estabelecer um regime transitório até à completa implementação do SAPA, que aguarda regulamentação e a criação da respetiva base de dados, cuja gestão compete ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR, I. P.).

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Acompanhamento do funcionamento do sistema;
- ▶ Participação no Grupo de Trabalho interministerial para a implementação do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) reativado através do Despacho n.º 13-I/MSSS/2011 do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, com a missão de analisar e identificar os impactos dos requisitos técnicos e procedimentos necessários para a conclusão da sua implementação;
- ▶ Participação no Grupo de Trabalho Interministerial sobre a retoma e reutilização de produtos de apoio, criado através do Despacho nº 1-I/SESS/2011 do Secretário de Estado da Segurança Social;

- ▶ Participação na elaboração dos despachos referentes ao regime transitório previsto no artigo 14.º-A do Decreto-lei n.º 93/2009, de 16 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 42/2011, de 23 de março.

▶ **Resultados Alcançados**

Execução
1 Abrangido
€ 14 738,67

▶ **Justificação de Desvios**

Baixa execução, referente apenas a processos transitados uma vez que não havia legislação de suporte para aprovação deste tipo de apoios.

2.1.2.10. Elaboração de pareceres no âmbito do regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais

O regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, constante da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro, comete ao serviço público de emprego um conjunto de intervenções ao nível da avaliação da situação de trabalhadores sinistrados ou afetados por doença profissional. Entre estes pareceres, conta-se a emissão de parecer técnico para os tribunais e o parecer sobre a possibilidade de ocupação do trabalhador em funções compatíveis com o seu estado.

Incapacidade é a impossibilidade temporária ou definitiva do desempenho das funções específicas de uma determinada atividade, em consequência de alterações morfo-psíquico-fisiológicas provocadas por doença ou acidente, para a qual o sinistrado estava, previamente, habilitado e em exercício. A capacidade de trabalho é a relação de equilíbrio entre as exigências de uma dada função e a capacidade para realizá-las. Deste modo, a Análise de Funções é uma técnica que se apresenta fundamental na determinação do conteúdo de uma função e das exigências para a sua realização. O estudo do posto de trabalho surge como uma mais-valia para o conhecimento de todas as condições de execução profissional relativas à pessoa sinistrada em causa; não só a profissão do sinistrado, mas também o posto de trabalho mostra as especificidades organizacionais onde o sinistrado desenvolve a sua atividade revelando, eventualmente, outras exigências/condições de execução, que muitas vezes extrapolam as exigências da própria profissão, e que se apresentam como determinantes numa posterior hipótese de reconversão profissional e mesmo da possibilidade do sinistrado continuar a desempenhar funções naquela organização em particular.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Análise do posto de trabalho através de entrevista com o sinistrado e, sempre que necessário, com um representante da entidade patronal;
- ▶ Elaboração escrita do parecer e envio do mesmo ao médico do trabalho;
- ▶ Envio ao tribunal do parecer de análise de funções e do parecer médico;
- ▶ Solicitação ao tribunal do reembolso devido relativo às perícias médicas;

- ▶ Elaboração e emissão do parecer sobre a possibilidade de ocupação do trabalhador em funções compatíveis com o seu estado.

▶ **Resultados Alcançados**

- ▶ Realização de 55 análises de posto de trabalho de trabalhadores sinistrados e elaboração dos correspondentes pareceres
- ▶ Realização de 6 análises de postos de trabalho e elaboração dos pareceres, tendo em vista o diagnóstico da possibilidade de ocupação do trabalhador em funções compatíveis com o seu estado.

2.1.2.11. Apoios à Manutenção e Reintegração de Pessoas com Incapacidade Decorrente de Acidente de Trabalho

A intervenção do Serviço Público de Emprego, que se pretende complementar às obrigações específicas do empregador quanto à ocupação do trabalhador vítima de acidente de trabalho ou doença profissional, em funções compatíveis com o seu estado de saúde ou capacidade para o trabalho, «realiza-se a partir do momento em que o processo de reabilitação clínica permita o início do processo de reintegração profissional». Cabe, igualmente, ao Serviço Público de Emprego o acompanhamento do processo de reintegração, consubstanciado num plano de reintegração profissional do trabalhador sinistrado ou afetado por doença profissional. Este plano visa a reintegração profissional do trabalhador, «equacionando os meios que devem ser disponibilizados», devendo a sua elaboração envolver a participação do trabalhador, do empregador e das outras entidades, eventualmente, intervenientes no programa de ação assim definido. Para este feito, o Serviço Público de Emprego pode «recorrer à sua rede de centros de recursos» e a outras entidades, incumbindo-lhe fazer «a intermediação entre o trabalhador, o empregador e os serviços de emprego e de formação profissional».

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Definição dos procedimentos técnicos a observar tendo em vista a reintegração deste público-alvo;
- ▶ Elaboração dos normativos internos para a definição e concretização do Plano Pessoal de Reabilitação para o Emprego;
- ▶ Definição dos mecanismos e dos circuitos de articulação com outras entidades parceiras;
- ▶ Monitorização da atividade;
- ▶ Abertura de candidaturas para a credenciação de entidades como centros de recursos, nos termos do regulamento constante do Anexo III do Despacho normativo n.º 18/2010, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho.

2.1.3. AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GRUPOS DESFAVORECIDOS

2.1.3.1. Formação para a Inclusão

Esta medida enquadra o Programa de Formação em Competências Básicas, aprovado pela Portaria n.º 1100/2010, de 22 de Outubro, que visa a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação e a sua posterior integração, enquanto formandos, em cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) de nível B1 ou B1+B2 ou em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

A organização curricular do Programa compreende 6 Unidades de Formação, com 50 horas cada, que integram o CNQ e que serão desenvolvidas em função das necessidades individuais diagnosticadas a cada adulto.

O presente Programa será aplicado a todos os adultos que revelem necessidade de aquisição da totalidade ou de parte das competências anteriormente identificadas, nomeadamente os beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI).

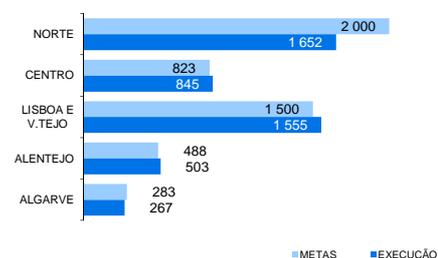
Para o efeito foi produzido um documento normativo interno, que define as regras a observar pelos Centros de Formação Profissional na organização e desenvolvimento desta formação.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realizar ações de formação em competências básicas dirigidas a adultos com muito baixas qualificações;
- ▶ Acompanhar a implementação do Programa na rede de Centros de Formação Profissional;
- ▶ Ajustar os documentos normativos internos na sequência da experiência de implementação do Programa;

▶ Resultados Alcançados

FORMAÇÃO PARA A INCLUSÃO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	2 000	1 652	82,6	1 131 760,43
CENTRO	823	845	102,7	540 393,33
LISBOA E V.TEJO	1 500	1 555	103,7	743 114,84
ALENTEJO	488	503	103,1	370 269,82
ALGARVE	283	267	94,3	142 699,15
TOTAL	5 094	4 822	94,7	2 928 237,57



2.1.4. OUTROS PROJETOS PARA A INSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE GRUPOS ESPECÍFICOS EM RISCO DE EXCLUSÃO

2.1.4.1. Inserção de Grupos Sociais e Culturais Minoritários

A situação de certos grupos de população, com dificuldades especiais de inserção social e profissional, determinam uma atenção particular no âmbito do apoio à formação profissional e ao emprego. Neste âmbito, o IEFP, I.P. tem vindo a colaborar com outras entidades públicas e privadas, com vista à criação de condições facilitadoras do acesso destas comunidades aos programas de formação e emprego destinados à população em geral procedendo-se, sempre que necessário, às adequações necessárias à sua situação específica e criando condições que permitam um atendimento prioritário e qualificado destes grupos nas estruturas e sistemas regulares de emprego e formação.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Identificação, em articulação com as entidades públicas e privadas que atuam junto destes públicos, das necessidades de formação para estes grupos específicos, tendo em conta, por um lado, as necessidades do mercado de trabalho e, por outro lado, as motivações e condições de acesso dos candidatos aos cursos de formação profissional;
- ▶ Apoio à criação do próprio emprego ou de microempresas a fim de promover a valorização pessoal e profissional de pessoas em grande desvantagem face ao mercado de trabalho.

2.1.4.2. Apoio na Implementação do Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI), instituído pela Lei n.º 13/2003, de 29 de maio, consiste numa prestação pecuniária incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção constituído por um conjunto de ações destinadas à gradual integração social dos titulares da medida, bem como dos membros do seu agregado familiar.

A intervenção do IEFP, I.P. na execução desta medida envolve os seus Serviços Centrais, Regionais e Locais, nomeadamente na inserção social dos seus beneficiários através do acesso à formação profissional e ao emprego, atendendo aos recursos disponíveis.

No processo de implementação do RSI, merecem especial realce os núcleos locais de inserção que o IEFP, I.P., através dos Centros de Emprego, integra como parceiro obrigatório e no âmbito dos quais se definem os programas de inserção para os candidatos.

A obrigatoriedade de inscrição nos Centros de Emprego dos titulares maiores de 18 anos que reúnam condições para o emprego obriga a um esforço acrescido dos Centros de Emprego e à definição de procedimentos de articulação designadamente com os serviços da Segurança Social.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação e acompanhamento de uma intervenção articulada com os serviços da Segurança Social;
- ▶ Participação nos Núcleos Locais de Inserção;

- ▶ Regulamentação e implementação de um projeto de mediação para os beneficiários do RSI na área do Emprego;
- ▶ Implementação de ações dirigidas à inserção profissional deste público;
- ▶ Monitorização das respostas e resultados obtidos, no domínio da inserção profissional, pelos titulares/beneficiários da medida.

2.1.5. PROGRAMA VIDA-EMPREGO

O Programa Vida-Emprego foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/98 de 4 de Dezembro no quadro global das medidas ativas de emprego e formação e como instrumento de ação do Programa Nacional de Prevenção da Toxicodependência – Projeto Vida – visando potenciar a reinserção social e profissional de toxicodependentes como parte integrante e fundamental do processo de tratamento da toxicodependência. Com a extinção do Projeto Vida a cogestão do Programa Vida-Emprego foi assumida pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT).

2.1.5.1. Estágios de Integração Socioprofissional

Os Estágios de Integração Socioprofissional visam a inserção na vida ativa de toxicodependentes, que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento, em comunidade terapêutica, regime ambulatorio ou no quadro do sistema prisional, através de uma formação prática remunerada a decorrer em local de trabalho.

Podem ser promotores desta medida as entidades empregadoras públicas e privadas, que se disponham a facultar, com qualidade técnica e pedagógica reconhecidas, os referidos estágios, pelo que serão apoiados no plano técnico e financeiro, nomeadamente nos encargos com estagiários e seus orientadores.

2.1.5.2. Prémio de Integração Socioprofissional

Esta medida destina-se a apoiar as entidades empregadoras que admitam toxicodependentes, preferencialmente os que transitam de uma das outras medidas do programa, mediante contrato de trabalho sem termo, devidamente enquadrados pelas entidades de tratamento. Este apoio traduz-se na comparticipação das despesas de remuneração, encargos com a Segurança Social e outros.

2.1.5.3. Apoios ao Emprego

Destina-se a apoiar as entidades que empreguem toxicodependentes, através da atribuição de subsídios, destinados a participar nos encargos com a remuneração, encargos com a Segurança Social e outros, dos trabalhadores admitidos.

2.1.5.4. Apoio ao Autoemprego

Estes apoios consistem na comparticipação nas despesas de investimento, início de atividade e despesas iniciais de funcionamento de unidades empresariais que, independentemente do seu estatuto jurídico, sejam promovidas por toxicodependentes, devidamente enquadrados pelas entidades de tratamento.

São destinatários desta medida os toxicodependentes que, atestadamente, se encontrem em condições de iniciar um processo de inserção desta natureza, acompanhados pelos serviços pelos serviços do IEFP, I.P. na definição do seu projeto e na respetiva candidatura a financiamento.

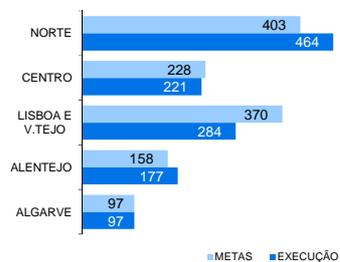
▶ Ações Desenvolvidas - Programa Vida-Emprego

- ▶ Implementação e acompanhamento do programa;
- ▶ Informação e prestação de apoio técnico aos serviços, entidades e candidatos.

▶ Resultados Alcançados

PROGRAMA VIDA-EMPREGO								
DELEGAÇÕES REGIONAIS	ESTÁGIOS DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL				APOIOS AO EMPREGO			
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	189	249	131,7	548 777	165	166	100,6	550 904
CENTRO	135	133	98,5	366 400	90	86	95,6	298 391
LISBOA E V.TEJO	203	149	73,4	532 392	150	109	72,7	503 176
ALENTEJO	70	92	131,4	247 878	85	85	100,0	302 346
ALGARVE	53	53	100,0	153 974	44	44	100,0	189 082
TOTAL	650	676	104,0	1 849 421	534	490	91,8	1 843 900

PRÉMIO DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	49	49	100,0	30 184
CENTRO	3	2	66,7	10 061
LISBOA E V.TEJO	18	26	144,4	75 460
ALENTEJO	3			10 061
TOTAL	73	77	105,5	125 766



2.1.6. DESENVOLVER A REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Esta medida destina-se a apoiar o desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos/serviços vocacionados para a promoção do desenvolvimento social, particularmente em zonas de elevada carência, contribuindo deste modo para a resolução de problemas que afetam os grupos sociais com particulares problemas de inserção socioprofissional, para melhorar o acesso dos cidadãos à rede de equipamentos e serviços e contribuindo, ainda, para a conciliação da vida familiar e profissional e para a igualdade de oportunidades.

2.1.6.1. Centros e Unidades de Reabilitação Profissional

Os apoios financeiros concedidos pelo IEFP, I.P. permitiram criar, no País, uma rede de respostas de reabilitação profissional, nomeadamente de gestão direta, de gestão participada ou geridas por entidades privadas, que beneficiam do apoio técnico e financeiro para a construção, adaptação e remodelação de Centros e Núcleos de Formação/Reabilitação Profissional e aquisição dos respetivos equipamentos.

A publicação do Decreto-Lei n.º 290/2009, em 12 de Outubro, que cria o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades e define o regime de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades, prevê a concessão pelo IEFP, I.P. de apoios financeiros ao investimento destinados às entidades sem fins lucrativos que desenvolvem ações de reabilitação profissional.

Para a sua concretização foi publicado, em 29 de Junho de 2010, o Regulamento Específico da Medida de Apoio ao Investimento a Entidades de reabilitação Profissional (Anexo IV do Despacho normativo n.º 18/2010).

Estes apoios destinam-se a compartilhar despesas com a realização de obras de construção, adaptação, remodelação ou reconversão de instalações existentes e com a aquisição de equipamentos que se revelem imprescindíveis para o desenvolvimento das ações de reabilitação profissional.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Publicação da circular normativa contendo orientações e instrumentos de suporte (formulários), bem como o Guia de Apoio à Candidatura;
- ▶ Apoio às entidades de reabilitação, no desenvolvimento das suas candidaturas, mediante prestação de apoio técnico e esclarecimento de dúvidas;
- ▶ Desenvolvimento de todas as tarefas inerentes ao desenvolvimento dos projetos: análise da candidatura, de pedidos de reembolso e de saldo;
- ▶ Realização de ações de verificação no local.

Execução Financeira
€ 967 085,86

2.1.7. AÇÕES DE PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DE GRUPOS DESFAVORECIDOS

O projeto Ações de Promoção da Empregabilidade de Grupos Desfavorecidos agrega um conjunto diversificado de soluções para a integração ou reintegração socioprofissional de pessoas desempregadas em atividades dirigidas à satisfação de necessidades sociais relativamente às quais o normal funcionamento do mercado não dá resposta.

É, pois, um programa que se enquadra no conjunto de medidas com as quais se enfrentam os problemas de emprego, de formação e outros problemas sociais, nomeadamente ao nível do combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social.

2.1.7.1. Empresas de Inserção

Institucionalizada pela Portaria n.º 348-A/98 de 18 de Junho, a medida Empresas de Inserção é entendida como um instrumento de combate ativo à pobreza e à exclusão social e, simultaneamente, de desenvolvimento do espírito empresarial.

São consideradas Empresas de Inserção, pessoas coletivas sem fins lucrativos ou estruturas de pessoas coletivas sem fins lucrativos dotadas de autonomia administrativa e financeira, que tenham por fim a (re)inserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

As Empresas de Inserção têm como objetivo e vocação prioritária:

- ▶ Combater a pobreza e a exclusão social através da inserção ou da reintegração profissionais;
- ▶ Promover a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade profissional;
- ▶ Potenciar a criação de postos de trabalho através da promoção e desenvolvimento de atividades socioeconómicas que permitam suprir necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento dos mercados, numa perspetiva de desenvolvimento sócio local.

A Empresa de Inserção e os Centros de Emprego efetuam, em articulação, o acompanhamento dos trabalhadores em processo de inserção, desde a sua admissão até à sua efetiva integração no mercado de trabalho.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Em 2011 não foi deliberada a abertura de novos períodos de candidatura, encontrando-se o programa a ser objeto de ponderação quanto à sua continuidade no formato atual.

2.1.7.1.1. Empresas de Inserção – Investimento

No âmbito desta medida são pagos apoios ao investimento que podem assumir, cumulativamente, a forma de subsídio não reembolsável e empréstimo sem juros.

2.1.7.1.2. Empresas de Inserção – Formação

A fase de formação profissional que tem por finalidade o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, tem a duração máxima de 6 meses.

2.1.7.1.3. Empresas de Inserção – Profissionalização

A fase de profissionalização consiste no exercício de uma atividade profissional cujo objetivo é o desenvolvimento e a consolidação das competências adquiridas, e cuja duração não poderá ser inferior a 6 meses nem superior a 24.

2.1.7.1.4. Empresas de Inserção – Prémio de Integração

As entidades empregadoras que admitam pessoas em processo de inserção, mediante contrato de trabalho sem termo, no prazo máximo de 3 meses a contar da conclusão do processo de inserção, ou que convertam um contrato a termo num contrato sem termo, beneficiam de um Prémio de Integração no valor de 12 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), por cada posto de trabalho criado.

▶ Ações Desenvolvidas - Empresas de Inserção

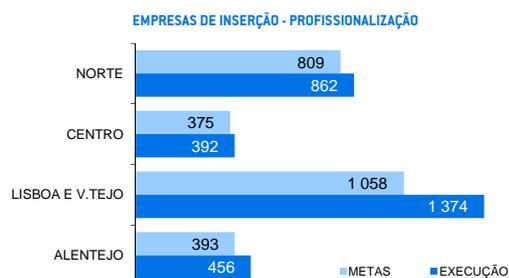
- ▶ Desenvolvimento e acompanhamento das ações;
- ▶ Acompanhamento global da execução e gestão/atualização da base de dados das Empresas de Inserção.

▶ Resultados Alcançados

EMPRESAS DE INSERÇÃO								
DELEGAÇÕES REGIONAIS	INVESTIMENTO (*)				FORMAÇÃO (*)			
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	76	5	6,6	45 607	247	101	40,9	322 825
CENTRO	12	8	66,7	45 513	162	170	104,9	206 018
LISBOA E V.TEJO	9	21	233,3	48 165	295	209	70,8	459 437
ALENTEJO	1			901	151	148	98,0	185 334
TOTAL	98	34	34,7	140 187	855	628	73,5	1 173 614

DELEGAÇÕES REGIONAIS	PRÉMIO DE INTEGRAÇÃO				PROFISSIONALIZAÇÃO			
	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	28	19	67,9	130 797	809	862	106,6	2 467 043
CENTRO	3	1	33,3	19 981	375	392	104,5	1 038 093
LISBOA E V.TEJO	34	17	50,0	100 471	1 058	1 374	129,9	4 422 080
ALENTEJO	12	12	100,0	60 368	393	456	116,0	1 475 011
ALGARVE								
TOTAL	77	49	63,6	311 616	2 635	3 084	117,0	9 402 228

(*) O número de pessoas previstas nesta componente de medida, já está contemplado na medida principal: Empresas de Inserção – Profissionalização



2.1.7.2. Programas Ocupacionais

O papel dos Programas Ocupacionais consiste na ocupação socialmente útil de pessoas desocupadas enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, garantindo-lhes um rendimento de subsistência e mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras atividades, evitando, assim, o seu isolamento e combatendo a tendência para a desmotivação e marginalização. Este programa foi extinto com a entrada em vigor da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+, mantendo-se a execução até ao final dos respetivos projetos, das candidaturas apresentadas e aprovadas ao abrigo da Portaria n.º 192/96, de 30 de maio.

2.1.7.2.1. Programas Ocupacionais – Carenciados

Execução
1 Abrangido
€ 541,99

2.1.7.2.2. Programas Ocupacionais – Subsidiados

Execução
17 Abrangidos

2.1.7.3. Contrato Emprego-Inserção

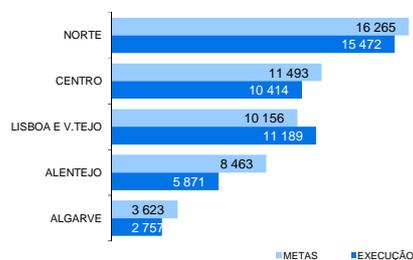
A medida Contrato Emprego-Inserção para desempregados titulares do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego, adiante designados desempregados subsidiados, criada pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, com a redação que lhe foi dada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, e n.º 164/2011, de 18 de abril, destina-se a apoiar a inserção profissional dos desempregados, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias a nível local ou regional, por um período máximo de 12 meses.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Prestação de informação e apoio técnico a entidades e candidatos na aplicação do programa;
- ▶ Implementação, desenvolvimento e monitorização do modelo de gestão de processos: recepção, análise e decisão de candidaturas, no âmbito do “Sistema de Gestão de Candidaturas”;
- ▶ Acompanhamento dos projetos aprovados e elaboração de pontos de situação sobre a sua execução;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico no âmbito da submissão eletrónica de candidaturas e gestão no Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE) do programa;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na aplicação dos normativos do programa.

▶ Resultados Alcançados

CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	16 265	15 472	95,1	606 209,54
CENTRO	11 493	10 414	90,6	616 196,99
LISBOA E V.TEJO	10 156	11 189	110,2	377 563,07
ALENTEJO	8 463	5 871	69,4	246 873,57
ALGARVE	3 623	2 757	76,1	100 297,90
TOTAL	50 000	45 703	91,4	1 947 141,07



▶ Justificação de Desvios

- ▶ São vários os fatores que contribuíram para a taxa de execução alcançada:
 - As alterações dos pressupostos da medida fez com que a mesma se tornasse menos atrativa para as entidades que enfrentam algumas dificuldades financeiras, nomeadamente as entidades públicas cujas candidaturas não são comparticipadas, pelo que houve uma menor adesão à medida;
 - Constrangimento por parte das Entidades, pelo facto de a mesma pessoa não poder estar ocupada na mesma Entidade por um período superior a 12 meses;
 - Em algumas Unidades Orgânicas existem poucas entidades para acolher candidaturas a estas medidas;
 - Verifica-se, por vezes alguma resistência das entidades face às características dos beneficiários desta medida;

- Algumas entidades não dispõem de capacidade técnica para corresponder às novas exigências e procedimentos (formalização eletrónica da candidatura, apresentação de pedidos de reembolso, mapas de execução física e financeira, etc.);
- Acresce referir que a alteração do sistema informático condicionou de alguma forma a execução das medidas integradas no mesmo, refletindo-se numa redução do número de candidaturas, desistências de entidades e atraso na execução. As dificuldades sentidas pelas entidades no novo sistema de submissão e gestão das candidaturas, viriam a influenciar de forma negativa a execução da medida.

2.1.7.4. Contrato Emprego-Inserção +

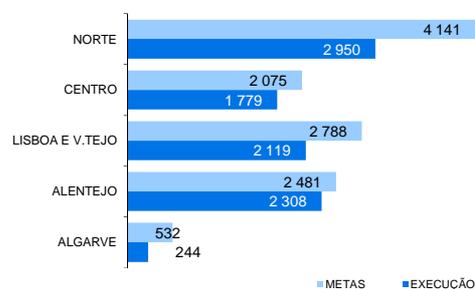
A medida Contrato Emprego-Inserção+ para desempregados titulares do rendimento social de inserção, criada pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 294/2010, de 31 de maio, e n.º 164/2011, de 18 de abril, destina-se a apoiar a inserção profissional dos desempregados, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias a nível local ou regional, por um período máximo de 12 meses.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Prestação de informação e apoio técnico a entidades e candidatos na aplicação do programa;
- ▶ Implementação, desenvolvimento e monitorização do modelo de gestão de processos: receção, análise e decisão de candidaturas, no âmbito do “Sistema de Gestão de Candidaturas”;
- ▶ Acompanhamento dos projetos aprovados e elaboração de pontos de situação sobre a sua execução;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico no âmbito da submissão eletrónica de candidaturas e gestão no Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE) do programa;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico na aplicação dos normativos do programa.

▶ Resultados Alcançados

CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO +				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	4 141	2 950	71,2	4 771 610,53
CENTRO	2 075	1 779	85,7	2 995 216,38
LISBOA E V.TEJO	2 788	2 119	76,0	3 187 881,37
ALENTEJO	2 481	2 308	93,0	3 937 564,53
ALGARVE	532	244	45,9	398 981,18
TOTAL	12 017	9 400	78,2	15 291 253,99



▶ Justificação de Desvios

Os mesmos condicionalismos, já referidos para a Medida CEI, contribuirão também para a baixa execução desta medida, agravados pela maior dificuldade de inserção deste público.

2.2.

CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA – REABILITAÇÃO

2.2.1. CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA – REABILITAÇÃO

2.2.1.1. Centros de Gestão Participada – Reabilitação

Os dois Centros de Gestão Participada de Reabilitação Profissional, Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) e Centro de Educação e Formação Profissional Integrada (CEFPI) têm vindo a desenvolver um conjunto de ações dirigidas a pessoas com deficiência, através de um conjunto integrado de programas, medidas e estratégias em conformidade com as orientações do IIEFP, I.P. visando a aquisição de competências facilitadoras da inserção na vida ativa, a valorização socioprofissional dos trabalhadores, nomeadamente em regime de emprego protegido. Em 2011 será dada continuidade ao alinhamento das ofertas formativas dos centros com o Catálogo Nacional de Qualificações e ao desenvolvimento de cursos de formação inicial de dupla certificação, bem como aos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, através do apoio ao desenvolvimento de competências escolares e profissionais.

Resultados Alcançados

MEDIDAS	METAS	EXECUÇÃO			GRAU EXEC
		CEFPI	CRP GAIA	TOTAL	
		Avaliação e Orientação	616	320	
Formação Profissional	747	148	552	700	93,7
Formação em Contexto Regular	105	0	35	35	33,3
CNO - Inscritos no Ano ⁽¹⁾	1500	524	605	1129	75,3
CNO - Com Diagnóstico / Encaminhamento ⁽¹⁾	1350	314	472	786	58,2
CNO - Em Processo ⁽¹⁾	795	227	263	490	61,6
CNO - Certificados Emitidos	774	253	189	442	57,1
Emprego Protegido	164	140	14	154	93,9
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação	367	104	204	308	83,9
Atribuição de Produtos de Apoio	560	0	419	419	74,8
TOTAL	3333	965	1804	2769	83,1

⁽¹⁾Informação complementar sobre atividades dos CNO no período, não sendo somada para o total da execução desenvolvida.

	Execução Financeira
	€ 8 508 580,00
CEFPI	€ 4 036 945,00
CRP GAIA	€ 4 471 635,00

2.3.

ORGANISMO INTERMÉDIO

2.3.1. ORGANISMO INTERMÉDIO

2.3.1.1. Organismo Intermédio

O IEFP, I.P., enquanto serviço público de emprego nacional e pela relevância estratégica das ações que desenvolve em matéria de emprego e qualificação, em particular das pessoas com deficiências e incapacidades, foi designado, para o período de elegibilidade do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), Organismo Intermédio relativamente às Tipologias de Intervenção 6.2 / 8.6.2 / 9.6.2 – Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades e 6.4 / 8.6.4 / 9.6.4 a) – Qualidade dos Serviços e Organizações, especificamente ações de formação profissional e ações de sensibilização dirigidas a técnicos e outros profissionais de reabilitação profissional, integradas nos Eixos 6, 8 e 9 do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Na qualidade de Organismo Intermédio, foram-lhe delegadas pelo POPH, a título de subvenção global, competências técnicas, administrativas e financeiras relativamente a estas Tipologias de Intervenção.

Enquanto Organismo Intermédio, o IEFP, I.P. tinha previsto no Plano de Atividades de 2011 apoiar 4 383 pessoas, no âmbito das Tipologias de Intervenção 6.2 / 8.6.2 / 9.6.2 e 6.4, dispondo, para o efeito, de uma dotação financeira de cerca de 30 milhões de euros.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Colaboração nos trabalhos e tarefas inerentes às funções atribuídas ao IEFP, I.P., enquanto Organismo Intermédio;
- ▶ Elaboração, para publicitação, do procedimento de abertura de candidaturas;
- ▶ Análise das candidaturas, conferindo o cumprimento das condições gerais de acesso e de elegibilidade das entidades beneficiárias e dos projetos, bem como apreciação do mérito e seleção dos projetos em conformidade com os critérios definidos na legislação aplicável, nos regulamentos específicos das tipologias em causa e em critérios de qualidade;
- ▶ Decisão fundamentada dos projetos, com notificação às entidades, incluindo todos os procedimentos relativos aos termos de aceitação devolvidos pelas entidades;
- ▶ Análise e decisão dos pedidos de reembolsos e saldos finais, com verificação de cópias de documentos originais de despesas declaradas por cada entidade beneficiária distribuídos pelas diversas rubricas de despesa;
- ▶ Análise e decisão de pedidos de alteração relativos às candidaturas aprovadas;
- ▶ Verificação da situação contributiva regularizada perante a Fazenda Pública e a Segurança Social previamente à aprovação das candidaturas e aos pagamentos às entidades beneficiárias;

- ▶ Emissão das autorizações de pagamento às entidades beneficiárias, mediante o modelo normalizado disponibilizado pelo Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) e processamento dos pagamentos correspondentes;
- ▶ Realização de ações de verificação no local, com o objetivo de certificar a veracidade das despesas declaradas, a realização das atividades nos termos da decisão de aprovação, e a conformidade destas operações e das despesas com as regras nacionais e comunitárias aplicáveis;
- ▶ Elaboração dos relatórios de verificação;
- ▶ Elaboração de respostas, em sede de audiência prévia, em resultado das ações de verificação e de auditorias efetuadas no âmbito do sistema de auditoria e de controlo do QREN;
- ▶ Inserção dos relatórios de verificação em SIIFSE e análise dos pedidos de reembolsos de acordo com as conclusões dos relatórios de verificação;
- ▶ Inserção dos relatórios de auditoria do IGFSE, em SIIFSE, e adoção dos procedimentos necessários para refletir as conclusões dos relatórios;
- ▶ Emissão de orientações e divulgação das recomendações em resultado das auditorias e ações de controlo efetuadas, quer junto dos serviços, quer das entidades beneficiárias;
- ▶ Proposta de alteração do Manual de Procedimentos do IEFP, I.P., enquanto Organismo Intermédio;
- ▶ Elaboração do relatório de execução;
- ▶ Prestação de todas as informações e elementos solicitados pelo POPH e por outras entidades oficiais.

▶ **Resultados Alcançados**

A execução financeira corresponde, apenas, aos pagamentos efetuados às entidades beneficiárias dos apoios, referente a projetos com execução anterior a 2011, ao abrigo do contrato de delegação de competências, no âmbito do qual o IEFP, I.P. era responsável pelos pagamentos.

Em termos físicos, o número de abrangidos no âmbito da atividade do Organismo Intermédio (Tipologias de Intervenção 6.2/8.6.2/9.6.2 e 6.4 a)), reporta-se às candidaturas executadas em 2011, podendo ainda sofrer alterações na sequência da apresentação e análise dos pedidos de pagamento de saldo.

Execução

6 637 Abrangidos

€ 8 427 022,13

A stylized logo consisting of four rounded rectangular shapes arranged in a cross-like pattern. The top and bottom shapes are dark blue, while the left and right shapes are light blue. The text 'D3' is written in white on the right-hand light blue shape. The entire logo is set against a light blue triangular background that points towards the top-left.

D3

INTERVENÇÕES PARA A
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO
DO MERCADO DE EMPREGO
E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

3.

INTERVENÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO MERCADO DE EMPREGO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- ▶ **Desenvolver atuações visando o conhecimento do mercado de emprego, de segmentos específicos da população ou do tecido empresarial, promovendo a transparência e o ajustamento entre a procura e a oferta de emprego, a informação e a orientação profissional, a formação profissional, a certificação profissional, estudos e investigação.**

A criação e implementação de medidas de ação que, nos domínios do emprego e formação profissional possam ser capazes de gerar melhores resultados é fruto de um vasto trabalho para o qual concorrem vários sectores de atividade do IEFP, I.P., em que se incluem as áreas dos estudos, informação e orientação profissional, colocação e certificação profissional, entre outras, aqui consideradas como intervenções para a Organização e Gestão do Mercado de Emprego e da Formação Profissional.

As ações desenvolvidas neste âmbito estão sistematizadas nos seguintes projetos:

- 3.1. DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO AO EMPREGO E FORMAÇÃO**
- 3.2. COLOCAÇÃO**
- 3.3. PRESTAÇÕES TÉCNICAS ENQUADRADAS NA “ESTRATÉGIA EUROPA 2020”**
- 3.4. MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO**
- 3.5. MEDICINA DO TRABALHO / OCUPACIONAL**
- 3.6. SERVIÇO SOCIAL**
- 3.7. INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA**

3.1.

DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO AO EMPREGO E FORMAÇÃO

- ▶ **Tem como objetivo, por um lado, melhorar o conhecimento da situação e perspetivas do emprego e da formação tendo em vista a elevação dos níveis de qualidade dos processos de planeamento, acompanhamento e avaliação das medidas de política neste domínio e, por outro lado, apoiar o desenvolvimento de um conjunto de estruturas e serviços de suporte à operacionalização destas medidas de política.**

3.1.1. PROMOÇÃO DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO À INSERÇÃO PROFISSIONAL

Visa o suporte à criação, apetrechamento e funcionamento de unidades de apoio à inserção profissional que funcionem como agentes prospetores de possibilidades de emprego ou de despiste para processos formativos, dinamizando o acesso a essas oportunidades para vários públicos-alvo, com ênfase especial para os jovens. Trata-se de operacionalizar uma malha de informação e divulgação de oportunidades, a mais fina possível, através da articulação entre estas unidades e outras redes regionais de forma a complementar a rede pública de Serviços de Emprego e Formação.

3.1.1.1. Gabinetes de Inserção Profissional – GIP

A Portaria nº 127/2009, de 30 de Janeiro, alterada pela Portaria nº 297/2010, de 1 de Junho, revogou as medidas UNIVA e Clubes de Emprego e criou os Gabinetes de Inserção Profissional – GIP com o principal objetivo de prestar apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com os Centros de Emprego (CTE).

Promovidos por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, que mediante candidatura prévia são selecionadas para receber apoio técnico e financeiro por parte do IEFP, I.P., os GIP são estruturas de apoio ao emprego acreditadas pelo IEFP, I.P. para desenvolverem atividades de apoio aos desempregados, em complemento aos CTE, com os quais acordam metas físicas expressas em contratos de objetivos.

Estas atividades incluem: sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional e de reconhecimento; validação e certificação de competências, sessões de apoio à procura de emprego; recepção e registo de ofertas de emprego; apresentação de desempregados a ofertas de emprego; colocação de desempregados em ofertas de emprego; integração em processos de RVCC Escolar; e integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP, I.P. e controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego.

Os apoios a conceder pelo IEFP, I.P. assumem natureza técnica e financeira, destacando-se de entre os primeiros, a formação dos animadores e a disponibilização de material de informação e de instrumentos técnico-

pedagógicos e consistindo os segundos em subsídio não reembolsável para adaptação de instalações e aquisição de equipamentos, subsídio para despesas de funcionamento e comparticipação nas retribuições do animador.

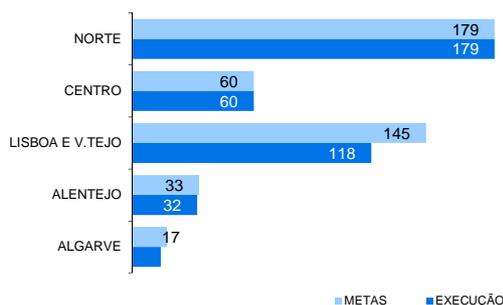
Da criação e funcionamento destas estruturas, emerge a necessidade de desenvolver soluções baseadas nos sistemas de informação e gestão da área do emprego (SIGAE), que assegurem mecanismos de articulação no registo e disponibilização de informação, bem como mecanismos de acompanhamento e avaliação da respetiva atividade.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção de circular normativa relativa aos procedimentos técnicos e financeiros necessários ao funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional;
- ▶ Elaboração do Regulamento dos Gabinetes de Inserção Profissional, incluindo modelo de funcionamento, candidaturas, respetivos prazos de decisão, modalidades de pagamento dos apoios, modelos de termo de aceitação, contratos e demais aspetos técnicos necessários à implementação dos Gabinetes de Inserção Profissional;
- ▶ Receção dos processos de candidatura das entidades a GIP;
- ▶ Monitorização da atividade dos GIP e elaboração de relatórios de acompanhamento;
- ▶ Acompanhamento, em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.), do funcionamento dos GIP da Rede Imigrante;
- ▶ Conclusão do processo de avaliação dos GIP e m funcionamento no período 2009-2011;
- ▶ Receção, mapeamento e envio par aprovação de 471 candidaturas de entidades a GIP.

▶ Resultados Alcançados

GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL - GIP				
DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	EXECUÇÃO	GRAU EXEC	EXECUÇÃO FINANCEIRA (€)
NORTE	179	179	100,0	971 460,24
CENTRO	60	60	100,0	492 682,31
LISBOA E V.TEJO	145	118	81,4	768 492,45
ALENTEJO	33	32	97,0	253 835,56
ALGARVE	17	14	82,4	86 356,88
TOTAL	434	403	92,9	2 572 827,44



▶ Justificação de Desvios

O processo de candidatura dos GIP foi suspenso por decisão superior, razão pela qual as ações previstas não foram desenvolvidas, já que se traduziam na disponibilização de meios para a gestão da rede de GIP aprovada e para o exercício das atividades contratadas por parte destes Gabinetes.

3.1.2. GESTÃO DA REDE DE CENTROS DE RECURSOS EM CONHECIMENTO

3.1.2.1. Promoção de uma Rede de Centros de Recursos em Conhecimento

No âmbito do projeto CRC – Centros de Recursos em Conhecimento - o IEFP, I.P. integra e gere uma rede de Centros de Recursos em Conhecimento destinados a desenvolver soluções ou produtos que visem dar resposta às necessidades de formação, informação e investigação.

O aproveitamento dos resultados do projeto e das potencialidades da Rede CRC no quadro dos Centros de Formação Profissional de Gestão Direta assegura um efeito multiplicador de largo espectro, mais consentâneo com a lógica da máxima rentabilização de meios e investimentos.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de ações de formação que permitiram a atualização e capacitação dos recursos humanos;
- ▶ Acompanhamento e apoio técnico aos CRC da Rede, com particular incidência na área documental e funcionamento das Mediatecas dos Centros de Formação Profissional de Gestão Direta;
- ▶ Planeamento das atividades a desenvolver de forma participada e colaborativa.

3.1.3. INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A orientação tem como objetivo favorecer o desenvolvimento da capacidade de autogestão da carreira dos utentes, de modo a anteciparem e lidarem com sucesso com as diferentes situações de transição com que se deparam, permanecendo integrados no mercado de trabalho o maior tempo possível ao longo da sua carreira profissional. Para o efeito, compreende o desenvolvimento de um conjunto de atividades que permitem aos utentes identificar as suas capacidades, competências e interesses, tomar decisões em matéria de educação/formação e de emprego e gerir os seus percursos individuais na educação/formação, no trabalho e noutras situações em que podem desenvolver e/ou utilizar essas capacidades e competências.

As ações a realizar no âmbito da informação e orientação profissional não se esgotam nas desenvolvidas pelas unidades locais do IEFP, I.P. Subjacente a essa atividade, visível e quantificável, existe um leque de ações que são promovidas pelos serviços centrais, no sentido de:

- Dinamizar as modalidades de disponibilização de informação e orientação, de modo a responder à diversidade de necessidades e situações dos utentes e a apoiar, também, a ação dos técnicos;
- Propiciar aos utentes o desenvolvimento de competências na procura e seleção de informação (autoinformação), nomeadamente a que se enquadra no âmbito do emprego e da formação profissional;
- Garantir a realização de intervenções de orientação congruentes com o quadro teórico-científico atualizado e instrumentais para os objetivos do IEFP, I.P.;
- Otimizar a atuação da orientação profissional através do desenvolvimento e atualização de metodologias e instrumentos técnicos de intervenção;

- Criar instrumentos adequados a um atendimento personalizado e apropriado dos grupos com necessidades especiais;
- Criar mecanismos que conduzam à criação de redes de informação;
- Promover o desenvolvimento de mecanismos facilitadores da articulação entre os diversos organismos de orientação profissional;
- Valorizar profissões com elevado potencial de emprego.

3.1.3.1. Informação e Orientação Profissional

Por forma a que as intervenções técnicas de orientação profissional possibilitem a adaptação da generalidade dos utentes às mutações do sistema formativo e às transformações do mercado de trabalho, com um forte enfoque na mobilidade, tanto profissional como geográfica, contribuindo para uma maior eficiência do mercado de trabalho respondendo, desta forma, às necessidades do tecido produtivo e à mais célere integração dos desempregados no mercado de trabalho, importa assegurar o acompanhamento, a avaliação e a atualização dos processos e instrumentos técnicos de atuação, assim como introduzir uma maior flexibilidade na disponibilização dos serviços de orientação profissional.

De igual modo, importa, também, promover a capacitação, em permanência, dos técnicos que desenvolvem a atividade de orientação, assim como uma maior intercomunicabilidade entre os serviços de orientação profissional do IEFP, I.P. e os de outros organismos.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação de um conjunto de atividades (*workshops*, visitas de acompanhamento técnico) promotoras da recentragem da intervenção de orientação no contexto da crise económica e no âmbito da Estratégia Europa 2020;
- ▶ Implementação de um processo de acompanhamento da prática de orientação profissional no âmbito da intervenção global desenvolvida pelas unidades locais;
- ▶ Desenvolvimento de um sistema para garantia da qualidade da orientação profissional;
- ▶ Desenvolvimento, apoio e monitorização da utilização de uma ferramenta de informação e exploração profissional *online*, designadamente:
 - Atualização de conteúdos;
 - Elaboração do caderno de encargos para o concurso público tendo em vista a aquisição da aplicação informática de suporte;
 - Apreciação das propostas concorrentes;
 - Acompanhamento do desenvolvimento da aplicação informática;
- ▶ Concepção de instrumentos de informação profissional;
- ▶ Reformulação de instrumentos de informação profissional produzidos;
- ▶ Atualização do sistema de avaliação psicológica e das normas dos testes que o integram;
- ▶ Dinamização de um fórum de orientação profissional, com a participação dos serviços de orientação de outros organismos de âmbito nacional;

- ▶ Divulgação de artigos relevantes no quadro da atuação do IEFP, I.P., em particular no domínio da orientação profissional;
- ▶ Elaboração de instrumentos técnicos de apoio à compreensão das dinâmicas do mercado de trabalho;
- ▶ Apoio à formação contínua dos profissionais de orientação;
- ▶ Participação em eventos nos domínios do emprego, formação e educação;
- ▶ Realização de processos de avaliação psicológica no âmbito da seleção para grandes empresas;
- ▶ Organização e desenvolvimento de processos de seleção na área da aeronáutica;
- ▶ Realização de processos de Avaliação Psicológica no âmbito de procedimentos concursais para admissão de trabalhadores em entidade empregadora pública;
- ▶ Monitorização de ações de formação na área comportamental e no domínio do emprego;
- ▶ Apresentação a entidades externas dos serviços de orientação do IEFP, I.P.;
- ▶ Representação do IEFP, I.P. e participação nos trabalhos da Rede Europeia de Orientação ao Longo da Vida;
- ▶ Organização e dinamização de 3 *workshops* com profissionais de orientação do IEFP, I.P. e do Ministério da Educação;
- ▶ Criação da matriz de indicadores para o sistema para garantia da qualidade da orientação profissional;
- ▶ Estabilização dos conteúdos e conclusão da aplicação informática de suporte à ferramenta de informação e exploração profissional *online*;
- ▶ Produção do Profissionário - Guia de Exploração Vocacional;
- ▶ Atualização na *intranet* e *internet* dos conteúdos referentes a novas medidas e programas;
- ▶ Aquisição de um novo sistema de provas de avaliação psicológica a funcionar *online*;
- ▶ Constituição de um Referencial de Competências de Orientação ao longo da Vida, enquadrador da atividade de orientação em contextos educativos, formativos, profissionais e sociais, reforçando a portabilidade e a transversalidade das intervenções (em articulação com a Direção-Geral de Educação do Ministério da Educação);
- ▶ Edição de um número da revista FORMAR dedicado à temática da Orientação Profissional;
- ▶ Produção de relatório sobre o potencial de crescimento em sectores ambientais e atividades conexas, compreendendo a análise do crescimento por setor e região, das estruturas de custos, da criação e extinção de empregos e da demografia de empresas;
- ▶ Organização de processos de seleção e avaliação psicológica de candidatos inscritos nos Centros de Emprego para preenchimento de postos de trabalho em empresas.

▶ Justificação de Desvios

- ▶ A implementação de mecanismos de acompanhamento do PPE e a monitorização dos encaminhamentos e integrações em ações de formação profissional não foram concretizadas por falta de oportunidade, decorrente de novas orientações de ação;
- ▶ A monitorização da utilização da ferramenta de informação e exploração profissional *online* VI@s não se efetivou em 2011, uma vez que os procedimentos inerentes à adjudicação do desenvolvimento da aplicação informática de suporte e o próprio desenvolvimento da aplicação se prolongaram até Fevereiro de 2012;
- ▶ A orientação de finalistas de cursos superiores não teve lugar em 2011, em virtude de não terem existido solicitações nesse sentido.

Execução Financeira
€ 47 342,70

3.1.4. CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A certificação dos trabalhadores portugueses, qualquer que seja a via pela qual obtiveram as suas qualificações – formação, experiência profissional ou equivalência/reconhecimento de títulos obtidos em outros países - visa o cumprimento de diversos objetivos, nomeadamente: (i) garantir a dignificação profissional e social dos trabalhadores certificados, (ii) garantir a qualidade da formação, orientando a oferta formativa para as qualificações necessárias ao mercado de trabalho, (iii) garantir a posse das competências necessárias para o exercício profissional e, conseqüentemente, incrementar a empregabilidade dos trabalhadores certificados; (iv) facilitar a empregabilidade dos trabalhadores ao promover a transparência das qualificações; (v) promover a competitividade das empresas portuguesas; (vi) responder às exigências da livre circulação dos trabalhadores portugueses no espaço da União Europeia.

Para a implementação da certificação profissional em Portugal foi criado, em 1992, o Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP), através do Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de maio, regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 68/94, de 16 de Novembro. O SNCP é um sistema de composição tripartida - Administração Pública, Confederações Patronais e Confederações Sindicais - cuja coordenação global é da responsabilidade do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social que articula com os ministros das áreas em que se processa a certificação.

Estando previsto um novo enquadramento para a certificação profissional, no qual se preconizava a transferência de um conjunto de competências para outros organismos, o IEFP, I.P. continuou, até ao mês de julho de 2011, a dar sequência à sua intervenção nas áreas para as quais se constituía como entidade certificadora.

Este novo quadro legislativo entrou em vigor a 1 de agosto, com a publicação do Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que criou o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP), o qual visa simplificar e eliminar barreiras no acesso a profissões e atividades profissionais. A publicação deste diploma veio alterar normas de certificação e revogou, entre outras, a legislação relativa ao SNCP, implicando, por parte do IEFP, I.P., a definição da sua intervenção nesta fase de transição entre o SNCP, o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e o SRAP.

Este diploma legal prevê a articulação entre o SRAP e o SNQ, assegurando que os requisitos específicos necessários para o acesso a cada profissão devem respeitar os correspondentes referenciais de qualificação constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

A certificação de competências profissionais, obtida através do SNQ, é comprovada mediante a emissão de um certificado de qualificações, ou de um diploma, que reconhece e certifica a posse dos conhecimentos, aptidões e competências adequados para o exercício de uma determinada profissão ou atividade profissional. A certificação profissional pode ser obtida através:

- da conclusão com aproveitamento de um curso inserido numa das modalidades de formação do SNQ ou,
- de um processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais (RVCC Profissional).

3.1.4.1. Certificação Profissional

Ao abrigo do SNCP, o IEFP, I.P. estava designado como entidade certificadora em vários sectores de atividade, sendo o organismo que abrangia o maior número de sectores de atividade e profissões em Portugal. Na sequência da publicação do SRAP, cessaram as atribuições deste Instituto no âmbito do reconhecimento e certificação de qualificações.

Deste modo, de acordo com o previsto nos artigos 18.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 92/2011, de 30 de outubro, findo o período transitório, o IEFP, I.P. deixou de ter responsabilidades nas áreas para as quais, até aí, se mantinha como entidade certificadora, a saber: Construção Civil e Obras Públicas; Serviços Administrativos; Metalurgia e Metalomecânica; Madeiras e Mobiliário; e Eletrónica.

Embora o processo de certificação se encontrasse descentralizado, por subdelegação de competências, nos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, impunha-se a necessidade do IEFP, I.P. promover um efetivo acompanhamento de suporte a estas entidades, o que, durante o ano de 2011, se verificou até à cessação das suas atribuições, posteriormente com o trabalho acrescido de promover a correta aplicação do regime transitório.

O IEFP, I.P. constituía-se, ainda, também como entidade certificadora no âmbito das Indústrias Gráficas, Serviços Pessoais - Penteados e Estética (Cuidados de Beleza) e da Formação de Formadores, tendo sido as duas primeiras áreas abrangidas pelo SRAP, mantendo-se, assim, apenas a competência de entidade certificadora no âmbito da Formação de Formadores.

▶ Ações Desenvolvidas

Certificação no âmbito da Construção Civil e Obras Públicas, Serviços Administrativos, Metalurgia e Metalomecânica, Madeiras e Mobiliário, Eletrónica:

- ▶ Monitorização, apoio e acompanhamento da atividade dos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada enquanto operadores de certificação em áreas onde o IEFP, I.P. se constituía como entidade certificadora, seja no âmbito da certificação profissional por via da

formação, experiência ou equivalência de títulos, e ainda homologação de cursos e reconhecimento técnico pedagógico de entidades formadoras;

- ▶ Promoção das atividades necessárias à transição do processo de certificação nestas áreas para a metodologia RVCC preconizada no âmbito do novo sistema de certificação previsto no SNQ;
- ▶ Transição para o novo sistema de certificação e promoção, durante o período transitório, das atividades necessárias à resolução dos processos pendentes.

Certificação no âmbito das Indústrias Gráficas:

- ▶ Apoio às unidades orgânicas locais no desenvolvimento das atividades de certificação profissional;
- ▶ Promoção das atividades necessárias à transição do processo de certificação nestas áreas para a metodologia RVCC preconizada no âmbito do novo sistema de certificação previsto no SNQ;
- ▶ Transição para o novo sistema de certificação e promoção, durante o período transitório, das atividades necessárias à resolução dos processos pendentes.

Certificação no âmbito dos Serviços Pessoais (Penteado e Estética):

- ▶ Desenvolvimento das atividades de certificação profissional e de reconhecimento de qualificações, bem como de reconhecimento técnico-pedagógico e homologação de cursos de entidades formadoras, no âmbito dos Serviços Pessoais (Penteado e Estética) para efeitos de acesso à carteira profissional;
- ▶ Apoio ao organismo competente, DGERT, em matéria de profissões regulamentadas, na transição da certificação profissional para o novo enquadramento legal das profissões regulamentadas;
- ▶ Acompanhamento e monitorização da aplicação das novas orientações na rede de Centros de Formação Profissional;
- ▶ Transição para o novo sistema de certificação, bem como estabelecimento da necessária articulação com a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), responsável pela emissão das carteiras profissionais, e com as entidades formadoras privadas reconhecidas para ministrar formação nesta área;
- ▶ Promoção e acompanhamento, durante o período transitório, das atividades necessárias à resolução dos processos pendentes, através da realização de provas de avaliação a nível nacional.

Estudos Profissionais:

- ▶ Elaboração de pareceres de integração de profissões/postos de trabalho em níveis de qualificação, por solicitação da Direcção-Geral das Relações de Trabalho (DGERT), bem como a integração/classificação de profissões na Classificação Nacional de Profissões (CNP).

Certificação no âmbito da Formação de Formadores:

- ▶ Coordenação e acompanhamento dos processos de certificação da aptidão pedagógica dos formadores e de outros profissionais de formação:
 - Emissão de 382 pareceres solicitados pelas Delegações Regionais, sobre situações que face à legislação em vigor suscitaram dúvidas relativamente à pertinência da certificação de formadores, aplicação do regime excecional e à renovação dos certificados;
 - Elaboração de 1653 respostas a dúvidas colocadas sobre a Netbolsa, pelos utentes (pessoas singulares) e entidades formadoras;
 - Elaboração de 2120 respostas a dúvidas colocadas pelos utentes (pessoas singulares) e entidades formadoras, através do endereço de *e-mail* do CNQF.
- ▶ Coordenação e acompanhamento dos processos de certificação da aptidão pedagógica dos formadores e de outros profissionais de formação e a sua transição para certificado de competências pedagógicas;
- ▶ Produção de recomendações e orientações técnicas que visaram a simplificação, clarificação e uniformização daqueles procedimentos:
 - Elaboração de proposta de alteração da Circular Normativa n.º 9/2010, de 14 de abril, relativa à isenção da certificação da aptidão pedagógica do formador dos docentes portadores de qualificação profissional para a docência e dos docentes do ensino superior universitário e politécnico;
 - Elaboração de regulamento com os procedimentos a aplicar à certificação de formadores, conforme previsto no artigo 12.º da Portaria n.º 214/2011, de 30 maio.
- ▶ Validação da redefinição do perfil de formador e de outros profissionais de formação;
- ▶ Participação no processo de revisão da legislação de enquadramento da certificação tendo em conta os resultados dos projetos “Formador Como e Porque Muda uma Profissão” e “RVCCFOR – Reconhecer, Validar e Certificar Competências de Formadores”;
- ▶ Acompanhamento dos utilizadores internos e externos da aplicação “NetBolsa”;
- ▶ Acompanhamento da finalização dos projetos do Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu (POAT/FSE), relacionados com a certificação de formadores, designadamente:
 - Formador Como e Porque Muda uma Profissão”;
 - Formador Como e Porque Muda uma Profissão” e “RVCCFOR – Reconhecer, Validar e Certificar Competências de Formadores”.
- ▶ Apoio à concepção e implementação de uma solução informática integrada para a gestão e emissão de certificados de aptidão pedagógica (atuais certificados de competências pedagógicas) de formador e homologação/reconhecimento de cursos de formação pedagógica inicial e contínua de formadores.

▶ Resultados Alcançados

- ▶ No que respeita à área dos Serviços Pessoais - Penteados e Estética (Cuidados de Beleza), as ações desenvolvidas em termos de certificação pela via da experiência, consubstanciaram-se na realização de um total de 986 provas de avaliação, das quais foram aprovados 933 candidatos, tendo ficado reprovados 53. Estas decorreram entre o início do ano e 31 de Outubro, final do período transitório, tendo sido feito um esforço acrescido durante os meses de setembro e outubro, no sentido de dar resposta ao maior número possível de utentes. No que se refere à progressão de categorias (profissões de cabeleireiro de senhoras e barbeiro/cabeleireiro de homens), foram realizados 238 exames (226 candidatos aprovados e 12 reprovados), o que totaliza 1 224 candidatos submetidos a provas;
- ▶ Ainda no que se refere a esta área, foram certificados 191 candidatos pela via do reconhecimento de títulos, ao abrigo da Diretiva n.º 2005/36/CE, transposta para a ordem jurídica nacional através da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março;
- ▶ Com relação às responsabilidades cometidas ao IEFP, I.P. no que se refere ao reconhecimento técnico-pedagógico de entidades formadoras privadas, e homologação dos respetivos cursos, à data de 21 de Julho de 2011, havia 78 entidades devidamente reconhecidas em todo o país, com um total de 352 cursos homologados.

Execução Financeira

€ 99 677,61

3.1.5. ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

3.1.5.1. Estudos e Investigação

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Avaliação da formação profissional na ótica dos utentes visando medir o impacto da formação no nível da empregabilidade dos formandos que fizeram formação através do IEFP, I.P.;
- ▶ Revisão dos instrumentos utilizados na avaliação da formação profissional;
- ▶ Avaliação do atendimento praticado nos Centros de Emprego;
- ▶ Início do procedimento concursal com vista à adjudicação externa para definição de um sistema de monitorização da satisfação dos utentes do IEFP, I.P.;
- ▶ Definição de uma metodologia de avaliação das medidas de emprego, com o objetivo de medir o impacto das mesmas ao nível da empregabilidade dos utentes que nelas são integrados;

▶ Resultados Alcançados

- ▶ Foi publicado, em dezembro de 2011, o relatório anual sobre os processos de integração no mercado de trabalho dos utentes que participaram em ações de formação profissional, reportado aos utentes que terminaram a formação entre setembro de 2009 e agosto de 2010, tendo o período de inquirição decorrido entre julho de 2010 e junho de 2011;

- ▶ Foram revistos os instrumentos e a metodologia de avaliação da formação profissional, estando estas alterações a ser aplicadas já em 2012, relativas aos utentes que terminaram a formação no ano 2011. De acordo com a nova metodologia, a inquirição passará a ser feita uma vez por ano a uma amostra dos ex-formandos que concluíram a formação no ano anterior, passando os resultados a corresponderem ao ano civil;
- ▶ Foi publicado o primeiro relatório de avaliação do atendimento praticado nos Centros de Emprego referente à inquirição do 1º trimestre de 2011, tendo sido também iniciada a inquirição relativa ao 3º trimestre, mas cujos resultados só foram apresentados superiormente no final do 1º trimestre de 2012;
- ▶ O anúncio de abertura do concurso público "Concepção, Desenvolvimento e Implementação de Metodologia para a Monitorização da Satisfação dos Utentes do IEFP, I.P.", foi publicado a 8 de Novembro de 2011, no Diário da República, no Jornal Oficial da União Europeia e na Plataforma de Compras Públicas, pelo que se prevê, em 2012, a definição do sistema de monitorização da satisfação dos utentes, que englobará todos os canais de contacto dos utentes com o IEFP, I.P., e não apenas os contactos por via da sua rede de Centros conforme previsto inicialmente;
- ▶ Foram definidos a metodologia e os instrumentos de avaliação das medidas de emprego, centrando-se nesta primeira fase na avaliação dos estágios profissionais, tendo-se iniciado a inquirição dos utentes que terminaram estágios profissionais em 2010.

▶ **Justificação de Desvios**

- ▶ Apesar dos trabalhos relativos ao procedimento concursal para o lançamento do concurso público "Concepção, Desenvolvimento e Implementação de Metodologia para a Monitorização da Satisfação dos Utentes do IEFP, I.P.", terem sido concluídos e aprovados pelo Conselho Diretivo em maio de 2011, só em Outubro se obteve o parecer favorável do Ministério das Finanças para abertura do Concurso Público, o que ocorreu a 8 de novembro de 2011. Assim, só em 2012 se prevê a adjudicação a uma entidade externa para o desenvolvimento do Sistema de monitorização;
- ▶ Não foi possível avançar com a apresentação de uma metodologia e instrumentos para avaliar o impacto das intervenções técnicas de apoio ao emprego e formação, dado que se remeteu para uma avaliação detalhada da informação existente nos sistemas de informação do IEFP, I.P., no sentido de avaliar a informação disponível e aquela que poderá ser ou não necessário recolher junto dos utentes. Este processo de avaliação da informação disponível foi interrompido no início de 2012 tendo em conta o programa de relançamento do serviço público de emprego e as prioridades que daí surgiram.

3.1.6. PROCESSOS E MÉTODOS DIDÁTICOS

3.1.6.1. Processos e Métodos Didáticos

A alteração do panorama nacional ao nível das qualificações, quer escolares quer profissionais, apresenta-se como um dos fatores determinantes para a manutenção da qualidade do mercado de emprego.

O papel a desempenhar pela generalidade das entidades formadoras, e em particular pelo IEFP, I.P. como grande operador de formação, assume especial relevância através da resolução dos problemas e carências de qualificação dos ativos empregados e desempregados ou em risco de desemprego.

Importa, assim, garantir que a oferta e a organização da formação se aproximem das necessidades específicas dos diferentes públicos-alvo, flexibilizando progressivamente a formação profissional por forma a permitir a adequação das soluções formativas aos diversos destinatários e contextos – sociais, organizacionais e tecnológicos.

É neste quadro que se impõe um investimento na atualização, produção e diversificação de recursos didáticos estruturados e não estruturados, em múltiplos formatos, mais consentâneos com a nova realidade organizativa e metodológica da formação.

No âmbito das suas competências, e tendo em consideração este enquadramento, compete ao Centro Nacional de Qualificação de Formadores (CNQF) contribuir para a elevação da qualidade do sistema de educação e de formação profissional, através da qualificação técnico-pedagógica dos principais agentes que intervêm no processo de formação, promovendo a adequação das estratégias e metodologias de intervenção à diversidade dos públicos, à natureza e modalidades de formação. Esta competência é exercida, nomeadamente, através da concepção, produção e disseminação de referenciais de formação inicial e contínua de formadores e outros profissionais e da contribuição para a dinamização da concepção, produção e disseminação de recursos pedagógicos e didáticos, incluindo os utilizados na formação a distância, em diversos suportes, nomeadamente audiovisuais e multimédia.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Desenvolvimento de referenciais de formação pedagógica contínua;
- ▶ Edição dos seguintes referenciais de formação pedagógica contínua de formadores:
 - Formação de formadores de Português para falantes de outras línguas - Utilizador elementar (A2);
 - Competências empreendedoras;
 - Gerir a formação a distância.
- ▶ Preparação para edição dos seguintes referenciais de formação pedagógica contínua de formadores:
 - Contributo do portefólio para o processo de aprendizagem e avaliação;
 - Estratégias pedagógicas de motivação.
- ▶ Elaboração de um catálogo, e disponível *online*, com os recursos didáticos mais relevantes produzidos no âmbito do Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento

Social (POEFDS/QCAIII) e existentes na Mediateca de Formação Profissional, com possibilidade de utilização, consolidação e atualização, facilitando a intervenção dos formadores no desenvolvimento das sessões de formação, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ);

- ▶ Reclassificação do fundo documental do IEFP, I.P., na sequência da integração na Base Formei (Catálogo Coletivo da Rede de CRC) de diferentes fundos documentais (Ex IQF e IEFP, I.P.);
- ▶ Melhoria do tesouro, através da criação/alteração de termos e das respetivas relações, notas e observações, visando o reforço da qualidade no acesso à informação na Base FORMEI;
- ▶ Adquisição de documentos e tratamento documental no âmbito do CRC/Mediateca de Formação Profissional;
- ▶ Reprodução de produtos e sua divulgação;
- ▶ Disponibilização de recursos em formato digital aos utilizadores da Base FORMEI, facilitando o acesso permanente e universal, tornando-os numa base de apoio à intervenção dos formadores e formandos nos domínios da aprendizagem.

Execução Financeira
€ 13 433,79

3.1.7. OBSERVATÓRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO

3.1.7.1. Observatório do Emprego e Formação Profissional

Através da Portaria 180/93, de 16 de fevereiro, foi criado o Observatório do Emprego e Formação Profissional (OEFP) com vista ao acompanhamento da evolução do emprego em termos quantitativos e qualitativos, tendo em conta, nomeadamente, a evolução das qualificações, por forma a avaliar o impacto sectorial e regional, bem como a eficácia dos instrumentos de política de emprego e formação profissional.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Apoio ao funcionamento da Unidade Central de Coordenação (UCC) do OEFP, e participação nas reuniões quinzenais da UCC, garantindo o respetivo secretariado técnico;
- ▶ Estudo e apresentação na UCC do OEFP de temas relevantes do mercado de emprego, designadamente, apresentação na reunião da UCC de 27 de maio de 2011, da evolução trimestral do desemprego, na última década, a partir de dados do INE e do IEFP, I.P., de acordo com as variáveis sexo, grupo etário, região, primeiro ou novo emprego, duração da procura e níveis de habilitações, e ainda considerando outros indicadores complementares como inativos desencorajados, inativos disponíveis e subemprego visível.

Execução Financeira
€ 8 312,21

3.2.

COLOCAÇÃO

- ▶ **Dinamizar o funcionamento do mercado de emprego, com a melhoria significativa do ajustamento da oferta e da procura. Maior eficácia no acompanhamento da intervenção das empresas de trabalho temporário. Maior eficácia na execução e acompanhamento do novo regime jurídico de proteção no desemprego.**

O Serviço Público de Emprego continua a ter como objetivo principal, o apoio à melhoria da empregabilidade dos trabalhadores, o seu recrutamento e colocação bem como o apoio às entidades empregadoras na satisfação das suas necessidades de recursos humanos.

A evolução do mercado de trabalho, e os desafios colocados no âmbito da Estratégia Europa 2020, obrigam a uma constante adaptação dos métodos e técnicas de intervenção utilizados pelo IEFP, I.P. com vista à satisfação dos seus clientes, sejam eles candidatos/as a emprego, entidades empregadoras ou outros parceiros que atuem no mercado de trabalho. A prestação de serviços pelo IEFP, I.P., no âmbito da atividade de Colocação, tem como principais objetivos:

- Aumentar a penetração no mercado de trabalho, através de uma abordagem proactiva às entidades empregadoras, que promova o desenvolvimento de verdadeiras parcerias assentes na corresponsabilização na procura de soluções para as necessidades identificadas;
- Angariar e fidelizar entidades empregadoras clientes, estabelecendo relações e de confiança e de recuperando a credibilidade nos serviços públicos de emprego (SPE), mediante o reforço da qualidade, celeridade e adequação das soluções propostas;
- Suscitar mais e melhores ofertas de emprego que contribuam para a melhoria da eficácia do ajustamento entre a oferta e a procura;
- Reforçar a aplicação de normas de qualidade no tratamento das ofertas nacionais, europeias e de países terceiros;
- Alcançar uma maior eficácia no tratamento da procura de emprego, permitindo melhores resultados finais e maior satisfação das entidades e dos candidatos a emprego.

3.2.1. GESTÃO DA OFERTA E DA PROCURA DE EMPREGO

Pretende-se que a intervenção dos Centros de Emprego (CTE) assente numa atitude pró-ativa e determinada de abordagem às entidades empregadoras para resposta às suas necessidades, desde logo, no sentido de providenciar serviços especializados de recrutamento e seleção de profissionais, mas também, no âmbito da formação, do apoio a eventuais reestruturações e reconversões profissionais, candidatura a programas e medidas de emprego disponíveis no momento, e, em geral, nas diversas áreas de atuação do IEFP.

Conceber a relação dos CTE com as entidades empregadoras como uma relação do tipo “fornecedor/cliente” e apostar de forma determinada na otimização dessa relação é fator decisivo para o cabal aproveitamento dos recursos existentes, colocando-os ao serviço da promoção do emprego e do desenvolvimento local, sendo imprescindível que a atuação dos CTE leve à angariação de novas entidades, no sentido de aumentar a penetração do IEFP, I.P. nos mercados de emprego locais, e à fidelização das mesmas enquanto clientes, garantindo mais e melhores ofertas, a par da maior satisfação das necessidades dos empregadores e candidatos.

Na sequência desta nova metodologia de gestão de oferta de emprego e no pressuposto de garantir ao recrutamento um acompanhamento mais personalizado, que poderá ser determinante no sucesso do mesmo, encontra-se em implementação uma metodologia que pressupõe que os técnicos dos CTE acompanhem presencialmente, metade das entrevistas (apresentações a oferta de emprego), nas áreas geográficas e sectores de atividade económica em que se registre uma percentagem de colocações, inferior à média nacional.

Por outro lado, pretende-se a promoção da integração de candidatos/as a emprego, bem como o desenvolvimento de ações promotoras da sua empregabilidade. Deste modo, continuará a efetuar-se um acompanhamento personalizado dos candidatos/as a emprego, sendo elaborado um Plano Pessoal de Emprego (PPE) de acordo com o perfil profissional e circunstâncias específicas de cada um, bem como com o mercado de trabalho em que se inserem, visando a sua integração no mercado de trabalho.

▶ **Ações Desenvolvidas:**

- ▶ Recolha e difusão de informação sobre a situação e perspetivas do mercado de emprego e elaboração de propostas de adequação da intervenção;
- ▶ Concepção das normas e procedimentos no âmbito da intervenção junto das entidades empregadoras e, em especial, no que se refere à metodologia de abordagem às entidades e de tratamento da oferta;
- ▶ Alargamento da formação em “Gestão da oferta de emprego” para mais 200 técnicos/as dos Centros de Emprego, reforçando as competências dos CTE neste domínio;
- ▶ Estabelecimento de protocolos de Cooperação para seleção e recrutamento, com grandes entidades empregadoras que sejam “*leaders*” de mercado ou detenham o exclusivo do mercado em determinado sector de atividade;
- ▶ Criação de mecanismo de interação com entidades gestoras de sítios na internet que efetuem ajustamento entre a oferta e procura de emprego ou bolsa de emprego na *internet*;

- ▶ Acompanhamento e monitorização da atividade desenvolvida pelos CTE no âmbito da nova metodologia de gestão da oferta;
- ▶ Monitorização do acompanhamento presencial de metade das apresentações a ofertas de emprego nas áreas geográficas e sectores de atividade económica nas quais se registe uma percentagem de colocações inferior à média nacional;
- ▶ Monitorização do tratamento das ofertas de emprego;
- ▶ Criação de um *tableau de bord* com indicadores relevantes no acompanhamento da atividade de colocação e de medida de resultado das ofertas/colocação, apresentações, entrevistas acompanhadas, taxa de esforço.

3.2.1.1. Produção de Instrumentos Técnicos de Suporte à Atividade de Colocação

Tendo em vista a operacionalização das intervenções preconizadas e a maior uniformização possível dos procedimentos em toda a rede de Centros, torna-se imprescindível a existência de instrumentos técnico-normativos atualizados e acessíveis a todos os intervenientes no âmbito da gestão da oferta e da procura.

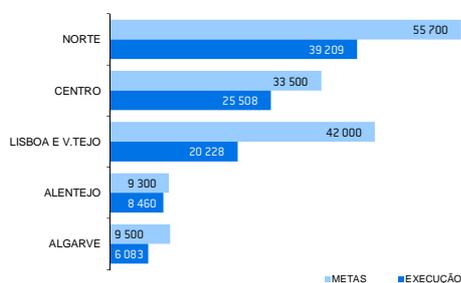
▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Concepção de normativos no âmbito da intervenção junto das entidades empregadoras;
- ▶ Metodologia de gestão da oferta de emprego;
- ▶ Metodologia de gestão da procura;
- ▶ Atualização da informação no Subsistema de Gestão de Entidades Empregadoras;
- ▶ Atualização/ajustamento das funcionalidades do SIGAE.

Promoção da Oferta

▶ Resultados Alcançados

DELEGAÇÕES REGIONAIS	OFERTAS		GRAU EXEC
	METAS	EXECUÇÃO	
NORTE	55 700	39 209	70,4
CENTRO	33 500	25 508	76,1
LISBOA E V.TEJO	42 000	20 228	48,2
ALENTEJO	9 300	8 460	91,0
ALGARVE	9 500	6 083	64,0
TOTAL	150 000	99 488	66,3



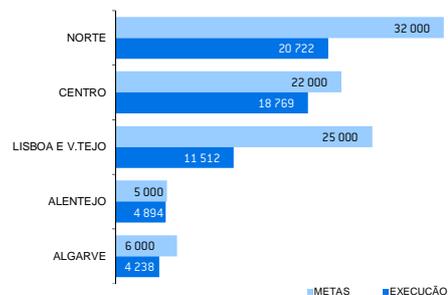
Justificação de Desvios

- ▶ Quer em termos globais, quer em termos regionais, o grau de execução da captação de ofertas junto das entidades empregadoras ficou muito abaixo do programado para 2011. Em relação ao ano de 2010, as metas foram reforçadas em cerca de 20%, constituindo uma das medidas estratégicas da intervenção do IEFP, I.P. no combate ao desemprego, no entanto a conjuntura económica que se viveu em Portugal em 2011, dificultou enormemente a captação de ofertas. Com efeito, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação da crise financeira e económica mundial, visível nas dificuldades sentidas pelo tecido empresarial e na consequente e retração no número de ofertas recebidas e captadas pelos Centros de Emprego.
- ▶ A título de exemplo, durante o ano de 2011 assistiu-se a fatores como:
 - O encerramento contínuo de empresas a par do menos frequente surgimento de novas iniciativas empresariais geradoras de postos de trabalho;
 - A redução de postos de trabalho nas empresas que se mantiveram, como medida de sobrevivência;
 - A estratégia de diminuição de custos em todas as áreas e em todas as atividades, obstando a novas contratações;
 - Contração em sectores que tradicionalmente mais contribuíam para a colocação de mão-de-obra, como por exemplo, a indústria transformadora do têxtil e confeção, a construção civil, o sector automóvel, a restauração e hotelaria e o comércio em geral, contração essa que se traduziu em défice de atividade e despedimentos;
 - A contração no recrutamento de trabalhadores e inclusive a desistência de ofertas, para aguardar a chegada das anunciadas medidas de incentivo à contratação, as quais só se vieram a concretizar em 2012.

Satisfação da Procura

Resultados Alcançados

DELEGAÇÕES REGIONAIS	METAS	COLOCAÇÕES			
		EXECUÇÃO			GRAU EXEC
		Desempregados	Empregados	TOTAL	
NORTE	32 000	18 799	1 923	20 722	64,8
CENTRO	22 000	17 578	1 191	18 769	85,3
LISBOA E V.TEJO	25 000	10 710	802	11 512	46,0
ALENTEJO	5 000	4 599	295	4 894	97,9
ALGARVE	6 000	3 880	358	4 238	70,6
TOTAL	90 000	55 566	4 569	60 135	66,8



► **Justificação de Desvios**

- ▶ Tal como ocorreu com a captação de ofertas, o grau de execução das colocações ficou muito abaixo do programado para 2011 (com a exceção do Alentejo que atingiu uma execução de cerca de 98%). Em relação ao ano de 2010, as metas foram reforçadas em mais de 20%, mas a conjuntura económica e as dificuldades sentidas pelo tecido empresarial, atrás referidas, bem como a retração das ofertas recebidas e captadas pelos Centros de Emprego, já identificada, implicaram dificuldades reforçadas na atividade de colocação;
- ▶ Acresce a dificuldade de ajustamento entre a procura e a oferta, referenciada já em anos anteriores, devido, designadamente, a:
 - Divergência entre as competências exigidas pelas entidades empregadoras e as detidas pelos candidatos a emprego: escolaridade, qualificações, idade e experiência profissional;
 - Maior rigor no controlo da Procura Ativa de Emprego, que vai aumentando o número de colocações por meios próprios, os quais resultam do ajuste efetuado diretamente entre a entidade empregadora e o candidato.

3.2.2. COLOCAÇÃO EXTERNA

No que refere às atividades de colocação externa, estas desenvolvem-se em duas grandes dimensões:

- A Rede EURES, atuante no âmbito do Espaço Económico Europeu e Suíça;
- A colocação em países terceiros.

3.2.2.1. Rede EURES

A Rede EURES funciona como um serviço europeu de emprego, com funções de:

- Informação e aconselhamento em questões relacionadas com a mobilidade dos trabalhadores;
- Colocação de candidatos a emprego e apoio a empregadores em processos de recrutamento transnacional, no âmbito do mercado de trabalho europeu.

Esta rede funciona desde 1993, em resultado de uma associação entre a Comissão Europeia (Direcção-Geral de Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades), os Serviços Públicos de Emprego de 31 países europeus e outras instituições interessadas na mobilidade laboral, nomeadamente confederações empresariais, sindicais e universidades.

O IEFP, I.P. integra o desenvolvimento da Rede EURES nas estratégias nacionais que definiu para melhorar o seu relacionamento com os utentes, candidatos a emprego (em particular, desempregados) e empregadores, numa lógica de complementaridade com as orientações e prioridades definidas a nível comunitário, com vista a facilitar a livre circulação de trabalhadores e a transparência no mercado único de trabalho europeu. As atividades da rede, programadas anualmente, são cofinanciadas por uma linha de financiamento próprio da Comissão Europeia, para este efeito.

O atual programa, visa responder às seguintes 6 prioridades:

- ▶ **Melhoria do acesso ao EURES:**
 - Visibilidade interna: sensibilizar dirigentes, chefias e equipas técnicas dos CTE's para um maior envolvimento na prestação de serviços EURES ao nível local;
 - Visibilidade externa: assegurar a coerência da imagem EURES nos espaços e canais de atendimento dos SPE e consolidar estratégias de promoção do EURES junto de utentes com perfil para a mobilidade.
- ▶ **Garantia de serviços a empregadores:** promover uma abordagem estratégica a empresas portuguesas ou multinacionais, através da utilização de um pacote de serviços a empregadores proporcionado pelo SPE, e mobilizar as Associações Empresariais como entidades parceiras na divulgação deste pacote de serviços;
- ▶ **Prestação de serviços a candidatos a emprego:** intensificar ações de informação e aconselhamento personalizados, promover eventos informativos sobre oportunidades de emprego e condições de vida e trabalho no estrangeiro, participar e organizar Feiras de Emprego e outros eventos ligados às questões da mobilidade e desenvolver ações de recrutamento em sectores/ áreas profissionais com particular interesse para Portugal;
- ▶ **Redes com outras entidades parceiras:** dotar os Conselheiros EURES de informação atualizada sobre questões relacionadas com a mobilidade, que permita o encaminhamento adequado do utente para os diversos serviços de apoio e facilitação da mobilidade geográfica existentes, e consolidar o relacionamento do EURES com as redes de informação europeia presentes a nível nacional e outros serviços de informação e aconselhamento;
- ▶ **Funcionamento da Rede EURES em Portugal:** garantir a adequada integração da Rede EURES na estrutura, organização e funcionamento dos SPE em Portugal, aumentando a cobertura territorial na prestação de serviços EURES, atualizando as competências da rede nacional de Conselheiros EURES e assegurando a participação dos seus representantes nacionais nas reuniões organizadas pela EURESco;
- ▶ **Implementação de atividades transfronteiriças:** atualizar a informação sobre excedentes e défices de mão-de-obra de ambos os lados da fronteira, monitorizar os obstáculos específicos à mobilidade transfronteiriça e promover os serviços EURES transfronteiriços e o envolvimento dos Centros de Emprego nas regiões de fronteira na prestação destes serviços.

As regiões dos Açores e da Madeira estão igualmente integradas na rede EURES em Portugal, através dos seus serviços públicos de emprego regionais, respetivamente, a Direção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor dos Açores e o Instituto de Emprego da Madeira. O IEFPP, I.P., responsável perante a Comissão Europeia pela gestão global da rede nacional, assegura a articulação com aqueles serviços, nomeadamente no que respeita à programação anual de atividades e à transferência das dotações de cofinanciamento comunitário necessárias à sua concretização.

▶ Ações Desenvolvidas

A nível nacional:

- ▶ Coordenação do funcionamento da Rede EURES a nível nacional, acompanhando e apoiando as atividades organizadas pelas regiões, a nível nacional, transnacional e transfronteiriço;
- ▶ Foi assegurada a participação nas reuniões dos gestores nacionais da rede EURES, dos grupos de trabalho da informação EURES (incluindo responsáveis pela organização dos Dias Europeus do Emprego), do apoio e promoção da plataforma TI EURES e na reunião anual dos responsáveis nacionais pela Formação EURES - coordenadas pela Comissão Europeia;
- ▶ Foram assegurados a preparação do Programa de Atividades e Orçamento EURES para 2011/2012, e respetivo pedido de subvenção comunitária à Comissão Europeia, e o acompanhamento da sua execução;
- ▶ Foi elaborado o Relatório de Atividades e Contas do EURES Portugal referente ao exercício de 2010-2011 e submetido à Comissão Europeia, após validação pela Auditoria Externa exigida;
- ▶ Foi assegurada a atualização da informação sobre as condições de vida e trabalho em Portugal no Portal do EURES (www.eures.europa.eu);
- ▶ Foram atualizados os conteúdos constantes do site nacional do EURES, no Portal do IEFP, I.P. (www.iefp.pt/eures);
- ▶ Foi assegurada a manutenção e atualização da área EURES na *Intranet* do IEFP, I.P., com a disponibilização de indicadores e instrumentos de apoio às atividades quotidianas dos conselheiros EURES junto dos diversos públicos-alvo da rede;
- ▶ Foi assegurada a pré-formação (em janeiro/fevereiro) e acompanhada a formação inicial dos 2 novos conselheiros EURES (dos Centros de Emprego da Maia e de Tomar) - concretizada entre Junho e Setembro;
- ▶ Foram selecionados e instruídos os processos de candidatura à Comissão Europeia de 3 novas conselheiras EURES (2 da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo e 1 do Centro de Emprego de Beja) para formação inicial a desenvolver em 2012;
- ▶ Assegurou-se a seleção e acompanhamento das participações de 9 conselheiros EURES em formação contínua, nas ações sobre Segurança Social e Impostos, Recursos Europeus para a Mobilidade, Mobilidade Geográfica e Profissional e Questões Multiculturais, promovidas pela Comissão Europeia;
- ▶ Foi dinamizado um "workshop" (em maio de 2011) sobre "Mobilidade dos Trabalhadores e Mercado de Trabalho Europeu: a importância da integração do EURES nos Serviços Públicos de Emprego", dirigida a "line managers" de conselheiros EURES (17 participantes);
- ▶ Foi elaborado Programa de Formação sobre "EURES e Mobilidade Geográfica", para chefias e equipas técnicas dos Centros de Emprego, a implementar internamente em 2012/13;

- ▶ Foi constituído grupo de trabalho para elaboração do Manual de Informação EURES, documento de referência a disponibilizar em suporte informático na intranet do IEFP, I.P. durante o 1º semestre de 2012;
- ▶ Foi promovida a divulgação de 284 ofertas de emprego EURES, correspondentes a 632 postos de trabalho, alguns dos quais com processos de seleção no âmbito de ações e projetos de recrutamento - da qual resultaram pelo menos 227 colocações confirmadas;
- ▶ Foi assegurada a organização e participação de conselheiros EURES nacionais em 9 feiras de emprego e outros eventos a nível europeu, nomeadamente com vista à negociação de atividades e projetos de recrutamento entre Portugal e outros países;
- ▶ Foram organizados 11 Dias dos Países, cobrindo países como Suíça (2), Itália (2), Reino Unido, Suécia, Espanha, Alemanha (3) e Noruega, que contaram com 3 276 participantes; informação e aconselhamento sobre procura de emprego, condições de vida e trabalho; em alguns dos eventos, participação de entidades empregadoras, nas áreas da Saúde, da Construção Civil e das Engenharias e Tecnologias de Informação;
- ▶ Foi assegurado o apoio à realização do primeiro "Dia Europeu do Emprego" nos Açores (Ponta Delgada), em maio de 2011; participação de Conselheiros EURES de 7 países e 803 participantes;
- ▶ Foram organizados os "Dias Europeus do Emprego" em Aveiro, 21 e 22 de Outubro. Este evento teve 7124 participantes, tendo contado com a participação de Conselheiros EURES de 12 países europeus e de 10 empregadores (da Suíça, Holanda, Noruega e Alemanha), nas áreas da Engenharia, Enfermagem e Construção Civil - bem como com a presença de várias entidades parceiras para a mobilidade no âmbito do Reconhecimento Profissional, do Voluntariado, Estágios, Empreendedorismo e Investigação Científica. Foi proporcionada informação e aconselhamento sobre a mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho europeu, sobre oportunidades de emprego e condições de vida e trabalho nos países participantes - e também algumas oportunidades de seleção e recrutamento (com os empregadores presentes). Ao todo, 53 sessões de informação sobre a rede EURES e a mobilidade ("Trabalhar na Europa: por onde começar?"), sobre o Voluntariado e o Empreendedorismo Jovem, sobre a mobilidade dos Estudantes e Jovens em fase de entrada na vida ativa (Erasmus e Leonardo da Vinci), sobre a Mobilidade dos Investigadores, sobre condições de vida e trabalho nos 12 países participantes e ainda apresentações de empresas;
- ▶ Procedeu-se à consolidação dos instrumentos de reporte dos Conselheiros EURES, tendo-se concebido e testado (no 2º semestre de 2011) um Painel Mensal de Indicadores que permitirá responder às diversas necessidades da rede EURES, no âmbito dos instrumentos de planeamento e avaliação internos (do IEFP, I.P.) e externos (da Comissão Europeia) das atividades da rede;
- ▶ Tratamento com regularidade semestral de indicadores de apoio à identificação de excedentes de mão-de-obra em Portugal, com base nos dados disponíveis no SIGAE, visando a negociação bilateral (com outros países) de ações e projetos de recrutamento transnacional.

A nível regional:

- ▶ Regular atendimento, seleção e apresentação de candidatos a ofertas de emprego EURES e à opção mobilidade europeia - incluindo serviços de informação e aconselhamento personalizado sobre oportunidades de emprego e condições de vida e trabalho nos 31 países que integram a rede EURES;
- ▶ Tratamento de ofertas de emprego EURES para outros países europeus, procedendo à sua disseminação pelos Centros de Emprego e por outras entidades parceiras a nível regional e local (em particular, GIP's - Gabinetes de Inserção Profissional e Gabinetes de Estágios e Saídas Profissionais de universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, e também de Escolas Profissionais e Centros de Formação Profissional);
- ▶ No âmbito da monitorização das normas de qualidade no tratamento de ofertas e candidaturas EURES, efetuadas cerca de 50 visitas de acompanhamento a Centros de Emprego;
- ▶ Realização de cerca de 250 ações de sensibilização para a mobilidade / sessões de informação sobre o EURES em Centros de Emprego, sobretudo dinamizadas por Conselheiros EURES regionais e locais, para candidatos EURES inscritos nos Centros de Emprego, com conhecimentos de línguas relevantes e em profissões com maior procura no mercado de trabalho europeu;
- ▶ Promoção de 85 reuniões e sessões de sensibilização/informação para recém-graduados, estudantes universitários, formandos de Centros de Formação Profissional e alunos de escolas secundárias e profissionais, sobre os serviços EURES e a mobilidade no mercado de trabalho europeu;
- ▶ Participação do EURES em 19 Feiras de Emprego e outros eventos dedicados à empregabilidade e à mobilidade por todo o país, incluindo Feiras de Emprego Universitárias;
- ▶ Abordagem e apresentação dos serviços EURES a 11 Associações Empresariais de âmbito nacional, regional e local e a 45 empresas nacionais/estabelecidas em Portugal, com necessidades de recrutamento fora do país e/ou de necessidades de internacionalização;
- ▶ No âmbito do EURES Transfronteiriço Norte de Portugal / Galiza, assumidos pela Delegação Regional do Norte: participação das reuniões do Comité Diretivo, do Comité Executivo e a colaboração com a Coordenação do EURES-T na conceção e execução do Programa de Atividades e Orçamento para 2011-12 desta parceria transfronteiriça;
- ▶ No âmbito das atividades transfronteiriças desenvolvidas entre as regiões de Alentejo/Extremadura e Algarve/Andaluzia, realizaram-se: 2 reuniões de articulação entre o EURES Algarve e o EURES Andaluzia.

▶ Resultados Alcançados

- ▶ Número de atendimentos individuais EURES – 27.729;
- ▶ Número de sessões de informação coletivas EURES – 503;
- ▶ Número de ofertas EURES de outros países divulgadas – 284 (Postos de Trabalho – 632);
- ▶ Número de colocações confirmadas – 227.

Execução Financeira
€ 43 723,12

3.2.2.2. Colocação em Países Terceiros

Paralelamente à atividade de colocação externa a desenvolver no âmbito da Rede EURES, existe também a atividade complementar de colocação de trabalhadores em países terceiros que completa as intervenções de colocação, proporcionando aos candidatos a emprego um serviço que possibilite tomar conhecimento e aceder aos postos de trabalho vagos noutros países, designadamente fora da Europa.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Tratamento e divulgação, quer na *internet*, quer no âmbito da rede de Centros de Emprego, de ofertas de emprego em países terceiros, pontualmente com ações de recrutamento presenciais ou por *Skype*, para recrutamento de trabalhadores portugueses: Angola (auditores/consultores financeiros), Canadá (engenheiros) e Bahamas e Estados Unidos (profissionais de turismo, hotelaria e restauração para cruzeiros);
- ▶ Apoio técnico aos empregadores na realização de ações de seleção e recrutamento em Portugal, proporcionando igualmente condições logísticas sempre que necessário.

▶ Resultados Alcançados

- ▶ 19 colocações.

3.2.3. EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO

3.2.3.1. Empresas de Trabalho Temporário

As ações a desenvolver no âmbito das competências que o regime jurídico do trabalho temporário atribui ao IEFP, I.P. decorrem do Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, e implicam a necessidade de implementar sistemas de tratamento de informação, nomeadamente uma base de registo de informação, e um sistema de tratamento de dados estatísticos, recolhidos através da relação de trabalhadores cedidos enviada semestralmente pelas empresas de trabalho temporário, e a uniformização nas várias unidades orgânicas dos procedimentos constantes na Circular Normativa 3/2010, de 10 de fevereiro.

É também necessário implementar um sistema *on-line* de registo nacional das empresas de trabalho temporário que permita a consulta de dados e a emissão de certidões relativas à situação das várias empresas.

É ainda essencial melhorar e implementar algumas alterações procedimentais no circuito de partilha de informação IEFP, I.P./Segurança Social e estabelecer também um circuito de partilha de informação IEFP, I.P./Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Análise dos pedidos de licenciamento e elaboração de parecer sobre os mesmos;
- ▶ Registo e atualização de todos os dados relativos às empresas de trabalho temporário;
- ▶ Desenvolvimento de uma nova base de dados para registo e tratamento de dados estatísticos das empresas;
- ▶ Adoção de medidas de simplificação de procedimentos inerentes ao licenciamento e acompanhamento da atividade das empresas;
- ▶ Validação da documentação enviada pelas empresas para verificação da manutenção dos requisitos e notificação das empresas em incumprimento, incluindo do dever de não atualização ou não reconstituição da caução, para efeitos de suspensão/ revogação da licença de exercício da atividade;
- ▶ Desenvolvimento de projetos no âmbito da articulação com a APESPE (Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego) e ANERH (Associação Nacional de Empresas de Recursos Humanos);
- ▶ Desenvolvimento de projetos de cooperação com o setor privado de emprego com vista a aumentar a captação e satisfação das ofertas de emprego apresentadas pelas Empresas de Trabalho Temporário, nomeadamente através do desenvolvimento de um circuito de tratamento diferenciado dessas ofertas, célere e simplificado, e de uma monitorização que permita avaliar a satisfação das ofertas de emprego;
- ▶ Desenvolvimento de um acesso no portal informático (Netemprego) que permita às empresas através de uma chave de acesso, carregar diretamente os dados relativos à listagem de trabalhadores cedidos no semestre anterior.

▶ **Resultados Alcançados**

- ▶ Simplificação e uniformização dos procedimentos de licenciamento, redução do tempo de decisão dos pedidos, redução da burocracia, aumento da transparência;
- ▶ Simplificação e uniformização dos procedimentos de acompanhamento da atividade, maior controlo de situações de ilegalidade e reforço da proteção dos trabalhadores;
- ▶ Melhoria no controlo e uniformização do exercício da atividade;
- ▶ Intensificação da cooperação entre o IEFP, I.P. as associações representativas das empresas e as próprias empresas de trabalho temporário;
- ▶ Melhor articulação entre todas as entidades envolvidas no licenciamento e no acompanhamento da atividade das empresas de trabalho temporário;
- ▶ Otimização na utilização dos recursos informáticos na interação com as empresas e os candidatos, com vista a aumentar a eficiência do ajustamento/colocação.

3.2.4. RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES DE PAÍSES TERCEIROS

3.2.4.1. Recrutamento de Trabalhadores de Países Terceiros

A Lei 23/2007, de 4 de julho, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional apresenta um conjunto de atribuições, quer no que respeita à prestação de trabalho assalariado em território português por parte de cidadãos estrangeiros de países terceiros, quer em termos do papel do IEFP, I.P. na dinâmica dos fluxos migratórios, designadamente:

- Desenvolvimento, no âmbito de Protocolos e Acordos Bilaterais, e em articulação com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACC), do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), do Ministério da Administração Interna, dos mecanismos necessários à satisfação das ofertas de emprego não satisfeitas a nível nacional e comunitário;
- Desenvolvimento de protocolos de cooperação com os serviços públicos de emprego homólogos, no sentido de estabelecer mecanismos de recrutamento e seleção de acordo com o novo decreto regulamentar;
- Elaboração de uma proposta de relatório com uma análise histórica sobre a legislação e as respetivas competências do IEFP, I.P. com a previsão anual de oportunidades de trabalho de acordo com os critérios estabelecidos por sectores de atividade e profissões deficitárias, para integração no contingente global;
- Controlo da execução do Contingente Global Indicativo de Oportunidades de Emprego;
- Gestão da procura imigrante.

O princípio da prioridade na satisfação das ofertas de emprego por cidadãos nacionais, comunitários e estrangeiros com residência legal, é sempre verificado pelo IEFP, I.P. através da análise dos candidatos ajustados existentes em ficheiro.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Definição, elaboração e execução do contingente global de oportunidades de trabalho para cidadãos estrangeiros, não comunitários;
- ▶ Acompanhamento do contingente global das oportunidades de trabalho, através da elaboração de relatório semestral;
- ▶ Desenvolvimento de protocolos de cooperação com os serviços públicos de emprego, homólogos de países terceiros, com o objetivo de estabelecer mecanismos de recrutamento;
- ▶ Acompanhamento e monitorização do mecanismo internacional de candidaturas a ofertas de emprego internacionais – NetEmprego Imigrante;
- ▶ Desenvolvimento de mecanismos eficazes para a gestão da procura imigrante presente em território nacional.

3.2.5. REGIME DE PROTEÇÃO NO DESEMPREGO

3.2.5.1. Regime de Proteção no Desemprego

As alterações nos últimos anos do contexto social e económico, bem como o reconhecimento da importância e necessidade de valorizar o papel social da prestação de desemprego, impuseram a alteração do novo regime jurídico de proteção no desemprego. O Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, revogou os Decretos-Lei n.ºs 119/99, de 14 de abril, na redação dada pelos Decretos-Lei n.ºs 186-B/99 e 326/2000, de 31 de maio e de 22 de dezembro, respetivamente, e 84/2003, de 24 de abril. Este regime está regulamentado parcialmente pela Portaria n.º 8-B/2007, de 3 de janeiro, no âmbito das alterações preconizadas, destaca o reforço do papel dos centros de emprego no acompanhamento personalizado dos beneficiários das prestações de desemprego, visando a sua rápida inserção no mercado de trabalho. O Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, sofreu diversas alterações ao longo da sua vigência, tendo a última tido lugar em 18 de junho de 2010, através do Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, o qual alterou e republicou o referido regime jurídico. As alterações estipuladas visaram essencialmente estabelecer medidas destinadas a reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego. O IEFP, I.P. preparou e concretizou diferentes medidas que visaram assegurar a execução do regime legal em moldes eficazes, rigorosos e eficientes e, propõe-se continuar a desenvolver ações no sentido de aprofundar e clarificar procedimentos tendentes à completa e correta execução do diploma.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Elaboração de propostas de procedimentos, relativamente a beneficiários das prestações de desemprego que se encontram em situações específicas, designadamente as relacionadas com a aplicação eficaz e eficiente do conceito de Emprego Conveniente e respetivo acompanhamento;
- ▶ Elaboração de contributos para a definição, concretização aprofundamento da articulação informática entre o IEFP, I.P. e a Segurança Social (IEES/ISS) no contexto da execução do novo regime jurídico de proteção no desemprego;
- ▶ Monitorização ao funcionamento da rede de entidades que estabeleceram protocolo com o IEFP, I.P. no sentido da execução do dever de apresentação quinzenal;
- ▶ Implementação e acompanhamento das normas técnicas, constantes da proposta da 2ª revisão da Circular Normativa n.º 10/2006, de 29 de dezembro, relativa aos beneficiários das prestações de desemprego; de forma a garantir uma maior eficácia na aplicação dos procedimentos inerentes ao cumprimento dos deveres dos beneficiários das prestações de desemprego, quer ao nível nacional quer ao nível comunitário;
- ▶ Preparação de propostas de orientações, no sentido de clarificar, concretizar, e uniformizar procedimentos, com vista a melhorar e aperfeiçoar a execução do novo regime legal na aplicação dos casos concretos;
- ▶ Preparação de propostas de novas orientações, que deem suporte a procedimentos adequados às solicitações dos públicos-alvo específicos;

- ▶ Elaboração de relatórios da atividade desenvolvida no âmbito do novo regime de proteção do desemprego;
- ▶ Participação nos trabalhos das reuniões da Comissão de Acompanhamento criada pelo Despacho n.º 8392/2007 (2.ª série), de 10 de maio, com o objetivo de acompanhar a aplicação do novo regime de proteção no desemprego.

Execução Financeira

€ 3 612 023,80

3.3.

PRESTAÇÕES TÉCNICAS ENQUADRADAS NA “ESTRATÉGIA EUROPA 2020”

A “Estratégia Europa 2020” visa tornar a União Europeia (UE) numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, capaz de proporcionar níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Esta estratégia vai influenciar as políticas nacionais nos próximos anos, sendo que cada Estado-Membro a deve adaptar à sua situação específica, traduzindo os objetivos da UE em objetivos e trajetórias nacionais.

Ao nível da política de emprego e de qualificação, as prioridades e objetivos da estratégia europeia encontram-se traduzidas em 3 grandes **metas para 2020**:

- Attingir uma taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos de 75%;
- Reduzir a taxa de abandono escolar para 10% e aumentar a percentagem da população com idade entre 30 e 34 anos que completou o ensino superior para, pelo menos, 40%;
- Reduzir em 25% o número de europeus que vivem abaixo dos limiares de pobreza (retirando da pobreza 20 milhões de pessoas).

e em **4 Diretrizes**, a saber:

- **“Diretriz 7”**: Aumentar a participação no mercado de trabalho e reduzir o desemprego estrutural, através de uma combinação de contratos de trabalho flexíveis e fiáveis, medidas ativas de emprego, efetiva aprendizagem ao longo da vida, políticas de promoção da mobilidade profissional e sistemas de segurança social adequados;
- **“Diretriz 8”**: Desenvolver uma mão-de-obra qualificada, respondendo às necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho, promovendo a qualidade do trabalho e a aprendizagem ao longo da vida;
- **“Diretriz 9”**: Melhorar o desempenho dos sistemas de educação e formação nos vários níveis, tendo também em conta a aprendizagem em contextos não formais e informais, e aumentar a participação no ensino superior, de forma a garantir o acesso a educação e formação de qualidade, para todos, e elevar o nível de competências da mão-de-obra da UE;
- **“Diretriz 10”**: Promover a inclusão social e o combate à pobreza, através da capacitação para uma plena participação na sociedade e na economia e do alargamento das oportunidades de emprego, da aprendizagem ao longo da vida e da execução de políticas ativas de inclusão.

3.3.1. PRESTAÇÕES TÉCNICAS

Desde o primeiro ciclo da Estratégia Europeia para o Emprego (1998-2002), que o IEFP, I.P. tem vindo a desenvolver um importante esforço para responder aos objetivos de combate ao desemprego dos jovens e de prevenção do desemprego de longa duração dos adultos – através da adoção de uma abordagem precoce, preventiva e individualizada de combate ao desemprego. Foi neste contexto que emergiu a metodologia de intervenção dos Centros de Emprego, procurando operacionalizar os objetivos e metas fixados pelas Iniciativas INSERJOVEM e REAGE.

A evolução do mercado de trabalho e consequentemente da estrutura do desemprego contribuiu para a reformulação da metodologia de intervenção dos Centros de Emprego – assenta no Plano Pessoal de Emprego tendo sido introduzidas alterações, visando:

- uma maior diferenciação de tratamento dos candidatos, através de uma adequada segmentação dos públicos;
- uma maior concentração dos recursos disponíveis e dos esforços no tratamento de desempregados com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho;
- a aposta em novos canais de prestação de serviços, com recurso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para os públicos mais autónomos e com menores défices de empregabilidade.

As novas Diretrizes de emprego, conjugadas com um contexto socioeconómico mais difícil e com previsível acréscimo dos níveis de desemprego, obrigaram a um esforço acrescido por parte dos serviços públicos de emprego, no sentido de:

- ▶ Promover e incentivar a mobilidade profissional e geográfica dos desempregados e a sua adaptabilidade às novas condições do mercado de trabalho;
- ▶ Reforçar a prestação de serviços personalizados e a informação sobre novas ofertas e oportunidades no mercado de trabalho, incentivando os jovens e os desempregados a adotar uma lógica de aprendizagem ao longo da vida;
- ▶ Promover o empreendedorismo e o emprego, através de medidas ativas de emprego adequadas e da aquisição de competências transversais e de criatividade;
- ▶ Assegurar direitos e responsabilidades claras dos desempregados no sentido de procurarem ativamente trabalho.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Início dos trabalhos de revisão do modelo de Plano Pessoal de Emprego, assumindo diferentes tipologias e com base na categorização e sinalização dos indivíduos momento da inscrição, de acordo com os perfis de desempregados previamente definidos;

- ▶ Disponibilização, no momento da inscrição, de documento informativo aos candidatos não beneficiários de prestações de desemprego sobre os seus direitos e deveres perante o Centro de Emprego
- ▶ Articulação com a Rede Nacional de Centros de Novas Oportunidades, permitindo o encaminhamento de desempregados que não tenham completado o 12º ano para processos de qualificação.

Execução Financeira

INSERJOVEM € 2 223,29

REAGE € 7 939,90

3.4.

MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

- ▶ **Aumentar a diversidade, acessibilidade e qualidade dos canais de prestação de serviços do IEFP, I.P. – adequando-os às expectativas e necessidades dos utentes do SPE, em particular de candidatos a emprego e entidades empregadoras. Elevar a qualidade no atendimento dos Centros de Emprego ao nível da captação de maior número de ofertas de emprego (e, em particular, de emprego qualificado), de candidatos a emprego com maiores níveis de habilitações escolares e de qualificação profissional, da elevação do número de colocações registadas e da taxa de satisfação de ofertas. Fomentar e aumentar as competências de autonomia e pró-atividade nos utentes dos SPE, em especial nos desempregados, potenciando iniciativas de procura ativa de emprego.**

3.4.1. MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

O processo de modernização dos serviços públicos de emprego, com recurso tão alargado quanto possível às tecnologias de informação e comunicação, é balizado pelos objetivos de simplificação e de desburocratização administrativa, através da gradual agilização e transparência dos processos e procedimentos adotados, e enquadra-se nas linhas orientadoras que têm norteado o desempenho do IEFP, I.P., enquanto serviço público de emprego, na promoção do emprego e da integração sócio-profissional:

- Centragem da prestação de serviços nos candidatos a emprego, entidades empregadoras e respetivas necessidades;
- Maximização da acessibilidade e aproximação dos serviços ao cidadão;
- Criação de canais alternativos para o contacto e prestação de serviços, permitindo o alargamento das possibilidades de escolha do cidadão quanto à forma como pretende aceder e utilizar os serviços;
- Nova abordagem face ao público-alvo detentor de maior autonomia assente na sua maior pró-atividade, com recurso a instrumentos potenciadores da interatividade com os serviços;
- Prestação de serviços personalizados e especial atenção ao público-alvo detentor de menor autonomia e com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho;
- Reforço da imagem institucional e da transparência dos processos melhorando as formas de relacionamento e a confiança nos serviços prestados.

3.4.1.1. Implementação do Modelo de Funcionamento dos Centros de Emprego

Ao nível dos Centros de Emprego, foi adotado, em maio de 2009, um novo modelo de funcionamento que visa essencialmente a qualidade do atendimento prestado e responder de forma eficaz e eficiente às necessidades dos candidatos a emprego e das entidades empregadoras, diminuindo o fluxo de utentes nos Centros de Emprego. Neste modelo, a organização técnica e funcional do Centro de Emprego integra de forma articulada a globalidade das suas áreas de intervenção, conjugando diferentes formas de disponibilização dos serviços e de relação com os seus utentes e contemplando não só o atendimento a candidatos e entidades empregadoras, como também as atividades dirigidas ao mercado de trabalho e ao meio em geral, as atividades técnicas de suporte e as atividades de gestão. Neste sentido, pretendeu-se, simultaneamente com o desenvolvimento de canais alternativos para o contacto e prestação de serviços, revalorizar o atendimento presencial, diferenciando o atendimento a entidades e candidatos a emprego e organizando-o segundo linhas de atendimento em função do grau de complexidade da interação. Esta forma de organização funcional dos Centros de Emprego pressupõe flexibilidade na adaptação às características específicas de cada centro, decorrentes quer do meio envolvente quer de fatores intrínsecos fundamentais para o sucesso da sua aplicação, como sejam: o espaço físico e os recursos humanos, técnicos e tecnológicos disponíveis.

A organização técnica e funcional dos Centros foi ajustada em face de alterações que retiraram funções e processos dos Centros de Emprego, nomeadamente, ao nível da criação de serviços partilhados na área da gestão e ao nível da centralização de processos de análise e decisão de candidaturas eletrónicas a algumas medidas ativas de emprego.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Mapeamento de processos da área do Emprego em que tenham intervenção os Centros de Emprego, com vista ao seu conhecimento e respetiva divulgação na *intranet*;
- ▶ Início da concepção de um quadro de indicadores de gestão da atividade dos Centros de Emprego.

3.4.1.2. Modelo de Intervenção dos Centros de Formação Profissional

Na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), impôs-se uma alteração aos estatutos que, desde 1985, vinham regendo a atividade do IEFP, I.P., redefinindo a sua missão, reafirmando a sua vocação enquanto serviço público de emprego e reforçando a sua intervenção como maior operador de formação a nível nacional.

Por outro lado, a implementação da nova arquitetura do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), que assumiu objetivos já firmados na Iniciativa Novas Oportunidades, deu maior relevância às atribuições do IEFP, I.P., enquanto um dos garantes da concretização dos objetivos e metas definidos, até 2010, para essa Iniciativa.

Assim, de acordo com os objetivos traçados, a intervenção da rede de Centros de Formação Profissional (CFP) assenta em duas vertentes enquadradas nos dois grandes pilares da Iniciativa que, embora articulados e apoiados por reformas em aspetos-chave do funcionamento do sistema de educação e formação profissional,

apresentam estratégias de implementação e metas próprias, que obrigaram a repensar o modelo de funcionamento dos Centros de Formação Profissional:

- A primeira área de intervenção da rede de CFP dirige-se à qualificação de jovens com um claro reforço das formações profissionalizantes de dupla certificação, em que o 12.º ano de escolaridade é o patamar mínimo de escolarização;
- A segunda está especialmente orientada para a qualificação dos adultos, cuja estratégia definida visa possibilitar aos que já estão no mercado de trabalho sem terem completado o 12.º ano de escolaridade, uma nova oportunidade. A expansão da oferta de Cursos de Educação e Formação de Adultos e a consolidação da rede de Centros Novas Oportunidades (CNO), integrados em todos os CFP, bem como o alargamento do número de pessoas abrangidas pelo sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), constituem os elementos nucleares desta estratégia.

Acresce referir que, neste quadro assume uma particular relevância a integração de jovens e adultos, designadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, com vista ao aumento das suas condições de empregabilidade.

O desenvolvimento desta estratégia impôs, no entanto, uma revisão do modelo de intervenção dos CFP, nomeadamente nos seus aspetos fundamentais relativos a:

- Organização e gestão;
- *Front Office* – valência RVCC e valência formação profissional;
- Articulação Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional;

No novo modelo identificaram-se as linhas de ação, a partir das quais se redefiniu o modelo de gestão dos CFP, tendo sido equacionadas condições com vista a permitir:

- Promover a articulação eficiente dos CFP de Gestão Direta com outras estruturas que contribuam para um sustentado incremento da política de qualificação, dando-se especial relevo às relações CFP de Gestão Direta e Centros de Emprego, CFP de Gestão Direta e CFP de Gestão Participada e outras entidades formadoras;
- Promover a utilização de sistemas de informação que facilitem interfaces múltiplas, atendendo aos modelos de gestão da formação que se organizam de forma flexível e exigem formas de monitorização e acompanhamento dos processos e dos resultados cada vez mais regulares;
- Consolidar a integração dos CNO na estrutura dos CFP, criando as condições físicas, técnicas e de recursos humanos que facilitem o acesso generalizado dos adultos à procura de qualificação e de novas oportunidades de formação, acentuando as suas potencialidades e dotando-os de valências que facilitem formas flexíveis de atuação;
- Criar as condições de resposta adequada aos públicos que se dirigem ao CFP, através da implementação do *Front Office*, em todos os CFP.

▶ **Ações Desenvolvidas:**

- ▶ Ao longo do ano de 2011, o modelo de intervenção, com particular destaque para a valência do *Front Office*, foi objeto de generalização na rede de Centros de Formação Profissional.

▶ **Justificação de Desvios**

- ▶ Considerando as mudanças organizacionais que se começaram a perspetivar em meados de 2011, não foi considerada oportuna a elaboração do normativo inicialmente previsto.

3.4.1.3. Projeto-tipo de Organização Espacial, Equipamentos e Imagem para os Centros de Emprego

A implementação do novo modelo de funcionamento em novos Centros de Emprego e na atual rede de Centros está intimamente ligada às condições infraestruturais e de imagem, em especial no que se refere às áreas de interação Direta com o utente, motivo porque se tem vindo a efetuar um trabalho conjunto no sentido da identificação e caracterização das condições necessárias e/ou adequadas para o efeito.

Desse trabalho resultou uma caracterização genérica do modelo de funcionamento preconizado na vertente mais Diretamente ligada à organização espacial - infraestruturas e equipamentos -, e imagem, que se constitui como linha orientadora para o pretendido, tornando-se agora necessário proceder ao seu aprofundamento e desenvolvimento.

Neste sentido, considerou-se importante que o IEFP, I.P. dispusesse de um estudo, efetuado por uma empresa especialista que proponha um protótipo de organização espacial, equipamentos e de uniformização de imagem passível de aplicação aos novos Centros de Emprego a criar e que salvguarde os critérios de qualidade definidos. Pretende-se ainda que as soluções a encontrar e a desenvolver sejam suficientemente flexíveis de forma a serem passíveis de adoção pela rede atual de Centros de Emprego em moldes e em ocasiões a definir pelo IEFP, I.P..

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Acompanhamento técnico da elaboração do projeto-tipo de organização espacial, equipamentos e imagem dos Centros de Emprego.

3.4.1.4. Estudo da Rede de Centros

Caracterização da atual rede de Centros de Emprego em função de indicadores considerados relevantes para determinação da adequação da rede e que se constitua como suporte à elaboração de planos de investimento na rede, a curto e médio prazo.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Implementação de reafectação de concelhos das áreas geográficas de intervenção de alguns centros de emprego, por forma a aproximar das NUT III;
- ▶ Desenvolvimento de estudos de reorganização e racionalização da rede de centros de emprego;

- ▶ Colaboração na definição do programa de necessidades para os novos centros ou para centros com novas instalações;
- ▶ Emissão de parecer sobre o estudo prévio de organização espacial para adaptação ou aquisição de novas instalações para os Centros de Emprego.

3.4.1.5. Sistema de *Matching* e Base de Dados de Competências

O IEFP, I.P. tem vindo a priorizar um conjunto de desenvolvimentos ao nível da otimização de processos e melhoria dos seus sistemas de informação, procurando responder eficazmente às necessidades de candidatos e empregadores, contexto no âmbito do qual se destaca o reforço das ferramentas e métodos de ajustamento, que assume importância acrescida face ao atual aumento progressivo do desemprego e à existência de recursos limitados da organização para fazer face a esta realidade. É neste âmbito que surge o projeto de implementação do sistema de *matching*, que consiste na definição e integração no SIGAE e no NETemprego de um algoritmo de ajustamento complexo não linear, mediante aproveitamento e adaptação das funcionalidades já disponíveis, que comporte consultas bidirecionais, baseadas em múltiplos critérios com diferentes ponderações, e que gerem *outputs* ordenados por grau de adequação. Para este efeito é necessária a introdução prévia no SIGAE e no NETemprego da base de dados taxonómica de profissões e competências ESCO (*European Skills, Competences and Occupations Taxonomy*), que permite operar sobre registos com informação mais rica e exata, e a introdução prévia do registo das competências na caracterização de currículos e de ofertas de emprego, bem como a melhoria das regras de validação destes registos. Prevê-se o desenvolvimento a nível central dos instrumentos/productos do projeto, sendo posteriormente disponibilizados aos serviços regionais e locais, com monitorização de eficácia e eficiência a nível central, incluindo as seguintes etapas:

- Adaptação dos atuais ecrãs de caracterização de currículos e ofertas;
- Integração dos atuais ecrãs de pré-seleção de candidatos, ofertas ajustáveis e consulta caracterizada de utentes;
- Integração e adaptação da base de dados de profissões e competências ESCO;
- Introdução de algoritmo de ajustamento não linear.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Construção do projeto.

▶ Justificação de Desvios

- ▶ No âmbito do sistema de *matching* foram elaboradas especificações, para a melhoria dos suportes à caracterização dos candidatos e das ofertas, bem como para a melhoria dos mecanismos de ajustamento automático, as quais não foram contudo implementadas. Entretanto, esta ferramenta veio a ser reavaliada e integrada no Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, nomeadamente no seu Eixo 4 que visa modernizar os sistemas de informação, tendo sido nesse âmbito reformuladas as especificações de suportes à caracterização de candidatos e ofertas no NetEmprego e de ofertas no SIGAE. Por outro lado, a

base de dados de competências, inicialmente considerada como suporte avançado ao sistema de *matching*, ficou suspensa face aos elevados recursos que a sua implementação exigiria. O desenvolvimento de algumas das ações previstas ficou assim descontextualizado, nomeadamente das ações inscritas nas fases de pré-produção, operacionalização e pós-produção do projeto.

3.4.1.6. Subsistema de Gestão de Entidades

O Subsistema de Gestão de Entidades foi concebido para responder às necessidades identificadas na área do emprego no que concerne à gestão de entidades, empregadoras ou não, que de algum modo poderão constituir uma fonte de interesse para o IEFP, I.P. desenvolver os seus objetivos, em especial no que concerne a ofertas de emprego e aos programas e medidas. Este subsistema foi implementado em 2006 e então sustentado com os dados de entidades existentes numa anterior aplicação informática do IEFP, I.P., bem como com informação disponibilizada pela DGEEP. Entretanto, outras necessidades se vieram a identificar no âmbito do IEFP, I.P., originando o alargamento deste subsistema às áreas da formação profissional e da certificação, sendo igualmente de realçar o benefício que este subsistema trouxe mais recentemente ao novo sistema de gestão de candidaturas aos programas e medidas. Entende-se, assim, que será uma mais valia para o IEFP, I.P. a extensão do acesso a esta base de dados de entidades por todas as suas Unidades Orgânicas e em todas as suas áreas de intervenção, de modo a promover a conformidade da informação disponível e a facilitar o acesso à mesma, evitando simultaneamente que seja solicitada às entidades a mesma informação diversas vezes por diferentes serviços do IEFP, I.P.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Desenvolvimento e implementação das alterações que se identificaram, nomeadamente, identificação de entidades com protocolos, como sejam os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e entidades de apresentação quinzenal, estando previsto entrar em produção oportunamente o registo, já desenvolvido, dos acordos setoriais estabelecidos com o IEFP, I.P. para gestão diferenciada de ofertas.

▶ Justificação de Desvios

- ▶ Esta atividade/projeto foi protelada face ao estabelecimento de outras prioridades de evolução dos sistemas de informação.

3.4.1.7. Unidades Móveis de Emprego

A aproximação aos utentes é um objetivo prioritário dos serviços públicos de emprego. Os modelos e metodologias que têm vindo a ser adotados visam cada vez mais um serviço de excelência prestado aos utentes com base numa melhoria do acesso destes, aos serviços.

Neste contexto, tanto as ações previstas para uma abordagem ativa aos empregadores, designadamente as visitas às entidades empregadoras, como os Núcleos de Intervenção Rápida e Personalizada (NIRP), cuja intervenção decorre fora da instalação do Centro de Emprego, como ainda a rede nacional de Balcões de Atendimento, unidades de atendimento situadas fora das instalações dos Centros de Emprego, assumem um papel essencial na promoção do acesso dos utentes aos serviços e prestações desenvolvidos pelo Instituto.

A intervenção do IEFP, I.P. promovida pelos Centros de Emprego necessita, assim, de instrumentos de trabalho versáteis e ajustáveis que permitam uma maior mobilidade do técnico de emprego no desempenho das suas tarefas e garantam, em particular, o acesso às aplicações internas, designadamente, ao SIGAE, em instalações externas em que não seja possível utilizar a rede fixa.

Todos os Centros de Emprego terão pelo menos um cartão de acesso ao SIGAE e ao portal, através de computadores portáteis, ou seja, uma unidade móvel, podendo ser, temporariamente, cedidos cartões adicionais pelas respetivas Delegações Regionais.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Acompanhamento e monitorização global da afetação e utilização das unidades móveis.

3.4.1.8. Centro de Informação e Contacto (CIC)

O Centro de Informação e Contacto (CIC) do IEFP, I.P. começou como uma experiência piloto ao nível do IEFP, I.P., tirando partido da anterior linha verde NetEmprego. Entrou em produção a 18 de outubro de 2006, tendo como objeto a recepção e tratamento de chamadas telefónicas e *e-mails* de utentes, dirigidos às diferentes áreas operacionais do IEFP, I.P..

Com o fim da prestação de serviços em *outsourcing*, a 15 de abril de 2008, o Centro de Informação e Contacto passou, provisoriamente, a ser assegurado por recursos internos. Em dezembro de 2008, o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), entidade que, tal como o IEFP, I.P., é tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, lançou o novo serviço de atendimento “VIA Segurança Social”. Esta iniciativa tem por principal objetivo diminuir a distância entre o cidadão e a Segurança Social, simplificando a informação dada sobre os serviços e esclarecendo, mediante resposta Direta, as dúvidas dos utentes / clientes. Na sequência da entrada em vigor deste atendimento e da experiência adquirida, surgiu a possibilidade do IEFP, I.P., em parceria com o ISS, I.P., integrar esta nova prestação de serviços. Assim, a 31 de agosto de 2009, iniciou-se a integração do Centro de Informação e Contacto (CIC) do IEFP, I.P. no CIC do ISS, I.P. e, com este fim, foi assinado um protocolo de cooperação entre as duas entidades a 14 de outubro de 2009. Esta parceria tem como objetivo capitalizar recursos humanos qualificados, serviços contratados e capacidade técnica instalada por parte do ISS, I.P., numa lógica de captação de sinergias e integração dos serviços de atendimento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Atualização e criação de guiões de atendimento, para suporte ao funcionamento do CIC, e disponibilização na Intranet, nomeadamente para consulta de todos os técnicos do IEFP, I.P.;
- ▶ Constituição de uma base de dados de conhecimento consolidada e permanentemente atualizada, com base nos atuais guiões de atendimento, já disponível na *intranet*;
- ▶ Acompanhamento e monitorização, em parceria com o ISS, I.P., da atividade do CIC;
- ▶ Alargamento progressivo dos serviços prestados pelo CIC.

► **Justificação de Desvios**

- Face ao estabelecimento de outras prioridades de evolução dos sistemas de informação, não foi possível desenvolver a ação prevista que consistia na implementação de uma maior integração do CIC com os restantes canais de prestação de serviços e respetivos sistemas de suporte.

3.4.1.9. Helpdesk SIGAE

O Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE) III é um sistema que gere toda a informação relativa à atividade desenvolvida pelos Centros de Emprego, em particular no que concerne ao ajustamento oferta/procura de emprego. Este é, assim, um instrumento central de apoio à atividade dos Centros de Emprego, que tem vindo a evoluir permanentemente, por forma a responder às necessidades percecionadas, em particular pelos técnicos, tendo vindo também a possibilitar que o IEFP, I.P. iniciasse um processo de interação entre sistemas internos (por exemplo de gestão das medidas ativas de política de emprego e de gestão da formação profissional) e externos (nomeadamente da Segurança Social no âmbito da gestão das prestações de desemprego). Neste contexto, o *Helpdesk* de apoio aos utilizadores do SIGAE, criado em 2001, utilizando o telefone e o correio eletrónico, desempenha um papel central no suporte à atividade dos Centros de Emprego, já que proporciona o necessário apoio no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas, bem como na identificação de melhorias evolutivas a implementar. Paralelamente, assegura ainda o apoio às entidades externas de apresentação quinzenal. Este serviço tem vindo a experimentar um aumento persistente do seu nível de atividade, tornando-se assim necessário tomar medidas que permitam dar uma resposta adequada a esta situação.

► **Ações Desenvolvidas**

- Atendimento telefónico a todos os utilizadores do SIGAE, análise e resolução ou encaminhamento das questões colocadas;
- Gestão da caixa de correio eletrónico SIGAE (utilizadores internos) de apoio aos utilizadores internos do sistema, bem como da caixa de correio eletrónico *WEBDEM* (entidade externas), nomeadamente no âmbito da administração dos dados registados no sistema;
- Apoio às entidades externas de apresentação quinzenal, nomeadamente na sinalização de beneficiários.

► **Justificação de Desvios**

- O desenvolvimento das ações previstas não foi possível em face do estabelecimento de outras prioridades de evolução dos sistemas de informação, sem prejuízo de terem sido asseguradas as tarefas de funcionamento corrente do *Helpdesk* do SIGAE, acima resumidas.

3.4.1.10. Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE)

O SIGAE III, atual versão do sistema *pivot* que gere toda a informação relativa à atividade desenvolvida pelos Centros de Emprego, em particular no que concerne ao ajustamento oferta/procura de emprego, surgiu no sentido de substituir uma aplicação que se encontrava em produção desde os anos 80 e que se encontrava

desatualizada, quer em termos tecnológicos quer em termos de novas necessidades funcionais, entretanto emergentes, às exigências da atividade promovida pelo IEFP, I.P. A sua implementação teve, neste contexto, por principais objetivos:

- Um maior ajustamento face às exigências colocadas aos Centros de Emprego, em termos de desempenho;
- Uma maior eficácia na utilização do sistema;
- Permitir uma contínua atualização da aplicação, evitando-se a sua desatualização;
- Melhorar o ambiente de trabalho para os utilizadores, apresentando uma aplicação em ambiente *Windows*, mais aproximada das aplicações informáticas de uso mais generalizado e, portanto, de mais fácil utilização;
- Permitir o interface com outras aplicações/sistemas de informação;
- Permitir a criação de serviços *on-line* e via *internet*.

Para além de ter permitido uma maior adequação às necessidades percecionadas pelos Centros, o SIGAE III veio, assim, a possibilitar que o IEFP, I.P. iniciasse um processo de interação entre sistemas:

- Em 2001, foi criado o primeiro interface entre o SIGAE e o Sistema de Informação do Emprego e Formação (SIEF);
- Posteriormente, em 2005, e por necessidade de um melhor relacionamento entre emprego e formação, desenvolveu-se o interface entre o SIGAE e o Sistema de Gestão da Formação (SGFOR);
- O advento da *internet* obrigou a que o IEFP, I.P. iniciasse o desenvolvimento de serviços interativos na área do emprego, de forma a abrir a possibilidade aos utentes de utilização de canais alternativos de prestação de serviços, tendo em 2002 sido colocada em produção a primeira versão do NetEmprego, ainda integrada no site do IEFP, I.P.. Também neste caso foi necessário criar um interface que permitisse a interação daquele sistema com o SIGAE;
- Nos últimos anos, para além da preocupação de colocar os sistemas de informação internos a interagir ente si, houve a necessidade de criar “pontes” com sistemas externos, de que são exemplo os interfaces com a Segurança Social no âmbito das prestações de desemprego, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros no âmbito da emissão de vistos de trabalho e com a Rede EURES no âmbito das ofertas de emprego de vocação comunitária;
- Em 2009 iniciou-se um processo de integração faseada, da informação respeitante ao tratamento das medidas de emprego, tendo a gestão da 1.º medida piloto entrado em produção em Abril desse ano;
- Em Março de 2010 concretizou-se uma nova etapa do sistema de gestão de candidaturas a medidas ativas de emprego, incorporando não apenas o registo de formulários eletrónicos, existente desde 2009, mas também todo o processo de gestão do período de vida das candidaturas, nomeadamente análise, decisão, ajustamento e pagamentos.

O IEFP, I.P. tem vindo, assim, a enveredar por uma lógica evolutiva ao nível da gestão dos sistemas de informação que está em linha com a evolução tecnológica e com as próprias tendências gerais de evolução da gestão da

informação e do relacionamento com os utentes, em que o *Customer Relationship Management* (CRM) se assume como principal paradigma.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Implementação de melhorias funcionais, no âmbito da manutenção evolutiva:
 - Alteração relacionada com a Gestão dos Pedidos de Emprego, implementada na aplicação SIGAE, assim como nos interfaces com o SIEF, SGFOR e Segurança Social, nomeadamente para que a candidatura a emprego não seja anulada em determinadas ocupações, sendo as categorias assumidas de acordo com estas ocupações e ajustadas alguns procedimentos em conformidade, nomeadamente das convocatórias e apresentações;
 - O registo do Número de Identificação da Segurança Social (NISS) para efeitos de inscrição, reinscrição alteração ou anulação de candidatos, deixa de ser obrigatório para cidadãos com nacionalidade diferente de PT (Portuguesa);
 - Para efeitos do cumprimento dos objetivos definidos relativamente ao encaminhamento de candidatos desempregados de longa duração (DLD) para Inscrição SIGO, passa a ser possível, em sede de convocatória, através do *form* Convocatória SIGO, pesquisar os candidatos que se encontrem nessas condições;
 - Desenvolvimento de especificações funcionais considerando as alterações a introduzir no âmbito da implementação futura do Modelo de Intervenção para o Ajustamento cujo desenho se iniciou em setembro de 2011.
- ▶ Desenvolvimentos decorrentes de outros projetos da área do emprego:
 - Sistema de Gestão de Candidaturas (SGC);
- ▶ Conceção e desenvolvimento de funcionalidades inerentes à gestão da Medida de Estímulo 2012, para entrada em produção nesse ano, nomeadamente verificação e validação das ofertas de emprego apresentadas, pré-seleção e ajustamento de candidatos, e análise e gestão das candidaturas, incluindo a criação de *webservice* de comunicação com o Instituto de Informática da Segurança Social, para verificação da situação contributiva e do nível de emprego das entidades e da efetiva criação líquida de postos de trabalho;
- ▶ Gestão de processos de criação de Empresas de Trabalho Temporário, ação concebida e desenvolvida tendo em vista a análise e gestão dos alvarás atribuídos a estas empresas e a validação das relações semestrais dos trabalhadores cedidos por estas, bem como para a gestão global da relação entre o IEFP, I.P. e estas empresas, suportada também numa base de dados de Empresas de Trabalho Temporário que alimenta o respetivo Registo Nacional. Esta ação entrará em produção oportunamente.

▶ **Justificação de Desvios**

- ▶ Algumas das ações previstas não foram desenvolvidas face ao estabelecimento de outras prioridades de evolução dos sistemas de informação.

3.4.1.11.NetEmprego

Os diversos serviços públicos de emprego europeus têm vindo a apostar, ao longo das últimas décadas, no desenvolvimento de sistemas de livre serviço, com recurso acrescido às novas tecnologias de informação e comunicação, como meio para potenciar uma atitude pró-ativa dos seus utentes e promover um mais abrangente e célere acesso à informação e aos diferentes serviços proporcionados, através de processos de reorganização significativos nos modelos de prestação dos serviços (que convergem no sentido da tipologia multicanal), incidindo, de igual forma, nos serviços de atendimento presencial.

Também o IEFP, I.P. tem apostado numa diversificação dos canais de prestação de serviços, reformulando o seu modelo de prestação, de modo a responder ao crescente nível de exigência e de autonomia dos seus utentes, efetivos e potenciais. Neste sentido, foi lançado, no âmbito da medida Melhoria do Atendimento do Plano Tecnológico, o NetEmprego, um serviço *online* na área do emprego, impulsionador da procura e oferta de emprego, em território nacional e europeu, funcionando 24 horas por dia, através do qual se visa, essencialmente, aumentar a possibilidade de uma melhor adequação entre procura de emprego por parte dos candidatos e a oferta por parte das entidades empregadoras, atingindo um volume mais alargado de utilizadores em simultâneo e tornando o mercado de emprego mais transparente e eficaz. Atualmente, as funcionalidades do NetEmprego encontram-se bastante alargadas, em virtude dos projetos que têm vindo a ser desenvolvidos nesta plataforma privilegiada de interação com o Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego (SIGAE), de entre os quais se destaca a submissão e gestão de candidaturas eletrónicas a medidas ativas de política de emprego em contínua evolução.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação de melhorias funcionais, no âmbito da manutenção evolutiva:
 - Do Sistema de Gestão de Candidaturas (SGC):
 - Concepção e desenvolvimento de funcionalidades que permitem o registo diferenciado de ofertas por parte de entidades empregadoras dos setores do calçado e têxtil e vestuário, bem como o acompanhamento das mesmas por parte das respetivas associações empresariais representativas, com as quais foram estabelecidos acordos setoriais.
 - Concepção e desenvolvimento de uma alteração à funcionalidade respeitante aos dados do candidato, para permitir a alteração, visualização e validação dos dados de acesso dos candidatos;
 - Desenvolvimento de especificações funcionais considerando as alterações a introduzir no âmbito da implementação futura do Modelo de Intervenção para o Ajustamento, cujo desenho se iniciou em setembro de 2011.
- ▶ Renegociação dos termos do contrato de assistência e manutenção à rede de Quiosques Eletrónicos no âmbito do processo de renovação e validação do documento final;
- ▶ Criação de funcionalidade que permite às Empresas de Trabalho Temporário o registo diferenciado de ofertas de emprego para cedências de trabalhadores;

- ▶ Desenvolvimento duma base de dados de Registo Nacional de Empresas de Trabalho Temporário, com dados de identificação, contacto e respetivos alvarás, para consulta universal;
- ▶ Possibilitar a utilização do NetEmprego por outras entidades, nomeadamente pelas Empresas de Trabalho Temporário, ação esta que foi concebida e desenvolvida tendo em vista a possibilidade destas empresas gerirem o seu processo de atribuição de alvará e procederem à entrega semestral da respetiva relação de trabalhadores cedidos.

▶ **Justificação de Desvios**

- ▶ Algumas das ações previstas não foram desenvolvidas face ao estabelecimento de outras prioridades de evolução dos sistemas de informação.

3.4.1.12. Submissão Eletrónica de Candidaturas e Gestão de Medidas de Emprego

O projeto visa implementar, de forma faseada, a submissão e gestão *on-line* de candidaturas a medidas ativas de emprego, através do desenvolvimento de interface aplicacional com os sistemas de informação da área do emprego, tendo em vista a simplificação, racionalização e automatização dos procedimentos de acesso e de gestão das medidas de emprego, através de:

- Disponibilização, para preenchimento e submissão *on-line* (mediante prévio registo e/ou autenticação), a partir do portal do NetEmprego, de formulários eletrónicos;
- Integração e tratamento, no sistema interno e gestão da área do emprego, dos dados inseridos através dos formulários eletrónicos, nos seus diversos estados, através da criação de mecanismos e formulários específicos, nesse sentido, utilizando a infraestruturas aplicacional já existente;
- Possibilidade de gestão dos processos aprovados, por parte do utente, a partir do sítio de acesso à submissão eletrónica dos pedidos.

O serviço de submissão eletrónica encontra-se disponível, permitindo às entidades o acesso aos formulários de candidatura das medidas/programas: Contrato Emprego-Inserção, Contrato Emprego-Inserção+, Estágios Profissionais, Estágios Qualificação-Emprego e Qualificação-Emprego, tendo em vista o seu preenchimento *on-line* ou *off-line* e submissão eletrónica, assim como o acompanhamento do estado do processo a partir da *internet*.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema, nomeadamente ao nível da possibilidade de pedidos de alteração;
- ▶ Alargamento do sistema de gestão das medidas de emprego a novas medidas;
- ▶ Manutenção evolutiva e corretiva do sistema;
- ▶ Formação de utilizadores;
- ▶ Consolidação da equipa técnica central;
- ▶ Acompanhamento e monitorização do sistema.

3.4.1.13. Implementação de uma Nova Aplicação de Gestão da Formação

O IEFP, I.P., através da sua Rede de Centros de Formação Profissional, tem como missão a promoção de programas, medidas e instrumentos, tendo em vista o aumento do nível de qualificação e de escolaridade dos diferentes públicos-alvo, designadamente, atuando em duas vertentes:

- No desenvolvimento de medidas destinadas à (re)adaptação dos recursos humanos às alterações da tecnologia e organizacionais em curso;
- Na intervenção junto dos públicos particularmente vulneráveis a situações de exclusão social.

Para tal, utiliza a aplicação Sistema de Gestão da Formação - SGFOR que foi concebida com o objetivo de estabelecer a uniformização dos dados e procedimentos relativos a toda a atividade formativa desenvolvida no âmbito da rede de Centros do IEFP, I.P.. Nesse sentido, e com o decorrer de alguns anos face à sua implementação tornou-se necessária a criação de um instrumento facilitador da gestão da formação que importa desenvolver e aperfeiçoar com vista, não só a uma melhor organização interna, mas também a um aumento da qualidade do serviço a prestar a todos os utentes.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento da reformulação e desenvolvimento da aplicação SGFOR;
- ▶ Prestação de apoio técnico às Delegações Regionais, Centros de Formação Profissional (Gestão Direta e Gestão Participada) e Centros de Emprego, ao nível do funcionamento da aplicação SGFOR, e da aprovação de conteúdo de formação para ações desenvolvidas pelos Serviços Regionais e Locais;
- ▶ Realização de 2 ações de formação de enquadramento em SGFOR e *Business Objects* (BO) destinadas aos Diretores de Centros de Formação Profissional e de Centros de Emprego e Formação Profissional;
- ▶ Análise / acompanhamento quantitativo e qualitativo dos dados inseridos pelos Centros na aplicação SGFOR;
- ▶ Validação dos dados existentes na aplicação, por forma a garantir a qualidade e a coerência da informação;
- ▶ Recolha e validação dos dados sobre a atividade formativa dos Centros de Formação Profissional de Gestão Participada que não aderiram ao SGFOR, através de uma base de dados em Access contendo um conjunto de indicadores de informação física - Sistema de Extração de Informação dos Protocolares - SEIP;
- ▶ Elaboração de respostas a solicitações de informação de diversas unidades orgânicas do IEFP, I.P. e/ou de entidades externas;
- ▶ Ao nível da aplicação SGFOR, e tendo em conta algumas sugestões por parte de utilizadores locais, regionais e/ou por iniciativa central, foram efetuadas as seguintes intervenções:
 - Gestão/manutenção da oferta formativa e de outras parametrizações, necessárias ao bom desempenho do SGFOR;

- Acompanhamento do funcionamento da interface SIGAE/SGFOR, que se traduziu na correção de alguns problemas, bem como na introdução de melhorias, tendo em vista uma cada vez maior e melhor articulação entre os Centros de Emprego e de Formação Profissional e destes com os serviços da Segurança Social;
- Criação e desenvolvimento de novos mapas no universo da aplicação B0, permitindo uma extração de dados estatísticos cada vez com maior rigor e qualidade, procurando responder às necessidades de informação/gestão da atividade formativa, destacando-se a criação do mapa de volume de formação por componente, que segue os mesmos moldes que o mapa homónimo existente no SGFOR;
- Alteração da forma de numeração dos contratos, tendo passado a anuais, ao contrário do que ocorria anteriormente, situação esta que permitiu a eliminação de constrangimentos ocorridos em grande parte dos Centros, aquando da mudança de ano civil;
- Modificações na minuta da declaração de frequência;
- Reformulação da minuta do contrato de formação, decorrente, quer de alterações na legislação ao nível dos apoios sociais aos formandos, quer da inclusão dos logotipos exigidos para as ações passíveis de cofinanciamento comunitário;
- Implementação, no processo de pagamentos dos apoios sociais aos formandos, de alterações decorrentes da legislação em vigor, a este nível;
- Implementação da possibilidade de criação de cursos de formação que integrem Unidades de Formação de Curta Duração de itinerários diferentes, dando assim resposta a várias solicitações de diversos Centros;
- Alterações no sentido do aperfeiçoamento do funcionamento de diversos *forms*, *outputs* e funcionalidades da aplicação, assim como da interface SIGAE/SGFOR.

Execução Financeira

€ 111 382,31

3.5.

MEDICINA DO TRABALHO / OCUPACIONAL

- ▶ **Estudar os métodos de trabalho e postos de trabalho, de modo a determinar as suas incidências no domínio da saúde e das doenças profissionais. Praticar atos médicos visando a integração profissional, o encaminhamento para a formação e reabilitação profissional dos trabalhadores e apoiar outras entidades na deteção e despiste de doenças profissionais.**

3.5.1. MEDICINA DO TRABALHO / OCUPACIONAL

3.5.1.1. Métodos e Técnicas

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Colaboração com os Tribunais do Trabalho e outras entidades, no quadro do previsto no Decreto - Lei nº 352/2007, de 23 de outubro, no sentido de dar resposta aos pedidos de perícia, nomeadamente no âmbito dos processos de Incapacidade Permanente Absoluta para o Trabalho Habitual (IPATH) resultantes de acidente ou doença laboral.

3.5.1.2. Intervenções

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Contratação de médico, com especialidade em medicina do trabalho, por forma a serem emitidos os pareceres solicitados pelos Tribunais do Trabalho ou outras entidades, no quadro do previsto no Decreto - Lei nº 352/2007, de 23 de outubro;
- ▶ Emissão de pareceres de análise de posto de trabalho, por forma a dar resposta ao solicitado pelos Tribunais do Trabalho ou outras entidades, no quadro do previsto no Decreto - Lei nº 352/2007, de 23 de outubro.

3.6.

SERVIÇO SOCIAL

- ▶ **A valência de Serviço Social, enquadrada na equipa de apoio técnico dos Centros de Formação Profissional, representa uma modalidade específica de intervenção, vocacionada para o acolhimento, integração, apoio social e acompanhamento dos utentes-formandos.**

3.6.1. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social na formação profissional, rege-se pela Circular Normativa n.º 28/2004, de 16 de abril, que divulga as normas e procedimentos para a sua atuação nos Centros de Formação Profissional de Gestão Direta do IEFP, I.P., bem como o seu respetivo Manual de Intervenção Técnica.

3.6.1.1. Intervenções

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Com a publicação do Despacho Normativo n.º 2/2011, de 11 de fevereiro (que altera e republica o Despacho Normativo n.º 4-A/2008, de 24 de janeiro) foram efetuados alguns ajustamentos e alterações ao regime até então vigente. Nesta sequência, verificou-se a necessidade de elaboração de uma nova Circular Normativa sobre o regime de apoios a formandos, com o objetivo de definir normas e procedimentos a adotar na aplicação e atribuição dos apoios aos formandos que frequentem ações de formação profissional na rede de Centros do IEFP, I.P.;
- ▶ Prestação de apoio técnico à intervenção do Serviço Social nos Centros de Formação Profissional;
- ▶ Participação em reuniões regionais com a presença dos técnicos que, nos Centros de Formação Profissional, integram esta valência.

3.7.

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

- ▶ **Promover com carácter regular a informação interna e externa sobre o mercado de emprego bem como sobre a formação profissional, analisando e divulgando, os elementos recolhidos e as análises feitas com vista a promover e apoiar o conhecimento e gestão do mercado de emprego.**

No âmbito das estatísticas do mercado de emprego concretizou-se, em 2011, a aplicação de mecanismos para controlo de qualidade da informação, dada a relativa estabilidade dos sistemas de produção de informação e por conseguinte na possibilidade do IEFP, I.P. se concentrar na qualidade, nomeadamente a revisão de conceitos e tabelas que suportam a informação produzida.

No que concerne à informação estatística sobre a formação profissional, as atividades a desenvolver no ano de 2011 centraram-se na alteração da informação de avaliação obtida através de inquirição postal que está a ser revista, nomeadamente com recurso ao SIGO, incluindo desta forma os utentes a desenvolver processos de RVCC que não frequentam ações de formação profissional.

3.7.1. MERCADO DE EMPREGO

3.7.1.1. Mercado de Emprego

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção e divulgação das publicações estatísticas: “Informação Mensal do Mercado de Emprego”; “Mercado de Emprego – Estatísticas Mensais”; “Centros de Emprego – Estatísticas Mensais”; “Concelhos – Estatísticas Mensais” e “Informação mensal sobre estado civil do desempregado e condição laboral do cônjuge”;
- ▶ Elaboração de relatórios periódicos sobre a situação do mercado de emprego: Relatório Anual e Relatório Semestral;
- ▶ Recolha, tratamento e análise da informação estatística e documental sobre o mercado de emprego proveniente de fontes internas e externas. Elaboração de análises comparativas das estatísticas do mercado de emprego produzidas pelo IEFP, I.P. e outras fontes;
- ▶ Acompanhamento do ajustamento/desajustamento da procura e oferta de emprego;
- ▶ Produção de informação de apoio à gestão como informação qualitativa e quantitativa sobre o mercado de emprego baseada no movimento do IEFP, I.P. e de outras fontes de dados;
- ▶ Acompanhamento e avaliação da intervenção dos Centros de Emprego junto das entidades empregadoras;

- ▶ Tratamento e análise da informação documental sobre as empresas de trabalho temporário, proveniente das listagens entregues ao IEFP, I.P., por estas empresas, relativamente aos anos 2009 e 2010;
- ▶ Elaboração de pareceres e relatórios pontuais para satisfação de pedidos internos e externos.

3.7.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

3.7.2.1. Formação Profissional

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Produção de indicadores globais de acompanhamento e avaliação da atividade da formação profissional;
- ▶ Relatório anual sobre Inserção Profissional dos Ex-Formandos resultante da inquirição 9 meses após a formação.

3.7.3. INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

3.7.3.1. Informação e Orientação Profissional

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Está a ser revista a publicação das estatísticas de Informação e Orientação Profissional com o objetivo de validar o atual sistema estatístico, processo não concluído em 2011.



D4

RELAÇÕES COM O

EXTERIOR E ARTICULAÇÃO

COM OUTRAS ENTIDADES

4.

RELAÇÕES COM O EXTERIOR E ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

- ▶ **Incremento quantitativo do grau de intervenção do IEFP, I.P., no mercado de trabalho através da cooperação com outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente as comunitárias, envolvidas, direta ou indiretamente, na prossecução da política de emprego e da formação profissional.**

O dinamismo das intervenções do IEFP, I.P., enquanto Serviço Público de Emprego na concretização das políticas de formação profissional e emprego, comporta o desenvolvimento de relações com o exterior para a viabilização de ações qualificantes, inovadoras e transnacionais nos domínios do emprego, da formação e da reabilitação profissional.

São de realçar neste programa a cooperação com os PALOP e com organismos internacionais atuantes nas mesmas áreas de intervenção do Instituto, assim como o papel das relações públicas na promoção da sua imagem.

A concretização destes objetivos encontra-se aqui agregada em 3 Projetos:

4.1. AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES

4.2. RELAÇÕES PÚBLICAS

4.3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1.

AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES

- ▶ **Cooperar com outras entidades, nacionais ou internacionais que, de uma forma direta ou induzida, contribuam para a prossecução dos objetivos da política de emprego e de formação profissional.**

4.1.1. DIÁLOGO SOCIAL

4.1.1.1. Diálogo Social

Apoiar o diálogo social no domínio da formação profissional, não só através da concertação e dos incentivos à negociação coletiva mas, também, mediante o apoio à formação profissional associativa específica.

4.1.2. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS

4.1.2.1. Participação em Programas Comunitários

Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP)

Aprovado pela Comissão Europeia em 25 de Outubro de 2007, o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal 2007-2013 promove o desenvolvimento das zonas fronteiriças entre Espanha e Portugal, reforçando as relações económicas e as redes de cooperação existentes entre as cinco áreas definidas no Programa: Galicia/ Norte de Portugal, Norte de Portugal / Castilla y León, Centro / Castilla y León, Alentejo / Centro / Extremadura e Alentejo / Algarve / Andalucía. Este Programa permite aproveitar as amplas redes de cooperação existentes, que se têm vindo a desenvolver e incrementar desde 1989, com a execução de projetos de infraestruturas, às quais se têm vindo a incorporar progressivamente outros sectores como o turismo, os serviços sociais, o meio ambiente, a inovação tecnológica, a saúde, a educação ou a cultura. Abrangendo a totalidade do território da fronteira hispano-portuguesa, o POCTEP é cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). O IEFP, I.P. e as Comunidades Autónomas Espanholas da zona de fronteira, realizaram candidaturas conjuntas a este Programa, tendo sido aprovado o seguinte Projeto:

“IBERMOVILITAS – Cooperação para a Eliminação de Barreiras à Mobilidade Transfronteiriça Espanha – Portugal”

Com a participação das Delegações Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve do IEFP, I.P. e as Juntas de Galicia, Castilla y León, Extremadura e Andalucía, o Projeto IBERMOVILITAS decorre de 01/01/2008 a 31/12/2010 e tem como objetivo principal promover a mobilidade transfronteiriça através do emprego, da formação profissional e do trabalho conjunto das *Oficinas de Empleo* e dos Centros de Emprego, dinamizando a criação de um mercado de trabalho transfronteiriço.

Em finais de 2010, o Projeto beneficiou de uma prorrogação de 6 meses tendo terminado em Junho de 2011.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Participação na última reunião do Grupo Técnico de Trabalho Conjunto com a presença de todos os parceiros espanhóis, em Sevilha.
- ▶ Organização e participação na Jornada de Encerramento do Projeto.
- ▶ Trabalho coordenado com todas as regiões implicadas neste projeto, com a ASI e com a empresa subcontratada pelo sócio da Galiza para a análise dos diferentes sistemas de informação dos CTE e das *Oficinas de Empleo*, para posterior criação de um *workplace* de trabalho conjunto.
- ▶ Desenho e criação de um programa de intercâmbio entre técnicos de emprego dos dois lados da fronteira, com o objetivo de possibilitar a troca de experiências e de metodologias de trabalho.
- ▶ Lançamento das despesas de 2010 na plataforma *online* de gestão financeira deste projeto para efeitos de certificação de despesas (FONDOS 2007).

Execução Financeira
€ 22 008,43

4.1.3. OUTRAS AÇÕES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES

4.1.3.1. Concursos Diversos

Campeonatos das Profissões (SkillsPortugal – Regional e Nacional, EuroSkills e WorldSkills)

Em 1950 disputaram-se, em Madrid, os primeiros Campeonatos Internacionais das Profissões entre Portugal e Espanha. Neste concurso participaram 24 concorrentes, 12 de cada país, distribuídos por 12 profissões.

A consolidação desta iniciativa conduziu, ainda na década de cinquenta, à criação de uma organização específica, atualmente designada por *WorldSkills*, cuja missão consiste na motivação de jovens, formadores, tutores e empregadores para o papel que a educação e formação podem ter na obtenção de altos níveis de desempenho profissional e, conseqüentemente, no aumento da qualidade, da produtividade e da competitividade das pessoas e das organizações.

Nas duas primeiras décadas das, por vezes designadas, Olimpíadas do Trabalho, o crescimento da *WorldSkills* foi paulatino, assumindo, essencialmente, uma dimensão europeia. A partir de 1967, o número de países concorrentes começou a crescer e a expandir-se pelos restantes continentes, envolvendo atualmente 52 membros.

Em 2007, Portugal torna-se membro fundador da *European Skills Promotion Organization* (ESPO), estando representado no seu comité executivo. O ponto alto das atividades da ESPO é a organização, nos anos pares, do Campeonato da Europa das Profissões (*EuroSkills*), tendo o primeiro evento ocorrido em 2008 e a segunda edição deste evento em Portugal, na cidade de Lisboa, em dezembro de 2010.

A promoção, organização e realização dos Campeonatos das Profissões é da competência do IEFP, I.P. e desenvolve-se em três fases distintas, de acordo com um regulamento específico:

Fase Regional	Realiza-se nas cinco Delegações Regionais do Instituto: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, e nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores. O objetivo específico destes eventos é o apuramento dos jovens que disputarão o Campeonato Nacional das Profissões. Em 2011 decorreu de 21 a 25 de fevereiro.
Fase Nacional	A sua realização acontece habitualmente de dois em dois anos e reúne os melhores classificados da fase regional, que disputam entre si o título de campeão nacional, o qual lhes pode proporcionar a representação de Portugal na fase internacional dos Campeonatos das Profissões. Em 2011 decorreu de 1 a 7 de maio, nos Açores.
Fase Internacional	Alguns dos campeões da fase nacional têm acesso à fase internacional dos Campeonatos das Profissões, que ocorrem nos anos ímpares num dos países dos membros da <i>WorldSkills</i> , quem em 2011, se realizou em outubro, em Londres.

➤ Ações Desenvolvidas

- Apoio à organização do Campeonato Regional das Profissões, de 21 a 25 de Fevereiro de 2011:
 - Definição e aperfeiçoamento das descrições técnicas da competição;
 - Definição de parcerias e de rede de responsabilidades;
 - Angariação de patrocínios e apoios;
 - Desenvolvimento de provas e de critérios de avaliação de suporte ao campeonato;
 - Seleção dos melhores candidatos nas profissões em competição para a competição nacional.

- Organização do Campeonato Nacional das Profissões, de 1 a 7 de Maio de 2011, nos Açores:
 - Definição e aperfeiçoamento das descrições técnicas da competição;
 - Definição de parcerias e de rede de responsabilidades;
 - Apoio ao desenvolvimento de *layouts* de competição e levantamento e aquisição de infraestrutura, equipamentos, materiais e preparos necessários;
 - Angariação de patrocínios e apoios;
 - Desenvolvimento de provas e de critérios de avaliação de suporte ao campeonato;
 - Desenvolvimento do Plano de Segurança e Higiene, das prescrições técnicas de segurança e do plano de emergência interno;
 - Desenvolvimento de processos de aquisição e de transporte de pessoas e materiais;
 - Elaboração do plano logístico de montagem e desmontagem do evento;
 - Acompanhamento de todo o evento, desde a chegada dos participantes, montagem dos espaços, ao desenvolvimento da competição e desmontagem;

- Seleção dos melhores candidatos nas profissões em competição para representar Portugal na 41.ª edição do *WorldSkills International, London 2011*.
- ▶ Participação no Campeonato do Mundo das Profissões (*WorldSkills*), de 1 a 7 de Maio de 2011, em Londres – Inglaterra:
 - Definição e aperfeiçoamento das descrições técnicas da competição;
 - Definição de parcerias e de rede de responsabilidades;
 - Nomeação e formação dos intervenientes (*experts* concorrentes e outros);
 - Desenvolvimento de ação de *team-building*/formação para toda a equipa técnica associada à organização e desenvolvimento do evento;
 - Angariação de patrocínios e apoios;
 - Definição e gestão do registo dos participantes e dos *packages* de participação;
 - Levantamento de provas e de critérios de avaliação de suporte ao campeonato;
 - Desenvolvimento de processos de aquisição (*packages* de participação, transportes, caixas de ferramentas, seguros obrigatórios, etc.);
 - Estabelecimento/accompanhamento dos planos de preparação dos concorrentes nacionais.
- ▶ Participação nas reuniões preparatórias das competições internacionais e Assembleias-Gerais da *EuroSkills* e da *WorldSkills*, na qualidade de membro fundador das referidas organizações;
- ▶ Reestruturação dos Regulamentos dos Campeonatos das Profissões do *Skills Portugal*, de acordo com o novo enquadramento legal em vigor.

▶ Resultados Alcançados

- ▶ Apoio à organização das Provas de Apuramento Regionais das Profissões, que tiveram lugar em fevereiro e março de 2011, para apurar, dentro das 500 inscrições a nível nacional, os 186 concorrentes para o campeonato nacional.
- ▶ Organização do Campeonato Nacional das Profissões, de 1 a 7 de maio de 2011, nos Açores:
 - Definição e aperfeiçoamento de 34 descrições técnicas da competição;
 - Definição de parcerias e de rede de responsabilidades, envolvendo o IEFP, I.P., a Região Autónoma dos Açores, presidentes de júri e chefes de oficina, operadores de formação participantes, entidades parceiras e empresas patrocinadoras;
 - Desenvolvimento de *layouts* de competição e levantamento de infraestruturas, equipamentos, materiais e preparos necessários às 34 provas a concurso;
 - Angariação de 19 empresas patrocinadoras e 7 parceiros de competição;
 - Desenvolvimento de processos de aquisição e de transporte de pessoas e materiais (transporte, estada e alimentação, bem como o frete marítimo de transporte das *tool box*);

- 
- ▶ Participação no Campeonato do Mundo das Profissões (WorldSkills), de 1 a 7 de maio de 2011, em Londres – Inglaterra:
 - Definição de parcerias e de rede de responsabilidades, envolvendo os jurados e concorrentes identificados, assim como os operadores de formação responsáveis pelo cumprimento dos planos específicos de preparação dos concorrentes;
 - Nomeação e formação dos intervenientes (*experts* concorrentes e outros) em parceria com o CNQF;
 - Desenvolvimento de ação de *team-building*/formação para toda a equipa técnica associada à organização e desenvolvimento do evento, patrocinada pelo exército português nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2011;
 - Angariação de apoios dos operadores de formação e empresas, no sentido de promover ações previstas no âmbito dos planos de preparação dos concorrentes;
 - Gestão do registo dos participantes e dos *packages* de participação de acordo com os normativos e regulamento previsto no *WorldSkills*, Londres 2011;
 - Levantamento das 17 provas e de critérios de avaliação disponibilizadas pela *WorldSkills*;
 - Gestão dos processos de aquisição logísticos (*packages* de participação, transportes, caixas de ferramenta, seguros obrigatórios, etc.), para 17 jurados, 18 concorrentes e restante delegação nacional;
 - Estabelecimento/acompanhamento dos planos de preparação dos concorrentes nacionais;
 - ▶ Participação nas reuniões preparatórias das competições internacionais e Assembleias-Gerais da *EuroSkills* e da *WorldSkills*, enquanto membro fundador das referidas organizações;
 - ▶ Reestruturação do Regulamento-Geral dos Campeonatos das Profissões do *SkillsPortugal*, de acordo com o novo enquadramento legal em vigor;

Prémios Agostinho Roseta e Manuel Lopes

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Análise de candidaturas do Prémio Agostinho Roseta e preparação do processo de análise para o júri do concurso;
- ▶ Realização da cerimónia de entrega dos Prémios Manuel Lopes (6ª Edição) e Agostinho Roseta (5ª, 6ª e 7ª Edição).

Execução Financeira

€ 613 708,60

4.1.3.2 Outras Ações

Apoio a atividades relacionadas com os objetivos do IEFP, I.P. e não enquadráveis nos restantes programas.

Ponto Nacional de Referência para as Qualificações (PNQR)

No âmbito do Fórum Europeu sobre Transparência de Qualificações, iniciativa conjunta da Comissão Europeia – Direcção-Geral de Educação e Cultura, Área da Formação Profissional, Unidade de Desenvolvimento de Políticas de Formação Profissional e do CEDEFOP, foram preconizadas várias medidas conducentes à promoção da livre circulação de trabalhadores no espaço da União Europeia.

Uma das medidas preconizadas foi a criação de uma rede de Pontos de Referência para as Qualificações, que compreende cada um dos estados-membros e os países da EFTA.

Em Portugal, o Ponto Nacional de Referência para as Qualificações (PNRQ) é um ponto de contacto que foi criado no IEFP, I.P., que disponibiliza informação em versões portuguesa e inglesa, contribuindo para a promoção da mobilidade dos cidadãos no espaço europeu. A informação disponível abrange o reconhecimento das qualificações profissionais em Portugal e nos outros estados-membros da União Europeia e a respetiva legislação de suporte, os instrumentos para a transparência das qualificações e os mecanismos processuais para a sua obtenção, os conteúdos funcionais e requisitos inerentes às profissões regulamentadas em Portugal, bem como o acesso a informações importantes na área do emprego e da formação.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Manutenção e atualização da informação relativa aos sistemas nacionais de educação e formação profissional, aos sistemas de reconhecimento e validação de competências, bem como ao acesso e regulamentação das profissões em Portugal;
- ▶ Manutenção e atualização do site do PNRQ;
- ▶ Apoio à implementação das medidas preconizadas pelo Fórum Europeu para a Transparência das Qualificações, ao nível nacional;
- ▶ Cooperação com outros Pontos Nacionais de Referência Comunitários;

- ▶ Cooperação com a Rede EURES, mediante o desenvolvimento de ações de esclarecimento junto dos Euroconselheiros, bem como a participação em eventos promovidos pelo EURES para efeitos de informação do público em geral, designadamente os Dias Europeus do Emprego 2011, em Aveiro;
- ▶ Divulgação deste ponto de contacto junto do público em geral, mediante a participação em conferências e outros eventos.

Patrocínios

Concessão de patrocínios e/ou apoios financeiros destinados a viabilizar a organização e desenvolvimento de eventos/ações/atividades, por parte de entidades externas, públicas ou privadas, que visem ou potenciem, direta ou indiretamente, a criação de emprego e/ou a qualificação de recursos humanos por via da formação profissional, bem como a competitividade empresarial.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Concessão de patrocínio à Associação Académica de Coimbra (Em Representação da Comissão Organizadora) para atribuição do 3º Prémio do concurso de ideias e negócios *Atravete2010*.
- ▶ Concessão de patrocínio ao CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, para organização da “Expo Criança” e “+Jovem”.
- ▶ Concessão de patrocínio ao SDG, Simuladores e Modelos de Gestão para a organização da 31ª Edição do *Global Management Challenge*.
- ▶ Concessão de patrocínio à Cursos de Dança Associação para a realização do Cursos de Danças de Verão 2011.
- ▶ Concessão de patrocínio ao Estágio Internacional de Dança de Lisboa para a realização do XXIV Estágio Internacional de Dança de Lisboa.
- ▶ Angariar patrocínios para eventos e iniciativas promocionais do IIEP, I.P. nomeadamente para o *WorldSkills London 2011*.

Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem Abrigo

O compromisso com os objetivos definidos no âmbito dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão, nomeadamente no que se refere aos objetivos relacionados com o risco de exclusão dos grupos vulneráveis e a participação de todos os atores, tem estado na base de uma crescente preocupação do Governo com alguns dos fenómenos que configuram formas extremas de pobreza e exclusão. Tal é o caso das pessoas que, por qualquer razão, perderam ou correm o risco de perder o seu direito à habitação, estando também, em muitos casos, comprometido o acesso a outros direitos. A necessidade de envolvimento de vários atores na identificação de problemas que estão na genese destas situações e de medidas específicas com vista à sua resolução esteve na base da criação de um Grupo Interinstitucional, cuja missão foi a de desenvolver uma Estratégia Nacional com

vista, não só a cumprir as diretrizes europeias nesta matéria, como também a implementar um conjunto de medidas que permita criar condições para que sejam despistadas e acompanhadas as situações de risco, prevenindo a perda de habitação, e para garantir que ninguém tenha de permanecer sem alojamento condigno.

A coordenação deste grupo, constituído em Maio 2007, foi cometida ao Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), e nele estão representados diferentes sectores e áreas de atividade pública e privada, que foram considerados chave para a intervenção neste fenómeno.

No âmbito desta Estratégia o IEFP, I.P. integra:

- O Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação Estratégica (GIMAE);
- A Comissão de Acompanhamento alargada, constituída pelo conjunto das entidades públicas e privadas responsáveis pela elaboração da estratégia;
- O Núcleo Executivo, constituído pelo ISS, I.P., ACS, IEFP, I.P., ANMP, IHRU, I.P., IDT, I.P. e as organizações não governamentais que integram a Comissão de Acompanhamento alargada.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ De acordo com os princípios orientadores da estratégia de prevenção, intervenção, integração e acompanhamento para pessoas sem-abrigo, utilização dos programas e medidas ativas do IEFP, I.P., sobretudo como instrumentos de prevenção de quadros socioeconómicos que resultem em situação de sem-abrigo, bem como no suporte à (re)integração sócio-profissional destas pessoas.

Execução Financeira
€ 782 930,00

4.2.

RELAÇÕES PÚBLICAS

- ▶ **Promover a divulgação da imagem institucional do IEFP, I.P. e dos seus programas e atividades.**

4.2.1. INFORMAÇÃO PARA O EXTERIOR

4.2.1.1. Informação para o Exterior

Esta medida integra todas as ações do foro publicitário, noticioso, promocional e de divulgação que tenham por finalidade informar o público das atividades desenvolvidas pelo IEFP, I.P., designadamente:

- ▶ Campanhas publicitárias veiculadas pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS) em geral;
- ▶ Programas informativos em revistas especializadas, rádio e TV;
- ▶ Brochuras, folhetos e cartazes de divulgação dos programas, medidas e atividades do Instituto.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Ações de foro publicitário e informativo
 - Campanhas concertadas de foro informativo, de interesse público, dos diferentes domínios de atuação do IEFP, I.P.;
 - Divulgação das cerimónias de receção à Delegação Portuguesa no Campeonato Europeu das Profissões, Lisboa 2010 e Receção à Comitativa Nacional *WorldSkills*;
 - Divulgação do campeonato das Profissões 2011 - Fases Regional e Nacional junto do público em geral, empresários e organizações cuja atividade esteja diretamente relacionada com a educação e a formação profissional;
 - Divulgação do Campeonato Internacional das Profissões – *WorldSkills London* 2011;
 - Divulgação da fase de seleção de concorrentes para o Campeonato Nacional das Profissões Faro 2012;
 - Campanhas concertadas de divulgação, essencialmente na imprensa escrita (jornais, revistas, catálogos de feiras e certames temáticos), e *online*, com vista a promover os programas e medidas de emprego e de formação profissional, bem como as áreas de intervenção do Instituto. Foram enviados 20 *press* e notas de imprensa durante o ano de 2011, divulgando, entre os outros:
 - Dias Europeus do Emprego 2011 e iniciativas no âmbito da Rede Eures;
 - Prémio Manuel Lopes;

- Prémio Agostinho Roseta;
 - Participação nos Campeonatos nacionais e Internacionais.
- Acompanhamento e preparação de entrevistas e/ou respostas a questões colocadas pelos OCS. Foram recebidos 470 pedidos de jornalistas relativos a fornecimento de dados, pedidos de esclarecimento, pedidos de reportagem e participação em programas. Todos foram tratados, dada sequência e resposta e acompanhamento de reportagens.
 - Colaboração na atualização sistemática do portal do Instituto;
 - Coordenação e acompanhamento da produção do programa “INICIATIVA”, emitido às quintas-feiras, no canal RTP 2, com repetição na RTPN e RTP Internacional;
 - Colaboração regular no programa “Sociedade Civil”, produzido e emitido pelo Canal RTP 2. O IEFP, I.P., quer com apresentação de casos para reportagem, quer com participação no Painel de convidados assegurou 30 participações;
 - Conceção de textos jornalísticos para publicações do IEFP, I.P. (brochuras, catálogos e folhetos);
 - Produção de 20 notas de imprensa comunicando eventos do Instituto;
 - Parceria com a Revista Fórum Estudante (6 artigos por ano), para divulgação de programas e medidas de emprego e formação – Proposta e coordenação de elaboração de artigos;
 - Parceria, durante o mês de Janeiro, com a TSF através do Programa “Mãos à Obra” – emissão de segunda a sexta com a duração de 2 minutos e compacto ao sábado, com a duração de 25 minutos, com disponibilização de informação útil, bem como a apresentação de “boas práticas” no âmbito das medidas de apoio à criação de emprego, de qualificação e de (re)inserção profissional;
 - Parceria com o Portal Emprego Direto (Expresso Online) para publicação de ofertas de emprego;
 - Parceria com o Correio da Manhã – participação semanal na disponibilização da informação sobre ofertas de emprego, incluindo as ações de recrutamento da Rede EURES, bem como das atividades desenvolvidas pelo Instituto – parceria semanal /fornecimento de conteúdos;
 - Publicação de anúncios (ofertas de emprego e ações de recrutamento) no âmbito da Rede EURES;
 - Cobertura de ações de recrutamento e outras iniciativas de informação, em universidades e outras entidades parceiras, de maior interesse mediático no âmbito da Rede EURES;
 - Preparação e envio de notas para a agenda e de *press release* sobre as iniciativas promovidas pelo IEFP, I.P. tendo sido elaborados de 30 dossiês.
- ▶ Produção e Edição de Produtos Promocionais e Informativos
- No âmbito da Formação Profissional
 - Reedição de folheto informativo sobre as condições de formação;
 - Conceção, elaboração e edição de pastas de divulgação dos Centros de Formação Profissional;

- Continuação da edição de referenciais de formação pedagógica;
 - Reedição de certificados da formação contínua de formadores e formação inicial de formadores;
 - Edição de desdobrável de divulgação de Centros de Recurso e Conhecimento.
- No âmbito do Emprego
 - Edição e reedição de instrumentos sobre medidas de emprego e formação;
 - Prémio de Mérito 2011 – edição da identidade gráfica e seu desdobramento em produtos informativos e promocionais;
 - Edição e reedição de instrumentos de informação profissional relativos a 8 áreas sócio-profissionais em formato brochura;
 - Reedição do Dossier do Desemprego;
 - Reedição de folheto da Rede EURES – reformulação da imagem gráfica, de conteúdos e reprodução;
 - Apoio para feiras de emprego universitárias por vários locais do País, no contexto da presença da Rede EURES.
- No âmbito da Comunicação
 - Criação de cartão de boas festas eletrónico no âmbito das festividades do Natal/Ano Novo;
 - Edição do catálogo da exposição “Artes da Casa”, FIA 2011;
 - Edição do catálogo da exposição “Prémio Nacional de Artesanato 2011”;
 - Edição do *roller* para divulgação do “Prémio Nacional de Artesanato 2013.

▶ Resultados Alcançados

- ▶ Ampliação do conhecimento das atividades, produtos e estrutura do IEFP,IP, junto dos diversos públicos-alvo;
- ▶ Promoção de relação com a comunicação social e o conhecimento da atividade do IEFP;
- ▶ Dotação dos serviços internos com material informativo.

Execução Financeira
€ 435 538,58

4.2.2. RELAÇÃO DIRETA COM OS UTENTES

4.2.2.1. Relação Direta com os Utentes

Esta medida integra todas as ações inerentes à implementação das iniciativas promocionais junto do público.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Organização de seminários, conferências, *workshops*, cerimónias e outros eventos
- No âmbito da Comunicação
 - Reuniões do Conselho Diretivo (com Delegados, Subdelegados e Departamentos);
 - Reuniões do Conselho Diretivo com o Secretário de Estado do Emprego;
 - Reuniões do Conselho Diretivo com o Conselho de Administração;
 - Antestreia do Documentário: Mulheres da Serra de Montemuro;
 - Assegurar o acompanhamento e assistência a eventos a realizar no âmbito do CD;
 - Gestão das salas de reuniões e auditório e respetivo apoio logístico a reuniões internas e externas, gestão e preparação de 361 reuniões nas salas de reuniões a cargo do Gabinete de Comunicação no edifício de Xabregas.
- No âmbito do Emprego
 - Jornadas de encerramento do Projeto Ibermovilitas;
 - Organização dos Dias Europeus do Emprego 2011;
 - Organização da Cerimónia de entrega do Prémio Nacional do Artesanato – 2011;
 - Exposição 3 Territórios – Prémios Nacionais de Artesanato em Lisboa;
 - Rede Europeia para a Política de Orientação ao Longo da Vida;
 - Reunião com Delegação Turca;
 - Sessões de recrutamento – Rede EURES;
 - Sessões de Esclarecimento – “*Your Job in Europe*”.
- No âmbito da Formação Profissional
 - Cerimónia de Receção à Delegação Portuguesa participante no Campeonato Europeu das Profissões – *Euroskills* Lisboa 2010;
 - Participação na organização dos Campeonatos das Profissões 2011 – fase Regional e Nacional;
 - Realização de iniciativas de divulgação da participação da equipa portuguesa no Campeonato Internacional das Profissões – *WorldSkills* London 2011;
 - Cerimónia de Receção à Comitativa Nacional – *WorldSkills*;
 - Encontro comemorativo dos 20 anos da Revista Formar;

- Preparação do Campeonato Nacional das Profissões 2012;
- Assegurar o acompanhamento e assistência a eventos a realizar no âmbito da Formação Profissional.
- No âmbito do Gabinete de Estudos e Avaliação
 - Cerimónia de Entrega do Prémio Agostinho Roseta – 5ª e 6ª edição;
 - Cerimónia de Entrega do Prémio Agostinho Roseta – 7ª edição;
 - Cerimónia de Entrega do Prémio Manuel Lopes – 6ª edição.
- ▶ Produção e desenvolvimento da implementação das representações do IEFP, I.P. em feiras, certames e exposições
- Organização/Produção dos Campeonatos das Profissões Regionais e Nacional - 2011;
 - Fase Regional – Fevereiro;
 - Fase Nacional – Abril-RAA;
 - Criação da identidade gráfica;
 - Desenvolvimento da identidade visual;
 - Desenvolvimento e manutenção do *site*;
 - Edição e produção de produtos promocionais e informativos (folhetos, pastas, brochuras, catálogo, diplomas, certificados);
 - Edição de produtos de *merchandising* (medalhas, *pins*, canetas, *t-shirts*);
 - Organização/produção das cerimónias de abertura e encerramento do Campeonato Nacional das Profissões;
- Organização/produção da participação do IEFP, I.P. na Futurália 2011, de 16 a 19 de Março - FIL;
- Apoio à Qualifica – Porto;
- 43º Encontro Nacional da Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG);
- Apoio à implementação da campanha de imagem e comunicação no âmbito dos Campeonatos de Profissões, no sentido da realização dos Concursos Regional, Nacional e Internacional em 2011 – Açores;
- Participação do IEFP, I.P. na 8ª exposição do Instituto Nacional de Administração, I.P. – Centro de Congressos de Lisboa;
- Prémio Nacional de Artesanato FIA 2011, 25 Junho a 3 de Julho;
- Exposição “Artes da Casa” – FIA 2011, 25 de Junho a 3 de Julho;
- Participação do IEFP, I.P. na 48ª Feira Nacional de Agricultura – Santarém – Junho;
- Participação em 2 Feiras de Emprego Universitárias;
- Apoio técnico à participação em feiras e certames previsto no Plano de Atividades da Rede EURES:
 - Dias Europeus do Emprego – Outubro 2011.

- Apoio direto às feiras regionais organizadas no âmbito das Delegações Regionais de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo (AIESTE-22ª *Jobshop* do IST, Ovibeja, FIAPE, Feira de São João).
- Apoio à participação em Feiras, Certames e outros eventos que ocorram regionalmente, segundo o Plano de Feiras, aprovado pelo CD.

▶ Estudos e Projetos de imagem/*branding*

- Produção de reportagens fotográficas para a obtenção de imagens destinadas a serem utilizadas como ilustração de produtos informativos e promocionais;
- Criação e produção da imagem conceptual e apoio gráfico e técnico à edição dos produtos informativos e promocionais destinados a seminários, encontros e outras atividades no âmbito das Relações Públicas;
- Produção gráfica e de *copywrite* de anúncios para a imprensa;
- Intervenção em projetos de sinalética em UO com intervenções de obra, com a conclusão da sinalética exterior nos Polos de Formação Profissional e nos balcões de Atendimento Permanente;
- Apoio às diferentes UO, centrais, regionais e locais, na aplicação do manual de normas gráficas do IEFP, I.P., quer na produção de materiais em papel, quer em outros suportes e em matéria de sinalética externa e interna.

▶ Resultados Alcançados

- ▶ Divulgação junto dos diversos públicos-alvo das atividades e produtos do IEFP, I.P., através da realização de seminário, conferências e da presença em feiras e certames;
- ▶ Participação na organização e assistência a seminários, conferências e/ ou visitas, assim como, na organização da participação do IEFP em feiras e certames.

Execução Financeira
€ 452 326,46

4.3.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- ▶ **Articular com organismos internacionais no sentido da cooperação nos domínios do Emprego, da Formação e da Reabilitação Profissional.**

4.3.1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

4.3.1.1. Organizações Internacionais

Relacionamento institucional com organismos e associações internacionais, organizando e dinamizando a participação em reuniões, seminários, conferências e congressos, bem como, através da elaboração de relatórios e difusão de informação:

- ▶ Associação Europeia para a Informação sobre o Desenvolvimento Local (AEIDL);
- ▶ Associação Internacional de Orientação Escolar e Profissional (AIOSP);
- ▶ Associação Mundial dos Serviços Públicos de Emprego (AMSPE);
- ▶ Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP);
- ▶ Fundação Europeia para a Formação Profissional (FEF);
- ▶ Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- ▶ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE);
- ▶ Organização Internacional dos Concursos de Formação Profissional (IVTO);
- ▶ *WorldSkills International* (WSI);
- ▶ Associação *CAP MAGELLAN* – França;
- ▶ *European Skills Promotion Organisation* (ESPO).

Execução Financeira

€ 283 646,00

4.3.2. COOPERAÇÃO BILATERAL COM OS PALOP

4.3.2.1. Ações a Desenvolver pelo IEPF, I.P.

Na cooperação bilateral com os PALOP e Timor, os Projetos a desenvolver pelo Instituto inserem-se no âmbito de Programas Bilaterais de Cooperação plurianuais, em regra de 3 anos, que abrangem as áreas do emprego e da formação profissional, e cuja negociação é coordenada pelo Gabinete para a Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). Os Programas Bilaterais de Cooperação são a materialização de Protocolos de Cooperação assinados pelo MTSS com os Ministérios homólogos dos PALOP, onde é afirmada a vontade das partes em cooperar nos domínios que tutelam.

À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, os Centros Integrados de Emprego e Formação criados e geridos em parceria com a maioria dos PALOP constituem as estruturas de base para o desenvolvimento dos Projetos de cooperação. É igualmente a partir destas estruturas que se procede à consolidação das medidas ativas de emprego em implementação em diferentes países.

Desenvolvem-se, ainda, outros Projetos de cooperação com os PALOP em parceria com outros serviços, organismos e entidades nacionais, que decorrem de acordos de cooperação técnico-financeira com organismos daqueles países.

Cooperação com Angola

Projeto de reforço institucional

Sub-Projeto - Apoio à Formação de Formadores

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de uma ação de Formação de Formadores e Coordenadores Pedagógicos, num total de 52 horas de formação, dirigida a 21 formadores dos quadros do Centro Nacional de Formação de Formadores (CENFFOR) de Angola, no período de 16 a 28 de janeiro de 2011.

Cooperação com Cabo Verde

Projeto Integrado de Emprego e Formação Profissional em Cabo Verde (PIEFP-CV)

Sub-Projeto – Centro de Formação Profissional de PEDRA BADEJO

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de 4 ações de formação profissional na área da qualificação profissional, envolvendo 64 formandos;
- ▶ Realização de 1 ação de formação profissional contínua, envolvendo 20 formandos;
- ▶ Realização de 2 ações de formação em gestão, envolvendo 32 formandos;
- ▶ Realização de 1 missão de acompanhamento do Projeto.

Projeto de reforço institucional – Apoio aos Serviços do Ministério

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Em 2011, não foram realizadas quaisquer ações no âmbito do Projeto Reforço Institucional, uma vez que o mesmo se encontra em revisão.

O Programa Integrado de Emprego e Formação Profissional, que consubstanciará a cooperação entre o IEFPP e o IEFPP-CV nos domínios do emprego e da formação profissional, passará em 2012 a ser um único programa e desenvolver-se-á em torno de dois projetos:

- Projeto de Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de ações de formação profissional;
- Projeto de Capacitação Institucional do IEFPP-CV e da sua rede de Centros de Emprego e de Formação Profissional.

Pretende-se, com esta revisão, que o Programa possa vir a fazer parte do novo Programa Indicativo da Cooperação, a iniciar em 2012 (PIC 2012-2015), já com as devidas alterações.

Cooperação com Moçambique

Projeto Integrado de Emprego e Formação Profissional em Moçambique (PIEFP –M)

Sub - Projetos – Apoio às Estruturas de Emprego e Formação Profissional e Inserção na Vida Activa

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de uma auditoria externa às contas dos sub-Projetos.

Sub - Projeto – Acordo de Cooperação – Centro de Formação Profissional de Metalomecânica de Maputo (CFPM)

Acordo de Cooperação, celebrado em 1999, entre o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), a Associação Industrial de Moçambique (AIMO) e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical (OTM-CS), pela parte Moçambicana, e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas (ANEMM), pela parte portuguesa, relativo ao Centro de Formação Profissional da Metalomecânica do Maputo. O acordo é válido por um período de 3 anos, a contar da data da sua homologação, sendo automaticamente renovado por iguais períodos. A finalidade deste acordo é a reconversão e funcionamento do CFPM através de um programa de reconversão e modernização. A gestão do acordo é realizada por uma Comissão de Acompanhamento, que integra representantes de cada um dos parceiros que assinaram o protocolo e tem um coordenador por cada uma das partes.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de 24 ações de formação inicial, envolvendo 448 formandos nas áreas de Frio e Climatização, Fabricação Metalomecânica, Eletricidade Industrial, Automação e Manutenção Eletromecânica, Soldadura (Qualificação), Manutenção e Reparação de Computadores

(Redes), Desenho Assistido por Computador – CAD, Técnicos administrativos/Operadores de Computadores, Técnicos Administrativos/Apoio à Gestão, Técnicos Informáticos/Aplicações WEB, Máquinas-ferramentas/CNC, Instalador/Soldador de redes de luídos e Técnicos de Energias Renováveis;

- ▶ Realização de 5 ações de formação contínua, envolvendo 62 formandos, nas áreas de CAD e Técnicos Administrativos/Apoio à Gestão;
- ▶ Realização de 1 estágio de formação em Portugal, na área das Energias Renováveis, no período de 5 de Novembro a 3 de Dezembro;
- ▶ Realização de 1 estágio de formação em Portugal, na área da Contabilidade, no período de 15 de Janeiro a 5 de Fevereiro;
- ▶ Realização de 1 Visita técnica a Portugal, pela Diretora Pedagógica do CFPM, no período de 21 de Maio a 11 de Junho;
- ▶ Realização de obras para instalação da área de formação de Energias Renováveis e de manutenção e pintura geral do edifício do CFPM;
- ▶ Aquisição de equipamento informático, de equipamento didático para formação em Energias Renováveis (Aerogerador, Painéis solares e bancadas para formação) e de diversos consumíveis para a formação;
- ▶ Realização de 2 missões da Comissão de Acompanhamento do Projeto, no mês de Fevereiro e de Novembro;
- ▶ Realização de 1 missão do Sr. Vice-Presidente do Conselho Diretivo do IEPF ao CFPM, no mês Novembro;
- ▶ Realização de 2 missões do Grupo Operacional do Projeto, no período de 26 de Fevereiro e 4 de Março e de 7 a 15 de Setembro;
- ▶ Realização de 1 missão de formação, nas áreas das Energias Renováveis, no período de 3 a 17 de Dezembro;
- ▶ Realização de 2 missões de formação, nas áreas de Apoio Técnico às Áreas Administrativa e Financeira, no período de 5 de Fevereiro a 1 de Março e de 10 de Setembro a 1 de Outubro;
- ▶ Participação do CFPM na FACIM;
- ▶ Realização de 1 Ação de Sensibilização ao Sindicalismo, pela UGT.

Cooperação com São Tomé e Príncipe

Projeto Centro de Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe (Budo-Budo)

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Realização de 25 ações no âmbito das medidas de formação/emprego: Qualificação Inicial, Aprendizagem Profissional, Estágios Profissionais, Aperfeiçoamento Profissional, Qualificação para o Emprego, Formação em Gestão e Apoio à Criação do Próprio Emprego (ACPE), envolvendo 450 formandos;
- ▶ Pintura da parte exterior do edifício do CFP-STP e do respetivo muro de vedação;
- ▶ Aquisição de 3 computadores (1 sala de informática e 2 para as secretárias administrativas);
- ▶ Aquisição de 1 máquina fotocopadora, 1 impressora, 1 scanner;
- ▶ Aquisição de ferramentas e equipamentos para a secção de carpintaria/marcenaria de Água Izé e para a sala polivalente de eletricidade.

Cooperação com Timor

Projeto Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional (CNEFP) – TIBAR

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Construção da obra da cantina social do CNEFP – acompanhamento do desenvolvimento do projeto e controlo de orçamento e despesas;
- ▶ Realização de 8 ações de qualificação inicial na área da construção civil, nomeadamente nas áreas de alvenaria, eletricidade de instalações, carpintaria/marcenaria e canalizações;
- ▶ Realização de ações de formação de Língua Portuguesa aos quadros do CNEFP;
- ▶ Reforço da formação técnica e pedagógica dos formadores do CNEFP e de outros Centros de Formação, que inclui estágios de formação e formação técnica transversal e de reforço tecnológico, prevista ao longo do ano.

Cooperação com a OIT

Acordo entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF/OIT).

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Foi efetuada a contribuição anual fixa para o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, no montante de € 250.000,00, a fim de apoiar o desenvolvimento da capacidade institucional dos membros constituintes da OIT em países em desenvolvimento de língua oficial portuguesa.

Execução Financeira
€ 917 875,89

4.3.3. COOPERAÇÃO BILATERAL COM OUTROS PAÍSES E OUTRAS ATIVIDADES

4.3.3.1. Cooperação Bilateral com Outros Países e Outras Atividades

Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da Roménia sobre a permanência temporária de cidadãos romenos para a prestação de trabalho em Portugal

O Acordo, assinado em Lisboa em 19 de Julho de 2001, aplica-se aos nacionais romenos que, mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado recetor, se desloquem ao território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma atividade profissional por conta de outrem.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Desenvolvimento e continuação do programa de trabalho no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e da Família da Roménia e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social da República Portuguesa, assinado em Bucareste a 1 de Agosto de 2006;
- ▶ Durante o ano de 2011 não foram realizadas reuniões bilaterais ou atividades no âmbito deste Acordo.

Acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre a migração temporária de cidadãos ucranianos para a prestação de trabalho em Portugal

Este Acordo, assinado em Kiev em 12 de Fevereiro de 2003, aplica-se aos nacionais da Ucrânia que, mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado recetor, se desloquem ao território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma atividade profissional por conta de outrem.

Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a contratação recíproca de nacionais

O presente Acordo, assinado em Lisboa em 11 de Julho de 2003, aplica-se aos nacionais das duas Repúblicas que, mediante contratos validados pelos órgãos competentes do Estado recetor, se desloquem ao território deste Estado, por períodos limitados de tempo, para aí desenvolverem uma atividade profissional por conta de outrem.

Cooperação Luso-Espanhola em matéria laboral e de assuntos sociais

Na sequência da Declaração de Intenções sobre Cooperação e Assistência Técnica em Matéria Laboral e de Assuntos Sociais, o Ministério da Segurança Social e do Trabalho da República Portuguesa e o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais do Reino de Espanha assinaram, em 2005 e 2008, um Memorando de Cooperação e Assistência Técnica, no qual foram definidas um conjunto de iniciativas, intercâmbios de experiências e de informações entre os serviços de ambos os países, nomeadamente em matéria de emprego e formação profissional. No âmbito deste Memorando foram realizadas candidaturas conjuntas, entre o IEFP, I.P. e as Comunidades Autónomas Espanholas da zona de fronteira, ao Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP), tendo sido aprovados os seguintes Projetos: “IBERMOVILITAS – Cooperação para a Eliminação de Barreiras à Mobilidade Transfronteiriça Espanha - Portugal”, “AMTFP – Ações de

Mobilidade Transfronteiriça de Formação Profissional” e “ACCEPT- Apoio à Competitividade e Qualidade do emprego Transfronteiriço”.

Cooperação Portugal – Holanda

Em 13 de Setembro de 2007 foi assinado, em Lisboa, o Memorando de Entendimento entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social da República Portuguesa e o Ministério dos Assuntos Sociais e do Emprego do Reino dos Países Baixos sobre Cooperação no âmbito do cumprimento das disposições de política social. Válido por um ano e automaticamente renovável, este Memorando visa aprofundar a cooperação no combate ao trabalho não declarado, no cumprimento das regras sobre condições de trabalho e emprego, em caso de trabalho ou prestação de serviços transnacionais, bem como no cumprimento das disposições sobre proteção social.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Acompanhamento das ações e atividades, abrangidas por este Memorando, a desenvolver pelos organismos envolvidos na cooperação;
- ▶ Durante o ano de 2011 não foram realizadas reuniões bilaterais ou atividades no âmbito deste Memorando de Entendimento.

Protocolo de Cooperação entre IEFP, I.P. / Associação *CAP MAGELLAN*

Na sequência de anteriores Protocolos estabelecidos entre o IEFP, I.P., o Instituto Português da Juventude, I.P. e a Associação *CAP MAGELLAN*, e considerando os resultados colhidos com o desenvolvimento das atividades ao longo dos Planos de Ação de 2002 a 2008, foi assinado um novo Protocolo de Cooperação, ainda em 2008, entre o IEFP, I.P. e a Associação *CAP MAGELLAN*. O objetivo do novo Protocolo é estabelecer os princípios de cooperação mútua no apoio ao funcionamento da Associação, tendo em vista o desenvolvimento das suas atividades relacionadas com as áreas de emprego, formação profissional, informação aos jovens e prestação de serviços que facilitem a relação dos destinatários – portugueses e luso-descendentes – com Portugal.

Rede Europeia de Serviços Públicos de Emprego

Esta rede visa, fundamentalmente, a troca de experiências entre os Serviços Públicos de Emprego (SPE) europeus e a prossecução de objetivos e estratégias comuns, entre as quais as estabelecidas na Estratégia Europeia para o Emprego, para fazer face aos desafios de um mercado de trabalho cada vez mais alargado. Em 2011 foi assegurada a participação em duas reuniões dos Diretores-Gerais dos Serviços Públicos de Emprego, em duas reuniões preparatórias ao nível da Rede de Assistentes, em reuniões e *workshops* do Grupo de Trabalho da Rede “*New Skills for New Jobs*”, nas Conferências das Presidências Húngara e Polaca, respetivamente “Reposicionar os SPE para Melhorar as Perspetivas de Empregabilidade dos Jovens” e “Desafios e Oportunidades de Emprego Face às alterações Demográficas”, bem como em duas Conferências realizadas no âmbito do Programa “Diálogo SPE-para-SPE”, com o objetivo de divulgar os resultados das Avaliações Inter-Pares desenvolvidas nesse período. Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Rede SPE recaíram, em 2011, nas seguintes temáticas:

- ▶ Desenvolvimento das atividades propostas na Estratégia Europa 2020, nomeadamente as previstas nas iniciativas da Comissão Europeia “*New Skills for New Jobs*” e “*Youth on the Move*”;
- ▶ Reforço dos sistemas de prestação de serviços dos Serviços Públicos de Emprego europeus;
- ▶ Desenvolvimento da classificação/taxonomia ESCO (*European Skills, Competences and Occupations*).

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Dinamização e coordenação da participação do IEFP, I.P. em eventos internacionais, bem como desenvolvimento das ações inerentes ao acolhimento de missões estrangeiras com destaque para as seguintes:
 - Grupo de Trabalho sobre Pessoas com Ascendência Africana, criado no âmbito do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos;
 - Delegação Turca (representantes da Unidade de Programação e Contratação da Autoridade de Gestão da Componente IV do IPA – equivalente ao FSE nos fundos de pré-adesão);
 - Delegação Croata (representantes do Ministério da Saúde e Bem Estar Social e do Serviço de Emprego da Croácia);
 - Delegação Italiana (Técnicos da área da formação profissional, avaliação e certificação de competências);
- ▶ Organização e acompanhamento de visitas de estudo/trabalho de países estrangeiros no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Instituto;
- ▶ Articulação com o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) em matéria de cooperação e atividades europeias e internacionais;
- ▶ Dinamização e implementação de uma Base de Dados dos Representantes do IEFP, I.P. em Comissões, Comitês, Grupos de Trabalho de âmbito internacional, interministerial ou interdepartamental, disponível na *intranet* para consulta;
- ▶ Organização de mapas e apresentação de relatórios mensais de deslocações ao estrangeiro, com apuramento por unidade orgânica das despesas previstas, das despesas realizadas e dos reembolsos a favor do IEFP, I.P.;
- ▶ Análise dos relatórios de deslocações dos representantes do Instituto e elaboração de sínteses para apresentação semestral ao Conselho Diretivo.

Rede Europeia para as Políticas de Orientação ao longo da Vida

O objetivo da Rede focaliza-se no apoio aos estados-membros para o desenvolvimento das suas políticas de orientação ao longo da vida, bem como na implementação de sistemas e serviços, nomeadamente, ao nível da definição e partilha de políticas, recolha de informação, análise e investigação, utilização de instrumentos de

referência, disseminação de resultados de Projetos e estudos e reforço das estruturas representativas. Os trabalhos desenvolvidos no biénio 2010-2011 incidiram nas seguintes temáticas:

- ▶ Competências de Gestão de Carreira;
- ▶ Acesso a serviços de orientação ao longo da vida;
- ▶ Sistema de qualidade em orientação;
- ▶ Coordenação e cooperação entre sistemas;
- ▶ Sinergias entre Projetos de orientação ao longo da vida financiados pela EU e as suas ligações com a política;
- ▶ Análise da Política da UE na perspetiva da orientação ao longo da vida.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Participação nos trabalhos, no âmbito das competências de gestão de carreira e do sistema de qualidade;
- ▶ Participação nas reuniões plenárias;
- ▶ Organização de uma reunião do grupo de trabalho responsável pela temática das competências de gestão da carreira;
- ▶ Produção de documentação;
- ▶ Elaboração de contributos para o Referencial de Qualidade em Orientação e para o Referencial de Competências de Gestão da Carreira;
- ▶ Disseminação a nível nacional da informação produzida no âmbito da Rede.



D5

GESTÃO E

ORGANIZAÇÃO INTERNA

5.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

- ▶ **Suportar e melhorar o funcionamento do IEFP, I.P. com incidência na vertente organizativa.**

A eficácia das medidas e ações que ao longo deste documento foram sumariamente enunciadas, está dependente, em larga medida, dos procedimentos de natureza gestonária e organizativa adotados internamente pelo Instituto.

A normalização dos procedimentos e a gestão com eficácia dos recursos humanos implica, não apenas a sua formação, mas também, quando necessário, a sua reconversão para o desempenho de novas tarefas relacionadas com a implementação de sistemas informáticos de gestão financeira e de gestão da execução dos vários programas e com a melhoria das infraestruturas físicas que constituem o património do IEFP, I.P., cujo esforço global de gestão e organização interna, é possível rever neste capítulo, nos seguintes projetos:

5.1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - QUAR

5.2. INFRAESTRUTURAS FÍSICAS

5.3. FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS

5.4. RECURSOS HUMANOS

5.5. INFORMATIZAÇÃO

5.6. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO

5.7. GESTÃO DE CENTROS

5.1.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - QUAR

- ▶ O QUAR concretiza-se através de um diversificado conjunto de objetivos operacionais desagregados em objetivos de eficácia, de eficiência e de qualidade enquadrados na avaliação de desempenho dos respectivos serviços. Os referidos objetivos encontram-se suportados em indicadores de desempenho, de forma a aferir os resultados alcançados no quadro dos meios disponíveis, de forma a permitir a avaliação das atividades desenvolvidas.

5.1.1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - QUAR

5.1.1.1. Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR

O IEFP, I.P. prepara o QUAR, de forma a responder ao previsto na legislação que regulamenta este instrumento.

Pretende-se que o QUAR, enquanto instrumento de ajuda à gestão concebido para analisar o desempenho, seja um modelo de gestão orientado para resultados. Através do QUAR, são dados a conhecer os objetivos estratégicos e operacionais propostos e, acima de tudo, são identificados os indicadores e as metas que lhes estão associadas.

▶ Ações Desenvolvidas

Construção e divulgação do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2011 em conformidade com a orientação estratégica definida;

Monitorização periódica dos objetivos QUAR, com particular incidência nos objetivos de eficiência e de qualidade, designadamente com recursos ao Sistema Integrado de Gestão e avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) 1 e 2.

5.2.

INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS

- ▶ **Melhorar a rede física de suporte à prossecução dos objetivos da política de emprego e formação profissional.**

5.2.1. CENTROS DE EMPREGO

5.2.1.1. Centros de Emprego

CENTROS DE EMPREGO	
CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Delegação Regional do Norte	
Barcelos e Chaves	Outros investimentos
Basto, Felgueiras, Maia e Penafiel	Equipamento administrativo
Bragança	Conservação/reparação de edifícios, construções diversas e equipamento administrativo
Fafe	Conservação/reparação de edifícios
Famalicão	Impermeabilização e equipamento administrativo
Gondomar, Matosinhos e Valongo	Equipamento administrativo e outros investimentos
Guimarães	Substituição do Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo e outros investimentos
Porto [Loja do Cidadão] /Porto (Ocidental), Santo Tirso e Vila Nova de Gaia	Aquisição de instalações, equipamento administrativo e outros investimentos
Póvoa do Varzim e Vila do Conde	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) e conservação/reparação de edifícios
São João da Madeira	Início da obra de remodelação das instalações, equipamento administrativo e outros investimentos
Torre de Moncorvo	Início de obra
Vila Real	Aquisição de instalações
Delegação Regional do Centro	
Aveiro	Conservação/reparação de edifícios e equipamento administrativo
Castelo Branco	Projeto de novas instalações e conservação/reparação de edifícios
Coimbra	Projeto, equipamento administrativo e outros investimentos
Covilhã	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC)
Figueiró dos Vinhos e Leiria	Conservação/reparação de edifícios
Marinha Grande	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) e impermeabilização

CENTROS DE EMPREGO

CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Sertã	Equipamento administrativo
S. Pedro do Sul	Conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo e outros investimentos
Viseu	Saídas de Emergência

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Abrantes	Reparação de pavimento, pintura e iluminação do edifício, equipamento administrativo e outros investimentos
Alcobaça	Pintura e iluminação do edifício e equipamento administrativo
Almada	Projeto, equipamento administrativo e outros investimentos
Amadora	Iluminação do edifício e equipamento administrativo
Barreiro	Remodelação da cozinha e equipamento administrativo
Cacém, Lisboa (Loja do Cidadão/Benfica) e Oeiras	Novas instalações
Caldas da Rainha, Cascais, Moscavide, Salvaterra de Magos, Tomar, Torres Novas e Torres Vedras	Equipamento administrativo
Lisboa (Alcântara, Benfica, Conde Redondo e Picoas)	Ar condicionado e iluminação do edifício, equipamento administrativo e outros investimentos
Loures e Montijo	Pintura do interior do edifício e equipamento administrativo
Santarém	Outros investimentos
Seixal e Vila Franca de Xira (Pólo de Alenquer)	Intervenções diversas, equipamento administrativo e outros investimentos
Setúbal	Substituição da cobertura e muro de vedação e equipamento administrativo
Sintra	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), instalação elétrica, remodelações e pintura do interior do edifício e equipamento administrativo

Delegação Regional do Alentejo

Alcácer do Sal	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo e outros investimentos
Beja	Projeto, conservação/reparação de edifícios e equipamento administrativo
Elvas	Acessibilidades, equipamento administrativo e outros investimentos
Estremoz	Conservação/reparação de edifícios e outros investimentos
Évora	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo e outros investimentos
Montemor-o-Novo	Equipamento administrativo
Moura	Intervenções diversas, equipamento administrativo e outros investimentos
Ourique	Equipamento administrativo e outros investimentos

CENTROS DE EMPREGO	
CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Ponte-de-Sôr	Equipamento administrativo, ferramentas e utensílios e outros investimentos
Portalegre	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) e equipamento administrativo
Sines	Continuação da obra (de novas instalações) e equipamento administrativo
Delegação Regional do Algarve	
Faro	Equipamento administrativo e outros investimentos
Lagos	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), equipamento administrativo (placards) e outros investimentos
Loulé	Substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), equipamento administrativo (painéis e montras dos balcões de atendimento)
Portimão	Continuação da obra (de novas instalações), substituição de Sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), equipamento administrativo (cadeiras, prateleiras, destruidor de Papel e placards)
Vila Real de Santo António	Equipamento administrativo (mesa de reuniões, cadeiras e balcão de atendimento)

Execução Financeira
€ 3.946.894,18

5.2.2. CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

5.2.2.1. Centros de Gestão Direta

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRECTA	
CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Delegação Regional do Norte	
Braga	Elevadores, intervenções e construção diversa, equipamento administrativo (armários, bancadas, cadeiras e energias alternativas), equipamento básico e ferramentas e utensílios para várias secções
Bragança	Projeto de novas valências de formação, construção diversa/edifícios, equipamento administrativo (móveis e equipamento mecânica e desenho gráfico) e equipamento básico
Chaves	Projeto de novas valências de formação, equipamento administrativo e equipamento básico
Matosinhos	Projeto de novas instalações, remodelações e equipamento administrativo (mobiliário)

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRECTA

CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Porto	Obra do pavilhão de eletricidade e do pavilhão de frio e modernização do Centro, equipamento administrativo, equipamento básico, ferramentas e utensílios e outros investimentos para várias secções
Porto (Terciário)	Projeto de novas instalações, conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo, equipamento básico e ferramentas e utensílios
Rio Meão	Modernização e intervenções diversas e equipamento básico
Viana do Castelo	Projeto de novas valências de formação, conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo (mobiliário diverso/salas de formação), equipamento básico e outros Investimentos. para várias secções
Vila Real	Projeto de novas valências de formação/espço de formação em cozinha, conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo, equipamento básico, ferramentas e utensílios e outros investimentos
Delegação Regional do Centro	
Águeda	Projeto de novas valências, intervenções diversas, infra - estruturas, conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo, equipamento básico
Arganil	Aquisição de edifícios, equipamento administrativo e equipamento básico
Castelo Branco	Obra do edifício de eletricidade e remodelação da cozinha/novas valências, conservação/reparação de edifícios, construções diversas e equipamento básico
Coimbra	Projeto de modernização do Centro/intervenções diversas, conservação/reparação de edifícios, equipamento administrativo, equipamento básico, ferramentas e utensílios e outros investimentos
Guarda	Revestimento exterior e equipamento básico
Leiria	Celebração da escritura do terreno e consulta para o estudo geotécnico, apoio técnico na transferência da seção de cabeleiros do Pólo de Formação da Marinha Grande e criação de gabinetes para o CENCAL, nas instalações do ex-CRISFORM
Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	
Alverca	Denúncia do contrato de arrendamento do Pólo de Torres Vedras, empreitada de base do pavimento exterior
Amadora	Empreitada do muro de vedação, substituição parcial das coberturas e salas de informática, projeto de substituição de cobertura de fibrocimento no edifício da R. Latino Coelho
Seixal	Reparação das redes de águas, projeto da cobertura do pavilhão 7, apoio técnico para a correção das deficiências detetadas pelo ISQ no elevador nº 1, e elevador nº 2, apoio técnico para verificação do quadro elétrico do Pavilhão 2

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRECTA

CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Setúbal	Conclusão da empreitada de instalações especiais para a aeronáutica, empreitada de instalação do sistema de deteção de incêndios e empreitada de substituição de coberturas.
Sintra	Projeto de modernização do Centro, intervenções diversas, reparação de vedações, equipamento administrativo, equipamento básico e outros investimentos
Tomar	Reparação da cobertura do edifício D, apoio técnico à análise de proposta apresentada por um empreiteiro
Delegação Regional do Alentejo	
Aljustrel	Conclusão da empreitada de remodelação da cozinha e refeitório e projeto de águas esgotos e segurança contra incêndios, apoio técnico na permuta de terreno com a Autarquia.
Beja	Concurso público para a adjudicação da empreitada de construção dos balneários e inst. sanitárias do edifício de formação, empreitada de substituição de parte do muro de vedação, impermeabilização de caleira, apoio técnico para aquisição de serviços de manutenção dos elevadores.
Évora	Execução da empreitada conceção/construção para as novas Instalações de formação para a área da aeronáutica e execução da empreitada parcial do muro, instalação do gerador, início da empreitada de remodelação das redes de águas e drenagem 1ª fase, empreitada de instalação de escada metálica de acesso à cobertura, projeto de instalações sanitárias para formandos e funcionários e salas de formação, reparação das caleiras no edifício de formação do Polo de Reguengos de Monsaraz
Portalegre	Fornecimento e montagem de nova central de deteção de incêndios
Santiago do Cacém	Apoio técnico para intervenção no alçado poente do armazém/arquivo e no pavimento da cozinha.
Ponte- de-Sôr	Aquisição e instalação de equipamento
Delegação Regional do Algarve	
Faro	Novo projeto de construção de edifício para arquivo, preparação da consulta para várias reparações e substituição do sistema de AVAC do centro, empreitada de remodelação do front-office.

Execução Financeira
€ 9.134.399,69

5.2.2.2. Centros de Gestão Participada

CENTROS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA	
CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
FOR-MAR - CFP das Pescas e do Mar	Empreitada de remoção das coberturas devido, substituição provisória de cobertura e empreitada de colocação de nova cobertura em parte destas instalações
CEFOSAP – CFP Sindical e Aperfeiçoamento Profissional	Apoio técnico na celebração do Acordo para ocupação das instalações das Olaias, elaboração de estudo de ocupação de 4 pisos deste imóvel e apoio técnico à contratação dos serviços de projeto
CENFIC - CFP da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas	Processo de diagnóstico e proposta de reparação de anomalias, empreitada de impermeabilização e drenagem de escada exterior

Execução Financeira
€ 6.592.583,11

5.2.3. CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

5.2.3.1. Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Direta

CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO DIRECTA	
CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Alcoitão	Elaboração do projeto integrado de segurança, adjudicação do projeto para a remodelação da cozinha e poio no aterro realizado pelo Centro, apoio técnico antena da vodafone

Execução Financeira
€ 35.040,92

5.2.3.2. Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Participada

CENTROS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GESTÃO PARTICIPADA	
CENTROS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada	<p>Manutenção das instalações do Centro de Vila Nova de Gaia;</p> <p>Aquisição de diversos equipamentos que visam assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento da sua missão, destinando-se, essencialmente, a substituições/atualizações de equipamentos, de modo a melhorar o desenvolvimento da intervenção nos domínios do CNO, Unidade de Produção, Unidade de Avaliação, Orientação e Formação Profissional de pessoas com necessidades especiais e outros grupos em risco de exclusão;</p> <p>Obras de reparação da rede de saneamento do Centro;</p> <p>Impermeabilização da cobertura do edifício da Unidade de Produção do Centro de Vila Nova de Gaia;</p> <p>Melhoria das condições físicas do edifício pré-fabricado da Unidade de Avaliação e Orientação Profissional Integrada e remodelação do espaço de bar/convívio.</p>
CRPG - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia	<p>Manutenção das instalações;</p> <p>Substituição / atualização e reforço de alguns equipamentos, de forma a melhorar o desenvolvimento da atividade formativa e o cumprimento das normas impostas por lei;</p> <p>Obras para cumprimento das normas de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.</p>

Execução Financeira
€ 401.000,00

5.2.4. SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL

5.2.4.1. Serviços de Coordenação Central e Regional

SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL	
SERVIÇOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Delegação Regional do Norte	<p>Projeto e início da empreitada de remodelação dos serviços partilhados</p>
Delegação Regional do Centro	<p>Execução da empreitada de remodelação e instalação do SADI, apoio técnico para reorganizar o mobiliário e revisão de sinalética de emergência das novas instalações dos serviços de coordenação</p>
Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	<p>Colagem de pastilhas na fachada do edifício, regularização do imóvel</p>

Delegação Regional do Alentejo	Apoio técnico para aquisição de serviços de manutenção do AVAC
Delegação Regional do Algarve	Apoio técnico aos elevadores do edifício nascente, infiltrações no terraço, receção das instalações do 7º andar do edifício nascente, apoio técnico para a manutenção do AVAC.

SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO CENTRAL E REGIONAL

SERVIÇOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Serviços Centrais	Empreitada de melhorias de segurança no Teatro Ibérico, instalação, instalação do SADI, empreitada de ampliação do AVAC no Datacenter, empreitada de instalação sistema AVAC na Mediateca e intervenção no posto médico, empreitada de remodelação do posto de transformação e instalação de um novo gerador de emergência. Execução de pequenos trabalhos.
Nacional	Atualização do PGPI - Programa de Ocupação 2009-2012, apoio à contratação de serviços de responsabilidade nas instalações elétricas – Tipo B, apoio jurídico no âmbito das atividades de condomínio e elaboração de caderno de encargos para a contratação de vários serviços.
Outros	Empreitada de Vedação do terreno do Bairro do aleixo - Porto Substituição da caixa de esgoto doméstica que faz ligação à rede pública no edifício da Praça de Alvalade - Lisboa, apoio técnico à vedação do acesso 1º andar deste imóvel Empreitada de conclusão dos trabalhos da residência de Pedra Badejo – Cabo Verde Empreitada de reparação da cobertura do edifício principal e reparação da cave no Edifício desocupado na Benedita. Empreitada de substituição de caixilharias no edifício onde está situada a ACT - Coimbra Apoio técnico na análise de projetos de 20 Instituições de reabilitação submetidas a aprovação do IEFP

Execução Financeira
€ 1.123.155,22

5.2.5. OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS FÍSICAS

5.2.5.1. Pólos de Formação

PÓLOS DE FORMAÇÃO	
PÓLOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Delegação Regional do Alentejo	
Reguengos de Monsaraz	Aquisição de equipamento para curso de cozinha.
Delegação Regional do Algarve	
Reguengos de Monsaraz	Aquisição de equipamento para curso de cozinha.
Olhão	Equipamento básico;
Portimão	Equipamento básico para as ações de formação; Equipamento administrativo; Cablagem de salas de formação;

Execução Financeira
€ 40.443,07

5.3.

FUNCIÓNAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS

- ▶ **Assegurar a eficácia no funcionamento dos serviços, melhorando os procedimentos e a execução das tarefas e aperfeiçoando as formas de gestão com melhor aproveitamento dos recursos.**

5.3.1. FUNCIÓNAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INTERNAS

Área Administrativa

O IEFP, I.P. encontra-se empenhado no processo de reorganização da Administração Pública, tendo por vetores principais a racionalidade na utilização de meios com vista a assegurar uma maior eficácia e eficiência nos serviços prestados, e assim, no ano de 2011, dará continuidade às metodologias já preconizadas e em curso procurando reforçar a qualidade do serviço público em prol do cidadão e a racionalização administrativa.

O grande desafio será fazer mais e melhor com menos, recorrendo ao suporte fundamental das tecnologias de informação, rentabilizando os sistemas e plataformas existentes, diminuindo registos redundantes e tarefas duplicadas.

O grande objetivo será a aposta nas compras agregadas, ao nível nacional, no que concerne às aquisições transversais. Para tal irá contribuir, a celebração dos principais Acordos Quadros, por parte da Agência Nacional de Compras Públicas, nas categorias de bens e serviços mais transversais (a saber: vigilância e segurança, produtos de higiene e serviços de limpeza, papel e economato, consumíveis de impressão, fornecimento de refeições confeccionadas, equipamento informático, equipamento de cópia e impressão, licenciamento de software, entre outros...).

A existência de Acordo Quadro, para determinada categoria, obriga à aquisição por parte de toda a Administração Pública ao abrigo desse procedimento, uniformizando as regras de contratação, condições comerciais apresentadas por parte dos co-contratantes e controlo da execução de contratos, com a garantia acrescida de sucesso nestas relações comerciais, dado que existe um órgão adicional de qualificação dos fornecedores e respetivo controlo - a ANCP.

Com tal instrumento, e um pouco à semelhança do que já se iniciou em 2010, poderá o IEFP I.P. aumentar a agregação das aquisições, diminuir o número de processos de aquisição a desenvolver, rentabilizando os recursos a afetar e aumento o controlo e acompanhamento dos mesmos, habilitando os serviços locais a afetar mais recursos às áreas nucleares do IEFP, I.P. e beneficiando de condições contratuais mais vantajosas, pois aumentará significativamente a sua capacidade negocial, o que permitirá uma potencial redução de despesa.

➤ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Consolidação de procedimentos e apoio junto das Unidades de Serviços Partilhados (USP) Regionais, introduzindo maior dinamização ao nível do recurso aos Acordos Quadros desenvolvidos pela ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas (agregação nacional), negociações levadas a cabo pela Unidade Ministerial de Compras do MTSS e desenvolvimento de Acordos Quadro pelo IEFP, I.P. para necessidades mais específicas da sua atividade;
- ▶ Consolidação da utilização da Plataforma eletrónica de Contratação Pública a todos os procedimentos, nomeadamente ajustes diretos, conferindo ao processo pré-contratual o seu desenvolvimento por meios totalmente eletrónicos, em todas as unidades orgânicas do IEFP, I.P.;
- ▶ Introdução da assinatura digital qualificada em algumas fases da contratação e em alguns tipos de procedimento, com vista à desmaterialização de alguns processos;
- ▶ Participação como área - interlocutora no grupo de trabalho responsável pela implementação do Plano Estratégico de Investimentos (PEI) 2010-2015, no que concerne à gestão, organização e desenvolvimento dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, necessários à execução do plano;
- ▶ Consolidação da implementação do novo Manual de Gestão de Frota Automóvel e respetiva aplicação de gestão de frota automóvel (gFrota), ao nível nacional, por forma a permitir ao IEFP, I.P. responder de forma atualizada e atempada, aos requisitos de informação mensal de frota solicitados pela ANCP, no que respeita ao Parque de Veículos do Estado (PVE).

Área Financeira

Tendo subjacente o processo de melhoria contínua com vista a uma maior racionalidade na utilização dos meios disponíveis, o IEFP I.P. encontra-se empenhado na melhoria do acompanhamento e da monitorização da atividade desenvolvida pelos serviços financeiros no universo IEFP, I.P., função que surge realçada pela crescente implementação do modelo de serviços partilhados. No âmbito mais estrito que corresponde ao funcionamento da área financeira junto dos serviços centrais, é objetivo continuar a assegurar uma maior eficácia e eficiência nos serviços prestados respondendo com a adequada flexibilidade aos desafios que nos serão colocados.

▶ Ações desenvolvidas

- ▶ Elaboração da Conta de Gerência e respetivos mapas complementares;
- ▶ Reporte de informação mensal e trimestral junto da Direção Geral do Orçamento e Tribunal de Contas;
- ▶ Preparação e publicação, com carácter semestral, da informação relativa a subsídios concedidos;
- ▶ Análise, carregamento e consolidação da informação relativa à imputação de mão-de-obra e ajudas de custo aos vários Cursos/Ações identificados em termos de Contabilidade Analítica;
- ▶ Articulação com as áreas Administrativa e de Controlo de Gestão no encerramento dos períodos contabilísticos mensais no que diz respeito, ao Imobilizado e na reafectação das rubricas da receita às rubricas de despesa por orgânica.
- ▶ Acompanhamento da implementação de Unidades de Serviços Partilhados (UPS) Regionais na área financeira, representando novos métodos de organização do trabalho, consubstanciados numa relação de fornecedor/cliente tendo por base uma partilha de atividades comuns e transversais à organização;
- ▶ Monitorização dos valores assumidos pelo indicador “Prazo Médio de Pagamento” e divulgação de medidas corretivas;
- ▶ Reforço das ações de análise e acompanhamento dos procedimentos dos serviços regionais e locais, através da constituição de uma equipa interna, que analisa os registos contabilísticos, validando a sua coerência e consistência;
- ▶ Assunção da responsabilidade dos pagamentos de retenções na fonte e liquidação de imposto do selo a nível nacional, por forma, a minimizar situações de incumprimento face à Administração Fiscal;
- ▶ Reorganização das áreas de processamentos e pagamentos no sentido de ser dada uma resposta eficaz à execução centralizada de algumas medidas de Emprego;
- ▶ Acompanhamento, definição e disseminação dos procedimentos inerentes à área financeira, ao nível central, regional e local, no âmbito pelo “Sistema de Gestão de Candidaturas – SGC”;
- ▶ Reorganização dos serviços, designadamente na área dos cabimentos, no sentido de responder aos desafios propostos pelo “Sistema de Gestão de Candidaturas – SGC”;
- ▶ Tendo como objetivo a monitorização dos créditos detidos pelo IEFP, IP e a sua recuperação, deu-se continuidade às atividades de acompanhamento da evolução dos processos de apoios financeiros

que se encontram em fase de reembolso junto das unidades orgânicas locais e à articulação com os Serviços de Finanças locais e centrais com vista ao acompanhamento das situações de dívida em cobrança coerciva;

- ▶ Acompanhamento da aplicação SIGOFA no que se refere ao desenvolvimento ou à introdução de melhorias nos relatórios com a introdução de novas parametrizações e reportes de informação essenciais quer a nível interno quer ao nível dos reportes externos.
- ▶ No âmbito da monitorização dos processos e procedimentos implementados na área financeira, dar continuidade ao esforço de uniformização, com a produção e divulgação de orientações e normativos internos.

Área de Planeamento e Controlo de Gestão

Visando contribuir para a maior racionalidade das atividades do IEFP, I.P., mediante a generalização a todas as áreas de atividade de um modelo de planeamento regionalmente articulado, a atividade será desenvolvida:

- ▶ No âmbito do planeamento da atividade, promovendo a implementação de um sistema interno de natureza global, integrada e prospetiva, regionalmente articulada.
- ▶ No que se refere à vertente de controlo de gestão, promovendo o ajustamento dinâmico e flexível, tendo em vista, se necessário, o redireccionamento da atividade em tempo útil.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Preparação do Plano de Atividades e Orçamento para 2012;
- ▶ Registo da execução orçamental no Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO) da Direcção-Geral do Orçamento;
- ▶ Análise contabilística à execução registada mensalmente no Sistema de Informação e Gestão Orçamental, Financeira e Administrativa (SIGOFA);
- ▶ Elaboração mensal dos Balancetes de Execução Orçamental;
- ▶ Acompanhamento da execução semestral do PIDDAC;
- ▶ Elaboração dos indicadores de execução física e orçamental que contemplam toda a atividade desenvolvida pelo IEFP, I.P., caracterizando e comentando os dados observados no período em análise;
- ▶ Elaboração mensal da “Síntese dos Programas e Medidas de Emprego e Formação Profissional”, fazendo a caracterização das pessoas abrangidas nestas medidas e disponibilização do documento na internet;
- ▶ Elaboração mensal do “Relatório Mensal da Execução Física e Financeira”, permitindo o confronto da informação física e financeira por Delegação Regional e disponibilização do documento na internet;
- ▶ Resposta a pedidos pontuais de dados de execução física e financeira em formatos diferentes daqueles já disponibilizados;

- ▶ Preparação dos elementos de execução física e financeira, relativos ao ano de 2011 para posterior inserção na base de dados do EUROSTAT;
- ▶ Elaboração periódica de relatórios sobre a atividade desenvolvida pelo IEFP, I.P., incluindo o Relatório de Atividades de 2010;
- ▶ Acompanhamento e avaliação da execução dos Acordos, designadamente emissão de relatórios de avaliação e reuniões com os Departamentos Coordenadores, Delegações Regionais e Comissões Paritárias.

Área de Organização e Implementação de Processos

Tendo em consideração a necessidade de garantir a uniformidade de processos ao nível de todas as estruturas do IEFP, IP, bem como a racionalização dos recursos humanos afetos e dos procedimentos desenvolvidos, com vista a preparar os Serviços para garantir uma resposta eficaz, eficiente e equitativa a todos os Utentes, as atividades desenvolvidas nesta área durante o ano de 2011 concretizaram-se nas seguintes ações:

▶ Ações Desenvolvidas

▶ Gestão arquivística

Projeto de “Gestão Documental do IEFP, IP”

Ao abrigo do Acordo Quadro n.º 11 celebrado pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), foi desenvolvido um procedimento de aquisição de software de Gestão Documental, tendo em vista a implementação no IEFP, IP, de um dispositivo integrado capaz de facilitar a circulação da informação e os processos de pesquisa, comunicação e decisão.

Entretanto, considerando que se trata de um sistema de notória necessidade para a organização dos documentos e do arquivo no IEFP, IP, e por orientação superior, procedeu-se ao lançamento das bases para a operacionalização, no decorrer de 2012, de um novo procedimento concursal, com vista à “aquisição de uma solução informática de gestão documental e dos serviços para a respetiva implementação no IEFP, IP”, abrangendo todos os Serviços – centrais, regionais e locais.

Eliminação de Documentos

Registou-se a eliminação dos documentos que atingiram o fim da sua vida útil, de acordo com o estabelecido na portaria de regulamentação arquivística do IEFP, IP, tendo sido recebidos, em 2011, Autos provenientes de 35 Unidades Orgânicas (UO) respeitantes à eliminação de 12 361 pastas, ou seja, cerca de 872 metros lineares.

Assinaturas Digitais

Foram desenvolvidos os procedimentos de suporte à emissão pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), de um conjunto limitado de certificados de assinatura digital, para colaboradores dos Serviços Centrais, Regionais e Locais, considerados prioritários em termos de necessidade e frequência na utilização para tarefas específicas da sua atividade profissional.

Outras Atividades

- Manutenção da base de dados “Arquivo Geral do IEFP, IP” na INTRANET;
- Esclarecimento de dúvidas colocadas pelas diferentes UO no que diz respeito à aplicação da portaria n.º 1370/2009, de 27 de outubro, que aprova a regulamentação arquivística do IEFP, IP, em articulação com os Serviços Centrais enquadradores;
- Elaboração de uma proposta para a organização dos espaços de arquivo dos Serviços de Coordenação da Delegação Regional do Norte.

▶ Informação interna e externa

Facilitação dos Mecanismos de Comunicação

Manteve-se a atualização sistemática das bases de dados, quer de gestão interna, quer disponíveis no PORTAL/INTRANET e/ou na INTERNET e a cedência de diversos dados a solicitação das UO do IEFP, IP.

Gestão de Impressos e Formulários

Foram disponibilizados e atualizados, no PORTAL/INTRANET, diversos formulários e minutas, numa lógica de preservação e coerência de imagem.

Divulgação de Circulares Normativas

Foram publicadas e divulgadas 27 Circulares Normativas, em articulação com os Serviços responsáveis, sendo 15 novas e 12 revisões de CN já anteriormente emitidas.

Desencadearam-se igualmente os mecanismos necessários ao controlo da validade das Circulares Normativas em vigor, em colaboração com os Serviços Responsáveis, com o objetivo de se verificar a sua atualidade ou necessidade de supressão, quer por força de Programas/Medidas que tenham terminado, quer por os normativos que as sustentavam terem sofrido alterações ou sido mesmo revogados.

▶ Interação com o cidadão

Sistema de Gestão de Reclamações

No âmbito da CN n.º 23/2008, de 31 de dezembro, procedeu-se à análise e tratamento das reclamações recebidas através do livro amarelo, dirigidas à tutela ou a outros membros do governo, enviadas ao Conselho Diretivo, recebidas nos endereços eletrónicos institucionais do IEFP, I.P., remetidas para os Serviços Centrais, para os Serviços de Coordenação das Delegações Regionais, para os Centros de Emprego, de Formação ou Reabilitação Profissional, de gestão Direta ou Participada, ou ainda colocadas na caixa de sugestões.

Foi elaborado o relatório anual de 2010 e o relativo ao 1.º semestre de 2011, com os resultados do tratamento das reclamações e das sugestões dos Utentes, visando identificar áreas/fatores críticos sobre os quais os Utentes manifestam a sua insatisfação e que necessitam e possam ser melhorados, no sentido de ponderar e definir as medidas corretivas a implementar, por forma a melhorar a qualidade dos Serviços.

Durante 2011 foram, ainda, asseguradas as tarefas correntes do sistema de gestão de reclamações no que respeita à articulação com as UO centrais, regionais e locais, designadamente a receção e envio de reclamações e denúncias que chegam através das diversas “portas de entrada” previstas na Circular Normativa, bem como a preparação da resposta institucional dirigida aos Utentes e ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado do Emprego.

Conceção e Implementação do Sistema de Monitorização da Satisfação dos Utentes da Rede de Centros do IEFP, IP

O projeto teve início no segundo semestre de 2008, com a preparação das peças concursais para o lançamento do procedimento administrativo e, após a publicação, em março de 2009, do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, o ato público de abertura do procedimento decorreu no mês seguinte.

Em 30 de maio de 2011 foi autorizado o lançamento do procedimento de aquisição de serviços do projeto, relativo à conceção, desenvolvimento e implementação de um sistema de monitorização da satisfação dos utentes da rede de centros do IEFP, IP, no quadro do previsto na Lei n.º 66-B/2007, para avaliação da eficácia e qualidade dos serviços.

Desta forma, foi publicado, no dia 8 de novembro de 2011, o anúncio de abertura do concurso público acima mencionado, no Diário da República, no Jornal Oficial da União Europeia e na Plataforma de Compras Públicas, tendo decorrido, no período de 9 a 27 de novembro de 2011, a fase de pedidos de esclarecimentos por parte dos interessados, findo o qual o Júri prestou os esclarecimentos solicitados em Ata colocada na plataforma em 15 de dezembro de 2011.

▶ QUALIDADE E MODERNIZAÇÃO

Projeto “PARTILHA DE SERVIÇOS”

Este projeto tem por objetivo a promoção da melhoria contínua dos serviços prestados, o rigor da informação de gestão, a redução dos custos, o aumento da produtividade, a normalização de processos e sistemas, o desenvolvimento de centros de competência e inovação, bem como a libertação de Técnicos para as áreas de negócio, concentrando os processos partilháveis das áreas administrativa, financeira, recursos humanos e instalações.

Dando continuidade ao projeto “Partilha de Serviços”, iniciado em 2008 e com roll out em 2009, foi prospetivado para 2011 prosseguir o alargamento gradual dos Serviços Partilhados, nas USP regionais, em duas vertentes:

- Integração dos processos da área Financeira dos restantes Centros de Emprego que ainda não tinham estes serviços partilhados;
- Inclusão da área de Recursos Humanos, na vertente Assiduidade, nas USP regionais, envolvendo de uma forma faseada, todos os Centros (de Emprego, Formação Profissional, de Emprego e Formação Profissional e de Reabilitação), tendo-se obtido os seguintes resultados:

Os resultados para o ano em apreço foram bastante positivos, encontrando-se já uma elevada percentagem de Centros em partilha de serviços nas áreas Administrativa, Financeira e Recursos

Humanos/Assiduidade. As dificuldades que entretanto se têm verificado para as Delegações Regionais do Centro (nas áreas Financeira e de Recursos Humanos) e de Lisboa e Vale do Tejo (na área Financeira) devem-se essencialmente à falta de recursos humanos para reforço das respetivas equipas da USP, contando ultrapassá-las durante o ano de 2012.

Quanto à USP Norte prevê completar, no início de 2012, o conjunto de Centros de Emprego a abranger na área Financeira, abrangendo assim a globalidade dos processos âmbito em Serviços Partilhados.

A concretização do projeto implicou:

- A sensibilização e preparação dos diferentes Técnicos – Operadores (Fornecedores de serviços) e Clientes das USP que entraram em funcionamento;
- O mapeamento de todos os processos da área de Recursos Humanos/Assiduidade, resultante de um trabalho conjunto entre a OE-OP e a OE-PE, bem como a sua gradual disponibilização na Intranet, no espaço “Partilha de Serviços”, após validação pelas Delegações Regionais (DR-SGE);
- Aquisição e instalação dos equipamentos necessários ao funcionamento das USP, contando, para o efeito, com o apoio da Assessoria de Sistemas de Informação (ASI);
- Realização de reuniões de acompanhamento e de balanço com as várias áreas âmbito.

Gestão de Processos – GPS

Tendo em vista facilitar a circulação de documentos entre o Cliente e a respetiva USP, bem como agilizar e monitorizar os Serviços Partilhados, foi implementada, no final de 2009, uma aplicação informática de Gestão de Processos (GPS), na qual foram configurados alguns dos processos âmbito mais relevantes de cada uma das áreas envolvidas.

Neste âmbito foi prestado um acompanhamento e apoio sistemático aos utilizadores da aplicação, em estreita articulação com a ASI, no sentido de manter a constante fluidez da informação e operacionalidade do sistema.

Foi igualmente efetuado um levantamento junto das UO envolvidas em Serviços Partilhados sobre a pertinência da prossecução do processo de contratualização de serviços para a introdução de melhorias ao GPS, bem como para a prestação de apoio *on-job*, tendo os contributos sido consolidados e sistematizados, com vista à dinamização do correspondente procedimento administrativo.

Aplicação do novo Acordo Ortográfico

Numa perspetiva de preparação dos Serviços para a aplicação obrigatória em toda a Administração Pública do novo Acordo Ortográfico, a partir de 1 de janeiro de 2012, foram dinamizadas várias iniciativas potenciadoras da adesão generalizada dos trabalhadores do IEFP, IP, à nova grafia.

Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa – SIMPLEX

O SIMPLEX – Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa, tem como objetivo orientar a Administração Pública para uma resposta pronta e eficaz às necessidades dos Cidadãos e das

Empresas através de um conjunto de ações permanentes de correção e de compensação da excessiva rigidez da lei e das práticas regulamentares e administrativas que lhe estão associadas.

Nesse quadro, procedeu-se ao acompanhamento da execução da medida “NETCERTIFICAÇÃO – Certificados de Aptidão Pedagógica”, contemplada no SIMPLEX 2010, através da receção e análise da respetiva ficha de controlo mensal.

Ainda neste domínio, foram desenvolvidos os mecanismos tendentes à consolidação dos processos de resposta aos pedidos de esclarecimento e de ponto de situação formulados pela Secretaria de Estado para a Modernização Administração e pela tutela, relativamente ao grau de implementação das medidas da responsabilidade do IEFP, IP.

Estrutura Orgânica do IEFP, IP

A portaria n.º 637/2007, de 30 de maio, republicada pela portaria n.º 570/2009, de 29 de maio, aprovou os Estatutos do IEFP, IP, definindo o funcionamento dos seus órgãos e regulando a organização e estrutura orgânica dos Serviços Centrais e Regionais, bem como as competências das suas UO.

Neste quadro, foram analisados e desenvolvidos processos relacionados com a atualização das estruturas organizativas e a aferição da respetiva dotação de pessoal, em função da evolução dos objetivos do IEFP, IP, e da modernização dos métodos de trabalho, tendo em vista o aumento da eficiência e da eficácia.

Inquérito à Violência nos Centros do IEFP, IP

A melhoria das condições de segurança dos trabalhadores em contacto direto com os utentes da rede de centros do IEFP, IP, tem vindo a ser objeto de uma crescente preocupação institucional, nomeadamente por parte da Comissão de Trabalhadores, com a proposta de inclusão deste tema na agenda das reuniões periódicas com o Conselho Diretivo.

Neste sentido, foi realizado um levantamento em julho de 2011 que evidenciou a existência de situações de agressividade registadas nas UO locais, bem como algumas medidas adotadas pelos Serviços para minimizar os impactos negativos deste tipo de ocorrências nos trabalhadores que asseguram as funções de atendimento de 1.ª e 2.ª linha.

Posteriormente, foram recolhidas, junto das equipas das regiões, sugestões decorrentes da sua experiência no tratamento de casos deste tipo no terreno, numa perspetiva de aferição da viabilidade da sua operacionalização, de harmonização/uniformização de procedimentos em toda a rede de Serviços e de disseminação de boas práticas com resultados positivos nesta área, que culminou na compilação de um conjunto de 24 propostas de possíveis ações a implementar.

Delegações de Competências

Na sequência da recondução do anterior Conselho Diretivo e atendendo à publicação de um conjunto de diplomas com reflexos diretos na atividade do IEFP, IP, que estabeleceram novos procedimentos e atribuições ao nível central, regional e local, foi promovido o processo de atualização das delegações de competências, em articulação com as UO dos Serviços Centrais intervenientes e os Serviços de Coordenação regionais.

Avaliação da Satisfação dos Colaboradores

Em março de 2011, foi disponibilizado na área do “DOE/Segurança, Saúde e Ação Social”, na INTRANET, o texto de “Análise Geral” do estudo do clima social no IEPF, IP, e no trimestre seguinte (junho de 2011) foi divulgada a versão integral do estudo refletida no relatório final.

Nessa perspetiva, foram analisadas as conclusões deste estudo, no sentido de identificar as medidas a implementar no seio da organização, por forma a aumentar a satisfação dos colaboradores.

Uma das medidas recomendadas no estudo e considerada como uma das áreas de intervenção prioritária, enquadrada no âmbito da preocupação com a opinião e motivação dos colaboradores, prevê a criação de mecanismos de audição e recolha de sugestões apresentadas pelos trabalhadores, através da disponibilização de um endereço eletrónico específico.

Execução Financeira

€ 7.086.315,56

5.4.

RECURSOS HUMANOS

- ▶ **Organização, gestão e desenvolvimento dos Recursos Humanos do IEFP, I.P., de acordo com as exigências decorrentes das atribuições que lhe estão cometidas e das necessidades dos utentes.**

5.4.1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.4.1.1. Gestão de Recursos Humanos

Tendo em consideração as atribuições da área de pessoal e o Plano de Atividades definido e aprovado para 2011, as atividades desenvolvidas caracterizam-se pela permanente sistematização, acompanhamento e controlo do serviço prestado, tendo como objetivo a melhoria contínua e a qualidade do serviço prestado aos trabalhadores do IEFP, I.P.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Operacionalização da colocação dos 166 técnicos superiores selecionados através de 18 procedimentos concursais, de acordo com o previsto nos mapas de pessoal de 2011;
- ▶ Continuação da operacionalização dos remanescentes procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1.º e 2.º grau, abertos em 2010:
 - O IEFP, I.P. procedeu, em março de 2010, à abertura de 155 procedimentos concursais, com vista ao preenchimento dos lugares de dirigente intermédio de 1.º e de 2.º grau, através das Deliberações do Conselho Diretivo, de 9 de Março de 2010 e 16 de março de 2010, propondo, assim, a abertura de concursos para provimento destes cargos dirigentes, até à atualidade ocupados por titulares em regime de substituição ou vagos, contendo os requisitos formais do procedimento, os métodos de seleção e as respetivas grelhas de requisitos legais, avaliação curricular e entrevista pública, a composição de Júris, os avisos de abertura e os projetos de anúncios (divulgação em Jornais e na BEP).
- ▶ Operacionalização de procedimentos concursais comuns para recrutamento e seleção dirigentes intermédios de 3.º grau;
 - O IEFP, IP procedeu, em 2011, à abertura de 74 procedimentos concursais, com vista ao preenchimento dos lugares de dirigente intermédio de 3.º grau, através das Deliberações do Conselho Diretivo de 31 de janeiro de 2011, propondo, assim, a abertura de concursos para provimento destes cargos dirigentes, até à atualidade.

- Deste modo, face a projetos desta envergadura, o Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico (DOE), assumiu o papel de coordenação e desenvolvimento destes procedimentos concursais, assegurando:

- A constituição da equipa técnica afeta ao projeto;
- A constituição dos Júris, internos e externos;
- A publicitação dos procedimentos concursais;
- A constituição e organização dos processos administrativos relativos a cada procedimento concursal;
- A receção, organização e tratamento administrativo das candidaturas;
- A pré-validação dos requisitos formais e legais das candidaturas;
- O apoio técnico, administrativo e logístico aos Júris.

- Em 31 de dezembro estavam concluídos, para publicação no Diário da República da respetiva nomeação, todos os procedimentos concursais.

- ▶ Operacionalização, em articulação com a Assessoria de Sistemas de Informação, da ligação do sistema de controlo de acessos com os terminais de controlo de assiduidade e do sistema informático CONSIT, privilegiando-se uma abordagem estrutural de médio prazo de migração das aplicações informáticas existentes CONSIT e GESVEN, com integração do módulo de controlo de acessos, realinhando-se o objetivo que havia sido definido sobre esta matéria.
- ▶ Coordenação dos processos de transição/ integração nas novas carreiras, de acordo com regras e critérios previamente definidos, nos termos e em cumprimento da legislação atualmente em vigor e regulamentarmente previstos;
- ▶ Elaboração dos Mapas de pessoal de 2012;
- ▶ Monitorização e controlo da execução física e financeira do Orçamento de 2011;
- ▶ Foi elaborado o Balanço Social relativo ao ano de 2010, tendo em vista a caracterização dos Recursos Humanos existentes.
- ▶ Procedeu-se ao tratamento de toda a informação cadastral constante do sistema informático de gestão de pessoal, com vista ao cumprimento de obrigações estatísticas, nomeadamente, carregamento anual do Balanço Social do MTSS (BsGov), de acordo com as disposições legais.
- ▶ Elaborou-se o Orçamento de Pessoal para 2012, de acordo com os normativos emanados pela lei de Execução Orçamental e Circulares da Direcção-Geral do Orçamento;
- ▶ Coordenou-se, controlou-se e assegurou-se o processamento da assiduidade de acordo com as regras, rotinas, procedimentos administrativos e em cumprimento da legislação atualmente em vigor.
- ▶ Conclusão do Programa PEPAC, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º18/2010, de 19 de Março e regulamentado pelas Portarias n.º172-A e n.º172-B/2010, de 22 de Março, relativo à realização de 123 estâgios nas diversas Unidades Orgânicas do IEPF, I.P..

Neste âmbito foi efetuado:

- A avaliação individual de cada estagiário;
 - O controlo e registo na BEP das avaliações;
 - A emissão dos Certificados de Frequência e Aprovação.
- ▶ Coordenação e controlo da aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) - subsistemas 2 e 3 - para efeitos de avaliação de desempenho e de identificação de formação necessária ao bom desempenho profissional;
 - ▶ Acompanhamento e apoio ao funcionamento do Conselho de Coordenação da Avaliação (CCA);
 - ▶ Acompanhamento e apoio ao funcionamento da Comissão Paritária;
 - ▶ Implementação, acompanhamento e avaliação do Sistema de Gestão de Competências e validação dos Perfis Funcionais do IEFP, I.P.

5.4.2. DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

5.4.2.1. Formação Interna – Ações

▶ Ações Desenvolvidas

Em 2011, as atividades desenvolvidas caracterizam-se pela permanente sistematização, acompanhamento e controlo do serviço prestado, tendo como objetivo a melhoria contínua, a qualidade do serviço e a valorização das competências dos trabalhadores do IEFP, I.P..

- ▶ Diagnóstico de necessidades de formação
Identificação e caracterização das necessidades de formação estratégicas, operacionais e individuais para 2012.
- ▶ Elaboração de candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) relativamente à formação a desenvolver em 2011.
- ▶ Elaboração do saldo (físico e financeiro) das candidaturas apresentadas em 2010 ao POPH.
- ▶ Gestão da formação
 - Gestão do Plano Operacional de Formação de 2011
Conceção, desenvolvimento e avaliação da formação prevista no plano operacional e acompanhamento da execução da formação a nível nacional.

FORMAÇÃO DESENVOLVIDA EM 2011			
	Nº DE FORMANDOS	VOLUME DE FORMAÇÃO	Nº DE AÇÕES
FORMAÇÃO INTERNA	2.010	16.045,0	115
FORMAÇÃO NO EXTERIOR	527	4.911,0	158
TOTAL	2.537	20.956	273

- Formação interna

Das ações realizadas internamente, destacam-se pela sua importância e abrangência as seguintes áreas:

- Assuntos jurídicos - 11 ações de formação em que participaram 183 formandos
- Administrativa e financeira - 17 ações de formação em que participaram 333 formandos
- Emprego - 17 ações de formação em que participaram 283 formandos
- Formação Profissional - 27 ações de formação em que participaram 326 formandos
- Gestão - 4 ações de formação em que participaram 25 formandos
- Segurança e saúde - 24 ações de formação em que participaram 617 formandos
- Tecnologias e informação e comunicação - 16 ações de formação em que participaram 207 formandos

- Formação pontual realizada no exterior

Em 2011, das 158 ações de formação frequentadas, 77 dizem respeito a pedidos de autoformação feitos ao abrigo da CN 7/2004, que regula a participação em ações de formação por iniciativa individual do trabalhador, da qual beneficiaram 110 formandos.

- RVCC

Conclusão dos processos de qualificação escolar dos colaboradores do IEPF, I.P. através do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) – 9º ano e Ensino Secundário, iniciados em 2010;

Da análise da execução da formação verifica-se que, dos 3.254 trabalhadores no ativo a 31 de dezembro de 2011, 1.523 frequentaram formação, ou seja, 46,80% do efetivo do IEPF, IP, com uma média de 14 horas por trabalhador.

- ▶ Estágios Académicos

Organização de 12 processos de estágios académicos, dirigidos a finalistas de cursos superiores.

- ▶ Formação para Dirigentes

Não foi possível avançar com a organização e coordenação de cursos de Alta Direção em Administração Pública, para dirigentes, conforme previsto em sede de planeamento de atividades, por orientação superior e devido a atrasos na conclusão dos procedimentos concursais;

- ▶ Serviços Partilhados

- Coordenação e acompanhamento dos Serviços Partilhados (USP) na área de formação, a funcionar a nível nacional, com vista a assegurar a disponibilização dos seguintes serviços:
 - Elaboração de Programa de Formação;
 - Inscrição em ações de formação no exterior;
 - Preparação da formação;
 - Disponibilização da avaliação da formação (interna e externa);

- ▶ Sistema de Gestão da Qualidade

- Elaboração do Relatório de Desempenho do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de 2010;

- Realização de Auditorias Internas;
 - Elaboração, controlo e acompanhamento da matriz de indicadores de desempenho dos processos do sistema de gestão implementado;
 - Acompanhamento da Auditoria Externa, de acompanhamento do certificado de acreditação, realizada pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER);
 - Elaboração de Plano de Ações para 2011.
- ▶ Relatório de acompanhamento das horas de formação frequentadas por cada trabalhador
- Elaboração de relatório anual, com o objetivo de analisar em que medida o IEFP, I.P., enquanto entidade empregadora, tem executado o disposto do Código do Trabalho (art.º 123º a 126) onde é consagrado o direito à formação profissional dos ativos (35 horas/ano).

Execução Financeira
€ 57.196,70

5.4.3. INTERVENÇÃO SOCIAL

5.4.3.1. Intervenção Social

▶ Ações Desenvolvidas

▶ Responsabilidade social

Durante 2011, foi preparado um documento intitulado “Guia da responsabilidade social” que pretende ser um instrumento de regulação dos circuitos e procedimentos aplicáveis àquelas áreas no IEFP, IP, tendo atualizado e reunido as matérias dispersas anteriormente por diferentes normativos internos, numa perspetiva de reforço da interação e da complementaridade entre as diferentes valências e equipas que, a nível central, regional e local, intervêm neste domínio.

▶ Segurança e higiene no trabalho

No quadro da implementação progressiva no IEFP, I.P., do sistema de segurança e higiene no trabalho, tem sido desenvolvido um conjunto integrado de intervenções, abrangendo designadamente a implementação de normas de suporte, a realização de visitas de verificação a todos os edifícios a nível central, regional e local e a elaboração, implementação e revisão de planos de emergência internos (PEI).

Verificação das Condições de Segurança e Higiene no Trabalho

No âmbito do sistema de segurança e higiene no trabalho, estabelecido através da CN n.º 2/2003, de 8 de janeiro, foi realizado, com o contributo das Delegações Regionais, o ponto de situação relativo à concretização das recomendações constantes nos relatórios das visitas de verificação anteriormente realizadas, distinguindo as intervenções que se encontravam “Por implementar” ou “Em fase de orçamentação”, em cada UO, a nível nacional, permitindo a aprovação superior de uma proposta de programação para o triénio de 2010 a 2012.

Resposta às autoridades oficiais na área da Segurança e Higiene no Trabalho

Durante o ano de 2011 foi desenvolvido um trabalho de recolha de informação e de articulação com as UO alvo de auditorias por parte da Autoridade das Condições de Trabalho (ACT) e de colaboração com os Serviços de Coordenação das Delegações Regionais e as UO Locais na elaboração dos processos de resposta às questões colocadas, resultantes das vistorias ao Centro de Emprego de Castelo Branco, Centro de Formação Profissional de Alverca e Serviços Centrais.

Manual de Segurança no Trabalho

Neste âmbito, foram integradas no “Guia da responsabilidade social” todas as matérias constantes da proposta de Manual de Segurança no Trabalho, nomeadamente a formação e informação dos colaboradores, o levantamento e a verificação das condições de segurança dos locais de trabalho em todos os edifícios, a nível nacional, a constituição de Equipas de 1.ª Intervenção para Primeiros Socorros e Combate a Incêndios, bem como a implementação de planos de emergência internos, em que se inclui a simulação de situações tipificadas.

Planos de Emergência

No âmbito da implementação dos planos de emergência internos (PEI), em dezembro de 2011 estavam implementados 53 PEI, a nível nacional.

Revisão do Plano de Emergência de Xabregas

Foram organizadas sessões de sensibilização geral em emergência para todos os trabalhadores, através de 3 ações com a duração de 1:30 hora, tendo-se procedido à distribuição de brochuras específicas sobre os comportamentos a adotar quando, em situações de perigo, é ativado o PEI.

Avaliação dos Postos de Trabalho

Foram efetuadas 35 avaliações dos postos de trabalho e elaborados os respetivos relatórios de análise, para efeitos de articulação com as equipas de Medicina no Trabalho e de Acompanhamento Psicossocial, com o objetivo de assegurar a melhoria das condições de trabalho nos casos em apreço.

Acidentes de Trabalho

Verificou-se uma diminuição significativa, no número de dias de baixa tendo-se registado 939 dias contra os 1 776 dias em 2010, a que corresponde um decréscimo de 47%. Contudo, existiram 8 acidentes de trabalho que transitaram de 2010 e que correspondem a 1 107 dias de baixa.

Segurança e Qualidade Alimentar

Foram contratados serviços a entidades especializadas para a verificação das condições de segurança e qualidade alimentar.

▶ Saúde no trabalho

Tendo em vista a prevenção das doenças profissionais e a qualidade de vida no trabalho, o IEFP, IP, tem vindo a organizar e a dinamizar os serviços de Saúde no Trabalho, dirigidos aos seus colaboradores, assegurados por uma Equipa de Médicos do Trabalho e de Medicina Curativa, coadjuvados por profissionais de enfermagem.

Medicina do Trabalho

Durante o ano de 2011, prosseguiu o processo de promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores, bem como da verificação e da adequação das suas aptidões físicas e psíquicas ao desempenho das funções, através da realização de um conjunto organizado e sistemático de exames de saúde, tendo sido realizados 1341 exames.

No mesmo âmbito da promoção da saúde no trabalho, foram realizadas 3 ações de sensibilização: “Gestão do stresse no trabalho”, “As doenças cardiovasculares” e “Nutrição”, com o objetivo de disponibilizar informação e sensibilizar os trabalhadores sobre temas atuais e de utilidade geral.

Medicina Curativa

Ainda no âmbito da promoção da saúde dos colaboradores, realizaram-se, a nível nacional, consultas de medicina curativa e foram prestados cuidados de enfermagem.

Apoio social

Acompanhamento Psicossocial

O Programa de Acompanhamento Psicossocial visa estimular os trabalhadores do IEFP, IP, para uma intervenção pró-ativa, proporcionando o apoio ou encaminhamento adequado em situações difíceis, ajudando-os a lidar com os seus problemas pessoais, sociais e/ou profissionais e tem como objetivo influenciar a redução do absentismo e do número de acidentes de trabalho, bem como a indução de níveis superiores de desempenho, contribuindo para uma maior produtividade no âmbito da natureza e atribuições do IEFP, IP.

Numa lógica de desenvolvimento das condições de trabalho e de reconhecimento da dimensão humana dos colaboradores da organização, continuaram a ser realizadas em 2011, a nível central, regional e local, intervenções junto de trabalhadores em situação pessoal, familiar, social e/ou profissional complexa (geralmente por iniciativa dos próprios ou por solicitação dos dirigentes das respetivas UO), com o objetivo de promover uma atitude de suporte aos problemas e riscos associados, entre outros, ao alcoolismo ou outra toxicodependência, carência ou doença individual ou de um familiar, desmotivação e desadaptação funcional ou institucional.

Em 2011, começou também a ser assegurado o acompanhamento/monitorização, no âmbito da medicina do trabalho, das situações de exame de saúde em que as fichas de aptidão mencionem recomendações ou apontem para resultados diferentes de “APTO”, numa perspetiva de melhoria contínua das condições de integração e realização socioprofissional dos colaboradores, bem como de otimização do seu desempenho para o cumprimento da missão do IEFP, I.P.. Estes resultados constituem alertas significativos para o despiste de eventuais problemas que podem comprometer o bem-estar e a saúde física e/ou psíquica dos trabalhadores, com potenciais consequências ao nível do desempenho profissional.

Em função da natureza da situação e dos dados obtidos, tem sido procurada uma solução capaz de colmatar os problemas detetados, quer através da interação direta com os serviços envolvidos ou que tenham atribuições relacionadas com os meios para colmatar as condicionantes detetadas, quer no seguimento do caso no âmbito psicossocial.

Esta área tem dinamizado igualmente, face às características das situações, os contactos externos necessários com entidades de apoio a uma melhor orientação/encaminhamento, como por exemplo, o médico de família, os médicos especialistas, os serviços sociais e as instituições especializadas em problemáticas relacionadas.

▶ **Refeitórios**

Durante o ano de 2011, foram servidas, na rede nacional dos 39 refeitórios em funcionamento no IEFEP, IP, um total de 1 702 894 refeições.

▶ **Proteção ambiental**

Recolha e Reciclagem de Papel e Cartão

Ao longo de 2011 foram enviadas para reciclagem, a nível nacional, 57 toneladas de papel, permitindo que a eliminação de documentos de arquivo obedeça a regras de confidencialidade e rigor que vão ao encontro do carácter sigiloso da documentação.

Recolha de Pilhas

No âmbito do sistema de recolha e reciclagem de pilhas nos Serviços Centrais, foram recolhidos, durante o ano de 2011, 25 kg de pilhas.

Inscrição no SIRAPA - Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente

O decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, republicado através do decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que lhe introduziu algumas alterações, estabeleceu a obrigatoriedade de todos os produtores, operadores e entidades gestoras de resíduos se registarem num sistema designado SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente), por forma a ficar disponibilizada toda a informação relativa à produção e recolha de resíduos, bem como ao respetivo ciclo de vida.

Neste contexto, foi efetuado um levantamento a nível nacional, junto de todos os Serviços do IEFEP, IP, com o objetivo de aferir o tipo de resíduos produzidos, bem como os eventuais acordos/protocolos estabelecidos com entidades tendo em vista a sua recolha e transporte, de que resultou uma proposta para registo de 69 Serviços/estabelecimentos do IEFEP, IP, no SIRAPA, por forma a cumprir a legislação em vigor.

Execução Financeira

€ 173.596,66

5.5.

INFORMATIZAÇÃO

- ▶ **Modernizar e racionalizar os sistemas de trabalho e de informação dos serviços do IEFP, I.P., através da sua adequada informatização.**

5.5.1. HARDWARE

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Implementação de um Plano de Continuidade de Negócio;
- ▶ Expansibilidade de capacidade existente no *Datacenter*;
- ▶ Virtualização de infraestrutura;
- ▶ Implementação de infraestrutura de suporte à convergência de *Mail* e de Domínios Regionais;
- ▶ Migração para *Windows 2008 server* em domínio único;
- ▶ Estudo de implementação e migração para *Windows 7*, *Office 2007* e *Exchange 2010*, por virtualização.

Execução Financeira
€ 523.980,76

5.5.2. SOFTWARE

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Manutenção evolutiva de aplicações de negócios e de suporte;
- ▶ Atualização tecnológica do ambiente aplicacional do SIGAE, SGFOR e NetEmprego;
- ▶ Implementação do site NetCertificação;
- ▶ Implementação de novo Portal Interno;
- ▶ Alargamento de processos existentes na aplicação de Gestão de Processos;
- ▶ Upgrade e alargamento do *Enterprise Resource Planning* (ERP);
- ▶ Estudo de usabilidade do site institucional do IEFP, I.P. e NetEmprego;
- ▶ Migração de Gesven e Consit;
- ▶ Implementação de Sistema de indicadores de Gestão para controlo orçamental e acompanhamento de execução da atividade.

Execução Financeira
€ 2.555.505,37

5.5.3. COMUNICAÇÃO

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Alargamento de VOIP (*Voice over Internet Protocol*) sobre a rede IP-MPLS (*Multi Protocol Label Switching*);
- ▶ Implementação e consolidação de Extranet por implantação de IAG (*Intelligent Application Gateway*);
- ▶ Implementação do *Office Communicator* integrado com telefonia IP.

Execução Financeira

€ 1.179.435,06

5.5.4. OUTROS

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Estudo de otimização dos processos de controlo segundo a *Framework COBIT (Control Objectives for Information and related technology)*.

Execução Financeira

€ 23.365,48

5.6.

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO

- ▶ **Disponibilizar suportes informativos de carácter científico e técnico que permitam o aperfeiçoamento da execução da política de emprego e formação profissional.**

5.6.1. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E DOCUMENTAÇÃO

5.6.1.1. Informação Científica e Técnica

A Informação Científica e Técnica tem por objetivos:

- ▶ Dinamização da organização e disseminação da informação quer ao nível interno quer externo;
- ▶ Divulgação do importante papel do IEPF, I.P. como editor em áreas específicas, nomeadamente as do emprego e da formação profissional.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Melhoria e privilégio de intercâmbios nacionais e internacionais na área da informação/documentação, nomeadamente, prematuras documentais, participação em eventos e ações de formação;
- ▶ Participação em parcerias e projetos de trabalho que visem melhorar e sensibilizar o recurso aos suportes de informação existentes e disponíveis, quer no âmbito das novas tecnologias da informação, quer a nível documental;
- ▶ Formação de pessoal (técnico e administrativo) do Instituto (Serviços Centrais e Regionais);
- ▶ Promoção de contactos com outras entidades, nomeadamente, Casa da Moeda, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Livraria do MTSS. Livrarias municipais, tendo em vista a divulgação das publicações editadas pelo IEPF, I.P.;
- ▶ Tratamento da Informação e Documentação:
 - Aquisição de documentação (monografias, obras de referência, assinaturas de periódicos – mercado nacional e internacional, Diários da República, Jornal Oficial das Comunidades – suporte de papel e informático), em conformidade com o plano anual de aquisições e em resposta às solicitações pontuais do vários serviços;
 - Inventariação/ Aquisição de produtos e respetiva classificação;
 - Tratamento documental (catalogação, indexação, gestão do empréstimo documental, tratamento e conservação), do acervo documental do Instituto;
 - Gestão e manutenção da base de dados de Circulares Informativas;
 - Disponibilização de informação/ documentação;
 - Difusão seletiva da informação;

- Tratamento de documentação disponibilizando a informação de uma forma mais detalhada e acessível e os conteúdos em formato eletrónico;
- Venda de publicações editadas pelo Instituto.

Execução Financeira
€ 13.780,19

5.6.1.2. Atividade Editorial

As revistas *Dirigir* e *Formar* assumem um papel de destaque enquanto recurso didático de apoio à aquisição e ao desenvolvimento de competências de chefias e quadros, bem como de formadores e outros agentes da formação, respetivamente.

Estas publicações têm um carácter especializado, de cariz eminentemente prático, com uma estrutura e conteúdo de acentuado pendor técnico-pedagógico, passíveis de ser utilizadas quer como auxiliares didáticos em diferentes contextos de formação, quer como instrumentos de autoaprendizagem, quer ainda como fórum de debate e reflexão dos técnicos que intervêm no quadro das pequenas e médias empresas ou ao nível das organizações de formação - públicas e privadas. Para além deste carácter mais técnico, procura-se também que estas publicações constituam um veículo de informação sobre o que de mais recente está a ser desenvolvido no âmbito das políticas de gestão e de educação-formação.

DIRIGIR – Revista para Chefias e Quadros

O objetivo central desta revista é o de promover o desenvolvimento de competências de gestão, pretendendo criar condições para a introdução de mudanças estruturais nas empresas, auxiliando-as a aumentar a respetiva competitividade, através da difusão de estudos, pesquisas, documentos e outras matérias de interesse para os dirigentes, chefias, e quadros intermédios das organizações. Como objetivos específicos destacam-se os seguintes:

- ▶ Prolongar os efeitos da formação presencial proporcionada aos gestores e quadros das empresas, em exercício ou candidatos a esse tipo de funções, tendo em conta o papel estratégico que estes desempenham no desenvolvimento dos recursos humanos e das respetivas organizações;
- ▶ Dispor de um instrumento de autoformação para este público-alvo, que facilite o desenvolvimento e a sedimentação das suas capacidades de gestão e se constitua como um elemento catalisador de novas atitudes e comportamentos, criando condições para a introdução de mudanças estruturais nas empresas;
- ▶ Preencher um vazio editorial existente, em matéria de publicações dirigidas a este público específico;
- ▶ Esbater o hiato cultural existente entre as diferentes hierarquias e gerações, no contexto empresarial.

A linha editorial adotada pela Dirigir, caracteriza-se por:

- ▶ Grande rigor e objetividade no tratamento dos temas, evitando grandes abstrações e privilegiando casos práticos e a operacionalização dos conceitos;
- ▶ Estabelecer uma ligação sistemática e permanente entre a teoria e a prática;
- ▶ Recorrer ao estudo de casos e à análise e comentário de situações reais e exemplos de boas práticas, que constituam para os leitores um apoio ao seu trabalho;
- ▶ Informar sobre as prioridades nacionais que visam aumentar a competitividade e o crescimento sustentável;
- ▶ Proporcionar uma leitura fácil e atrativa, através de uma linguagem acessível, sem ser redutora.

FORMAR - Revista dos Formadores

A revista Formar é uma publicação dirigida a todos os profissionais que atuam no âmbito da formação profissional, assumindo-se como um projeto editorial que visa difundir informação, promover o debate e a divulgação dos temas ligados à formação, aos processos técnico-pedagógicos e à melhoria das práticas pedagógicas. A linha editorial da Formar pretende privilegiar uma relação de grande proximidade com todos os formadores, gestores de formação e todos os profissionais que intervêm nas áreas ligadas à qualificação e certificação profissional focalizando-se na evolução das mais recentes tendências nacionais e europeias dos temas de educação-formação e da aprendizagem ao longo da vida, das abordagens teóricas e das metodologias que imprimem ao processo de formação uma dinâmica pedagógica particular.

Como objetivos gerais salientam-se os seguintes:

- ▶ Prolongar os efeitos da formação presencial proporcionada aos formadores e outros quadros de formação, tendo em vista a melhoria do seu desempenho e da qualidade da formação ministrada;
- ▶ Disponibilizar a todos quantos trabalham na formação um instrumento de autoformação que permita e facilite a reciclagem dos seus conhecimentos didáticos, uma melhoria das suas práticas pedagógicas e uma permanente atualização;
- ▶ Preencher a lacuna editorial existente, no que se refere a publicações destinadas a este público-alvo;
- ▶ Criar novas dinâmicas de formação, mais pró-ativas e diferenciadas, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, atenta à evolução, quer dos paradigmas culturais, quer dos públicos, face aos novos e permanentes desafios que se colocam.

A linha editorial adotada pela Formar visa:

- ▶ Ser acessível na abordagem dos temas, sem ser simplista;
- ▶ Incluir conteúdos diversificados, que respondam às preocupações, tanto ao nível da gestão e organização da formação, como da sua operacionalização, com um enfoque especial na vertente pedagógico-didática;

- ▶ Para além dos temas técnicos, em função do tema central definido para cada número da revista, pretende-se introduzir temas mais abrangentes e de maior divulgação, nomeadamente novas prioridades governamentais no âmbito da educação/formação; bem como uma maior divulgação de eventos/ boas práticas do IEFP, I.P., na perspetiva de lhes conferir maior visibilidade;
- ▶ Valorizar a criação de elos de ligação e comunicação entre os formadores, estimulando a sua participação ativa;
- ▶ Ser dinâmica, aberta ao exterior e à troca de experiências nacionais e internacionais.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ No ano de 2011 só se editaram 3 revistas, pelo que a revista DIRIGIR relativa ao 3.º e 4.º trimestre de 2011, foi editada em número duplo, mantendo-se desta forma a periodicidade trimestral. Foram editados 3 números com uma tiragem média de 21.000 exemplares por revista, a saber:
 - N.º 113 (jan/mar) – Tempos Difíceis, Soluções Urgentes;
 - N.º 114 (abr/jun) – Os Custos do Consumismo;
 - N.º 115/116 (jul/dez) – Ambiente: Sustentabilidade e Desenvolvimento Económico;
- ▶ Manutenção da periodicidade trimestral da revista FORMAR, com a edição de 3 números, sendo o último número duplo, com uma tiragem média de 11.000 exemplares por revista. Foram publicados e disponibilizados no portal do IEFP, I.P. os seguintes números da revista:
 - N.º 74 (jan/mar) – Orientação ao Longo da Vida;
 - N.º 75 (abr/jun) – Formação Modular;
 - N.º 76 /76 (jul/dez) – Competências de Gestão PME;
- ▶ Ao nível editorial da DIRIGIR, procurou-se manter o rigor e objetividade no tratamento dos temas, evitando grandes abstrações e privilegiando casos práticos e a operacionalização dos conceitos, estabelecendo uma ligação sistemática e permanente entre a teoria e a prática. Procurou-se, igualmente, informar sobre as prioridades nacionais que visam aumentar a competitividade e o crescimento sustentável;
- ▶ Ao nível editorial da revista FORMAR foi privilegiado:
 - Uma maior acessibilidade na abordagem dos temas;
 - A introdução de conteúdos diversificados, que respondessem às preocupações, tanto ao nível da gestão e organização da formação, como da sua operacionalização, com um enfoque especial na vertente pedagógico-didática;
 - Para além dos temas técnicos, em função do tema central definido para cada número da revista, procurou-se introduzir temas mais abrangentes e de maior divulgação, nomeadamente novas prioridades governamentais no âmbito da educação/formação, bem como uma maior divulgação de eventos/ boas práticas do IEFP, I.P., na perspetiva de lhes conferir maior visibilidade;

- A criação de elos de ligação e comunicação entre os formadores, estimulando a sua participação ativa;
- ▶ Realizaram-se 4 reuniões do Conselho Editorial da revista *Dirigir* e 3 do Conselho Editorial da revista *Formar* tendo sido analisados os temas seleccionados para editar em 2011 e no 1.º trimestre de 2012;
- ▶ No sentido de alcançar uma melhor racionalização de custos e uma gestão mais eficaz e atualizada das bases de dados de assinantes das revistas *Dirigir* e *Formar*, foram desenvolvidos procedimentos no sentido da atualização dos dados existentes;
- ▶ Foi realizado, no dia 1 de março, no Museu do Azulejo, o Encontro Comemorativo dos 20 anos da revista *FORMAR*, do qual se destaca:
 - A organização do debate de reflexão sobre os 20 anos da revista *FORMAR*, a pertinência e os objetivos de uma revista desta natureza, numa perspetiva de identificação das melhores formas de continuar a corresponder ao interesse, às expectativas e às necessidades profissionais dos leitores e assinantes da revista;
 - A apresentação e distribuição do Livro Comemorativo dos 20 anos da *Formar*: “Que Formação para o Séc. XXI?”, composto por uma coletânea de textos das 72 revistas editadas entre outubro de 1990 e agosto de 2010;

▶ **Justificação de Desvios**

A revista *Formar* comemorou o seu 20.º aniversário em novembro de 2010 e havia sido decidido realizar um Encontro Comemorativo dos 20 Anos da revista *Formar* nessa data, em simultâneo com a publicação de um Livro Comemorativo. No entanto, e apesar do Livro Comemorativo ter sido editado em novembro de 2010, foi superiormente decidido que o Encontro Comemorativo apenas se deveria realizar no 1.º trimestre de 2011 e só nessa data se distribuiria o Livro. Esta decisão teve subjacente o facto de, em finais de novembro e início de dezembro, terem ocorrido uma série de eventos e se considerar que não seria oportuna a realização do Encontro nessa data, tendo sido reprogramado para o início de 2011, o que veio a acontecer.

Execução Financeira
€ 82.027,23

5.6.1.3. Informação Interna

Promover o acesso à informação aos utentes internos através, nomeadamente, do conhecimento das dinâmicas da instituição, facilitando a criação/manutenção da cultura organizacional.

▶ **Ações Desenvolvidas**

- ▶ Divulgação de Circulares Informativas;
- ▶ Difusão de outro tipo de informação;
- ▶ Atualização da base de dados notícias no Portal do IEFP, I.P.;

- ▶ Assegurar a gestão do *clipping* eletrónico com as notícias diárias publicadas na comunicação social;
- ▶ Divulgação das iniciativas e projetos do IEFP, I.P. através da *intranet* e de eventos dirigidos aos públicos internos;
- ▶ Reprodução / Impressão de documentos- foram reproduzidas 345.277 fotocópias/impressões a preto e branco e 180.051 a cores
- Realização de trabalhos de impressão de produtos informativos/ divulgação institucional;
- Execução de trabalhos de reprografia por solicitação das diversas unidades orgânicas;
- Preparação de documentos para encadernação (alceamento, acerto e serrotagem);
- Acabamentos finais (encadernação).

Execução Financeira
€ 10.922,40

5.7.

GESTÃO DE CENTROS

- ▶ **Promover a capacidade de intervenção do IEFP, I.P. no mercado de trabalho através de uma melhoria funcional dos Centros de Emprego, de Formação Profissional (de Gestão Direta e Participada), de Reabilitação Profissional e de emprego protegido, enquanto instrumentos fundamentais para a execução da política do emprego e da formação profissional.**

5.7.1. GESTÃO DE CENTROS

5.7.1.1. Centros de Emprego

É função dos Centros de Emprego promover a capacidade de atuação do Instituto no mercado de trabalho, enquanto instrumento fundamental para a execução da política de emprego.

A par da implementação de um conjunto diversificado de projetos estruturais centrados na disponibilização de canais alternativos de acesso aos serviços e na melhoria qualitativa dos sistemas de informação existentes, têm vindo a ser desenvolvidas diversas iniciativas com vista à melhoria funcional destas unidades orgânicas locais, aos seguintes níveis:

- ▶ Racionalização da atividade dos Centros, mediante, designadamente, a libertação de recursos alocados a funções eminentemente de suporte para processos de maior valor acrescentado, através da promoção de projetos como as Unidades de Serviços Partilhados (USP) e o Sistema de Gestão de Candidaturas (SGC), implementados em novembro de 2008 e março de 2009, respetivamente;
- ▶ Reorganização funcional, espacial e de imagem, através da adoção, em maio de 2009, de um novo modelo de funcionamento visando, essencialmente, promover a qualidade do atendimento prestado e responder de forma eficaz e eficiente às necessidades dos candidatos a emprego e das entidades empregadoras, diminuindo, assim, o fluxo de utentes nos Centros de Emprego;
- ▶ Efetiva promoção da proximidade entre o serviço público de emprego e as entidades empregadoras, mediante a criação, no final de 2010, de um novo Núcleo orientado, fundamentalmente, para a realização de atividades de prospeção e acompanhamento - que são, desta forma, autonomizadas do restante atendimento.

Durante o ano de 2011, foram desenvolvidas atividades tendentes à melhoria da eficácia dos centros de emprego, nomeadamente através da introdução de melhorias ao nível dos sistemas de informação, paralelamente ao acompanhamento e monitorização das iniciativas já implementadas, assim como da atividade regular dos Centros e das respetivas estruturas de apoio.

▶ Ações Desenvolvidas

- ▶ Início do desenvolvimento de um quadro de indicadores de atividade e de desempenho comparáveis;
- ▶ Desenvolvimento de estudos de reorganização e racionalização da rede de centros de emprego;
- ▶ Implementação de reafecção de concelhos das áreas geográficas de intervenção de alguns centros de emprego, por forma a aproximar das NUT III;
- ▶ Disponibilização de instrumentos que permitam um aumento da penetração no mercado de trabalho e uma maior eficácia ao nível do ajustamento;
- ▶ Acompanhamento da atividade dos Centros de Emprego e dos balcões de atendimento, nomeadamente, da sua intervenção junto de utentes e entidades empregadoras;
- ▶ Monitorização da qualidade dos registos, ao nível do tratamento da oferta e da procura;
- ▶ Reforço da articulação com entidades parceiras.

Execução Financeira

€ 9.044.820,83

5.7.1.2. Ninhos de Empresas

Os Ninhos de Empresas são estruturas que têm por finalidade promover o empreendedorismo, disponibilizando a novas empresas de pequena dimensão, mas com potencial em termos de criação sustentada de emprego, um espaço físico para o exercício da sua atividade, nos primeiros anos de funcionamento.

Embora a gestão operacional dos Ninhos de Empresas seja assumida pelo IEFP, I.P., estas estruturas resultam do estabelecimento de parcerias com outros organismos relevantes a nível local e regional, assentes na promoção de mais e melhor emprego e no apoio à inovação e diversificação das atividades económicas.

O apoio à incubação é complementado por diversas valências de apoio técnico e pelo acompanhamento das empresas instaladas, visando a sua consolidação e uma autonomização progressiva, condições necessárias para uma afirmação plena no exterior, após a saída do Ninho de Empresas.

O período de incubação das novas empresas é, em regra, de três anos (prorrogável até mais dois anos, em situações excecionais), sendo considerados prioritários os projetos enquadrados por programas de apoio à criação de emprego desenvolvidos pelo IEFP, I.P..

5.7.1.3. Centros de Formação Profissional

O IEFP, I.P., através da sua rede de Centros de Formação Profissional, tem como missão a promoção de programas, medidas e instrumentos, tendo em vista o aumento do nível de qualificação e de escolaridade dos diferentes públicos-alvo, designadamente, atuando em duas vertentes:

- ▶ No desenvolvimento de medidas destinadas à (re)adaptação dos recursos humanos às alterações da tecnologia e organizacionais em curso;
- ▶ Na intervenção junto dos públicos particularmente vulneráveis a situações de exclusão social.

No novo modelo de gestão dos Centros de Formação Profissional (CFP), foram equacionadas as condições com vista a permitir:

- ▶ A promoção de uma eficiente articulação dos CFP de Gestão Direta com outras estruturas que contribuem para um sustentado incremento da política de qualificação, dando-se especial relevo às relações CFP de Gestão Direta e Centros de Emprego, CFP de Gestão Direta e CFP de Gestão Participada e outras entidades formadoras;
- ▶ A promoção da utilização de sistemas de informação que facilitem interfaces múltiplas, atendendo aos modelos de gestão da formação que se organizam de forma flexível e exigem formas de monitorização e acompanhamento dos processos e dos resultados cada vez mais regulares;
- ▶ A consolidação da integração dos Centros Novas Oportunidades (CNO) na estrutura dos CFP, criando as condições físicas, técnicas e de recursos humanos facilitadoras do acesso generalizado dos adultos à procura de qualificação e de novas oportunidades de formação;
- ▶ A criação de condições de resposta adequada aos públicos que se dirigem ao CFP, através da generalização da implementação do front office em todos os Centros de Formação Profissional.

O modelo teve também presente a formação do quadro dos recursos humanos dos CFP, na sequência da identificação dos perfis dos intervenientes e do respetivo conteúdo funcional, tendo em vista estratégias de formação destinadas a facilitar e melhorar o seu desempenho profissional e a criar uma atitude que facilite uma resposta da organização aos atuais desafios.

Execução Financeira
€ 21.238.716,45

5.7.1.4. Centros de Reabilitação Profissional

O objetivo principal do Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão (CRPA) é o de garantir a todos os utentes as condições de formação profissional necessárias à sua (re)inserção no mercado de trabalho, mas, sendo a única unidade orgânica do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. de gestão direta dedicada à reabilitação profissional, desenvolve um projeto de formação inclusiva, que junta no mesmo espaço utentes com e sem deficiências ou incapacidades, das mais diversas idades e experiências pessoais e profissionais, permitindo uma real igualdade de oportunidades aos utentes, para uma efetiva integração social e profissional de todos. Estão atribuídas competências ao CRPA que o caracterizam como o Centro que, a par da atividade de formação profissional que desenvolve, idêntica aos demais Centros de Formação Profissional, desenvolve também uma atividade de avaliação, orientação, formação e readaptação ao trabalho de Pessoas com Deficiência e Incapacidade (PCDI).

Execução Financeira
€ 605.632,85



D6

AUDITORIA, CONTENCIOSO

E APOIO JURÍDICO

6.

AUDITORIA, CONTENCIOSO E APOIO JURÍDICO

6.1.

AUDITORIA

- ▶ **Examinar e avaliar a atividade das unidades orgânicas do IEFP, I.P., a nível central e regional, na perspetiva do cumprimento de política, planos, procedimentos, leis e regulamentos e da utilização económica e eficiente dos recursos humanos, técnicos, físicos e financeiros, bem como dos sistemas de controlo interno instituídos, com vista a assegurar uma maior eficácia no seu funcionamento, recorrendo, para o efeito, a auditorias de gestão, de acompanhamento e averiguações.**

- ▶ **Examinar e avaliar os procedimentos técnicos e financeiros das entidades apoiadas pelo IEFP, I.P., nos termos da Lei, por força do disposto na norma da alínea o) do artigo 14º da Portaria n.º 637/2007 de 30 de Maio, que determina os estatutos do IEFP, I.P..**

▶ **Ações Desenvolvidas**

▶ Auditorias à Gestão Corrente

As auditorias à gestão corrente consistem na avaliação e controlo da atividade de uma determinada entidade/unidade orgânica e no exame dos procedimentos técnicos e financeiros existentes, bem como, na apreciação da eficácia do sistema de controlo interno instituído.

- Centro de Emprego de Abrantes;
- Centro de Emprego de Valença;
- Centro de Emprego do Barreiro;
- Centro de Emprego e Formação Profissional de Portimão;
- Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia;
- Centro de Formação de Coimbra;
- Centro de Formação Profissional de Braga;
- Centro de Formação Profissional de Sintra;
- CENJOR (Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas);
- CEPRA (Centro Protocolar de Formação Profissional da Reparação Automóvel).

▶ Auditorias Operacionais;

As auditorias operacionais incidem sobre operações, produtos, programas, projetos, recursos ou sistemas, independentemente das entidades de estrutura onde se executam as atividades auditadas.

- Gestão de Armazéns;
- Programa de Estímulo à Oferta de Emprego – Iniciativas Locais de Emprego;
- Programa Estágios Profissionais;
- Serviço de Atendimentos nos Centros de Emprego.

▶ Auditorias de Acompanhamento;

As auditorias de acompanhamento, também conhecidas de *follow-up*, baseiam-se na aferição do grau de implementação das recomendações proferidas pela Auditoria e que merecem aprovação do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., após determinado prazo.

- Centro de Formação Profissional de Aveiro.

▶ Averiguações Técnicas;

As averiguações técnicas são decididas pelo Conselho Diretivo do IEFP, I.P. a partir de ocorrências especiais, problemas ou situações irregulares e com objetivos bem delimitados.

- AEEP (Associação Empresarial de Paços de Ferreira);
- Centro de Emprego de Felgueiras;
- Centro de Emprego de Lamego;
- Centro de Emprego de Torres Vedras;
- CINCORK (Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça);
- CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia).

6.2.

CONTENCIOSO E APOIO JURÍDICO

- ▶ **Prestar apoio à fundamentação legal da atividade do Conselho Diretivo e à produção normativa interna, assegurar a defesa judicial e extrajudicial dos interesses do IEFP, I.P. e colaborar no exercício da ação disciplinar.**

▶ **Ações Desenvolvidas**

Pela Estrutura de Projeto de Apoio Contencioso e Disciplinar

- ▶ Colaboração na preparação de projetos de diplomas relacionados com a atividade do IEFP, I.P.;
- ▶ Assegurar o exercício do mandato de representação judicial do IEFP, I.P. nos processos em que este seja parte interessada, nos termos do mandato conferido pelo Conselho Diretivo;
- ▶ Promoção da composição amigável de conflitos, de acordo com instruções emanadas pelo Conselho Diretivo;
- ▶ Instrução de processos de averiguação de inquérito e disciplinares, a solicitação do Conselho Diretivo;
- ▶ Tratamento das inúmeras penhoras de créditos emanadas pelos Serviços de Finanças, Solicitadores de Execução, Segurança Social e Tribunais;
- ▶ Acompanhamento aos Centros de Emprego na preparação da pronúncia e organização dos processos administrativos para as ações judiciais instauradas pelo IEFP, I.P. de atos dos próprios Centros de Emprego.

Pelo Núcleo de Apoio Jurídico

- ▶ Prestação de apoio técnico-jurídico à fundamentação legal das atividades do Conselho Diretivo e à produção normativa interna;
- ▶ Apoio e coordenação das atividades de natureza jurídica dos Serviços de Coordenação das Delegações Regionais, por forma a garantir a uniformidade técnico-jurídica das diversas matérias submetidas a decisão do Conselho Diretivo;
- ▶ Elaboração de pareceres e informações de natureza técnico-jurídico-sobre quaisquer questões ou processos submetidos à sua apreciação;
- ▶ Colaboração na preparação de projetos de diplomas relacionados com a atividade do IEFP, I.P.;
- ▶ Participação, em articulação com os serviços técnicos envolvidos, na elaboração de circulares, regulamentos ou outros documentos de natureza normativa interna;
- ▶ Apoio e acompanhamento no terreno, sempre que se revele necessário, dos auditores nas respetivas averiguações técnicas.

E



OUTROS DADOS DE GESTÃO

1.

EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO DO IEFP, I.P.

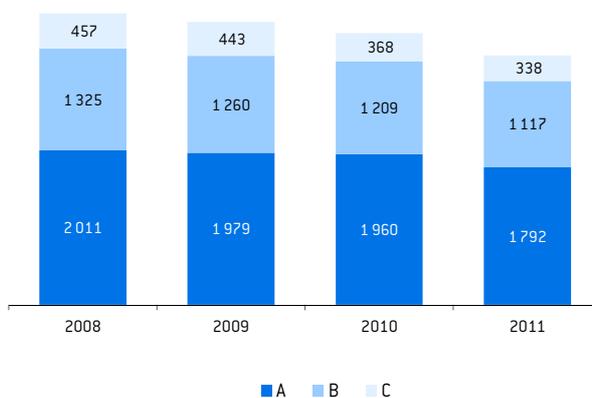
Os Quadros 1 a 5 apresentam, para o período 2008/2011, a evolução do número de efectivos ao serviço em função de (1) carreiras (2008/2011), (2) grupo etário, (3) nível de escolaridade, (4) vínculo contratual e (5) carreiras – 2011, respetivamente.

Uma análise global dos referidos Quadros evidencia, para o período supracitado, que o número total de efectivos registou uma variação negativa de 14,4% no período em análise.

Quadro nº 1 - DISTRIBUIÇÃO DO EFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP POR CARREIRAS 2008/2011

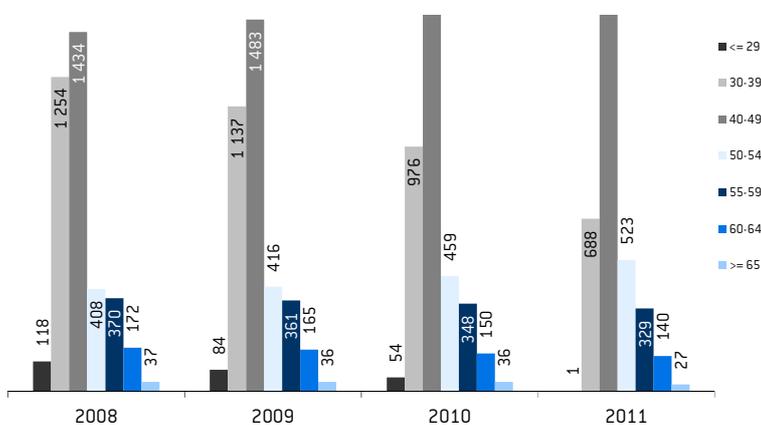
	CARREIRA	2008	2009	2010	2011
A	Técnico Superior	1 206	1 161	1 134	895
	Técnico Superior (a)		39	37	151
	Conselheiro de Orientação Profissional	248	248	246	245
	Técnico de Emprego	359	345	354	328
	Técnico de Formação	117	111	113	102
	Técnico	81	75	76	71
B	Técnico Administrativo	914	805	784	738
	Assistente Técnico (a)		77	64	54
	Assistente Operacional (a)		41	34	26
	Auxiliar Administrativo	50	29	28	26
	Telefonista	42	29	28	27
	Motorista	110	101	97	90
	Outras Carreiras	209	178	174	156
C	Dirigentes	183	176	172	165
	Chefias	274	267	196	173
TOTAL A+B+C		3 793	3 682	3 537	3 247

Gráfico 1 - DISTRIBUIÇÃO DO EFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP, I.P.



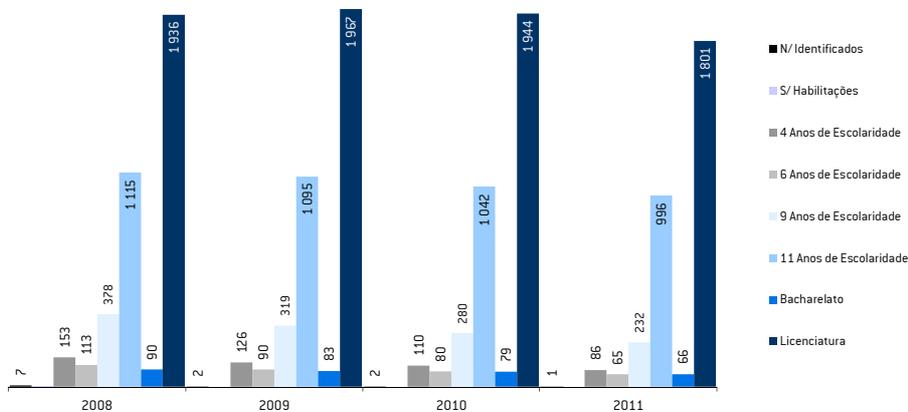
Quadro nº 2 - GRUPO ETÁRIO

GRUPO ETÁRIO	2008	2009	2010	2011
<= 29	118	84	54	1
30-39	1 254	1 137	976	688
40-49	1 434	1 483	1 514	1 539
50-54	408	416	459	523
55-59	370	361	348	329
60-64	172	165	150	140
>= 65	37	36	36	27
TOTAL	3 793	3 682	3 537	3 247

Gráfico nº 2 - GRUPO ETÁRIO**Quadro nº 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2008	2009	2010	2011
N/ Identificados	7	2	2	1
S/ Habilitações	1			
4 Anos de Escolaridade	153	126	110	86
6 Anos de Escolaridade	113	90	80	65
9 Anos de Escolaridade	378	319	280	232
11 Anos de Escolaridade	1 115	1 095	1 042	996
Bacharelato	90	83	79	66
Licenciatura	1 936	1 967	1 944	1 801
TOTAL	3 793	3 682	3 537	3 247

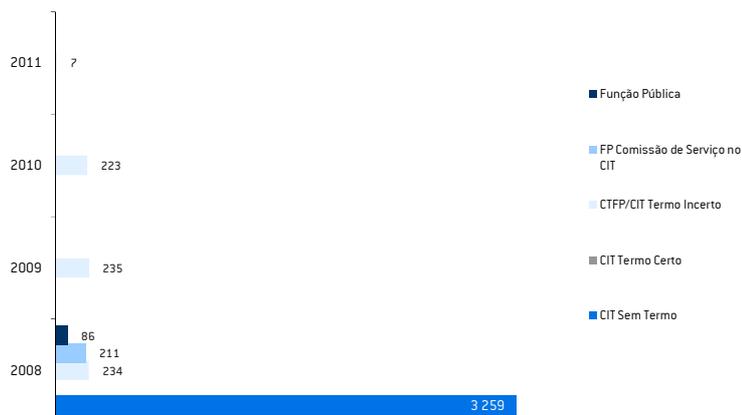
Gráfico nº 3 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE



QUADRO 4 - VÍNCULO CONTRATUAL

TIPO DE VÍNCULO	2008	2009	2010	2011
CTFP Tempo Indeterminado		3 328	3 209	3 155
Comissão de Serviço		7	2	2
Mobilidade Interna		112	103	83
CIT Sem Termo	3 259			
CIT Termo Certo	3			
CTFP/CIT Termo Incerto	234	235	223	7
FP Comissão de Serviço no CI	211			
Função Pública	86			
TOTAL	3 793	3 682	3 537	3 247

Gráfico nº 4 - VÍNCULO CONTRATUAL



Quadro nº 5 - DISTRIBUIÇÃO DO EFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP POR CARREIRAS 2011

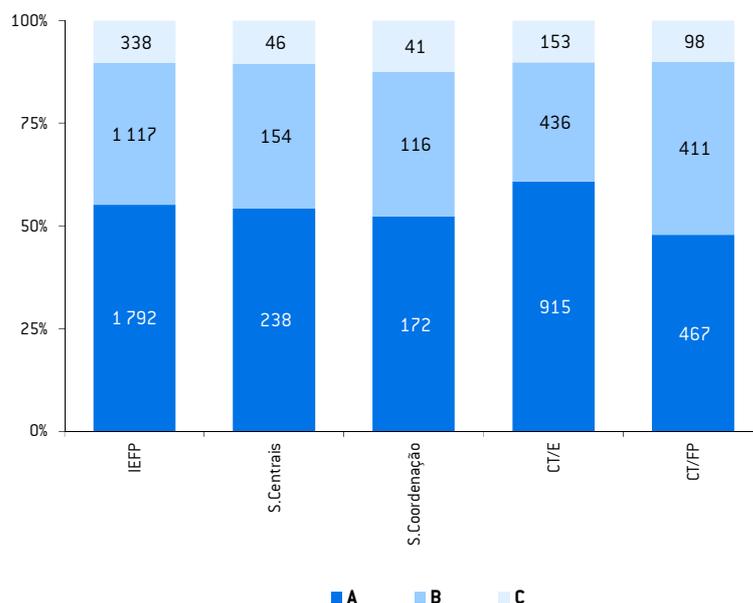
31 de Dezembro de 2011

CARREIRA	IEFP	S.Centrais (1)	S.Coordenação	CT/E	CT/FP (2)
A					
Técnico Superior	895	187	139	372	197
Técnico Superior (a)	151	22	6	99	24
Conselheiro de Orientação Profissional	245	3	11	140	91
Técnico de Emprego	328	7	7	295	19
Técnico de Formação	102	2	2		98
Técnico	71	17	7	9	38
(% TS, COP, TE, TF, T)	61,6%	60,7%	59,7%	67,7%	53,2%
B					
Técnico Administrativo	738	97	89	324	228
Assistente Técnico (a)	54	17	4	21	12
Assistente Operacional (a)	26	1		11	14
Auxiliar Administrativo	26	3	2	9	12
Telefonista	27	3	3	12	9
Motorista	90	7	9	44	30
Outras Carreiras	156	26	9	15	106
(% Restantes Carreiras)	38,4%	39,3%	40,3%	32,3%	46,8%
SUB-TOTAL A+B	2 909	392	288	1 351	878
C					
Dirigentes	165	22	36	74	33
Chefias	173	24	5	79	65
SUB-TOTAL C	338	46	41	153	98
TOTAL A+B+C	3 247	438	329	1 504	976

(a) Carreiras gerais. Lei n.º 12-A/2008.

1) Inclui Centros Mistos e Centros de Reabilitação Profissional.

Gráfico 5 - DISTRIBUIÇÃO DO EFECTIVO AO SERVIÇO DO IEFP POR CARREIRA 2011



2.

LEGISLAÇÃO REFERENTE AO IEFP, I.P., PUBLICADA EM 2011

PROGRAMAS E MEDIDAS EMPREGO

Portaria nº 42/2011, de 19 de janeiro

Cria e Regulamenta o Programa SOCIAL INVEST destinado a incentivar o desenvolvimento de atividades de natureza social e solidária das entidades que integram o setor social.

Portaria nº 58/2011 de 28 de janeiro

Altera o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE) criado inicialmente pela Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, introduzindo alterações nos montantes máximos das operações no âmbito da linha de crédito MICROINVEST, e, alargando esta linha de crédito ao Programa Nacional de Microcrédito.

Portaria nº 70/2011, de 9 de fevereiro

Altera para um máximo de €500.000 o limite dos Auxílios de Minimus.

Portaria nº 92/2011, de 28 de fevereiro

Publica o Programa Estágios Profissionais consignado anteriormente pela Portaria n.º 129/2009, de 31 de janeiro, revogando ainda a Portaria n.º 127/2010, de 1 de março que regulamentava os Estágios de Formações Qualificantes de Níveis 3 e 4 e a Portaria n.º 128/2010 de 1 de março que regulamentava a medida Estágios de Qualificação Emprego – estas três Portarias por sua vez já tinham sido alteradas pela Portaria n.º 681/2010, de 12 de agosto.

Portaria nº 110-A/2011, de 16 de março

Altera a medida INOV-ART através de diversas alterações à Portaria n.º 1103/2008, de 2 de outubro.

Portaria nº 148/2011, de 8 de abril

Altera a medida INOV-EXPORT através de diversas alterações à Portaria n.º 238/2010, de 29 de abril.

Portaria nº 164/2011, de 18 de abril

Promove a revisão dos Contratos Emprego Inserção através de diversas alterações à Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro e Portaria n.º 294/2010, de 31 de maio.

Despacho nº 7131/2011, de 3 de maio

Promulga o pagamento por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego (CPE), definindo os procedimentos e a articulação entre os serviços do IEFP, I.P. e os serviços dos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social.

Lei nº 24/2011 de 16 de junho

Altera o DL nº 290/2009, de 12 de Outubro, reformulando o sistema de prestação de apoio aos Centros de Emprego Protegido e aos decorrentes de Contratos de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras.

Decreto-Lei nº 92/2011, de 27 de junho

Criação do Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP), revogando, entre outros diplomas, as Bolsas de Formação de Iniciativa do Trabalhador tituladas pelo Despacho Normativo n.º 86/92, de 5 de junho.

RCM nº 54/2011, de 7 de Dezembro

Consagra o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação (+E+I), que enquadrará a política pública nesta matéria.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CERTIFICAÇÃO**Despacho nº 978/2011, 12 de janeiro**

Caracterização dos níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificação (QNQ).

Portaria n.º 199/2011, de 19 de maio

Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), retificada pela Declaração de Retificação n.º 20/2011, de 13 de julho.

Portaria n.º 211/2011, de 26 de maio

Regula a certificação de competências profissionais resultantes do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, nomeadamente em contextos de trabalho.

Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio

Estabelece o regime da formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvem a sua atividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).

Portaria n.º 236/2011, de 15 de junho

Regula o processo de acreditação dos avaliadores externos e da atividade por estes desenvolvida no âmbito dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências desenvolvidos pelos centros novas oportunidades.

Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho

Cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões (SRAP).

Despacho n.º 12987/2011, de 29 de setembro

Define a composição da Comissão de Regulação do Acesso a Profissões.

Despacho n.º 13875/2011, 17 de outubro

Designação dos membros da Comissão de Regulação do Acesso a Profissões.

Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março, que define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares previstos no Decreto -Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

Despacho nº 16842/2011, 15 de dezembro

Fixação do montante a atribuir a título de bolsa de material de estudo para o ano escolar de 2011-2012.

DEFICIENTES, INCAPACIDADE E REABILITAÇÃO

Decreto-Lei n.º 42/2011, 23 de março

Define um regime transitório do financiamento dos produtos de apoio a pessoas com deficiência e da identificação da lista desses produtos e altera o Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril, que cria o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária.

Lei n.º 24/2011, 16 de junho

Altera o Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro e reforça os apoios concedidos aos centros de emprego protegido e às entidades que promovem programas de emprego apoiado.

Despacho n.º 17059/2011, 21 de dezembro

Define a verba global a afetar ao financiamento dos produtos de apoio durante o ano de 2011 participada pelo Ministério da Economia e do Emprego, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

POPH

Despacho n.º 16910/2011, D.R. n.º 240, Série II de 16 de dezembro

Fixa o valor máximo do indicador de custo por hora e por formando, na modalidade de formação "cursos de ensino artístico especializado".

Despacho n.º 16 842/2011, D.R. n.º 239, Série I de 15 de dezembro

Fixação do montante a atribuir a título de bolsa de material de estudo para o ano escolar de 2011-2012.

Portaria nº 283/2011, DR nº 204, I Série, de 24 de outubro

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 230/2008, de 7 de março, que define o regime jurídico dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA) e das Formações Modulares Certificadas previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro.

Despacho n.º 13485/2011, D.R. n.º 194, Série II de 10 de outubro

Alteração ao despacho que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.2 "Cursos de educação e formação de adultos".

Despacho n.º 13484/2011, D.R. n.º 194, Série II de 10 de outubro

Alteração ao despacho que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.3 "Formações modulares certificadas".

Despacho n.º 13105/2011, D.R. n.º 189, Série II de 30 de setembro

Alteração ao despacho do regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 4.3, eixo prioritário n.º 4 "Formação Avançada".

Despacho n.º 13104/2011, D.R. n.º 189, Série II de 30 de setembro

Alteração ao Regulamento Específico da tipologia de intervenção n.º 6.11 "Programas Integrados de promoção do sucesso educativo".

Despacho n.º 8637/2011, D.R. n.º 121, Série II de 27 de junho

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 224/2008, de 8 de julho que aprovou o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 1.2 - Cursos profissionais, do Eixo 1, bem como das correspondentes tipologias de intervenção do Eixo 8 - Algarve e transitoriamente do Eixo 9 – Lisboa.

Despacho n.º 8189/2011, D.R. n.º 112, Série II de 9 de junho

Alteração do regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 229/2008, de 8 de julho que aprovou o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Tipologia de Intervenção 2.1 - Reconhecimento, validação e certificação de competências, do Eixo 2, bem como das correspondentes tipologias de intervenção do Eixo 8 - Algarve e Eixo 9 – Lisboa.

Declaração de retificação n.º 949/2011, D.R. n.º 107, Série II de 2 de junho

Retifica o texto do despacho n.º 6562/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 79, de 21 de abril de 2011.

Declaração de retificação n.º 948/2011, D.R. n.º 107, Série II de 2 de junho

Retifica o texto do despacho n.º 5129/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 59, de 24 de março de 2011.

Despacho n.º 7130/2011, D.R. n.º 91, Série II de 11 de maio

Altera o despacho n.º 15606/2009, de 9 de Julho, que aprovou o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 7.4 "Apoio a projetos de formação para públicos estratégicos" do eixo n.º 7 "Igualdade de género" do POPH.

Despacho n.º 6562/2011, D.R. n.º 79, Série II de 21 de abril

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18370/2008, de 9 de julho, que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 4.1 - Bolsas de formação avançada, do eixo 4.

Despacho n.º 5815/2011, D.R. n.º 66, Série II de 4 de Abril

Definição do novo valor máximo referente ao indicador de custo por hora e por formando para a tipologia "cursos profissionais" (revoga o despacho n.º 21 258/2008 de 4 de Dezembro).

Despacho n.º 5129/2011, D.R. n.º 59, Série II de 24 de Março

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 367/2008 de 9 de julho, que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 4.3 - Bolsas e programas para estudantes do ensino superior, do eixo 4.

Despacho n.º 5128/2011, D.R. n.º 59, Série II de 24 de Março

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 368/2008 de 9 de julho, que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 4.2 - Promoção do emprego científico, do eixo 4.

Despacho n.º 3435/2011, D.R. n.º 36, Série II de 21 de fevereiro

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 224/2008 de 8 de Julho, que define o sistema de aprendizagem do eixo n.º 1, "Qualificação inicial de jovens", do POPH.

Despacho n.º 3434/2011, D.R. n.º 36, Série II de 21 de fevereiro

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 365/2008, de 9 de julho, que define o regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 6.11, "Programas integrados de promoção do sucesso educativo", do eixo n.º 6, "Cidadania, inclusão e desenvolvimento social", do POPH.

Despacho Normativo n.º 2/2011, D.R. n.º 30, Série II de 11 de fevereiro

Alteração ao despacho normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro, que fixa a natureza e os limites máximos de custos considerados elegíveis para efeitos de cofinanciamento pelo FSE.

Despacho n.º 1402/2011, de 17 de janeiro

Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18 228/2008, de 8 de Julho, que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção 1.3 - Cursos de educação e formação de jovens, do Eixo 1, bem como da correspondente tipologia de intervenção do Eixo 8 – Algarve.

SERVIÇOS E ESTRUTURA

Deliberação (extrato) n.º 11/2011. DR 2 SÉRIE II de 2011-01-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.
Nomeação, em regime de substituição, de chefes de serviço de unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Norte.

Deliberação (extrato) n.º 12/2011. DR 2 SÉRIE II de 2011-01-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.
Nomeação, em regime de substituição, de chefes de serviço de unidades orgânicas locais da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Deliberação (extrato) n.º 13/2011. DR 2 SÉRIE II de 2011-01-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.
Nomeia, em regime de substituição, chefes de serviço de unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Centro.

Deliberação (extrato) n.º 14/2011. DR 2 SÉRIE II de 2011-01-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.
Nomeia, em regime de substituição, chefes de serviço de unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Algarve.

Deliberação (extrato) n.º 15/2011. DR 2 SÉRIE II de 2011-01-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.
Nomeação, em regime de substituição, de chefes de serviço de unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Alentejo.

Deliberação n.º 163/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda, da Delegação Regional do Centro.

Deliberação (extrato) n.º 164/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Formação Profissional de Castelo Branco da Delegação Regional do Centro.

Deliberação n.º 165/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão de Formação Profissional da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional do Centro, cargo de direção intermédia do 2.º grau.

Deliberação n.º 166/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão Financeira da Direção de Serviços de Gestão da Delegação Regional do Centro, cargo de direção intermédia do 2.º grau.

Deliberação n.º 167/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, da Delegação Regional do Centro.

Deliberação n.º 168/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Emprego da Figueira da Foz da Delegação Regional do Centro.

Deliberação n.º 169/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico e Administrativo da Direção de Serviços de Gestão da Delegação Regional do Centro, cargo de direção intermédia do 2.º grau.

Deliberação n.º 170/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão de Formação Profissional da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional do Norte, cargo de direção intermédia do 2.º grau.

Deliberação n.º 171/2011. DR 11 SÉRIE II de 2011-01-17

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Deliberação do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. - nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Formação Profissional de Coimbra da Delegação Regional do Centro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011. DR 12 SÉRIE I de 2011-01-18

Presidência do Conselho de Ministros

Aprava o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013.

Deliberação n.º 183/2011. DR 13 SÉRIE II de 2011-01-19

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de chefe de divisão Financeira da Direção de Serviços de Gestão da Delegação Regional do Norte, cargo de direção intermédia de 2.º grau

Despacho n.º 1906/2011. DR 18 SÉRIE II de 2011-01-26

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Designação do licenciado Francisco Caneira Madelino para integrar o Conselho Nacional para a Economia Social [CNES].

Portaria n.º 79/2011. DR 36 SÉRIE I de 2011-02-21

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à extinção do CEQUAL - Centro de Formação Profissional para a Qualidade e define os procedimentos a observar, bem como o destino dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais

Portaria n.º 80/2011. DR 36 SÉRIE I de 2011-02-21

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à extinção do CRISFORM - Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria e define os procedimentos a observar, bem como o destino dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

Portaria n.º 81/2011. DR 36 SÉRIE I de 2011-02-21

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à extinção do CINÁGUA - Centro de Formação Profissional para a Indústria de Engarrafamento de Águas e Termalismo e define os procedimentos a observar, bem como o destino dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

Deliberação n.º 550/2011. DR 40 SÉRIE II de 2011-02-25

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Deliberação do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. - nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Formação Profissional de Águeda da Delegação Regional do Centro, cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Decreto-Lei n.º 29-A/2011. DR 42 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2011-03-01

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2011.

Deliberação n.º 588/2011. DR 42 SÉRIE II de 2011-03-01

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeia o licenciado José Domingos Sanches Ambrósio chefe da Divisão de Emprego da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional da Delegação Regional do Centro.

Deliberação (extrato) n.º 632/2011. DR 45 SÉRIE II de 2011-03-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Nomeação da coordenadora central e dos cinco vice-coordenadores regionais da comissão de recursos

Deliberação n.º 737/2011. DR 60 SÉRIE II de 2011-03-25

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Nomeação, em regime de substituição, no cargo de chefe de serviços de unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Centro.

Deliberação n.º 888/2011. DR 65 SÉRIE II de 2011-04-01

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Deliberação do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. - nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de Centro de Formação Profissional de Bragança da Delegação Regional do Norte.

Deliberação n.º 889/2011. DR 65 SÉRIE II de 2011-04-01

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Deliberação do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. - nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Formação Profissional de Chaves da Delegação Regional do Norte.

Deliberação n.º 890/2011. DR 65 SÉRIE II de 2011-04-01

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Deliberação do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. - nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor de centro do Centro de Formação Profissional de Vila Real da Delegação Regional do Norte.

Deliberação n.º 902/2011. DR 66 SÉRIE II de 2011-04-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP.

Deliberação do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. - nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo de diretor do Centro de Formação Profissional de Braga, da Delegação Regional do Norte.

Portaria n.º 135/2011. DR 66 SÉRIE I de 2011-04-04

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à extinção do Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil (CITEX), do Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confeção (CIVC) e do Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios (CILAN), bem como à homologação do protocolo que cria o Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios (MODATEX).

Portaria n.º 157/2011. DR 73 SÉRIE I de 2011-04-13

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Homologa o adicional e as alterações ao protocolo que criou o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL) em anexo à Portaria n.º 361/87, de 30 de Abril.

Declaração de Retificação n.º 13/2011. DR 97 SÉRIE I de 2011-05-19

Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico

Retifica a Portaria n.º 157/2011, de 13 de Abril, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que homologa o adicional e as alterações ao protocolo que criou o Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica (CINEL) em anexo à Portaria n.º 361/87, de 30 de Abril, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 73, de 13 de Abril de 2011.

Portaria n.º 214/2011. DR 104 SÉRIE I de 2011-05-30

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Estabelece o regime de formação e certificação de competências pedagógicas dos formadores que desenvolvem a sua atividade no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações e revoga a Portaria n.º 1119/97, de 5 de Novembro.

Deliberação n.º 1230/2011. DR 107 SÉRIE II de 2011-06-02

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Delegação de competências do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., nos delegados regionais.

Deliberação n.º 1231/2011. DR 107 SÉRIE II de 2011-06-02

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Delegação de competências do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., nas diretoras de serviços do Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão.

Portaria n.º 235/2011. DR 114 SÉRIE I de 2011-06-15

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à extinção do CINFU - Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição, define os procedimentos a observar necessários à cessação da respetiva atividade e ao destino dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais e revoga a Portaria n.º 443/87, de 27 de Maio.

Portaria n.º 236/2011. DR 114 SÉRIE I de 2011-06-15

Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação

Regula o processo de acreditação dos avaliadores externos e da atividade por estes desenvolvida no âmbito dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências desenvolvidos pelos centros novas oportunidades.

Portaria n.º 249/2011. DR 119 SÉRIE I de 2011-06-22

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Aprova os modelos de requerimento do rendimento social de inserção, do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como da declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, e revoga a Portaria n.º 598/2010, de 2 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 86-A/2011. DR 132 SÉRIE I, 1.º SUPLEMENTO de 2011-07-12

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

Declaração de Retificação n.º 29/2011. DR 169 SÉRIE I de 2011-09-02

Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico

Retifica o Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 132, suplemento, de 12 de Julho de 2011.

Deliberação n.º 1676/2011. DR 175 Série II de 2011-09-12

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

Deliberação de delegação de competências do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP na diretora do Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico.

Deliberação n.º 1721/2011. DR 177 Série II de 2011-09-14

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

Deliberação de delegação de competências do conselho diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP na diretora do Gabinete de Comunicação.

Portaria n.º 276/2011. DR 196 SÉRIE I de 2011-10-12

Ministério da Economia e do Emprego

Repõe em vigor o protocolo que instituiu o Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição (CINFU), revoga a Portaria n.º 235/2011, de 15 de Junho, e repristina a Portaria n.º 443/87, de 27 de Maio.

Despacho n.º 14389/2011. DR 204 SÉRIE II de 2011-10-24

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego.

Exonera Adérito Barroso de Sequeira Varejão e José Tomé Nogueira Carvalho dos cargos de vogais do conselho de administração e José António Filipe Gonçalves de vogal da comissão de fiscalização do CENFIM. Nomeia Fernando Manuel Fernandes de Sousa e Manuel Augusto Ferreira Braga Lino para vogais do conselho de administração, Manuel Pedro Tomé de Aguiar Quintas para vogal do conselho técnico-pedagógico e Susana Maria Azevedo Alvarez Pombo para vogal da comissão de fiscalização do CENFIM.

Despacho n.º 14391/2011. DR 204 SÉRIE II de 2011-10-24

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego. Exonera Ulisses Maria de Matos da Silva Garrido do cargo de vogal do conselho de administração do INOVINTER e nomeia para o mesmo cargo, pelo período de três anos, Joaquim Filipe Coelhas Dionísio.

Despacho n.º 14392/2011. DR 204 SÉRIE II de 2011-10-24

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego. Exonera Fernando Rolin Dinis Henriques do cargo de vogal do conselho de administração do CFPIMM e nomeia para o mesmo cargo, pelo período de três anos, Vítor Manuel Moreira Poças.

Despacho n.º 14393/2011. DR 204 SÉRIE II de 2011-10-24

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego. Exonera Mário José Peixoto Guedes do cargo de vogal do conselho de administração do CENFIC e nomeia para o mesmo cargo, pelo período de três anos, Luís Miguel Ribeiro Alcobia.

Deliberação (extrato) n.º 2123/2011. DR 215 SÉRIE II de 2011-11-09

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
Nomeação no cargo de delegado regional da Delegação Regional do Norte

Despacho n.º 15184/2011. DR 215 Série II de 2011-11-29

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
Subdelegação de competências da delegada regional do Algarve do Instituto do Emprego Formação Profissional, IP na subdelegada regional e outros dirigentes da Delegação Regional do Algarve.

Despacho n.º 15185/2011. DR 215 Série II de 2011-11-09

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
Subdelegação de competências da delegada regional de Lisboa e Vale do Tejo nos subdelegados regionais e outros dirigentes da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Despacho n.º 15243/2011. DR 216 Série II de 2011-11-10

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
Despacho de subdelegação de competências da delegada regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP nos subdelegados regionais e outros dirigentes da Delegação Regional do Alentejo.

Despacho n.º 15479/2011. DR 219 Série II de 2011-11-15

Ministério da Economia e do Emprego - Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP
Despacho de subdelegação de competências do delegado regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP no subdelegado regional e outros dirigentes da Delegação Regional do Centro.

Despacho n.º 17222/2011. DR 246 Série II de 2011-12-26

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego - Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro da Economia e do Emprego.

Despacho de nomeação dos membros do Conselho Diretivo do IEFP, IP

Decreto-Lei n.º 126-C/2011. DR 249 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2011-12-29

Ministério da Economia e do Emprego - Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia e do Emprego

F



AUTOAVALIAÇÃO

QUAR

1.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) foi criado em 1979 e constitui, em Portugal, o serviço público de emprego.

Na sequência de relatório elaborado no âmbito do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, o IEFP, I.P. foi alvo de uma reestruturação em 2007, com a publicação da sua nova lei orgânica e estatutos em 29 e 30 de Maio de 2007 (DL 213/2007 e Portaria 637/2007, respetivamente).

Foi no quadro de um processo alargado de reestruturação da Administração Pública, que veio a ser publicada a Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que aprovou o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho da Administração Pública, SIADAP, que instituiu um conjunto de regras e princípios enquadramentos da gestão pública, fixando em sede de lei os princípios já vertidos em múltiplos diplomas dispersos, tais como a gestão por objetivos dos serviços públicos.

Com a publicação da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, fechou-se o quadro dos instrumentos de gestão pelos quais os organismos e serviços da administração pública devem orientar a sua gestão.

Assim, fixa a lei que os organismos e serviços devem orientar a sua atividade em função dos recursos, financeiros e humanos, que lhe estão afetos, traduzidos no seu orçamento e mapa de pessoal, e dos quais dispõem para executar a sua atividade e assim prosseguirem a sua missão e atribuições, bem como em função do seu plano de atividades e quadro de avaliação e responsabilização, os quais devem espelhar o conjunto de atividades que os organismos e serviços da Administração Pública se propõem realizar, orientados em função de objetivos estratégicos e com vista ao cumprimento de objetivos operacionais definidos, concretos e mensuráveis.

O ciclo de gestão encerra com o apuramento de resultados obtidos a todos estes níveis – com a verificação da afetação efetiva de recursos financeiros e humanos, através da conta de gerência e balanço social, por um lado, e com a verificação dos resultados de atividade alcançados, bem como o grau de cumprimento dos objetivos propostos, com a elaboração do relatório de atividades, do qual faz parte integrante a autoavaliação relativamente ao grau de cumprimento de objetivos.

O IEFP, I.P. tem como principais atribuições:

- Promover a organização do mercado de emprego, tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego;
- Promover a informação, a orientação, a qualificação e a reabilitação profissional, com vista à colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho e à sua progressão profissional;

- Promover a qualificação escolar e profissional dos jovens e da população adulta, através da oferta de formação de dupla certificação e da oferta de formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia;
- Promover a melhoria da produtividade da economia portuguesa mediante a realização, por si ou em colaboração com outras entidades, das ações de formação profissional, nas suas várias modalidades, que se revelem em cada momento as mais adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico;
- Incentivar a criação e manutenção de postos de trabalho, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras, incluindo o desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local;
- Incentivar a inserção profissional dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para aqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego, incluindo a reabilitação profissional das pessoas com deficiência;
- Promover o conhecimento e a divulgação dos problemas de emprego, através de uma utilização dos recursos produtivos integrada no crescimento e desenvolvimento socioeconómico.

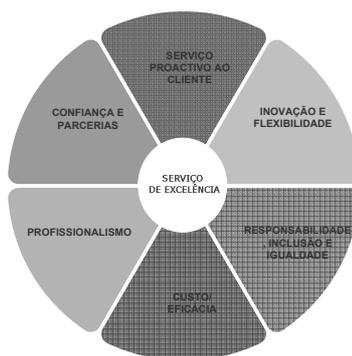
Neste contexto, o IEFP, I.P. assume-se como o serviço público de emprego, e pretende criar mecanismos que potenciem o encontro entre a procura e a oferta de emprego, garantindo a prestação de um serviço de excelência pautado pelo rigor, qualidade, rapidez e eficácia e que se adegue continuamente às necessidades e expectativas dos seus utentes.

A partilha de valores na cadeia dos processos de trabalho apresenta-se como um escopo fundamental para o sucesso da estratégia da organização. A “consciência” coletiva dos valores que pautam a atuação da organização são a chave para o seu desempenho, em consonância com o modelo de gestão preconizado pela Lei 66-B/2007, que preconiza uma gestão participada por todos os intervenientes na organização, desde os dirigentes máximos aos trabalhadores, passando pelos dirigentes intermédios e chefias.

Tem o IEFP, I.P. como:

MISSÃO	O IEFP, I. P. é o serviço público de emprego nacional e tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional
VISÃO	O IEFP, I.P. como potenciador do encontro entre a procura e a oferta de emprego, garantindo serviço de rigor, qualidade, rapidez e eficácia, que se adegue continuamente às necessidades e expectativas dos seus utentes

VALORES



Para o desenvolvimento das suas actividades e prossecução dos seus objetivos, o IEFP, I.P. dispunha em 2011, em termos de recursos afetos, de 3.254 trabalhadores e de um orçamento de 1 006 milhões de euros.

Perante o enquadramento legal vigente, que implementa uma lógica de gestão na Administração Pública, assente em ciclos de gestão definidos e centrados numa gestão por objectivos e de responsabilização conjunta de todos os níveis hierárquicos das organizações, o IEFP, I.P. definiu as orientações estratégicas para o ano de 2011.

Assim, o IEFP, I.P., para o ano de 2011, visou:

- Enquadrar a atuação futura do Serviço Público de Emprego (SPE), com particular destaque para a dinamização das medidas de combate ao desemprego e à promoção do emprego, bem como ao desenvolvimento da qualificação dos portugueses.
- Um Serviço Público de Emprego potenciado pela atualização das medidas que integram as políticas ativas de emprego, com destaque para aquelas que visam a empregabilidade e a manutenção dos postos de trabalho dos ativos empregados. Foi dada particular atenção aos desempregados não subsidiados, designadamente pela via da sua integração em medidas ativas de emprego e em ações de formação profissional.
- A promoção da melhoria do atendimento dos públicos, com vista à aproximação dos serviços aos utentes, de forma a melhorar as capacidades das pessoas, reforçando, por essa via, as suas perspetivas de inserção
- Promoção da melhoria do ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, intervindo, sempre que necessário, na adequação das qualificações das pessoas às necessidades do tecido empresarial e no reforço de informação entre os que procuram e os que oferecem trabalho.
- Reforço da articulação com as empresas, através da disponibilização de adequada informação sobre os públicos com necessidades de inserção profissional, bem como do conjunto de medidas disponíveis para a sua concretização.
- A execução das políticas públicas de emprego e formação profissional, determinante junto dos ativos empregados e desempregados, com destaque para os que apresentam baixas qualificações, visando a sua empregabilidade.
- Melhorar a qualificação dos portugueses, de forma a contribuir para a recuperação do atraso que distancia Portugal dos países mais desenvolvidos, em particular dos pertencentes à União Europeia.



Neste âmbito, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de instrumentos de qualificação, quer na relação direta com a rede de Centros de Emprego, quer na resposta direta aos adultos que procuram a melhoria das suas qualificações (Centros Novas Oportunidades). Assim, considerou-se determinante o reforço do encaminhamento dos desempregados inscritos para a rede de Centros Novas Oportunidades, de forma a melhorar a sua empregabilidade.

- Pretendeu-se ainda introduzir medidas profundas de racionalização, modernização e simplificação administrativa, enquadradas no processo mais global de Modernização da Administração Pública, promovendo uma melhor eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, em linha com a boa utilização dos dinheiros públicos, o alargamento do número de abrangidos pelas suas medidas e a melhoria contínua da qualidade por todos os trabalhadores, no quadro das suas atribuições e competências.

1.1.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

No plano de atividades para 2011, foram fixados pela gestão do IEFP, I.P. quatro objetivos estratégicos, consubstanciando as orientações estratégicas da gestão com vista à melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Os objetivos estratégicos para ao ano de 2011 assentaram em quatro vetores fundamentais:

- **Promover a modernização e reforço do Serviço Público de Emprego, potenciando o seu papel proactivo na intermediação entre a procura e a oferta.**

O modelo a desenvolver deverá considerar metodologias inovadoras de atuação técnica, a reengenharia dos processos e a simplificação dos circuitos associados, uma organização versátil, a afetação estratégica de recursos, uma estrutura tecnológica integradora de sistemas e redes de informação e comunicação, enquanto elementos facilitadores da interação com os clientes.

Nesta perspetiva, pressupõe-se uma evolução na cultura organizacional, orientando-a para a dignificação da função “atendimento” e para a satisfação das expectativas e das necessidades do cliente.

- **Prosseguir a qualificação dos Portugueses**

A continuação da aposta na dupla certificação, de forma a aproximar a formação dos adultos e jovens das oportunidades e necessidades do mercado de trabalho, assegurando a certificação escolar e profissional, assume, para o IEFP, I.P., uma elevada prioridade. A intervenção do IEFP, I.P. faz-se pela via da oferta formativa disponibilizada pela sua rede de Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada, bem como pelo encaminhamento dos desempregados para a rede de Centros Novas Oportunidades.

Para a prossecução deste objetivo, assumirá papel central a rede de centros de formação profissional, em particular no quadro dos centros novas oportunidades.

- **Inserir no mercado de trabalho os grupos mais desfavorecidos**

A formação e a inserção profissional de públicos desfavorecidos, em geral, e de pessoas com deficiências e incapacidades, em particular, assumem elevada relevância nas políticas ativas de emprego e de formação profissional.

A criação das condições para o reforço da inserção profissional destes beneficiários será desenvolvida pela introdução de componentes de formação básica para os níveis de escolarização mais baixos, de forma a reforçar a capacitação para o acesso às formações integradas no catálogo nacional de qualificações. Para todos os que demonstrem qualificações de base suficientes, será feita a integração nas ofertas formativas existentes.

A intervenção junto das pessoas com deficiências e incapacidades assume particular relevância nas atribuições do IEFP, I.P., com relevo para a formação profissional e para a integração no mercado de trabalho destes públicos. No âmbito da intervenção dos grupos mais desfavorecidos, a inserção no mercado de trabalho

dos beneficiários do rendimento social de inserção tem, igualmente, elevada pertinência nas atividades a desenvolver, contribuindo para reforçar as condições de inserção deste grupo.

OBJECTIVO 1

MAIS E MELHOR EMPREGO

Promover a qualidade do emprego e combater o desemprego

No âmbito da sua intervenção enquanto Serviço Público de Emprego (SPE), destaca-se a implementação de uma metodologia de acompanhamento precoce e personalizado dos desempregados, nomeadamente através da elaboração de Planos Pessoais de Emprego, cujas metodologias de intervenção deverão ser ajustadas aos diferentes públicos, com vista a torná-las capazes de responder às necessidades do mercado de trabalho, de um modo especial àqueles que estão mais expostos à exclusão do mercado de trabalho e da sociedade.

A racionalização das medidas de política ativa de emprego permitirá aumentar a eficácia das intervenções destinadas à criação e à qualidade do emprego, através dum agrupamento em grandes áreas de intervenção, com destaque para os estágios profissionais, para os contratos de emprego inserção ou os programas de criação do próprio emprego.

O grande objetivo é encontrar resposta adequada a cada desempregado, ajustando o encaminhamento que lhes é dado no sentido de assegurar, no final, que a sua empregabilidade aumente. Há assim que verificar, em cada caso, se o caminho a traçar passa pela inserção na vida ativa ou por um processo prévio de formação que confira, preferencialmente, dupla certificação.

Particular ênfase à promoção da qualidade do emprego e ao combate ao desemprego, potenciando o seu papel proactivo na intermediação entre a procura e a oferta.

Pretende-se o reforço da capacidade de captação de ofertas do IEFP, I.P. junto das entidades empregadoras, quer ao nível da quantidade de ofertas captadas, quer ao nível da sua qualidade, de forma a aumentar o número de colocações.

OBJECTIVO 2

ATENDIMENTO DE QUALIDADE

Melhorar a qualidade de atendimento nos Centros de Emprego

O atendimento apresenta-se como elemento central e potenciador, quer na intermediação entre a procura e a oferta de emprego, quer na interação com o cidadão/cliente. O objetivo traduz-se em disponibilizar mais e melhor informação sobre as oportunidades de emprego e formação (no espaço nacional e europeu), simplificar e sistematizar a apresentação das medidas ativas de emprego e fomentar uma maior aproximação aos clientes (pessoas e entidades empregadoras), assim como aumentar a diversidade, acessibilidade e qualidade dos canais de comunicação.

Esta aproximação aos clientes do serviço público de emprego passa pela criação de mecanismos de proximidade que reconheçam as características e os desejos próprios de cada um.

A dinamização das ações de ajustamento entre a oferta e a procura deverá aumentar a capacidade de penetração no mercado de trabalho, promovendo a captação de ofertas mais apelativas do tecido empresarial, através do desenvolvimento de novas “formas” de aproximação e relacionamento com entidades, assim como, da implementação de sistemas de informação facilitadores na pesquisa de ofertas.

Cada um dos clientes deve poder reconhecer que o serviço público Ihe é destinado e que tem em conta os seus anseios e preocupações.

Em paralelo, todo o processo deve estar em constante melhoria, num modelo que permita a identificação de pontos críticos por via da monitorização e intervenção ativas, no qual os próprios clientes devem ser chamados a participar.

Neste contexto, torna-se essencial a aposta num atendimento multicanal, que se caracteriza pela prestação de serviços transversais, orientados para a satisfação das necessidades dos cidadãos e empresas, relacionadas com eventos da sua vida, prestados no canal da sua conveniência, presencial, telefone e internet, permitindo aos cidadãos ou empresas o alargamento dos acessos aos serviços disponibilizados.

OBJECTIVO 3

QUALIFICAR OS PORTUGUESES

Promover a qualificação dos ativos no quadro de reforma do Sistema Nacional de Formação Profissional

Na sequência do Programa Novas Oportunidades e da conseqüente reforma do sistema de formação profissional, pretende-se elevar os níveis de qualificação de base da população ativa, por via de meios, como o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, ou da constituição de uma oferta de formação duplamente certificada dirigida a adultos pouco escolarizados, seja por via de formações de percurso completo, de percurso incompleto ou modelizadas.

Neste contexto, os Centros de Formação Profissional, por via dos seus Centros de Novas Oportunidades (CNOs), assumem um papel fundamental na qualificação da população ativa, quer por operacionalizarem os processos de RVCC, quer por inserirem os públicos em processos de dupla certificação – escolar e profissional –, mediante, nomeadamente, a oferta de soluções formativas, no domínio do Catálogo Nacional de Qualificações, que permitam colmatar as competências em falta.

Para além da formação profissional enquadrada no Programa Novas Oportunidades, a qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção assume elevada relevância, enquanto suporte ao reforço das qualificações dos grupos mais desfavorecidos

OBJECTIVO 4

MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Pretende-se desenvolver um conjunto de atividades no sentido da modernização do IEFP, I.P., que passa pela consolidação e aprofundamento dos novos modelos organizacionais das unidades orgânicas locais, no sentido da maior focalização na interação direta com utentes e entidades, e pela introdução de mecanismos de simplificação e racionalização dos processos.

O alargamento do acesso eletrónico às medidas de emprego, o reforço do sistema NET Emprego, a implementação de um moderno sistema de gestão de fluxos no âmbito da rede de Centros de Emprego, entre outros, apresentam-se como importantes contributos para a implementação dos processos de simplificação e de desburocratização administrativa, no quadro do SIMPLEX.

Por outro lado, e na perspetiva dos novos modelos organizacionais, pretende-se instituir um novo método de tratamento das candidaturas aos programas das medidas ativas de emprego, que passa pela gestão central de todo o processo conducente à tomada de decisão, e pelo suporte integral do processo em suporte digital, de forma a facilitar o controlo e avaliação dos projetos apoiados.

A modernização administrativa encontra-se igualmente contemplada na consolidação da implementação do modelo de Serviços Partilhados, em toda a rede de centros, instituindo-se um mecanismo de monitorização estreita do desempenho dos processos de trabalho.

Também a operacionalização de um modelo de gestão por objetivos e a conceção de um novo modelo de monitorização da satisfação da totalidade dos utentes contribuirão para a melhoria e modernização progressivas dos serviços prestados.

No quadro da formação profissional, visa-se a reorganização dos processos de trabalho no sentido de uma maior articulação das diversas valências em presença, designadamente reconhecimento, validação e certificação de competências, no âmbito dos centros novas oportunidades, e desenvolvimento de ações de formação. Ainda no que respeita aos centros de formação, importa repensar os modos de operar as atividades administrativa e financeira, de forma a obter ganhos de eficiência.

A melhoria contínua de infraestruturas físicas e equipamentos, em particular os associados a processos formativos, visa dotar o IEFP, I.P. de condições mais atrativas para os seus utentes. De salientar, em particular, os meios previstos para a modernização da rede de centros das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Mapa Estratégico IEFP, I.P. – 2011

MAIS E MELHOR EMPREGO	QUALIFICAR OS PROTUGUESES	MODERNIZAÇÃO DO SPE	ATENDIMENTO DE QUALIDADE
OBJETIVO 1 - Captar ofertas de emprego	Objetivo 4 - Abranger adultos em ações de dupla certificação	Objetivo 8 - Diminuir o tempo de decisão das candidaturas às medidas ativas de emprego	Objetivo 10 - Promover a qualificação dos recursos humanos
OBJETIVO 2 - Inserir pessoas no mercado de trabalho	Objetivo 5 - Inserir em processo de RVCC as pessoas inscritas nos centros de novas oportunidades		Objetivo 11 - Aumentar a qualidade dos serviços prestados
OBJETIVO 3 - Inserir pessoas em medidas ativas de emprego	OBJETIVO 6 - Encaminhar para CNOs pessoas que não tenham o 12º ano		
OBJETIVO 7 - Reforçar o acompanhamento de entrevistas a ofertas de emprego			
OBJETIVO 9 - Reforçar o número de colocações resultantes de entrevistas acompanhadas			

2.

AUTOAVALIAÇÃO

Desenhada a visão da organização, assente numa preocupação constante com a prestação de um serviço de qualidade aos seus utentes, foi definido o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), que consagrou os objetivos operacionais para o ano de 2011.

A monitorização de atividade tem por base os dados recolhidos a partir dos relatórios de execução física e financeira, elaborados mensalmente, com o objetivo de recolha de informação sobre toda a atividade desenvolvida pelo IEFP, I.P. no âmbito da prossecução da sua missão.

Neste contexto, a monitorização apresentada permitiu acompanhar a dinâmica de funcionamento de todo o IEFP, I.P., disponibilizando a informação relativa aos resultados atingidos.

No decorrer do ano de 2011, não foi efetuada qualquer proposta de revisão às metas inscritas no QUAR do IEFP, I.P.

Apresenta-se, de seguida, o QUAR 2011, com os respetivos resultados apurados a 31 de Dezembro de 2011.

Para melhor interpretação dos resultados, optou-se por utilização da uma legenda de acordo com a seguinte grelha de cores:

 Resultados a verde – Valores com uma taxa de realização superior a 100% - SUPERANÇA

 Resultados a azul – Valores com taxa de realização no intervalo de metas definido - CUMPRIMENTO

 Resultados a vermelho – valores abaixo das metas definidas - INCUMPRIMENTO

Classificação **S** **A** **N.A.**

OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO							
Ind.		Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
1	Nº de ofertas captadas	135.000	15.000	170.000	99.488	82,9%	-
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO							
2	Nº de colocações efectuadas	81.000	9.000	100.000	60.135	83,5%	-
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO							
3	Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	40.421	4.500	50.000	29.349	81,7%	-
4	Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	45.000	5.000	55.000	45.703	100,0%	0
5	Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção+	10.517	1.500	13.500	9.400	100,0%	0
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO							
6	Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	36.590	4.000	45.000	32.106	98,5%	-
7	Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	76.179	10.000	95.000	87.709	115,3%	+
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES							
8	Nº de inscritos nos CNOs com encaminhamento	55.339	5.000	62.500	58.735	100,0%	0
9	Nº de utentes em processos de RVCC	30.482	2.500	35.000	33.330	115,8%	+
10	Nº de certificados RVCC emitidos	26.000	4.000	33.000	26.161	100,0%	0
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNOs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO							
11	Nº de encaminhamentos efectuados	185.000	15.000	220.000	225.444	128,9%	+
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO							
12	Nº de entrevistas acompanhadas	45.000	5.000	60.000	113.251	213,8%	+
OBJETIVO 8 - DIMINUIR O TEMPO DE DECISÃO DAS CANDIDATURAS ÀS MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO							
13	Tempo médio de decisão das candidaturas	28	3	20	21	123,4%	+
OBJETIVO 9 - REFORÇAR O NÚMERO DE COLOCAÇÕES RESULTANTES DE ENTREVISTAS ACOMPANHADAS							
14	Assegurar que uma percentagem das entrevistas acompanhadas resulta em colocação	32%	3%	40%	23%	79,3%	-
OBJETIVO 10 - PROMOVER A QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS							
15	% de trabalhadores que frequentam formação profissional	35%	5%	45%	47%	129,5%	+
OBJETIVO 11 - AUMENTAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS							
16	% de respostas a reclamações apresentadas dentro do prazo definido	90%	5%	100%	95%	113,6%	+

Objetivo 1 – Captar Ofertas de emprego

Ind. 1	Nº de ofertas captadas	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	50.130	5.570	63.127	39.209	88,0%	-
	DR Centro	30.150	3.350	37.967	25.508	95,2%	-
	DR Lisboa VT	37.800	4.200	47.600	20.228	60,2%	-
	DR Alentejo	8.370	930	10.540	8.460	100,0%	0
	DR Algarve	8.550	950	10.767	6.083	80,0%	-
	Nacional	135.000	15.000	170.000	99.488	82,9%	-

Relativamente a este objectivo, o número de ofertas captadas no decorrer do ano de 2011 foi de 99.488, valor inferior à meta fixada de 135.000. Este comportamento resulta de fatores **exógenos à atuação do IEFP, I.P.**, muito em particular, da contração económica registada ao longo do ano de 2011 [-1.9% segundo as projeções do Banco de Portugal], com diminuição do nível de emprego e, conseqüentemente, com a redução do número de ofertas disponíveis no mercado.

Neste contexto de conjuntura económica desfavorável, que coincidiu com algumas alterações relevantes na dinâmica da organização (ex. alteração da gestão, criação de novas medidas, preparação do programa de relançamento dos centros de emprego), procurou o IEFP, I.P., ainda assim, potenciar a sua atividade e aprofundar o seu relacionamento com o tecido empresarial, através da celebração de protocolos/parcerias/contactos, dos quais se destacam os seguintes:

- Estabelecimento de parcerias com grandes empregadores, como por exemplo:

PTContacto, para a admissão de colaboradores para os centros de contacto (selecionados e contratados pelas empresas de trabalho temporário);

Embraer, para formação e seleção de colaboradores para os centros de excelência da fábrica de Évora.

- Durante 2011, foram estabelecidos contactos com Associações Empresariais Sectoriais para o estabelecimento de protocolos de cooperação, com vista à melhoria da recolha e tratamento das ofertas de emprego das empresas associadas e à prestação de um serviço de recrutamento e seleção de pessoal que responda efetivamente às suas necessidades. Foram assinados dois acordos de cooperação, um com a associação empresarial representativa do sector do calçado (APICCAPS), a 28.04.2011, e outro com a associação empresarial representativa do sector do têxtil e vestuário (FITVEP), a 18.04.2011. Neste âmbito, têm sido realizadas reuniões de trabalho, para a operacionalização destes acordos, tendentes à comunicação *on-line* de ofertas de emprego dos sectores em causa.
- Foi ainda divulgado o serviço de disponibilização aos empregadores de processos de seleção gratuitos, como forma de atrair mais ofertas de emprego no ano de 2011.

No entanto, estes esforços não se revelaram suficientes para contrariar o efeito de recessão económica.

Objetivo 2 – Inserir pessoas no mercado de trabalho

Ind. 2	Nº de colocações efectuadas	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	28.800	3.200	35.556	20.722	80,9%	-
	DR Centro	19.800	2.200	24.444	18.769	100,0%	0
	DR Lisboa VT	22.500	2.500	27.778	11.512	57,6%	-
	DR Alentejo	4.500	500	5.556	4.894	100,0%	0
	DR Algarve	5.400	600	6.667	4.238	88,3%	-
	Nacional	81.000	9.000	100.000	60.135	83,5%	-

As colocações efetuadas apresentam uma relação direta com as ofertas de emprego disponíveis, pelo que, à semelhança do verificado nas ofertas, também o número de colocações, em 2011 (60.135), fica aquém da meta definida (81.000). A meta de 81.000 significou um acréscimo de aproximadamente 27% face à meta do ano de 2010. Ainda assim, refira-se que:

- Verificou-se um maior aproveitamento das ofertas de emprego disponíveis por parte do IEFP, com reflexos no aumento da taxa de satisfação das ofertas, que se situou, em 2011, em 53,5% (+ 7 pontos percentuais que em 2010);

Efetivamente, apesar do número de anulações ter diminuído face ao ano anterior, a redução foi menos acentuada do que a verificada para as ofertas de emprego captadas, o que significa uma maior eficiência dos serviços no processo de ajustamento entre a oferta e a procura de emprego.

- O número de colocações efetuadas situou-se em 60.135, inferior ao valor alcançado em 2010 (66.485). Este nível de realização decorre da diminuição verificada ao nível das ofertas de emprego, que a maior eficiência no processo de ajustamento não conseguiu colmatar, resultando na diminuição constatada. Reforça-se assim a perspetiva que foram fatores externos ao IEFP, os já referidos ao nível da atividade económica e da geração de empregos, que determinaram os níveis de realização das ofertas e colocações, realçando-se que relativamente a este último indicador os ganhos de eficiência do serviço não conseguiram compensar as circunstâncias externas negativas, ao nível das ofertas de emprego registadas.

Objetivo 3 – Inserir pessoas em medidas ativas de emprego

Ind. 3	Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	8.687	967	10.746	10.498	122,0%	+
	DR Centro	6.471	720	8.004	6.282	100,0%	0
	DR Lisboa VT	10.772	1.199	13.324	9.445	98,7%	-
	DR Alentejo	2.955	329	3.655	1.907	72,6%	-
	DR Algarve	1.681	187	2.080	1.217	81,5%	-
	SCentrais	9.856	1.097	12.191			
	Nacional	40.421	4.500	50.000	29.349	81,7%	-

Ind. 4	Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	14.639	1.627	17.892	15.472	100,0%	0
	DR Centro	10.344	1.149	12.642	10.414	100,0%	0
	DR Lisboa VT	9.140	1.016	11.172	11.189	125,2%	+
	DR Alentejo	7.617	846	9.309	5.871	86,7%	-
	DR Algarve	3.261	362	3.985	2.757	95,1%	-
	SCentrais						
	Nacional	45.000	5.000	55.000	45.703	100,0%	0
Ind. 5	Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	3.624	517	4.652	2.950	94,9%	-
	DR Centro	1.816	259	2.331	1.779	100,0%	0
	DR Lisboa VT	2.440	348	3.132	2.119	100,0%	0
	DR Alentejo	2.171	310	2.787	2.308	100,0%	0
	DR Algarve	466	66	598	244	61,1%	-
	SCentrais						
	Nacional	10.517	1.500	13.500	9.400	100,0%	0

Da análise dos resultados alcançados quanto a este objetivo, conclui-se que o mesmo não foi atingido, tendo-se inserido em medidas ativas de emprego 84.452 pessoas, para uma meta de 95.938.

No entanto, na avaliação do grau de cumprimento deste objetivo deverá ser ponderada a análise aos três indicadores acima enumerados:

- ▶ IND 3 - O número de abrangidos em estágios profissionais (com uma ponderação de 40%), apresentou um valor final de 29.349, face a uma meta de 40.421 abrangidos previstos (taxa de concretização de apenas 81.7%).

Este resultado tem por base um conjunto de fatores **exógenos** à atuação do IEFP; I.P., a saber:

- A inatividade da medida INOV-JOVEM (que registou boas execuções em anos anteriores), sem novo período de candidaturas desde Setembro de 2009;
- A 29 de Fevereiro de 2011, entrou em vigor um novo diploma legal do programa estágios profissionais (Portaria n.º 92/2011, de 28 de Fevereiro), que revogou o anterior programa da Portaria n.º 129/2009, de 30 de Janeiro, e ainda:
 - O Programa Estágios de Qualificação-Emprego - EQE (Portaria n.º 131/2009);
 - O Programa Estágios de Formações Qualificantes - EFQ (Portaria n.º 127/2010);
 - A medida INOV SOCIAL (Portaria n.º 154/2010).
- No âmbito do novo programa as candidaturas a estas medidas, à exceção do EFQ, fecharam a 31 de Dezembro de 2010, só tendo reaberto em meados de Março de 2011, o que reduziu o tempo de execução;
- O aparecimento de um novo quadro legislativo que, no caso em questão, revogou anteriores medidas, provoca sempre alterações na dinâmica junto das entidades potenciais beneficiárias do programa. Por outro lado, os impactos da nova modalidade nem sempre são imediatos – as

entidades promotoras e os candidatos levam sempre algum tempo a adaptarem-se aos novos formatos;

- A operacionalização da nova medida implica alterações ao sistema de informação aplicável, havendo necessidade de o adaptar e parametrizar ao novo desenho legal, originando algum atraso na análise e decisão das candidaturas, bem como algum deslizamento nos procedimentos ligados à gestão dos estágios, nomeadamente, o ajustamento de candidatos e os pagamentos dos apoios financeiros do IEFP, I.P.;
- Acrescem a estas questões procedimentais, problemas decorrentes da crise económica, que poderão ter determinado alguma contenção no volume global de ofertas de estágios, uma vez que as entidades têm que suportar parte dos encargos financeiros com as bolsas dos estagiários e cumprir uma série de pré-requisitos de candidatura menos fáceis em conjunturas económicas adversas, desde já, por exemplo, terem a situação contributiva e tributária regularizadas;
- ▶ IND 4 - Número de desempregados abrangidos em Contratos de Emprego Inserção (com uma ponderação de 35%), cujo resultado se fixou em 45.703, para uma meta definida de 45.000 desempregados a abranger por esta medida, tendo o valor proposto sido atingido (resultado a 100%);
- ▶ IND 5 - Número de desempregados abrangidos em Contratos de Emprego Inserção + (com uma ponderação de 25%), cujo resultado se fixou em 9.400, para uma meta definida de 10.517 desempregados (com uma tolerância de 1.500, o que define um intervalo de metas de 9.017 e 12.017) a abranger por esta medida, tendo o valor proposto sido atingido (resultado de 100%);

Da conjugação dos resultados obtidos nos três indicadores, ponderados os pesos relativos de cada um deles, resulta que o objetivo 3 não foi atingido, sendo a taxa de realização do objetivo de 18,5%, para uma meta de 20%. Neste contexto, e reforçando o anteriormente já descrito, a não execução global do objetivo decorreu da alteração do contexto económico com que as entidades promotoras de estágios se viram confrontadas durante o ano de 2011 e de dificuldades procedimentais inerentes à operacionalização da nova medida de estágios profissionais.

O contexto económico atrás referido, com que muitas entidades beneficiárias dos apoios se viram confrontadas ao longo do ano, resultou na apresentação de candidaturas abaixo do número estimado no início de 2011 e, conseqüentemente, à redução de número de pessoas abrangidas. A redução, face ao previsto, do número de candidaturas apresentadas, condicionou os resultados alcançados, pois o IEFP, I.P. não pode substituir-se às entidades promotoras na solicitação de apoios. Importa igualmente referir, que não pode ser imputada à atuação dos serviços do IEFP, I.P. a não realização integral do objetivo.

É importante reconhecer que os níveis de execução deste objetivo e conseqüente avaliação não decorrem do nível de eficiência do IEFP, I.P. e dos seus serviços, nas várias fases de gestão das medidas, mas de circunstâncias externas, que influenciaram o nível de candidaturas das empresas e entidades empregadoras, em particular na medida estágios profissionais.

Esta medida, que visa contribuir para a integração na vida ativa de jovens que obtiveram uma qualificação, está vocacionada para empresas e entidades empregadoras que estão em fase de expansão ou renovação das suas

estruturas de recursos humanos. As circunstâncias da economia nacional e as consequências na atividade empresarial implicaram uma libertação de recursos humanos nas empresas e a inexistência de necessidade e interesse no recurso à medida de estágios profissionais.

Objetivo 4 – Abranger adultos em ações de dupla certificação

Ind. 6	Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	9.555	1.045	11.752	9.941	100,0%	0
	DR Centro	4.638	507	5.704	5.868	128,8%	+
	DR Lisboa VT	9.500	1.039	11.684	11.391	121,6%	+
	DR Alentejo	2.748	300	3.379	3.489	129,3%	+
	DR Algarve	1.134	124	1.395	1.417	127,1%	+
	SCentrals	9.015	985	11.086			
	Nacional	36.590	4.000	45.000	32.106	98,5%	-
Ind. 7	Nº de formandos a frequentar ações de formação modular	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	22.562	2.962	28.137	27.276	121,1%	+
	DR Centro	13.046	1.712	16.269	18.333	141,0%	+
	DR Lisboa VT	21.092	2.769	26.303	28.490	135,5%	+
	DR Alentejo	7.713	1.013	9.619	10.240	133,1%	+
	DR Algarve	2.926	384	3.649	3.370	115,4%	+
	SCentrals	8.840	1.160	11.024			
	Nacional	76.179	10.000	95.000	87.709	115,3%	+

Da análise dos resultados alcançados quanto a este objetivo, conclui-se que o mesmo foi atingido, tendo sido abrangidos 119.815 adultos em ações certificáveis, para uma meta fixada em 112.769 adultos, (taxa de realização de 16 % para uma meta de 15%).

A avaliação do grau de cumprimento deste objetivo foi aferida tendo por base os dois indicadores acima enumerados:

- ▶ Número de formandos adultos a frequentar cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) (com uma ponderação de 50%), cujo resultado se fixou em 32.106, para uma meta definida em 36.590 adultos a abranger por estes cursos, tendo o valor proposto sido atingido, (resultado de 98,5%);
- ▶ Número de formandos adultos a frequentar ações de formação modular (com uma ponderação de 50%), cujo resultado se fixou em 87.709, para uma meta definida em 76.179 adultos a abranger nestas ações, tendo o valor proposto sido superado, fixando-se em 115,3%.

Objetivo 5 – Inserir em processo de RVCC as pessoas inscritas nos Centros de Novas Oportunidades

Ind. 8	Nº de inscritos nos CNOs com encaminhamento	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	14.530	1.313	16.410	15.575	100,0%	0
	DR Centro	12.683	1.146	14.325	11.405	98,9%	-
	DR Lisboa VT	20.994	1.897	23.711	24.055	128,2%	+
	DR Alentejo	4.318	390	4.877	4.704	100,0%	0
	DR Algarve	2.813	254	3.177	2.996	100,0%	0
	Nacional	55.339	5.000	62.500	58.735	100,0%	0

Ind. 9	Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	7.912	649	9.085	9.156	126,5%	+
	DR Centro	6.928	568	7.955	6.457	100,0%	0
	DR Lisboa VT	11.573	949	13.288	13.775	132,1%	+
	DR Alentejo	2.498	205	2.868	2.416	100,0%	0
	DR Algarve	1.571	129	1.804	1.526	100,0%	0
	Nacional	30.482	2.500	35.000	33.330	115,8%	+

Ind. 10	Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	6.933	1.067	8.800	8.097	115,6%	+
	DR Centro	6.067	933	7.700	5.490	100,0%	0
	DR Lisboa VT	10.140	1.560	12.870	9.626	100,0%	0
	DR Alentejo	2.167	333	2.750	1.992	100,0%	0
	DR Algarve	693	107	880	956	135,2%	+
	Nacional	26.000	4.000	33.000	26.161	100,0%	0

Da análise dos resultados alcançados quanto a este objetivo, conclui-se que o mesmo foi atingido, com uma taxa de execução de 106,3%.

A avaliação do grau de cumprimento deste objetivo foi aferida tendo por base os três indicadores acima enumerados:

- ▶ Número de inscritos em CNOs com encaminhamento (com uma ponderação de 30%), cujo resultado se fixou em 58.735, para uma meta definida em 55.339 de inscritos a encaminhar (resultado de 100%);
- ▶ Número de utentes em processo de RVCC (com uma ponderação de 40%), cujo resultado se fixou em 33.330, para uma meta definida em 30.482 utentes em processo de RVCC (resultado de 115,8%);
- ▶ Número de certificados emitidos (com uma ponderação de 30%), cujo resultado se fixou em 26.161, para uma meta definida em 26.000 certificados a emitir (execução de 100%).

Objetivo 6 – Encaminhar para CNOs pessoas que não tenham o 12º ano

Ind. 11	Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	83.209	6.747	98.952	100.407	127,3%	+
	DR Centro	25.505	2.068	30.330	31.502	131,1%	+
	DR Lisboa VT	57.822	4.688	68.761	69.582	126,9%	+
	DR Alentejo	8.648	701	10.284	8.198	100,0%	0
	DR Algarve	9.816	796	11.673	15.755	179,9%	+
	Nacional	185.000	15.000	220.000	225.444	128,9%	+

O número de encaminhamentos para CNOs de pessoas que têm o 12º ano atingiu os 225.444, situando-se acima da meta que era de 185.000, ultrapassando mesmo o valor crítico (220.000), fixando um resultado do indicador de 128,9%

A este fato não é alheio o elevado volume de inscritos nos Centros de Emprego com baixas habilitações ($\leq 3^{\circ}$ ciclo do ensino básico) e que, no final do ano, atingiam 388.295, representando cerca de 63% do total do desemprego registado.

Objetivo 7 – Reforçar o acompanhamento de entrevistas a ofertas de emprego

Ind. 12	Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	16.740	1.860	22.320	31.027	164,0%	+
	DR Centro	9.990	1.110	13.320	27.486	231,4%	+
	DR Lisboa VT	12.600	1.400	16.800	36.190	240,4%	+
	DR Alentejo	2.790	310	3.720	4.263	139,6%	+
	DR Algarve	2.880	320	3.840	14.285	397,0%	+
	Nacional	45.000	5.000	60.000	113.251	213,8%	+

O número de entrevistas acompanhadas situou-se nas 113.251, valor muito acima da meta (45.000) e do valor crítico (60.000), obtendo taxa de realização do indicador de 213,8%.

Objetivo 8 – Diminuir o tempo de decisão das candidaturas às medidas ativas de emprego inseridas no SGC

Ind. 13	Tempo médio de decisão das candidaturas	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	28	3	20	21	123,4%	+

No ano de 2011 foi definido o objetivo de diminuir o tempo de decisão das candidaturas às medidas ativas de emprego inseridas no SGC, tendo registado um resultado médio de análise de 21 dias. Ao contrário do que sucedeu no ano de 2010, o resultado agora apresentado superou a meta em 23,4 %, com uma taxa de realização do indicador de 123,4%.

Objetivo 9 – Reforçar o número de colocações resultantes de entrevistas acompanhadas

Ind. 14	Assegurar que uma percentagem das entrevistas acompanhadas resulta em colocação	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	32%	3%	40%	23%	79,3%	-

Do total de entrevistas identificadas como acompanhadas, apenas 23% resultaram em colocações, ficando este indicador aquém da meta estipulada (32%), com uma taxa de realização do indicador de 79,3%.

A este resultado estão associados dois fatores:

- Constrangimentos no registo das entrevistas acompanhadas;
- A recessão económica, de que resultou um menor volume de colocações.

Objetivo 10 – Promover a qualificação dos recursos humanos

Ind. 15	% de trabalhadores que frequentam formação profissional	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	35%	5%	45%	47%	129,5%	+

No decorrer do ano de 2011 foi desenvolvido um esforço, no sentido de qualificar todos os colaboradores com formação adequada. Assim, para uma meta 35% dos colaboradores, foi possível qualificar 47%, o que permitiu uma taxa de realização do indicador de 129,5%.

Objetivo 11 – Aumentar a qualidade dos serviços prestados

Ind. 16	% de respostas a reclamações apresentadas dentro do prazo definido	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	90%	5%	100%	95%	113,6%	+

No decorrer do ano de 2011 foram exaradas 418 reclamações do livro, das quais 399 (95%) foram respondidas dentro do prazo definido de 15 dias. Este resultado significou uma taxa de realização do indicador de 113,6%.

2.1.

RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

Cargo / Nível de Qualificação	Pontuação	Pontos planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes nível superior	20	460	457	-3
Dirigentes nível intermédio e chefias	16	5 552	5 323	-229
Quadros superiores / Técnico Superior	12	16 980	15 474	-1506
Quadros médios / Coordenador Técnico	9	4 860	4 521	-339
Profissionais altamente qualificados / Assistente Técnico	8	6 952	6 302	-650
Encarregados/contramestres / Encarregado geral operacional	7	7	7	0
Profissionais qualificados / Encarregado operacional	6	1 032	942	-90
Profissionais especializados / Assistente Operacional	5	770	707	-63
TOTAL	83	36 613	33 732	-2 881

A distribuição dos recursos humanos foi efetuada tendo em consideração os níveis de qualificação

Ao longo do ano 2011, o IEFP,I.P. registou um decréscimo significativo de recursos humanos ao seu serviço, apresentando um desvio negativo de 2.881 pontos face ao número de pontos planeados.

Nota: O balanço social referente ao ano de 2011 apresenta um efetivo de 3.277 trabalhadores, uma vez que, para além dos 3.254 trabalhadores ao serviço em unidade orgânicas do Instituto, inclui ainda trabalhadores que se encontram a exercer funções, em regime de mobilidade, na CITE, no OEFP e na Comissão de Recursos, cuja responsabilidade na administração de pessoal e apoio técnico e logístico está cometida, por lei, ao IEFP, I.P.

2.2.

RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Orçamento	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	962,6 9	669,3 6	293,3
Investimento	35,70	14,5 2	21

O IEFP,I.P. executou 70% do valor previsto do orçamento de funcionamento e 41% do valor previsto para o orçamento de investimento.

A baixa execução da componente funcionamento, onde se enquadram, nomeadamente, as medidas de política ativa de emprego e formação profissional, resulta das justificações apresentadas anteriormente, como sejam, a dificuldade de penetração nas empresas, face ao atual contexto económico e social, a alteração de algumas medidas, a reformulação dos sistemas de informação, entre outras. De referir, ainda, que a diminuição do valor executado resulta, por um lado, da redução dos montantes associados às medidas de emprego, decorrentes de medidas de racionalização financeira e também de alterações organizacionais, e por outro, nas medidas de

formação e reabilitação profissional, com a redução dos valores pagos pelas prestações de serviços no âmbito da atividade formativa.

Por outro lado, há que considerar a redução das Despesas com o Pessoal e nos valores das aquisições de serviços decorrentes do previsto na Lei 55-A/2010, LOE para 2011, que implicou a aplicação de redução remuneratória que recaiu no valor dos vencimentos e prestações de serviços no global, incluindo formadores externos.

A reduzida execução da componente de Investimento está associada a atrasos nos procedimentos burocráticos associados aos processos de infraestruturas.

2.3.

ANÁLISE DOS DESVIOS ^m

[1] A análise dos resultados dos objetivos foi efetuada tendo por base a taxa de realização de cada objetivo dentro de cada um dos parâmetros.

Da apreciação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais traçados no QUAR 2011 do IEFP, I.P., constata-se que, dos onze objetivos previstos, seis foram superados, um foi atingido e quatro não foram atingidos, dois dos quais por condicionantes externas à sua operacionalização.

Aos objetivos de **eficácia** foi atribuída uma ponderação de 70%, integrando sete objetivos operacionais (objetivos 1 a 7). A ponderação atribuída a estes objetivos revela que a prioridade da gestão do IEFP, I.P. se centrou na resposta aos utentes através da sua rede de centros, focando-se na prestação de mais e melhor serviços, procurando adequar-se à procura. O seu esforço organizacional incide no ajustamento do mercado de trabalho e na concretização das medidas de emprego e de formação profissional, em conformidade com os objetivos estratégicos 1 – Promover a qualidade de emprego e combater o desemprego e 3 – Promover a qualificação dos ativos.

Os resultados alcançados no objetivo 1 (Captar ofertas de emprego) apresentam um desvio negativo de 1,8%, por força do resultado obtido no indicador um, decorrente de fatores exógenos à atuação do IEFP, I.P.

O objetivo 2 (Inserir pessoas no mercado de trabalho) obteve igualmente um desvio negativo de -1,2%, ao qual não é alheio o atual contexto económico.

O objetivo 3 (Inserir pessoas em medidas ativas de emprego) é composto por 3 indicadores. Destes, o indicador 3, que previa abranger através das medidas de estágios 29.349 pessoas, foi o único que obteve um resultado abaixo da meta estabelecida, o que condicionou o resultado final do objetivo, verificando-se um desvio de negativo de 1,0%.

O resultado alcançado no objetivo 4 (Abranger adultos em ações de dupla certificação) apresenta um desvio positivo de 0,7%, com um resultado de 11,2%, para uma meta de 10,5%. Este resultado decorre da aplicação das ponderações relativas de cada um dos indicadores com base nos quais foi aferido o grau de realização deste objetivo. Dos dois indicadores que compõem este objetivo, um apresenta um resultado com um desvio negativo e o outro com um desvio de superação de meta.



O resultado do objetivo 5 (Inserir em processo de RVCC as pessoas inscritas nos Centros Novas Oportunidades) decorre da atividade desenvolvida nos Centros Novas Oportunidades, integrados na rede de centros do IEFP, I.P., tendo cada um dos indicadores que compõem este objetivo obtido um resultado positivo.

O objetivo 6 (Encaminhar para CNOs pessoas que não tenham o 12º ano) foi superado tendo sido efetuados 225.444 encaminhamentos de pessoas que não tinham o 12º ano completo. Este resultado representou uma taxa de realização do objetivo de 19,3 % face a uma meta de 15%, o que significa um desvio positivo de 4,3%.

Os resultados obtidos no objetivo 7 (Reforçar o encaminhamento de entrevistas a ofertas de emprego) permitiram uma taxa de realização do objetivo de 32,1% face aos 15% planeados, o que significou efetuar 113.251 entrevistas acompanhadas no ano de 2011.

O parâmetro **eficácia** obteve um resultado de **82,2 pontos** percentuais do total de 70 pontos percentuais definidos como meta.

Para os objetivos inseridos no parâmetro **eficiência**, foi considerada uma ponderação de 15% suportados em 2 objetivos. O Objetivo 8 (Diminuir o tempo de decisão das candidaturas às medidas ativas do SGC), ao contrário do ano de 2010 (ano de arranque do projeto), obteve um resultado positivo, com uma taxa de realização do objetivo de 61,7% face aos 50% planeados.

Já os resultados obtidos no objetivo 9 (Reforçar o número de colocações resultantes de entrevistas acompanhadas) apresentam um desvio negativo da taxa de realização de 10,3%. Esta situação decorre do já referido contexto económico desfavorável e da necessidade de melhoria interna de procedimentos.

Este parâmetro obteve um resultado de **15,2 pontos** percentuais do total de 15 pontos percentuais definidos como meta.

Quanto ao parâmetro de **qualidade** para o qual foi definida uma ponderação de 15%, os dois objetivos que compõem apresentaram resultados positivos. Este parâmetro pretende avaliar a perceção dos utilizadores da organização. Neste contexto, foram definidos dois objetivos: um relativo à qualificação dos trabalhadores – objetivo 10, o que permitirá a melhoria dos serviços prestados, e um referente à medição da qualidade dos serviços prestados, através da análise no número de reclamações – objetivo 11.

Constatou-se que os dois objetivos inseridos neste parâmetro obtiveram resultados de superação, tendo o objetivo 10 sido superado na sua taxa de realização em 14,8 % (64,8% de execução face a uma meta de 50%) e o objetivo 11 obtido um resultado na sua taxa de realização de 56,8%, face aos 50% planeados.

Estes resultados de **18,2 pontos** percentuais dos 15 pontos planeados evidenciam uma preocupação da organização na qualidade do serviço prestado.

3.

BALANÇO SOCIAL

O balanço social constitui um instrumento de gestão das organizações públicas e privadas, representando um meio de informação, um utensílio de negociação e um instrumento de planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos, na medida em que fornece, ao longo dos anos, um conjunto de informações essenciais sobre a situação social das organizações, colocando em evidência pontos fortes e pontos fracos da gestão dos recursos humanos.

O balanço social foi introduzido na Administração Pública com o Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, que aprovou o regime de administração financeira do Estado, tendo sido tornado obrigatório por força do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, para todos os organismos que tenham um mínimo de 50 trabalhadores.

Neste quadro, é elaborado o Balanço Social do IEFP, I.P., que procura refletir os movimentos registados na evolução do efetivo ao seu serviço.

No ano de 2009, por força da entrada em vigor em pleno da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, o IEFP, I.P. operou a transição de todos os seus trabalhadores para o regime jurídico de contrato de trabalho em funções públicas, independentemente de o seu vínculo inicial ter sido constituído por nomeação na função pública ou por celebração de contrato individual de trabalho.

Contudo, tendo em conta a especificidade da estrutura de carreiras do IEFP, I.P., criadas ao abrigo do regime do contrato individual de trabalho, as quais não foram ainda alvo de decisão de extinção, revisão ou subsistência, não tendo sido abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de Julho, estas não foram alvo de transição para as carreiras gerais – técnico superior, assistente técnico e assistente operacional – criadas pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, mantendo-se em processo de revisão até à publicação de diploma que venha a regular o seu processo de extinção e transição. Apenas os trabalhadores cujo vínculo inicial fosse de nomeação na função pública viram as suas carreiras transitar para as carreiras gerais da Administração Pública.

Pese embora este facto, por uma questão de coerência com a distribuição do efetivo apresentada no SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado, por orientações da DGAEP e conforme modelo de formulário disponibilizado por aquela Direção-Geral, cuja utilização/preenchimento é obrigatório a todos os organismos e serviços da Administração Pública, pela 1.ª vez o balanço social do IEFP, I.P., referente ao ano de 2011, apresenta uma distribuição do efetivo pelas carreiras gerais, legalmente previstas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Neste entendimento, importa ainda evidenciar o facto de, no balanço social 2011, constarem os trabalhadores em regime de mobilidade com vínculo contratual ao IEFP, I.P., que se encontram a exercer funções em serviços cuja responsabilidade na administração de pessoal e apoio técnico e logístico que lhe está cometida por lei, como é o caso da Comissão de Recursos, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e do Observatório do Emprego e da Formação Profissional (OEFPP).

A 1 de Janeiro de 2011, o IEFP, I.P. contava com 3.547 trabalhadores ao seu serviço e a 31 de Dezembro contava com 3.277 trabalhadores, o que representa um saldo negativo de 270 trabalhadores. Este saldo ocorreu pela



diferença verificada entre o número de trabalhadores que saíram durante o ano de 2011, que foi de 395, e o número de trabalhadores entrados ao serviço, que foi de 125.

Salienta-se que as 125 entradas de trabalhadores, registadas no ano de 2011, correspondem a situações de:

- Admissão de trabalhadores para a carreira geral de técnico superior pela via do procedimento concursal;
- Regresso de trabalhadores em situação de mobilidade noutros serviços da Administração Pública;
- Cessação de licença sem remuneração.

Refira-se que estas admissões estão consubstanciadas na celebração de novos contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, na sequência dos 18 procedimentos concursais comuns, abertos em 2009, com vista ao recrutamento de 166 técnicos superiores, previstos no mapa de pessoal do IEFP, I.P.

Analisadas as 395 saídas de trabalhadores, verifica-se que 102 ocorreram por força de situações de aposentação/reforma e 22 por situações de mobilidade interna/cedência de trabalhadores, incluindo-se aqui a cessação de situações de mobilidade de trabalhadores oriundos de outros serviços ou organismos da Administração Pública, bem como, a saída de trabalhadores do mapa de pessoal do IEFP, I.P. para o exercício de funções em outros serviços ou organismos.

Importa ainda aqui destacar as 209 saídas de trabalhadores que se encontravam a desempenhar funções nos Centros Novas Oportunidades (CNO) a funcionar junto dos Centros de Formação Profissional do IEFP, I.P., ocorridas pela caducidade dos respetivos contratos de trabalho em dezembro de 2011, e as 13 denúncias de contrato por iniciativa dos próprios trabalhadores, verificadas ao longo do ano.

O atual quadro legal que regula o processo de recrutamento na Administração Pública impõe um conjunto de procedimentos e trâmites administrativos que o tornam particularmente moroso, por um lado, e implica uma elevada afetação de recursos, por outro, revelando-se de particular complexidade face ao anterior quadro legal que regulava a celebração de contratos de trabalho na Administração Pública.

Os constrangimentos com a dotação de recursos humanos são ainda evidenciados no balanço social com a expressão do número de horas de trabalho extraordinário realizado no ano de 2011 e que ascendeu a 43.445,14 horas, representando, ainda assim, um decréscimo significativo do número de horas de trabalho extraordinário prestado face ao ano anterior, cujo valor foi de 71.896,82 horas.

Outro constrangimento em matéria de recursos humanos evidenciado no balanço social do IEFP, I.P. prende-se com os elevados níveis de absentismo, tendo sido registada uma taxa de absentismo superior a 9%, representando 64.855 dias não trabalhados ao longo do ano, donde se destacam 35.004 dias por motivo de doença.

Finalmente, importa realçar o esforço do IEFP, I.P. na qualificação dos seus trabalhadores, tendo sido ministradas 20.828 horas de formação, o que corresponde a uma média de 13,4 horas por trabalhador.

4.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1.

APRECIÇÕES DOS UTILIZADORES

► Inquéritos/Estudos

Designação	Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento nos Centros de Emprego
Metodologia	<p>A metodologia centra-se na aplicação de um inquérito por questionário via postal a todos os Utentes (Pessoas e Entidades Empregadoras) que se dirigiram aos Centros de Emprego do Continente, num determinado dia do 1º e 3º trimestres de cada ano.</p> <p>A amostra é selecionada aleatoriamente, mediante a escolha de um dia útil no trimestre. A recolha de dados efetua-se através do envio dos questionários para o universo de Utentes que contactaram os Centros de Emprego (CTE) nesse dia. Decorridas 4 semanas após o primeiro envio, tem lugar uma insistência via postal, no sentido de aumentar a taxa de resposta.</p> <p>As variáveis, constantes do questionário, que avaliam a qualidade do atendimento nos Centros de Emprego, são as seguintes: os motivos de contacto com o Centro; o tempo de espera e perceção do mesmo; modo de marcação de vez e perceção da sua adequação; qualidade do atendimento em termos globais e em termos específicos, nomeadamente a adequação das instalações, brochuras e outro material de informação, organização dos serviços, competência e simpatia dos funcionários, empenhamento na resolução do assunto; se o motivo de contacto com o Centro foi resolvido e quais as respostas propostas pelo Centro de Emprego.</p> <p>No tratamento dos dados, procede-se à caracterização da população inquirida (universo) e do conjunto de respondentes (amostra), sendo efetuadas análises descritivas e multivariadas das variáveis alvo deste estudo.</p>
Resultados	<p>Em 2011, realizaram-se dois processos de inquirição, correspondentes ao 1º e 3º trimestres, tendo sido elaborado um relatório por cada momento de inquirição.</p> <p>Considerando o último relatório elaborado, apresentam-se de seguida os principais</p>

resultados.

O quadro seguinte sistematiza a média ponderada correspondente a cada um dos parâmetros utilizados para avaliar a qualidade global do atendimento, segundo a perspectiva das pessoas que recorreram aos CTE.

Qualidade Global do Atendimento

Avaliação dos Serviços	14º Inquérito	15º Inquérito	16º Inquérito	17º Inquérito	18º Inquérito	19º Inquérito	20º Inquérito	21º Inquérito
Atendimento Global	3,44	3,44	3,31	3,28	3,28	3,33	3,36	3,38
Adequação das instalações	3,57	3,59	3,42	3,42	3,45	3,56	3,56	3,60
Brochuras e outro material de informação	3,10	3,17	3,00	3,02	3,01	3,04	3,04	3,12
Organização dos serviços	3,28	3,30	3,12	3,13	3,18	3,19	3,21	3,25
Competências dos funcionários	3,49	3,49	3,39	3,35	3,36	3,49	3,42	3,47
Simpatia dos funcionários	3,50	3,47	3,35	3,39	3,33	3,42	3,35	3,44
Empenhamento na resolução do assunto	3,27	3,32	3,14	3,13	3,12	3,27	3,17	3,22

Tomando como referência o valor alcançado por cada um dos *itens* definidos para medir a satisfação dos utentes singulares em relação ao atendimento prestado, conclui-se que na presente inquirição os parâmetros correspondentes às instalações, à competência dos funcionários, à simpatia da equipa técnica e ao atendimento global, registam valores mais elevados. De notar que esta tem sido a tendência verificada nas observações anteriores, chamando a atenção para o facto de, na última inquirição efetuada (20ª), o parâmetro do atendimento global se ter sobreposto à simpatia dos funcionários. Em oposição, as brochuras e outro material informativo, o empenhamento dos técnicos na resolução dos assuntos e a organização dos serviços obtiveram valores mais baixos no presente inquérito, mantendo-se, assim, a tendência que se vem registando ao longo das sucessivas inquirições.

No que respeita à gestão do atendimento, é possível concluir que, em média, desde 2000, é mais frequente a espera até ao atendimento estar compreendida entre 10 e 20 minutos. De referir que na 16ª, 17ª e 18ª observações, verificou-se uma maior concentração no tempo de espera entre os 30 e os 90 minutos. Na presente inquirição, 12,8% das pessoas que responderam ficaram à espera para ser atendidas menos de 10 minutos, ou seja, abaixo da média obtida desde o ano 2000 nesse intervalo de tempo (13,5%). Com um tempo de espera maior (superior a 1 hora e 30 minutos), o atual inquérito contabiliza 14,9%, o que significa +3,8 pontos percentuais (pp) do que a média obtida.

Tempo Espera no Atendimento	14º Inquérito	15º Inquérito	16º Inquérito	17º Inquérito	18º Inquérito	19º Inquérito	20º Inquérito	21º Inquérito
Menos de 10 minutos	13,8	14,9	10,1	10,8	9,7	11,1	12,9	12,8
De 10 a 20 minutos	29,4	25,9	24,4	22,5	25,0	25,8	25,9	25,0
Quase 30 minutos	25,5	25,1	23,4	24,2	23,3	24,1	22,8	23,3
De 30 minutos a 90 minutos	20,2	22,3	25,5	27,3	27,5	23,4	22,8	24,0
Mais de 90 minutos	11,1	12,6	16,6	15,3	14,4	15,6	15,8	14,9

No que se refere à percepção do tempo despendido à espera do respetivo atendimento, à semelhança das inquirições anteriormente efetuadas, também neste inquérito é mais elevada a percentagem de respostas que consideram “Adequado” [47,3%]. A percepção de que o tempo de espera foi “Muito Rápido” detém a proporção mais reduzida [3,6%, o que se traduz em +0,8 pp face à média], tal como sucedeu nas inquirições realizadas anteriormente. De assinalar o facto de as observações realizadas a partir da 15ª (inclusive) registarem percentagens mais altas na percepção “Muito Demorado” comparativamente à média alcançada desde o ano 2000.

Percepção do Tempo de Espera	14º Inquérito	15º Inquérito	16º Inquérito	17º Inquérito	18º Inquérito	19º Inquérito	20º Inquérito	21º Inquérito
Muito Rápido	2,4	2,6	2,0	2,0	2,1	2,2	3,1	3,6
Rápido	12,2	10,5	8,3	10,2	8,5	9,4	9,4	9,2
Adequado	50,8	47,6	49,0	45,8	46,5	44,5	47,0	47,3
Demorado	25,4	28,3	26,8	28,1	30,9	31,3	29,7	28,1
Muito Demorado	9,2	11,1	13,9	13,9	11,9	12,6	10,9	11,9

Designação

Sistema de Monitorização da Satisfação dos Utentes

Ponto de situação

Numa perspetiva de aprofundamento e complementaridade da monitorização da satisfação dos utentes do IEPF, I.P., matéria prioritária, procedeu-se ao lançamento de um projeto para desenvolvimento e implementação de uma metodologia para a avaliação sistemática de informação qualificada sobre a evolução das formas como os cidadãos e as organizações clientes percecionam e avaliam a qualidade dos serviços que utilizam.

O procedimento concursal lançado pelo IEPF, I.P. em 2008, com vista à adjudicação externa para definição de um Modelo de Monitorização de Satisfação do Utente e sua aplicação, encontrava-se em fase de ajustamento, na sequência do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo de 19/10/2010, o qual decidiu a anulação do ato de adjudicação.

O projeto foi retomado em 2011, em estreita interação entre os serviços de suporte dinamizadores do projeto e as áreas do emprego e da formação profissional, tendo sido então consolidadas as peças concursais necessárias à aquisição de serviços especializados para a execução do projeto, de forma a proporcionar aos potenciais concorrentes as condições facilitadoras para uma melhor compreensão do seu âmbito e respetivos objetivos, face à anterior versão.

Desta forma, foi publicado, no dia 8 de novembro de 2011, o anúncio de abertura do concurso público no Diário da República, no Jornal Oficial da União Europeia e na Plataforma de Compras Públicas, prevendo-se que em 2012 se possa ter uma primeira aplicação piloto relativa à metodologia de monitorização da satisfação dos utentes do IEFP, I.P.

Designação

Sistema de Avaliação da Formação Profissional

Metodologia

A metodologia utilizada é a inquirição por via postal a uma amostra de ex-formandos, após terem decorrido nove meses da conclusão da formação, pretendendo-se avaliar a situação face ao emprego dessas pessoas, o nível de satisfação e a qualidade do emprego e de que forma a formação contribuiu para a obtenção do mesmo.

Não são considerados nesta avaliação as ações de formação com duração inferior a 100 horas.

Resultados

O processo de inquirição tem início no mês de Julho de cada ano.

Do Relatório Anual sobre os Processos de Integração no Mercado de Trabalho dos utentes que participaram na Formação – 2010, destacam-se os seguintes aspetos:

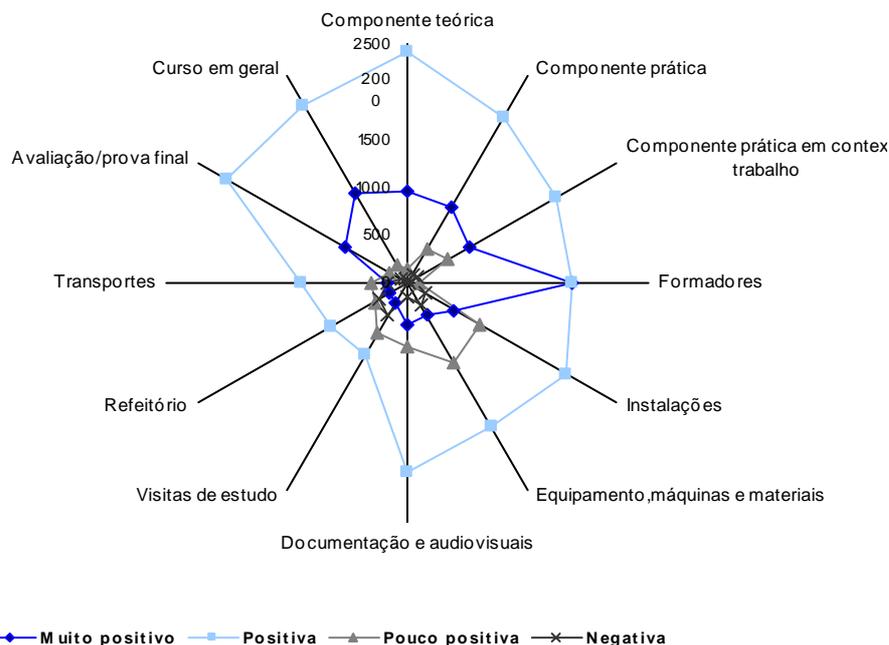
A análise das áreas de formação, cruzada com a variável grupo etário permite entrever opções diferenciadas entre os vários grupos etários. Os mais jovens apostam em primeiro lugar no Ciências Informáticas e de seguida na Gestão e Administração e no Comércio. Nos restantes grupos etários, as Ciências informáticas também desempenham um lugar relevante, mas o emprego na economia social é importante, em especial, para os adultos entre os 25 e os 34 anos.

Três primeiras áreas de formação por grupo etário

Áreas de formação	<25 anos	25 a 34 anos	35 a 54 anos	+ de 55 anos
1º	Ciências informáticas	Serviços de apoio a crianças e jovens	Ciências informáticas	Programas de base
2º	Gestão e administração	Ciências informáticas	Programas de base	Ciências informáticas
3º	Comércio	Trabalho Social e Orientação	Trabalho Social e Orientação	Trabalho social e orientação

Fonte: IEFP, Inquérito aos utentes que frequentaram ações de formação, SGFOR e SEIP

Em relação aos diversos aspetos dos cursos, os ex-formandos avaliam de forma positiva as componentes da formação propriamente dita, demonstrando um maior grau de insatisfação no que concerne aos aspetos logísticos, como por exemplo os transportes e os refeitórios, bem como às atividades extracurriculares (visitas de estudo).



Quando questionados sobre a importância da formação recebida na obtenção do emprego atual, 37,0% dos respondentes são perentórios em afirmar que em nada contribuiu. Por outro lado, 46,5% afirmam que foi decisiva e os restantes que foi pouco decisiva. Estes resultados demonstram níveis de satisfação com a formação inferiores aos verificados no ano anterior.

Impacto da formação para a obtenção do emprego atual

	Frequência absoluta	%
Foi decisiva	278	46.5
Foi pouco decisiva	99	16.6
Em nada contribuiu	221	37.0
Total	598	100.0

Fonte: IEFP, Inquérito aos utentes que frequentaram ações de formação

No sentido de medir o impacto direto da formação na empregabilidade, é calculada a taxa de influxo no emprego após a formação.

A análise múltipla dos influxos permite, por seu lado, perceber os inúmeros percursos possíveis antes e após a frequência de uma ação de formação, considerando as diferentes tipologias de formação e público-alvo.

Na análise seguinte deve ser tida em consideração a alteração metodológica realizada no ano de 2008, passando o período de inquirição de 3 e 9 meses após, para 9 meses após a realização da ação.

Considerando primeiramente o período entre 2006 e 2009, observa-se que:

- O influxo geral no emprego apresenta uma taxa inferior a 2006, ano em que atingiu os 45,5%, situando-se em 2009 nos 40,3%, muito embora o influxo real no emprego (considerando apenas os utentes que estavam desempregados antes da ação e que 9 meses após o término da formação se encontram empregados) se situe entre os 18,2% e os 27,8%, no período considerado;

- O influxo geral no desemprego baixou progressivamente nos anos em análise, observando-se um reforço em 2007 do influxo na categoria outros, que engloba situações muito diversas, desde os desempregados indisponíveis para o trabalho, utentes integrados em medidas de emprego e formação profissional, domésticas(os) e reformados, que se repetiu nos anos seguintes.

Em 2010, é observável um reforço da tendência decrescente do influxo no emprego, quer no que respeita à taxa geral, que se situa nos 32,6% (em 2008 atingia os 43,0%), quer por parte de utentes que antes da ação de formação se encontravam desempregados, não ultrapassando em 2010 os 17,8% de utentes empregados 9 meses após a frequência de ação de formação, muito aquém dos anos anteriores.

Por seu turno, a taxa de influxo geral no desemprego situa-se nos 46,1% (em 2008 não ultrapassava os 35,6%).

Também para aqueles que já se encontravam desempregados antes da frequência da ação de formação, a mesma não provocou qualquer impacto para 70,3% dos utentes, que continuam desempregados.

Taxas de influxo em 2010

Situação Antes da Formação	Situação Após Formação					Influxos			
	Empregado	Desempregado	Estudante	Outros	Total	Emprego	Desemprego	Estudante	Outros
Empregado	653	269	14	128	1064	61.4	25.3	1.3	12.0
Desempregado	280	1108	15	173	1576	17.8	70.3	1.0	11.0
Estudante	137	102	77	43	359	38.2	28.4	21.4	12.0
Outros	57	117	9	280	463	12.3	25.3	1.9	60.5
Total	1127	1596	115	624	3462	32.6	46.1	3.3	18.0

Nr=254

Fonte: IEFP, Inquérito aos utentes que frequentaram ações de formação

Sistema de Gestão das Reclamações

Metodologia

Na base de que as reclamações apresentam manifestação de desagrado, sugestão de melhoria ou denúncia, exposta por um Cidadão ou Organização, na qualidade de Cliente/Utente ou de Fornecedor, externo ao IEFP, I.P., ou por um seu representante, o IEFP, I.P. tem um sistema de análise de todas as reclamações que lhe são dirigidas, independentemente do meio de comunicação em que sejam veiculadas (Livro de Reclamações, a Ficha de Opiniões e Sugestões ou, ainda, a carta, o fax ou através de correio eletrónico).

O processo de análise, tendo objetivos bastante abrangentes sobre a opinião que os utentes manifestam, abrange as seguintes categorias:

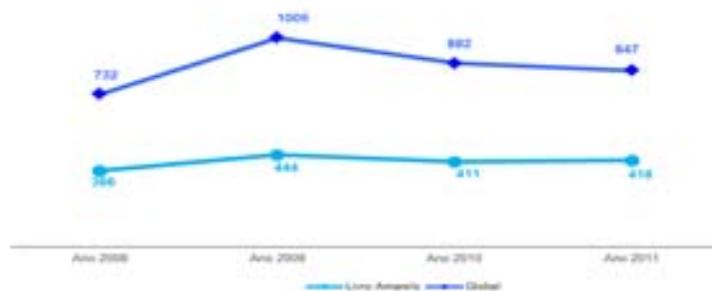
- Exaradas no Livro de Reclamações (Ia. das Unidades Orgânicas Locais, Ib. dos Serviços de Coordenação Regional e Ic. dos Serviços Centrais);
- Enviadas diretamente à Tutela ou a outros Membros do Governo;
- Enviadas diretamente ao Conselho Diretivo do IEFP, I.P.;
- Enviadas para o endereço eletrónico iefp.info@iefp.pt;
- Enviadas para os endereços eletrónicos específicos das áreas do Emprego (webdem@iefp.pt, netemprego@iefp.pt ou outros) ou da Formação Profissional (webdfp@iefp.pt ou outros);
- Enviadas para os Serviços Centrais;
- Enviadas para os Serviços de Coordenação das Delegações Regionais;
- Enviadas para os Serviços Locais;
- Opiniões e Sugestões colocadas em qualquer Edifício do IEFP, I.P.;
- Enviadas para os Centros de Formação Profissional de Gestão Participada.

Para cada modalidade de reclamação, foram definidos os respetivos níveis de responsabilidade das diferentes Unidades Orgânicas na receção, análise, tratamento, encaminhamento, resposta, arquivo e registo nas relações trimestrais de reclamações e opiniões e, finalmente, na base de dados nacional.

Resultados

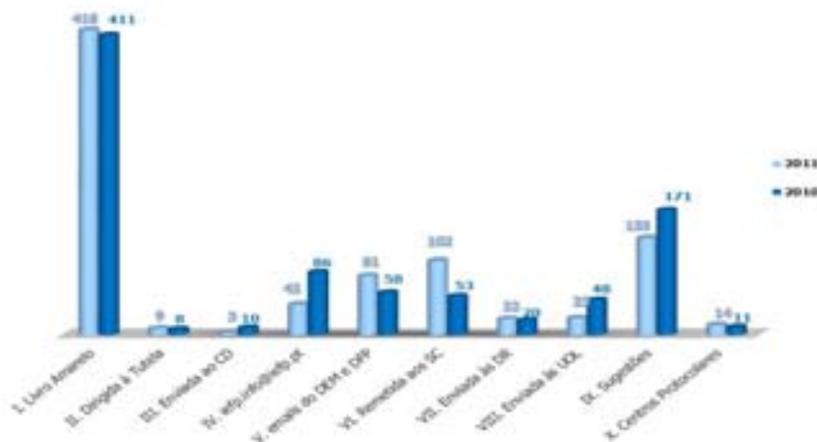
Tendo por base a informação recolhida e analisada, relativa às opiniões, sugestões e reclamações dos utentes do IEFP, I.P., durante o ano de 2011, podem ser destacadas algumas linhas de tendência:

Evolução das reclamações recebidas no IEF, IP, entre 2008 e 2011.



Contrariando a evolução que se vinha a registar até 2009, de aumento contínuo do número de manifestações de descontentamento, o ano de 2011 revela uma quebra de 4%, em relação a 2010, tendo decrescido de 882 para 847 reclamações, sugestões e opiniões, sendo que 49% foram exaradas no Livro Amarelo, enquanto 16% representam Sugestões de melhoria dos serviços prestados e 12% se referem a Reclamações remetidas aos Serviços Centrais, encontrando-se as restantes dispersas pelas diversas “portas de entrada” disponíveis aos Utentes, conforme se pode constatar da análise do gráfico seguinte:

Distribuição das reclamações por modalidade, em 2011



Os canais mais utilizados são o Livro Amarelo e as Fichas de Opiniões e Sugestões, pelo que no quadro seguinte se apresenta a evolução registada nos anos de 2010 e 2011, relativamente às reclamações recebidas por estas duas vias.

Constata-se uma diminuição, a nível nacional, de cerca de 29,5%, ao nível das Opiniões e Sugestões e um acréscimo, de cerca de 1,7%, no que concerne às Reclamações registadas no Livro Amarelo. Verifica-se, ainda, que as duas Delegações Regionais com maior expressão em número de manifestações de desagrado por parte dos Utentes são as DR de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, em virtude de concentrarem um maior número de Unidades Orgânicas Locais e de Utentes.

Evolução do Número de Reclamações (Livro Amarelo) e Fichas de Opinião e Sugestões

SERVIÇOS DO IEPF	2010		2011	
	Opiniões e Sugestões	Reclamações	Opiniões e Sugestões	Reclamações
Delegação Regional do Norte (DN)	105	125	55	139
Delegação Regional do Centro (DC)	21	43	14	32
Delegação Regional de Lisboa e VT (DL)	118	194	96	191
Delegação Regional do Alentejo (DA)		9	3	14
Delegação Regional do Algarve (DG)		38	4	42
Serviços Centrais (SC)		2		
TOTAL NACIONAL	244	411	172	418
		655		590

A análise da distribuição do total das manifestações dos utentes registadas neste ano, por tipologia, permite aferir que os motivos mais invocados são, em termos de insatisfação, a nível nacional, por ordem decrescente:

- Procedimentos internos;
- Tempo de espera para atendimento;
- Atendimento prestado pelos técnicos;
- Frequência de ações de formação.

No plano inverso, os utentes manifestaram um grau de satisfação relativamente elevado em relação a:

- Condições de higiene;
- Condições de segurança;
- Condições físicas das instalações;
- Localização das instalações;
- Horário de atendimento.

O número médio de dias para responder aos utentes que exararam reclamações no Livro Amarelo situou-se nos 5,1 dias, tendo apenas cerca de 4,5% das respostas ultrapassado o prazo dos 15 dias estipulado na legislação em vigor, valores estes que representam uma considerável melhoria relativamente a 2010, quando as respostas aos reclamantes demoraram, em média, 7,9 dias e 9% superaram a barreira dos 15 dias.

4.2.

APRECIÇÃO DOS TRABALHADORES

Designação	Estudo do Clima Social
Metodologia	<p>A análise do Clima Social visa caracterizar a cultura e o ambiente vividos pelos colaboradores no IEFP, I.P. e, desta forma, definir e implementar melhorias capazes de elevar os índices de satisfação e envolvimento dos colaboradores com os objetivos da organização. O Clima Social foi analisado através de um questionário de opinião composto por questões fechadas, medidas numa escala de 1 a 4 pontos (Discordo Totalmente, Discordo, Concordo, Concordo Totalmente) e por questões abertas onde os colaboradores podiam manifestar as suas opiniões e apresentar sugestões para melhorar o IEFP, I.P., bem como sobre atividades promotoras do espírito de equipa e a possibilidade de mobilidade na Administração Pública. A análise foi efetuada em 4 dimensões: 1) Políticas de RH; 2) Relação com a chefia e trabalho em equipa; 3) IEFP, I.P. - Imagem e envolvimento; 4) Condições de trabalho. Os níveis de satisfação foram também caracterizados tendo por base as variáveis idade, género, categoria profissional, localização geográfica, habilitações literárias, antiguidade e serviço.</p>
Resultados	<p>Em março de 2011, foi disponibilizado, na INTRANET, o texto de “Análise Geral” do estudo do clima social no IEFP, I.P., e no trimestre seguinte (junho de 2011) foi divulgada a versão integral do estudo refletida no relatório final.</p> <p>Nessa perspetiva, estão a ser analisadas as conclusões deste estudo, no sentido de identificar as medidas a implementar no seio da organização, por forma a aumentar a satisfação dos colaboradores.</p> <p>Uma das medidas recomendadas no estudo e considerada como uma das áreas de intervenção prioritária, enquadrada no âmbito da preocupação com a opinião e motivação dos colaboradores, prevê a criação de mecanismos de audição e recolha de sugestões apresentadas pelos trabalhadores, através da disponibilização de um endereço eletrónico específico.</p> <p>Esta iniciativa, a lançar no decorrer de 2012, pretende recentrar os trabalhadores num esforço de melhoria contínua da atividade do Serviço Público de Emprego, congregando as suas ideias e contributos para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Modernizar os serviços;• Fortalecer o clima social;• Dinamizar a comunicação interna e externa;• Agilizar circuitos e processos;• Otimizar os recursos;• Aumentar os graus de eficiência e eficácia;• Disseminar boas práticas.

4.3.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) foi, durante o ano de 2011, aplicado quer ao nível do subsistema SIADAP2 (avaliação dos dirigentes) quer ao nível do subsistema SIADAP3 (avaliação dos demais trabalhadores).

Assim, o processo avaliativo do ano de 2011 foi iniciado mediante a contratualização de objetivos e competências com os trabalhadores que se enquadram nos níveis de qualificação profissional de Quadros Superiores e Quadros Médios e de competências com os trabalhadores que se enquadram no regime transitório (ao abrigo do artigo 80º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro), de acordo com o determinado pelo Conselho Coordenador de Avaliação - CCA. Estas contratualizações ocorreram imediatamente após a aprovação do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) por Sua Excelência o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, em 3 de março de 2011.

Foram igualmente, nesse mesmo momento, contratualizados os objetivos e as competências com os dirigentes que se encontravam nomeados em regime de Comissão de Serviço.

Aos dirigentes que se encontravam em regime de substituição não foram definidos objetivos próprios, tendo assumido a responsabilidade dos objetivos da unidade orgânica que dirigiam, até estarem concluídos os procedimentos concursais para provimento do cargo.

Em simultâneo, e no cumprimento do cronograma e orientações dispostas no Aviso nº 2/SIADAP/2011, de 8 de fevereiro, procedeu-se à avaliação do desempenho dos dirigentes (SIADAP2) e demais trabalhadores (SIADAP3) relativamente ao ano de 2010, verificando-se que, do universo de 3.547 trabalhadores efetivos a 31 de dezembro de 2010, reuniram condições para serem avaliados regularmente os seguintes trabalhadores, distribuídos por subsistema e regime de avaliação:

Número de trabalhadores por subsistema e regime de avaliação

SIADAP 2	243
SIADAP 3	3.101
Regime Geral	1.908
Regime Transitório	1.193
Total Avaliados	3.344
Efetivo 2010	3.547

Os trabalhadores que não reuniram os requisitos para serem avaliados regularmente foram avaliados através de ponderação curricular ou ficaram com a avaliação atribuída no ano anterior, ao abrigo do n.º 5 do artigo 29º e do artigo 42º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.



Existe ainda um número residual de trabalhadores não avaliados por se encontrarem ausentes por motivo de doença (baixas médicas prolongadas) ou por licenças de curta ou média duração (de parentalidade ou sem remuneração).

Em paralelo, foram analisados os contributos dos avaliadores e avaliados, vertidos nas fichas de avaliação e autoavaliação, relativamente às necessidades de formação profissional, com o objetivo de identificar as necessidades de desenvolvimento de competências dos trabalhadores e corporizar o Plano de Formação.

Relativamente ao funcionamento do Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), este órgão reuniu regularmente, tendo estabelecido orientações para as avaliações do desempenho do ano de 2011 e para a conclusão dos processos ainda relativos ao ano de 2010.

No cumprimento do disposto legalmente sobre as validações e reconhecimentos de mérito, e tendo em conta as percentagens relativas à diferenciação de desempenhos estabelecidas pelo CCA, realizaram-se, nos meses de abril e junho, reuniões do CCA tendo em vista a harmonização das propostas de avaliação com menções de Desempenho Relevante e Desempenho Inadequado, bem como o reconhecimento de Desempenhos Excelentes, respetivamente.

Durante o ano de 2011 procedeu-se ainda à conclusão de processos de avaliação de anos anteriores, visando a regularização destes processos, face à importância que os mesmos assumem para os trabalhadores e para a organização.

Com a conclusão dos processos de avaliação dos anos de 2008, 2009 e 2010, os dirigentes intermédios e demais trabalhadores cujos resultados do desempenho foram reconhecidos como “Relevante” ou “Excelente” nos 3 anos consecutivos adquiriram o direito, entre outros, a dias de férias, nos termos previstos nos artigos 39º e 52.º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro. No cumprimento desta disposição, foram registados e analisados, até à presente data, 297 requerimentos.

De salientar ainda que, no decurso do ano de 2011, foram apreciados pela Comissão Paritária aproximadamente 36 processos de avaliação.

Por último, acresce referir que existiu uma monitorização constante dos objetivos dos trabalhadores, tendo daí resultado algumas reformulações de objetivos quanto à existência de causas exógenas aos avaliados e avaliadores.

4.4.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IEFP, I.P. foi objeto de reestruturação no âmbito do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – tendo a sua lei orgânica sido aprovada pelo decreto-lei n.º 213/2007, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 157/2009, de 10 de Julho, e os seus estatutos aprovados pela portaria n.º 637/2007, de 30 de maio, republicada pela portaria n.º 570/2009, de 29 de maio. Nos termos da sua lei orgânica, o IEFP, I.P. dispõe de órgãos executivos, consultivos e de fiscalização, sendo os primeiros o Conselho Diretivo e o Conselho de Administração, cujas competências próprias se encontram aí fixadas.

A estrutura orgânica do IEFP, I.P., definida nos seus estatutos, estabelece a existência de serviços centrais e regionais, bem como as atribuições das suas unidades orgânicas.

Neste quadro, os serviços centrais estruturam-se em departamentos, assessorias, gabinetes, direções de serviços e núcleos, integrando o Departamento de Emprego, o Departamento de Formação Profissional, o Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão, o Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico, a Assessoria Jurídica e de Auditoria, a Assessoria de Sistemas de Informação, o Gabinete de Estudos e Avaliação, o Gabinete de Comunicação e o Gabinete de Instalações. Os serviços regionais estruturam-se em serviços de coordenação regional e em unidades orgânicas locais – centros de emprego, centros de formação profissional, centros de emprego e de formação profissional e centro de reabilitação.

Apesar da estrutura funcional do IEFP, I.P. privilegiar um carácter hierarquizado, em determinadas atividades o modelo organizacional tende a aproximar-se às tendências defendidas no PRACE, tendo como exemplo as unidades criadas no âmbito do modelo de serviços partilhados, que se caracterizam por serem estruturas matriciais.

Neste contexto, em 2011 foi consolidada a Unidade de Serviços Partilhados (USP) a nível Central (já implementada em 2008), que concentra a execução dos processos partilháveis das Áreas Administrativa (Aquisições), Financeira, Recursos Humanos (Assiduidade, Remunerações e Gestão da Formação) e Instalações (Administração de Edifícios, Intervenção nas Instalações, Manutenção das Instalações e Gestão de Contratos), estando cada uma das áreas funcionais dependentes hierarquicamente da unidade orgânica à qual foram cometidas as atribuições em causa, ou seja, Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão, Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico e Gabinete de Instalações, ainda que sujeitas a uma lógica de atuação comum, no sentido da centralidade do cliente interno e a níveis de serviço aferidos por um referencial comum; e cinco USP Regionais (USP Norte, USP Centro, USP Lisboa, USP Alentejo e USP Algarve), que agregam os processos partilháveis das Áreas Administrativa (Aquisições), Financeira e, a partir de janeiro de 2011, Recursos Humanos (Assiduidade), envolvendo os respetivos Serviços de Coordenação e os Centros de Emprego, no que se refere às 3 áreas funcionais, e ainda os Centros de Formação Profissional, os Centros de Emprego e Formação Profissional e o Centro de Reabilitação Profissional, no que respeita à área Recursos Humanos/Assiduidade, a funcionar na dependência das Direções de Serviços de Gestão de cada uma das Delegações Regionais.

Os dirigentes nomeados detêm as competências atribuídas pela lei orgânica, bem como as que lhes foram subdelegados pelo Conselho Diretivo.



No final de 2011, na sequência da tomada de posse do XIX Governo Constitucional e da subsequente orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que adotou uma estrutura que expressa a necessidade de construir modelos mais reduzidos nas organizações, foi nomeado um novo Conselho Diretivo, através do despacho n.º 17222/2011, de 26 de dezembro, constituído por um presidente e dois vogais.

Cumprе referir que o IAFP, I.P. desenvolve as suas múltiplas atividades tendo por base normas internas que regulam os procedimentos e estabelecem os níveis de responsabilidade ao nível da sua estrutura orgânica, sob a forma de circulares normativas e orientações técnicas.

4.5.

CONTROLO ADMINISTRATIVO

O IEFP, I.P. dispõe de instrumentos, normativos e manuais internos que disciplinam o desenvolvimento das suas actividades, quer ao nível da concepção, quer ao nível da execução e operação, nas diversas vertentes, seja nas áreas de negócio, emprego e formação profissional, seja nas áreas de suporte, administrativa, financeira, instalações, recursos humanos e comunicação.

Na verdade só com procedimentos estabelecidos, definidos e conhecidos pela organização é possível assegurar uma uniformidade de actuação e articulação, garantindo o respeito pelos princípios da igualdade, da transparência e imparcialidade que deve pautar a gestão dos organismos e serviços da Administração Pública, com especial relevância para os que prestam serviços directos aos cidadãos.

Na área de negócio, mais focada na prestação de serviços directos aos cidadãos, destacam-se os seguintes instrumentos:

- ▶ Manual de colocação – o qual agrega de forma estruturada as normas e procedimentos da colocação, enquadrando-a no processo metodológico de intervenção dos centros de emprego do IEFP, I.P.;
- ▶ Regulamento do formando – através do qual se assegura a orientação dos diferentes intervenientes no processo de formação, em torno de projectos integrados, cuja dimensão formativa contribua, em simultâneo, para o desenvolvimento do indivíduo, do grupo, das organizações e das comunidades envolventes;
- ▶ Regulamentos das medidas ativas de emprego em vigor – disponibilizados aos beneficiários/destinatários dos apoios (entidades e/ou indivíduos), onde são definidas as condições de elegibilidade e de concessão dos apoios do IEFP, I.P., bem como os procedimentos necessários à execução das medidas.

Na área de suporte, mais focada na prestação de serviços internos destacam-se os seguintes instrumentos:

Área	Vertente	Controlo
Financeira	Contabilidade geral	<ul style="list-style-type: none">• Procedimentos• Os princípios contabilísticos adoptados
	Contabilidade analítica	<ul style="list-style-type: none">• Procedimentos• Políticas e Regulamentos relacionadas com o Planeamento e processamento da Contabilidade Analítica• Políticas e Regulamentos para as actividades relacionadas com o Controlo Interno de Contabilidade Analítica• Políticas e Regulamentos relacionadas com o Fecho e Prestação de Contas na Contabilidade Analítica• Políticas e Regulamentos relacionadas com a Definição de Indicadores e Performance da Contabilidade Analítica
	Reembolsos	<ul style="list-style-type: none">• Procedimentos

Área	Vertente	Controlo
Administrativa	Aquisições	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos • Princípios Globais da Política de Gestão de Aquisições • Descrição das Políticas de Gestão de Aquisições
	Património	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos • Manual de Gestão da Frota Automóvel do IEFP, I.P.
	Armazéns	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos
Instalações	Aquisições	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos
Recursos Humanos	Vencimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos
	Assiduidade	
	Gestão da Formação	

Estes instrumentos permitem a rastreabilidade dos processos de decisão no IEFP, I.P., constituindo padrões de referência para acções de auditoria e controlo administrativo interno.

No ano de 2011, foi atualizado o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, enquanto mecanismo de controlo interno que permite evitar ou minorar a ocorrência de riscos e salvaguardar aspectos indispensáveis na tomada de decisões, de forma a que estas se revelem conformes com a legislação aplicável, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que as instituições estão vinculadas.

A gestão do risco é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às atividades de prossecução das atribuições e competências das instituições, tendo por objectivo a defesa e protecção de cada interveniente nos diversos processos, salvaguardando-se, assim, o interesse coletivo. É uma atividade que envolve a gestão, a identificação de riscos iminentes a qualquer atividade, a sua análise metódica, e, por fim, a proposta de medidas que possam evitar eventuais comportamentos de risco para a gestão da organização.

No âmbito do financiamento comunitário, foram efetuadas propostas de alteração dos seguintes manuais de procedimentos:

- Manual de procedimentos do IEFP, I.P., enquanto organismo intermédio, no âmbito do contrato de delegação de competências do POPH, na área da reabilitação profissional;
- Manual de procedimentos do IEFP, I.P., enquanto organismo responsável pela execução das políticas públicas, no âmbito do protocolo celebrado com o POPH, na área do emprego.

4.6.

CONTROLO INTERNO

O IEFP, I.P. encontra-se sujeito às regras do controlo interno da Administração Pública, nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial.

Neste sentido, o IEFP, I.P. pode ser alvo de ações de controlo, auditoria ou fiscalização por parte da Inspeção-Geral de Finanças, da Direção-Geral do Orçamento ou da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Está ainda sujeito ao controlo do Tribunal de Contas.

No ano de 2011, o IEFP, I.P. foi alvo das seguintes ações de controlo:

ÁREA – Recursos Humanos

Em matéria da área da gestão de recursos humanos, foi submetido a duas auditorias realizadas pela Inspeção Geral das Finanças, que incidiram sobre as seguintes áreas:

- Aplicação do SIADAP no IEFP, I.P. no ano de 2009 (SIADAP2 e SIADAP3), em cumprimento do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 24 de Janeiro de 2011;
- Despesas com o pessoal no ano de 2010 e 1º semestre de 2011, em cumprimento do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Orçamento de 22 de Setembro de 2011;

Relativamente à auditoria relativa à aplicação do SIADAP em 2009, a mesma realizou-se entre março e julho de 2011, nas instalações do IEFP, I.P. em Xabregas, tendo sido disponibilizada à equipa auditora toda a informação solicitada, por forma a que fosse percecionada pela mesma o historial do IEFP, I.P., em termos de avaliação de desempenho.

Ainda neste ano foi recebido o projeto de relatório, tendo o IEFP, I.P. apresentado em sede de contraditório as explicações que entendeu convenientes à caracterização da situação.

Em sede de relatório final, o balanço realizado foi positivo, não obstante terem sido apresentadas algumas recomendações que levaram a pequenos ajustamentos ao procedimento e que terão reflexos já na avaliação de desempenho de 2011.

Face a estas recomendações, o IEFP, I.P. tomou ainda as diligências necessárias, não só no sentido de encerrar a avaliação de desempenho de 2009, com a brevidade possível, mas também de introduzir mecanismos internos que permitam que nos anos seguintes a avaliação de desempenho se realize atempadamente, no estrito cumprimento do legalmente disposto.

No que se refere à auditoria realizada às despesas com pessoal, ainda só foi enviado o projeto de relatório, tendo o IEFP, I.P., em sede de contraditório, apresentado as alegações e fundamentos que entendeu oportunas, desconhecendo ainda o relatório final da mesma.

Ainda em 2011, o IEFP, I.P. recebeu, a 24 de Março, o relatório final da auditoria realizada pela Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no âmbito do plano de atividades desta entidade.

A auditoria teve como objetivo geral a apreciação da regularidade e conformidade legal da área de gestão de pessoal do IEFP, I.P., tendo em conta os vínculos jurídico-laborais e os sistemas retributivos existentes.

No relatório final desta auditoria, foram emitidas algumas recomendações que implicaram a reposição de algumas verbas consideradas, em sede de auditoria, como indevidamente pagas, tendo o IEFP, I.P. procedido à notificação dos trabalhadores envolvidos, tendo ainda ativado os mecanismos necessários à implementação das medidas consideradas adequadas.

ÁREA – Emprego

No âmbito das medidas activas de política de emprego e formação profissional, foram desencadeadas as seguintes ações de controlo:

N.º Processo/Projeto	Entidade auditora	Objeto da auditoria	Data/Período da auditoria/inspeção	Período a que reportam os dados da auditoria
Processo Auditoria 2010/157/A3/10 12	Inspeção-Geral de Finanças (IGF)	Iniciativa Investimento Emprego 2009: Estágios Qualificação-Emprego, Contratos Emprego-Inserção e Inserção+ e Criação do Próprio Emprego (PAECEPE)	Decurso do 1.º semestre de 2011	2009 e 2010 para nos casos de pedido de saldo final
Processo Auditoria n.º 5/2011	Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (IGMTSS)	Estruturas e Serviços de Apoio à Inserção Profissional IEFP, I.P. – Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)	Janeiro a Agosto 2011	01.01.2009 a 31.12.2010
Ação de Inspeção P-13/10 (A2)	Provedoria de Justiça	Apoios ao Emprego – PEOE e PACEPE	18.11.2010 a 14.01.2011	01.01.2008 a 01.09.2010

ÁREA – Administrativa

Auditoria à aquisição de serviços, nos anos de 2010 e 2011, realizada por parte da Inspeção-Geral das Finanças

ÁREA – Financiamento Comunitário

Relativamente à atividade desenvolvida pelo IEFP, I.P., com apoio dos fundos comunitários, destaca-se a realização de diversas ações de verificação no local/auditorias, de âmbito nacional, por parte das várias entidades certificadoras - programas financiadores, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE), Inspeção-Geral de Finanças (IGF), Comissão Europeia e Tribunal de Contas Europeu.

Identificam-se, a seguir, para cada um dos programas, os projetos que foram alvo destas ações.

Ao nível do Programa Operacional Assistência Técnica - (POAT)

POAT

- Projeto “Sistema de avaliação da qualidade do atendimento nos Centros de Emprego”
- Projeto “Sistema de avaliação da formação profissional”
- Projeto “Redes de conhecimento: Dinamização de comunidades de aprendizagem”

- Projeto “Sistemas *online* de gestão e avaliação da formação profissional e da qualificação de formadores”
- Projeto “Formador – como e porquê muda uma profissão”
- Projeto “RVCCFor – reconhecer, validar e certificar competências de formadores”
- Projeto “Euroskills 2010”
- Projeto “Produção e Emissão do Programa Iniciativa”
- Projeto “Futurália”

Tribunal de Contas Europeu

- Projeto “Euroskills 2010”
- Projeto “Utilidade e eficácia pedagógica-didática das plataformas tecnológicas de formação a distância”

Ao nível do Programa Operacional Potencial Humano - (POPH)

Inspeção-Geral de Finanças

- Projetos do Centro de Formação Profissional de Santarém relativos à formação do ano 2009 – Tipologias de Educação e Formação de Jovens e Adultos e Formações Modulares Certificadas, tendo como objetivo a certificação do sistema contabilístico do IEFP, I.P.

Comissão Europeia

- Projeto do Centro de Formação Profissional de Coimbra relativo à formação do ano 2007 – Tipologia de Educação e Formação de Jovens, realizada no âmbito do processo de certificação do trabalho efetuado pelo IGFSE.

Tribunal de Contas Europeu

- Projetos relativos a formação realizada no ano 2010, no âmbito dos seguintes Centros de Formação Profissional:
 - Centro de Formação Profissional do Porto – Tipologia de Educação e Formação de Adultos
 - Centro de Formação Profissional de Chaves - Tipologia de Educação e Formação de Adultos
 - Centro de Formação Profissional de Coimbra – Tipologia Sistema de Aprendizagem – Entidade externa (CEC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro)
 - Crisform – Centro de Formação Profissional para o Sector da Cristalaria – Tipologia de Educação e Formação de Adultos.

4.7.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação utilizadas para medir o grau de cumprimento dos objectivos estabelecidos no âmbito do QUAR 2011 assentam nos sistemas informáticos existentes ou utilizados no IEFP, I.P., das áreas de negócio e de suporte, os quais fornecem os *inputs* para o cálculo dos indicadores previamente definidos, garantindo a fiabilidade e integridade dos dados. Estes são os sistemas que suportam a actividade do IEFP, I.P., e a partir dos quais são elaborados os documentos de prestação de contas e fornecidas estatísticas para diversos fins, nomeadamente para divulgação obrigatória de dados de emprego. As principais fontes de informação consistem assim, designadamente, nos seguintes:

- ▶ Sistema Informático de Gestão da Área do Emprego (SIGAE), utilizado pela área do Emprego (DEM, Serviços de Coordenação das Delegações Regionais e Centros de Emprego), regista todos os dados relativos aos utentes que estão ou já estiveram inscritos num Centro de Emprego;
- ▶ Sistema Informático de Gestão das Novas Oportunidades (SIGO), gerido pelo GEPE - Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e utilizado por todos os Centros de Novas Oportunidades, a nível nacional;
- ▶ Sistema de Gestão da Formação (SGFOR), que recolhe, regista e processa todos os dados relacionados com as actividades da formação profissional;
- ▶ Sistema de Informação do Emprego e Formação (SIEF), onde são registados dados relativos a medidas de emprego e formação.
- ▶ Sistema Informático de Gestão de Vencimentos (GESVEN), utilizado pelo Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico (DOE), regista os movimentos relativos ao cadastro dos trabalhadores, aos vencimentos e respectivo processamento;
- ▶ Sistema de Gestão Orçamental, Financeira e Administrativa (SIGOFA), cuja informação é da responsabilidade do Departamento Financeiro e de Controlo de Gestão, integra três áreas: orçamental, financeira e administrativa e é utilizado pelos Serviços Centrais, Serviços de Coordenação das Delegações Regionais, Centros de Emprego, Centros de Formação Profissional e Centro de Reabilitação Profissional, nas três áreas referenciadas.

5.

AVALIAÇÃO FINAL

Analisados os resultados obtidos da actividade desenvolvida pelo IEFP, I.P. ao longo do ano 2011, o grau de cumprimento dos objectivos e a afetação dos recursos disponíveis, financeiros e humanos, verifica-se que não foi possível cumprir quatro dos onze objetivos fixados no QUAR, dois dos quais relevantes.

Assim, pese embora nos casos identificados possam ser apontados fatores exógenos, verifica-se que no desempenho global da organização durante o ano 2011 se registam algumas fragilidades.

Na verdade, é importante ter em linha de consideração que a atividade do IEFP, I.P., correspondente à operacionalização das suas atribuições, foi conseguida tendo os objectivos de eficácia apresentado, para uma ponderação de referência de 70%, um resultado de 82,2%.

As actividades e medidas desenvolvidas pelo IEFP, I.P. ao longo do ano de 2011 refletem-se no número de pessoas abrangidas a ascender as 455 119 pessoas.

Na vertente da eficiência, à qual, no ano de 2011, foi fixada uma ponderação de 15%, foram estabelecidos dois objetivos 8 e 9, o primeiro ao nível da redução do tempo de decisão das candidaturas às medidas de emprego, objectivo esse alcançado, e outro de reforço das colocações resultantes de entrevistas acompanhadas que não foi atingido. O resultado alcançado foi de 15,2%, tendo sido possível, não obstante o incumprimento do objetivo 9, atingir os pontos planeados.

Quanto aos objetivos de qualidade, que se traduziam no aumento das qualificações dos recursos humanos e no aumento da qualidade dos serviços prestados, com uma ponderação de 15%, apresentou um resultado de 18,2%, tendo o resultado alcançado superado o valor fixado para o objetivo.

Do exposto, deve concluir-se da presente Autoavaliação, que o IEFP, I.P. atingiu um grau de realização global dos seus objectivos QUAR 2011, correspondente a uma pontuação de 115,6%.

Assim, e, tendo presente o disposto no presente documento de Autoavaliação, o IEFP, I.P. considera que a avaliação final do seu desempenho, no ano 2011, corresponde a um “desempenho Satisfatório”, nos termos do disposto na al. b) do nº 1 do artigo 18º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Importa referir que a avaliação final ocorreu com redução dos recursos utilizados em relação aos previstos, quer ao nível dos recursos financeiros utilizados, quer dos recursos humanos disponíveis.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2011
Serviço: Ministério da Economia e do Trabalho Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

Missão: O IEFP, I.P. é o serviço público de emprego nacional e tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional

Objetivos estratégicos (OE):
OE 1 Promover a qualidade do emprego e combater o desemprego;

OE 2 Melhorar a qualidade de atendimento nos Centros de Emprego;

OE 3 Promover a qualificação dos ativos no quadro da reforma do Sistema Nacional de Formação Profissional;

OE 4 Modernização do Serviço Público de Emprego.

EFICÁCIA 70%

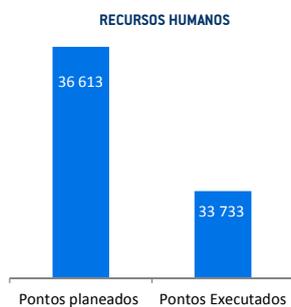
OBJECTIVO		10,5			Ponderação			15%	10,5%	12%
		Meta 2009	Meta 2010	Meta 2011	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Resultado	Taxa de Realização 4º Trim.	
OBJECTIVO 1	Captar ofertas de emprego	10,5			Ponderação			15%	10,5%	12%
Ind 1	N.º de ofertas captadas	88.637	100.800	135.000	15.000	170.000	100%	99.488	82,9%	
OBJECTIVO 2	Inserir pessoas no mercado de trabalho	7,0			Ponderação			10%	7,0%	8%
Ind 2	N.º de colocações efetuadas	59.107	59.107	81.000	9.000	100.000	100%	60.135	83,5%	
OBJECTIVO 3	Inserir pessoas em medidas ativas de emprego	14,0			Ponderação			20%	14,0%	19%
Ind 3	N.º de abrangidos em Estágios Profissionais	32.600	43.830	40.421	4.500	50.000	40%	29.349	81,7%	
Ind 4	N.º de desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	53.310	40.000	45.000	5.000	55.000	35%	45.703	100,0%	
Ind 5	N.º de desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	8.898	9.600	10.517	1.500	13.500	25%	9.400	100,0%	
OBJECTIVO 4	Abranger adultos em ações de dupla certificação	10,5			Ponderação			15%	10,5%	16%
Ind 6	N.º de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	24.339	31.500	36.590	4.000	45.000	50%	32.106	98,5%	
Ind 7	N.º de formandos a frequentar ações de formação modular	62.565	75.000	76.179	10.000	95.000	50%	87.709	115,3%	
OBJECTIVO 5	Inserir em processo de RVCC as pessoas inscritas nos Centros de Novas Oportunidades	7,0			Ponderação			10%	7,0%	11%
Ind 8	N.º de inscritos nos CNOs com encaminhamento	61.078	54.045	55.339	5.000	62.500	30%	58.735	100,0%	
Ind 9	N.º de utentes em processo de RVCC	36.589	33.015	30.482	2.500	35.000	40%	33.330	115,8%	
Ind 10	N.º de certificados RVCC emitidos	30.259	30.259	26.000	4.000	33.000	30%	26.161	100,0%	
OBJECTIVO 6	Encaminhar para CNO's pessoas que não tenham o 12º ano	10,5			Ponderação			15%	10,5%	19%
Ind 11	N.º de encaminhamentos efetuados	NA	NA	185.000	15.000	220.000	100%	225.444	128,9%	
OBJECTIVO 7	Reforçar o acompanhamento de entrevistas a ofertas de emprego	10,5			Ponderação			15%	10,5%	32%
Ind 12	N.º de entrevistas acompanhadas	NA	NA	45.000	5.000	60.000	100%	113.251	213,8%	
EFICIÊNCIA		15%								
OBJECTIVO 8	Diminuir o tempo de decisão das candidaturas às medidas ativas de emprego inseridas no SGC	7,5			Ponderação			50%	7,5%	62%
Ind 13	Tempo médio de decisão das candidaturas (para efeitos deste indicador consideram-se apenas as candidaturas às medidas ativas de emprego inseridas no Sistema de Gestão de Candidaturas - SGC)	NA	28	28	3	20	100%	20,5	123,4%	
OBJECTIVO 9	Reforçar o número de colocações resultantes de entrevistas acompanhadas	7,5			Ponderação			50%	7,5%	40%
Ind 14	Assegurar que uma percentagem das entrevistas acompanhadas resulta em colocação	NA	NA	32%	3%	40%	100%	23,0%	79,3%	
QUALIDADE		15%								
OBJECTIVO 10	Promover a qualificação dos recursos humanos	7,5			Ponderação			50%	7,5%	65%
Ind 15	% de trabalhadores que frequentam formação profissional	NA	NA	35%	5%	45%	100%	46,80%	129,5%	
OBJECTIVO 11	Aumentar a qualidade dos serviços prestados	7,5			Ponderação			50%	7,5%	57%
Ind 16	% de respostas a reclamações apresentadas dentro do prazo definido	NA	NA	90%	5%	100%	100%	95,45%	113,6%	

MEIOS DISPONÍVEIS

Cargo / Nível de Qualificação	Pontuação	Pontos planeados 2011	Pontos Executados
Dirigentes nível superior	20	460	457
Dirigentes nível intermédio e chefias	16	5 552	5 323
Quadros superiores / Técnico Superior	12	16 980	15 474
Quadros médios / Coordenador Técnico	9	4 860	4 521
Profissionais altamente qualificados / Assistente Técnico	8	6 952	6 302
Encarregados/contramestres / Encarregado geral operacional	7	7	7
Profissionais qualificados / Encarregado operacional	6	1 032	942
Profissionais especializados / Assistente Operacional	5	770	707
TOTAL	83	36 613	33 733

A distribuição dos recursos humanos foi efetuada pelos níveis de qualificação

Orçamento	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	962,69	669,36	293,3
Investimento	35,70	14,52	21





ANEXO 1 AO PONTO F

QUAR - UNIDADES HOMOGÉNEAS

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		Total IEFP	DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE	CTE DE VIANA DO CASTELO	CTE DE BRAGA	CTE DE FAFE	CTE DE GUIMARÃES	CTE DE VILA NOVA DE FAMALICÃO	CTE DE AMARANTE	CTE DE MATOSINHOS	CTE DE PENAFIEL	CTE DO PORTO	CTE DE POVOA DO VARZIM/VILA DO CONDE	CTE DE SANTO TIRO	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	135.000	50.130	1.813	3.323	1.097	2.790	1.850	1.440	2.063	2.475	2.080	1.933	1.908
		Exe.	99.488	39.209	1.482	2.887	1.020	2.613	1.776	549	1.017	1.302	1.701	1.177	1.131
		Tx Real.	82,9%	88,0%	92,0%	97,7%	100,0%	100,0%	100,0%	42,9%	100,0%	55,5%	59,2%	92,0%	68,5%
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	81.000	28.800	990	1.791	623	1.666	1.107	788	1.080	1.530	924	1.106	1.205
		Exe.	60.135	20.722	654	1.671	563	1.396	1.008	188	440	837	827	667	658
		Tx Real.	83,5%	80,9%	74,3%	100,0%	100,0%	94,3%	100,0%	26,8%	45,8%	61,5%	100,0%	67,8%	61,4%
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	40.421	8.687	281	840	143	311	332	239	282	320	488	322	343
		Exe.	29.349	10.498	333	994	226	432	403	297	460	337	593	328	325
		Tx Real.	81,7%	122,0%	119,6%	119,4%	161,6%	140,9%	122,4%	125,4%	166,7%	100,0%	122,7%	100,0%	100,0%
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	45.000	14.639	483	1.073	290	893	696	530	483	993	565	560	677
		Exe.	45.703	15.472	445	981	217	659	487	587	536	1.086	622	682	650
		Tx Real.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	84,2%	83,0%	78,8%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	124,6%	100,0%
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	10.517	3.624	73	113	145	63	19	257	130	206	228	83	78
		Exe.	9.400	2.950	59	139	128	59	35	144	103	85	139	10	27
		Tx Real.	100,0%	94,9%	94,7%	120,4%	100,0%	100,0%	172,1%	65,3%	92,7%	48,2%	71,2%	14,0%	40,4%
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	36.590	9.555											
		Exe.	32.106	9.941											
		Tx Real.	98,5%	100,0%											
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta	76.179	22.562											
		Exe.	87.709	27.276											
		Tx Real.	115,3%	121,1%											
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta	55.339	14.530											
		Exe.	58.735	15.575											
		Tx Real.	100,0%	100,0%											
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	30.482	7.912											
		Exe.	33.330	9.156											
		Tx Real.	115,8%	126,5%											
Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	26.000	6.933												
	Exe.	26.161	8.097												
	Tx Real.	100,0%	115,6%												
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	185.000	83.209	2.522	4.921	2.155	4.973	3.066	3.381	2.921	5.711	2.994	3.279	4.258
		Exe.	225.444	100.407	3.227	7.696	950	4.974	4.267	3.267	3.420	8.277	2.094	6.556	5.644
		Tx Real.	128,9%	127,3%	136,9%	174,5%	48,0%	100,0%	151,7%	100,0%	122,6%	159,4%	76,1%	232,1%	143,0%
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	45.000	16.740	593	1.082	365	946	628	472	664	851	632	644	662
		Exe.	113.251	31.027	546	3.509	413	4.240	1.716	984	1.389	1.327	1.087	707	1.563
		Tx Real.	251,7%	185,3%	92,1%	323,5%	117,3%	426,3%	279,2%	273,9%	255,9%	159,4%	171,4%	110,3%	234,6%

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		CTE DE VILA NOVA DE GAIA	CTE DE VILA REAL	CTE DE CHAVES	CTE DE BRAGAÇA	CTE DE MACEDO DE CAVALEIROS	CTE DE MIRANDELA	CTE DE TORRE DE MONCORVO	CTE DE FELGUEIRAS	CTE DE BASTO	CTE DO PORTO OCIDENTAL	CTE DE LAMEGO	CTE DE S. JOÃO DA MADEIRA	CTE DE ARCOS DE VALDEVEZ		
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	4.784	1.198	909	1.083	438	1.073	262	1.125	675	1.440	720	4.680	343	
		Exe.	4.391	704	803	1.061	494	762	321	866	515	682	573	5.195	215	
		Tx Real.	100,0%	66,1%	99,4%	100,0%	112,3%	79,9%	121,8%	86,6%	85,8%	53,3%	89,5%	100,0%	70,5%	
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	3.245	644	531	675	297	558	180	558	323	675	545	2.603	167	
		Exe.	2.220	477	378	629	283	482	182	350	262	360	198	2.324	126	
		Tx Real.	77,0%	83,5%	80,1%	100,0%	100,0%	97,2%	100,0%	70,6%	91,3%	60,0%	40,9%	100,0%	84,8%	
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	710	214	250	264	156	157	52	163	179	345	258	532	130	
		Exe.	832	256	246	405	226	186	67	212	199	580	231	547	146	
		Tx Real.	118,1%	120,9%	100,0%	156,2%	147,7%	119,9%	129,2%	131,7%	112,0%	171,7%	100,0%	100,0%	113,1%	
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	967	386	390	296	212	159	58	204	202	514	499	848	166	
		Exe.	1.229	429	437	338	268	194	68	220	196	710	550	795	172	
		Tx Real.	130,5%	100,0%	113,7%	115,9%	129,4%	124,5%	120,3%	100,0%	100,0%	142,9%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	290	102	228	53	58	137	21	55	143	114	252	242	67	
		Exe.	271	140	287	45	44	99	21	60	174	4	302	94	64	
		Tx Real.	100,0%	133,4%	123,0%	100,0%	88,8%	84,6%	100,0%	100,0%	119,4%	4,1%	117,5%	45,4%	100,0%	
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta														
		Exe.														
		Tx Real.														
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta														
		Exe.														
		Tx Real.														
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta														
		Exe.														
		Tx Real.														
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta														
		Exe.														
		Tx Real.														
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta														
		Exe.														
		Tx Real.														
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	11.447	2.019	1.702	742	437	764	342	992	1.277	2.146	2.432	5.480	684	
		Exe.	15.306	710	1.160	587	334	798	136	1.237	1.112	1.905	2.267	7.742	614	
		Tx Real.	144,5%	38,3%	74,2%	86,1%	83,3%	100,0%	43,2%	132,7%	94,8%	96,6%	100,0%	154,6%	97,7%	
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	1.713	390	306	374	157	345	95	356	211	446	271	1.543	108	
		Exe.	3.146	464	235	227	153	265	133	666	192	869	161	2.013	130	
		Tx Real.	162,8%	114,3%	86,4%	68,5%	100,0%	86,4%	130,6%	165,5%	100,0%	171,3%	66,8%	122,9%	115,3%	

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		CTE DE BARCELOS	CTE DA MAIA	CTE DE VALONGO	CTE DE GONDOMAR	CTE DE VALENÇA	CENTRO FORM. PROF.VIANA DO CASTELO	CENTRO FORM. PROF.CHAVES	CENTRO FORM. PROF.VILA REAL	CENTRO FORM. PROF.RIOMEÃO	CENTRO FORM. PROF.PORTO-SECTOR TERCIÁRIO	CENTRO FORM. PROF.PORTO	CENTRO FORM. PROF.BRAGANÇA	CENTRO FORM. PROF.BRAGA	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	2.160	2.070	1.350	1.764	1.286								
		Exe.	1.710	1.177	433	1.169	1.483								
		Tx Real.	89,1%	64,0%	36,1%	74,6%	114,8%								
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	1.188	1.080	761	1.170	792								
		Exe.	957	790	299	700	796								
		Tx Real.	90,6%	82,3%	44,2%	67,3%	100,0%								
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	343	354	278	276	125								
		Exe.	509	473	211	247	197								
		Tx Real.	150,9%	135,3%	85,4%	100,0%	160,5%								
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	566	598	551	580	203								
		Exe.	702	752	609	651	200								
		Tx Real.	127,0%	129,1%	100,0%	113,9%	100,0%								
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	75	70	84	193	48								
		Exe.	60	57	114	135	51								
		Tx Real.	93,0%	95,0%	131,5%	81,4%	100,0%								
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta					1.210	976	1.406	1.091	1.304	1.352	1.044	1.172	
		Exe.					1.350	838	1.350	1.189	1.414	1.339	1.054	1.407	
		Tx Real.					112,6%	96,4%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	121,8%	
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta						2.033	1.117	1.591	3.112	6.170	3.624	1.786	3.129
		Exe.						2.948	1.693	2.213	3.638	6.859	4.442	1.769	3.714
		Tx Real.						145,5%	152,1%	139,5%	117,1%	100,0%	122,8%	100,0%	118,9%
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta					1.372	1.372	1.372	1.863	2.229	2.720	1.372	2.229	
		Exe.					1.464	1.088	991	1.641	3.252	3.670	1.368	2.101	
		Tx Real.					100,0%	87,2%	79,4%	96,8%	188,7%	167,5%	100,0%	100,0%	
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta						763	763	763	1.013	1.199	1.448	763	1.199
		Exe.						873	567	661	855	2.035	2.113	778	1.274
		Tx Real.						124,2%	80,9%	94,3%	92,0%	217,7%	177,4%	100,0%	100,0%
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta						670	670	670	887	1.050	1.266		1.719
		Exe.						775	491	731	1.073	1.551	1.512	759	1.205
		Tx Real.						114,6%	86,6%	100,0%	119,4%	144,3%	118,0%		82,8%
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	2.321	2.823	2.843	4.056	522								
		Exe.	4.775	2.648	2.703	5.290	711								
		Tx Real.	239,7%	100,0%	100,0%	140,2%	147,9%								
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	709	666	447	626	442								
		Exe.	941	901	746	1.767	537								
		Tx Real.	124,5%	126,5%	150,1%	236,9%	116,1%								

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		DELEGAÇÃO REGIONAL DO CENTRO	CTE DE AVEIRO	CTE DE ÁGUEDA	CTE DE COIMBRA	CTE DA FIGUEIRA DA FOZ	CTE DA LOUSÃ	CTE DE LEIRIA	CTE DA MARINHA GRANDE	CTE DE S. PEDRO DO SUL	CTE DE VISEU	CTE DA GUARDA	CTE DE CASTELO BRANCO	CTE DA COVILHÃ	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	30.150	3.195	2.255	3.150	2.057	3.195	1.474	1.134	2.970	1.485	1.465	1.980	
		Exe.	25.508	2.653	1.760	2.333	1.465	679	2.395	1.391	1.273	2.597	1.387	1.245	2.085
		Tx Real.	95,2%	93,4%	87,8%	83,3%	80,1%	94,3%	84,3%	100,0%	111,8%	98,4%	100,0%	95,6%	100,0%
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	19.800	1.964	1.107	1.919	1.228	2.115	865	855	1.874	1.035	1.019	1.379	
		Exe.	18.769	1.665	919	1.799	1.189	538	1.714	977	881	2.093	925	1.078	1.612
		Tx Real.	100,0%	95,4%	93,4%	100,0%	100,0%	87,9%	91,2%	113,8%	100,0%	112,5%	100,0%	100,0%	118,0%
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	6.471	769	402	767	385	205	688	194	226	479	250	334	405
		Exe.	6.282	596	524	971	342	181	683	184	208	465	298	263	464
		Tx Real.	100,0%	87,3%	131,9%	128,1%	100,0%	99,3%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	120,5%	88,5%	115,3%
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	10.344	1.080	630	1.080	563	450	900	450	360	900	495	450	563
		Exe.	10.414	1.123	631	1.216	525	428	922	449	327	740	632	471	669
		Tx Real.	100,0%	100,0%	100,0%	114,2%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	92,5%	131,1%	100,0%	121,3%
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	1.816	175	96	197	96	70	131	70	70	193	88	88	96
		Exe.	1.779	111	88	201	99	80	94	34	43	195	89	77	116
		Tx Real.	100,0%	74,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	83,5%	56,6%	71,6%	100,0%	100,0%	100,0%	118,1%
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	4.638												
		Exe.	5.868												
		Tx Real.	128,8%												
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta	13.046												
		Exe.	18.333												
		Tx Real.	141,0%												
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE REVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta	12.683												
		Exe.	11.405												
		Tx Real.	98,9%												
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	6.928												
		Exe.	6.457												
		Tx Real.	100,0%												
Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	6.067													
	Exe.	5.490													
	Tx Real.	100,0%													
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	25.505	4.323	1.984	2.982	1.972	660	2.339	664	589	2.648	967	974	1.755
		Exe.	31.502	5.017	2.044	2.321	2.355	834	3.522	678	1.059	3.383	1.895	1.647	1.906
		Tx Real.	131,1%	121,2%	100,0%	84,7%	125,7%	135,0%	166,8%	100,0%	205,4%	136,7%	226,9%	191,3%	111,4%
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	9.990	1.031	671	1.013	657	301	1.062	468	398	968	504	497	672
		Exe.	27.486	4.057	2.294	4.327	1.859	697	1.836	1.041	638	4.886	794	1.565	918
		Tx Real.	234,4%	320,0%	281,3%	345,2%	237,2%	198,9%	154,7%	191,8%	145,3%	403,4%	143,2%	261,3%	127,4%

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		CENTRO FORM. PROF. DE ARGANIL	CTE DE ARGANIL	CTE DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS	CTE DE TONDELA	CTE DE SEIA	CTE DE SERTÁ	CTE DE PINHEL	CENTRO FORM. PROF. LEIRIA	CENTRO FORM. PROF. AVEIRO	CENTRO FORM. PROF. VISEU	CENTRO FORM. PROF. CASTELO BRANCO	CENTRO FORM. PROF. SEIA	CENTRO FORM. PROF. GUARDA	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	882	648	945	945	851	708							
		Exe.	891	425	1.009	589	801	530							
		Tx Real.	100,0%	73,8%	100,0%	70,1%	100,0%	84,2%							
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	615	482	765	765	585	540							
		Exe.	783	314	854	441	556	431							
		Tx Real.	129,2%	73,3%	112,4%	64,9%	100,0%	89,8%							
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	291	214	207	254	226	175							
		Exe.	248	130	210	207	190	118							
		Tx Real.	95,8%	68,6%	100,0%	91,5%	94,7%	75,7%							
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	450	399	405	360	405	405							
		Exe.	571	393	464	305	310	238							
		Tx Real.	130,3%	100,0%	116,4%	95,3%	86,1%	66,1%							
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	105	61	70	105	61	44							
		Exe.	164	67	67	134	44	76							
		Tx Real.	149,5%	100,0%	100,0%	124,3%	83,8%	164,9%							
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	418						406	424	642	531	402	471	
		Exe.	539						602	520	715	683	579	524	
		Tx Real.	131,4%						152,6%	124,7%	112,4%	131,1%	147,9%	112,1%	
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta	1.020							1.459	1.674	1.291	1.459	707	884
		Exe.	2.020							2.317	2.074	1.690	2.172	1.516	1.195
		Tx Real.	199,2%							159,6%	124,2%	131,3%	149,5%	215,7%	135,6%
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta	880						1.342	2.083	1.342	1.342	880	1.342	
		Exe.	859						1.006	1.326	1.406	966	945	1.085	
		Tx Real.	100,0%						82,4%	70,0%	100,0%	79,1%	100,0%	88,9%	
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	494							734	1.116	734	734	494	733
		Exe.	595							791	784	805	483	339	589
		Tx Real.	134,3%							100,0%	76,5%	116,4%	71,7%	74,7%	87,5%
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	434							642	977	642	642	434	642
		Exe.	554							640	717	748	465	260	561
		Tx Real.	125,6%							100,0%	86,7%	115,3%	85,6%	70,8%	100,0%
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	742	587	671	850	413	385							
		Exe.	1.079	790	1.073	1.157	448	294							
		Tx Real.	160,1%	145,6%	179,3%	147,7%	111,4%	83,1%							
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	300	226	342	342	287	250							
		Exe.	601	518	316	413	308	418							
		Tx Real.	175,4%	197,0%	100,0%	115,6%	100,0%	150,3%							

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos			CENTRO FORM. PROF. COIMBRA	CENTRO FORM. PROF. ÁGUEDA	DELEGAÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VT.	CTE DE CALDAS DA RAINHA	CTE DE ABRANTES	CTE DE SANTARÉM	CTE DE TOMAR	CTE DE TORRES NOVAS	CTE DA AMADORA	CTE DE CASCAIS	CTE DE LISBOA	CTE DE LISBOA - PICOAS	CTE DE LOURES	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta			37.800	1.530	945	1.299	976	900	2.386	3.304	2.100	2.715	2.091	
		Exe.			20.228	1.487	560	1.045	749	573	547	1.291	755	1.544	1.825	
		Tx Real.			60,2%	100,0%	66,7%	90,5%	86,3%	71,6%	25,8%	44,0%	40,4%	64,0%	98,2%	
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta			22.500	1.085	630	900	630	630	1.260	1.371	1.080	1.274	1.350	
		Exe.			11.512	1.154	376	828	478	393	223	628	347	400	1.127	
		Tx Real.			57,6%	100,0%	67,1%	100,0%	85,4%	70,2%	19,9%	51,5%	36,1%	35,3%	93,9%	
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta			10.772	539	333	386	410	349	815	761	955	772	400	
		Exe.			9.445	413	235	419	362	293	559	1.027	845	1.175	252	
		Tx Real.			98,7%	96,3%	79,3%	100,0%	99,5%	94,5%	77,2%	137,0%	99,6%	155,0%	70,9%	
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta			9.140	495	297	531	540	549	360	405	315	221	513	
		Exe.			11.189	576	354	743	503	685	246	664	456	492	654	
		Tx Real.			125,2%	118,4%	121,6%	144,9%	100,0%	127,9%	76,9%	171,9%	150,4%	237,5%	130,9%	
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta			2.440	81	58	231	70	156	140	158	110	61	56	
		Exe.			2.119	62	59	207	86	150	90	121	31	25	75	
		Tx Real.			100,0%	88,8%	100,0%	100,0%	120,1%	100,0%	75,0%	89,1%	32,8%	47,6%	129,9%	
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	829	515	9.500											
		Exe.	1.000	706	11.391											
		Tx Real.	122,4%	140,4%	121,6%											
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta	3.094	1.459	21.092											
		Exe.	2.959	2.390	28.490											
		Tx Real.	100,0%	164,6%	135,5%											
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE REVCV AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta	2.129	1.342	20.994											
		Exe.	2.381	1.431	24.055											
		Tx Real.	122,8%	100,0%	128,2%											
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	1.154	734	11.573											
		Exe.	1.324	747	13.775											
		Tx Real.	124,8%	100,0%	132,1%											
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	1.011	642	10.140											
		Exe.	960	585	9.626											
		Tx Real.	100,0%	100,0%	100,0%											
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta			57.822	1.888	936	1.775	1.324	1.171	6.003	4.219	2.424	2.118	2.975	
		Exe.			69.582	2.336	666	3.216	1.355	853	5.908	5.910	3.086	2.189	4.550	
		Tx Real.			126,9%	131,4%	77,4%	207,3%	100,0%	79,3%	100,0%	153,0%	136,1%	100,0%	170,0%	
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta			12.600	549	330	462	337	321	760	967	662	829	721	
		Exe.			36.190	1.034	672	912	1.317	1.240	1.773	1.990	2.342	1.773	2.051	
		Tx Real.			240,4%	166,3%	177,6%	173,1%	318,4%	314,4%	200,1%	179,4%	290,5%	185,4%	238,4%	

Objetivos		CTE DE MOSCAVIDE	CTE DE TORRES VEDRAS	CTE DE VILA FRANCA DE XIRA	CTE DE ALMADA	CTE DO BARREIRO	CTE DO MONTIJO	CTE DE SETÚBAL	CTE DE SALVATERRA DE MAGOS	CTE DE ALCOBAÇA	CTE DE SINTRA	CTE DE ALCÁNTARA	CTE DE BENFICA	CTE DO SEIXAL	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	1.186	2.408	2.071	1.517	1.138	860	1.946	810	1.215	2.304	969	1.518	1.614
		Exe.	539	1.692	783	1.188	308	475	678	609	1.076	1.402	199	436	467
		Tx Real.	51,1%	79,1%	42,5%	88,1%	30,4%	62,2%	39,2%	84,6%	99,6%	68,5%	23,1%	32,3%	32,6%
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	774	1.472	1.387	990	720	594	1.170	540	837	1.350	540	900	1.017
		Exe.	334	729	549	716	226	223	356	403	818	475	131	274	324
		Tx Real.	48,5%	55,8%	44,5%	81,4%	35,3%	42,2%	34,2%	84,0%	100,0%	39,6%	27,3%	34,3%	35,8%
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	292	344	601	487	272	334	331	242	429	419	360	550	392
		Exe.	209	330	342	319	154	212	313	181	364	334	410	527	170
		Tx Real.	80,4%	100,0%	64,0%	73,7%	63,7%	71,3%	100,0%	84,1%	95,5%	89,8%	114,7%	100,0%	48,8%
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	180	567	666	369	441	288	360	387	450	405	144	207	450
		Exe.	243	711	1.133	380	276	338	573	335	481	408	203	149	586
		Tx Real.	139,4%	128,6%	178,9%	100,0%	70,4%	119,5%	166,6%	97,4%	100,0%	100,0%	146,1%	81,0%	134,0%
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	109	105	107	184	169	61	119	61	93	82	39	65	124
		Exe.	124	74	118	143	226	73	134	51	114	86	5	4	61
		Tx Real.	100,0%	82,2%	100,0%	90,8%	129,8%	116,9%	100,0%	97,1%	120,2%	100,0%	14,8%	7,2%	57,2%
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta													
		Exe.													
		Tx Real.													
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta													
		Exe.													
		Tx Real.													
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta													
		Exe.													
		Tx Real.													
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta													
		Exe.													
		Tx Real.													
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta													
		Exe.													
		Tx Real.													
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	2.122	2.702	3.635	2.943	3.270	1.234	3.274	1.683	1.234	4.705	1.003	1.914	3.271
		Exe.	3.184	3.852	3.678	2.723	4.473	1.385	3.820	1.999	1.506	5.543	1.066	2.181	4.103
		Tx Real.	166,1%	156,2%	100,0%	100,0%	148,6%	116,2%	122,1%	124,9%	129,1%	123,5%	100,0%	118,4%	133,6%
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	410	811	725	526	389	305	652	283	430	763	315	505	551
		Exe.	1.043	3.478	752	3.253	978	694	2.255	585	660	3.691	1.048	732	1.917
		Tx Real.	215,6%	346,7%	100,0%	489,2%	213,7%	195,6%	284,6%	180,3%	140,1%	387,7%	274,5%	133,7%	286,0%

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		CENTRO FORM. PROF.de SINTRA	CENTRO FORM. PROF.TOMAR	CENTRO FORM. PROF.SETÚBAL	CENTRO FORM. PROF.AMADORA	CENTRO FORM. PROF.SANTARÉM	CENTRO FORM. PROF.SEIXAL	CT Reabilitação PROF.do Alcoitão	CENTRO FORM. PROF.VENDA NOVA	CENTRO FORM. PROF.LISBOA - SEC. TERCIÁRIO	CENTRO FORM. PROF.ALVERCA	DELEGAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO	CTE DE ALCÁCER DO SAL	CTE DE SINES	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta										8.370	416	1.908	
		Exe.										8.460	382	1.694	
		Tx Real.											100,0%	100,0%	99,9%
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta										4.500	248	656	
		Exe.										4.894	241	615	
		Tx Real.											100,0%	100,0%	100,0%
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta										2.955	119	455	
		Exe.										1.907	33	225	
		Tx Real.											72,6%	31,2%	55,7%
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta											7.617	333	518
		Exe.											5.871	305	405
		Tx Real.											86,7%	100,0%	88,0%
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta											2.171	77	165
		Exe.											2.308	100	112
		Tx Real.											100,0%	126,3%	79,4%
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	711	1.007	1.348	711	1.447	1.010	944		1.172	1.151	2.748		
		Exe.	819	1.393	1.556	850	1.262	1.370	1.055		1.690	1.396	3.489		
		Tx Real.	116,5%	141,7%	116,8%	121,2%	97,9%	138,8%	112,8%		148,1%	123,1%	129,3%		
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta	2.210	2.360	2.241	2.562	2.625	2.457	1.611		2.449	2.577	7.213		
		Exe.	4.282	4.376	2.691	4.035	1.393	3.298	2.595		2.748	3.072	10.240		
		Tx Real.	194,9%	186,4%	120,3%	158,2%	61,1%	134,6%	161,8%		100,0%	119,4%	133,1%		
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE REVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNOs com encaminhamento	Meta	2.523	2.455	3.011	1.900	2.455	3.566	1.206		1.210	2.667	4.318		
		Exe.	3.632	1.849	3.843	1.524	2.106	3.652	1.346		1.603	4.500	4.704		
		Tx Real.	184,9%	82,8%	153,4%	88,2%	94,3%	100,0%	122,5%		162,8%	232,7%	100,0%		
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	1.384	1.349	1.636	1.063	1.349	1.922	704		706	1.458	2.498		
		Exe.	3.123	970	2.122	611	933	2.223	529		555	2.709	2.416		
		Tx Real.	311,8%	78,3%	150,1%	62,6%	75,3%	126,4%	81,8%		85,6%	244,6%	100,0%		
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	1.212	1.183	1.432	932	1.182	1.685	619		620	1.277	2.167		
		Exe.	1.816	602	1.432	551	860	1.485	385		485	2.010	1.992		
		Tx Real.	146,3%	60,1%	100,0%	69,9%	86,0%	100,0%	73,5%		92,4%	153,3%	100,0%		
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNOs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta										8.648	330	921	
		Exe.										8.198	308	1.341	
		Tx Real.											100,0%	100,0%	160,2%
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta										2.790	145	545	
		Exe.										4.263	99	1.318	
		Tx Real.											139,6%	76,8%	206,5%

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		CTE DE ELVAS	CTE DE PORTALEGRE	CTE DE ESTREMOZ	CTE DE ÉVORA	CTE DE BEJA	CTE DE OURIQUE	CTE DE PONTE DE SÔR	CTE DE MONTE-MOR-O-NOVO	CTE DE MOURA	CENTRO FORM. PROF. SANTIAGO CACÉM	CENTRO FORM. PROF.ÉVORA	CENTRO FORM. PROF.PORTALEGRE	CENTRO FORM. PROF.BEJA	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	594	774	540	1.237	971	225	581	495	630				
		Exe.	725	883	572	867	1.106	210	680	680	661				
		Tx Real.	121,3%	113,6%	100,0%	78,8%	113,4%	100,0%	116,5%	136,0%	100,0%				
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	342	522	360	648	486	170	360	315	393				
		Exe.	500	600	355	438	567	169	468	365	576				
		Tx Real.	149,2%	115,9%	100,0%	76,0%	117,8%	100,0%	132,0%	116,9%	149,5%				
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	179	337	274	548	407	172	104	137	223				
		Exe.	94	176	230	404	234	174	63	122	152				
		Tx Real.	59,3%	59,1%	94,9%	83,0%	64,6%	100,0%	68,4%	99,8%	76,8%				
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	648	900	648	1.098	1.109	693	464	468	738				
		Exe.	622	735	559	934	951	348	283	263	466				
		Tx Real.	100,0%	91,9%	97,0%	95,7%	96,5%	56,5%	68,6%	63,2%	71,0%				
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	401	137	142	242	268	299	136	29	277				
		Exe.	578	130	167	264	384	211	82	29	251				
		Tx Real.	139,0%	100,0%	115,7%	100,0%	138,2%	82,2%	70,5%	100,0%	100,0%				
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta							131		578	429	496	581	
		Exe.							249		701	531	596	740	
		Tx Real.							198,4%		123,2%	125,8%	122,0%	129,9%	
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta							118		1.706	1.777	1.226	1.207	
		Exe.							325		2.229	2.305	1.521	1.759	
		Tx Real.							278,5%		131,0%	130,1%	124,3%	146,2%	
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta									1.010	1.033	886	742	
		Exe.									929	967	1.291	803	
		Tx Real.									100,0%	100,0%	188,4%	100,0%	
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta										582	591	531	421
		Exe.										672	518	556	354
		Tx Real.										126,0%	95,5%	100,0%	91,5%
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta										506	513	451	369
		Exe.										499	429	443	392
		Tx Real.										100,0%	98,8%	100,0%	100,0%
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	904	764	670	1.578	1.150	493	683	336	820				
		Exe.	781	770	659	1.152	1.129	219	694	374	771				
		Tx Real.	94,0%	100,0%	100,0%	79,4%	100,0%	48,3%	100,0%	115,0%	100,0%				
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	203	284	197	408	315	87	205	177	223				
		Exe.	236	217	174	856	260	34	396	404	269				
		Tx Real.	112,0%	86,0%	99,4%	182,5%	92,9%	44,0%	169,7%	195,9%	115,4%				

AUTOAVALIAÇÃO IEFP, I.P. - 2011 - Unidades Homogéneas

Objetivos		CENTRO FORM. PROF. ALJUSTREL	DELEGAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE	CTE DE FARO	CTE DE PORTIMÃO	CTE DE VILA REAL DE STº ANTÓNIO	CTE DE LOULÉ	CTE DE LAGOS	CACE DE LOULÉ	CENTRO FORM. PROF. FARO	SERVIÇOS CENTRAIS	
OBJETIVO 1 - CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 1 Nº de ofertas captadas	Meta	8.550	1.980	1.890	1.440	2.232	1.008				
		Exe.	6.083	1.165	1.501	945	1.565	907				
		Tx Real.	80,0%	66,2%	89,3%	73,8%	78,9%	100,0%				
OBJETIVO 2 - INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO	Indicador 2 Nº de colocações efectuadas	Meta	5.400	1.170	1.267	900	1.343	720				
		Exe.	4.238	799	1.163	720	953	603				
		Tx Real.	88,3%	76,8%	100,0%	90,0%	79,8%	94,2%				
OBJETIVO 3 - INSERIR PESSOAS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	Indicador 3 Nº de abrangidos em Estágios Profissionais	Meta	1.681	350	372	219	581	159			9.856	
		Exe.	1.217	293	258	176	320	170				
		Tx Real.	81,5%	94,2%	78,0%	90,2%	62,0%	100,0%				
	Indicador 4 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção	Meta	3.261	716	923	435	855	333				
		Exe.	2.757	657	693	560	438	409				
		Tx Real.	95,1%	100,0%	84,5%	132,4%	57,6%	125,7%				
	Indicador 5 Nº desempregados abrangidos em Contrato Emprego Inserção +	Meta	466	78	162	121	70	35				
		Exe.	244	2	69	117	25	31				
		Tx Real.	61,1%	3,0%	49,7%	100,0%	41,6%	100,0%				
OBJETIVO 4 - ABRANGER ADULTOS EM AÇÕES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	Indicador 6 Nº de formandos a frequentar cursos de Educação e Formação Adultos	Meta	534	1.134	138	105	181	144	106	460	9.015	
		Exe.	672	1.417	62	263	100	47	44	901		
		Tx Real.	128,2%	127,1%	50,5%	264,8%	62,0%	36,6%	46,4%	204,4%		
	Indicador 7 Nº de formandos a frequentar acções de formação modular	Meta	1.680	2.926		619	318				1.989	8.840
		Exe.	2.101	3.370		772	90				2.508	
		Tx Real.	125,4%	115,4%		125,1%	32,6%				126,4%	
OBJETIVO 5 - INSERIR EM PROCESSO DE RVCC AS PESSOAS INSCRITAS NOS CENTROS DE NOVAS OPORTUNIDADES	Indicador 8 Nº de inscritos nos CNDs com encaminhamento	Meta	648	2.813						2.813		
		Exe.	714	2.996							2.996	
		Tx Real.	119,7%	100,0%							100,0%	
	Indicador 9 Nº de utentes em processos de RVCC	Meta	372	1.571							1.571	
		Exe.	316	1.526							1.526	
		Tx Real.	92,4%	100,0%							100,0%	
	Indicador 10 Nº de certificados RVCC emitidos	Meta	328	693							693	
		Exe.	229	956							956	
		Tx Real.	82,5%	135,2%							135,2%	
OBJETIVO 6 - ENCAMINHAR PARA CNDs PESSOAS QUE NÃO TENHAM O 12º ANO	Indicador 11 Nº de encaminhamentos efectuados	Meta	9.816	2.221	3.034	1.208	2.486	867				
		Exe.	15.755	3.097	6.270	1.735	2.492	2.161				
		Tx Real.	179,9%	152,1%	240,9%	157,6%	100,0%	297,3%				
OBJETIVO 7 - REFORÇAR O ACOMPANHAMENTO DE ENTREVISTAS A OFERTAS DE EMPREGO	Indicador 12 Nº de entrevistas acompanhadas	Meta	2.880	650	653	483	738	356				
		Exe.	14.285	888	5.877	568	6.177	775				
		Tx Real.	397,0%	127,5%	700,5%	113,1%	652,7%	188,1%				



ANEXO 2 AO PONTO F

BALANÇO SOCIAL

O layout do Balanço Social é da responsabilidade da DGAEP - Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, não tendo sido possível efetuar formatação para impressão.

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2011

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 90320000

Ministério: da Economia e do Emprego

Serviço / Entidade: Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2011 3547

Em 31 de Dezembro de 2011 3277

Contacto para eventuais esclarecimentos

Nome Susana Ferreira

Tel: 21 861 41 00

E-mail: susana.ferreira@iefp.pt

Data 31-03-2012

BALANÇO SOCIAL 2011

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem das acções de formação profissional realizadas durante o ano por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante ano por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, seg

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado	
	M	F	M	F	M	F
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						
Dirigente superior de 1º grau a)	4	3				
Dirigente superior de 2º grau a)						
Dirigente intermédio de 1º grau a)						
Dirigente intermédio de 2º grau a)						
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						
Técnico Superior						
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						
Assistente operacional, operário, auxiliar						
Aprendizes e praticantes						
Informático						
Magistrado						
Diplomata						
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo						
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional						
Pessoal de Inspeção						
Pessoal de Investigação Científica						
Docente Ensino Universitário						
Docente Ensino Superior Politécnico						
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						
Médico						
Enfermeiro						
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						
Técnico Superior de Saúde						
Chefia Tributária						

Pessoal de Administração Tributária						
Pessoal Aduaneiro						
Conservador e Notário						
Oficial dos Registos e do Notariado						
Oficial de Justiça						
Forças Armadas - Oficial b)						
Forças Armadas - Sargento b)						
Forças Armadas - Praça b)						
Polícia Judiciária						
Polícia de Segurança Pública - Oficial						
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						
Polícia de Segurança Pública - Agente						
Guarda Nacional Republicana - Oficial						
Guarda Nacional Republicana - Sargento						
Guarda Nacional Republicana - Guarda						
Serviço Estrangeiros Fronteiras						
Guarda Prisional						
Outro Pessoal de Segurança c)						
Bombeiro						
Polícia Municipal						
Total	4	3	0	0	0	0

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Ago

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencei (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0
Dirigente superior de 1º grau a)										2	3	2	3	1	2	1	5	1	1	1						14	8	22
Dirigente superior de 2º grau a)														1												0	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)								1	8	18	15	17	10	14	14	18	11	8	1	1						59	77	136
Dirigente intermédio de 2º grau a)									2	2	3	3	1	3	3		2	1								11	9	20
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							1		19	32	19	28	12	36	4	12	4	4	1	1						60	113	173
Técnico Superior					1	9	41	87	299	116	358	127	268	116	172	87	64	39	16	3	3				584	1.222	1.806	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							12	26	23	83	29	172	33	192	26	89	21	73	4	37	1	4			149	676	825	
Assistente operacional, operário, auxiliar							5	2	16	4	25	11	45	13	46	24	28	22	12	25	8	8			185	109	294	
Aprendizes e praticantes																										0	0	0
Informático																										0	0	0
Magistrado																										0	0	0
Diplomata																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Docente Ensino Universitário																										0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0
Chefia Tributária																										0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0
Conservador e Notário																										0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0
Oficial de Justiça																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																										0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																										0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																										0	0	0
Polícia Judiciária																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																										0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																										0	0	0
Guarda Prisional																										0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0
Bombeiro																										0	0	0
Polícia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	1	27	70	155	440	210	591	231	528	211	314	158	173	58	81	12	15	0	0	1.062	2.215	3.277	

Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Tarefa																											0
Avença																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais S15 (Serviço de Informações de Segurança) e S1D (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo do serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	3	1		1	1	2	1	1	4	2	1	1	1		3				14	8	22
Dirigente superior de 2º grau a)		1																	0	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)			2	1	15	29	13	14	17	21	5	8	4	2	3	2			59	77	136
Dirigente intermédio de 2º grau a)					6	5		1	4	2	1					1			11	9	20
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					29	49	19	18	9	39	1	6		1	2				60	113	173
Técnico Superior	4	20	18	28	186	575	74	154	217	340	43	66	17	20	23	16	2	3	584	1.222	1.806
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	3	3	10	46	177	16	77	41	234	17	102	7	17	14	45	4	11	149	676	825
Assistente operacional, operário, auxiliar		1	5	9	65	16	18	6	47	31	32	25	8	9	6	12	4		185	109	294
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático																			0	0	0
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																			0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																			0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	8	26	28	49	348	853	141	271	339	669	100	206	37	49	51	76	10	14	1.062	2.215	3.277

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0
Dirigente superior de 1º grau a)																12	7	1	1	1			14	8	22
Dirigente superior de 2º grau a)																	1						0	1	1
Dirigente Intermédio de 1º grau a)												1				54	75	4	2				59	77	136
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																11	9						11	9	20
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																57	111	3	2				60	113	173
Técnico Superior			2	1	2		31	6	44	28	101	130	21	35	353	976	27	46	3			584	1.222	1.806	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				3	7	10	28	71	16	78	77	455	2	8	19	50			1			149	676	825	
Assistente operacional, operário, auxiliar			39	39	30	14	62	31	7	2	45	22			2	1						185	109	294	
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático																							0	0	0
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiro Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	0	0	41	43	39	24	123	108	67	108	224	607	23	43	508	1.230	35	52	4	0	1.062	2.235	3.277		

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
	Tarefa																								0	0
Avença																								0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)				1			0	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior		5	2	6			2	11	13
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		1	2	1		2	2	4	6
Assistente operacional, operário, auxiliar				2			0	2	2
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	6	4	10	0	2	4	18	22

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a nacionalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informação de Segurança de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0
Dirigente superior de 1º grau a)																	1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																										0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																										0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																										0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)										2		1		2			1	1								3	4	7
Técnico Superior										2	1	7	5	10	1	6	3	3	4							15	27	42
Assistente técnico, técnico de nível Intermédio, pessoal administrativo										1	3	5	2	5	2	4	3	3	1	3						9	23	32
Assistente operacional, operário, auxiliar										2	2	1	3	3		5	4	5	2	4	1	3				23	12	35
Aprendizes e praticantes																										0	0	0
Informático																										0	0	0
Magistrado																										0	0	0
Diplomata																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Docente Ensino Universitário																										0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0
Chefia Tributária																										0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0
Conservador e Notário																										0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0
Oficial de Justiça																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																										0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																										0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																										0	0	0
Polícia Judiciária																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																										0	0	0
Serviço Estrangeiro Fronteiras																										0	0	0
Guarda Prisional																										0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0
Bombeiro																										0	0	0
Polícia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	1	16	10	17	8	14	13	9	9	4	3	0	0	0	51	66	117

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																										0	0	0
Avanço																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: S5 (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa).

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação de posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade interna		Regresso de licença com vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)														2	2	2	4
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)													3	1	3	4	
Dirigente intermédio de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior	7	38	2	4	1	5	1	2					12	21	23	70	93
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			1	2	1			1					2	10	4	13	17
Assistente operacional, operário, auxiliar					1								3	2	4	2	6
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático															0	0	0
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefe Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	7	38	3	6	3	5	1	3	0	0	0	0	22	37	36	89	125

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar esportiva		Mobilidade interna		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total						
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F							
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0					
Dirigente superior de 1º grau a)																									0	0	0				
Dirigente superior de 2º grau a)																										0	0	0			
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0	0	0		
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												0	0	0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0	0	0	
Técnico Superior																													0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																													0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																													0	0	0
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático																													0	0	0
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - administrativo																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - operacional																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefia Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																													0	0	0
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0
Guarda Prisional																													0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																													0	0	0
Bombeiro																													0	0	0
Polícia Municipal																													0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 10º da LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lets nº 27/2004, de 15 de Janeiro e 517/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade interna		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)					1																							5		6	0	6	
Dirigente superior de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)					1																								2	1	2	3	
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)					2	1																							1	2	2	4	
Técnico Superior	3		25	184	21	18								1	9								5	9	3		8	13	66	233	299		
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1				4	25			1						1												4		4	7	9	38	47
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	1			13	15								1	1								1						3	16	20	36	
Aprendizes e praticantes																															0	0	0
Informático																															0	0	0
Magistrado																															0	0	0
Diplomata																															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																															0	0	0
Pessoal de Inspeção																															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																															0	0	0
Docente Ensino Universitário																															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																															0	0	0
Médico																															0	0	0
Enfermeiro																															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																															0	0	0
Técnico Superior de Saúde																															0	0	0
Chefia Tributária																															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																															0	0	0
Pessoal Aduaneiro																															0	0	0
Conservador e Notário																															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																															0	0	0
Oficial de Justiça																															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																															0	0	0
Polícia Judiciária																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																															0	0	0
Guarda Prisional																															0	0	0

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)					36	36
Dirigente intermédio de 2º grau a)					1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)	165				111	276
Técnico Superior	140				52	192
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	84					84
Assistente operacional, operário, auxiliar	23					23
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	412	0	0	0	200	612

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não reativas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestorária (2)		Precedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)												0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)												0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)												0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)												0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)												0	0	0
Técnico Superior								23	46			23	46	69
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo												0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar												0	0	0
Aprendizes e praticantes												0	0	0
Informático												0	0	0
Magistrado												0	0	0
Diplomata												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - administrativo												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - operacional												0	0	0
Pessoal de Inspeção												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica												0	0	0
Docente Ensino Universitário												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0	0	0
Médico												0	0	0
Enfermeiro												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0	0	0
Técnico Superior de Saúde												0	0	0
Chefe Tributária												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária												0	0	0
Pessoal Aduaneiro												0	0	0
Conservador e Notário												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado												0	0	0
Oficial de Justiça												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)												0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)												0	0	0
Forças Armadas - Praça b)												0	0	0
Polícia Judiciária												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0	0	0
Guarda Prisional												0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)												0	0	0
Bombeiro												0	0	0
Polícia Municipal												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	23	46	0	0	23	46	69

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro!

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornal contínua		Trabalho por turnos		Específico		Inibição de horário		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)														14	8	14	8	22
Dirigente superior de 2º grau a)															1	0	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)														59	77	59	77	136
Dirigente intermédio de 2º grau a)														11	9	11	9	20
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)														60	113	60	113	173
Técnico Superior	20	41	416	795	133	365		8	3	1	11	12	1		584	1.222	1.806	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	9	53	110	440	25	163		3	2	1	3	16			149	676	825	
Assistente operacional, operário, auxiliar	56	22	106	66	22	21			1						185	109	294	
Aprendizes e praticantes																0	0	0
Informático																0	0	0
Magistrado																0	0	0
Diplomata																0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																0	0	0
Pessoal de Inspeção																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																0	0	0
Docente Ensino Universitário																0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																0	0	0
Médico																0	0	0
Enfermeiro																0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																0	0	0
Técnico Superior de Saúde																0	0	0
Chefe Tributária																0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																0	0	0
Conservador e Notário																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																0	0	0
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Polícia Municipal																0	0	0
Total	85	116	632	1.301	180	549	0	11	6	2	14	28	145	208	1.062	2.215	3.277	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo														PNT inferior ao praticado a tempo completo						TOTAL		
	células abertas para indicar nº horas/semana						Semana de 4 dias (D.L. 325/99)		Regime especial (D.L. 324/99)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	Total				
							28 horas		17 h. 30'		24 horas		30 horas										
	35 horas		42 horas		M		F		M		F		M		F								
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																	0	0	0				
Dirigente superior de 1º grau a)	14	8															14	8	22				
Dirigente superior de 2º grau a)		1															0	1	1				
Dirigente intermédio de 1º grau a)	59	77															59	77	136				
Dirigente intermédio de 2º grau a)	11	9															11	9	20				
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)	60	113															60	113	173				
Técnico Superior	583	1.222									1						584	1.222	1.806				
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	149	675											1				149	676	825				
Assistente operacional, operário, auxiliar	185	109															185	109	294				
Aprendizes e praticantes																	0	0	0				
Informático																	0	0	0				
Magistrado																	0	0	0				
Diplomata																	0	0	0				
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																	0	0	0				
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																	0	0	0				
Pessoal de Inspeção																	0	0	0				
Pessoal de Investigação Científica																	0	0	0				
Docente Ensino Universitário																	0	0	0				
Docente Ensino Superior Politécnico																	0	0	0				
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																	0	0	0				
Médico																	0	0	0				
Enfermeiro																	0	0	0				
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																	0	0	0				
Técnico Superior de Saúde																	0	0	0				
Chefia Tributária																	0	0	0				
Pessoal de Administração Tributária																	0	0	0				
Pessoal Aduaneiro																	0	0	0				
Conservador e Notário																	0	0	0				
Oficial dos Registos e do Notariado																	0	0	0				
Oficial de Justiça																	0	0	0				
Forças Armadas - Oficial b)																	0	0	0				
Forças Armadas - Sargento b)																	0	0	0				
Forças Armadas - Praça b)																	0	0	0				
Polícia Judiciária																	0	0	0				
Polícia de Segurança Pública - Oficial																	0	0	0				
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																	0	0	0				
Polícia de Segurança Pública - Agente																	0	0	0				
Guarda Nacional Republicana - Oficial																	0	0	0				
Guarda Nacional Republicana - Sargento																	0	0	0				
Guarda Nacional Republicana - Guarda																	0	0	0				
Serviço Estrangeiros Fronteiras																	0	0	0				
Guarda Prisional																	0	0	0				
Outro Pessoal de Segurança c)																	0	0	0				
Bombeiro																	0	0	0				
Polícia Municipal																	0	0	0				
Total	1.061	2.214	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1.062	2.215	3.277				

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;
 PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;
 (*) - Trabalho a tempo parcial (art.º 142º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12º do DL nº 259/98); indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	4070:23	7546:40			2171:40	3887:02	753:29	676:31	323:47	198:20	7319:19	12308:33	19627:52	
Assistente técnico, técnico de nível Intermédio, pessoal administrativo	2027:17	8291:33			1150:38	1507:47	358:55	223:29	114:07	82:23	3650:57	10105:12	13756:09	
Assistente operacional, operário, auxiliar	8433:38	636:01			616:17	40:23	234:09	3:00	97:45		9381:49	679:24	10061:13	
Aprendizes e praticantes												0:00	0:00	0:00
Informático												0:00	0:00	0:00
Magistrado												0:00	0:00	0:00
Diplomata												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico												0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0:00	0:00	0:00
Médico												0:00	0:00	0:00
Enfermeiro												0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde												0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro												0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário												0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado												0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)												0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)												0:00	0:00	0:00
Bombeiro												0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal												0:00	0:00	0:00
Total	14531:18	16474:14	0:00	0:00	3938:35	5435:12	1346:33	903:00	535:39	280:43	20352:05	23093:09	43445:14	

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00
Informático					0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo					0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional					0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00
Médico					0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00

Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00
Total		0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o

trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de De;
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informação

0:00
0:00
0:00
0:00
0:00
0:00
0:00
0:00
0:00

zembro);

es de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira e Motivo de ausência	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de ferias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0
Dirigente superior de 1º grau a)									24						3	3										8	27	11	37	
Dirigente superior de 2º grau a)																										1	0	1	1	
Dirigente intermédio de 1º grau a)			10	199	6	22	34	64	250	6	22	20		22	16			1							4	33	103	606	709	
Dirigente intermédio de 2º grau a)							12	2			1	3														5	14	17	31	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)	9		151	987	13	51	211	743	0	30	88	12		18	52									4	45	49	489	1.975	2.464	
Técnico Superior	32	152	871	10.903	145	342	4.557	12.932	225	640	342	1.247	453	831	423	831		11	1	2	101	183	102	156	495	1.170	7.746	29.401	37.147	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	11	44	257	1.801	40	143	1.624	9.755	145	671	61	777	231	1.233	114	616					20	65	12	92	138	395	2.653	15.592	18.245	
Assistente operacional, operário, auxiliar		10	146	49	44	17	1.192	3.878	38	53	71	89	102	35	126	93					25	8	104	7	95	39	1.943	4.278	6.221	
Aprendizes e praticantes																												0	0	0
Informático																												0	0	0
Magistrado																												0	0	0
Diplomata																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Docente Ensino Universitário																												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0
Médico																												0	0	0
Enfermeiro																												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0
Técnico Superior de Saúde																												0	0	0
Chefe Tributária																												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0
Conservador e Notário																												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0
Oficial de Justiça																												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																												0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																												0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																												0	0	0
Polícia Judiciária																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																												0	0	0
Guarda Prisional																												0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																												0	0	0
Bombeiro																												0	0	0
Polícia Municipal																												0	0	0
Total	52	206	1.435	13.939	248	576	7.630	27.374	432	1.615	512	2.227	818	2.099	705	1.619	0	11	1	2	147	260	218	255	778	1.699	12.974	51.881	64.855	

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
06-05-2011	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	38	24:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	38	24:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
21-10-2011	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	105	24:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	105	24:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
24-11-2011	Greve Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	371	24:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	371	24:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N^o de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	280	540	820
1001-1250 €	110	365	475
1251-1500 €	80	173	253
1501-1750 €	163	406	569
1751-2000€	102	175	277
2001-2250 €	43	95	138
2251-2500 €	70	131	201
2501-2750 €	58	116	174
2751-3000 €	26	51	77
3001-3250 €	50	58	108
3251-3500 €	66	95	161
3501-3750 €			0
3751-4000 €	1	1	2
4001-4250 €	1		1
4251-4500 €	3		3
4501-4750 €	7	8	15
4751-5000 €	1		1
5001-5250 €			0
5251-5500 €		1	1
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €	1		1
Total	1062	2215	3277

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	603,94 €	518,35 €
Máxima (€)	6.178,31 €	5.255,22 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	75.417.361,42 €
Suplementos remuneratórios	2.395.318,96 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	3.743.524,22 €
Benefícios sociais	570.562,56 €
Outros encargos com pessoal	267.706,54 €
Total	82.394.473,70 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	400.381,18 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	232.860,57 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	9.838,53 €
Abono para falhas	105.989,49 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	421.758,87 €
Representação	1.029.866,24 €
Secretariado	33.687,77 €
Outros suplementos remuneratórios	160.936,31 €
Total	2.395.318,96 €

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	55.224,88 €
Abono de família	5.956,85 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	13.881,90 €
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	3.243.846,19 €
Outras prestações sociais	424.614,40 €
Total	3.743.524,22 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	570.562,56 €
Total	570.562,56 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere						
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	4	1			3	2				1	1	
	F	7	1		2	4	14	1	2	7		4	
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	3				3	2				1	1	
	F	6			2	4	13		2	7		4	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	264				264	62				24	38	
	F	167			40	127	446		2	75		369	
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0					105					105	
	F	637		3		634	365					365	

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais

no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	12
Casos de incapacidade temporária e parcial	2
Total	14

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	1.341	0,00 €
Exames de admissão	9	
Exames periódicos	1.315	
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções	17	
Despesas com a medicina no trabalho		142.843,36 €
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	26
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	467

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	106.474,00 €
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

QUADRO 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	1.947	18	17	0	1.982
Externas	509	14	2	0	525
Total	2.456	32	19	0	2.507

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;
- N° participações = n°acções * n°participantes.

QUADRO 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ N° de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	N° de participações	N° de participações	N° de participações (*)	N° de participantes (**)
Dirigente superior a)	10	9	19	13
Dirigente intermédio a)	351	137	488	225
Técnico Superior	1.060	355	1.415	891
Assistente Técnico	505	23	528	345
Assistente Operacional	56	1	57	49
Informático			0	
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal de Investigação científica			0	
Doc. Ens. Universitário			0	
Doc. Ens. Sup. Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Outro Pessoal de Justiça			0	
Forças Armadas b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública			0	
Guarda Nacional Republicana			0	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Outro Pessoal d)			0	
Total	1.982	525	2.507	1.523

Totais devem ser iguais aos do Q. 27

Notas:

(*) - Considerar o total de acções realizadas pelos trabalhadores, em cada grupo, cargo ou carreira;

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n° 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei n° 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

- c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

QUADRO 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Dirigente superior a)		141:00	83:00	224:00
Dirigente intermédio a)		2918:30	1188:00	4106:30
Técnico Superior		8649:00	3306:30	11955:30
Assistente Técnico		3760:00	263:30	4023:30
Assistente Operacional		466:00	62:00	528:00
Informático				0:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal de Investigação científica				0:00
Doc. Ens. Universitário				0:00
Doc. Ens. Sup. Politécnico				0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Médico				0:00
Enfermeiro				0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica				0:00
Chefia Tributária				0:00
Pessoal de Administração Tributária				0:00
Pessoal Aduaneiro				0:00
Conservador e Notário				0:00
Oficial dos Registos e do Notariado				0:00
Oficial de Justiça				0:00
Outro Pessoal de Justiça				0:00
Forças Armadas b)				0:00
Polícia Judiciária				0:00
Polícia de Segurança Pública				0:00
Guarda Nacional Republicana				0:00
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras				0:00
Guarda Prisional				0:00
Outro Pessoal de Segurança c)				0:00
Bombeiro				0:00
Outro Pessoal d)				0:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e republicado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Considerar os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar o total de efectivos inseridos em outras carreiras ou grupos (Eclesiástico, por exemplo).

QUADRO 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	51.442,93 €
Despesa com acções externas	4.986,77 €
TOTAL	56.429,70 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	443
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	34
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	6
Processos instaurados durante o ano	6
Processos transitados para o ano seguinte	5
Processos decididos - total:	7
* Arquivados	3
* Repreensão escrita	1
* Multa	3
* Suspensão	
* Demissão(1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador(2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2011

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.

